ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da **UFGD**

ANO 12 | número 23 | 2021



«Nosso pensamento, como toda a entidade viva, nasce para se vestir de fronteiras. Essa invenção é uma espécie de vício de arquitetura: não há infinito sem linha do horizonte»
(Mia Couto)

ISSN 2176-9559

ENTRE-LUGAR

v. 12, n. 23

UNIVERSIDADE FEDERAL

DA GRANDE DOURADOS

Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 12, n.23, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

COED

Coordenador Editorial: Givaldo Ramos da Silva Filho

FCH

Diretora da Faculdade de Ciências Humanas, Marisa de Fátima Lomba de Farias

REVISTA ENTRE-LUGAR

Editores: Charlei Aparecido da Silva e Lisandra Pereira Lamoso

CAPA

Charlei Aparecido da Silva e Bruno de Souza Lima

Criada a partir da obra "América Invertida" do artista hispano-uruguaio Joaquín Torres García.

EDITORAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Charlei Aparecido da Silva, Bruno de Souza Lima e Rafael Brugnolli Medeiros

COMISSÃO CIENTÍFICA

Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), Adáuto de Oliveira Souza (UFGD), Ana Fani Alessandri Carlos (USP/CNPq), Antonio Thomaz Junior (Unesp – Presidente Prudente), Arlete Moysés Rodrigues (Unicamp), Cássio Eduardo Viana Hissa (UFMG), Carlos Espíndola (UFSC), Celene Cunha Monteiro A. Barreira (UFG – Goiânia), Charlei Aparecido da Silva(UFGD), Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS), Douglas Santos (PUC), Edvaldo César Moretti (UFGD), Flaviana Gasparotti Nunes (UFGD), Francisco de Assis Mendonça (UFPR/ANPEGE), Francisco Sergio Ladeira (Unicamp), João Edmilson Fabrini (Unioeste – Rondon), Lia Osório Machado (UFRJ), Lisandra Pereira Lamoso (UFGD), Marcelino Andrade Gonçalves (UFMS), Márcio Cataia (Unicamp), Márcio Piñon de Oliveira (UFF), Márcia Yukari Mizusaki (UFGD), Márcio Rogério Silveira (Unesp – Ourinhos), Marcos Aurélio Saquet (Unioeste – Beltrão), Margareth Cristiane Trindade da Costa Amorim (UNESP), Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD), Rogério Haesbaert da Costa (UFF/CNPq), Silvana de Abreu (UFGD), Silvio Carlos Rodrigues (UFU/CNPq (CA)), Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (UFMT), Wenceslao Machado de Oliveira Junior (Unicamp).

COMISSÃO INTERNACIONAL

Adriano Rovira (Instituto de Geociências da Universidad Austral de Chile), Fabrício Vázquez (Universidad Nacional de Asunción – Paraguai), José Omar Moncada Maya (Universidad Nacional Autónoma do México (UNAN), Maria Laura Silveira (Conicet- Instituto de Geografía, Universidad de Buenos Aires), Massimo Quaini (Università di Genova - Unige/Itália), Xosé Manuel Santos Solla (Universidad de Santiago de Compostela - USC/Espanha)

Entre-Lugar [recurso eletrônico]/Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Ano 1, n.1 ([jan./jun.], 2010)- . – Dados eletrônicos. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2010- Semestral.

Modo de acesso: Word Wide Web:
< http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar >
ISSN 2176-9559 (online).

1. Geografia. 2. Geopolítica. 3. Universidade Federal da Grande Dourados – Periódicos. I. Universidade Federal da Grande Dourados. Faculdade de Ciências Humanas.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD.
Alisson Antonio de Souza – CRB1 2722

ENTRE-LUGAR

v. 12, n. 23

UNIVERSIDADE FEDERAL
DA GRANDE DOURADOS
Coordenadoria Editorial

Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
Dourados, v. 12, n.23 - 2021.

ENTRELUGAR

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da **UFGD**

ANO 12 | número 23 | 2021



«Nosso pensamento, como toda a entidade viva, nasce para se vestir de fronteiras. Essa invenção é uma espécie de vício de arquitetura: não há infinito sem linha do horizonte»
(Mia Couto)

ISSN 2176-9559

SUMÁRIO

EDITORIAL

Tempos-lugares do conhecimento e do Brasil-África 05

Charlei Aparecido da Silva

Lucas Atanasio Catsossa

Edvaldo Cesar Moretti

Karoline Batista Gonçalves

ARTIGOS

O Assentamento Colônia Conceição: analises da organização e da vida.....12

Fabio Pereira Nunes

Alzira Salete Menegat

Ubá, uma cidade quente? Um estudo do clima observado e percebido.....40

Fellipe Fazionato Pacheco

Alex de Souza

Salomão Jr. Curi

Morfometria da rede de drenagem da Unidade de Planejamento e Gerenciamento Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.....63

Cleiton Soares Jesus

André Geraldo Berezuk

Rafael Brugnolli Medeiros

Vulnerabilidade e Cartografia Social em bacias hidrográficas: análise no baixo curso do Rio Poti (Piauí-Brasil) 82

Livania Norberta Oliveira

Lúcio Sobral Cunha

Maria Lúcia Brito Cruz

Eugênia Cristina Gonçalves Pereira

A mochilagem em Mato Grosso do Sul – rotas e perspectivas culturais.....103

Regerson Franklin Santos

SEÇÃO TEMÁTICA: ÁFRICA EM DEBATE

Escolhas reprodutivas no contexto africano e urbano pós-colonial: o caso de Maputo, a capital de Moçambique.....124
Rogers Hansine

Pesquisa empírica: narrativa de uma experiência em Moçambique 152
Guilherme Whitacker

A migração senegalesa para o Brasil 185
Alfa Oumar Diallo

Geodiversidade e geoturismo: um olhar sobre as potencialidades turísticas do distrito de Moatize em Moçambique.....214
Ringo Victor
Jenato Alberto Quehá
Mateus José Andir

O poder do capital turístico em territórios campestres na província de Inhambane-Moçambique.....248
Ernesto Macaringue
Egmar Chaveiro

Globalização, turismo e apropriação da natureza: um olhar geográfico sobre a produção do espaço turístico em Marracuene/Moçambique.....273
Lucas Atanasio Catsossa
Karoline Batista Gonçalves

Globalização do capitalismo extrativista, recursos naturais e o neocolonialismo na África: desafios e perspectivas para Moçambique... 310
Lucas Atanasio Catsossa

Mineração e formação socioterritorial do Moçambique colonial... 356

Vanito Frei

A exploração do carvão mineral em Moçambique, o ciclo das commodities e a crise do trabalho 391

Viviane Vieira

Megaprojectos de mineração em Moçambique e os deslocamentos compulsórios: caso do distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula.....412

Vanito Frei

Nélio Manuel

Variações espaciais e sazonais de material particulado no ar em áreas residenciais adjacentes às minas de carvão em Moatize, Moçambique.....441

Isaías Mutombo Mafavisse

Valquíria de Campos

ENTREVISTA

Dialogo com Elmer Agostinho Carlos Matos, presidente da Associação Moçambicanana dos Geógrafos 468

Edvaldo Cesar Moretti

Lucas Atanasio Catsossa

RESENHA

Torto arado e suas geografias.....495

Anderson Luiz Rodrigues de Oliveira

EDITORIAL

Tempos-lugares do conhecimento e do Brasil-África

A Revista Entre-Lugar apresenta seu primeiro número de 2021, sua vigésima terceira edição. Sua construção se deu graças ao empenho dos pareceristas, dos autores e do apoio técnico recebido da Editora da UFGD. Em um tempo sobrecarregado de atividades on-line, provido por muitas horas remotas, reuniões deshumanizadas a frente de equipamentos e no isolamento o contexto pandemico se fez ainda mais presente. Entre o negacionismo e a permanência de uma necropolítica há a presença das Universidades e o ideario da oferta do ensino público e com qualidade. Evidencia-se assim duas facetas, por um lado algo a ser destruído com brevidade, o binômio negacionismo-necropolítico, e, por outro, como um acalanto de esperança e otimismo, evidenciar aquilo que as Universidades brasileiras foram capazes de realizar no decorrer da pandemia. Essa dubiedade carregada de simbolismos reflete um tempo pretérito construído com grandes esforços e um pensamento voltado para uma amanhã melhor e inclusivo no qual não deve prevalecer ou mesmo existir preceitos neoliberais. É com o pensamento no amanhã, em um amanhã melhor, que essa edição foi construída, pois, afinal, resignação não é uma escolha possível.

O primeiro número de 2021 da Revista Entre-Lugar apresenta aos seus leitores um conjunto de textos inéditos, pesquisas e experiências de grupos de pesquisa realizadas em diversas partes do Brasil e do exterior. Soma-se a publicação de uma Seção Temática, "África em debate", uma condição inédita para a revista. Essa Seção Temática carrega consigo uma oportunidade única, demonstra um olhar geográfico sob um lugar do mundo no qual há muito por se compreender e aprender, inclusive na forma de se fazer Geografia, de se *escrever a Geografia*. Um privilégio da Revista Entre-Lugar publicar esses olhares. Por respeito ao trabalho realizado pelos pesquisadores e pesquisadoras os textos da Seção Temática não foram transquitos para o português oficial do Brasil, optou-se por manter sua originalidade.

Essa edição apresenta também uma entrevista com Elmer Agostinho Carlos Matos, presidente da Associação Moçambicanana dos Geógrafos, e, a resenha do livro "Torto arado" de Itamar Vieira Junior. A resenha, escrita por um geógrafo em formação, revela a importância da construção de uma Geografia na qual a literatura deve perpassar o processo de formação. Ao mesmo tempo aproxima os tempos-lugares do Brasil-África, um elo de ligação dos mais importantes com a Seção Temática proposta nesse número: "*...dizem que até mesmo nasceu por aqui, filho de um dos trabalhadores das minas de diamante, o neto de um rei de Oyó da África, o neto do último rei a manter o império unido, antes de cair em desgraça*" – trecho da obra Torto Arado.

África em debate: processos, fenômenos e dinâmicas socioespacias

A proposta para organizar essa Seção Temática surge em fevereiro de 2020 e foi concebido com objetivo de socializar o conhecimento produzido por diversos estudiosos/as, tanto africanos/as, assim como brasileiros/as, pesquisaram ou escreveram sobre o continente africano sob vários olhares, abordagens e/ou perspectivas analíticas.

Embora no título apareça "***África em debate***", os artigos que compõem este dossiê, trazem realidades específicas de alguns países africanos, onde os/as autores/as que aceitaram o convite realizaram suas pesquisas. Mesmo assim, as questões levantadas, narradas e analisadas cientificamente pelos/as seus/suas autores/as, transcendem as realidades especificas estudadas, pois, são reproduzidos em outros contextos geográficos do continente africano.

No atual contexto de globalização neoliberal, os artigos que compõem este dossiê, permitem sobremaneira, pensar criticamente os processos histórico-geográficos, os fenómenos geográficos e as dinâmicas socioespaciais em curso em quase todo o continente africano. É mais um dossiê organizado pelo *Grupo de Pesquisa Território Ambiente* (GTA, certificado pelo CNPq), visando contribuir para o debate em torno de questões que marcam

a contemporaneidade africana. O primeiro dossiê organizado pelo GTA, abordando temáticas sobre a África, saiu no ano de 2020, sendo que foi publicado pela Revista de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Geouerj), subordinado ao título «*Olhares geográficos sobre Moçambique*».

O diferencial deste segundo dossiê está relacionado com o fato de ter ampliado o olhar. A proposta de ampliar o olhar sobre questões que marcam a contemporaneidade africana nesta primeira metade do século XXI tinha como objetivo, trazer no mesmo dossiê diferentes realidades que caracterizam os países africanos. Ao trazer a ribalta o debate em torno do continente africano, torna-se imprescindível voltar ao (seu) passado histórico para a compreensão crítica das questões que marcam a contemporaneidade africana.

Debater academicamente a África como se propõe neste dossiê, não é, e nunca foi uma tarefa fácil, mesmo para aqueles que vivem neste continente, como também os que vivem fora dele, na medida em que as análises equivocadas continuam sendo reproduzidas em várias páginas de artigos científicos, e até alguns livros didácticos usados em algumas escolas em diversos países do mundo, sendo o Brasil, um exemplo clássico disso.

Trata-se, pois, de um exercício que precisa de certo modo, um rigor académico e científico, como também uma critica aos processos, fenómenos e as dinâmicas socioespaciais em curso ao nível do continente africano. Mas, vale ressalvar que a África não é, e nunca foi um enigma difícil de ser desmistificado, muito pelo contrário, a verdade é que quando abordada academicamente, o debate torna-se ainda mais complexo, às vezes, caracterizado por tensões e divergências teóricas entre os envolvidos. O continente africano já foi (e continua sendo) estudado por muitos/as pesquisadores/as, mas há indicações que ainda é pouco conhecido.

A realidade africana, é complexa e multifacetada, sendo que para a sua compreensão, torna-se necessário despir-se de olhares que vislumbre a reprodução

colonialidades do poder e/ou de pensamento sobre questões que marcam o quotidiano da África e dos povos africanos.

Por sua vez, essa complexidade se deve pelo facto de se tratar de um continente, em que, por um lado, mesmo em situações adversas a reprodução social dos povos nativos, lutam e resistem contra as práticas que colocam em causa as suas tradições, valores, saberes culturas, seus hábitos e costumes, enfim, o seu "modo de vida" secular, e do outro, por estar em curso profundas transformações socioespaciais em decorrência da globalização neoliberal, a qual se dá a partir de um movimento desigual e contraditório.

Cada país africano tem a sua própria geografia, características e especificidade, o que significa que ao ser analisado/estudado académica e cientificamente, é preciso ter em consideração esses aspectos, sendo que, às vezes, são únicos deste lugar. África é vasta e não pode de forma alguma, ser confundida com um país, uma localidade, etc., como tem sido em alguns casos, sobretudo, quando analisada/estudada. Esse exercício tem em vista evitar reproduzir análises e leituras equivocadas e ancoradas em preconceito e no racismo que se tornou estrutural no século XXI sobre este continente e os seus povos.

Chamado de "continente negro" por uns, a colonização europeia, é um fenómeno que deixou suas marcas em África, sendo que as mesmas estão cada vez mais presente até os dias atuais em muitos países, dada a forma desumana, violenta e turbulenta como se deu para os seres humanos diretamente implicados. É por esta razão que em muitos países africanos, verifica-se a movimentação dos povos nativos em contestação as práticas que os recordam ao período colonial no atual contexto da globalização neoliberal, caracterizado pela *exploração do homem pelo homem*, pelo saque/roubo dos recursos naturais e da terra dentre outras tragédias socioambientais em curso em África.

Para finalizar, este dossiê, é organizado e publicado num momento ímpar da história da humanidade, caracterizado pela propagação de, um vírus socialmente transmissível e com uma capacidade impar de infectar e de matar cruelmente as suas

vítimas, uma situação que se traduziu numa emergência sanitária global. Trata-se, portanto, da pandemia do novo Coronavírus – SARS-CoV-2 (Covid-19). A África, é um dos continentes mais afectados, embora as informações estatísticas mostre um cenário aparentemente controlado em alguns países quando comparado, por exemplo, com alguns países das Américas, da Europa, da Ásia. . A subnotificação dos casos positivos, aliado aos elevados índices de desigualdades sociais e de pobreza e, consequentemente, a falta e/ou indisponibilidade de *kits* de diagnósticos (testes), esteve por de trás deste aparente controle da pandemia do novo *Coronavírus* em muitos países africanos.

Embora se verifique esse aparente controle da pandemia do novo Coronavírus em alguns países, incluindo Moçambique conforme as estatísticas diárias apresentadas pelo Ministério da Saúde (MISAU), a Organização Mundial da Saúde regional África, tem chamado atenção aos governos africanos para não usarem essa "bênção" para relaxar ao máximo as medidas de prevenção, sob o risco da situação se tornar catastrófica. A distribuição desigual das vacinas que se verifica no mundo, coloca em alerta o continente africano, sob o risco da propagação de uma nova vaga, causada pelas variantes do novo Coronavírus em emergência em muitos países, sendo a britânica, sul-africana, a brasileira e a índia, alguns exemplos.

Muitos países africanos, não têm condições financeiras para comprar vacinas junto das farmacêuticas, daí que passaram a receber "doações" a partir da iniciativa *COVAX*, criada pela OMS e outros países economicamente poderosos, de forma a ajudar na imunização da população em África. Mesmo com essas "doações" feitas através da iniciativa *COVAX*, a demanda em África é maior, de tal maneira que as vacinas não chegam para todos, o que ainda coloca os países africanos sob ameaças da pandemia do novo Coronavírus.

Aqueles que chegaram até aqui, nossos agradecimentos. A mensagem permanece; que o conhecimento científico seja sempre aquele a descortinar o achismo e a

ignorância, aquele a eliminar os dogmas. Que a poesia, a literatura, a arte e outras formas de expressão nos ajudem a ir além da lógica e da racionalidade formal, para com isso sermos mais humanos – inclusive para compreendermos com clareza a importância e o papel da Ciência.

Que possamos incrementar, incentivar e fomentar o desejo por publicar, por se fazer ciência!

Uma boa leitura a todos!

Charlei Aparecido da Silva
Editor da Revista Entre-Lugar

Bruno de Souza Lima
Secretário Executivo

Lucas Atanásio Catsossa
Edvaldo Cesar Moretti
Karoline Batista Gonçalves
Editores da Seção Temática África em debate

Dourados (MS) – 2021

"*Você não sente nem vê*
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer"

Antonio Belchior

ARTIGOS

V. 12, n.23, 2021 - ISSN 2176-9559
DOI 10.30612/el.v12i23.14894

ASSENTAMENTO COLÔNIA CONCEIÇÃO EM NIOAQUE/MS: ANÁLISES DE SUA INFRAESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO VIDA

THE COLÔNIA CONCEIÇÃO SETTLEMENT IN NIOAQUE/MS: INFRASTRUCTURE AND ORGANIZATION OF THE LIFE ANALYSIS

ASENTAMIENTO COLONIA CONCEPCIÓN EN NIOAQUE/MS: ANÁLISIS DE SU INFRAESTRUCTURA Y LA ORGANIZACIÓN DE LA VIDA

Fábio Pereira Nunes
Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Professor da rede municipal do Município de Nioaque, assentado no Projeto de Assentamento Areias, em Nioaque. E-mail: fabiojoaoedite@hotmail.com.

Alzira Salete Menegat
Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação da UNESP de Araraquara, professora na graduação do curso de Ciências Sociais e da Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: alziramenegat@ufgd.edu.br.

Resumo: Neste artigo, analisamos o assentamento Colônia Conceição no que se refere à infraestrutura criada pelos assentados durante os 34 anos de sua existência (1985 a 2020). Buscamos compreender a composição dos lotes, as estratégias que criaram para permanecer, especialmente de pessoas com 60 anos na atividade de produção. Para o levantamento dos dados, realizamos entrevistas gravadas com 22 assentados e buscamos dados nas associações do assentamento, na Prefeitura do município e no INCRA/MS, construindo um estudo qualitativo, voltado a apresentar o viver no lugar. Os resultados mostram reestruturação na composição dos lotes, que inicialmente abrigavam 373 unidades com pessoas neles residindo e produzindo. No ano de 2020, encontramos assentados em 230 deles, e em 143 lotes verificamos que não existem moradores, sendo suas áreas anexadas a outras devido à comercialização, ou quando do falecimento dos beneficiários e/ou saída de seus filhos. Dentre os 230 lotes com assentados, 128 deles estão ocupados por pessoas de 60 anos ou mais, demonstrando que vivem a velhice num lugar em que o cotidiano de trabalho exige esforço físico, embora suas forças diminuam, fazendo daquele espaço a morada da vida.

Palavras-chave: Assentamento rural. Assentados. Estratégias de vida.

Abstract: In this article we analyze the Colônia Conceição Settlement, as far as infrastructure that the settlement families created and reorganized during the 34 years from the creating of the settlement (1985 to 2020). We seek to understand the compositiong of the

lots, the strategies thay they find to remain in the place, especially, the permanence of people with 60 years or more in the activity of production. For the data research, we realized enterviews recorded with 22 settled and searched the data in associations of the settlement, in City hall and in INCRA/MS, building a qualitative study, aimed to presente the way of living in the place. The resoults show reconstruction in the composition of the lots, which initially housed 373 unities with people living and producing. In the year of 2020, we found settlers in 230 unities, and in 143 lots we noticed no residentes, their áreas were attached in others for the comercialization, or when the beneficiares died and/or their children left. Among the 230 lots with settled, 128 are ocupied with people with 60 years or olders, showing that they live old age in a place that the day a day of work needs physical effort, although theur forces decrease, they make that place a space for living life.

Keywords: Settlement, rural. Settled people. Life strategies.

Resumen: En este artículo, analizamos el asentamiento Colônia Conceição con respecto a la infraestructura creada por los colonos durante los 34 años de su existencia (1985-2020). Buscamos entender la composición de los lotes, las estrategias que crearon para estrategias para quedarse, especialmente de las personas con 60 años en la actividad productiva. Para la recolección de datos, realizamos entrevistas grabadas con 22 colonos y buscamos datos en las asociaciones de asentamientos, en el ayuntamiento del municipio y en el INCRA/MS, construyendo un estudio cualitativo, destinado a presentar la vida en el lugar. Los resultados muestran una reestructuración en la composición de los lotes, que inicialmente albergaban 373 unidades con personas que residían y producían en ellos. En 2020, encontrado asentados en 230 de ellos, y en 143 lotes comprobamos que no hay residentes, sus áreas se unen a otros debido a la comercialización, o cuando los beneficiarios murieron y / o la salida de sus hijos. Entre las 230 parcelas con colonos, 128 de ellas están ocupado por personas de 60 años o más, lo que demuestra que viven la vejez en un lugar donde el trabajo diario requiere esfuerzo físico, aunque sus fuerzas disminuyen, haciendo de ese espacio la morada de la vida.

Palabras clave: Asentamiento rural. Asentados. Estrategias de la vida.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos reflexões sobre o assentamento Colônia Conceição, instalado no município de Nioaque, em Mato Grosso do Sul (MS), analisando sua infraestrutura, atentando para a organização dos lotes, durante o percurso de 1985 a 2020, no que se refere ao fazer produtivo neles desenvolvido, bem como as estratégias que utilizam

com a produção, especialmente, pelo fato de ser um assentamento que conta com significativa presença de pessoas com 60 anos ou mais ainda atuando na gestão de 128 unidades dentre as 230, onde encontramos pessoas residindo e produzindo alimentos. Essa permanência aponta para a existência de projetos direcionados ao viver em lotes de reforma agrária.

A criação do assentamento Colônia Conceição no município de Nioaque, em Mato Grosso do Sul, ocorreu no dia 25 de junho de 1985, sob a resolução de nº 060, tendo o número de SIPRA MS 0010000, conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-Mato Grosso do Sul (INCRA/2015).[1]

A área do assentamento é de 10.587,4535 ha, dividida em 373 lotes, e o tamanho desses varia entre 25 e 51 ha, havendo predomínio daqueles com tamanho entre 25 e 30 hectares. No conjunto dos 373 lotes, em 230 deles há pessoas residindo, e em 143 lotes não mais existem moradores. Do total de lotes com residentes (230) 128 estão ocupados por pessoas de 60 anos ou mais, e em 85 deles apenas os velhos se encontram administrando as unidades de produção, mantendo e transformando o espaço.

A permanência dos velhos na gestão dos lotes aponta para o sentido da morada da vida, o que é analisado por Heredia (1979), que subsidia nossas análises na compreensão da organização da estrutura do assentamento Colônia Conceição. Salientamos que ao adotarmos o termo "velhos" para nos referirmos às pessoas com 60 anos ou mais, estamos utilizando uma nomeação dada por eles mesmos no assentamento. Trata-se de uma referência que os agrada, uma vez que evidencia a conquista de chegarem à etapa da velhice, vencendo as agruras ao longo da vida. Além disso, essa é uma das definições previstas no Estatuto do Idoso, sancionado pela Lei 10.741/2003, que assegura a garantia dos direitos das pessoas na velhice, que se inicia aos 60 anos[2].

[1] No ano de 1985, foi instituído o I Plano Nacional de Reforma Agrária, após acirrada disputa política. Tendo os movimentos sociais rurais como percussores, ocorreu a publicação do I PRNRA, viabilizando à desapropriação de áreas no Brasil, destinadas à formação de assentamentos rurais. Em Mato Grosso do Sul, conforme dados apresentados por Freitas (2020), até o ano de 2020, havia sido criado 203 assentamentos, atendendo a 31.876 famílias.

[2] As pessoas de 60 anos ou mais constituem um grupo populacional conhecido na sociedade brasileira (e mesmo mundial), por diferentes denominações: terceira idade, melhor idade, idosos, velhos, dentre outras.

Adotamos como referencial teórico o sentido da morada da vida nos lotes do assentamento pelo fato de se manifestar na fala dos assentados e na prática de organização dos lotes, especialmente, naqueles sob a gestão dos velhos. Esse sentido indica um conjunto de elementos que se entrelaçam, manifestados nos elos apontados por Heredia, a saber: no pertencimento à terra, nas relações de interação entre as pessoas, no envolvimento com o fazer do processo de plantio e tratos culturais e, sobretudo, nas dimensões da vida no lugar. Dessa forma, a morada da vida consiste num aporte que, segundo Heredia (1979, p. 115), "[...] define o pequeno produtor como tal é o trabalho efetuado na terra e, em consequência, a perda da mesma implicaria no seu desaparecimento como categoria social".

Esse conjunto de elementos, que constitui a morada da vida, será apresentado ao longo do texto, o qual, para melhor organização das reflexões, está dividido em duas partes: na primeira, evidenciaremos um breve histórico da formação do assentamento, apresentando as pessoas que o constituem; na segunda parte, discutiremos os elementos criados ao longo dos anos, tornando o assentamento o lugar de viver a velhice, numa morada da vida.

Essa reflexão nos mostrará o modo como as famílias se relacionam na Colônia Conceição, como transformam o espaço, formando a morada da vida, num elo que mantém as pessoas nos lotes do assentamento, o que se apresenta como resistências para a garantia e a defesa do projeto inicial, que as levou até a Colônia, quando reivindicavam o direito à vida e à produção, na contínua luta pela permanência na terra.

APONTAMENTOS DA HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO COLÔNIA CONCEIÇÃO

O assentamento Colônia Conceição, instalado no município de Nioaque no ano de 1985, está localizado às margens da BR 419, trecho que liga os municípios de Nioaque e Anastácio, numa distância de 30 quilômetros da sede do município e 60 do vizinho,

Anastácio. Naquele município, existem atualmente nove assentamentos[3], desses, oito foram implantados pelo Governo Federal e um pelo Governo Estadual.

É importante destacar que Nioaque é um município criado no ano de 1848 e ocupa uma área de 3.923,790 km², localizada na entrada do Pantanal sul-mato-grossense, área considerada como santuário ecológico pela fauna e flora nela presente. Tem sua economia voltada à criação de gado de corte e possui uma população de 14.391 habitantes, dos quais 7.057 residem na área urbana e 7.334 na área rural (Prefeitura Municipal/2018). Como podemos notar, a criação de assentamentos no município contribuiu para o equilíbrio populacional entre a população urbana e a rural.

Os assentados da Colônia Conceição, antes de lá serem instalados, passaram pela condição de posseiros em terras indígenas no município de Porto Murtinho, durante os anos de 1972 a 1985, momento em que viveram provisoriamente no distrito de Campão, atual município de Bodoquena, próximo a Nioaque. Na época, naquele lugar, a presença de posseiros e indígenas suscitou estranhamento e fez emergir disputa de território pela posse da terra, reivindicada pelos indígenas. Os confrontos mais acirrados ocorreram na primeira metade da década de 1980, o que levou o Estado a atuar sobre o conflito. Como mediadora e apoiadora, esteve também na cena a Comissão Pastoral da Terra (CPT), até que os posseiros fossem transferidos para o atual assentamento Colônia Conceição, no município de Nioaque.

Para a desapropriação da área da antiga fazenda, efetivada pelo INCRA, participaram também representantes informais dos posseiros, além da CPT, como agentes, sobretudo, religiosos, dentre eles padres e freiras. Eles auxiliaram até a divisão da área em pequenos lotes. Para a distribuição dos lotes, o INCRA realizou diversos sorteios, em etapas

[3] Cabe destacar que no município de Nioaque foram criados outros oito assentamentos, sendo eles: assentamento Padroeira do Brasil, com uma área de 2.500,0000ha, dividido em 243 lotes, fundado no ano de 1984. Colônia Nova, com uma área de 1.314,1489ha, dividida em 88 lotes, criado no ano dia 03/12/1987. Assentamento Andalucia, com uma área de 4.946,1088ha, dividido em 166 lotes, criado no dia 24/09/1996. Assentamento Santa Guilhermina, com uma área de 7.994,7290ha, dividido em 224 lotes, criado no dia 12/22/1997. Assentamento Palmeiras, com uma área de 4.172,7154ha, dividido em 113 lotes, criado no dia 23/03/1998. Assentamento Boa Esperança, com uma área de 3.945,5065km², dividido em 126 lotes, criado no dia 23/12/1998. Assentamento Uirapuru, com uma área de 7.067,8847ha, dividido em 290 lotes, criado no dia 23/12/1998. Assentamento Areias, com uma área de 1.600ha, dividido em 81 lotes, criado no dia 13/10/2008. (INCRA, 2015).

distintas, instalando famílias aos poucos, conforme elas iam sendo transferidas da área do conflito para a área do assentamento. Com esse modelo de organização do assentamento, não houve acampamento, sendo as famílias diretamente transferidas da área indígena, dos municípios de Bodoquena e Porto Murtinho, para a Colônia Conceição, no município de Nioaque.

A fazenda desapropriada para a criação do assentamento estava registrada com o nome de Conceição, denominação mantida pelas famílias. No entanto, nos documentos emitidos pelo INCRA, nos títulos dos lotes dos assentados, consta outra denominação, a de Projeto de Assentamento Nioaque. Contudo, na prática diária, os assentados mantiveram o nome Colônia Conceição, facilitando o reconhecimento em termos de localização municipal, visto que era a maneira como a população local denominava. Dessa forma, mantivemos essa nominação em nosso estudo.

Para além da manutenção do nome da fazenda, são inegáveis as mudanças processadas com a divisão da antiga fazenda e a criação do assentamento, porque de um latifúndio, que pertencia a uma única pessoa, foram formados 373 pequenos lotes, neles assentando o mesmo número de famílias. No entanto, se somarmos as pessoas, considerando o número de membros de cada família, mesmo com a redução de residentes em partes dos lotes, ainda assim, no ano de 2020, obteremos mais de 1000 pessoas na área, número que anteriormente contabilizava quantidade de cabeças de animais. Essa, por si só, já é uma grande mudança.

As famílias, ao serem assentadas, passaram a imprimir múltiplas dinâmicas internas especialmente no que se refere à produção de alimentos diversos, bem como em mudanças externas, no contexto urbano do município, onde comercializam produtos e adquirem o que necessitam. O destaque maior nas relações de comércio da Colônia está na criação e comercialização de bovinos, pois o gado figura como a atividade principal no assentamento, um aspecto que remete ao modelo da fazenda desapropriada, pois mantinha o rebanho em áreas de pastagens, visto que os solos apresentam características inadequadas para o desenvolvimento do cultivo de produtos agrícolas variados. Quando as famílias lá chegaram, os pastos estavam prontos, direcionando-as para a manutenção da atividade e que melhor respondeu à produção, a pecuária.

Salientamos que a criação de gado nos pequenos lotes difere do modelo anterior (da fazenda), pois, embora seja a mesma atividade, o manejo foi reorganizado, passando os assentados a combinarem a pecuária de corte com a pecuária leiteira, associando áreas de plantio de alimentos, como feijão, mandioca, frutíferas, entre outras, numa nova configuração da produção no assentamento. É a recombinação do velho na nova dinâmica, nem sempre um modelo desejado pelas famílias, mas o possível na dinâmica local, tanto em termos de potencial do solo, como de condições locais e nas próprias habilidades dos assentados, voltadas à pecuária.

Quanto ao total da área da Colônia Conceição, essa é dividida em cinco linhas/estradas que passam em frente aos lotes dos assentados, as quais demarcam as subdivisões do assentamento. As linhas possuem denominações de elementos locais, na distribuição dos lotes, sendo elas: Linha da Jaguatirica, com 117 lotes; Linha do Taquarussu, com 102 lotes; Linha do Mané, com 72 lotes; Linha Dona Ilza, com 64 lotes, e a Linha Sede, com 18 lotes.

Para a organização coletiva do assentamento, as famílias criaram duas associações. A primeira é a Associação da Agrovila da Colônia Conceição (AACC), com 80 sócios, e a segunda a Associação Cultural Esportiva e de Produção Agrícola dos Assentamentos de Nioaque (MSABCD), com 21 sócios. Há, ainda, escola, posto de saúde, igrejas e, também, uma agrovila, como apresentaremos a seguir. Conta com transporte coletivo para a cidade de Nioaque, realizado uma vez no dia e em três dias da semana: segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira. Para o deslocamento, tanto interno como externo, a maioria das famílias possuem automóvel próprio, o que facilita irem e virem para visitas ou para proverem suas necessidades, bem como acessar serviços em geral.

ESPAÇOS COMPARTILHADOS NO SISTEMA EDUCACIONAL E NOS SERVIÇOS

Na Colônia, existe uma escola municipal que atende do primeiro ao nono ano do ensino fundamental, denominada Noé Nogueira Polo, a qual possui uma extensão no assentamento Boa Esperança. No entanto, essa extensão atende apenas aos alunos dos anos

iniciais da educação básica, ou seja, as crianças do primeiro ao quinto ano que residem naquele assentamento. Já a escola Polo, atende a educandos da Colônia e dos assentamentos Boa Esperança e Andalucia.

A escola funciona em dois períodos, matutino e vespertino, e seu prédio conta com seis salas de aulas, biblioteca, secretaria, sala de professores e de coordenador, sala de tecnologia, cantina, cozinha, refeitórios e sanitários. Para atender aos 223 alunos, até o ano de 2020, a escola possuía 35 funcionários, destes 14 administrativos e 21 professores, a maioria residentes na Colônia Conceição e nos assentamentos vizinhos. Dentre os professores, 12 deles residem na Colônia Conceição, quatro no assentamento Boa Esperança, dois na Colônia Padroeira do Brasil, outros dois no assentamento Andalucia e um no assentamento Areias.

Os educandos, após concluírem o ensino fundamental, são transferidos para a Escola Estadual Padroeira do Brasil, localizada no assentamento de mesmo nome, a qual se encontra a 10 km de distância do primeiro acesso da Colônia Conceição. Na Escola Estadual Padroeira do Brasil, em 2019, estavam regularmente matriculados 23 alunos no 1º ano, 19 no segundo e 17 no terceiro ano, totalizando 59 alunos no ensino médio, e dentre estes 24 são moradores da Colônia Conceição. Observamos que o número de alunos no ensino médio aponta para o envelhecimento populacional, incidindo diretamente na quantidade de pessoas em idade escolar.

Ainda em relação à infraestrutura do assentamento, no interior da Colônia existe uma agrovila planejada pelo INCRA durante a implantação do assentamento, com o objetivo de concentrar a população de assentados em um núcleo urbano. Por meio do sistema de agrovila, o Estado poderia construir escolas, posto de saúde e, ainda, distribuir água e energia apenas na agrovila, meta para a redução de custos. Porém, segundo os assentados, após cinco anos de efetivação do projeto de assentamento, essa agrovila foi loteada entre os assentados, mas diante das distâncias entre a agrovila e os lotes onde ocorre a produção, nenhum assentado construiu nela.

Esse fato nos leva a dialogar com Menegat (2008, p. 231), ao apresentar o campo de sua pesquisa, o assentamento Taquaral, quando diz que "[...] observamos, então, que o abandono do projeto das agrovilas ocorreu em virtude de ele não ser o projeto vislumbrado

pela maioria das famílias e sim o projeto do Estado". O fato de separar o lugar da morada daquele do trabalho descola o assentado da lida diária com o campo e os animais. Segundo Menegat (2008, p. 231):

> As agrovilas efetuariam a separação entre público-privado, que é típica do meio urbano, onde o trabalho assalariado, fora de casa, leva separação entre as duas jornadas. No meio rural, essa separação é artificial, pois o espaço e o modo de vida tendem a ser construídos de forma a conjugar o trabalho produtivo e o reprodutivo. [...] nas agrovilas, impostas pelo Estado, um rompimento com seu projeto de vida e é nesse rompimento que está à raiz da recusa, uma vez que elas procuraram estabelecer em um único lugar uma espécie de junção entre tempo de trabalho e tempo de vida, sendo o tempo e o espaço da produção e da reprodução contínuos.

Contudo, com o passar dos anos, alguns assentados, que tinham lotes próximos à referida área, decidiram residir nela. Somaram-se a eles os primeiros donos de vendas, pequenos comerciantes e, posteriormente, outras famílias foram se instalando no povoado. Estas últimas ocuparam os terrenos que se encontravam vazios, formando uma pequena vila de moradores envolvidos com o comércio local. A Agrovila está disposta da seguinte maneira: seis ruas que dão acesso a mais de uma centena de casas, destas muitas se encontram vazias, umas estão em bom ou ótimo estado, mas a maioria é constituída de pequenas construções ainda inacabadas.

A população que ocupa a área da Agrovila é constituída por aposentados e seus filhos, que constituíram suas próprias famílias e saíram dos lotes dos pais. Há, ainda, pessoas que não possuem lotes no assentamento e encontraram na Agrovila um lugar para se organizarem. As pessoas que lá residem precisam de uma fonte de renda monetária para sustento e a saída encontrada está no trabalho sazonal de "empreitas" e/ou diárias nas fazendas e nos lotes do assentamento.

Na agrovila, existem estabelecimentos comerciais, tais como: mercado, mercearia, bares, agropecuária, oficina de moto, loja de materiais de construção, que abastecem a população da Agrovila, dos lotes da Colônia e, também, dos assentamentos do entorno. Há, ainda, Igrejas, somando 14 delas no todo do assentamento, sendo cinco católicas e nove evangélicas (de várias denominações). Destas, na agrovila, são quatro, uma igreja católica e três evangélicas.

O assentamento conta também com atendimento de saúde, que acontece na unidade de saúde pública, uma edificação localizada na antiga casa sede da Colônia e que está organizada em nove salas, sendo: consultório médico, consultório de enfermagem, sala de vacina, sala de procedimentos, sala de recepção, consultório de dentista, sala de acolhimento e triagem, sala de reunião, almoxarifado, cozinha e sanitários masculinos e femininos. "O posto de saúde atende a 773 famílias de 768 domicílios, destas 353 pessoas são hipertensas e 102 são diabéticas, totalizando o número de 2004 pessoas no raio de atendimento dessa unidade básica de saúde" (Prefeitura Municipal de Nioaque, Secretaria de Saúde, 2018).

Para atender à demanda da Colônia e assentamentos vizinhos, 12 agentes de saúde acompanham o dia a dia dos moradores. Destes, cinco atuam somente dentro da Colônia Conceição. Somado aos agentes de saúde comunitários, existe uma equipe de nove funcionários na unidade de saúde, dentre eles: médico, dentista, enfermeira, técnico em enfermagem, além de outros funcionários encarregados do auxílio aos profissionais e manutenção do posto de saúde. Os cinco agentes que atendem à população da Colônia Conceição, mais dois funcionários, uma atendente e uma auxiliar de dentistas trabalham e moram na Colônia. Vale salientar que todos os agentes de saúde obrigatoriamente devem residir na Colônia ou no assentamento onde prestam serviço. A existência da unidade básica de saúde na Colônia Conceição traz a assistência próxima ao assentado, que não precisa se deslocar para a cidade a fim de realizar consultas de rotina, indispensáveis devido ao envelhecimento da população local. O atendimento ao público ocorre dentro da unidade nos dias de segunda-feira, quarta-feira e quinta-feira. O atendimento diário é de 12 pacientes com agendamento, mais duas emergências, totalizando 14 consultas/dia e 42 atendimentos nos três dias da semana.

Nas terças-feiras e sextas-feiras, outras duas modalidades de atendimentos são postas em prática. As terças-feiras estão reservadas para o atendimento aos hipertensos, sendo esse atendimento itinerante, pois o médico e sua equipe se deslocam para o interior do assentamento a fim de realizar atendimento mais próximo, nas moradias dos demandantes dessas consultas. Identificamos seis lugares de atendimento, próximos aos lotes dos moradores, destes: quatro lugares de atendimentos em pontos específicos nos assentamentos

localizados no entorno da Colônia Conceição; dois pontos na Colônia Conceição, sendo um no Centro Comunitário da Dona Aurea e outro na linha Taquarussu, esse último ocorre na residência de uma assentada em decorrência da falta de um lugar público próximo. Por último, a sexta-feira é destinada ao atendimento em domicílio. Nesse dia, o médico percorre as casas das pessoas mais velhas do assentamento para, assim, verificar como os pacientes vivem em suas moradias, bem como as condições de locomoção, alimentação e outros aspectos importantes para os velhos que possuem alguma debilidade. Sobre o atendimento à saúde pública na Colônia Conceição, o senhor do lote 89 descreve da seguinte maneira:

> A gente vai ali no posto da sede, tem que passar por lá. Eles encaminham para fazer exames. Eu mesmo estive doente e o médico do posto mandou ir fazer exames, depois tem que voltar no posto pro médico ver. Ali no centro comunitário a gente vai medir a pressão uma vez por mês. (Assentado na colônia, linha do Mané, 63 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2018).

Quanto ao atendimento odontológico, é oferecido em cinco dias da semana, sendo seis pessoas atendidas em cada dia. Destes, cinco pacientes são agendados com antecedência e um reservado para emergência. No atendimento, são realizadas restaurações, extrações simples, raspagens, suturas e outros serviços, exceto os tratamentos de canal do dente e de introdução de próteses.

OS LOTES COMO LUGARES DA VIDA

Nos 230 lotes que contam com pessoas neles residindo e produzindo, como evidenciamos na introdução do texto, em 128 deles, encontramos pessoas de 60 anos ou mais, e destes, em 85 lotes, temos a presença somente de velhos. Em outros 43 lotes, há velhos em parceria com parentes mais jovens. Outros 102 lotes são ocupados por pessoas com menos de 60 anos de idade, sendo 19 destes de herdeiros, os quais são compradores e/ou pessoas que residem na Colônia desde o início do assentamento. Além dos lotes com moradores, existem outros 143 lotes sem pessoas, sendo 19 deles ainda de posse de velhos que já não residem nos lotes. Neles, ocorre criação de gado, tendo sido parte deles comprada por assentados, que ampliaram sua área inicial, outra parte pertence àqueles que, por algum motivo, dentre eles pela morte do titular e seus herdeiros residirem fora do assentamento

e/ou saída dos titulares devido à velhice e os herdeiros não assumirem, direcionaram o lote ao arrendamento dos pastos ou comercialização.

É curioso observar que na soma total dos lotes do assentamento Colônia Conceição, mais da metade dos moradores possuem 60 anos ou mais, o que totaliza 128 deles, com gestão de pessoas com menos de 60 anos. No total dos 128 lotes com velhos, em 85 deles, os velhos moram sozinhos, sem contarem com a ajuda dos filhos por perto. Por isso, o estar só ou sós se configura num desafio para a continuidade na atual organização da área.

Atualmente, é possível encontrar diversos assentados que possuem áreas ampliadas em virtude da compra de novas áreas das pessoas que foram saindo do assentamento e, assim, conseguiram melhores condições para viabilizar a atividade pecuária. A formação dessas áreas ampliadas na dinâmica da organização de assentamento rural parece contraditória, se considerados os referenciais assegurados no Plano Nacional de Reforma Agrária, que dispõem sobre o modelo de assentamento organizado com pequenos lotes destinados à produção de alimentos, primeiro para a reprodução/sobrevivência familiar, depois para a venda do excedente.

No entanto, se analisada sob as condições locais do assentamento Colônia Conceição, é possível encontrar outros elementos que até validam a nova reorganização. Ou seja, na atividade com a pecuária, a ampliação resolve o problema produzido pelo INCRA, pois na desapropriação para formação do assentamento, já sabia das fragilidades em relação à fertilidade do solo e até da aptidão das pessoas que assentou com prática na pecuária. Por esse motivo, deveria ter planejado lotes com tamanho maior, tendo como referencial essa atividade.

A pecuária é uma atividade viável na produção dos pequenos e em qualquer lugar do Brasil, sobretudo, quando vem combinada com a produção de leite. No caso da Colônia Conceição, dada às condições do lugar, mostrou-se a mais recomendada. O INCRA não deveria ter se guiado pela meta de assentar maior quantidade de pessoas para resolver a

situação de exclusão social, porque isso posteriormente gerou expulsão social, como indicado por Menegat (2009).[4]

Em relação às famílias da Colônia Conceição, nos primeiros anos de assentamento, eram compostas por um número maior de membros, mas com o passar dos anos, os filhos foram crescendo, constituindo novas famílias e saindo do assentamento, seja para trabalharem nas cidades seja para assumirem seus próprios lotes. Os pais ficaram e, ainda, lá estão, na labuta diária dos trabalhos com o lote, fazendo com que o assentamento atualmente tenha na gestão dos lotes, em sua maioria, a dinâmica de pessoas mais velhas.

A realidade da Colônia Conceição nos leva a relacioná-la a outros assentamentos, onde ocorre uma conjuntura social de mobilidade, decorrente dos processos de industrialização e urbanização, como descreve Scalon (1999). Esses processos impulsionam os jovens a se deslocarem para os centros urbanos, principalmente, pela carência de políticas públicas de incentivo à permanência no campo. Com isso, há uma redução da mão de obra familiar nas unidades de produção do assentamento, bem como na sucessão da gestão dos lotes.

Na Colônia Conceição, no contexto atual, o número de membros familiares reduziu, e dificilmente se verifica famílias com dois filhos ou mais dentro do lote, salvo naqueles lotes onde os donos estão abaixo dos 59 anos. Assim, vem ocorrendo o processo de envelhecimento da população, aliado ao vazio demográfico resultado da saída dos antigos moradores de lotes, que passaram a ser destinados para a criação de gado, em muitos deles sem manutenção do local das moradias.

Os lotes do assentamento contam com uma maioria de moradores velhos/as, que insistem em se manterem no lugar, imprimindo dinâmicas na produção, vivendo do que retiram dos lotes, mesmo contando com o recurso que recebem do Governo Federal por meio

[4] A pesquisa de Menegat (2009), no Taquaral, assentamento no município de Corumbá, concluiu que o INCRA, ao assentar pessoas descapitalizadas em terras inapropriadas para o cultivo de produtos agrícolas, as quais não detinham poder econômico para melhoria do potencial do solo, acabou por não efetivar a inclusão social e produtiva no Taquaral. Assentar somente não resolve, apenas visa a cumprir protocolo de que o Estado fez a parte dele: assentou famílias. Não considerar os critérios adequados para assentamento lançou-as à sua própria sorte. Por isso, a expulsão da qual nos fala a autora, a qual é resultado da migração das famílias que não encontraram estratégias para viabilizarem a permanência nos lotes, ocasionando a reconfiguração da área por aquelas que dispõem de melhores condições para permanecer.

do direito à aposentadoria[5]. Dessa forma, a combinação entre a aposentadoria e o rendimento do trabalho no lote traz condições favoráveis financeiramente, produzindo certa tranquilidade no viver a velhice na Colônia, porque acumulam o que retiram com a comercialização de produtos com o valor monetário que recebem com a aposentadoria.

O fato de cada assentado possuir sob seu domínio a titularidade jurídica, a documentação legal de cada lote, oferece-lhe autonomia perante o INCRA para comercializarem lotes quando desejarem, fazendo com que os assentados que por motivos diversos não conseguiam lá se manterem, vendessem seus lotes. Diante desse fato, existem assentados que residem na Colônia desde 1985, momento da criação do assentamento, mas há também outros que chegaram posteriormente, que foram adquirindo lotes por meio da compra.

Nesse vai e vem, é possível encontrar lotes vazios de pessoas, sendo apenas explorados economicamente com a pecuária. Isso ocorre especialmente com aqueles que foram sendo comprados por um único assentado, que reuniu áreas de diversos lotes, e efetivou a infraestrutura habitacional em apenas um deles. Há outros lotes usados como sítios de lazer, utilizados apenas em finais de semana e feriados. Em outros, moradores adotam certa sazonalidade, parte dos meses moram na Colônia, outra parte na cidade. Assim, em relação ao quantitativo de pessoas acima dos 60 anos de idade, que moram e são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Programa de Hipertensão do município, encontramos 200 pessoas velhas.

AS RESIDÊNCIAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Em relação às residências das pessoas assentadas, notamos que todas as edificações contam com energia elétrica. Quanto ao estado de conservação, observamos a seguinte situação: em 78 lotes, as casas estão em ótimo estado de conservação. Algumas foram construídas recentemente, a menos de cinco anos; outras, embora antigas, passaram

[5] A aposentadoria rural é um direito da população que reside no campo. O homem tem direito aos 60 anos de idade, e as mulheres aos 55 anos de idade, ambos após comprovarem que moram na área rural há pelo menos 15 anos.

por reformas, como pintura e ampliação. Assim, a casa, para o assentado, parece com "a morada da vida", descrita por Heredia (1979), lugar onde a família se abriga, alimenta-se, repousa, em um espaço simples, porém carregado do cuidado com as plantas, por exemplo. Em todas elas, a porta de acesso encontra-se na parte da frente e nesse sentido tem-se a combinação indicada por Heredia (1979, p. 90): "A sala é o ambiente que comunica o interior com o exterior e por isso é o lugar menos privado da casa. Por outro lado, dentro da casa, a sala é também o espaço do pai de família; nela, ou os vizinhos e parentes para conversar". Já a cozinha, assemelha-se ao que descreve Heredia (1979, p. 90):

> A cozinha, situada no extremo oposto da habitação, é o lugar específico da mãe de família. É onde se preparam os alimentos e, em consequência, a mulher permanece ali a maior parte do dia. Ao contrário do que acontece com a sala, as pessoas estranhas não têm acesso à cozinha, pois só entram na casa pela cozinha as mulheres vizinhas e parentes.

O entorno das casas faz eco às descrições de Heredia (1979, p. 38), quando afirma que o "[...] setor exterior imediato a essa porta de acesso ajuda a definir a frente da casa, já que nela se encontram concentrada a maioria das arvores frutíferas que cercam a moradia". Existem projetos para melhoria das residências, como o caso do colono do lote 89, que pretende realizar reformas, as quais são descritas assim:

> Já estamos velhos essa casa aqui está boa, pretendo apenas erguer essa varanda, ela está muito baixa. Quero também cobrir o poço, proteger, fazer uma varanda em cima dele. Da até para alguém dormir lá, sabe é aqui tem muita gente, a família está crescendo igual à família do seu Joaquim (Assentado na Colônia, linha do Mané, 63 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2018).

Quando o assentado afirma: "aqui tem muita gente", ele está se referindo à quantidade de filhos e netos que frequentam a sua casa. Contudo, isso ocorre apenas em finais de semanas e feriados, pois estes parentes moram em outros municípios, sendo, assim, visitam os pais com regularidade. Nas residências, são identificadas reformas periódicas, com raras ampliações, mas a contento, de acordo com as vivências dos assentados. Nesse levantamento, encontramos habitações que estão mal conservadas, grande parte em lotes comprados para o único fim, a da criação de gado. Neles não existem moradores residindo. Nesse cenário, também encontramos residências com estado de conservação ruim, ocupadas por famílias que não possuem condições financeiras favoráveis para realizar manutenção e

isso reflete no cuidado com a edificação. Existem, ainda, lotes que contam com mais de uma moradia. A casa principal é ampla e bem conservada, já a segunda casa é destinada a receber agregados e aparenta aspecto mais simples e o tamanho é menor. No que se refere ao entorno das casas, num primeiro olhar, notamos a presença de pomares na maioria dos lotes, rodeados por frutíferas, com destaque para a manga e os cítricos em geral. Entretanto, somente os pomares mais adensados e amplos estão de acordo ao que diz Primavesi (2016, p. 168): "Em pomares e cafezais é importante manter o solo, nas entrelinhas, sempre coberto por vegetação ou restos vegetais". Somado a ações ligadas, "a diversificação da vida do solo ocorre pelo uso de espécies diferentes de plantas, bem como pelo seu uso de variedades diferentes da mesma espécie, em que uma é capaz de explorar o espaço radicular da outra, sem conflitos" (PRIMAVESI, 2016, p. 86).

É compreensível a ausência de vegetação ou resto de tratos culturais nos pomares próximos às casas da Colônia, contrariando o que indica Primavesi (2016), visto que lá os pomares foram implantados pensando na sombra para a família. Assim, a limpeza permanente do solo é vista como cuidado necessário para ter um espaço acolhedor, onde a família possa desfrutar do quintal, livre de animais como serpentes, escorpiões, entre outros. O arranjo dos pomares nos lotes sugere a garantia de uma junção entre fonte de alimento e sombras para amenizar as altas temperaturas do lugar. Vejamos algumas imagens:



Figura 01: Fotos 01 e 02: Casas e seus entornos

Fonte: Registro da pesquisa de campo, no ano de 2019.

Os pomares servem também de proteção contra as intempéries climáticas, especialmente contra a força dos ventos, bem presentes na região em determinadas épocas do ano. Vejamos o que o assentado do lote 89 relata sobre as plantas que compõem o entorno da casa.

> Nós gostamos de ter um lugar gostoso, cheio de sombra, mas a gente se preocupa é com o vento, aqui venta muito. Eu ainda estou plantando umas ali no meio dos pés de manga. Também adoro flores, folhagens, eu gosto de ter minhas plantas aqui. (Assentado na Colônia, linha do Mané, 63 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2018).

Ademais, outros assentados entrevistados destacaram que a introdução de plantas no entorno das residências deve-se também a fatores, como sombra para minimizar o calor, proteção para controlar a força dos ventos e alimentação, pois as árvores frutíferas são utilizadas na alimentação.

Assim, observamos em cada planta cultivada uma ou mais funções na composição do arranjo do entorno das casas. Como aponta Harwood (1986), as plantas nos quintais, além de serem fontes de alimento, fornecem sombras, protegem as casas contra ventos fortes e, ainda, agregam valor estético ao arranjo paisagístico convertido em um espaço acolhedor e agradável para a família.

Compondo o cenário das plantas, é comum encontrar mesas, cadeiras e bancos, distribuídos embaixo das árvores mais frondosas, principalmente das mangueiras, lugar onde assam o churrasco nos finais de semana e em datas comemorativas, tornando o quintal uma extensão da própria casa, como indicado por Heredia (1979, p. 38):

> Há um cuidado especial em manter esse terreiro limpo, varrendo-o com maior frequência que ao resto porque este é o espaço "público" da casa. É nesse terreiro da frente da casa que os homens da família se reúnem quando regressam das tarefas agrícolas, e nas épocas de calor, descansam à sombra das árvores durante os intervalos do trabalho diário. O terreiro na frente também serve de local de reunião com os vizinhos quando estes vêm a casa para conversar.

O quintal é também o lugar onde os membros da família tomam o tereré (bebida típica de Mato Grosso do Sul à base de erva-mate), assim como tem a função de espaço para receber visitas, sejam aquelas que chegam da vizinhança, ou mesmo as pessoas de fora do assentamento que, ao chegarem às casas, direcionam-se primeiro para a sombra das árvores,

ao invés de adentrarem no interior das casas. Nesse formato, as sombras das árvores, como vemos nas fotos 3 e 4, são encontrados bancos de madeira, assumem sentido de sala de estar e de sofá onde é possível o relaxamento. Vejamos algumas imagens:



Figura 02: Fotos 03 e 04: Casas e seus entornos

Fonte: Registro da pesquisa de campo, no ano de 2019.

A sala de estar, conforme Heredia (1979), é o cômodo mais importante de uma casa, porque é por ela que as pessoas de fora são acolhidas. No caso do assentamento, como se observa nas imagens acima, essa acolhida normalmente acontece no pomar, lugar onde os visitantes vão chegando e se acomodando nos bancos de madeira rústica, sob a sombra das árvores, sendo comum permanecerem apenas nesse espaço durante todo o tempo da visita, sem adentrarem a casa.

É debaixo das árvores que conversam, bebem café, comem algum alimento que é oferecido, reúnem-se para troca de ideias. Por isso, é comum encontrar mesas debaixo das árvores e, assim, sob a sombra do pomar os/assentados/as da Colônia trabalham, descansam, confraternizam e se alimentam.

Os pequenos espaços entre as plantas formam uma barreira contra os ventos. Por isso, quando necessitam retirar um pé de frutífera, os/assentados/as da Colônia têm a preocupação de introduzir outra, seja no mesmo espaço seja em um lugar próximo, recompondo o paisagismo frutífero do lote.

O fato de parte significativa dos assentados se encontrarem na velhice faz dessa prática ainda mais presente no fazer diário, visto que possuem muitos anos com trabalhos na terra, dependendo do alimento que produzem. Nessa lógica, as árvores frutíferas evidenciam o enraizamento das pessoas no lugar, porque para que ocorra a frutificação, após o plantio das mudas e/ou sementes, são necessários muitos anos, esperando até que as plantas se desenvolvam e frutifiquem.

Nesse sentido, a formação de um pomar evidencia intenção de permanência no lugar, expressando orgulho em dizerem que foram eles que plantaram as sementes e/ou as mudas e agora colhem os frutos. Isso tem sentido de cuidado, de dedicação ao lugar, de recompensa pelo trabalho e, especialmente, de coragem e luta em construir a vida, mesmo diante das dificuldades. Ao receberem os visitantes na sala/ em formato de quintal/pomar, estão valorizando esses elementos, fortalecendo a ideia da morada da vida na Colônia Conceição.

Nas conversas debaixo das árvores, aparecem alguns aspectos curiosos, como aqueles que remetem aos motivos da formação do pomar, agora frondoso, nas histórias contadas aos visitantes sobre a origem das sementes, presenteadas/trazidas por conhecidos ou parentes, as quais hoje se constituíram em árvores. Com isso, imprimem outros sentidos às plantas, para além de se constituírem em variedades e/ou espécies, possuem histórias e trajetórias de procedência.

Em relação ao acesso e distribuição da rede de água na Colônia, é de irregular a satisfatória dada à geografia local, visto que a área está serpenteada por vários córregos que, em certa medida, margeiam uma porcentagem significativa dos lotes. O lençol freático é alcançado nas perfurações de poços de boca[6], chegando até a água por volta dos 10 metros. Porém, essa profundidade varia de um lote para outro, ou mesmo na área de cada lote, dependendo da topografia do terreno. Em um único lote, pode-se encontrar água cavando apenas um metro de profundidade, especialmente, próximo dos córregos. Mas na parte conhecida como cabeceira dos lotes, a profundidade da perfuração dos poços, para alcançar

[6] Poço de boca significa a perfuração no solo realizado manualmente, geralmente atinge o primeiro lençol freático. A profundidade varia de um ponto a outro do assentamento, dependendo da profundidade necessária para encontrar água no sobsolo.

a água, pode chegar aos 45 metros. Tendo em vista as especificidades, em quase toda a Colônia, existem poços artesianos para sanar parte do problema de abastecimento de água.

O LUGAR DA MORADA E O ELO ENTRE A VIZINHANÇA

O lugar da morada, ou seja, a casa do assentado se completa com o lote, com o assentamento e com os vizinhos, pois os espaços se fundem entre o lugar do descanso, o lugar do lazer e o espaço de trabalho. O ambiente da família é também aquele para receber parentes, amigos, vizinhança e abriga também animais domésticos, que se complementam com os animais de grande porte, da criação de gado, sobretudo, de corte.

Toda a rede de vizinhança parece estar conectada com os assentados. Eles sempre descrevem a importância da amizade entre os vizinhos, retratando-os como "amigos", com elos entre as pessoas, seja pela proximidade dos lotes, seja pela história de vida e superação desses assentados. Para o assentado de 65 anos, as possibilidades que se apresentam em viver no campo são os fatores primordiais para continuar vivendo na Colônia, dentre eles está o aspecto que versa sobre a sua mobilidade, ou seja, condições de ir e vir sem muito esforço. Ele retrata essa mobilidade através dos meios de transportes.

> Lugar melhor do que esse aqui que a gente está vivendo! Toda cidade é perto, você sai daqui, em meia hora, uma hora você está na cidade. Para que você quer ir morar na cidade? Você tem que viver aqui, arrumar uma caminhonete e viver aqui, eu penso assim. Não precisa ir para cidade, lá você tem que comprar um limão, aqui você não precisa compra, tem que comprar uma banana, aqui você não precisa comprar, uma batata tem que comprar. Nós aqui têm tudo que ajuda: um ovo, você não precisa comprar um frango, você não precisa comprar. (Assentado na colônia, linha da Jaguatirica, 65 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2019).

O assentado salienta a facilidade de transpor espaços, visto que num tempo de 30 minutos consegue se deslocar do campo até a cidade, o que está entre as vantagens de se viver na Colônia. Outra vantagem, segundo o assentado, está no "ter de tudo": ovos, frangos, frutas e outros alimentos que dependem apenas da dedicação deles em cultivá-los, num espaço disponível, diferente da cidade, onde teria de comprar esses alimentos. Durante as entrevistas, os assentados velhos manifestaram satisfação e alegria em morarem no

assentamento Colônia Conceição, num pertencimento que se funde com tudo que já realizaram na transformação e manutenção dos seus lotes.

> Eu vivo bem, nossa não tenho o que falar daqui eu ando por aí, eu já tenho falado para minha esposa. Se eu tivesse ficado lá em Minas Gerais, na época que eu estava lá ou vindo aqui para o Mato Grosso. Porque eu sou mais Mato-grossense do que mineiro, então gostei mais daqui que é um lugar que eu já morei mais. Já está com 34 anos que nós estamos aqui, então eu acho bom porque, amizade, graças a Deus eu tenho muita amizade, já cheguei na velhice, tenho minhas filhas, já tenho netos, bisnetos. Eu fico muito contente de viver aqui a pesar de que a gente não aguenta mais trabalhar como quando eu cheguei aqui. Mas dá para gente ir virando bem. A gente já tá veio para que trabalhar muito mais. (Assentado na colônia, linha do Mané, 71 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2019).

A morada, para eles, é o espaço onde superam dificuldades e prosperaram. Ao olharem para trás e vislumbram que venceram uma condição de marginalidade, gozando, agora, de uma condição de privilégio em plena velhice. É a velhice que de alguma maneira contribui para a melhoria das condições econômicas, visto que contam com a aposentadoria. "A aposentadoria para mim é tudo, eu compro, dou para os filhos, se alguém precisa e colaboro. Eu comprei um terreno em Caarapó, comprei esse carro, pagando por mês. Esse dinheiro é uma benção de Deus" (Assentada na colônia, linha do Mané, 73 anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2019).

Para a assentada, o dinheiro da aposentadoria é mais importante que o dinheiro do gado. Ela vende gado para pagar a limpeza do pasto, conhecida como roçada de pasto, momento que deve dispor de maior quantidade de recursos. Destaca que fez tratamentos de saúde que exigiram elevado recurso, utilizando da aposentadoria, somados com a venda de gado. Por fim, destaca: "Eu não tenho plano de ir embora, tudo que tenho aqui eu nunca vou tirar daqui... quando eu morrer eles (filhos) vêm ficar aqui durante o final de semana".

Os velhos/as desaceleram e estão dando mais atenção às coisas simples da vida, como as amizades e, também, aos cuidados com a saúde. É nesse aspecto que a vizinhança mostra-se fundamental, porque, em caso de necessidade, conseguem, num primeiro momento, serem atendidos pelos mais próximos, os vizinhos, e na sequência pelos filhos, que não mais se encontram nos lotes, mas estão nas cidades próximas à Colônia. Por isso, o agradecimento em relação ao lugar, que lhes propiciou meios para formar filhos e atualmente lá viverem.

> Eu ainda faço alguma coisa, trabalho um pouquinho fazendo uma cerca, mas eu sinto muito feliz, porque a gente alcançou essa idade 71 anos, então eu sou feliz, porque até aqui, eu nunca tive inimigo, sempre tive amigos, todo lugar que a gente vai às pessoas manifestam bondade com a gente, então eu sinto muita alegria, muito prazer, não tenho desprazer com filha, neta até aqui graças a Deus. Eu tinha vontade de minhas filhas ser tudo formadas, mas pra duas eu não consegui, mas tem duas formadas. Eu sinto bem se a gente está até aqui, eu não tenho desprazer, eu tenho é prazer, como se diz, eu tenho amizade. É um prazer, está vendo o movimento da minha família, dos amigos, eu trabalho, mesmo que a força é pouca, mas da pra fazer muita coisa inda. (Assentado na colônia, linha do Mané, 71 Anos de idade. Entrevista gravada no ano de 2019).

Mesmo vivendo a etapa da velhice, o assentado evidencia que ainda é possível continuar realizando algumas tarefas. Ele demostra satisfação por ser uma pessoa amistosa, bem recebida em todos os lugares da Colônia, sendo sua maior alegria a família, um elo retratado por ele na figura de suas filhas.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA COLÔNIA CONCEIÇÃO

Nos lotes do assentamento, na extensão de toda a área, encontra-se a junção de várias atividades agropecuárias, sendo a atividade principal, como mencionamos anteriormente, a criação de gado, com destaque para a pecuária de corte e, em menor escala, para o gado leiteiro.

Nesse cenário direcionado à pecuária, quando se adentra a Colônia Conceição, verificamos um assentamento singular em diversos aspectos, pois praticamente toda a paisagem é coberta por pastagens, tendo as cercas como marcos que delimitam os limites dos lotes. Neles, um grande número de bovinos é visto nos piquetes de pastos e, assim, facilmente é percebido o quanto os rebanhos são considerados a maior fonte de renda proveniente da Colônia.

Facilitando o olhar do transeunte está a topografia da localidade, que permite visualizar longas distâncias ofuscadas, por vezes, pelas muitas árvores espalhadas nos lotes, formando, na visão horizontal, a falsa sensação de cobertura vegetal arbórea considerável, o que não se sustenta, se verificado mais de perto. As variedades das árvores possuem ramificação ampla, formando, em cada uma delas, espécies de grandes saias, ocupando

círculos, dando a falsa impressão de densa quantidade de árvores. Assim, quem transita pelas estradas de acesso aos lotes pode ver de longe o branco dos animais pastando, contrastando entre o verde do pasto e o das árvores, evidenciando o quão expressiva é a atividade agropecuária. Como o tamanho dos lotes tem média de 26 hectares, quando um assentado consegue adquirir mais de um lote dentro do assentamento, melhora as condições da atividade pecuária.

A pecuária de corte exige maior área para pastagens, bem como de área para plantio dos pastos destinados à silagem, alimento que garante a manutenção do rebanho no período de seca, quando ocorrem reduções significativas do volume das chuvas. Dessa forma, ter mais de um lote é uma estratégia de sobrevivência para a atividade produtiva, que vem sendo desenvolvida pelos assentados, garantindo os elementos necessários para seu melhor desenvolvimento.

A aquisição dos rebanhos foi iniciada com o fomento advindo da política de crédito do Governo Federal, por meio do extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), desenvolvido durante a última década do século XX, sendo substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na primeira década do século XXI.

Quanto aos lotes que estão envoltos à atividade da pecuária leiteira, observamos poucos deles com rebanhos desse porte, visto que os preços pagos pelo litro de leite não são atrativos para justificar a produção de leite, aliados a baixa aptidão dos animais, que são adquiridos pelos assentados, bem como o clima da região, com altas temperaturas, aspectos que inviabilizam a introdução de animais com características leiteiras. Mesmo diante dessas especificidades, os moradores destacaram a venda de leite como uma das saídas para poderem obter mais uma fonte de renda, que até alguns anos ocupava maior destaque, figurando nos dias de hoje como complemento de renda.

Identificamos assentados que abandonaram a atividade leiteira após se aposentarem. Isso indica dois cenários possíveis: um seria a garantia de uma fonte de renda monetária mensal através da aposentadoria; a segunda seria a falta de motivação para trabalharem com o gado leiteiro em plena velhice. Na pecuária de corte, não se faz necessário manejos constantes, ou seja, cuidados diários. Eles são contidos em momentos de vacinação

do rebanho, cura de umbigo dos recém-nascidos e tratamento de animal adulto. Os animais podem ficar dias e até semanas sem contenção, apenas sendo observados pelos donos, que avaliam quando e se é necessário reunir os animais para alguma intervenção em termos de sanidade. O cuidado maior está com a pastagem.

Na atividade leiteira, o trabalho aumenta, numa constante dedicação, entre produzir alimentos que favoreçam ao animal produzir o leite, no manejo com o gado, bem como nos esforços dedicados à ordenha do leite. Além disso, são muitos os cuidados para com o armazenamento e conservação do produto. O fato é que na chegada ao assentamento, os assentados, hoje velhos, podiam contar com ajuda dos filhos. Atualmente estes trilharam outros caminhos para fora do assentamento. Desse modo, o lote da família se encontra aos cuidados dos velhos e por essa razão, acreditamos que as atividades que estão sendo desenvolvidas na Colônia, bem como o comércio não são homogêneas, visto que segue uma dinâmica carregada de estratégias, forjadas na necessidade de cada família e na rede de comércio interno, o que permite a cada uma delas, em conformidade com suas especificidades, vender e/ou comprar animais para atenderem às suas necessidades específicas.

Na Colônia, pelas características e manejo dos solos, as quantidades de pastos não têm sido suficientes para o rebanho, fazendo com que os assentados tenham de lançar mão da prática do arrendamento de pastagens dos sítios vizinhos, dentro e fora da Colônia. Cabe destacarmos que no entorno da Colônia estão instalados outros quatro assentamentos e em determinadas ocasiões, quando da carência de pasto na área da Colônia, ocorre a procura por pastos para alugar nos assentamentos circunvizinhos. Assim, ao manter uma quantidade significativa de animais, desfruta-se de vida financeira boa, de acordo com os padrões das áreas de assentamento.

Nem todas as famílias detentoras de lotes na Colônia podem ainda contar com seus filhos vivendo nos lotes do assentamento, visto que, na dinâmica do mundo atual, os gostos e desejos que movem os sujeitos também incidem sobre os jovens assentados, que veem na cidade um novo horizonte. Quando a juventude sai do assentamento e os pais permanecem, estes precisam contratar mão de obra de outras famílias do assentamento e

mesmo de fora dele para, assim, viabilizarem as atividades, principalmente se os pais tiverem idade avançada, o que representa parte significativa das famílias do assentamento.

No entanto, a contratação de mão de obra também movimenta a vida daquelas famílias que não conseguem sucesso com a produção, e por isso é compreendida como alternativa que possibilita, de alguma forma, criarem mais uma fonte de receita na Colônia e no entorno, sendo um meio para aqueles que não conseguiram ainda estruturar o ciclo de produção em suas unidades produtivas (ou tiveram que refazer), valendo-se da prestação de serviço.

Na Colônia, do mesmo modo que existem assentados com vários lotes sob seu domínio e significativa quantidade de gado, existem outros com pouco ou nenhum rebanho. Por isso, alugam seus pastos por contratos extensos, com duração de anos ou meses. Essa modalidade de aluguel é comum entre os assentados, entendida como uma estratégia frente à necessidade de ambas as partes. Aliada à prática do arrendamento de pastos, especialmente nos períodos de relativa estiagem, outra saída encontrada pelas famílias para manterem os rebanhos é a compra de grandes volumes de milho triturado e em grãos, adquiridos nas fazendas da região. Isso promove um fato inusitado na região que é o fato de os assentados passarem a comprar a produção de fazendeiros, e em quantidade elevada e não o oposto, o que demonstra que assentamento de reforma agrária produz, comercializa e adquire produção, movimentando todos os elos dessa cadeia e com diferentes sujeitos.

Na Colônia Conceição, parte significativa dos produtos consumidos na unidade rural é adquirida na cidade, o que se deve à baixa fertilidade do solo na região. Por meio dos resultados da pecuária, compram os alimentos que não produzem.

No entanto, mesmo diante das dificuldades em produzir na Colônia, é comum encontrar a banana e a mandioca em maior número, bem como o cultivo de cana-de-açúcar, cultivada como reserva de alimento para consumo do gado, durante o período da seca, entre os meses de junho a setembro, nos quais a pastagem fica escassa.

Enfim, no assentamento Colônia Conceição, ocorreram diversas mudanças em relação à estrutura durante os 34 anos de sua criação, promovidas pelas pessoas que lá foram assentadas, evidenciando que os assentamentos de reforma agrária não estão isentos das contradições sociais, especialmente, porque a reforma agrária nunca esteve na pauta central

do Estado. No entanto, o assentamento ainda vem cumprindo o papel de sua criação, visto que lá se mantêm diversos guardiões, que mesmo na fase da velhice insistem em manterem seus lotes, formando a morada da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No assentamento Colônia Conceição, ocorreu recomposição de sua estrutura de lotes e, também, familiar, com a saída dos jovens, levando à reorganização de projetos, de forma que atualmente a atividade principal está na pecuária leiteira e de corte, que supostamente não exige a mesma intensidade de esforços físicos que o cultivo agrícola requer como gradear, plantar, limpar, adubar, colher e armazenar. A pecuária tem menor número de etapas de dedicação e permite geração de renda mensal, mas exige também força física. Essa atividade, quando reunida a outros rendimentos, dentre eles a aposentadoria rural, compõe renda mensal que oportuniza um viver sossegado financeiramente, e associado à tranquilidade do lugar, promove um envelhecimento e uma vida com conforto.

As contradições que geraram reestruturação do lugar levaram para fora do lugar aquelas pessoas que não encontraram meios adequados para lá viverem, especialmente parte da juventude, que lá chegaram ainda criança e que poderia dar continuidade na sucessão dos lotes. Seriam os herdeiros quando do falecimento dos pais, mas quando isso aconteceu já se encontravam fora do lugar. Haviam construído suas vidas em outros espaços. Com isso, em parte dos lotes da Colônia, foi sendo rompido o elo com a terra de trabalho na concepção de patrimônio de família, o que promoveu comercialização de parte dos lotes e neles o esvaziamento de pessoas, direcionando-os para a pecuária.

No entanto, ainda encontramos guardiões que lá se encontram, os quais compõem diferentes faixas etárias, sendo 128 lotes com pessoas vivendo a etapa da velhice na gestão , parte significativa dela ainda atuantes no fazer produtivo dos lotes, vivenciando um cotidiano de trabalho, que exige esforço físico.

No assentamento Colônia Conceição, encontramos pessoas velhas, mas ativas, cheias de planos, criando estratégias para permanência em área de assentamento, mesmo

diante de limitações impostas pela faixa etária em que se encontram. Isso demonstra os muitos resultados decorrentes da instalação de assentamentos no município de Nioaque (e mesmo no Brasil), que não devem ser vistos apenas pelo viés do sucesso e insucesso econômico, em termos de produção, sendo necessário considerar outros elementos, dentre eles o viver com dignidade na fase da velhice.

Os resultados da pesquisa mostram que o assentamento Colônia Conceição constitui-se num lugar de direitos, como o da produção de alimentos, com olhar sobre o meio ambiente, a manutenção de referenciais culturais nutridos por determinados grupos sociais, a produção conforme as próprias necessidades das comunidades que o compõe, mesmo que nutram certo viés de mercado, e, especialmente, o direito à vida e do viver a velhice com sossego merecido. Isso tem sentido de recompensa pela labuta empreendida na trajetória das muitas andanças, até a chegada à morada da vida, no assentamento Colônia Conceição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 1ª Ed, 2ª reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010.

HARWOOD. Richard R. **Desarrollo de la pequena finca**. San José, Costa Rica: IICA, 1986.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida: Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Planilha de quadro de P.A**, (INCRA/MS), 2015.

MENEGAT, Alzira. Salete. Mulheres assentadas e suas lutas. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida, Org. **A questão agrária em Mato Grosso do Sul:** uma visão multidisciplinar. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

MENEGAT, Alzira. Salete. **No coração do Pantanal:** assentados na lama e na areia: as contradições entre o projeto do estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS. Dourados, MS: Ed.UEMS: Ed. UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira. Salete. FAISTING, André Luiz. Caminho e caminhantes da terra: pessoas assentadas em redes de saberes em parcerias para conquista de direitos. In: FAISTING, A. L; FARIAS, M. F. L, (Orgs) **Direitos Humanos, Diversidade e Movimentos Sociais:** um diálogo necessário. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.

Prefeitura Municipal de Nioaque. Secretaria Municipal de Saúde. **Dados gerais sobre o atendimento à saúde básica via SUS**. Unidade básica de saúde Colônia Conceição, 2018.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2ª ed. rev. - São Paulo: Expressão popular, 2016.

FREITAS, André Alexandre Ricco de. **A Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul**: Os dilemas e as possibilidades na criação de assentamentos rurais a partir da análise dos dados institucionais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Dourados: UFGD, 2020.

SCALON, Maria Celi. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Editora Revan IUPERJ-UCAM, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Morais. **A luta pela terra:** experiências e memórias. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

Recebido em setembro 2020.

Revisão realizada em janeiro de 2021.

Aceito para publicação em março de 2021.

ENTRELUGAR

UBÁ, UMA CIDADE QUENTE? UM ESTUDO DO CLIMA OBSERVADO E PERCEBIDO

UBÁ A HOT CITY? AN OBSERVED AND PERCEIVED CLIMATE STUDY

UBÁ UNA CIUDAD CALUROSA? UN ESTUDIO DEL CLIMA OBSERVADO Y PERCIBIDO

Fellipe Fazionato Pacheco

Mestrando no curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa - UFV
fellipefazionato@gmail.com

Alex de Souza

Mestre em Geografia pela universidade federal de Viçosa - UFV
alesou2004@gmail.com

Salomão Jr. Curi

Mestrando no curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa - UFV
salomaocuri@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender a construção social da percepção climática dos habitantes das cidades de visconde do Rio Branco, Ubá e Tocantins, traçando um paralelo com as informações adquiridas através de imagens termais, procurando elucidar ou mesmo contribuir para um melhor entendimento da percepção climática urbana. Para tanto foi aplicado um questionário a alunos de escolas das cidades estudadas afim de identificar a percepção climáticas dos mesmos. Junto a isso, através de técnicas de geoprocessamento foram analisadas imagens termais do sensor landsat 8 para o período de um ano com o intuito de comparar com as respostas obtidas através do questionário. A partir das análises dos dados fica evidenciado uma homogeneidade entre as temperaturas observadas, distanciando das informações obtidas pelo questionário, que elege Ubá como a cidade mais quente. O resultado obtido mostra que apesar de não haver significativa diferença entre as máximas e mínimas observadas a partir das imagens termais, por conta da percepção climática e todas as variáveis que esse conceito carrega, a percepção é inerente de cada um e ocorre de acordo com as experiências, conhecimento, desejo e personalidade de cada indivíduo.

Palavras–chave Clima; Geografia. Percepção. Imagens Termais e Geoprocessamento

ABSTRACT

This study aimed to understand the social construction of the climate perception of the inhabitants of the cities of Viscount Rio Branco, Ubá and Tocantins, drawing a parallel with the information acquired through thermal images, seeking to elucidate or even contribute to a better understanding of urban climate perception. Therefore, a questionnaire was applied to students from schools in the cities studied in order to identify their climate perception. In addition, through geoprocessing techniques, thermal images of the landsat 8 sensor were analyzed for a period of one year in order to compare with the answers obtained through the questionnaire. From the analysis of the data it is evidenced a certain homogeneity between the observed temperatures, distancing from the information obtained by the questionnaire, which elects Ubá as the hottest city. The result shows that although there is no significant difference between the maximum and minimum observed from thermal images, due to climate perception and all the variables that this concept carries, the perception is inherent in each one and occurs according to experiences, knowledge, desire and personality of each individual.

Keywords: Climate. Geography. Perception. Thermal Imaging and Geoprocessing.

RESUMEN

El presente trabajo objetivó comprender la construcción social de la percepción climática de los habitantes de las ciudades de Visconde do Rio Branco, Ubá y Tocantins, diseñando un paralelo con las informaciones adquiridas a través de imágenes termales, buscando aclarar o incluso contribuir para una mejor comprensión de la percepción climática urbana. Para eso fue aplicado una encuesta a los alumnos de las escuelas de las ciudades estudiadas con el fin de identificar la percepción climática de los mismos. Junto a eso, a través del geoprocesamiento fueron analizadas imágenes termales del sensor Landsat 8 para el periodo de un año con el objetivo de comparar con las respuestas obtenidas a través de la encuesta, que elige Ubá como la ciudad más calurosa. El resultado obtenido muestra que pesa a no haber significativa diferencia entre las máximas y mínimas observadas a partir de las imágenes termales, por cuenta de la percepción climática y todas las variables que ese concepto lleva, la percepción es inherente de cada uno y ocurre de acuerdo con las experiencias, conocimientos, deseo y personalidad de cada individuo.

Palabras clave: Clima. Geografía. Percepción. Imágenes Termales y Geoprocesamiento

INTRODUÇÃO

A percepção de que a temperatura está subindo ao longo dos anos é quase que unânime. Há um argumento de que as mudanças climáticas estejam afetando diretamente

o conforto térmico, principalmente, do ambiente citadino. A Região de Ubá, demarcada assim pela hierarquia urbana regional, apresenta, inevitavelmente, uma "disputa", entre as cidades que a compõe, pelo título de cidade mais quente da região. Esse fato é identificado no cotidiano através de rodas de bate papo e foi intensificado pelas das redes sociais.

Ao longo do tempo, tornou-se comum, frequente e até mesmo começou a se tornar um ritual, o acompanhamento dos boletins meteorológicos diários apresentados pela TV e também visitas constantes a sítios na internet de fundações e institutos que fornecem dados sobre o tempo atmosférico. Mas o que se percebe é que, mesmo com as informações científicas, a percepção climática acompanha outras variáveis, permitindo assim, diferentes opiniões que, muitas das vezes, vai de encontro aos dados oficiais.

O trabalho tem como objetivo principal compreender a construção social da percepção climática dos munícipes de Visconde do Rio Branco, Ubá e Tocantins, traçando um paralelo com as informações adquiridas de imagens termais das três cidades. Como objetivos específicos procurou-se constatar através das imagens termais a temperatura de superfícies da área de estudo e identificar a percepção climática dos moradores das três cidades.

Diante da necessidade de entender a percepção do indivíduo sobre o clima que o cerca e compreender se essa percepção reproduz a realidade natural, esse trabalho se justifica no sentido elucidar ou mesmo contribuir para um melhor entendimento da percepção climática urbana, com intuito de ser um instrumento de análise socioespacial.

A PERCEPÇÃO

A percepção do clima é inerente ao ser humano, pois o mesmo interfere diariamente nas atividades do cidadão que faz a interpretação do meio. Segundo Pascoalino (2009), a maneira como o homem percebe o ambiente é singular, ou seja, a percepção de cada indivíduo se diferenciará conforme aspectos individuais, como a sensibilidade e o interesse individual sobre os objetos, que é compreendido como o foco da percepção.

Para Claval (1991), o homem instala sobre os objetos que ele percebe uma rede de significados que retratam sua experiência, o grupo no qual foi formado algumas das suas habilidades, criando assim o meio ambiente em que vive.

A percepção está diretamente ligada ao ambiente e é resultado da relação sociedade/natureza. Assim, alterações no meio ambiente são notadas pelo homem somente quando estas afetam seu bem-estar e modo de vida. (RUOSO, 2007). Em frente as mudanças climáticas vivenciadas nos dias atuais, a discussão do conforto climático está a cada dia mais relevante. Portanto, a percepção é individual e ocorre de acordo com as experiências, conhecimento, desejo e personalidade de cada indivíduo, e difere ainda, de acordo com o gênero, classe social, idade, profissão, escolaridade, ambiente cultural e o lugar onde vive. Portanto, a percepção de cada um sobre o meio ambiente leva a diferentes condutas em relação ao mesmo (OLIVEIRA; NUNES, 2007).

O lugar é entendido como o espaço vivido e a experiência humana, isto é, a subjetividade e afetividade, é o ponto-chave em sua análise. A experiência significa a capacidade de aprender a partir da própria vivência dessa abordagem busca-se compreender o que sentem as pessoas sobre o espaço e o lugar, considerando as diferentes formas de experienciá-los e interpretá-los. O lugar não pode ser visto somente como o espaço vivido, mas também como espaço produzido historicamente, utilizado, ou seja, como uma construção social, que envolve as dimensões econômicas, políticas e sociais. Conceituação derivada de Santos (2002), que busca resgatar, no debate sobre o lugar, as interações dialéticas entre a sociedade e o espaço.

Com isso, quando analisamos o homem como um ser social, compreendemos que o seu comportamento e também a sua percepção acaba sendo influenciada e até mesmo podendo ser despertada, para outra concepção. Vale dizer que estudos envolvendo a percepção climática se esforçam para entender as relações que os seres humanos estruturam em suas mentes sobre o mundo que os cerca. Tais relações desenvolvem-se a partir das sensações, combinadas a conhecimentos e experiências individuais, e da posterior percepção; portanto, variam bastante de acordo com a pessoa, o lugar, a sociedade na qual se insere a idade a condição e o perfil econômico do município.

Para tanto, este trabalho procura analisar a percepção dos alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino com idades entre 15 a 18 anos, afim de traçar um perfil do entendimento desse grupo da sua percepção climática e através da compilação dos resultados esperamos ter um diagnóstico da percepção dos mesmos sobre o clima, junto a análise das imagens termais para a mesma área para desenhar a diferença entre a temperatura observada pelas imagens e a temperatura percebida pela população dessas cidades.

Estudos demonstram, categoricamente, que o calor excessivo pode afetar o cotidiano das pessoas, chegando a interferir no desempenho, no comportamento e até mesmo na saúde dos cidadãos como os estudos revisados por Bell et al. (1990), que comprovam as temperaturas acima de 32ºC podem levar à exaustão física, à queda da atenção periférica e do estado de alerta, ao prejuízo da execução de tarefas motoras e mentais mais complexas, ao aumento da irritabilidade e, talvez, da agressividade.

O conforto térmico depende de diferentes fatores físicos mensuráveis, não apenas da temperatura do ar, pois a percepção humana da temperatura ambiente é afetada por outras variáveis, tais como a umidade do ar, a velocidade do vento e a radiação solar. A interação destas variáveis com o organismo nos processos de trocas térmicas com o ambiente e também fatores fisiológicos e percepções subjetivas são importantes aspectos que indicam as preferências da população aclimatada (BELL et al., 1990).

Segundo, Word Meteorological Organization (1996) para um bom projeto urbano climático deve-se assegurar as seguintes diretrizes: melhoria do conforto ambiental dos habitantes, tanto no exterior quanto no interior das edificações; redução da demanda de energia operante para condicionamento artificial dos edifícios; redução da quantidade e melhoria da qualidade do escoamento superficial das águas; preservação dos corredores locais de ventilação sobre o assentamento urbano, principalmente das massas noturnas descendentes de ar, responsáveis pela exaustão do calor acumulado durante o dia; variação da altura dos edifícios para melhorar as condições locais de ventilação; adequada orientação solar e arranjo dos edifícios. Com isso, é importante também ressaltar, que quanto mais os municípios se distanciam destas diretrizes, menos conforto térmico apresentará o município.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo (Figura 1) está localizada entre as longitudes 42°44’50 W e 43°07’20” W e as Latitudes de 20°56’00” S e 21°16’06” S, ocupando uma área total de 824,9 km² (Figura 1). O clima da região segundo a classificação de Köppen (1955) é o Cwa (clima subtropical úmido com inverno seco e verão quente).

A temperatura média anual é 23,9 °C, com médias das máximas de 31,9 e mínimas e 16 °C. A precipitação média anual é de 1.100 mm, com chuvas concentradas no período de outubro a março (CPRM, 2006). A área de estudo pertence ao Domínio Morfoclimáticos dos Mares de Morros, caracterizado por áreas mamelonares tropical-atlânticas florestadas (AB’SABER, 1970). Faz parte da Depressão Ubá que compõem parte do Complexo da Mantiqueira Setentrional. A altitude média das áreas urbanizadas dos municípios varia entre 307 a 451 metros, com isso esse quesito não seria um fator determinante para uma diferença entre as temperaturas das cidades e nem na relação dos moradores com a percepção climática. A colonização da área de estudo deu-se, inicialmente, a partir da decadência das atividades de mineração.

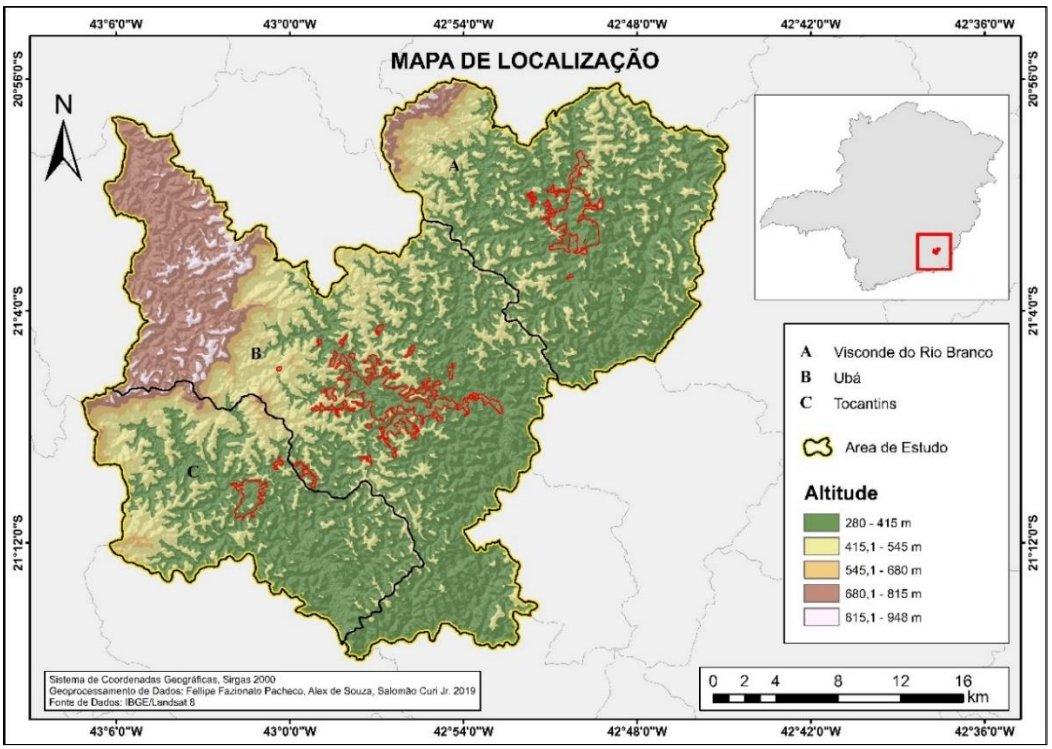


Figura 1 – Área de Estudo: (A) Visconde do Rio Branco, (B) Ubá e (C) Tocantins.
Organização: Os autores (2020)

Em fins do século XVIII e início do século XIX, várias famílias deixaram Mariana, Ouro Preto, Guarapiranga e outros centros de extração à procura de terras férteis e propícias à agricultura, onde pudessem desenvolver atividades de renda mais estável e segura.

Ubá é um município com 115.552 habitantes e que praticamente 10% (13.872 hab.) do total da população estão empregadas na indústria moveleira, e que, além disso, vive um surto no setor imobiliário, seja no processo de verticalização como no aumento horizontal da mancha urbana, contribuindo para uma maior empregabilidade em setores que demandam esforços laborais intensos e que o ambiente não contribui para o conforto térmico, lembrando que os estudos comprovam essa relação. (IBGE, 2019)

Já Visconde do Rio Branco (42.564 hab.) e Tocantins (16.659 hab.), tem como, fontes essenciais de empregabilidade urbana, o setor terciário e de serviços que na maioria das vezes, demandam esforços laborais, sensivelmente, menor que o setor secundário característico de Ubá. (IBGE, 2019).

METODOLOGIA

Metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (DEMO, 1989). Esse trabalho se baseia no método quali-quantitativo pois usa tanto o método qualitativo com a aplicação de um questionário para os alunos do ensino médio dos municípios de Ubá, Tocantins e Visconde do Rio Branco no estado de Minas Gerais e debate essas informações com imagens termais adquiridas do satélite Landsat 8.

O primeiro passo foi a aplicação de um questionário com o intuito de conhecer a percepção climática da população foco da pesquisa. Após a coleta das respostas as mesmas foram compiladas e analisadas de forma que encontremos as respostas se perceptivamente Ubá é mais quente que Visconde do Rio Branco e Tocantins ou não. Pretende-se então traçar um diagnóstico sobre a percepção climática desses alunos e compara-las aos mapas termais obtidos.

Com base nessas informações já verificadas, a segunda fase do trabalho confrontou os dados obtidos via aplicação dos questionários, a fim de verificar uma

concordância ou discordância entre o clima observado nas imagens adquiridas do sensor Landsat 8 com o percebido pelos alunos do ensino Médio das escolas de Ubá, Visconde do Rio Branco e Tocantins.

Para aquisição das imagens termais foi utilizado o METRIC (*Mapping Evapotranspiration at high Resolution with Internalized Calibration*) que é um modelo computacional desenvolvido pela Universidade de Idaho, que utiliza dados do satélite Landsat 8 para calcular e mapear a evapotranspiração (ET). O METRIC EEFlux é a versão do METRIC - operado na plataforma do Sistema Google Earth. É fruto do consórcio entre a Universidade de Nebraska-Lincoln, o Instituto de Pesquisa do Deserto e a Universidade de Idaho, apoiado financeiramente pelo Google. Na plataforma EEFlux é processada automaticamente imagens Landsat 8 de diferentes lugares do globo.

De fácil entendimento, a plataforma METRIC-EEFlux (https://eeflux-level1.appspot.com) vista na figura 2 remete ao site virtual das imagens do satélite Landsat 8 (https://earthexplorer.usgs.gov). Foram adquiridas 13 imagens termais da banda 10 do satélite Landsat 8 para o período de 1 ano. Dessas 8 foram consideradas adequadas para serem processadas em ambiente SIG, em razão da baixa incidência de cobertura de nuvens.

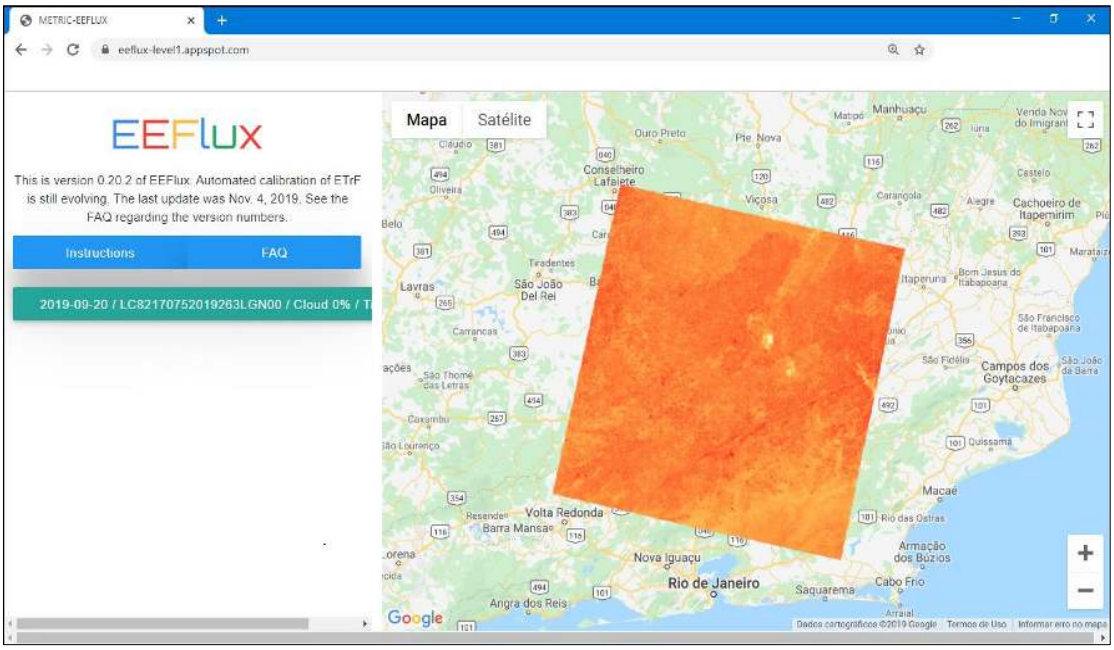


Figura 2 – Site da plataforma Metric-EEflux.
Organização: Os autores (2020)

A partir daí determinou-se as temperaturas das áreas urbanizadas no período de um ano para as três cidades da área de estudo (Anexo I), dessa forma foi possível identificar as temperaturas de superfície (observada) para que possa ser realizada a comparação com a temperatura percebida (sentida), que foi obtida através de um questionário (Anexo II). Logo após foram gerados os gráficos de barras para as temperaturas máximas e mínimas e os gráficos Boxplot para as máximas, mínimas e para as temperaturas totais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Discurso Social Coletivo tem como fundamento os pressupostos da Teoria das Representações Sociais e permite, através de procedimentos sistemáticos e padronizados, agregar depoimentos sem reduzi-los a quantidades. As representações sociais são esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu cotidiano, juízos ou opiniões; são uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, de uma realidade comum a um conjunto social. (LEFEVRE, 2010)

Tenta estabelecer um elo entre, de um lado, métodos técnicos ou métodos de investigação, ou seja, processos pelos quais a realidade é investigada, ou ainda, “as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar para si condições vantajosas de observação dos fenômenos” (FERNANDES, 1959)

As geotecnologias atuais como o sensoriamento remoto (SR), geoprocessamento de dados, associados ao sistema de informações geográficas (SIG) possuem ampla importância na assistência à pesquisa nos seus diferentes campos (COELHO, 2010). Trabalhos significativos que empregam dados e técnicas de sensoriamento remoto são encontrados em estudos como Coelho (2010), Ponzoni e Shimabukuro (2010), Jensen (2009), Florenzano (2005 e 2008), Liu (2006) e Vieira (1993), para identificação de áreas de riscos, estudos geológicos, geomorfológicos, crescimento urbano, conforto térmico, entre outros, tornando viável a aplicação de dados de imagens de satélite para análise do campo térmico da área de estudo.

Segundo Capel (1973) na análise tradicional da relação homem-meio, foi implicitamente aceito que o primeiro adaptou sua ação às características do segundo. Esqueceu-se, portanto, que essa foi precisamente uma das grandes descobertas da Geografia de hoje: o papel decisivo da percepção humana na formação de uma imagem do ambiente real, que, e não este, é o que influencia diretamente sobre seu comportamento.

Para Brookfield, (1969) a importância dessa extensão do campo geográfico é tão grande que algum autor não hesitou em afirmar que: "Os estudos sobre a percepção do meio rivalizam com a outra grande onda inovadora na Geografia moderna, a revolução quantitativa...".

O questionário (Anexo II) aplicado aos alunos do Ensino Médio teve por princípio entender como os mesmos tratam a percepção climática do seu meio de vivência foi aplicado nas escolas E.E. Dr. João Pinto na cidade de Tocantins, E.E. Raul Soares em Ubá e no Colégio Municipal Rio Branco em Visconde do Rio Branco com alunos do Ensino Médio, com idades entre 15 a 18 anos. O questionário foi aplicado na parte da manhã, e buscou informações sobre seu conforto climático diuturno, sendo no trabalho, em casa ou em alguma atividade que o mesmo desempenhe e sua percepção sobre a sensação térmica não só na cidade onde reside, mas também nas cidades vizinhas através de sua vivencia.

A partir da análise das imagens termais do dia coletadas entre 01/09/2018 e 20/09/2019 (Anexo I), observa-se que a morfologia tem um papel importante, na distribuição do campo termal da área de estudo, sendo que está área é compreendida tanto por uma depressão popularmente conhecida como Golfão de Ubá, localizada a sul/sudeste da área de estudo, tanto pelo planalto de Viçosa localizado na parte norte/noroeste da área de estudo. Cabe destacar a localização da serra de Ubari, no município de Ubá, que não foi contemplada na área de estudo com temperaturas médias entre 20,8^{0}C a 25,0^{0}C, (mais amenas) enquanto em Visconde do Rio Branco, registra a maior ocorrência de temperaturas máximas (Gráfico 1), Visconde do Rio Branco Também se apresenta como município com o registro de maior temperatura de superfície 40,64 °C (Gráfico 1),

registrada, no período da manhã entre as 10 e as 12 horas, hora aproximada da passagem do satélite com o Sensor Landsat 8 (INPE, 2019).

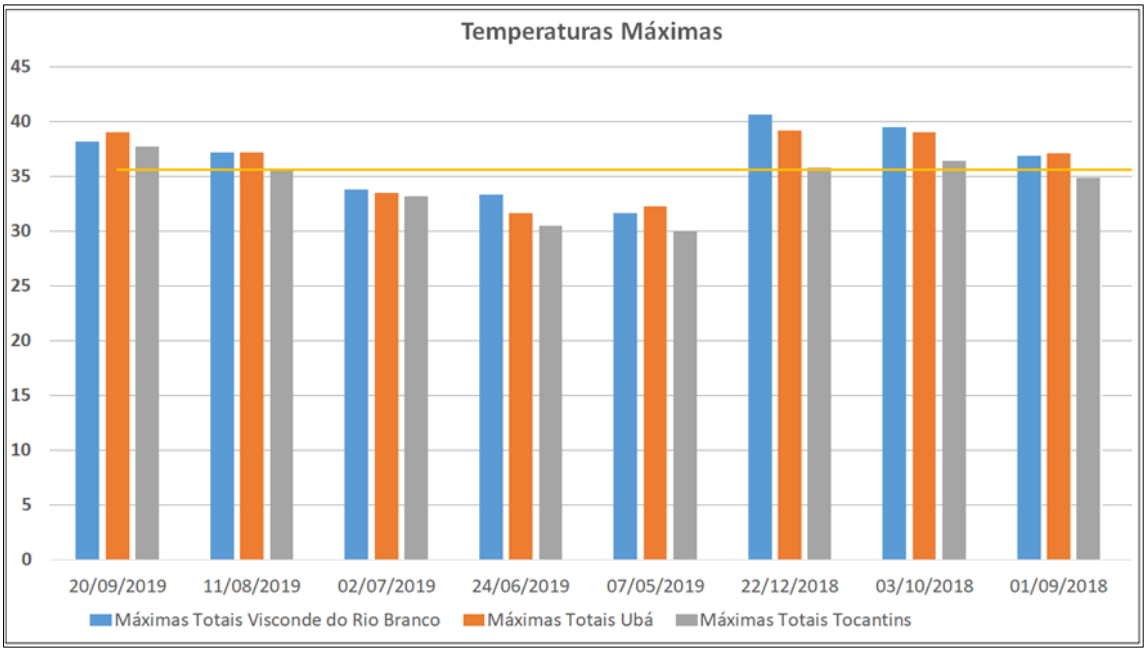


Gráfico 1 – Temperaturas Máximas.
Organização: Os autores (2020)

Com tudo, o que se verifica nas imagens termais é que não há uma grande variabilidade nas temperaturas observadas, como se verifica nos gráficos 1 e 2. As análises mostram uma homogeneidade dos dados tanto para o período de inverno, quanto no verão.

Ao considerar os estudos de Fialho et al (2011), Alves et al. (2012), Prado et al. (2018) e Fialho et al. (2019), que analisam a distribuição da temperatura do ar e umidade do ar ao longo do *transect* Ponte Nova-Ubá, os postos termohigrométricos desse estudo registram uma similaridade muito forte entre Visconde do Rio Branco e Ubá, tanto assim, que as temperatura média do ar ao longo do ciclo de 24 horas é praticamente igual, diferenciando o balanço diário, onde Visconde do Rio branco apresenta as maiores temperatura durante a manhã e tarde, enquanto Ubá a noite e madrugada.

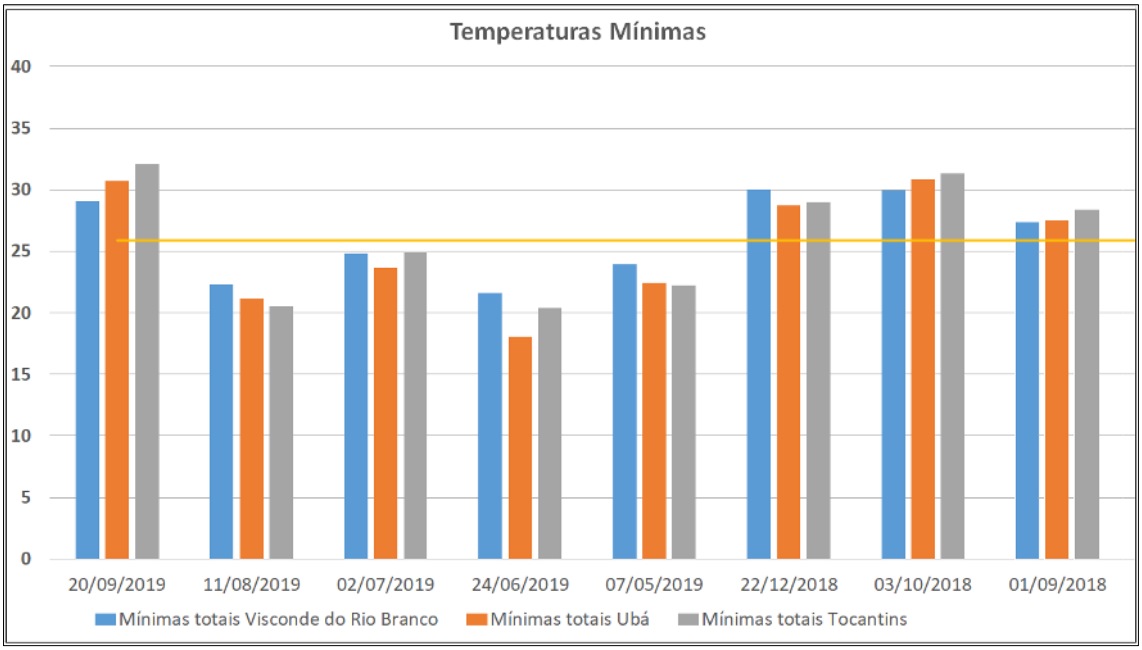


Gráfico 2 – Temperaturas Mínimas.
Organização: Os autores (2020)

Os gráficos *Boxplot* são uma forma gráfica que permite uma visualização da dispersão dos valores, nele podemos identificar o valor mínimo dos dados, o primeiro, segundo e terceiro quartis e o valor máximo dos dados. Outro ponto importante é a diferença entre os quartis que é uma medida que indica a variabilidade dos dados, quanto maior a distância entre quartis maior será a variabilidade dos dados, se essa variabilidade se repete nos gráficos analisados, esse mostra uma homogeneidade entre eles. Os valores representados dentro das caixas, 1º, 2º e 3º Quartis representam necessariamente 50% da amostra. A partir das análises dos gráficos do tipo *Boxplot*, ou Diagrama de Caixa (Gráficos 3, 4). As temperaturas máximas analisadas mostram que, a mediana para essas temperaturas é praticamente a mesma para as cidades de Visconde do Rio Branco e Ubá, 37,01°C para a primeira e 37,15°C para segunda, sendo que para a cidade de Tocantins o valor da mediana ficou em 35,24°C. As temperaturas mínimas analisadas mostram uma maior homogeneidade, sendo que os valores das medianas são respectivamente 26,11°C para Visconde do Rio Branco, 25,58°C para Ubá e 26,61°C para Tocantins.

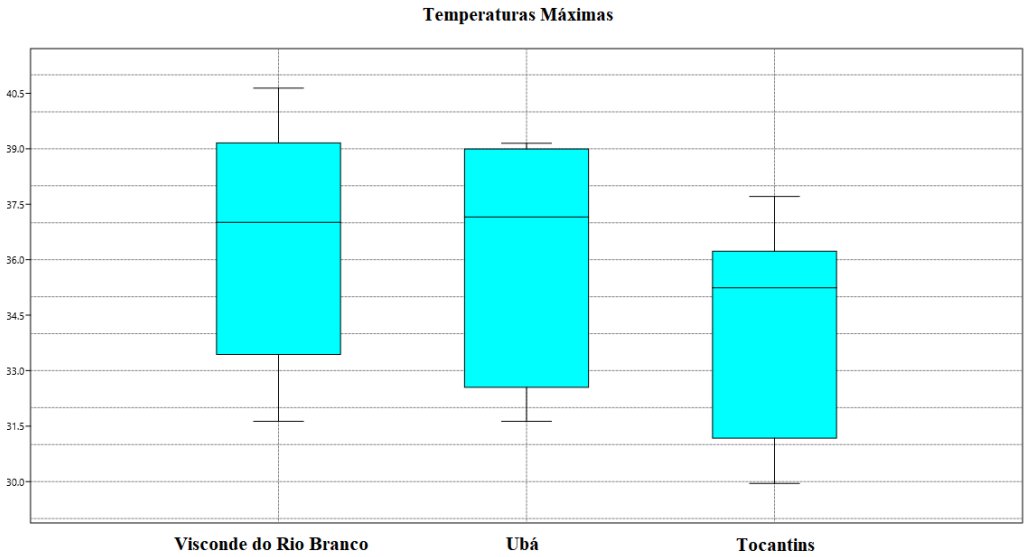


Gráfico 3 – Temperaturas Máximas, *Boxplot.*
Organização: Os autores (2020)

Cabe lembrar que o gráfico *Boxplot* é utilizado para indicar o grau de dispersão de cada amostra e a identificações de valores discrepantes ou *outliers*, no caso das amostras coletadas, como a distância entre quartis não foram grandes, indicam que não se identificou uma dispersão tão grande das amostras, como não houve uma dispersão diferenciada entre as cidades observadas, as cidades apresentam novamente a partir dessa perspectiva uma homogeneidade.

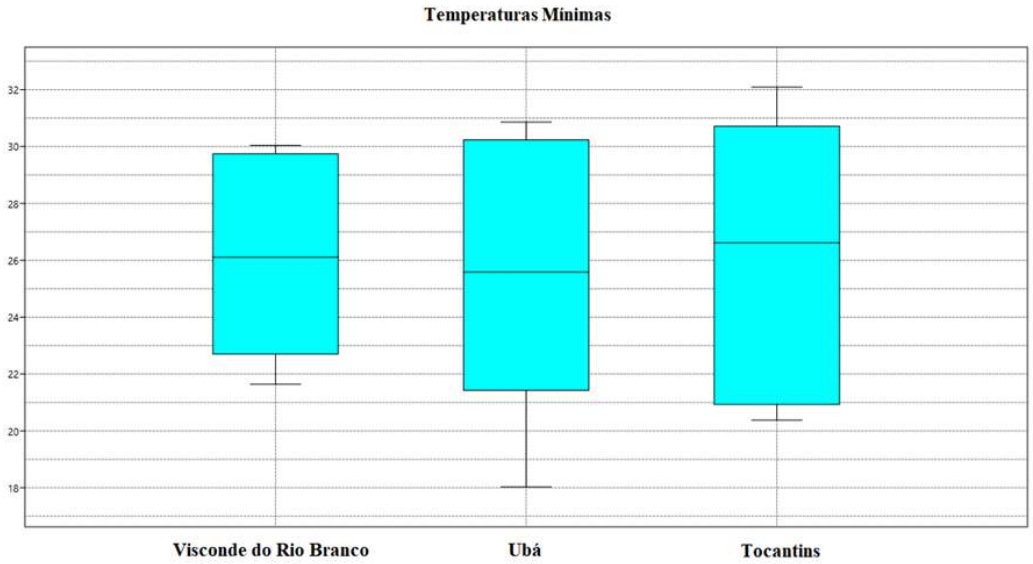


Gráfico 4 – Temperaturas Mínimas, Boxplot.
Organização: Os autores (2020)

Também não foram encontrados valores discrepantes também conhecidos por *outliers* que são identificados pela área da diferença entre o limite do primeiro quartil e o terceiro quartil vezes uma vez e meia (Q3-Q1 x1,5).

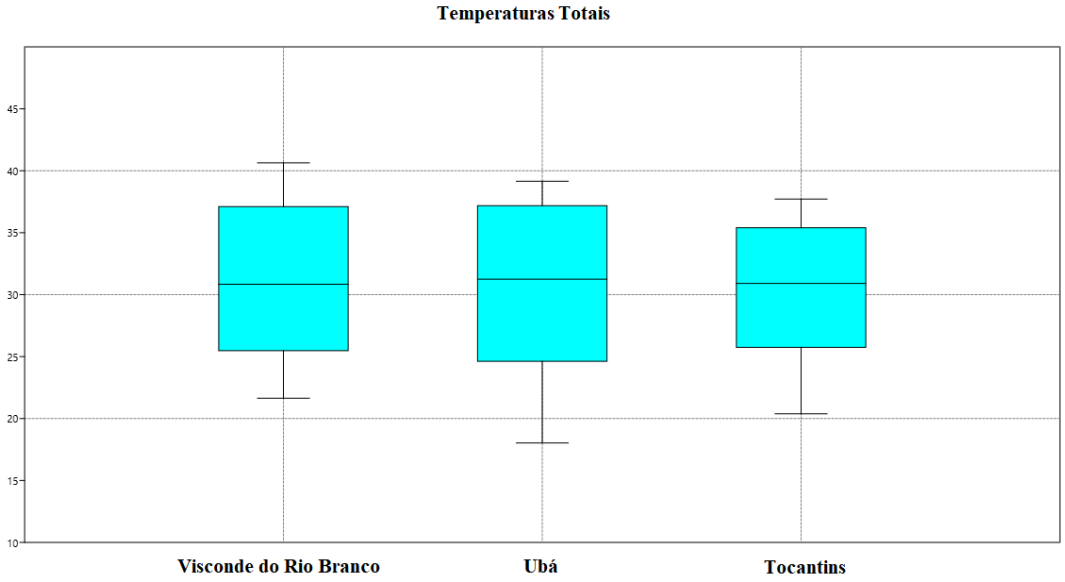


Gráfico 5 – Temperaturas Totais, *Boxplot*

Organização: Os autores (2020)

Por fim, depois de analisadas todas as imagens termais junto aos gráficos fica evidenciado que não haveria motivos para eleger qualquer uma das três cidades estudadas como a mais quente, o que é verificado na aplicação dos questionários que indica ubá como a localidade com maior desconforto térmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado obtido deste trabalho mostra que apesar de não haver significativa diferença entre as máximas e mínimas das temperaturas obtidas pelas imagens termais nos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco e Tocantins, por conta da percepção climática e todas as variáveis que este conceito carrega, temos uma diferença muito

grande no imaginário ou censo coletivo das pessoas dessas cidades sobre as altas temperaturas em Ubá, comprovado através dos questionários aplicados.

Como visto, a percepção é inerente a cada um, e ocorre de acordo com as experiências, conhecimento, desejo e personalidade de cada indivíduo, e difere ainda, de acordo com o gênero, classe social, idade, profissão, escolaridade, ambiente cultural e o lugar onde vive. Com isso, quando analisamos o homem como um ser social, compreendemos que o seu comportamento e também a sua percepção acabam sendo influenciados e até mesmo podendo ser despertados, para outra concepção.

Contudo, levanta-se duas hipóteses a partir dos resultados analisados. A primeira é que, pelo fato de Ubá ser uma cidade tipicamente industrial e por apresentar treze mil dos seus cento e quinze mil moradores empregados na indústria moveleira, é nítido que a preocupação com o conforto térmico se torne uma questão emblemática dentro da percepção do clima. A outra hipótese se baseia na resposta referente ao bairro mais quente para os entrevistados, e dentre os vários lembrados, o centro foi destaque para quarenta por cento deles. Pode-se considerar que as atividades desenvolvidas na região central, atrelada a perda da comodidade residencial, sejam fatores determinantes na percepção do centro como a área quente da cidade. Enfim, ampliando a escala, e compreendendo o papel de centralidade de Ubá dentro da hierarquia urbana da área estudada, conclui-se que o critério de "centro quente" pode ser estendido a cidade polo, que no caso compreende a Ubá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**. São Paulo, SP: USP - Instituto de Geografia, 1970.

BELL, P. A., Fisher, J. D., Baum, A., Greene, T. C. **Environmental Psychology**. 3rd edition, Fort Worth: Harcourt Brace Jovanovich College, 1990.

BHOOKFIELD, H. C.: **On the environment as percebed. Progress in Geography**. International Reviews of Current Research, Londres, Edward Arnold, v. 1, p. 51-80, 1969.

CAPEL, H. Percepción del medio y comportamiento geográfico. **Revista de Geografía**, Barcelona, v. 7, n. 1-2, p.59-150, 1973.

CLAVAL, P. As Abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E. , GOMES, P. C.C. e CORREA, R. L. (Orgs.) **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2001.COELHO, A. L. N. Uso de Produtos de Sensoriamento Remoto para Delimitação de Área Efetivamente Inundável: estudo de caso do baixo curso do rio Benevente Anchieta - ES. **Revista Geográfica Acadêmica**, Goiânia, v. 4, p. 53-63, 2010.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, **Atlas pluviométrico do Brasil: Isoietas Anuais Médias**, Período 1977 a 2006. Brasília 2006.

FERNANDES, F**. Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FIALHO, E. S. **Práticas do ensino de climatologia através da observação sensível**. Revista Ágora, Santa Cruz do Sul: v.13, n.1, p.105-123, 2007.

FIALHO, E. S.; ALVES, R. S.; ALVES, A. S. **Interações entre clima e sítio em situação sazonal de inverno**: um estudo de caso em cidades da zona da mata mineira. Revista Geonorte, Manaus, v.3, n.5, p. 916–931, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/2156>. Acesso em: 25 set. 2019.

FIALHO, E. S.; ALVES, R. S.; LOPES, D. I. **Clima e sítio na Zona da Mata Mineira: Uma análise em episódio de verão**. Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba-PR, v. 7, n. 8, p. 118-136, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25799/17218>. Acesso em: 25 set. 2019.

FIALHO, E. S.; PAULO, M. L. S. Clima e sítio: **A variabilidade termohigrométrica ao longo do transeto Ponte Nova-Ubá, na Zona da Mata Mineira-Brasil.** In: In: SILVA, C. A.

FIALHO, E. S.; STEIINKE, E. T. (Orgs.).: **Experimentos em Climatologia Geográfica**. Dourados: UFGD, p. 107-128, 2014, 391p.

FIALHO, E. S.; SANCHES, F. O.; ALVES. R. S.; PAULO, M. L. S.; OLIVEIRA, W. D.; FERNANDES, L. A.; PRADO, L. B. **Proximidades e contendas**: uma análise das diferenças entre parâmetros climáticos ao longo do trasnsect ponte nova-ubá, na zona da mata mineira. Revista Brasileira de Climatologia, Curitiba-PR, v. 14, Dossie Especial sobre Climatologia de Minas Gerais. 8, p. 357-368, 2018.

FLORENZANO, T. G. **Iniciação em Sensoriamento Remoto:** Imagens de satélites para estudos ambientais. 2ª Ed., São Paulo: Oficina de Textos, 1997.

FLORENZANO, T. G. **Geotecnologias na Geografia aplicada:** difusão e acesso, Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, n. 17, p. 24 – 29, 2005.

IBGE. **População estimada em 2019**. Ferramenta Cidades, estado de Minas Gerais (MG), município de Ubá. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/5N7> Acesso em 18 de setembro de 2019.

IBGE. **População estimada em 2019**. Ferramenta Cidades, estado de Minas Gerais (MG), município de Visconde do Rio Branco. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/5N7>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

IBGE. **População estimada em 2019**. Ferramenta Cidades, estado de Minas Gerais (MG), município de Tocantins. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/5N7>. Acesso em 18 de setembro de 2019.

INPE. **Coordenação Geral de Observação da Terra**. Divisão de Geração de imagens. Disponível em: < http://www.dgi.inpe.br/documentacao/satelites/landsat> . Acesso em 25/11/2019.

JENSEN, J. R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente:** uma perspectiva em recursos terrestres, Editora Parêntese, São José dos Campos, SP, p 598, 2009.

LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de Representação Social. Brasília**: Liberlivro; 2010.

LIU, W. T. H. **Aplicações de Sensoriamento Remoto.** Editora Uniderp, Campo Grande, 2006.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. Tese (Livre Docência) – Dep. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1976.

PASCOALINO, A. **Alterações climáticas e a percepção dos munícipes de Rio Claro – SP**. 2009. 236f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IGCE, Unesp-Rio Claro, São Paulo.

PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. **Sensoriamento remoto no estudo da vegetação**. São José Dos Campos - SP: Parêntese, 2010.

RUOSO, D. **O Clima de Santa Cruz do Sul - RS e a percepção climática da população urbana**. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PRADO, L. B.; ALVES, L. F.; FIALHO, E. S. **A variação da temperatura do ar, ao longo do percurso Ponte Nova-Ubá - MG (Brasil) nos anos de 2014 e 2015**. Revista de Geografia, Coimbra-Portugal, Cadernos de Geografia, n. 37, p. 55-69, 2018.

RODRIGUES, T. M. B. NEPOMUCENO, AMANDA S. **A Percepção Climática dos Alunos do 3º Ano do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Ifpi –** Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central. VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas, TO, 2012.

VIEIRA, I. M. **Técnicas de Sensoriamento Remoto aplicadas ao estudo e análise da expansão urbana em ambientes litorâneos**. Dissertação de Mestrado - INPE, São José Dos Campos, 1993.

WMO, World Meteorological Organization. **Climate and Urban Development**. WMO, Geneve, n. 844, 1996. Disponível em: <http://ac.ciifen.org/omm-biblioteca/WCASP/WMO-844.pdf>. Acesso em 25 set. 2019.

Recebido em março 2020.

Revisão realizada em setembro de 2020.

Aceito para publicação em fevereiro de 2021.

ANEXO I

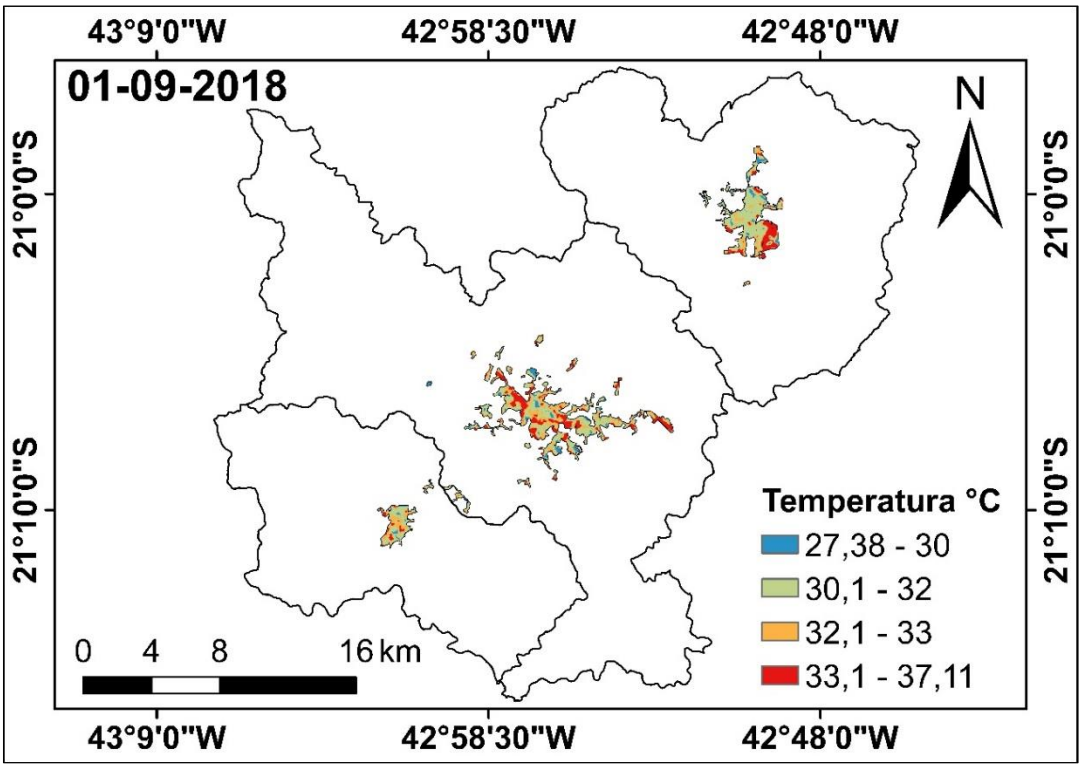


Figura 3 – Imagem Termal em Setembro de 2018

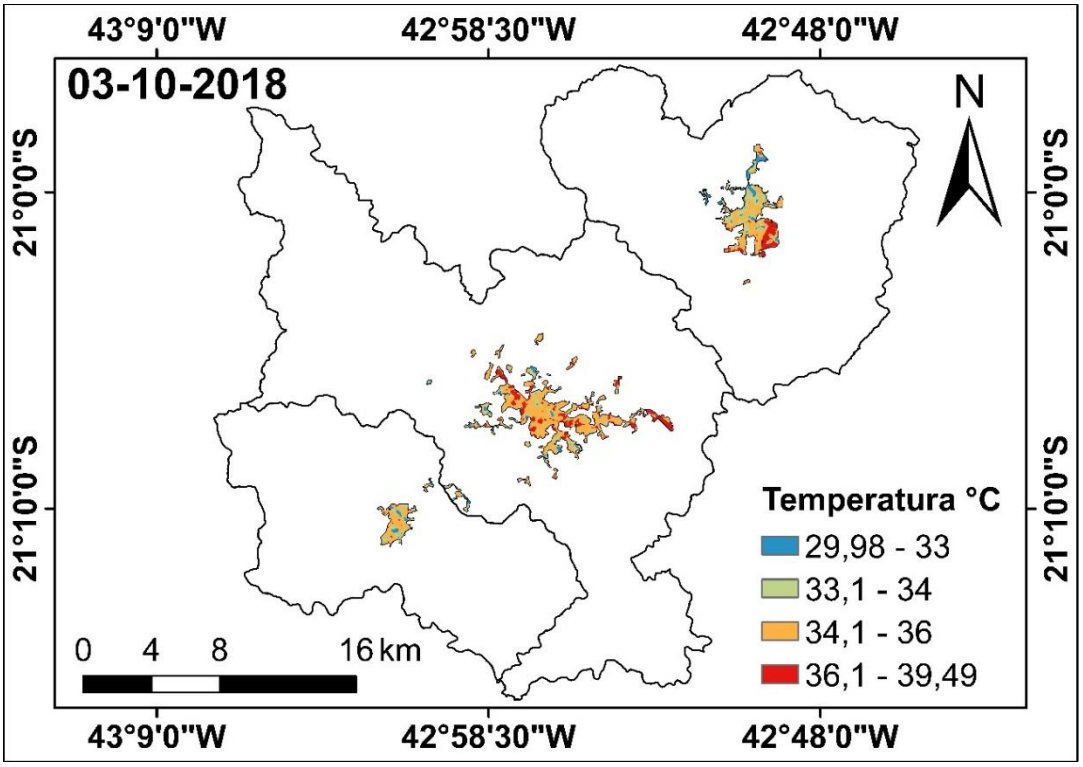


Figura 4 – Imagem Termal em Outubro de 2018

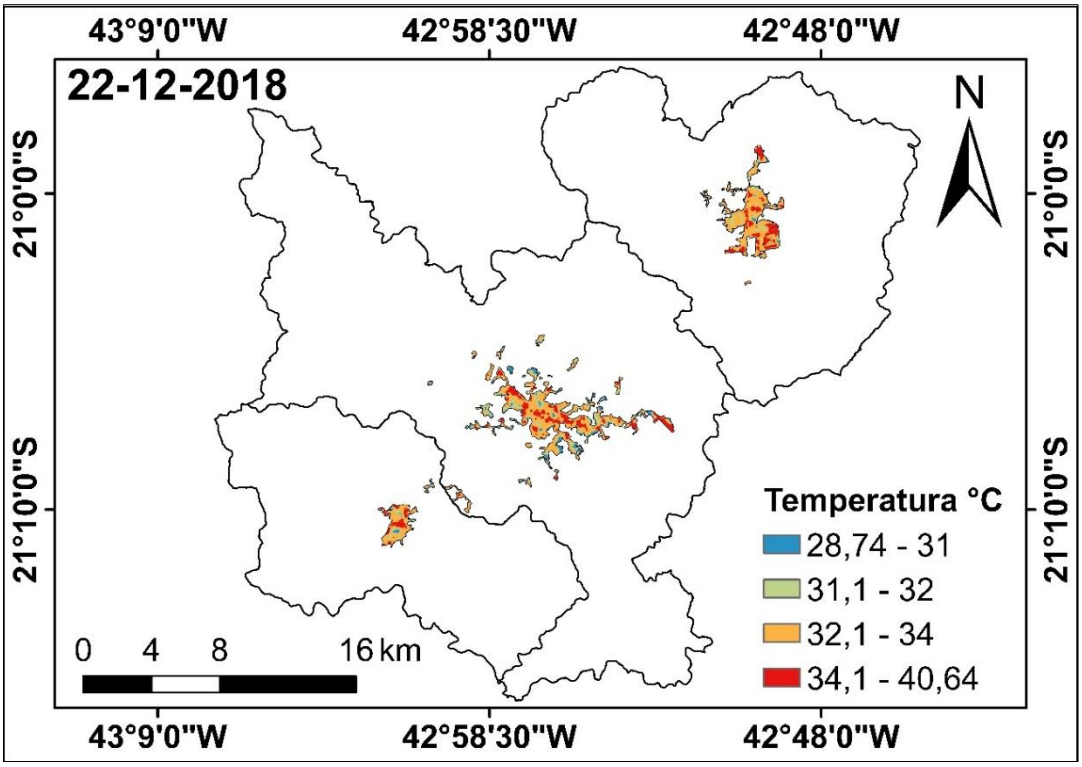


Figura 5 - Imagem Termal em Dezembro de 2018

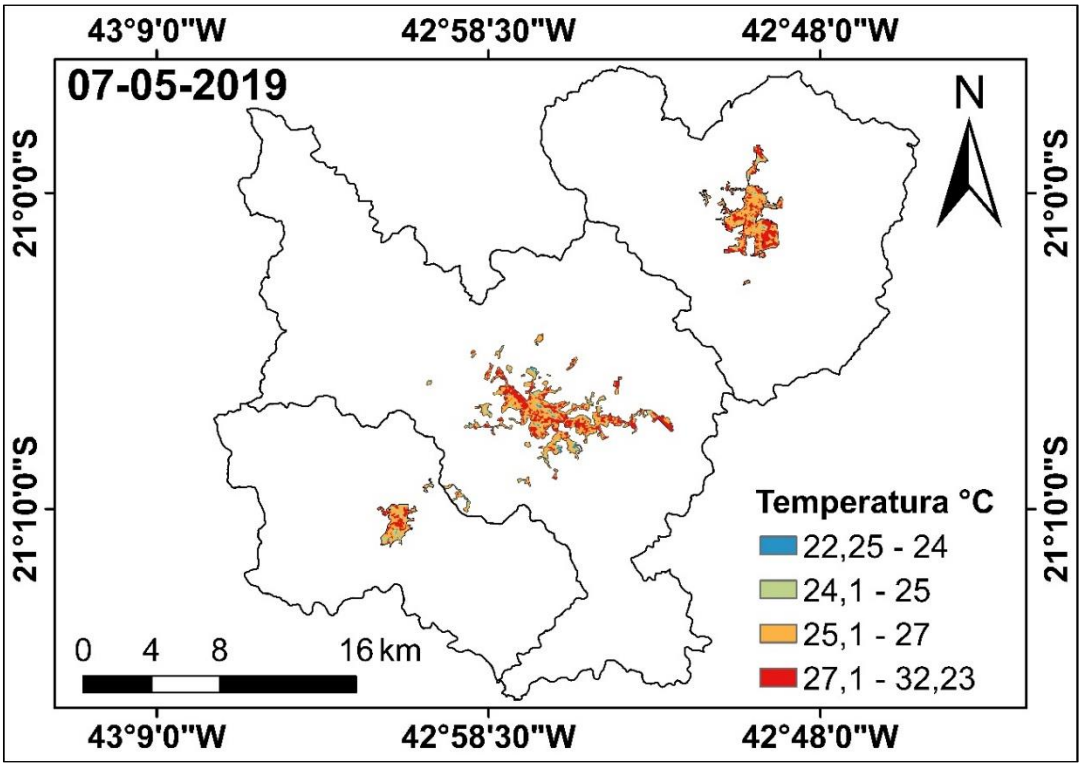


Figura 6 – Imagem Termal em Maio de 2019

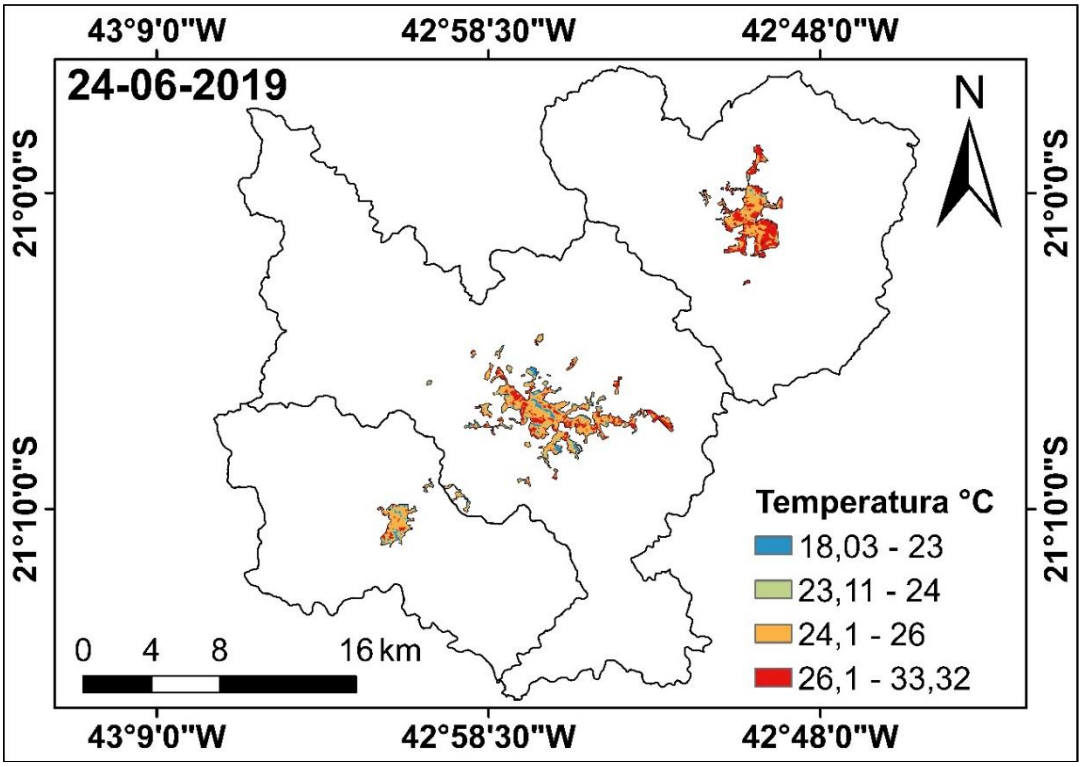


Figura 7 – Imagem Termal em Junho de 2019

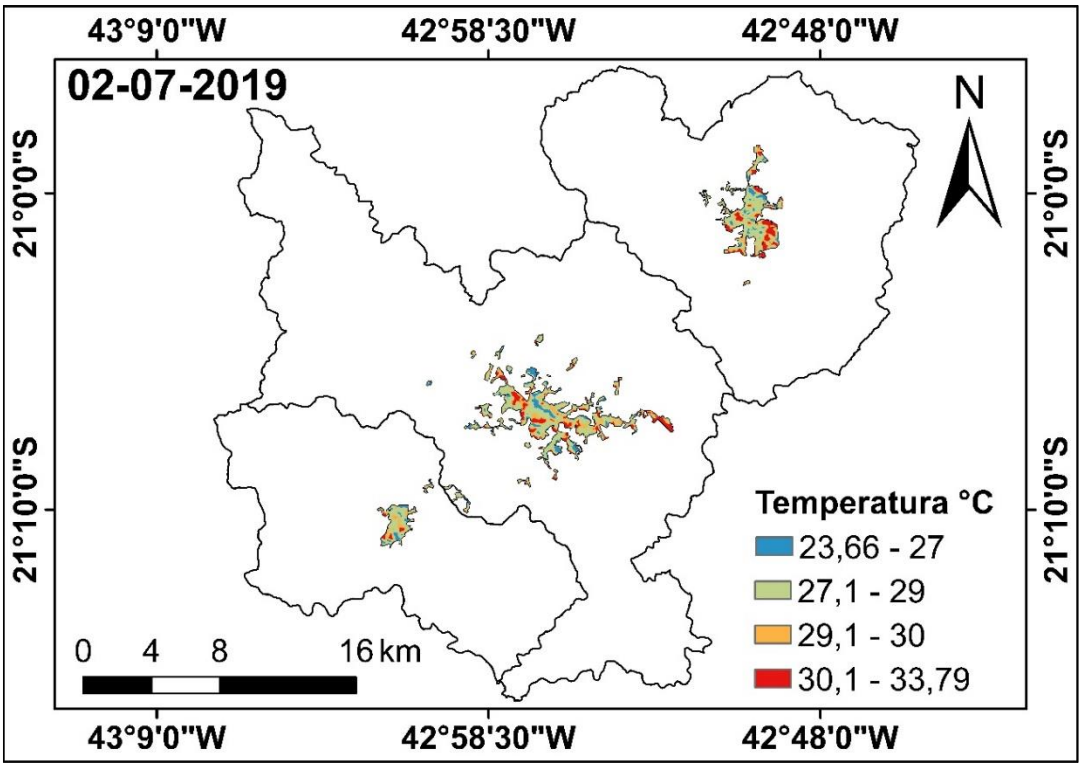


Figura 8 – Imagem Termal em Julho de 2019

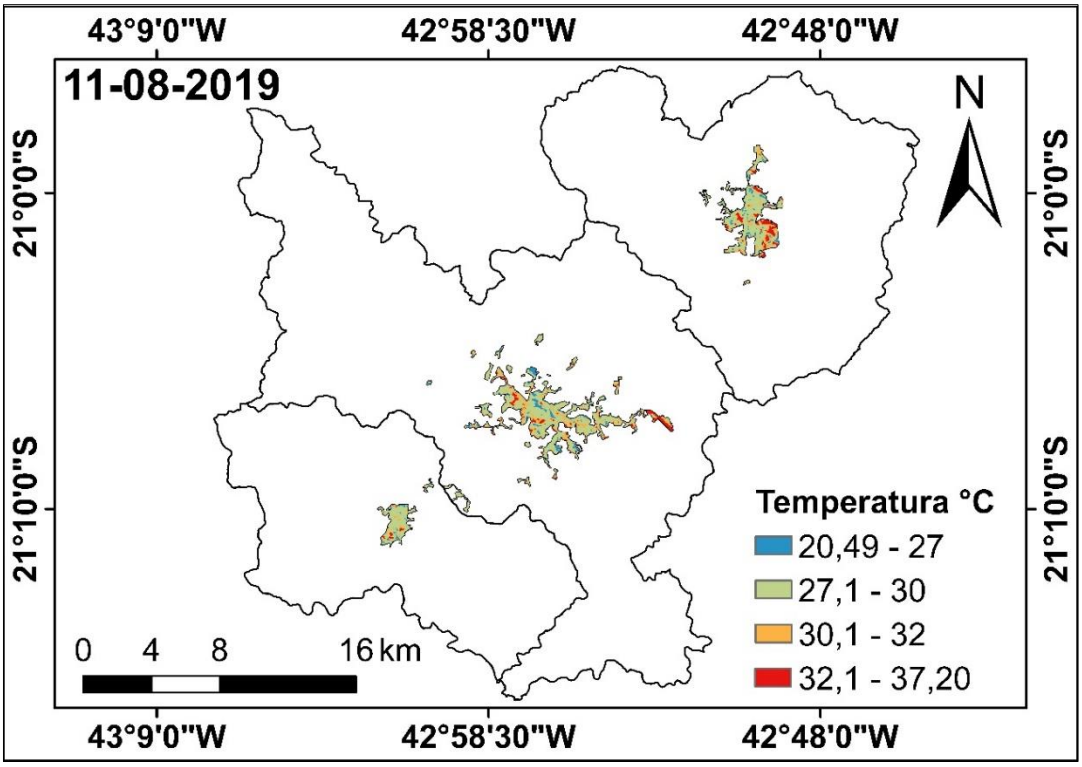


Figura 9 – Imagem Termal em Agosto de 2019

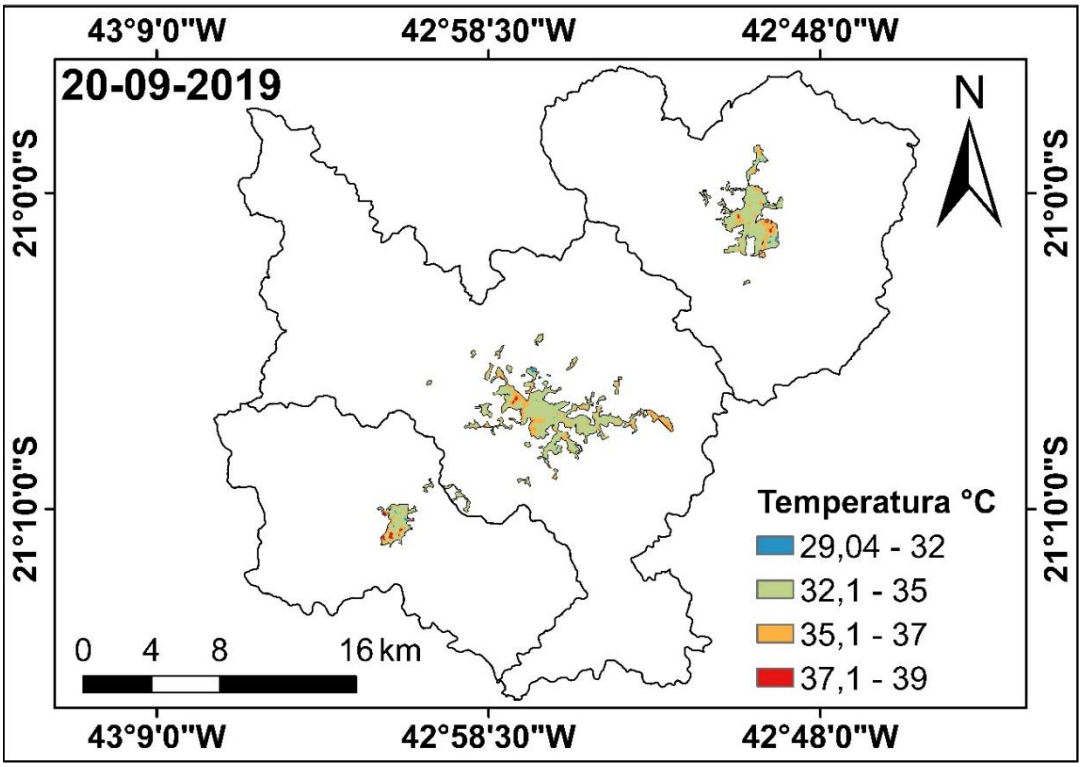


Figura 10 – Imagem Termal em Setembro de 2019

ANEXO II

UFV Universidade Federal de Viçosa	**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA** **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH** **DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA** **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Trabalho de Pesquisa em Percepção Ambiental

Bairro de Residência_____

Exerce alguma atividade econômica no contra turno? ( ) Sim ( ) Não

Você se considera uma pessoa que sente mais: ( ) frio ou ( ) calor

Você gosta mais: ( ) frio ou ( ) calor

Qual o mês do ano é o mais quente?

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Qual o mês do ano é o mais frio?

Jan		Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

Qual o local mais quente? ( ) casa ( ) trabalho ( ) escola

Qual o local mais frio? ( ) casa ( ) trabalho ( ) escola

Qual o bairro mais quente?

Qual a cidade mais quente da nossa região?

Qual a cidade mais fria da nossa região?

MORFOMETRIA DA REDE DE DRENAGEM DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO IGUATEMI, MATO GROSSO DO SUL/BRASIL

MORPHOMETRY OF THE DRAINAGE NETWORK OF THE IGUATEMI PLANNING AND MANAGEMENT UNIT, MATO GROSSO DO SUL/BRAZIL

MORFOMETRÍA DE LA RED DE DRENAJE DE LA UNIDAD DE PLANIFICACIÓN Y GESTIÓN DE IGUATEMIAS, MATO GROSSO DO SUL/BRASIL

Cleiton Soares Jesus

Mestre em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados
cleitoncabelo1@hotmail.com

André Geraldo Berezuk

Pós-Doutor em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados
andreberezuk@ufgd.edu.br

Rafael Brugnolli Medeiros

Doutor em Geografia. Universidade Federal da Grande Dourados.
rafael_bmedeiros@hotmail.com

RESUMO

Interpretar os padrões de drenagem por meio de sua análise linear e areal permite a compreensão de um dos preceitos básicos da Geomorfologia, visto que a drenagem é um dos agentes na esculturação do relevo. Logo, esta pesquisa teve como objetivo uma análise morfométrica da rede de drenagem da UPG Iguatemi, localizada na região sul do Mato Grosso do Sul, uma região que carece de estudos inseridos no arcabouço ambiental. Como método de análise, utilizou-se autores clássicos, trabalhando com diversos parâmetros morfométricos (análise areal, linear e hierarquia fluvial) para se entender o comportamento e espacialização da drenagem. Os resultados apontaram uma UPG com forte controle tectônico em que o formato de seu manancial principal comprova tal questão, somado a isso, há um total de 5.557 segmentos de drenagem ao longo das nove ordens do rio Iguatemi. Isso mostra uma área com grande quantidade de drenagens devido, principalmente, à sua região sul, mais dissecada, com canais de primeira ordem pouco extensos, mas em grandes quantidades, o que refletiu em um percurso superficial do *runoff* em 410 metros. Dado à expansão agrícola na área, tais informações são úteis

aos setores públicos, privados e à sociedade local, visando preservar a maior riqueza que os territórios possuem, a água.

Palavras chave: Análise morfométrica. Geomorfologia. Recursos hídricos. Impactos Ambientais.

ABSTRACT

Analysing a drainage net through a morphometric method (at its linear and areal scopes) is relevant to Geomorphology because it allows the comprehension of own drainage scope (drainage is a main factor of formation at relief design). Thus, this research aims to realize a morphometric analysis of the Unity of Management and Planning of Iguatemi River, which is geographically located at the south sector of Mato Grosso do Sul State, Brazil (a region that has few studies about this matter). We have used the method of Christofoletti (1980), an analysis that entangles a wide range of morphometric parameters to understand the configuration and the spatialization of the drainage net. The results have showing a study area with a strong tectonic control (even the format of its main river, Iguatemi, confirms that affirmation). There was quantified 5,557 water channels that are linked with a ninth-order river. These statistics are showing a study area with a good quantity of water channels, specially at its south sector (a more dissected sector with a high number of short Horton's first-order streams) with an also short superficial runoff track of only 410 metres at its average. Because of the regional agriculture expansion process, this technical information is relevant to the public and private sectors and local society, and these information aims to preserve the water, that is the most important richness that this area has.

Key-words: Morphometrical analysis. Geomorphology. Water resources. Environmental impacts.

RESUMEN

La interpretación de los patrones de drenaje a través de su análisis lineal y arenoso permite comprender uno de los preceptos básicos de la geomorfología, ya que el drenaje es uno de los agentes para esculpir el relieve. Por lo tanto, esta investigación tuvo como objetivo un análisis morfométrico de la red de drenaje UPG Iguatemi, ubicada en la región sur de Mato Grosso do Sul, una región que carece de estudios insertados en el marco ambiental. Como método de análisis, se utilizó Christofoletti (1980), mediante varios parámetros morfométricos para comprender el comportamiento del drenaje y la espacialización. Los resultados mostraron un UPG con un fuerte control tectónico en el que la forma de su fuente principal prueba este problema, y además, hay un total de 5,557 segmentos de drenaje a lo largo de las nueve orillas del río Iguatemi. Esto muestra un área con una gran cantidad de drenaje, principalmente debido a su región sur más disecada, con canales

poco profundos de primer orden, pero en grandes cantidades, lo que se refleja en una escorrentía superficial de 410 metros. Dada la expansión agrícola en el área, dicha información es útil para la sociedad pública, privada y local, a fin de preservar la mayor riqueza que tienen los territorios, el agua.

Palabras clave: Análisis morfométrico. Geomorfología. Recursos hídricos. Impactos ambientales.

INTRODUÇÃO

Identificar a rede drenagem em uma bacia hidrográfica traz consigo uma elucidação de diversas questões geomorfológicas. A rede drenagem e seus aspectos (espacialização, forma e extensão) constituem um processo morfogenético dos mais ativos na esculturação da paisagem terrestre (CHRISTOFOLETTI, 1980). Assim sendo, tal identificação das características dos cursos fluviais sempre foi assunto debatido na literatura das Geociências, apresentando diversas pesquisas que relacionam o modelado e os quantitativos morfométricos dos rios aos aspectos físicos de determinada área, como os autores clássicos: Horton (1945), Strahler (1952), Schumm (1956) e Christofoletti (1970; 1971).

Esses autores, cada um empregando determinada metodologia, oferecem diversas variáveis para que se possa entender a influência das rochas, declives, dissecações, dentre outros aspectos vinculados à evolução geomorfológica, na espacialização e características da rede de drenagem.

Essa análise, portanto, pode ser denominada “morfometria da rede de drenagem” ou “análise morfométrica”, contemplando, segundo Back (2006) como a apresentação de parâmetros para se obter a referência de algumas características espaciais, vinculadas estas características à topografia, à geologia, à geomorfologia, à pedologia, e aos detalhes hidrológicos e hidrogeológicos principais de uma determinada área. No mais, esta pesquisa permeou uma análise voltada à compreensão dos processos hidrológicos.

Horton (1945) apresentou uma inovação no ponto de vista metodológico do construto geomorfológico, o que gerou inúmeras pesquisas por parte de múltiplos

seguidores de suas ideias e procedimentos de pesquisa. Desde a década de 1950, não se pode deixar de reconhecer o impacto que autores como Strahler (1952) também esboçaram no estudo das drenagens fluviais. Logo, esta foi uma época de expansão de uma nova perspectiva nos estudos das vertentes, dos processos que incidem sobre o relevo, sua modelagem e a quantificação dos dados referentes à drenagem superficial de bacias hidrográficas. Sobre a análise morfométrica, faz mister realçar o principal nome deste procedimento metodual que é o professor Antonio Christofoletti, que implantou este método no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 (CHRISTOFOLETTI, 1980; 1981).

No contexto sul-mato-grossense, este Estado instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e criou o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, mediante a Lei nº 2.406 de 29 de janeiro de 2002 (MATO GROSSO DO SUL, 2002), seguindo os mesmos princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997). Desta lei e deste contexto histórico-político surgiu o nome de Unidade de Planejamento e Gerenciamento (UPG) que está, por sua vez, ligada ao processo de desenvolvimento e evolução da PNRH e do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH).

Com a criação da PERH-MS, as bacias hidrográficas passam a ter melhores condições e possibilidades referentes ao seu respectivo gerenciamento, com a finalidade de planejar melhor o uso dos recursos hídricos. A criação das UPG's tem, como seu principal objetivo, melhorar o gerenciamento e a manutenção dos recursos hídricos, visando à preservação tanto das águas superficiais quanto subterrâneas, buscando melhorias na demanda para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico no estado de Mato Grosso do Sul. (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

O Estado de Mato Grosso do Sul possui quinze UPG's, cada uma recebendo o nome de seu rio principal, sendo subdivididas em duas principais regiões: a Região Hidrográfica do Paraguai, ocupando uma área de 187.636,301 km² (oeste), e a Região Hidrográfica do Rio Paraná ocupando uma área de 169.488,663 km², a leste. (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

A pesquisa objetiva, portanto, analisar, por meio da metodologia de Christofoletti (1980), a hierarquia fluvial e morfometria da rede de drenagem da UPG Iguatemi, abrangendo tanto a análise areal quanto linear. Tais informações oferecem aspectos marcantes para entender a espacialização da rede de drenagem nessa importante UPG do Estado de Mato Grosso do Sul, área em que há, ainda, um déficit de estudos.

ÁREA DE ESTUDO: localização e caracterização física

A UPG Iguatemi está distribuída entre os municípios de Amambaí, Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Sete Quedas e Tacuru. Encontra-se posicionada entre os paralelos 23º10’ a 24º10’ de latitude sul e entre os meridianos 55º30’ a 54º00’ de longitude oeste, abrangendo uma área de aproximadamente 9.595,71km² (Figura 1).

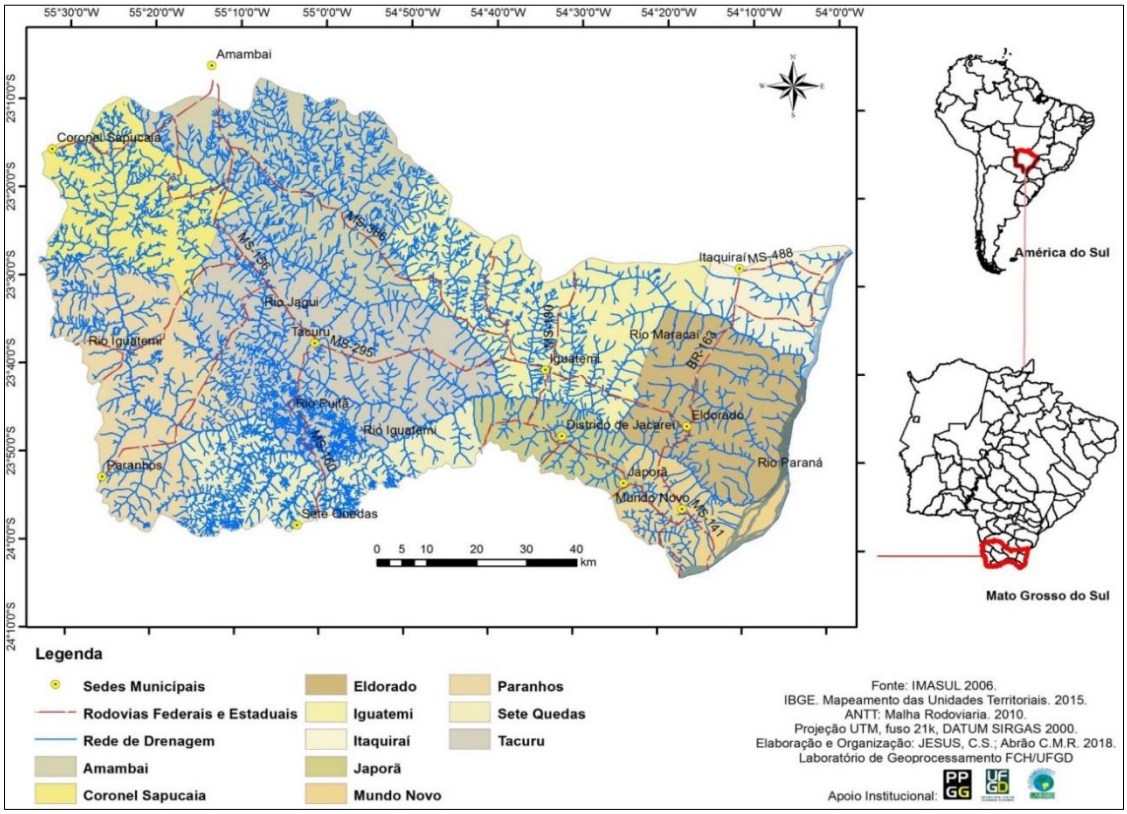


Figura 1 - Localização da UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.
Elaboração: Os autores (2020)

A UPG Iguatemi se localiza na porção do extremo-sul do Estado de Mato Grosso do Sul e apresenta algumas características marcantes no que diz respeito aos seus componentes físicos. A área de estudo está sobreposta na extensa bacia sedimentar do Paraná, contudo apresenta afloramento de três substratos geológicos, sendo eles: a formação cretácea Serra Geral (406,57 km²); a formação jurássico-cretácea do Caiuá (9.074,42 km²), do Grupo Bauru, e formações recentes de caráter aluvionar (114,72 km²), (CPRM, 2006).

A Formação Caiuá é predominante na área e é representada por uma relativa uniformidade litológica, que se observa tanto no oeste paulista como no norte paranaense. Com blocos de espessura não superior a 150m, visualizam-se arenitos bastante porosos, facilmente desagregáveis, e, na maioria das vezes, seus grãos encontram-se envoltos por uma película de limonita (MATO GROSSO DO SUL, 1990).

Com relação ao clima, também importante elemento de análise quando se trabalha com a morfometria da rede de drenagem, a UPG Iguatemi está localizada onde são registrados os maiores índices pluviométricos no Estado de Mato Grosso do Sul, podendo chegar ao volume anual de 1860 mm de precipitação anual em algumas áreas, sendo registrados os maiores valores entre os meses de dezembro e janeiro e os menores em julho e agosto (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

Isso define uma homogeneização sazonal pluviométrica da UPG Iguatemi, a área de estudo se caracteriza por possuir menores médias de temperatura, com invernos mais rigorosos do que nas áreas mais ao norte, influência direita da latitude, apresentando claras características de clima subtropical.

Tais relações entre as formações geológicas e o clima modelaram um relevo de baixa declividade, onde predomina um relevo plano a suave ondulado, com a predominância das classes 0-6% de declividade topográfica ao longo dos quase 10.000 km^2 de área. Assim sendo, na área em estudo há destaque para presença de solos característicos de áreas aplainadas e intemperizadas, como os latossolos, os neossolos, os gleissolos e, por fim, o solo predominante na área, que é o argissolo vermelho amarelo, dotado de consistência mais arenosa abaixo dos horizontes A ou E, apresentando pouco

material orgânico, potencializando, dessa forma, a erosividade dessa classe de solo (EMBRAPA, 2018).

A UPG Iguatemi é historicamente uma área marginalizada do Estado de Mato Grosso do Sul e encontra-se em um processo acelerado de ocupação. Por sua vez, esse processo é baseado no fortalecimento do setor agroindustrial, em especial para com a produção de grãos, como soja, milho, cana e de eucaliptos (SILVA, 2019).

Outra atividade econômica que exerce forte influência é a pecuária extensiva, com áreas de pastagens, que contribui para que o Mato Grosso do Sul seja um dos maiores criadores de gado do país. A pecuária, ainda nos dias atuais, representa a maior aposta econômica da região, porém, mesmo com o fortalecimento do setor agroindustrial na área (seguindo o modelo das UPG localizadas no norte do Estado). Os municípios da UPG Iguatemi estão entre os mais pobres do Estado de Mato Grosso do Sul, apresentando Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos (IBGE CIDADES, 2020; SILVA, 2019).

MATERIAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do artigo consistiu em duas etapas básicas: a primeiras delas diz respeito a interpretação da hierarquia fluvial da UPG Iguatemi e a segunda etapa se insere nas análises de fatores areais e lineares da morfometria da UPG. Para ambas as etapas se utilizou, como base, da proposta de Christofoletti (1980), com o auxílio primordial das geotecnologias, em especial, do Sistema de Informação Geográfica (SIG) ArcGis 10® (ESRI, 2011).

Neste contexto, iniciou-se a primeira etapa utilizando dados disponibilizados pelo Sistema Interativo de Suporte ao Licenciamento Ambiental (delimitação das UPGs e a Hidrografia do Estado), que é, por sua vez, um dos produtos utilizados pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL). Tais informações foram essenciais para vetorização das drenagens da UPG Iguatemi. Diante da escala da base de dados utilizada (1:350.000), utilizou-se, como um documento auxiliar, imagens de satélite Landsat 8/OLI (órbitas 225 e 224; ponto 076 - datadas de 11/08/2017), disponibilizadas

gratuitamente por meio do Catálogo de Imagens do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), para ajustar as drenagens de acordo com a realidade mostrada nas imagens.

Posteriormente, foi realizada a hierarquia fluvial por meio da proposta de Horton (195), descrita na obra clássica "Geomorfologia" (CHRISTOFOLETTI, 1980). Por fim, foram obtidos e analisados os dados morfométricos lineares e areais da UPG. Essa etapa consistiu na interpretação, por meio da proposta de Christofoletti (1980), da quantidade de canais fluviais, extensão dos canais fluviais, comprimento médio dos canais, extensão (área) da UPG, seu perímetro, extensão linear máxima, extensão do percurso superficial, densidade hidrográfica, densidade de drenagem e o coeficiente de manutenção. O Quadro 1 apresenta cada um dos elementos de quantificação morfométrica assim como a sua respectiva equação matemática.

Quadro 1 - Variáveis e equações utilizadas para a análise morfométrica da UPG Iguatemi.

(*Continua)*

Variável	Conceito e Equação
Área da Bacia (A)	A corresponde a toda a área drenada pelo conjunto do sistema fluvial, projetada em plano horizontal do divisor de água (CHRISTOFOLETTI, 1980). A área foi calculada com auxílio do SIG ArcGis 10®. Unidade de medida: **km²**
Comprimento da Bacia (L):	Comprimento representado pela distância obtida em linha reta entre os pontos da foz e determinado ponto extremo (mais distante) situado ao longo da UPG. Unidade de medida: **km**
Densidade Hidrográfica (Dh):	É a relação existente entre os cursos de água e a área da bacia hidrográfica. Como foi utilizada a ordenação de Horton (1945 apud CHRISTOFOLETTI, 1980), o número de canais corresponde à soma de todos os segmentos de cada ordem. Dh é a densidade de drenagem; N é o número total de rios; A é a área total da UPG. Unidade de medida: **canais/km².** $$\mathrm{Dh} = \frac{\mathrm{N}}{\mathrm{A}}$$
Densidade da Drenagem (Dd)	Correlaciona o comprimento total dos canais de escoamento com a área da bacia hidrográfica. Este cálculo é importante porque apresenta relação inversa com o comprimento dos rios. À medida que aumenta o valor numérico da densidade há diminuição do tamanho dos componentes fluviais (CHRISTOFOLETTI, 1980, p. 116). Dd é a densidade de drenagem; Lt é o comprimento total dos canais; A é a área total da UPG. Unidade de medida: **km/km²** $$\mathrm{Dd} = \frac{\mathrm{Lt}}{\mathrm{A}}$$
Coeficiente de Manutenção (Cm):	Proposto por S. A. Schumm (1956 apud CHRISTOFOLETTI, 1980), esse índice fornece a área mínima necessária para a manutenção de um metro de canal de escoamento, para a caracterização do sistema de drenagem. Cm é o coeficiente de manutenção; Dd é o valor da densidade de drenagem, expresso em metros. Unidade de medida: **m/m²** $$\mathrm{Cm} = \frac{1}{\mathrm{Dd}} \times 1.000$$

Relação de Bifurcação (Rb):	Definida por Horton (1945 apud CHRISTOFOLETTI, 1980) como sendo a relação entre o número total de segmentos de certa ordem e o número total dos de ordem imediatamente superior. A lei de número de canais considera o ponto de origem e a confluência dos segmentos. Nu é o número de seguimentos de determinada ordem; Nu+1 é o número de seguimentos da ordem imediatamente superior. Unidade de medida: **adimensional** $$\mathrm{Rb} = \frac{\mathrm{Nu}}{\mathrm{Nu}+1}$$
Relação entre o Comprimento Médio dos Canais de cada Ordem (Lm)	Obtêm o comprimento médio de cada ordem. Lm é Relação entre o Comprimento Médio dos Canais de cada ordem (CHRISTOFOLETTI, 1980); Lu é a soma total dos comprimentos dos canais de cada ordem; Nu é o número de seguimentos encontrados na respectiva ordem. Unidade de medida: **adimensional** $$\mathrm{Lm} = \frac{\mathrm{Lu}}{\mathrm{Nu}}$$
Relação entre os Comprimentos Médios (RLm):	É um complemento do comprimento médio dos canais de cada ordem. Lmu é a relação entre os comprimentos médios dos canais (CHRISTOFOLETTI, 1980); Lmu-1 é a relação entre os comprimentos médios dos canais de ordem imediatamente inferior. Unidade de medida: **adimensional** $$\mathrm{RLm} = \frac{\mathrm{Lmu}}{\mathrm{Lmu}-1}$$
Extensão do Percurso Superficial (Eps):	Representa a distância média percorrida pelas enxurradas entre o interflúvio e o canal permanente. Durante a evolução do sistema de drenagem, a extensão do percurso superficial está ajustada ao tamanho apropriado relacionado com as bacias de primeira ordem, aproximadamente igual à metade do perímetro do valor da densidade da drenagem (CHRISTOFOLETTI, 1980). Eps representa a extensão do percurso superficial; Dd é o valor da densidade de drenagem. Unidade de medida: **metros.** $$\mathrm{Eps} = \frac{1}{2\mathrm{Dd}}$$

Org.: Elaborado pelos autores (2020).

HIERARQUIZAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM E ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA MORFOMETRIA DA UPG IGUATEMI

Os resultados mostraram as características espacializadas da drenagem, em que se manifesta uma quantidade de canais considerável, sobretudo na região sul, onde o relevo se apresenta mais dissecado. Por trabalhar com UPG, optou-se em hierarquizar não somente as drenagens afluentes do rio Iguatemi, mas todas as drenagens de bacias hidrográficas secundárias, mas que estão inseridas na UPG Iguatemi, conforme mostra-se na Figura 2 e Tabelas 1 e 2.

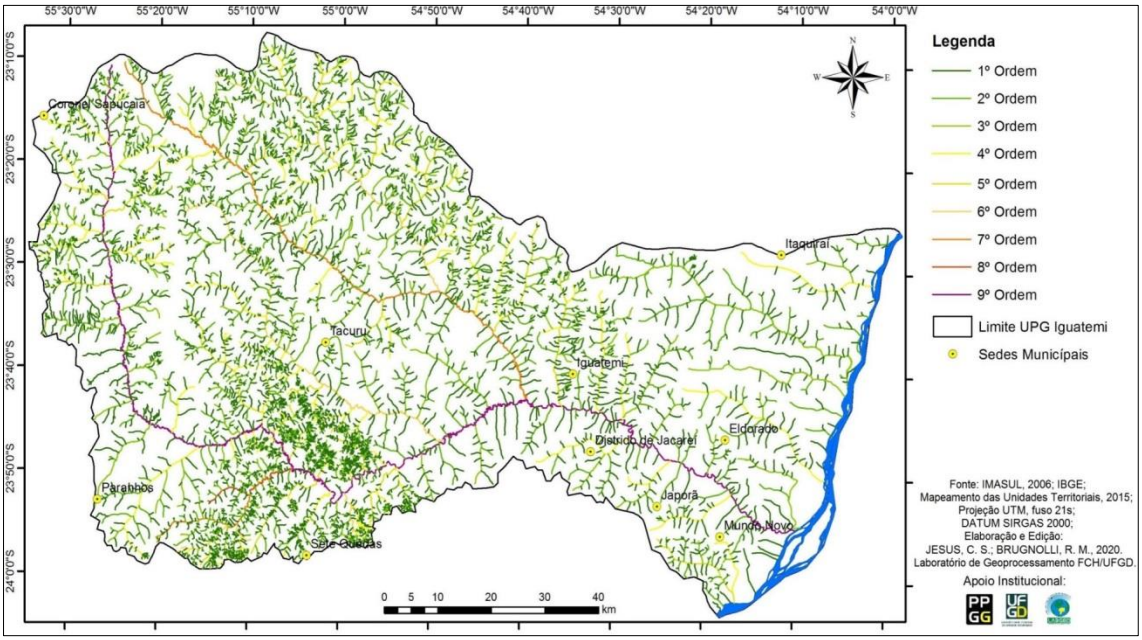


Figura 2 - Hierarquia fluvial da UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.
Elaboração: Os autores (2020)

Tabela 1 – Dados morfométricos da UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.

Fator de Análise	Resultados
Extensão da área de estudo	9.595,71 km²
Perímetro da UPG	551,29 km
Extensão do rio Iguatemi	321,25 km
Extensão Linear Máxima	166,14 km
Extensão do percurso superficial	410 metros
Densidade Hidrográfica	0,55 canais/km²
Densidade de Drenagem	0,82 km/km²
Coeficiente de Manutenção	1.214,59 m²/m

Org.: Elaborado pelos autores (2020).

Com relação à hierarquia fluvial da UPG Iguatemi, tem-se a presença de canais de 1º a 9º ordem, com uma quantidade total de 5.557 canais fluviais, exibindo uma extensão total de 8.331 km de canais fluviais. A UPG apresenta, também, um comprimento médio dos canais de primeira ordem de 840 metros. A UPG Iguatemi, segundo mensuração executada, possui, 9.595,71 km², apresentando um perímetro de 551,29 km. O rio Iguatemi, curso fluvial principal da UPG, possui 321,25km (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados lineares da UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.

Hierarquia Fluvial segundo Horton	Quantidade de Canais Fluviais	Relação de bifurcação	Extensão dos Canais Fluviais (km)	Comprimento Médio dos Canais (km)	Relação entre os Comp. Médios (RLm)
1º Ordem	4.285	4,7	3.591,06	0,84	--
2º Ordem	904	3,6	1.856,76	2,05	2,12
3º Ordem	253	3,2	1.145,53	4,53	1,81
4º Ordem	78	2,8	660,16	8,46	2,20
5º Ordem	28	5,6	362,56	12,95	1,50
6º Ordem	5	2,5	199,22	39,84	2,59
7º Ordem	2	2	169,22	84,61	2,67
8º Ordem	1	1	25,62	25,62	2,90
9º Ordem	1	-	321,25	321,25	3,25
Total	**5.557**		**8.331,38**	**1,50**	**--**

Org.: Elaborado pelos autores (2020).

O rio Iguatemi nasce no município de Coronel Sapucaia, segue o sentido norte-sul até o município de Paranhos e depois alterna o seu sentido de oeste para leste, até a sua foz no rio Paraná. Este caminho em "L" que o rio Iguatemi executa é uma evidência de controle fissural tectônico ao longo de seu curso, sendo que a extensão máxima linear de 166,14 km da bacia, para um rio de 321,25 km, revela tal configuração.

Tal como na setentrional vizinha Bacia do rio Amambai, as áreas do Grupo Caiuá (Mesozoico), dotada de arenitos de característica muito friável, foram escavadas pelo rio Iguatemi e seus afluentes até os seus talvegues se encontrarem com as rochas vulcânicas da Formação Serra Geral (Jurássico-Cretáceo). Esta configuração petrográfica ocasiona o controle estrutural da UPG Iguatemi, sendo esta uma característica como encontrada nas redes de drenagem do Grupo Caiuá. Por causa desta configuração encontrada, as bacias hidrográficas variam de um aspecto em treliça até para uma disposição retangular (nas áreas mais tectonicamente controladas, com ênfase para o setor oriental da UPG.

Bacias hidrográficas em aspecto dendrítico são pouco evidentes na área de estudo, ao contrário da vizinha Bacia do rio Amambai que possui áreas de redes de drenagem dendríticas em setores onde predomina o afloramento dos basaltos (BEREZUK et al., 2014). Entretanto, tais afirmações estão sendo embasadas pela observação das imagens

de satélite e dos produtos cartográficos, sendo necessário, para esta diferenciação entre uma UPG e outra, uma maior quantidade de estudos de campo.

Com relação ao número de canais encontrados, foram vetorizados 5.557 canais, sendo estes 4.285 canais de primeira ordem. A quantidade bem maior de canais, em especial a de canais de primeira ordem, se comparada com a Bacia do rio Amambai (744 canais, sendo destes 558 de primeira ordem), pode ser referente, muito provavelmente, por uma maior qualidade de varredura e vetorização executada nesta pesquisa sobre a UPG Iguatemi, por causa de uma melhoria do poder dos instrumentos de georreferenciamento, de 2013 a 2020.

O rio Iguatemi é classificado como um rio de nona ordem, enquanto que o rio Amambai está classificado, em Berezuk et. al (2014), como um rio de sétima ordem. Todavia, se se considerar a quantidade de canais de segunda ordem da UPG Iguatemi, em comparação com os canais de primeira ordem quantificados na Bacia do rio Amambai, percebe-se que são 904 canais da UPG Iguatemi contra 558 canais da Bacia do rio Amambai, o que evidencia uma maior quantidade de canais da UPG Iguatemi.

Com relação à alguns setores da UPG Iguatemi, com relação ao grande número de canais de primeira ordem, prevaleceram canais intermitentes, como os exemplos mostrado na Figura 3, que moldam, sobretudo na região sul, em um relevo mais dissecado. Há, por exemplo, na área de estudo, uma área ao norte da sede municipal de Sete Quedas, que elevou os valores encontrados referentes aos canais de primeira ordem, entretanto, mostra-se, de forma geral, que são canais de pouca extensão fluvial. Os canais de primeira ordem apresentam, em média, apenas 0,84 km de extensão.

Tal constatação do parágrafo anterior vai de acordo com os dados maiores de densidade hidrográfica e densidade de drenagem da UPG Iguatemi com relação à Bacia do rio Amambai (são 0,55 canais por quilômetros quadrado na UPG Iguatemi contra 0,073 canais por quilômetro quadrado na Bacia do rio Amambai; e a formação de 820 metros de canal por quilômetro quadrado na UPG Iguatemi por 412 metros de canal por quilômetro quadrado na Bacia do rio Amambai). Todavia, convêm ressaltar que, mesmo que a UPG Iguatemi possua maior densidade hidrográfica e de drenagem, esta UPG ainda

apresenta uma densidade de sua rede considerada baixa a muito baixa. Para que uma bacia hidrográfica, por exemplo, tenha considerada uma densidade de rede de drenagem média a alta, os valores devem estar acima de 7,5 km/km^2 (CHRISTOFOLETTI, 1980 apud ANTONELI e THOMAZ, 2007).



Figura 3 - Exemplos característicos de canais de primeira ordem da UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.
Fonte: Jesus (2019).

A densidade da drenagem está associada aos fenômenos naturais, como clima e o comportamento hidrológico das rochas. Nas rochas onde a infiltração encontra maior dificuldade há condições melhores para o escoamento superficial (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Um terceiro fator que evidencia uma maior riqueza de drenagem da UPG Iguatemi é o valor médio de extensão de percurso superficial do *runoff* em 410 metros, em comparação com a Bacia do rio Amambai, que possui 1.212 metros. Convêm ressaltar, também, que a UPG Iguatemi possui uma capacidade de manutenção hídrica média duas vezes maior que a da Bacia do rio Amambai. Segundo a equação de Schumm (1956) são necessários 2.427 metros quadrados para manutenção de um metro de canal na Bacia do rio Amambai, enquanto que, na UPG Iguatemi, são necessários 1.212 metros quadrados para a manutenção de um metro de canal.

Brugnolli (2020), analisando a região da Serra da Bodoquena (região sudoeste do Estado), encontrou valores de coeficiente de manutenção que se assemelharam à UPG

Iguatemi (1.559,85 m²/m), destacando que as densidades de drenagens altas podem ser explicadas em bacias hidrográficas que apresentam processos de dissecação mais elevados do relevo, ocasionando *runoffs* mais intensos, elevando os valores referentes à densidade de drenagem, ao passo que se reduz o coeficiente de manutenção.

Tais estatísticas reforçam uma maior densidade hídrica superficial da UPG Iguatemi em comparação com a UPG Amambai, que pode ser deduzida/hipotetizada: 1) por uma ligeira superioridade dos níveis de declividade de alguns setores da UPG Iguatemi em comparação com a UPG mais setentrional (que poderia, assim, influenciar nos níveis de permeabilidade, aumentando o runoff na UPG mais meridional); 2) por um maior número de fraturas vulcânicas nos talvegues da UPG Iguatemi do que nos talvegues da UPG Amambai, reforçando que talvegues arenosos tenderiam a favorecer a infiltração hídrica, enquanto que os talvegues rochosos favoreceriam o escoamento. Uma terceira hipótese, contudo menos evidente por se tratar de áreas vizinhas e com dimensões espaciais ainda não tão abrangentes, seria de ocorrer um regime pluviométrico mais homogêneo na UPG Iguatemi em comparação com a UPG Amambai, reforçando o elemento da latitudinidade (MATO GROSSO DO SUL, 1990 e 2010; ZAVATTINI, 1990; FARIAS e BEREZUK, 2018). Cabe ressaltar que, para confirmar essas hipóteses necessitam, todavia, de estudos mais aprofundados.

Referindo-se aos dados da tabela 2, os níveis de bifurcação entre a UPG Iguatemi variam de 2,5 a 5,6 entre as ordens 1 a 6. Segundo dados comparados da Bacia do rio Amambai, estes são semelhantes (2,19 a 6 confluências entre os cursos de ordem 1 a 5) (BEREZUK et al., 2014), o que também atestam relativa similaridade de configuração da rede de drenagem.

A UPG Iguatemi também mostra semelhança de padrão com a UPG Amambai para com a somatória da extensão de seus canais, apesar da UPG Iguatemi possuir maior riqueza de drenagem superficial, com uma maior extensão total na somatória das ordens de seus canais. Consequentemente, por possuir uma maior rede de drenagem e uma maior densidade hidrográfica e de drenagem, a extensão média dos canais da UPG Iguatemi é menor do que a da UPG Amambai (a UPG Amambai, portanto, possui menor densidade hidrográfica e menor densidade de drenagem, mas apresenta canais mais extensos em

suas ordens, mesmo apresentando relação de bifurcação semelhante à UPG Iguatemi). No mais, outra evidência da semelhança de padrão entre ambas as UPG's é a relação do comprimento médio dos canais possuírem valores muito próximos entre as classes.

Os mananciais da área de estudo, são encontrados em regiões de argissolo, que, pela sua fisionomia edáfica, proporciona dificuldade para com os processos de infiltração, logo, o escoamento superficial auxilia na manutenção dos mesmos (EMBRAPA, 2018). Cerca de 76% da UPG Iguatemi é constituída por argissolos e neossolos, dois tipos pedológicos que tem por particularidade serem mal drenados, em que o escoamento superficial é mais abrangente que a infiltração. Estas são informações importantes, na medida estas áreas podem apresentar, também, um relevo mais declivoso, alcançando inclinações de 20%. Além disso, a densidade de drenagem pode ser também influenciada pela presença do clima Subtropical Úmido, que proporciona chuvas consideráveis ao longo do ano, e períodos de estiagem que geralmente não são capazes de impactar nos mananciais. A UPG Iguatemi, assim como a vizinha UPG Amambai, possui um regime pluviométrico considerado dos mais homogêneos do Estado de Mato Grosso do Sul, o que é fator influente para com o estudo da rede de drenagem da área de estudo.

Utilizando-se de comparações com bacias hidrográficas sul-mato-grossenses para entender as características da rede de drenagem, destaca-se que Pirajá e Rezende Filho (2019), ao estudarem a bacia hidrográfica do córrego Ceroula, que abrange parte do município de Campo Grande/MS, encontraram valores de coeficiente de manutenção próximos ao encontrado na presente pesquisa, afirmando que estes parâmetros podem estar atribuídos ao substrato geológico da Formação Serra Geral, porém, tal formação, na UPG Iguatemi, abrangeu apenas o extremo noroeste, não podendo ser a explicação mais clara a respeito dessa constatação.

A UPG Iguatemi demonstra, diante do que foi analisado, considerável quantidade de cursos fluviais, uma maior densidade de sua rede de drenagem (se comparado com as áreas vizinhas) e coeficiente de manutenção de área menor que a da UPG Amambai. Estas informações, por sua vez, poderiam demonstrar que a área apresenta poucos problemas relacionados aos mananciais. Entretanto, através de trabalhos de campo realizados, foi observado a existência de diversas erosões, que causam o carreamento de sedimentos,

formação de bancos de areia nos mananciais, entre outras séries de problemas ambientais que vêm impactando gradativamente os cursos fluviais da UPG do rio Iguatemi (Figura 4).



Figura 4 - Impactos ambientais encontrados na UPG Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil.
Fonte: Jesus (2019).

Tais discussões reverberam a proposta dessa pesquisa, de analisar a UPG em seu contexto ambiental, oferecendo importantes dados acerca dos mananciais hídricos, sua relação com os solos, declives e formações geológicas que impactam diretamente na capacidade de escoamento, infiltração e armazenamento de água.

CONCLUSÃO

A análise morfométrica da Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Iguatemi confere que o rio Iguatemi possui 321,25 km de extensão, com uma rica rede de drenagem, mais rica que a de UPG's vizinhas como a UPG Amambai, que foi a área de comparação de dados. Devido a um aprofundado processo de vetorização dos canais de toda a UPG, chegou-se a soma de 5.558 canais e a caracterização do Iguatemi como um rio de nona ordem. Ou seja, constata-se o zelo para com a checagem e espacialização de todos os canais possíveis da área de estudo.

Mesmo apresentando uma grande quantidade de redes de drenagem, sua maioria é de canais de primeira ordem, devido as características decorrentes da própria configuração edáfica, geológica e geomorfológica da área, típica do extremo-sul de Mato Grosso do Sul. Todavia, a área apresenta uma especial riqueza com relação ao número de nascentes, talvez um dos motivos pelos quais o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul enquadrasse esta área como área potencial de conservação ambiental.

Sem dúvida, a UPG do Iguatemi se apresenta com uma grande quantidade de mananciais, sobretudo a sul e sudoeste da UPG, entretanto, existe uma quantidade considerável de corpos hídricos temporários, elevando a necessidade de manutenção de suas condições e uma possível recuperação das áreas próximas aos recursos hídricos, sobretudo por estarem ocupadas por pastagens e, em alguns casos, plantações de soja.

Tais dados técnicos possuem relevante importância, dado as práticas de expansão das atividades agrícolas na área de estudo, em especial as vinculadas à agroindústria nos últimos vinte anos. A expansão das áreas de soja, milho, cana, dentre outras culturas temporárias, certamente impacta e impactará o potencial hídrico superficial da rede de drenagem da UPG Iguatemi. Cabe, portanto, aos setores públicos, privados e à sociedade local, aliarem aos processos produtivos às práticas de conservação, para protegerem o maior tesouro que os territórios podem possuir, a água.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONELI, V.; THOMAZ, E. L. Caracterização do meio físico da bacia do Arroio Boa Vista. In: Revista Caminhos de Geografia, Uberlândia, UFU, v.8, n. 21, pp. 46-58, jun. 2007.

BACK, A.J. Análise morfométrica da Bacia do Rio Urussunga - SC. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. Uberlândia. Ano 7, nº2, 2006.p. 107-115.

BEREZUK, A. G.; PEDROSO, J. H. M.; RIBEIRO, A. F. N.; LIMA, P. A. Análise morfométrica linear e areal da bacia hidrográfica do Amambai – Mato Grosso do Sul – Brasil**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**, n. 20, ano 11, nov. 2014. pp. 08-38.

BRASIL. Lei 9433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm>. Acesso em maio 2020.

BRUGNOLLI, R. M. **Zoneamento Ambiental para o Sistema Cárstico da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, Mato Grosso do Sul**. 2020. 403p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia.** 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 1980. 188 p.

CHRISTOFOLLETI, A. **Análise morfométrica das bacias hidrográficas do Planalto de Poços de Caldas (MG).** Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Rio Claro, SP, 1970.

CHRISTOFOLETTI, A. "Análise morfométrica de bacias hidrográficas". **Boletim Geográfico**, v. 30 n. 220, p. 131 - 159. Rio de Janeiro: jan/fev 1971.

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial.** São Paulo, SP: Blucher, 1981.

CPRM, COMPANHIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS. **Litologia e Recursos Minerais do estado de Mato Grosso do Sul.** Brasília: CPRM, 2006. 144p.

EMBRAPA, EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 3. ed. Brasília, 2018. 353p.

ESRI 2011. **ArcGIS Desktop**: Release 10. Redlands, CA: Environmental Systems Research Institute.

FARIAS, G. L.; BEREZUK, A. G. O Regime Pluviométrico no Extremo Sul de Mato Grosso do Sul entre os anos de 1876-2015. Dourados – MS: Entre-lugar, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, v. 9, n.17, 2018. ISSN 2176-9559.

HORTON, R.E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. **Geological Society of America Bulletin.** Boulder, Colorado, EUA, pp. 275-370, 1945.

IBGE CIDADES. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em maio 2020.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Catálogo de Imagens – Landsat 8**. Disponível em: <http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>. Acesso em: maio de 2016.

JESUS, C. S. **Características Socioambientais da Unidade de Planejamento e Gerenciamento Iguatemi, Mato Grosso do Sul/Brasil, mediante o uso de geotecnologias.** 2020. 123p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

PIRAJÁ, R. V.; REZENDE FILHO, A. T. Análise morfométrica da bacia hidrográfica do Córrego Ceroula em Mato Grosso do Sul. **Revista GeoFronter**, v.1, n. 5, p. 35-58, 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Atlas Multirreferencial.** Campo Grande-MS: Secretaria de Planejamento e Coordenacao Geral, SEPLANCT/MS, 1990. 24 p.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**. Editora UEMS, Campo Grande, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Lei Estadual 2406/2002 – Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: <http://progestao.ana.gov.br/panorama-dos-estados/ms/lei-no2406-02_ms.pdf>. Acesso em maio 2020.

SILVA, J. V. **Classificação e análise das unidades de paisagem na bacia hidrográfica do Rio Jaguí – Sub-região de fronteira XIV Cone-Sul, Mato Grosso do Sul.** Dourados-MS: Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em Geografia-FCH, 2019. 121 p. (Dissertação de Mestrado).

STRAHLER, A. N. Hypsometric (area-altitude) analysis of erosional topology», Geological Society of America Bulletin, **63** (11): 1117–1142, 1952.

SCHUMM, S. A. Evolution of drainage systems and slopes in badlands at Perth Amboy. **Geol. Soc. America Bulletin**. n. 67, p. 597-646, 1956.

ZAVATTINI, J. A. Dinâmica Atmosférica e as Chuvas no Mato Grosso do Sul. 1990. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: 1990.

Recebido em junho 2020.

Revisão realizada em novembro de 2020.

Aceito para publicação em março de 2021.

ENTRELUGAR

VULNERABILIDADE SOCIAL DO BAIXO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO POTI – PIAUÍ/BRASIL

SOCIAL VULNERABILITY OF THE LOW COURSE OF THE RIO POTI HYDROGRAPHIC BASIN - PIAUÍ / BRAZIL

VULNERABILIDAD SOCIAL DEL CURSO BAJO DE LA CUENCA HIDROGRÁFICA DEL RIO POTI - PIAUÍ / BRASIL

Livania Norberta Oliveira
Universidade Federal do Piauí.
livaniageo@gmail.com

Lúcio Sobral Cunha
Universidade de Coimbra.
luciogeo@fl.uc.pt

Maria Lúcia Brito Cruz
Universidade Estadual do Ceará.
mlbcruz@gmail.com

Eugênia C. Pereira
Universidade Federal de Pernambuco
verticillaris@gmail.com

RESUMO

Objetivou-se compreender a relação entre o ambiente físico e antrópico, para analisar o nível de vulnerabilidade social e as alterações sobre os aspectos físicos no baixo curso do rio Poti (Piauí-Brasil). Foi elaborado o Índice Municipal de Vulnerabilidade Social (IMVS), com base na análise fatorial por componentes principais por setor censitário, utilizando os *softwares* SPSS e ArcMap 10.2. Constatou-se que a área rural apresenta IMVS de alto a muito alto devido à baixa densidade demográfica, reduzida infraestrutura, baixa renda, o reduzido nível de escolaridade e o maior envelhecimento da população, tendo em vista que sua maior parte economicamente ativa encontra-se nas áreas urbanas. Quanto aos aspectos naturais, verificou-se que a vegetação tem forte influência na conservação do ambiente, que a sua retirada, de forma inadequada provoca impactos negativos ao meio ambiente e, consequentemente, sobre a população. Assim, o conhecimento sobre vulnerabilidade social em uma bacia hidrográfica permite aos governantes integrar políticas e medidas preventivas no planejamento e estratégias de desenvolvimento sustentável em meio urbano e rural.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade social. Bacia hidrográfica. Rio Poti. Planejamento. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

The objective was to understand the relationship between the physical and anthropic environment, to analyze the level of social vulnerability and the changes on the physical aspects in the low course of the Poti River (Piauí-Brazil). The Municipal Social Vulnerability Index (IMVS) was elaborated, based on the factor analysis by main components by census sector, using the software SPSS and ArcMap 10.2. It was found that the rural area has high to very high IMVS due to the low demographic density, reduced infrastructure, low income, the low level of education and the greater aging of the population, considering that most of them are economically active. in urban areas. As for the natural aspects, it was found that the vegetation has a strong influence on the conservation of the environment, that its removal, in an inadequate way, causes negative impacts on the environment and, consequently, on the population. Thus, knowledge about social vulnerability in a river basin allows government officials to integrate preventive policies and measures in the planning and strategies of sustainable development in urban and rural areas.

Keywords: Social vulnerability. Watershed. Poti river. Planning. Sustainable development.

RESUMEN

El objetivo fue comprender la relación entre el entorno físico y antrópico, analizar el nivel de vulnerabilidad social y los cambios en los aspectos físicos en el curso bajo del río Poti (Piauí-Brasil). Se elaboró el Índice de Vulnerabilidad Social Municipal (IMVS), con base en el análisis factorial por componentes principales por sector censal, utilizando el software SPSS y ArcMap 10.2. Se encontró que el área rural tiene IMVS de alta a muy alta debido a la baja densidad demográfica, la reducida infraestructura, los bajos ingresos, el bajo nivel de educación y el mayor envejecimiento de la población, considerando que la mayoría de ellos son económicamente activos en áreas urbanas. En cuanto a los aspectos naturales, se encontró que la vegetación tiene una fuerte influencia en la conservación del medio ambiente, que su remoción, de manera inadecuada, provoca impactos negativos en el medio ambiente y, en consecuencia, en la población. Así, el conocimiento sobre la vulnerabilidad social en una cuenca hidrográfica permite a los funcionarios del gobierno integrar políticas y medidas preventivas en la planificación y estrategias de desarrollo sostenible en áreas urbanas y rurales.

Palabras clave: Vulnerabilidad social. Cuenca hidrográfica. Río Poti. Planificación, Desarrollo sostenible

INTRODUÇÃO

Os estudos que fazem a integração de dados geoespaciais com os socioeconômicos são muitos no contexto dos impactos socioambientais da atualidade (CUTTER, 2011), principalmente com o uso de dados quantitativos, relativos à economia, à sociedade e à demografia, para a avaliação da vulnerabilidade social. Freitas e Cunha (2013) destacam que os caminhos para a análise da vulnerabilidade social passam por diferentes componentes quantitativos e qualitativos que se complementam e que não podem ser desprezados. Assim, conhecer o contexto em que se insere o grupo social envolvido, em termos socioeconômicos e ambientais, é o ponto de partida para os estudos neste viés, nos quais devem ser incorporadas, também, a cultura e a percepção da sociedade envolvida para que seja possível uma melhor precisão no mapeamento da vulnerabilidade social.

Para Cunha (2015) e Mendes et al. (2011) a cartografia da vulnerabilidade social, a partir da observação do nível de criticidade (relacionado com as características das populações) e a capacidade de suporte (relacionada com a infra-estruturação dos territórios) permite uma análise comparativa entre diferentes áreas de um território, sendo essencial sua aplicação para uma gestão mais eficaz dos recursos e das infraestruturas disponíveis, bem como para uma melhor adequação das políticas públicas relacionadas com a proteção civil, a emergência e o socorro.

A bacia hidrográfica, é um recorte geográfico que vem passando por fortes pressões em face das demandas de uso dos seus recursos naturais para o desenvolvimento socioeconômico, que muitas vezes vão além da capacidade de resistência e de resiliência dos seus geossistemas (ALMEIDA; CARVALHO, 2010; ASEFA et al., 2014; GODOY; CRUZ, 2016; IORIS et al., 2008; LIMA; AUGUSTIN, 2014; OLIVEIRA; SILVA, 2014).

A bacia hidrográfica do rio Poti (BHRP), abrange porções territoriais dos Estados do Ceará e do Piauí, apresentando uma extensão total aproximada de 52.270 km^2, sendo quase na sua totalidade inserida no Estado do Piauí, com 38.797 km^2,

onde abrange trinta e oito municípios, dos quais onze estão localizados na área do baixo curso, incluindo a capital Teresina.

O rio Poti caracteriza-se por ser do tipo semi-intermitente, tornado-se perene somente a partir do seu baixo curso, quando recebe drenagem de dois importantes tributários, o rio Berlengas e o rio Sambito, correspondendo uma área de aproximadamente 4.600 km^2, cerca de 11,30% do total da bacia hidrográfica. Desta forma, optou-se por avaliar a vulnerabilidade social do baixo curso do rio Poti (BCRP) localizado na porção Centro-Norte do Estado do Piauí (Figura 1), tendo em vista sua importância para a manutenção da sociedade e do ambiente.

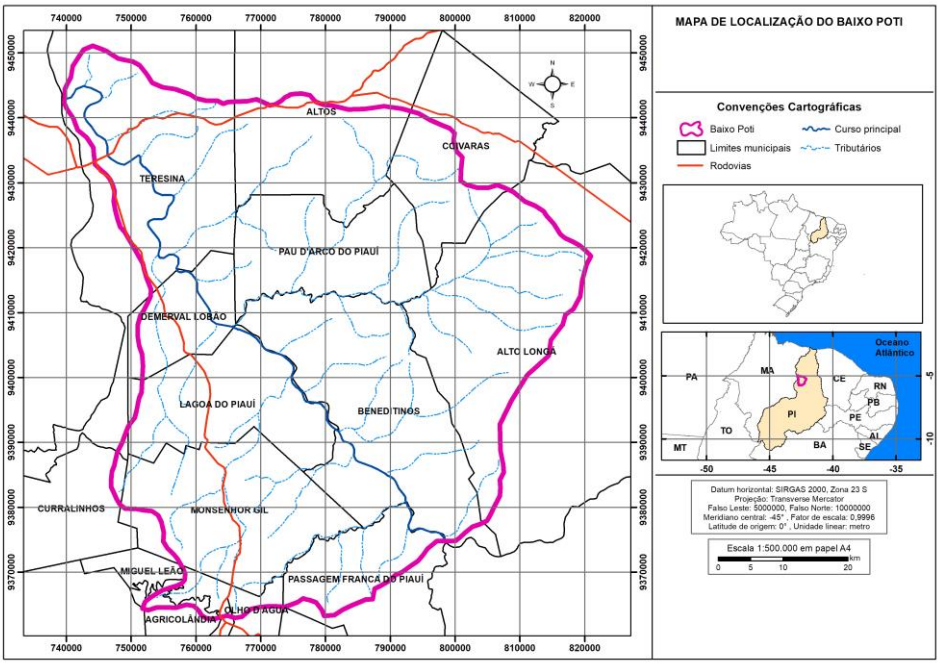


Figura 1 - Localização do baixo curso do rio Poti, Piauí, Brasil
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019

Para Dwyer et al. (2004), a vulnerabilidade social é uma questão de capacidade de recuperação da sociedade face à ocorrência de desastres naturais, aproximando-se do conceito de resiliência. Já Birkmann et al. (2010) defendem que, para caracterizar adequadamente a vulnerabilidade social, é necessário considerar a vulnerabilidade do ecossistema. Neste contexto, Cunha (2015) considera vulnerabilidade um conjunto de características e condições territoriais e ambientais

dos lugares, bem como as socioeconômicas e as culturais dos indivíduos e, das comunidades que regulam a sua capacidade de resistência e de resiliência, face à manifestação de processos perigosos, sendo relevantes para a dimensão dos graus de perda provocados por estes.

Para Adger et al. (2004), a vulnerabilidade é o resultado de interações, complexas e fracamente entendidas, que implicam o envolvimento tanto de processos físicos como da dimensão humana.

Conforme Kasperson (2005), em função da contínua degradação ambiental, medir a vulnerabilidade é uma tarefa crucial se o propósito for apoiar a transição para um mundo mais sustentável. Uma vez que o desenvolvimento sustentável é caracterizado por três pilares (ambientais, econômicos e sociais), torna-se cada vez mais necessária uma abordagem integrada dos problemas ambientais, reconhecendo que estes não podem ser analisados isoladamente.

Desta forma, a abordagem da vulnerabilidade pode ser aplicada no contexto humano-ambiente de forma mais ampla e intimamente ligada. Conforme Mendes et al. (2011), para uma correta avaliação da vulnerabilidade social e da sua integração como instrumento eficaz de planejamento, deve-se atender aos seguintes aspectos: dimensões estruturais do território; características biofísicas; estrutura e dinâmica demográficas; capital social e redes sociais; dimensões socioculturais; políticas públicas, de desenvolvimento e de investimento público; atividade econômica. Destacam, todavia, que a integração dos fatores biofísicos e socioculturais na análise da vulnerabilidade social implica uma perspectiva mais abrangente.

Para Cutter (2003), as características que influenciam a vulnerabilidade social mais frequentemente encontradas na literatura são a idade, o gênero, a raça e o status socioeconômico. Outras características como as populações com necessidades especiais, a qualidade dos assentamentos humanos (tipo de habitação e construção, infraestrutura) e o ambiente construído também são importantes na compreensão da vulnerabilidade social. Considera, ainda, que a população rural pode ser mais vulnerável devido aos rendimentos mais baixos e, pela maior dependência das economias locais, como a extração de recursos, a exemplo da agricultura e da pesca.

Conforme o IPEIA (2015), a desigualdade entre os índices do Norte-Nordeste evidencia a existência de um país polarizado, com realidades, necessidades e prioridades distintas, que devem ser mais profundamente investigadas a fim de superar as, ainda existentes, desigualdades regionais.

Nesse contexto, áreas do semiárido do Nordeste Brasileiro são a expressão atual desses problemas, carentes de mapeamento de vulnerabilidade social para subsidiar planos de gestão sustentável de ambientes rurais e urbanos, com vista à manutenção da qualidade do meio físico e biótico e bem-estar das populações.

Diante disso, neste trabalho, objetivou-se avaliar a vulnerabilidade social na área do baixo curso do rio Poti-Piauí (Brasil), com o propósito de fornecer subsídios ao planejamento territorial, incluindo-se questões vinculadas às dimensões socioespacial e de gestão.

MATERIAIS E MÉTODO

Por considerar importante a cartografia da vulnerabilidade social nas políticas de gestão e ordenamento territorial, neste trabalho foi elaborado o Índice Municipal de Vulnerabilidade Social (IMVS), baseado na metodologia desenvolvida por Mendes et al. (2011) e por Cunha et al. (2011), que integra a criticidade das populações com a capacidade de suporte do sistema territorial para cada setor censitário. Este índice foi elaborado com base na análise fatorial dos componentes principais (ACP) de um conjunto de variáveis demográficas, ambientais, sociais e culturais da população e do seu edificado, por setor censitário que compõem a área do BCRP, com base nos dados do censo demográfico de 2010.

A análise fatorial consiste em um conjunto de técnicas do campo da estatística multivariada que busca a identificação de semelhanças entre um número determinado de variáveis com o propósito de explicar a sua estrutura. O resumo dos dados utilizando essa técnica se dá por meio da identificação das comunalidades das variáveis de interesse e das suas correlações. Assim, são determinadas quais variáveis têm comportamentos semelhantes entre si, em que medida e quanto cada um dos fatores identificados explica a variância do modelo criado, culminando na obtenção

dos *scores* fatoriais que consistem nos valores transformados das variáveis inicialmente inseridas no processo fatorial (MARTINEZ; FERREIRA, 2010).

Neste trabalho a ACP é utilizada por permitir eliminar do universo em análise as variáveis redundantes e, agrupar as restantes em diferentes fatores (CUNHA et al., 2011). Trata-se de uma metodologia cuja elaboração é desenvolvida com base nas seguintes etapas: (I) Normalização das variáveis a partir dos denominados z - *scores*, cuja média é zero e o desvio-padrão é 1; (II) Execução da análise fatorial no SPSS (versão 17, no caso da nossa pesquisa); (III) Análise da matriz de correlação dos dados, no sentido de eliminar do universo em análise os dados redundantes (análise da multicolineariedade); (IV) Após a exclusão dos dados redundantes, executa-se novamente a análise fatorial até atingir determinados parâmetros considerados necessários para que os resultados sejam considerados válidos (taxa de variância superior a 60%, com valor de KMO (*Kaiser - Meyer - Olkin*) e de níveis de comunalidades superiores a 0,5). (V) Interpretação e escalamento dos fatores resultantes, no modo de como estes influenciam a vulnerabilidade social. Uma vez que os valores nem sempre apresentam a orientação desejada, torna-se necessário escalar os índices parcelares no sentido de que quanto mais elevado o resultado final da equação, maior será a vulnerabilidade social do espaço.

Neste sentido, no caso de os *scores* fatoriais de variáveis que contribuem para diminuir a vulnerabilidade apresentarem uma orientação positiva, será necessária a sua multiplicação por – 1; (VI) Combinação dos *scores* fatoriais de cada unidade territorial num único valor em termos de criticidade ou capacidade de suporte, usando uma ponderação com base no valor da variância explicada por fator (CUNHA et al., 2011); (VII) Exportação dos dados do SPSS para o ArcMap 10.2, a fim de projetar os resultados na sua componente espacial. A união entre a tabela exportada do SPSS e a tabela do ArcMap é elaborada através do código de cada setor censitário pelo IBGE (2011); (VIII) Classificação dos resultados finais da equação de avaliação do IMVS com base nos critérios usados por Cutter et al. (2003).

Destaca-se que a área do BCRP é composta por 11 municípios que integram 1.252 setores no censo de 2010, e que serviram como base para a coleta dos

dados amostrais disponíveis, incluindo as áreas urbanas e rurais, com diferentes usos, com áreas construídas e com ocupação humana, bem como áreas que ainda não estão construídas nem ocupadas.

Na sequência, com base nos trabalhos apresentados por Cutter (2003; 2011) e por Cunha et al. (2011), a vulnerabilidade social foi determinada através de análise fatorial, utilizando para o efeito o *software* de análise estatística SPSS. Partiu-se de um conjunto de 79 variáveis, organizadas em sete grupos: educação, domicílios, gênero, morador, etnia, renda e idade, das quais 35 foram mantidas após a realização de um teste de colinearidade e exclusão dos dados redundantes, que resultaram 6 fatores explicativos da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, os fatores identificados foram classificados nos termos de sua contribuição. Foram considerados como fatores positivos os que contribuíram para reduzir a vulnerabilidade social e considerados como negativos quando aumentaram essa vulnerabilidade. Esse procedimento foi realizado para todas as variáveis válidas utilizadas. O Quadro 1 apresenta o raciocínio para o estabelecimento da contribuição de cada fator observado para a vulnerabilidade social no BCRP, com destaque da variável dominante para contribuir para vulnerabilidade positiva ou negativa.

Quadro 1 - Contribuição dos fatores para avaliar a vulnerabilidade social do BCRP

Fator	Contribuição final para vulnerabilidade	Variável dominante
Fator 1	Negativa	Domicílio com coleta de lixo
Fator 2	Negativa	Responsável com renda de 5-10 salários
Fator 3	Positiva	Pessoas acima de 65 anos
Fator 4	Negativa	Responsável- homem
Fator 5	Positiva	Domicílio/área
Fator 6	Negativa	Morador/domicílio

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019

A classificação dos fatores latentes identificados para a vulnerabilidade social do BCRP mostrou que os fatores 1, 2, 4 e 6 apresentaram contribuição negativa, ou seja, consistem nas variáveis que aumentam a vulnerabilidade social para os setores censitários que representam, enquanto os demais fatores 3 e 5 apresentaram contribuição positiva.

Nesta pesquisa decidiu-se por calcular as dimensões da vulnerabilidade social por meio da utilização da técnica da soma ponderada (Cunha et al., 2011), tendo em vista que nesse procedimento são considerados os diferentes aspectos dos fatores latentes obtidos, bem como as suas particularidades. Desse modo, o cálculo de cada uma das dimensões para cada unidade de análise da área de estudo foi determinado por meio da Equação 1. As contribuições, quando positivas, equivalem a "1" e quando negativas, equivalem a "-1".

$$D = (Cf1 * F1x1 * Vf1) + \ldots (Cfn * Fnxn * Vfn)$$

Onde:

D = Dimensão da vulnerabilidade

Cf = Contribuição do Fator [10]

F = Valor do fator para cada unidade de análise

V = Percentagem de variância explicada de cada fator obtido

Os *scores* nos diferentes fatores para cada setor censitário foram exportados para o *software* ArcMap, 10.2, o que permitiu a atribuição de um resultado final do IMVS para cada setor censitário estatístico e a sua cartografia, após uma classificação empírica dos resultados entre muito baixa, baixa, média, alta e muito alta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relevo do BCRP se caracteriza por ser do tipo suave ondulado a ondulado, apresentando predomínio da declividade de 3 a 20%. O solo predominante é o Plintossolo Argilúvio distrófico, seguido do Plintossolo Pétrico concrecionário e do Latossolo Amarelo distrófico. A cobertura vegetal reflete as condições climáticas e pedológicas da área, apresentando transições vegetais entre caatinga, cerrado e floresta de babaçu (OLIVEIRA, 2018).

A área do BCRP caracteriza-se por ser predominantemente rural, em que a atividade agrícola é a principal fonte de renda e sobrevivência para a população local. Na Tabela 1 se observa a população total e extensão territorial da área de estudo, na qual se verifica que a população de Lagoa do Piauí, Pau D'arco do Piauí e Coivaras é

predominantemente rural. Observa-se ainda que entre os anos 2000 e 2016 a população aumentou, sobretudo na cidade de Teresina, por se caracterizar como um polo de saúde, educação e comércio do Estado do Piauí, atraindo pessoas de todo o Estado e de outras regiões do Brasil.

Tabela 1 - Municípios incluídos na área do baixo curso da bacia hidrográfica do rio Poti (Piauí, Brasil), com respectiva população.

Municípios	População 2000	População 2010	População 2015	População rural 2015 (%)	Extensão territorial (km^2)
Altos	39.122	38.822	39.795	30%	957,655
Teresina*	725.360	814.230	847.430	5%	1.391,98
Demerval Lobão*	12.489	13.278	13.575	19%	216,807
Beneditinos*	9.712	9.911	10.032	37%	9.712,00
Lagoa do Piauí*	3.488	3.863	3.987	57,90%	426,634
Pau D'arco do Piauí*	3.713 (2007)	3.757	3.957	86%	430,817
Monsenhor Gil*	10.309	10.333	10.410	48,60%	568,731
Passagem Franca	4.195	4.543	4.491	47,10%	4.195,00
Coivaras	3.507	3.811	3.942	69,50%	485,496
Alto Longá*	12.000	13.646	14.040	49,80%	1.737,84
Miguel Leão	1.370	1.253	1.228	31%	93,515

Fonte: IBGE, 2016 (* possui a sede municipal inserida na área de estudo)

Segundo o censo demográfico de 2015 (IBGE, 2016), alguns municípios apresentam mais da metade da população vivendo em áreas rurais, como: Pau D'arco do Piauí (86%), Lagoa do Piauí (57,90%) e Coivaras (69,50%), sendo que Alto Longá (49,80%), Monsenhor Gil (48,60%) e, Passagem Franca do Piauí (47,1%) possuem quase metade da população também vivendo nas áreas rurais. Isto repercute diretamente na vulnerabilidade social dessa população, tendo em vista que a área rural possui menor capacidade de suporte em infraestrutura de saneamento, assistência médica e renda familiar.

As atividades socioeconômicas desenvolvidas na área, com exceção da cidade de Teresina, em sua maior parte são para a manutenção de pequenos

produtores agrícolas que, em sua maioria, ainda utilizam técnicas relativamente rudimentares. Nota-se, por exemplo, que a antropização dos ambientes no baixo curso da bacia do rio Poti se manifesta na exploração de duas atividades principais: pecuária e agricultura de subsistência. A pecuária é realizada de maneira extensiva e com predomínio do superpastoreio; já a agricultura é feita de maneira itinerante e com o uso de queimadas, o que reduz a biodiversidade e expõe o solo aos efeitos da erosão.

Na Tabela 2 observam-se os fatores retidos das 35 variáveis, que possibilitaram explicar 60,2 % da variância encontrada entre todos os setores censitários do BCRP e, que apresentaram mais de 5 % da variância explicativa, com a respectiva variável dominante de cada fator.

Tabela 2- Fatores retidos que apresentaram acima de 5% da variância explicativa e significância explicada para avaliação do IMVS do baixo curso do rio Poti(Piauí, Barsil)

Fator	Designação	Variância explicada (%)	Variável dominante	Correlação (variável dominante/fator) (%)
1	Infraestrutura	22,04	Domicílio com coleta de lixo	0,888
2	Renda	13,64	Responsável com renda de 5-10 salários	0,828
3	Idade	6,87	Pessoas acima de 65 anos	0,814
4	Gênero	6,58	Responsável- homem	0,867
5	Domicílio	5,88	Domicílio/área	0,980
6	Moradores	5,18	Morador/domicílio	-0,864

Fonte: Autor, 2019

A Tabela 2 demonstra que o primeiro fator reflete, principalmente, nos serviços de saneamento e coleta de lixo dos domicílios e explica 22,04 % da variância. Destaca-se que o crescimento desordenado de Teresina, associado aos deficientes sistemas de esgotamento sanitário, que contempla apenas 17 % da capital, e de deposição final de lixo (SANTOS et al., 2011; OLIVEIRA e SILVA, 2014).

Tal situação não difere para as demais áreas urbanas dos Municípios do BCRP. Já para área rural, o sistema de coleta do lixo e esgotamento sanitário é deficiente ou inexistente, deixando a população e, consequentemente o seu ambiente, vulneráveis pelo tratamento inadequado dos efluentes e resíduos sólidos. A respeito

dos resíduos sólidos, destacam Domingos e Boeira (2015), que a quantidade de lixo gerada no mundo tem sido grande. Em adição, seu gerenciamento inadequado, além de provocar gastos financeiros significativos, resulta em graves danos ao meio ambiente e à população. O assunto tem se tornado tópico de debates em diversas áreas do conhecimento.

O segundo fator explica 13,6 4% da variância e está relacionado com a renda dos responsáveis por domicílio. Isto se reflete na desigualdade social e econômica da área de estudo, onde a maior parcela dos responsáveis por domicílio sobrevive com menos de um salário-mínimo. Estes estão concentrados, na sua maior parcela, no espaço rural, onde a renda familiar é subsidiada pela aposentadoria dos mais idosos, ou pelos programas sociais do Governo. Segundo Toigo e Conterato (2017), a pobreza e a vulnerabilidade estão relacionadas, a melhoria das condições econômicas de um grupo social pode conduzir, de modo sistemático, à adoção de medidas apropriadas de redução de sua vulnerabilidade.

Já o terceiro fator explica 6,87 % da variância e relaciona-se com o grupo de pessoas acima de 65 anos. A população idosa está mais concentrada nas áreas rurais em contraste com a população mais jovem, predominante nas áreas urbanas, que também concentram a maior parcela da população economicamente ativa, segundo dados do IBGE (2010). Tal situação reflete-se numa maior vulnerabilidade social da área rural. Conforme Braga et al. (2010), o rápido envelhecimento populacional no país gera preocupação quanto à capacidade dos sistemas sociais e de saúde para atender essa nova demanda. Dessa forma, a identificação de áreas com maior concentração de idosos, somada à garantia da distribuição adequada e equitativa dos serviços de saúde para essas populações são relevantes para a redução da vulnerabilidade social.

O quarto fator explica 6,58 % da variância e está associado ao gênero, tendo como principal variável o homem como responsável pela renda familiar por domicílio, conforme o censo de 2010. Na atualidade observa-se que a mulher vem, cada vez mais, assumindo a responsabilidade pela renda familiar. Conforme Tadeu (2012), no contexto atual, diversas pesquisas apontam o papel da mulher no âmbito da

economia social, que tem logrado peso considerável, chegando a superar os homens em algumas sociedades, como se observa no Brasil.

O quinto fator se relaciona com a quantidade de domicílios por área, que explica 5,88 % da variância. Destaca-se que as áreas urbanas concentram a maior parte dos domicílios registrados, apresentando melhor estrutura de pavimentação e saneamento, em contraste com as áreas rurais do BCRP. Tal realidade influencia no sexto fator, que representa apenas 5,18 % da variância, e está associado à quantidade de moradores por domicílio, o que, de acordo com o censo demográfico (IBGE, 2010), é maior nas áreas urbanas.

De acordo com Oliveira e Silva (2014), 95 % da população de Teresina, cidade mais urbanizada da BCRP, vivem na área urbana, exercendo forte pressão sobre os recursos naturais devido ao seu crescimento acelerado, desordenado e pela alta densidade demográfica. Essa realidade é também comum à maioria das cidades brasileiras.

Esses fatores realçam os resultados sobre os Municípios que compõem o BCRP. Na Figura 2 observa-se que as áreas urbanas, como em Teresina, e as áreas sede dos municípios eminentemente rurais, apresentam IMVS de muito baixo a moderado, devido à acumulação de poder econômico da população, oferta de infraestrutura e oportunidade de emprego. Esses dados apresentam-se em contraste com as áreas rurais da bacia, que apresentam IMVS de alto a muito alto, onde há o predomínio da população mais idosa, relacionada com a agricultura e com menor poder aquisitivo e acesso à infraestrutura de saneamento básico.

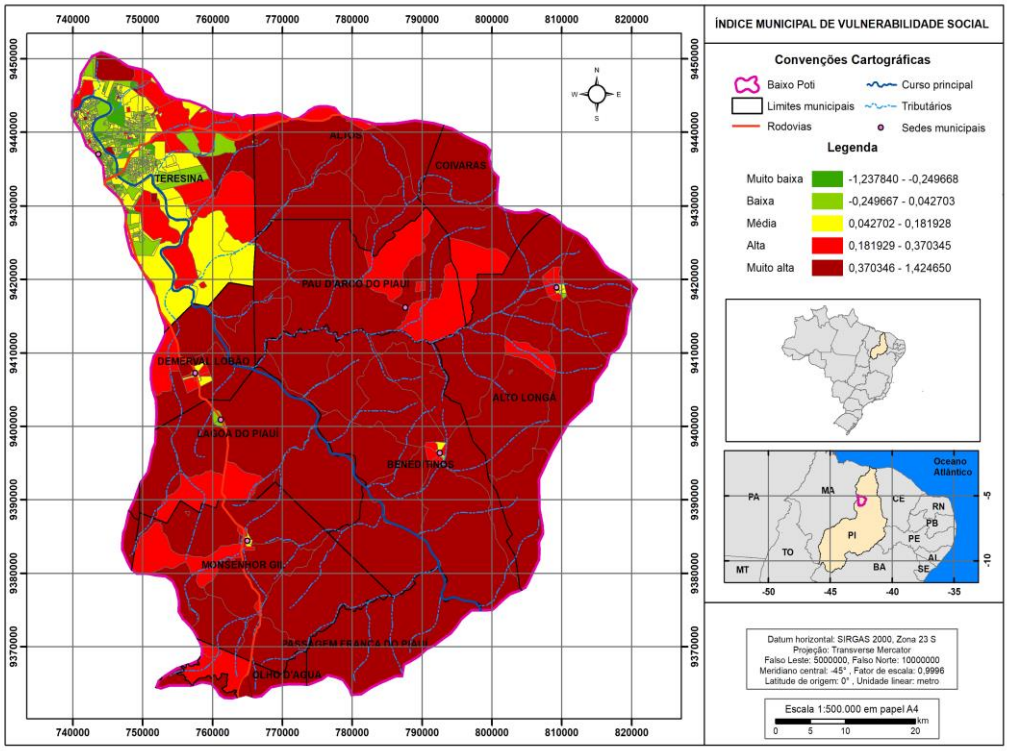


Figura 2- Índice Municipal de Vulnerabilidade Social do baixo curso do rio Poti (Piauí, Brasil)
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A leitura da vulnerabilidade social no BCRP permite observar que na área rural do BCRP a classificação do IMVS é alta (13 %) a muito alta (79 %), em função do menor índice populacional, da reduzida infraestrutura dos domicílios em termos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, da baixa renda da população, do nível de escolaridade e maior envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte da população economicamente ativa se encontra nas áreas urbanas (Figura 2). Neste contexto, Da Costa e Costa (2016) ao discutirem a questão da pobreza no Brasil, notam que esta é mais severa nas áreas rurais, devido à ausência e/ou precariedade, nessas áreas, dos serviços de educação, saúde, saneamento básico, dentre outros serviços públicos, o que coloca a população residente em uma situação de maior vulnerabilidade em relação a polução que reside em áreas urbanas.

Para a capital Teresina e para as áreas onde se encontram as sedes municipais no BCRP, o IMVS foi classificado de moderado (5 %) a baixo (2 %). Na cidade de Teresina os bairros das áreas periféricas da cidade apresentaram, no entanto,

um IMVS de moderado a alto, principalmente os setores que ficam nas margens do rio Poti na zona S e SE. Já a área central e leste apresentaram IMVS baixo a muito baixo, por apresentarem melhor infraestrutura de saneamento, de domicílios e poder aquisitivo.

Destaca-se que a cidade de Teresina, por se caracterizar como polo de saúde, educação e comércio no Estado do Piauí, apresenta a maior densidade demográfica da área em estudo, seguida dos Municípios de Altos e Passagem Franca (Figura 3).

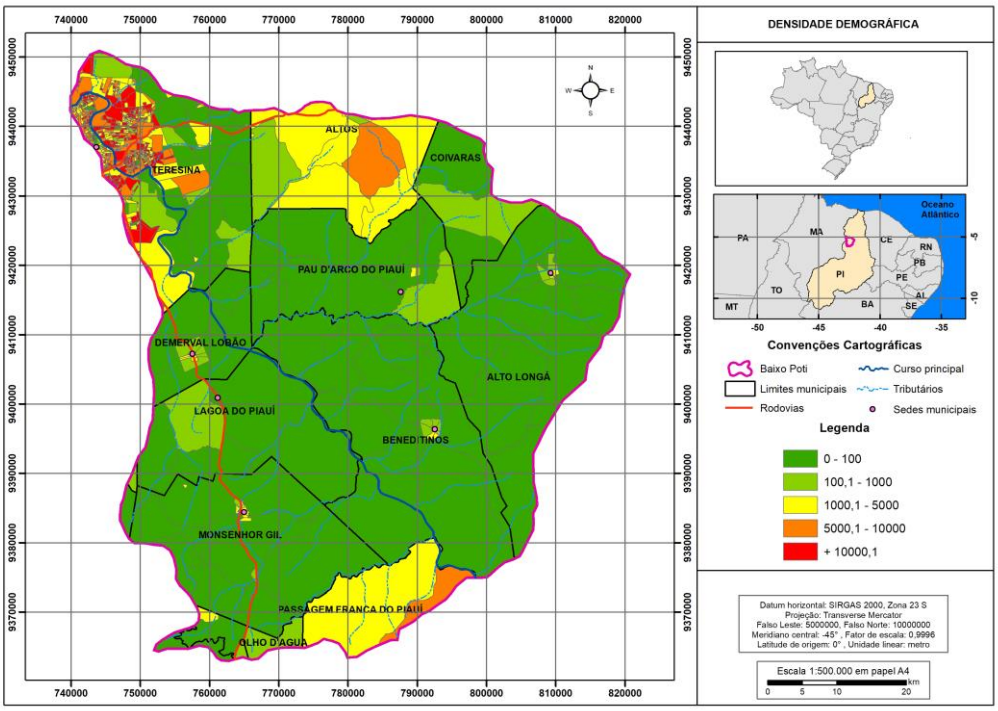


Figura 3: Mapa da densidade demográfica do BCRP-Piauí-Brasil
Fonte: Autores, 2019.

Conforme o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010), aproximadamente 9,49 % da população vivia na área rural do BCRP, em contraste com 90,51 % da população que habitava a zona urbana. Destaca-se ainda o fato de muitas famílias viverem nas áreas urbanas e se deslocarem para as rurais somente aos finais de semana, ou em período de plantio. Tal situação acontece em virtude de os municípios rurais se localizarem próximo da capital do Estado.

Diante disso, verifica-se que a área do BCRP se caracteriza por ser predominantemente rural, que apresenta baixa densidade demográfica e maior vulnerabilidade social, em contraste com as áreas urbanas, que apresentam maior densidade demográfica, como em Teresina, Altos e Passagem Franca. Entretanto, destaca-se que a cidade de Teresina apresenta vulnerabilidade social de moderada a muito baixa, em contraste com os municípios de Altos e Passagem Franca que possuem vulnerabilidade social muito alta.

Na Tabela 3 observam-se as principais culturas agrícolas desenvolvidas nos municípios do BCRP, referentes ao ano de 2015 e com produção acima de mil toneladas. Dessas culturas, o arroz, a cana-de-açúcar, a mandioca, a melancia e o milho possuem produção do tipo temporário. Já o cultivo da banana e manga possuem produção do tipo permanente.

Tabela 3- Principais cultivos agrícolas no baixo curso do rio Poti-Piauí (Brasil)

Cultivo agrícola	Total 2015 (toneladas)	Maior produtor/Município
Arroz	1.738	Monsenhor Gil com 499 t
Cana-de-açúcar	201.649	Teresina com 200.930 t
Mandioca	7.589	Monsenhor Gil 5.000 t
Melancia	5.472	Pau D'arco do Piauí com 1.000 t
Milho (em grão)	1.988	Teresina com 525 t
Banana	1.030	Teresina com 602 t
Manga	1.612	Teresina com 440 t

Fonte: IBGE, 2016

A área plantada por cultura temporária representa maior extensão por comparação com a área de cultura permanente, sendo os Municípios de Teresina e Monsenhor Gil os de maior representatividade neste setor (IBGE, 2016).

Destaca-se que a cultura temporária apresenta várias contradições. De acordo com Vital (2007) e Delamare et al. (2017), apesar de seu valor econômico, a prática pode acarretar impactos ao meio físico, que envolvem a erosão do solo, a contaminação dos recursos hídricos pelo uso de agrotóxico e à biodiversidade devido

a implantação da monocultura. Desta forma, a intensificação da extração de recursos e o uso da terra ocasionada pelas pressões antropogênicas aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas.

Observa-se ainda na Tabela 3, que em Teresina se concentra a maior parte dos cultivos agrícolas, sendo a cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) a cultura de maior produção, seguida do cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*) e melancia (*Citrullus lanatus*). Destaca-se que, na maioria das vezes, o cultivo é feito por pequenos agricultores com a utilização de métodos rudimentares, utilizando a cultura de vazante nas margens do rio Poti e de seus tributários para subsistência das famílias e comercialização nos mercados públicos dos municípios.

No BCRP é frequente o uso das margens do rio para o cultivo de culturas temporárias, devido a sua baixa vazão na maior parte do ano em função da sazonalidade das precipitações, mais concentradas nos meses de janeiro a abril, bem como por estas áreas apresentarem solos propícios para desenvolvimento da agricultura de ciclo curto. Contudo, o manejo inadequado dos recursos naturais na margem do rio oferece riscos e implica na vulnerabilidade do ambiente.

Costa et al. (2015), ao analisarem os recursos naturais do município de Demerval Lobão, localizado na área em estudo, identificaram alterações em algumas áreas ocasionadas pela atividade humana, em detrimento do desmatamento, que é praticado de acordo com interesses particulares, sendo a mata dos cocais uma das mais agredidas, ocasionando aumento da erosão dos solos, assim como o assoreamento de riachos e do rio Poti. Diante disso, o ambiente fica vulnerável à ação antrópica, que consequentemente influenciará a vulnerabilidade da população envolvida que utiliza esses recursos para manter sua subsistência. Situação similar ocorre nos demais municípios do baixo curso da bacia do rio Poti.

Diante do exposto, verifica-se que o conhecimento sobre vulnerabilidade, tanto no âmbito social como ambiental, permite aos tomadores de decisão integrar políticas de redução de vulnerabilidade e medidas preventivas no planejamento e estratégias de desenvolvimento em meio urbano e rural, em benefício da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos permitiram compreender a relação entre o ambiente físico e antrópico, contribuindo para analisar a vulnerabilidade social e ambiental em uma porção territorial da bacia hidrográfica, mais precisamente a BCRP, bem como analisar as realidades da área e da sua população para a definição e delimitação de ações preventivas e gestão do poder público. Dessa forma, este método pode ser aplicado em outros recortes geográficos.

O modelo de análise fatorial utilizado permitiu avaliar a vulnerabilidade social da bacia hidrográfica, correlacionando características socioeconômicas e de infraestrutura, sendo útil como ferramenta de gestão territorial. Por outro lado, a cartografia do índice municipal de vulnerabilidade social na BCRP permitiu uma análise comparativa entre diferentes áreas, que refletiu, entre outros fatores, as distintas estratégias públicas adotadas pelos gestores.

Constatou-se, também, que as formas de ocupação desordenada da bacia hidrográfica e o manejo inadequado dos recursos naturais existentes, colocam em risco o ambiente, em muitos casos, comprometendo a resiliência dos ecossistemas, por não haver avanços nas técnicas de preservação dos recursos naturais. Diante dessa realidade, os corpos hídricos, o solo e a vegetação ficam comprometidos, devendo haver maior atenção da gestão pública em políticas sustentáveis aos pequenos produtores para um desenvolvimento mais sustentável da área.

Dessa forma, o planejamento preventivo sobre os sistemas ambientais e socioeconômicos existentes em uma bacia hidrográfica é importante pelo fato de mitigar os impactos negativos, particularmente os que exibem maior vulnerabilidade, como contributo para o aumento do grau de resiliência das comunidades locais.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da CAPES através do Programa de doutorado Sanduíche no Exterior e da FACEPE pela bolsa de Pós-

graduação na modalidade doutorado na UFPE. Um dos autores agradece ao CNPq pela bolsa de Produtividade em Pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.Q. de; CARVALHO, P.F.de. Representações, riscos e potencialidades de rios urbanos: análise de um (des) caso histórico. **Caminhos de Geografia Uberlândia**. V. 11, nº. 34 jul, p. 145 – 161, 2010,

ASEFA, T.; CLAYTON,J.; ADAMS,A.; ANDERSON,D. Performance evaluation of a water resources system under varying climatic conditions: Reliability, Resilience, Vulnerability and beyond . **Journal of Hydrology** . Nº. 508. p. 53–65, 2014.

BIRKMANN, J.; VON TEICHMANN, K. Integrating disaster risk reduction and climate change adaptation: key challenges-scales, knowledge, and norms. **Sustainability Science**. v. 5, n.2, p.171-184, 2010

BRAGA, Luciana de Souza et al . Diferenciais intra-urbanos de vulnerabilidade da população idosa. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 12, p. 2307-2315, 2010

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O. **ATLAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. IPEA, 2015.

CUNHA, L. Vulnerabilidade e riscos naturais: Exemplos em Portugal. In: FREITAS, M. I. C., LOMBARDO, M. e ZACHARIAS, A. **Vulnerabilidades e Riscos**: Reflexões e Aplicações na Análise do Território, Rio Claro, UNES, IGCA, CEAPLA, 2015, pp. 55-62.

CUNHA, L.; MENDES, J. M.; TAVARES, A.; FREIRIA, S. Construção de modelos de avaliação de vulnerabilidade social a riscos naturais e tecnológicos. O desafio das escalas. In: **Trunfos de uma Geografia Activa**: Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia. IUC, 2011, p. 627-637.

CUTTER, S. The vulnerability of science and the science of vulnerability**. Annals of the Association of American Geographer**. n. 93, p.1-12, 2003

CUTTER, Susan L. A place-based model for understanding community resilience to natural disasters. **Global Environmental Change.** Nº.18, p. 598–606, 2008.

CUTTER, S. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.93, junho 2011, 59-69, 2011.

CUPPENS, A.; SMETS I, WYSEURE G. Definition of realistic disturbances as a crucial step during the assessment of resilience of natural wastewater treatment systems. **Water Scienci. Technol**. n.65, 1506-1513, 2012.

DA COSTA, R. F. R.; e COSTA, G. C. Pobres no campo, ricos na cidade? Uma análise multidimensional da pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 3, 2016. . Disponível em: <Disponível

em: http://www.scielo.br/pdf/resr/v54n3/1806-9479-resr-54-03-00537.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

DELAMARE, T. O.; SATO, S. E.; SIMON,A.L. H. Análise da cobertura e uso da terra da colônia de pescadores z3 – Pelotas (RS): elementos para o zoneamento geoambiental. **Anais do XVII Simposio Brasileiro de geografia Física Aplicada**. Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em: < file:///C:/Users/livania/Downloads/1982-11268-1-PB.pdf> . Acesso em: out, 2017.

DWYER, A.; ZOPPOU, C. NIELSON, O., DAY, S., ROBERTS, S. Quantifying Social Vulnerability: A methodology for identifying those at risk to natural hazards. **Geoscience Australia Record**. 101p. 2004.< Disponível em: http://www.geosci.usyd.edu.au/users/prey/Teaching/Geos-2111GIS/Ref/GA4267-IdentifyingRisks.pdf >. Acesso em: out,2017.

DOMINGOS, D. de C.; BOEIRA, S. L. Solid Urban Domestic Waste Management: Analysis of Current Situation in the City of Florianópolis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, Vol.4, n.3, pp.14-30, 2015.

GODOY, V.N de, CRUZ, R.C. Self-management of water resources - case study of river basin Santa Maria- RS. **Ciência e Natureza**, Santa Maria v.38 n.2, Mai.- Ago. p. 980 –997, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: < https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/ > . Acesso em: Julho de 2015.

_____.(IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IORIS, A.A.R.; HUNTER, C.; WALKER, S. The development and application of water management sustainability indicators in Brazil and Scotland**. Journal of Environmental Management**, vol. 88, p. 1190-1201, 2008.

LIMA, Iracilde M. de M. F.; AUGUSTIN, Cristina H. R. R. Bacia Hidrográfica do Rio Poti: dinâmica e morfologia do canal principal no trecho do baixo curso. **Revista Geonorte**. v.5. n 20, 2014

MARTINEZ, L., & FERREIRA, A. **Análise de dados com SPSS:** primeiros passos. Lisboa: Escolar editora, 2010.

MENDES, J., TAVARES, A., CUNHA, L., FREIRIA, S. A vulnerabilidade social aos perigos naturais e tecnológicos em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 93, p 95-128, 2011.

OLIVEIRA, L. N. de. **Análise da capacidade de resiliência do ambiente na área do baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Poti (Piauí).** Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Pernambuco.131f. 2018.

OLIVEIRA, L.N; SILVA, C.E. Qualidade da água do rio Poti e suas implicações para atividade de lazer em Teresina-PI**. Revista Equador** (UFPI), V.3, nº1, p. 128 – 147,2014.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N.. **Análise de dados para ciências sociais a complementaridade do SPSS** (6a). Lisboa: Edições Sílabo Lda. 2014

SALLES, M. do S. T. M.; ALBURQUERQUE, L.B. **Teresina e sua condição urbana.** Teresina, 2002. Disponível em: < http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-15/GT-15-02.html > Acesso em: 28 de Abr. de 2015.

SANTOS, E. S. dos; MOTA,S.; SANTOS,A.B dos.; MONTEIRO,C.A.B; FONTENELE,R.M.M. Avaliação da sustentabilidade ambiental do uso de esgoto doméstico tratado na piscicultura. **Engenharia Sanitaria Ambiental.** v.16, n.1.Rio de Janeiro, Mar. 2011

SUERTEGARAY. D. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade . **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003

SOUZA, B. I; SUERTEGARAY, D. M. A. Considerações sobre a geografia e o ambiente. OKARA: **Geografia em debate**, v.1, n.1, p. 05-15, 2007

TADEU, S. A. **Mulher e Trabalho na economia social: estereótipos e desigualdades e as teorias sobre as desigualdades entre os gêneros. Espaço Jurídico**, V..9, n.2,p.141-150, 2012

TOIGO, C. H.; CONTERATO, M. A.. Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida?. **Rev. Econ. Sociol. Rural,** Brasília , v. 55,n. 2,p. 267-284, jun. 2017 . Disponível em < **http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032017000200267&lng=pt&nrm=iso** >. Acesso em: outubro de 2017.

TURNER, B. L.; KASPERSON, R. E.; MATSON, P.A.; MCCARTHY, J. J.; CORELL, R. W.; CHRISTENSEN,L.; ECKLEY,N.; X KASPERSON,J.X.; LUERS,A.;MARTELLO, M.L.; POLSKY,.; PULSIPHER,A.; SCHILLER,A. A framework for vulnerability analysis in sustainability science. **Proceedings of the National Academy of Sciences***,* v.100, n.14, p.8074–8079, 2003.

VITAL, M.H.F. Impacto Ambiental de Florestas de Eucalipto. Rio de Janeiro. **Revista do BNDES**, v. 14, n. 28, p.235-276, 2007.

Recebido em junho de 2020.

Revisado em fevereiro de 2021.

Aceito para publicação em março de 2021.

A MOCHILAGEM EM MATO GROSSO DO SUL – ROTAS E PERSPECTIVAS CULTURAIS

BACKPACKING IN MATO GROSSO DO SUL - ROUTES AND CULTURAL PERSPECTIVES

MOCHILAGEM EN MATO GROSSO DO SUL - RUTAS Y PERSPECTIVAS CULTURALES

Regerson Franklin Santos
Licenciado em Geografia, com especialização em Ensino de Geografia. Mestre e Doutor em Geografia. Professor na rede pública Estadual de Mato Grosso do Sul.
regersonfranklin@yahoo.com.br

RESUMO

A mochilagem, uma das formas de se fazer turismo, tem aumentado significativamente o número de adeptos como um segmento alternativo ao turismo convencional. Nesse sentido, o texto busca apresentar uma rota que possibilite o deslocamento em Mato Grosso do Sul, margeando as fronteiras internacionais com a Bolívia e o Paraguai. Mais que deslocamento, o ser mochileiro busca vivenciar e experienciar a natureza em suas formas primitivas, tendo na contemplação (paisagística, rural, de lazer) o ponto crucial de contato com as culturas, povos, tradições, costumes, religiosidades, gastronomia e uma forma de viajar pautada na alteridade, baixo custo financeiro e na relação interpessoal. Com essa proposição, os governantes (locais, estaduais, federal e internacionais) e os empreendedores poderiam estabelecer suportes sustentáveis em um território que dispõe de aparatos aos turistas convencionais e estender esse escopo a uma outra categoria, menos possuída financeiramente e que deseja vivenciar uma experiência cultural ímpar. Já as comunidades locais prosseguiriam em suas terras natais com melhora na qualidade de vida, mantendo às futuras gerações a história de seus povos. Essa prerrogativa geraria mais emprego, renda e exportaria algo que não sairia desses locais: a cultura do Sul-mato-grossense, do boliviano, do paraguaio e da mistura que há entre ambos. Isto posto, o trabalho se justifica pela pouca literatura vigente e também, como meio de inclusão aos milhares de mochileiros Brasil afora. Há espaço para ambos.

Palavras-chave: Mochilagem. Turismo. Mato Grosso do Sul. Fronteiras. Cultura.

ABSTRACT

Backpacking, one of the ways of making tourism, has significantly increased the number of fans as an alternative segment to conventional tourism. In this sense, the text seeks to present a route that allows the displacement in Mato Grosso do Sul, bordering the international borders with Bolivia and Paraguay. More than just displacement, the backpacker seeks to live and experience nature in its primitive forms, having in

contemplation (landscape, rural, leisure) the crucial point of contact with cultures, people, traditions, customs, religiosity, gastronomy, and a way of traveling based on otherness, low financial cost, and interpersonal relationships. With this proposition, the government (local, state, federal, and international) and the entrepreneurs could establish sustainable supports in a territory that has apparatuses for conventional tourists and extend this scope to another category, less financially endowed and that wants to live a unique cultural experience. The local communities, on the other hand, would continue in their homelands with improved quality of life, maintaining for future generations the history of their people. This prerogative would generate more jobs, income, and would export something that would not leave these places: the culture of the South Mato Grosso, the Bolivian, the Paraguayan, and the mixture that exists between both. Having said this, the work is justified by the little literature available and also as a means of inclusion for the thousands of backpackers throughout Brazil. There is room for both.

Key-words: Backpacking. Tourism. Mato Grosso do Sul. Borders. Culture.

RESUMEM

La mochilagem, una de las formas de hacer turismo, ha aumentado significativamente el número de aficionados como segmento alternativo al turismo convencional. En este sentido, el texto busca presentar una ruta que permite el desplazamiento en Mato Grosso do Sul, bordeando las fronteras internacionales con Bolivia y Paraguay. Más que el desplazamiento, el mochilero busca vivir y experimentar la naturaleza en sus formas primitivas, teniendo en la contemplación (paisajística, rural, de ocio) el punto crucial de contacto con las culturas, las personas, las tradiciones, las costumbres, las religiosidades, la gastronomía y una forma de viajar basada en la alteridad, el bajo coste económico y la relación interpersonal. Con esta propuesta, los gobiernos (local, estatal, federal e internacional) y los empresarios podrían establecer soportes sostenibles en un territorio que dispone de aparatos para los turistas convencionales y ampliar este alcance a otra categoría, menos poseída económicamente y que desea vivir una experiencia cultural única. Las comunidades locales, por su parte, continuarían en sus tierras de origen con una mejor calidad de vida, manteniendo para las generaciones futuras la historia de sus pueblos. Esta prerrogativa generaría más empleos, ingresos y exportaría algo que no saldría de estos lugares: la cultura del Mato Grosso do Sul, la boliviana, la paraguaya y la mezcla que existe entre ellas. Dicho esto, el trabajo se justifica por la poca literatura existente y también como medio de inclusión para miles de mochileros en todo Brasil. Hay espacio para ambos.

Palavras-clave: Mochilagem. Turismo. Mato Grosso do Sul. Fronteras. Cultura.

INTRODUÇÃO

"Andei por toda essa cidade
Buscando o seu sorriso
Andei por ruas e calçadas
Por praças e avenidas
Sai pras noites bares festas
Buscando sua dança
Viajei por tantas estradas
Cheguei até a fronteira
Bienvenido amigo a la frontera"
(Frontera – Muchileiros)

O presente texto tem o objetivo de apresentar uma rota de mochilagem[1] que abrange as fronteiras do estado de Mato Grosso do Sul com a Bolívia e o Paraguai. Trata-se de apenas uma rota que delineará o desenvolvimento do trabalho, ressaltando-se que existem inúmeras outras possibilidades a serem expostas e trilhadas em Mato Grosso do Sul.

Justifica-se o escrito, primeiro por que se refere a um tema com pouca literatura, segundo que pode despertar – nas comunidades locais, governantes e empreendedores de maneira geral – diversas maneiras de fomentar a economia gerando emprego e renda e, em terceiro lugar, que pode incentivar esse tipo de turismo em território Sul-mato-grossense.

Nesse sentido, trata-se se explorar de forma consciente as riquezas, recursos, belezas, culturas, historicidade e demais atrativos de acordo com um padrão que vem crescendo no mundo todo e, o Brasil/Mato Grosso do Sul, por sua dimensão, poderia aderir com mais propriedade obtendo as vantagens econômicas sem destruir, devastar ou outras formas de prejuízos ao território e seus povos nativos, reunindo, assim, princípios sustentáveis e economia local ativa, preceitos do mochileiro (SANTOS; ASSUNÇÃO, 2020).

[1] Mochilagem nesse texto se refere a um estilo de viagem pautado na contramão do turismo de massa e do consumo (FALCÃO, 2013; 2015), pois é intrínseco à natureza e suas relações de identidade, pertencimento, vivência e contemplação (FALCÃO, 2016). Ademais, tem algumas características como preços acessíveis no que tange aos deslocamentos, hospedagens e compartilhamentos de imaterialidades próprias a ambientes nativos, desconexos de rotinas. Em Santos e Assunção (2020) é possível ver as relações desse termo (historicidade e contextos atuais) com suas congêneres e demais características do ser mochileiro e da mochilagem.

Por estar inserido em zona de fronteira internacional[2], acresça-se a esse cenário todas as complementações que o "exterior" e suas exterioridades podem oferecer, fundamentalmente se forem complementares e conjuntas com o objetivo de vivenciar, mostrar e oferecer outras visões aos turistas (INGOLD, 2015).

Isto posto, o texto está escrito de maneira ininterrupta em que ocorre, a todo instante, conexões entre os territórios, as pessoas (de aqui, Mato Grosso do Sul, e de acolá, da Bolívia e do Paraguai), as tradições, religiosidades e demais formas de contemplação da paisagem, mas também de parcelas de culturas Sul-mato-grossenses – deixando a sensação de que há muito mais a ser conhecido (BENI, 2004).

Por tratar-se de um escrito que se insere na geografia cultural, uma das muitas ramificações da Geografia e, *strictu sensu*, das Ciências Humanas, as vertentes metodológicas desenvolvidas (GOLDENBERG, 2004) se apresentam de maneira muito subjetiva pois, compostas de múltiplas espacialidades, visões e análises que consideram a heterogeneidade em sua essência (MORIN, 2007).

Assim, o pesquisador participante (SCHERRER, 2015) se envolve na pesquisa de maneira a discorrer (direta e indiretamente) sobre a narrativa em voga, seja pela experiência em mochilar, seja pela vivência por ela adquirida, vivenciada. Destarte, realizar esse percurso subjetivo não incide que não se possa atender aos auspícios científicos pois, no dizer de Boaventura de Souza Santos (2010), as ciências são constructos em constante atualização. Não há um único método, tampouco para as ciências humanas e sociais.

DESBRAVANDO PARADIGMAS: QUE MATO GROSSO DO SUL É ESSE?

Considerando-se que o Brasil tem uma extensa faixa de fronteira, que, segundo a legislação, se aprofunda cerca de 150 km dos limites territoriais[3], caminhar,

[2] "um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças [...] Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional" (BRASIL, 2005, p. 21).

[3] No Brasil, a Lei nº 6.634/1979 - regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980 (BRASIL, 1980) - delimita largura da faixa de fronteira em 150 quilômetros a partir dos limites territoriais da nação.

conhecê-la e ultrapassá-la é uma tarefa difícil e complexa (FOUCHER, 2009), mais ainda, se esse trajeto se der em estilo de mochilagem (FALCÃO, 2013; 2015; 2016).

A fronteira, no dizer de Santos, Leite e Vera (2019) incide em

> locais complexos, mas, extremamente ricos para se (re)conhecer. A cultura, as mediações, as misturas, o vai e vem legal ou não legalizado, dentre outras formas de convivência, apresentam esse caráter fronteiriço que se intensifica no Brasil à medida que temos uma fronteira extensa, que abrange inúmeros países. Mesmo na divisa do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, cada local, cada *entre-lugar*, é uma nova galáxia territorial em formação (SANTOS; LEITE; VERA, 2019, p. 82).

Em MS[4], algumas opções oriundas da natureza exuberante que se encontram na área do Pantanal são atrativos nacionais e internacionais, principalmente para o turismo rural e/ou de paisagem que, no dizer de Ribeiro (2018), torna-se um espetáculo a ser contemplado. Esse aparato poderia ser dimensionado também para abranger uma rota de mochileiros (SAWAKI; SAWAKI; HACK NETO, 2010), principalmente fora desse trajeto turístico pantaneiro[5].

Regiões que estão fora do Pantanal Sul-mato-grossense também podem potencializar o turismo mediante as características históricas e culturais que apresentam, além de outros tipos de natureza (biomas) que podem ser contemplados e vivenciados por trilhas, aventuras e experimentações.

Ainda que no Sul de MS pese uma maior concentração de cidades e um fluxo populacional mais intenso, resultante de uma faixa de fronteira mais comercial - uma fronteira móvel, dobrável-flexível (SANTOS; LEITE; VERA, 2019) -, pode-se dizer que essa região carece de uma atuação diplomática (pois contexto internacional) mais próxima e integrada (AMILHAT SZARY, 2013) para inseri-la no roteiro turístico – convencional e de mochilagem.

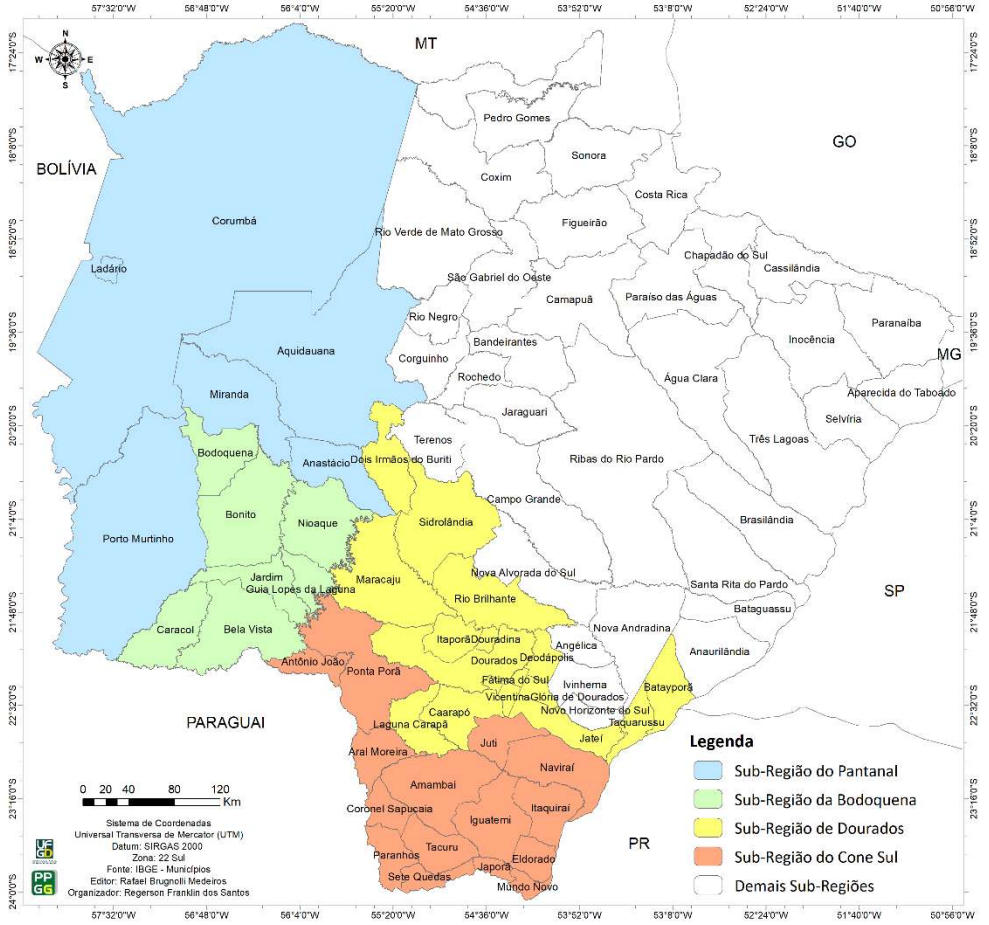
Essa possibilidade pode propiciar avanços sociais, econômicos e infraestruturais sem degradar o ambiente (GONÇALVES, 2019) e sacrificar as populações nativas na medida em que, em muitos casos, o turismo mercantiliza suas

[4] A partir de agora, utilizaremos a sigla MS para nos referirmos à Mato Grosso do Sul, com o objetivo de tornar o texto mais fluído acerca da leitura.
[5] Para uma consulta mais detalhada sobre o turismo em MS, suas potencialidades e mapeamento, ver Lima, 2017.

terras, seu trabalho e suas vidas, ficando os nativos com prejuízos, ao passo que agentes terceirizados e detentores de capital é que lucram via esse processo.

A Figura 1 apresenta com detalhes as divisões fronteiriças que existem entre MS, a Bolívia e o Paraguai, evidenciando as vicissitudes e particularidades de cada sub-região, ora menos habitada e com mais natureza primitiva, ora o oposto.

Figura 1 - Mato Grosso do Sul e as sub-regiões de Faixa de Fronteira com Bolívia e Paraguai



Elaboração: Santos (2021)

As sub-regiões do Pantanal e da Bodoquena são, assim, mais voltadas a uma mochilagem de contemplação paisagística, de aventura e conhecimento desse grande bioma que é o Pantanal Sul-mato-grossense (LIMA, 2017), e, caso se queira, o *Chaco* no lado paraguaio; já as sub-regiões de Dourados e do Cone Sul, são mais voltadas ao comércio e relações fronteiriças de produtos e mercadorias, com fluxo maior.

Salientamos, conforme os preceitos da mochilagem, que a relação que existe entre quem visita e quem recebe esses visitantes deve ser o mais sustentável possível, tanto para o lugar quanto para as pessoas, de modo a preservar a harmonia e o habitat (ANSARAH, 2001). Para tanto, cabem aos órgãos fiscalizadores atuar para coibir tais transgressões e manter o ciclo virtuoso.

Apresentando essa gama de conceituações às quais pode-se inserir o mochileiro com relação ao turismo, recorremos à Binfaré *et. al* (2016) para explicitar esse contexto, em que, conforme os autores,

> O turismo moderno utiliza teorias relacionadas a diversas áreas do conhecimento, sendo objeto de estudo da economia, história, geografia, sociologia, e em especial do próprio turismo. Dada às proporções do desenvolvimento da atividade turística e o grau de importância que possui na sociedade, faz-se necessário à construção do conhecimento no campo de estudo sobre essa prática, caráter que evidencia a multi, inter e transdisciplinaridade do turismo (BINFARÉ *et. al*, 2016, p. 26).

E a mochilagem se faz presente nessa definição. O roteiro[6] mochileiro de MS ora em foco, então, poderia começar em Corumbá e sua cultura cintilante que mescla variantes brasileiras com bolivianas em que Puerto Quijaro-BOL, cidade vizinha que dista poucos quilômetros, é um local obrigatório para se conhecer preliminarmente o povo boliviano, seus costumes e vivências.

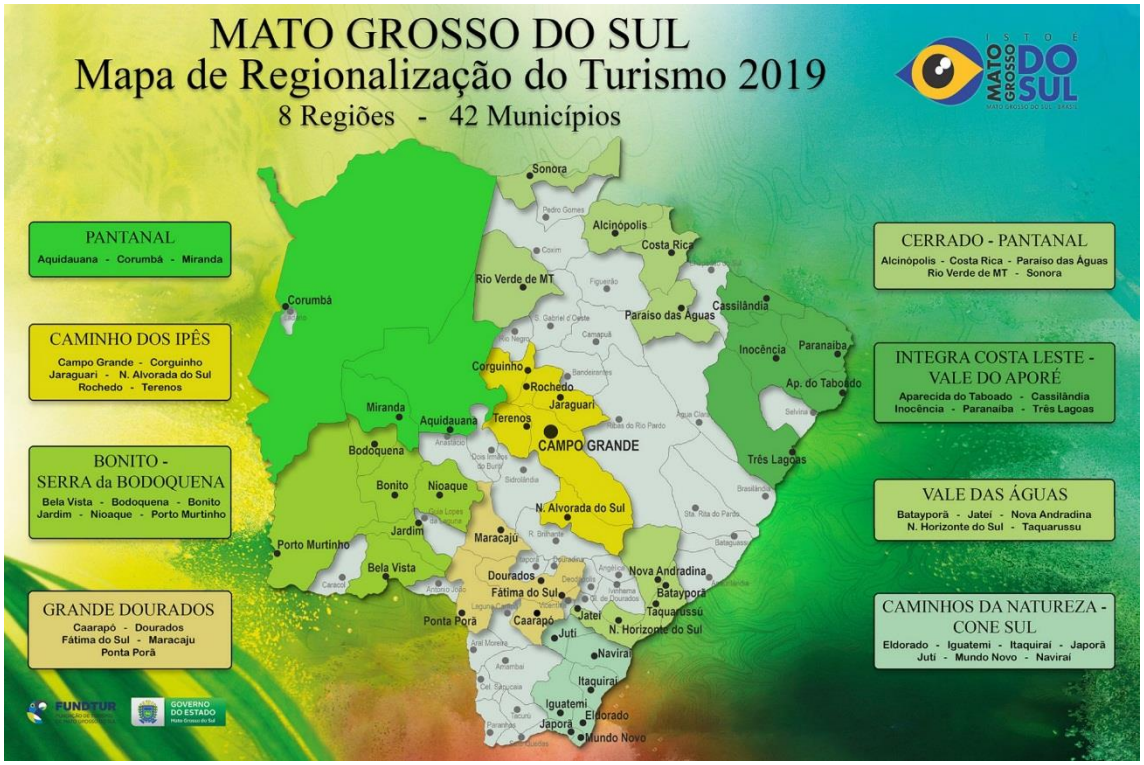
A Figura 2 apresenta algumas das diversas peculiaridades turísticas que podem ser encontradas em MS, cada qual com suas potencialidades e destinos a serem visitados-contemplados por turistas e mochileiros (FERRARA, 1999). Certamente, há outros itinerários que não estão representados.

Detalhe que, além da fronteira com a Bolívia e o Paraguai, denotando uma confluência trinacional, MS também tem limites com os estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, portanto, uma gama pluridiversificada de

[6] Salienta-se a necessidade de planejar a viagem com antecedência não somente acerca dos períodos de cheia e seca do Pantanal, que interferem na sua contemplação, aventuras e lazer e mesmo acerca das especificidades da fauna e flora. É preciso também ater-se para os desfechos negativos ocasionados pela natureza (seca prolongada e/ou cheia acima da normalidade) e os provocados pelo homem, como as queimadas em 2020 que destruíram parcela significativa do bioma e, além de comprometerem o turismo, resultam negativamente na experiência, no vivenciar que não se esperava.

especificidades locais/regionais, todavia, como recorte de análise, focaremos somente na faixa internacional.

Figura 2 - Representação das regiões turísticas de Mato Grosso do Sul



Fonte: Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, 2019.

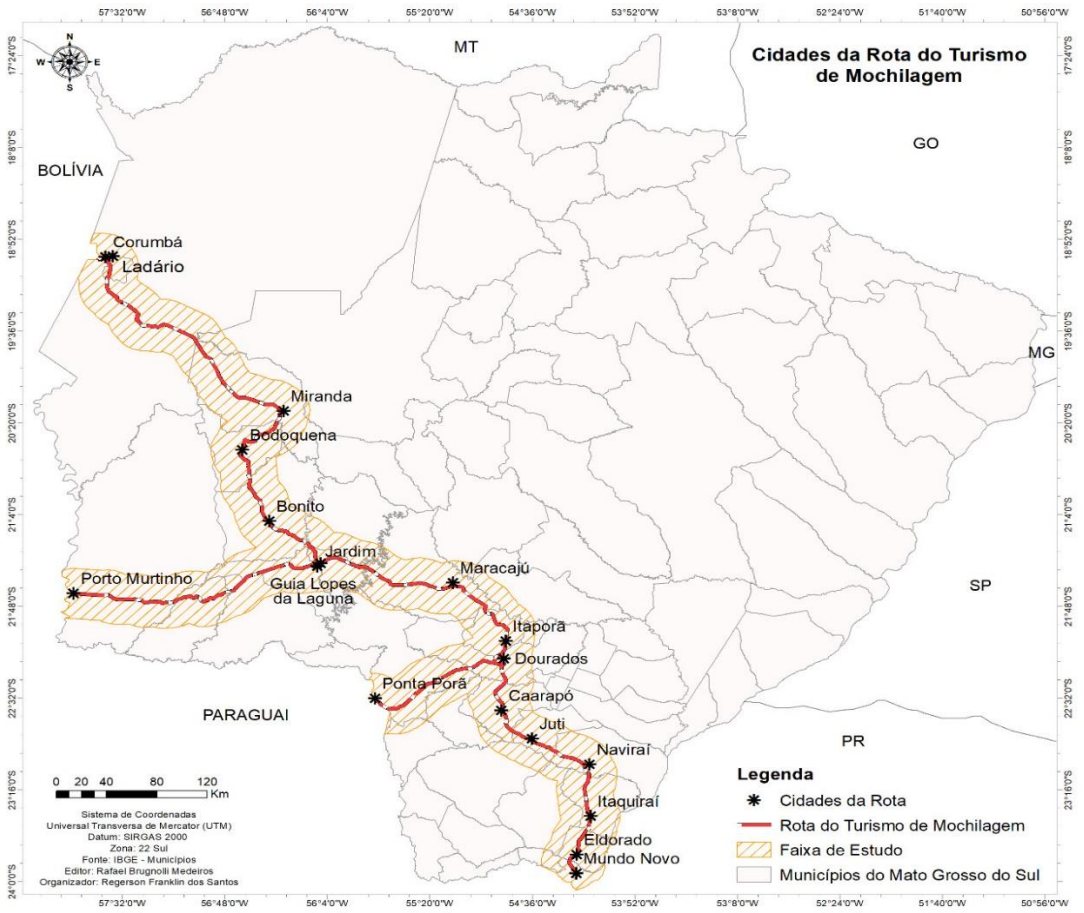
À pesca[7] no Rio Paraguai e os inúmeros passeios oriundos da contemplação do Pantanal - sua fauna e flora - se soma uma rota que pode ser percorrida na cidade de Corumbá, com suas trilhas, seu porto e suas construções centenárias, dentre outros muitos lugares a serem conhecidos, obviamente, degustando um peixe típico da culinária local (OLIVEIRA, 2020).

[7] Para esse tipo de aventura/lazer, é preciso estar atento à época da Piracema, movimento migratório dos peixes no período reprodutivo, que ocorre nos meses chuvosos – geralmente novembro a fins de fevereiro e/ou início de março do ano seguinte – e que a pesca é proibida. Também é importante ater-se às questões legais (embarcação e piloto com licenças em dia e uso de materiais permitidos para esse fim), evitando-se multas, acidentes e até detenções. Em MS, o Instituto de Mato Grosso do Sul – IMASUL é o responsável pelo ordenamento jurídico e publicação dos decretos relativos à Piracema em cada ano, e a Polícia Militar Ambiental do estado, o agente fiscalizador.

Acerca dessas oportunidades e relações, Barreto (1991, p. 47/48) ressalta que "O turismo é o fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor de todas as atividades decorrentes dessa interação", corroborando o mencionado e que, no que tange ao turismo de mochilagem, torna-se mais intenso pois, o mochilar incide na prosa, no escutar, na empatia e pode também ser impactado imageticamente, como, pelo lastro de destruição visualizado-sentido com o desastre que as queimadas ocasionaram em 2020 (A GAZETA, 2020).

A Figura 3 explicita a rota tracejada, evidenciando o caminho de mochilagem a ser percorrido.

Figura 3 – Rota Sul-mato-grossense fronteiriça com Bolívia e Paraguai



Organização: Santos (2021)

Por tratar-se de uma cidade transfronteiriça com a Bolívia, Corumbá é uma das portas de entrada e saída de todo tipo de migrante que vai visitar os pontos turísticos

encontrados na Bolívia e Chile, além de ser considerado um caminho sagrado[8] (via trem ou ônibus) para a encantadora e secular *Matchu Pitchu*, no Peru.

Em MS, essa é uma das rotas que podem ser traçadas e percorridas-experimentadas, todavia, considerando-se a malha rodoviária, é a mais usual, tendo na BR 262 o seu início (Corumbá) e posteriormente rodovias estaduais como MS 339 e 178 que ligam Miranda à Bodoquena e Bonito, respectivamente. Poucos quilômetros ao sul, via BR 267 ou MS 382, chega-se a Jardim. Sai-se do complexo turístico denominado Pantanal (Figura 2) para a Serra da Bodoquena.

Nesse entre-lugar (HANCIAU, 2005) pode ser percebida a influência boliviana, mas também indícios da paraguaia, transformando novamente as pessoas e seus hábitos e tradições, em uma terceira via. Há bolivianos, paraguaios, sul-mato-grossenses e todos eles "juntos e misturados" (ABREU, 2021), formando uma miscigenação que é brasi-boliviana, brasiguaia, "boli-guaia" (...) um ser ímpar que só se encontra por essas redondezas.

Essa espacialidade oferece um outro tipo de turismo, de natureza menos "selvagem" e mais contemplativa, ainda que se esteja no mesmo Pantanal (KRIPPENDORF, 1989; MASSEY 2008).

Nesse contexto, o município de Bonito apresenta uma infraestrutura (hoteleira, gastronômica, turística) que atende os mais altos padrões de qualidade próprios ao Turismo de massa e que se estende a outros segmentos. Vejamos:

> Bonito tem pelo menos 113 opções de hospedagem, sendo 70 hotéis e pousadas, seis albergues, cinco campings e 32 casas de aluguel [cadastradas no Airbnb]. São mais 5.715 leitos, já que os campings não entraram na contagem, que geram 795 empregos permanentes (...) A cidade conta com 46 agências de turismo, sendo que 22 estão anexas a hotéis. Deste total, 59% oferecem atendimento em língua estrangeira e geram 196 empregos permanentes (MATO GROSSO DO SUL, 2016).

[8] Durante séculos, o movimento migratório na América do Sul utilizou uma rota que se iniciava no Oceano Atlântico e ia até o Oceano Pacífico para seus deslocamentos. Esse caminho foi denominado "Caminho de Peabiru". Tratava-se de uma rota indígena antiga. Para alguns, o significado em Guarani é "Terra sem males", mas são encontradas várias versões para o significado de seu nome, como "caminho que leva ao céu" ou "Caminho do Peru". Para mais informações, consultar http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=317. Hoje, parte dessa rota (da Bolívia até Cusco, no Peru) é utilizada por turistas e mochileiros e serve de parâmetro para os turistas convencionais e principalmente os mochileiros, devido às culturalidades que envolvem.

Bodoquena e Jardim, municípios vizinhos a Bonito e pertencentes ao mesmo bioma, também apresentam esse panorama turístico, todavia, com infraestrutura menor e sem o mesmo "*glamour*". Todos esses 3 municípios, formam, assim, um complexo que oferece a Natureza como Turismo e o Turismo de Natureza [9].

Nesse sentido, tem-se espaços/localidades/destinos que são opções aos turistas convencionais (muitos estrangeiros, inclusive), e também aos menos favorecidos e/ou aqueles que preferem mochilar e vivenciar-experienciar as aventuras de uma viagem dessa envergadura, pautada em preços acessíveis (CIDADE, 2012), mais diálogo e menos luxo com "pitadas" de reflexão, nostalgia e aproximação da *pachamama* e dos nativos (SILVA, 2011; 2015).

Se ainda quiser se aventurar pelo Rio Paraguai e os passeios e rotas selvagens propícias de fauna e flora exuberantes, pode-se deslocar de Jardim sentido oeste até o município de Porto Murtinho (via BR 267) e ter pesca com pura adrenalina[10]. Por tratar-se de um trecho de cerca de 200 Km com pouca densidade populacional e infraestrutura (postos de gasolina, restaurante, sinal de celular etc.) insuficiente, há que se planejar o traslado, se possível em comboio de veículos e saindo no período matutino. Estando em Porto Murtinho, a poucos quilômetros está o Paraguai e o Pantanal do lado de lá, conhecido como *Chaco*.

Caso queira seguir adiante rumo ao sul, a mesma BR 267 te conduz à "Capital da Linguiça", a cidade de Maracaju, podendo almoçar tranquilamente um dos petiscos mais famosos do estado e seguir adiante – fica para trás a Serra da Bodoquena e aparece no horizonte o complexo turístico denominado (Figura 2) Grande Dourados; a rodovia estadual MS 157 liga as duas cidades.

Em Dourados, segunda maior cidade de MS, encontrará várias bifurcações culturais (CLIFFORD, 2000). Como exemplo, tem-se fundamentalmente a maior Aldeia

[9] Alho (2019), Machado; Sousa; Kelmer (2020) e Freitas (2020) apresentam abordagens diferentes e que contribuem sobremaneira para um maior aprofundamento sobre o Turismo de Natureza.
[10] Petrechos como anzóis, varas, molinetes, tarrafas, redes, coletes, barcos, pessoal especializado e iscas as mais diversas podem ser encontrados-alugados nessas localidades, propiciando uma aventura ímpar.

Urbana do país, Reserva Indígena de Dourados[11], além de outros povoados indígenas que ainda resistem ao agronegócio via processo de retomadas (BRASIL DE FATO, 2020). As cidades (apesar de pequenas) são mais próximas umas das outras e em maiores quantidades, facilitando o caminhar.

A pouco mais de 100 quilômetros, sentido oeste (BR 463), tem-se a cidade de Ponta Porã, uma das faixas de fronteira mais populares de MS e que, tem na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, sua irmã gêmea[12]. Segundo o (extinto) Ministério da Integração Nacional, cidades gêmeas compreendem

> adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura – apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações 'condensadas' dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (BRASIL, 2005, p. 152).

Isto posto, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero têm apenas marcos de concreto que definem de qual lado da fronteira se está, demonstrando a fluidez do mundo atual (GIDDENS, 2002; BAUMAN, 2001). Basta cruzar uma haste artificializada, que estará de frente a tendas e galpões de vendas de importados e comestíveis que, se encontram ora aqui - Avenida Marechal Floriano, no Brasil, ora lá, na Avenida Dr. Francia, Paraguai. Intermediando ambos, o Brasiguaio e sua cultura transfronteiriça (ALBUQUERQUE, 2009; 2010; SOUZA, 2018).

Comércio farto de uma infinidade de produtos é facilmente encontrada tanto no comércio de rua quanto nas grandes empresas do lado paraguaio e, em tempos de dólar baixo em relação ao real, há uma quantidade considerável de "sacoleiros" adquirindo essas mercadorias para revenda em MS e demais estados fronteiriços. É, com certeza, um lugar obrigatório para um mochileiro visitar.

[11] Bastos (2014) e Mota (2020) apresentam abordagens complementares acerca da constituição e características da Reserva.

[12] Em MS as urbes fronteiriças com o Paraguai e que são consideradas como cidades-gêmeas, são respectivamente: Bela Vista, que é vizinha de Bella Vista Norte (PY); Coronel Sapucaia, vizinha de Capitán Bado (PY); Mundo Novo, que faz divisa com Salto del Guairá (PY); Paranhos, com Ypejhú (PY); Porto Murtinho, que faz fronteira com Capitán Carmelo Peralta (PY); e Ponta Porã, que fica ao lado de Pedro Juan Caballero (PY). Por sua vez, na fronteira com a Bolívia as cidades-gêmeas são Corumbá (BR) e Puerto Quijaro (BOL) (BRASIL, 2016).

Retornando para Dourados e se preparando para seguir a mochilagem, tem-se um trecho (BR 163) que apresenta outras culturalidades-historicidades que são diferentes pelo Bioma (transição Cerrado-Mata Atlântica) que enseja outras paisagens e formas de contemplação da natureza e acerca da questão econômica e social que o represamento do Rio Paraná resulta, principalmente acerca de esportes náuticos.

Separando MS dos estados de São Paulo e Paraná, o entorno do Rio Paraná e seus afluentes apresenta a sua territorialidade (indígena, econômica, social e turística), que se traduz em uma diversidade de atrativos que podem ser encontrados nos municípios que abrangem essa região, que vão desde a contemplação da natureza até turismo de aventuras naturais.

Formada em sua maioria por cidades pequenas como Caarapó, Juti, Naviraí, Eldorado até chegar em Mundo Novo, tem-se um cenário de prosperidade do agronegócio com marginalização da questão indígena (SANTOS; LEITE; VERA, 2019).

Permeando essa relação, ocupações de Movimentos Sem-Terra, contrabando (de mercadorias, drogas e armas) por estradas vicinais e ausência de uma cultura viajante que possa agregar valor aos produtos/mercadorias artesanais produzidos por esses povos, como também espaços pensados e aptos a oferecerem aos mochileiros e demais turistas conhecerem a história do lugar (RAMOS; COSTA, 2017).

Desloca-se da Grande Dourados para o complexo "Caminhos da Natureza – Cone Sul). Em Mundo Novo, chega-se ao fim a rota de mochilagem proposta em território Sul-mato-grossense, pois se caminhar um pouco mais, adentra-se ao Estado do Paraná e, se optar por uma direção mais a oeste, chegará em Salto del Guairá, cidade paraguaia que também oferece serviços comerciais de grande monta. Caso queira contornar a fronteira de MS voltando sentido sudeste, fique à vontade para encontrar outras características fronteiriças.

CARACTERÍSTICAS DE FRONTEIRAS MULTI-OCUPADAS

Desde o Pantanal até Mundo Novo tem-se uma ampla oportunidade de descoberta e aventuras a serem desmistificadas, sentidas e vividas. Corumbá mesmo é ponto inicial dessa historicidade em que, é o centro portuário de uma tríplice fronteira

entre Bolívia, Paraguai e Brasil, tendo no Forte Coimbra um de seus enclaves históricos. A grande densidade populacional de oficiais das Forças Armadas também é uma das características desse lugar, rota de turistas.

Na parte mais meridional dessa fronteira, têm-se os "Brasiguaios"[13], que são esses indivíduos miscigenados, "mixturados" em sua forma de se alimentar, dançar, que também apresentam confluências acerca dos costumes, tradições e relações pessoais e de trabalho, proporcionando uma intermediação fantástica entre o de fora, o mochileiro, e os de dentro: brasileiro, paraguaio, "brasiguaio" (SOUZA, 2018).

Assim, o território pode ser estudado e com ele se estudar a fronteira, vivenciando rotinas e situações exóticas, não sob o aspecto de objeto racionalizado que comumente o turista de massa o faz, mas sim pela questão da proximidade, de se colocar no mesmo patamar que ele e, dessa forma, compreendê-lo em sua natureza nativa (SANTOS; LEITE; VERA, 2019).

No passado, essa região foi ocupada pelos índios Guarani Kaiowá, antes da chegada de espanhóis e portugueses[14]. A cultura Guarani é tão forte que dois idiomas são reconhecidos pelo Paraguai como oficiais, o Guarani e o Espanhol, como também essa mistura influencia a culinária local e as comidas típicas (sopa paraguaia *'ñandé mbaé Teete'* e chipa paraguaia *'Myangekõi'*); o primeiro tem o milho como ingrediente principal e, o segundo é feito à base do amido de mandioca.

Também pode-se observar os resquícios de uma história onde a fronteira entre os dois países fora palco de disputa armada e após seu término (Guerra do Paraguai 1864-1870), demarcada através da força e da imposição, fato ainda muito presente na lembrança dos paraguaios que mantém um acervo histórico observável no Parque Nacional de Cerro Corá, distante 35 km da cidade de Pedro Juan Caballero, e também de MS, que tem algumas festividades sobre essas temáticas, bem como nomes de distritos (Camisão/Aquidauana) e cidades (Antônio João, Guia Lopes da Laguna) que remetem a esse enlace.

[13] Sobre esse termo e suas características, ver Albuquerque (2009; 2010).

[14] História e cultura Guarani. **FUNAI – Fundação Nacional do Índio.** http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani. Acesso em 25 ago. 2019.

Muito além da fronteira oficial, há fronteiras "vicinais", "cabriteiras", "alternativas" que são utilizadas pelos moradores locais e outras pessoas que se desviam da rota oficial por diversos motivos. Destarte, no dizer de Amilhat Szary (2015, p. 13), temos uma fronteira móvel que:

> abre un campo epistemológico que nos habilita a indagar los vínculos densos entre territorios y culturas, sin caer en una primera trampa simplista de atribuir uno a otra, o una a otro (una cultura a un territorio y vice-versa), ni en una segunda, de considerar todo proceso cultural como un proceso de mestizaje. No obstante, idea de frontera conlleva una forma de violencia que está en juego cuando se trata de cultura y no se puede evacuar simplemente. El tríptico: territorio, identidad, frontera, permite entonces ofrecer pistas renovadas para pensar las consecuencias políticas e ideológicas del "turno cultural".

Isto posto, temos assim um amplo campo para estudar, conhecer, desmistificar, contemplar, vivenciar, sentir, cheirar e mochilar desde Corumbá até Mundo Novo. Identidades, territórios, limites, fronteiras físicas e imaginárias, (FERRARA, 1999), povos, tradições, suas culturas e religiosidades as mais diversas são prospectos de conhecimento e sabedoria que urgem ter uma política (inter)nacional, estadual e locais do tamanho dessa grandeza. Não se pode desprezar essas possibilidades que são a ponte para melhores condições de vida, geração de emprego e renda aos nativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há lacunas nessa rota de mochilagem que podem ser preenchidas pelos poderes federal, nacional e estaduais e, com um pouco mais de avanço e integração, instituir-se uma política de turismo para a região, em que todos ganhariam (não só) economicamente.

Rotas específicas, hospedagens características a esse público, infraestrutura mínima acerca do idioma e sua preparação pessoal para recebê-los, seriam as condições essenciais para acontecer um circuito de mochilagem, pois as paisagens exuberantes, costumes e tradições dos países da fronteira já estão estabelecidos, consumados, *"listos"* para serem "penetrados".

Conhecer as relações de fronteiras num envolto que abrange historicidade, turismo rural, comercial e com enorme monumentalidade patrimonial-cultural, são meios que podem alavancar essa rota, propiciando, no Brasil, na Bolívia e no Paraguai (e em ambos!), conhecer culturas viajantes distintas, complementares, híbridas.

Mais que propiciar a venda de objetos (artesanatos e mercadorias), a venda imaterial do conhecimento através da cultura, da historicidade, das religiosidades é o "ingresso" para desfrutar-se de uma aventura repleta de sinergias positivas e atreladas à natureza, abordagem peculiar do turismo de mochilagem.

Para tanto, uma estrutura confortável, segura e de baixo custo, que inclusive pode ser propiciada pelas residências dos próprios nativos, como ocorre na Bolívia, por exemplo, é a porta de entrada para, posteriormente, ir-se melhorando as estruturas de passeios, museus, trilhas e, dessa forma, ampliar qualitativa e quantitativamente o rol.

Mato Grosso do Sul merece uma rota que propicie caminhos de viagem que não somente aqueles que atendam aos padrões mercadológicos e, exclui economicamente milhares na medida em que se oferecem viagens-hospedagens-passeios com preços pautados em dólar e euro. É possível e é viável para incluir quem quer ver e sentir, não apenas comprar e "clicar-curtir".

REFERÊNCIAS

A GAZETA (Brasil). **Volume de queimadas no Pantanal em 2020 equivale à destruição dos últimos 6 anos**. 2020. AGÊNCIA ESTADO. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/brasil/volume-de-queimadas-no-pantanal-em-2020-equivale-a-destruicao-dos-ultimos-6-anos-0920. Acesso em: 18 jun. 2021.

ABREU, Laís Rondis Nunes de. **Geografia da escola: uma análise territorial de escolas da fronteira Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

ALBUQUERQUE, José L. C. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre - RS, nº 31, p. 137-166, jan./jun., 2009.

ALBUQUERQUE, José L. C. **A dinâmica das fronteiras:** os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

ALHO, Cléber J. R. O significado socioeconômico do turismo na natureza: o Pantanal diante das normas reguladoras do Estado. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 34, Número 3, Setembro/Dezembro 2019.

AMILHAT SZARY, Anne-Laure. Artista Pasa Paredes? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre – RS, v. 42, n.2: 412-434, maio, 2015.

AMILHAT SZARY, Anne-Laure. Cultura de fronteras. *In*: NATES CRUZ, Beatriz (ed.). **"Frontera, Fronteras".** Editado por Ucaldas, Colombia, Octubre 2013.

ANSARAH, M. (Org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. (Vol. 2). São Paulo: Senac. 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 255p.

BARRETTO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus. 1991.

BASTOS, Tayaná Carolini Felizardo. **As Disputas territoriais entre indígenas e proprietários de terra no município de Dourados-MS: os acampamentos indígenas como perspectivas de resistência e luta pela terra.** 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2014.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do Turismo: megatendências do setor e realidade brasileira.** São Paulo: Aleph, 2004.

BINFARÉ, Paula W.; CASTRO, Cleber T.; SILVA, Michel V.; GALVÃO, Patrícia L.; COSTA, Sinthya P. **Revista de Turismo Contemporâneo –RTC**, Natal, v. 4, Ed. Especial, p. 24-40, abr. 2016.

BRASIL. Decreto no 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. **Diário Oficial da União**, 27 ago. 1980.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *PORTARIA Nº 213*, de 19 julho de 2016. Estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. **Diário Oficial da União** nº 138, de 20 de julho de 2016.

BRASIL DE FATO (Brasil). **Seguranças privados realizam ataque de 16 horas e atiram contra indígenas no MS**. 2020. Por: Lu Sudré. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/01/10/segurancas-privados-realizam-ataque-de-16-horas-e-atiram-contra-indigenas-no-ms. Acesso em: 18 jun. 2021.

CIDADE, Eduardo. Em busca de experiências: o verdadeiro mochileiro é aquele que já passou por vários "perrengues". **INTRATEXTOS.** Rio de Janeiro. Número Especial 03, pp. 1-16, 2012.

CLIFFORD, James. Culturas Viajantes. In: ARANTES A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. pp. 50-79

FALCÃO, Denise. "Mochilar": a arte do "eu" por uma prática de lazer. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer.** Belo Horizonte. v. 2, n. 2, p. 59-77, mai./ago. 2015.

FALCÃO, Denise. Mochilar: sentidos sociais e pessoais em uma dinâmica de lazer. SESC – Serviço Social do Comércio. 25º ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Ouro Preto-MG; UFMG, 2013. **Anais** [...]. Ouro Preto, MG, 2013.

FALCÃO, Denise. Ser Mochileiro: uma construção social e pessoal do "mochilar". **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 76-90, dez. 2016.

FERRARA, L. A. O turismo dos deslocamentos virtuais. *In*: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p. 15-24, 1999.

FOUCHER, Michel. Introdução: a arte dos limites. *In*: FOUCHER, Michel. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009. pp. 9-27.

FREITAS, Maria João de Gouveia Abreu. **O Impacto do Turismo de Natureza e da Paisagem na Saúde. O Caso das Levadas na Madeira**. 2020. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2020.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Karoline Batista. **Pantanal Transfronteiriço (Bolívia-Brasil-Paraguai) e as áreas protegidas: da produção de territórios as iniciativas de conservação**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

HANCIAU, Núbia J. Entre-Lugar. *In*: FIGUEIREDO, Euridice (Org.) **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juiz de Fora. UFJF, 2005, p. 125-142.

INGOLD, Tim. Um mundo narrado. *In*: **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 211-257. (Coleção Antropologia).

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 236p.

LIMA, Bruno de Souza. **Paisagens da Serra de Maracaju/MS, suas potencialidades para o turismo de natureza**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

MACHADO, Annaelise Fritz; SOUSA, Bruno Barnosa de; KELMER, Magno Angelo. O Turismo de Natureza em Capitólio – MG: práticas e impactos. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**. v.2, n.3, nov/2020.

MATO GROSSO DO SUL. Semagro. Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul - Fundtur-Ms. **Inventário de Bonito: cidade tem mais de 100 opções de hospedagens e 46 agências**. 2016. Disponível em: https://www.turismo.ms.gov.br/inventario-de-bonito-cidade-tem-mais-de-100-opcoes-de-hospedagens-e-46-agencias/. Acesso em: 18 jun. 2021.

MASSEY, Dorren. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2008.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS.** 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUCHILEIROS. **Frontera**. 2016. Composição: Soria. Disponível em: https://www.letras.mus.br/muchileiros/1231753/. Acesso em: 30 mar. 2020.

OLIVEIRA, Érica dos Santos. **Entre o religioso e o mercado: Nossa Senhora do Pantanal e o turismo na cidade de Corumbá - MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

RAMOS, Dina Maria; COSTA, Carlos Manuel. Turismo: tendências de evolução. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 10, n. 1, p. 21-33, jan/jun 2017.

RIBEIRO, Mara Aline. A espetacularização da natureza no Pantanal. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 803-812, out./dez. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Regerson F. dos.; ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos. "Mochilagem": Porque as Fronteiras não têm limites àqueles que ultrapassam o seu limiar. **Geofronter**, Campo Grande/MS, v. 6, p. 01-22. 2020.

SANTOS, Regerson F. dos; LEITE, Márcio Nolasco; VERA, Beatriz. Por Fronteiras dobráveis no limiar da linha entre o Brasil e o Paraguai. **Entre Lugar**, Dourados, MS, v. 10, nº 20, 2019 - ISSN 2176-9559.

SAWAKI, Douglas Eigi; SAWAKI, Júlia F. H.; HACK NETO, Eduardo. Mochileiros: um segmento a ser explorado no Brasil. SEMINTUR - Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Saberes e fazeres no turismo: interfaces. Caxias do Sul-RS, 2010. **Anais** [...]. Caxias do Sul, RS, 2010.

SCHERRER, Paula Pereira. E quando pesquisador e pesquisado são a mesma pessoa? Reflexões epistemo-metodológicas à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. **Dossiê ECOTRANSD: Ecologia dos saberes e Transdisciplinaridade**. TERCEIRO INCLUÍDO - NUPEAT–IESA–UFG, v.5, n.1, Jan./Jun., 2015, p. 263-286, Artigo 92.

SILVA, Igor Monteiro. Experiências em deslocamento: sentidos e práticas de viagem entre mochileiros contemporâneos. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba-PR Jul/2011. **Anais** [...]. Curitiba, PR, 2011.

SILVA, Igor Monteiro. Rasurando guias e cartões postais: notas sobre uma experiência *couschsurfing* em Fortaleza-CE. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo-AL, v. 5, n. 1, p. 79-90, 2015.

SOUZA, Jonas Ariel Cantallupi de. **"No soy de aqui, ni de allí. Yo soy!": identidade territorial na fronteira entre Pedro Juan Caballero - Paraguai e Ponta Porã – Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados – MS. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, 2018.

Recebido em abril de 2021.

Revisado em junho de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

SEÇÃO TEMÁTICA

V. 12, n.23, 2021 - ISSN 2176-9559
DOI 10.30612/el.v12i23.14894

ENTRELUGAR

ESCOLHAS REPRODUTIVAS NO CONTEXTO AFRICANO E URBANO PÓS-COLONIAL: O CASO DE MAPUTO, A CAPITAL DE MOÇAMBIQUE

REPRODUCTIVE CHOICES IN THE POST-COLONIAL AFRICAN AND URBAN CONTEXT: THE CASE OF MAPUTO, THE CAPITAL OF MOZAMBIQUE

OPCIONES REPRODUCTIVAS EN EL CONTEXTO AFRICANO Y URBANO POSCOLONIAL: EL CASO DE MAPUTO, LA CAPITAL DE MOZAMBIQUE

Rogers Hansine
Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane – Maputo, Moçambique

E-mail: rogers.j.hansine@uem.ac.mz

RESUMO

O artigo analisa como as experiências de urbanismo no contexto pós-colonial africano molda as escolhas reprodutivas. Empregando uma abordagem metodológica qualitativa, muitas vezes negligenciadas em estudos de fecundidade em África, a análise efectuada sugere que o desejo ou a crença no benefício socioeconômico de ter uma família pequena são motivações convincentes para reduzir voluntariamente o número de filhos. No entanto, a autonomia das pessoas (agência) e factores institucionais (condicionados pela estrutura social) determinam as oportunidades de escolhas alternativas para alcançar o tamanho de família desejado. Ou seja, o número de oportunidades para agir (sociologicamente) é um determinante das escolhas reprodutivas. A conclusão é que as disparidades na fecundidade intraurbana, um problema que tem merecido pouca atenção em África e em Moçambique em particular, são resultado das diferenças no acesso a oportunidades para efectuar escolhas reprodutivas.

Palavras-chave: Fecundidade. Espaços urbanos. África pós-colonial. Moçambique. Maputo.

ABTSRACT

The article analyses how experiences of urbanism in a post-colonial African context shape reproductive choices. Employing a qualitative methodological approach, often overlooked in fertility studies in Africa, the analysis suggests that the desire or belief in the socioeconomic benefit of having a small family are compelling motivations to voluntarily reduce the number of children. However, the people's autonomy (agency) and institutional factors (conditioned by the social structure) determine the opportunities to

make alternative choices to achieve the desired family size. In other words, the number of opportunities to act (sociologically) is a determinant of reproductive choices. The conclusion is that disparities regarding intra-urban fertility, a problem that has received little scholarly attention in Africa and Mozambique in particular, are the result of differences in access to opportunities to act.

Keywords: Fertility. Urban spaces. Africa post-colonial. Mozambique. Maputo.

RESUMEN

El artículo analiza cómo las experiencias del urbanismo en el contexto africano postcolonial dan forma a las opciones reproductivas. Empleando un enfoque metodológico cualitativo, a menudo pasado por alto en estudios de fertilidad en África, el análisis sugiere que el deseo o la creencia en el beneficio socioeconómico de tener una familia pequeña son motivaciones convincentes para reducir voluntariamente el número de niños. Sin embargo, la autonomía de las personas y los factores institucionales (condicionados por la estructura social) determinan las oportunidades de opciones alternativas para lograr el tamaño familiar deseado. Es decir, el número de oportunidades para actuar (sociológicamente) es determinante de las opciones reproductivas. La conclusión es que las disparidades en la fertilidad intraurbana, un problema que ha merecido atención limitada en África y Mozambique en particular, son el resultado de diferencias en el acceso a las oportunidades de tomar decisiones reproductivas.

Palabras-Clave: Fecundidad. Espacios urbanos. África postcolonial. Mozambique. Maputo

INTRODUÇÃO

Na África Subsaariana, a população classificada como urbana, frequentemente apresenta uma fecundidade menor em comparação com a população em ambientes rurais (Bongaarts, 2017; Bongaarts, Frank, & Lesthaeghe, 1984; Garenne & Joseph, 2002). No entanto, essa associação entre baixa fecundidade e urbanidade é analiticamente problemática. Para começar, o significado da urbanidade é em si ambíguo. Há diferenças conceituais e empíricas baseadas em diferentes critérios utilizados por cada país para identificar e classificar áreas urbanas (Cohen, 2006). Além disso, há também diferenças significativas sobre o que constitui experiência urbana no Sul Global e Norte Global, este último muitas vezes usado como padrão conceitual de urbanidade (Haferburg

& Rothfuss, 2019). Mesmo dentro do Sul Global, as experiências de urbanidade em diferentes países ou dentro de um espaço urbano não são homogêneas (Jenkins, 2013). A cidade de Maputo está localizada no sul de Moçambique e é o mais importante centro urbano político, econômico e administrativo do país.

Figura1. Localização geográfica da área de estudo



Fonte: Wegener (2019).

Nesta cidade, as Taxas Totais de Fecundidade (TTF)[1] variam entre os distritos municipais, conforme observado no censo de 1997 e 2007. Em 1997, o distrito municipal

[1] A TTF é um indicador útil para examinar diferenças no comportamento reprodutivo. Por definição, a TTF – que pode ser referida simplesmente como fecundidade – é "o número médio de nascimentos que uma

de Kampfumo registou a menor taxa de fecundidade, estimada em 2,7 filhos por mulher. Em contrapartida, as maiores taxas de fecundidade foram registadas nos distritos municipais de Kamubukwna, com 4,3 filhos por mulher e Kamavota com 4,2 filhos por mulher. Em 2007, a menor taxa de fecundidade foi observada no município de Kampfumo, com 2,1 filhos por mulher.

Em contraste a maior foi observado em Kamavota e Katembe com 3,5 filhos por mulher. As disparidades observadas em 2007 são espacialmente consistentes com as disparidades observadas no censo de 1997 (INE, 1999; 2009). É entre os distritos municipais onde predominam as características de uma urbanização de cariz mais ocidental que se observa uma menor fecundidade que os distritos municipais onde predominam formas de urbanização de carácter menos ocidentalizado.

Figura 2. Taxas de fecundidade por distrito Municipal



Fonte: Wegener (2019).

mulher teria se ao longo de seus anos reprodutivos (15 a 49 anos) tivesse filhos correspondentes a fecundidade específica observadas em cada idade e em um determinado ano ou período" (Bongaarts & Feeney, 1998, p. 271).

A partir de entrevistas biográficas sobre experiências e percepções da vida urbana em Maputo, este artigo analisa como tais experiências subjetivas moldam as escolhas reprodutivas no contexto pós-colonial. É muito importante lembrar que ao falar-se em escolhas reprodutivas, estas devem distinguir-se de decisões reprodutivas. No contexto dos estudos reprodutivos, ambas terminologias não devem ser utilizadas de forma intercambiável, como explicam Willekens, Bijak, Klabunde e Prskawetz, (2017, p. 2). Uma decisão, no âmbito reprodutivo é um processo mental, enquanto a escolha implica uma acção possível como resultado do processo mental, isto é, da decisão. Por exemplo, a decisão de limitar o número de filhos é um processo mental. Entretanto, a escolha para limitar o número de filhos implica considerar que alternativas de acção existem e quais são as que estão ao alcance do actor social para este fim. Essencialmente, é através de uma ação que uma escolha é implementada. Uma vez tomada a decisão de limitar o tamanho da família, há escolhas sobre que ações realizar em função de menu de alternativas de escolhas. Fundamentalmente, a variedade de alternativas para agir, ou oportunidades de agir, são os fatores determinantes para alcançar ou não o tamanho desejado de família.

O aspecto inovador deste artigo é a relevância da abordagem metodológica. O que se defende é que as análises sócio-qualitativas são um arcabouço analítico de valor para estudar questões demográficas, geralmente estudadas num prisma quantitativo. No contexto urbano pós-colonial esta proposta metodológica é importante. É comum indicar-se que a insuficiência de indicadores quantitativos e a sua baixa qualidade, geralmente, por serem considerados inconsistentes e desactualizados, limitam o entendimento das questões populacionais nos contextos pós-coloniais.

Depois desta introdução a segunda secção aprofunda a descrição da abordagem metodológica. A terceira, documenta as experiências e percepções da desigualdade socio-espacial urbana em Maputo. Através de trechos selecionados das entrevistas biográficas, são apresentadas e analisadas narrativas sobre como as pessoas vivenciam e interpretam a urbanidade em Maputo. Na quarta secção, a discussão analítica é aprofundada para responder à questão de como crenças e desejos em torno da

estratificação social moldam as escolhas reprodutivas das pessoas em Maputo? Esta seção busca ilustrar que, apesar da convergência de crenças e desejos em relação à reprodução, é o acesso desigual das pessoas as oportunidades de agir que produzem variação reprodutiva intra-urbana em Maputo. A última seção é a conclusão.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

Grande parte da pesquisa publicada sobre a dinâmica da fecundidade preocupa-se em medir este fenômeno demográfico em vez de compreendê-lo dentro do amplo contexto socio-cultural, económico e político onde ele tem lugar (Greenhalgh, 1996). Essa tendência de enfatizar a quantificação em relação ao aprofundamento teórico também foi notada por Demeny (1988), que afirma que o campo dos estudos populacionais tende a privilegiar a quantificação em detrimento de formulações teóricas robustas. Exemplos de estudos que caem nesta armadilha analítica em Moçambique são vários (ver Agadjanian, 1995b, 1995a, 2001; Arnaldo, 2004, 2013; Mazive, 1999).

O problema é que os indicadores quantitativos de boa qualidade estiveram e ainda estão mais disponíveis no Norte Global. E foi isso que possibilitou o desenvolvimento de teorias de base quantitativa geralmente julgadas adequadas para a compreensão dos fenómenos demográficos a escala global. À medida que mais evidências empíricas de natureza quantitativa e qualitativa, sobre tudo com estudos sociológicos e antropológicos se tornaram disponíveis no Sul Global (cf. Lesthaeghe & Surkyn, 1988), as propostas explicativas baseadas em estatísticas foram consideradas inadequadas para estes contextos.

Concretamente estas se revelavam pouco coerentes para a realidade das trajectórias demográficas nesses cenários pós-coloniais. Isso foi particularmente sentido em estudos de fecundidade. Acontece que fatores comportamentais que não são facilmente quantificados desempenham um papel importante nas escolhas reprodutivas. Assim, vários autores propuseram quadros analíticos e teóricos alternativos que levaram em consideração fatores não quantitativos para explicar fenômenos demográficos na

África pós-colonial (Bongaarts, Frank, & Lesthaeghe, 1984; Caldwell, 1976; Caldwell & Caldwell, 1987; Lesthaeghe & Surkyn, 1988; Lesthaeghe, 1989; Mbacke, 1994).

ANÁLISE EMPÍRICA: ACESSO AO CONHECIMENTO PRÉ-REFLEXIVO E REFLEXIVO

Neste estudo, as fontes empíricas baseiam-se em entrevistas qualitativas, concretamente biográficas realizadas entre 2017 e 2019 na cidade de Maputo. Foram realizadas trinta entrevistas. Os critérios para selecionar os participantes do estudo foram: 1) nascer e morar em Maputo; e 2) ser um adulto em idade reprodutiva com ou sem filhos. O objetivo, ao aplicar estes critérios, foi garantir que as pessoas que participaram no estudo tivessem um profundo conhecimento sobre a vida urbana em Maputo e estivessem em idade reprodutiva.

Esses critérios mostraram-se úteis para assegurar que as pessoas que têm experiências amplas de vida na cidade de Maputo e tiveram filhos ou expressaram abertamente seus desejos de ter ou não ter filhos fossem entrevistadas. Assim participantes com diferentes origens espaciais, sociais, culturais, econômicas e demográficas abrangendo os 7 distritos municipais (Kampfumo, Nlhamankulo, Kamaxaquene, Kamavota, Kamubukwana, Katembe e Kanyaka) formam a fonte empírica primária da análise. Analiticamente, é seguida a perspectiva dos demógrafos contemporâneos que argumentam que as mudanças populacionais são produzidas pelos indivíduos à medida que agem e interagem socialmente (Willekens, et al., 2017).

Isso significa que a reprodução é uma ação social. Para agir e interagir, as pessoas não devem apenas construir, em um sentido sociológico e histórico, o contexto de ação e interação (ver Macamo, 2017), mas também devem interpretar o mundo social e usar seu senso comum para fazer suas escolhas que ditam seus comportamentos. Esses argumentos são consistentes com a posição dos demógrafos evolucionários. Sear, Lawson, Kaplan, & Shenk, (2016) e Shenk, Kaplan, & Hooper, (2016) afirmaram que os progenitores, nos contextos urbanos contemporâneos *tem conhecimento* da realidade

social de sua vida urbana e as escolhas reprodutivas refletem o que eles têm subjetivamente internalizado a partir de suas experiências objetivas em viver nas cidades.

Ao adotar essas proposições analíticas, o uso da terminologia "dados" para se referir às entrevistas biográficas pode ser problemático. A expressão "dados" reduz o conhecimento social a mera informação que precisa de estruturação e validação externa, neste caso de quem faz a pesquisa. Defendo que não é o caso e não deveria ser o caso nos estudos qualitativos quando as entrevistas (biográficas ou outras) são empregues para compreender fenômenos sociais. Em vez disso, é aceitável empregar a terminologia "conhecimento pré-reflexivo ou reflexivo" (BOHNSACK 2010, 2014). Isso significa que a única diferença entre o que as pessoas participantes na pesquisa disseram e o que quem faz a pesquisa diz ou reconstrói é somente a postura analítica.

O que as pessoas articulam como seus pensamentos a partir das suas experiências, ou seja o "senso comum" é conhecimento (BOURDIEU, 1989; MACAMO 2017). Não é só conhecimento no sentido de que é uma reconstrução subjetiva do mundo objetivo tal como vivenciado pelas pessoas, mas também porque tal conhecimento é o quadro teórico de orientação para os atores sociais (BOHNSACK 2010, 2014). Na verdade, Bourdieu e Wacquant (1992), sugerem que a pesquisa sobre o mundo social inevitavelmente parte de noções pré-construídas que devem ser encontradas em todos os lugares, inclusive na prática da pesquisa. Portanto, a postura de quem faz a pesquisa social é a de reconstruir de forma sistemática os padrões de conhecimento teórico oculto no senso comum. Ou seja, expor o conhecimento implícito oculto no conhecimento explícito.

MECANISMO SOCIAL: DESEJOS, CRENÇAS E OPORTUNIDADES

Se aceitarmos que os fenômenos demográficos são resultado de como as pessoas agem e interagem, então devemos explicar por que as pessoas agem e interagem. Hedström (2005; 2006); Hedström e Swedberg (1998) propõem três conceitos através dos quais a ação social e a interação podem ser explicadas, nomeadamente as crenças, desejos e oportunidades. Estes são os "termos teóricos primários sobre os quais se baseia a análise de ação e interação social" (HEDSTRÖM, 2006, p. 76). Esses conceitos provaram ser um

ponto de partida válido para analisar as entrevistas biográficas e entender o que produz as disparidades de fecundidade intraurbana em Maputo. Conceitualmente:

> "desejo (...) é definido como querer que algo aconteça (ou não aconteça); crença é definida como uma proposição sobre o mundo considerada verdadeira [por um indivíduo ou grupo de indivíduos]; e, oportunidades, (...), [são] o 'menu' de alternativas de ação disponíveis para o ator [social], ou seja, o conjunto real de alternativas de ação que existem independentemente das crenças do ator social (HEDSTRÖM, 2005, p. 76).

Esses conceitos constituem a essência da abordagem do que se designa por "mecanismo social". Por meio de mecanismo social – ou mecanismo causal – quem faz pesquisa social pode fornecer uma explicação sólida sobre como a ação e interacção social, neste caso, as escolhas reprodutivas são realizadas.

> A ideia central por trás da abordagem do mecanismo social é que não explicamos a acção social evocando leis universais, ou identificando factores estatisticamente relevantes, mas especificando mecanismos que mostram como os fenômenos são provocados (HEDSTRÖM, 2005, p. 14).

O mecanismo social é, portanto, uma constelação de entidades e atividades que estão ligadas umas às outras de tal forma que regularmente trazem um tipo específico de resultado (HEDSTRÖM, 2005). Através dos três conceitos: Desejos, Crenças e Oportunidades, temos acesso a uma estrutura analítica e que fornece as bases concetuais para interpretar, no sentido, sociológico, porque, e como as pessoas fazem escolhas reprodutivas. Atores sociais agem, neste caso, fazem escolhas reprodutivas porque têm motivos baseados em uma constelação de desejos e crenças. Assim, desejos e crenças são os eventos mentais que causam uma ação porque fornecem a razão da ação, ou seja, a escolha. Mas as oportunidades de agir não dependem dos desejos e crenças do ator social. Por isso é necessário examinar minuciosamente o contexto em que as pessoas agem e interagem.

URBANIDADE NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL NO SUL GLOBAL: O CASO DA CIDADE DE MAPUTO

Historicamente, a cidade de Maputo, era designada por cidade de Lourenço Marques antes da independência de Moçambique em 1975[2]. Esta cidade é o maior e mais importante centro urbano econômico de Moçambique. A urbanização em Maputo, como em outros lugares do continente Africano, tem uma longa história que antecede a presença dos europeus (JENKINS, 2013). No entanto, a presença europeia impactou e continua a impactar fortemente a distribuição espacial e o desenvolvimento dos assentamentos urbanos contemporâneos em Moçambique e em outros lugares de África. A estrutura espacial interna dos centros urbanos de cidades como Maputo (e de outras cidades contemporâneas e importantes da África) reflete em grande parte conhecimento e preferências arquitectónicas dos europeus, como argumenta Melo (2013).

O censo de 2017 estima que a cidade seja habitada por 1 080 277 habitantes. Esta população é classificada como urbana a despeito das enormes disparidades espaciais e socio-estruturais sem falar das económicas que caracterizam a cidade de Maputo (INE, 2019). O problema aqui é que cada país adota seus próprios critérios para definir assentamentos urbanos (Cohen, 2006). Além disso, tais critérios podem, ao longo do tempo mudar. Isso torna desafiador conceituar e teorizar inequivocamente sobre o espaço urbano, a vida urbana e a urbanidade. Muitas vezes o que se entende, conceitualmente, por espaço urbano, pela vida urbana ou pela urbanidade em um país não é equivalente em outro país. Mesmo dentro do mesmo país, com o passar do tempo, os critérios para classificar áreas urbanas podem mudar sem a clareza suficiente como observado em Moçambique (ARAÚJO, 2003).

Assim, as estatísticas de urbanização também podem mudar da noite para o dia, sem reflectir mudanças estruturais ao nível das experiências das pessoas. Como

[2] Durante o período colonial, Maputo era conhecida como a cidade de Lourenço Marques em homenagem a um oficial português enviado para explorar o estuário adjacente ao actual territorio da cidade de Maputo e a região que a rodeia. Outros nomes, como a Baía de Delagoa, foram usados durante essa altura em referência a Maputo. A actual região de Maputo era um centro comercial relativamente importante na África Oriental para os navegadores europeus.

sempre em estudos africanos, a maioria dos marcos conceituais e teóricos para interpretar o que constitui a urbanidade em África são derivados da experiência ocidental ou do norte global. As preocupações levantadas por Jenkins (2013) são consistentes com essas afirmações. Ele afirma que a compreensão contemporânea do que constitui a urbanidade em África, entendida como a qualidade essencial do estilo de vida urbana, deriva do trabalho acadêmico, particularmente na trajetória histórica de urbanização do Norte Global.

A crítica que ele faz é que é necessário trabalhar na contracorrente. Isto é, um outro nível de interpretar o urbanismo em África devia tomar como ponto de partida os significados que os residentes urbanos do contexto do sul global fazem da vida nas suas cidades. Haferburg e Rothfuss (2019) chamam a atenção para a importância deste tipo de abordagens para reinterpretar as experiências diárias e multifacetadas de quem vive nas cidades Africanas, fora do quadro conceitual normativo do norte global e enriquecer o quadro conceitual e teórico de estudos urbanos.

EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAIS URBANAS EM MAPUTO

Em um nível descritivo, duas narrativas distintas sobre as experiências e percepções urbanas podem ser identificadas em Maputo. A primeira é que as narrativas sobre a urbanidade pós-colonial dividem o urbanismo em dois momentos distintos, isto é, antes e depois de 1992. A segunda é que as experiências de urbanidade das pessoas são marcadas pelas profundas disparidades socioeconômicas entre o que é interpretado como a *cidade* versus o que é interpretado como *bairros*. Embora a divisão antes e depois de 1992 reflita claramente o impacto das mudanças políticas e estruturais recentes e importantes na sociedade moçambicana, as experiências de disparidades socioeconômicas e socio-espaciais refletem efeitos incorporados, sedimentados e duradouros dos processos socio-históricos e geográficos de produção e reprodução da segregação urbana no período colonial e pós-colonial.

Em 1992, o Acordo de Paz que pôs fim a um conflito armado de quase 16 anos foi assinado entre a FRELIMO e a RENAMO[3]. O acordo introduziu uma nova Constituição que trouxe mudanças profundas no cenário político, econômico e social de Moçambique. Tendo adotado o socialismo após sua independência em 1975, no final dos anos 1980, essa ideologia foi rapidamente abandonada em todo o mundo no que Fukuyama (2013), descreveu como "O fim da História". Samora Machel, um revolucionário socialista e primeiro presidente de Moçambique desde 1975, morreu em 1986 em um acidente de avião no que pode ser, na melhor das hipóteses, descrito como circunstâncias controversas. Esses e outros eventos precipitaram a adoção do neoliberalismo ou da economia de mercado livre a partir de 1990.

Em relação à segregação socio-espacial, as narrativas enfatizam os contrastes entre a *cidade* e o *bairro.* O primeiro como um arquétipo urbano e o segundo como uma imperfeição do urbanismo, se não uma total ausência do estilo de vida urbano (na visão normativa do urbanismo como produto do ocidente). Essa dicotomia proferida pelas pessoas entrevistadas é uma importante marca discursiva que é consistente com discursos acadêmicos sobre a desigualdade urbana em Maputo (JENKINS, 2013; RAPOSO & SALVADOR, 2007)

No entanto, esta visão dualista é essencialista. Ela não toma em conta as incessantes transformações urbanas. A cidade africana pós-colonial é uma formação socio-espacial de caracter camaleónico e híbrido. A sua essência e natureza é a constante, imprevisível e incessante mutação que é geralmente espontânea (VIANA, 2009). Sob esse paradigma as interpretações dualistas como *cidade* versus *bairros* (muitas vezes referidas como assentamentos formais versus informais ou planejadas versus não planejadas, coloniais versus indígenas, estruturadas versus não estruturadas) são analiticamente inadequadas.

[3] A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) foram e continuam a ser os principais partidos políticos em Moçambique. Enquanto a FRELIMO tem suas origens na luta pela independência no início da década de 1960, a RENAMO tem suas origens no contexto da Guerra Fria durante o final da década de 1970. Desde 1994, as eleições em Moçambique têm sido disputadas entre esses dois partidos.

A DIVISÃO ANTES E DEPOIS DE 1992

Nesta seção é examinada de forma minuciosa a descrição sobre a cidade do ponto de vista de contrastes temporais (antes e depois de 1992) e espaciais (*cidade* versus *bairro*) através das narrativas das pessoas entrevistadas. O trecho abaixo é uma descrição fornecida por uma das interlocutoras sobre como ela interpreta suas experiências em relação às mudanças ao longo do tempo em Maputo.

> Entrevistada Nº.9_F_39[4]: A nossa vida não é a mesma aqui nesta cidade. Acho que houve mudanças tanto negativas quanto positivas.
> Entrevistador: A quais mudanças você está se referindo?
> Entrevistada Nº.9_F_39: Aquelas em relação ao capitalismo.
> Entrevistador: Quando isso aconteceu?
> Entrevistada Nº.9_F_39: Eu poderia dizer no início da década de 1990.
> Entrevistador: Você pode explicar o que quer dizer?
> Entrevistada Nº.9_F_39: Sim. A nova moralidade que adquirimos me chocou. É algo que até hoje é desconfortável. Acho que isso impacta a maneira como vivemos hoje. Acho que vivemos de uma maneira ruim. Em geral, as pessoas não se respeitam mais, e não estou dizendo que é coisa nossa, mas quero dizer que antes era diferente. Eu posso entender a lógica. É por isso que estou dizendo que na década de 1990 a cidade começou a mudar rapidamente, começou a ficar lotada de refugiados que vieram para a cidade e eu sinto que os valores com os quais eu fui criada aqui nesta cidade, onde eu nasci e passei minha infância, começaram a mudar. E comecei a me isolar porque sentia que não era compreendida pelas pessoas se me encontrasse fora de lugares muito específicos. Por exemplo, se você disser a alguém que eles têm que parar quando o semáforo está vermelho, e a pessoa continua dirigindo e diz: "Qual é o problema com você?" Só olho e digo a mim mesmo que essa pessoa não está bem. E a pessoa diz: "Cuide da sua vida." E mesmo quando as pessoas dizem, "Vamos falar sobre isso", eu me pergunto, falar sobre o quê? Se essas pessoas não tiverem problemas em continuar dirigindo quando o semáforo estiver vermelho, se matarem alguém, dirão que foi um acidente e a vida continuará. Para mim, este é um erro grave. Eu nunca ignoro o semáforo quando está vermelho. Para mim, esse assunto é importante e afeta a maneira como vivo. Mas depois da década de 1990, por outro lado, muitas oportunidades apareceram. Acredito que fui exposta a muitas coisas por causa da mudança política. Eu tive acesso a uma educação estrangeira porque meus pais podiam pagar, graças ao novo sistema político, especialmente quando Moçambique se tornou membro da Commonwealth. Houve vitórias e derrotas, especialmente em nível pessoal. Lamento a moralidade, que até hoje não sei se me encaixo nesta sociedade. Mas também posso ver os benefícios que obtive com essas mudanças.

[4] O "F" significa Feminino e 39 é a idade da(o) entrevistada(o) no momento da entrevista.

A entrevistada, uma mulher com formação superior (doutorado), casada e mãe de 2 filhos e gestora em uma instituição pública renomada, fornece uma imagem rica do que, na sua opinião, mudou na cidade. Ela ressalta que as mudanças começaram no início da década de 1990, argumentando que havia uma nova moralidade que as pessoas adquiriram. Ela percebe que as pessoas começaram a se comportar mal em relação ao que costumava ser "normal" na cidade. Ela dá o exemplo do uso e observância dos semáforos.

O comportamento de desrespeitar ou ignorar os semáforos parece indicar a desordem na vida urbana que segundo a entrevistada começou no início da década de 1990. Além disso, ela também afirma que entende por que a cidade e as pessoas mudaram. Os efeitos dessas mudanças em Maputo parecem ter sido profundos como ela descreve. Outra informação importante na citação acima é sua atitude em relação a essa nova moralidade. Ela explica que uma opção é resistir a essas mudanças, embora às vezes ela aceite que são tempos diferentes com novos estilos de vida urbanos.

Tomando como pano de fundo a história política de Moçambique pós-colonial, o ano de 1992 é um momento divisor de águas. Separa dois momentos diferentes na história contemporânea de Moçambique. Tais momentos podem ser lidos nas narrativas sobre as mudanças nos estilos de vida urbanos em Maputo. Para a entrevistada, houve uma transição de uma sociedade urbana com aparentes padrões elevados de moralidade e socialmente mais ordenada para outra sociedade moralmente problemática e caótica. Na citação, ela enfatiza que, devido à nova moralidade, há espaços sociais onde pessoas com crenças semelhantes às dela se encontram e interagem. Mais importante, ela se sente confortável nesses espaços.

Além disso, a entrevistada argumenta que a mudança para uma sociedade urbana moralmente problemática e caótica não foi totalmente negativa. Ela percebe que houve resultados positivos em sua própria vida, ou seja, a possibilidade de estudar no exterior. No entanto, não é preciso dizer que poucas pessoas tiveram tal oportunidade na altura. A grande maioria dos habitantes pode ter experimentado desproporcionalmente os efeitos negativos da nova moralidade que ela afirma ser ruim.

Outro especto está ligado com a noção de que a cidade recebeu muitos refugiados. Na verdade, trata-se de pessoas deslocadas internamente e não refugiados. Devido à instabilidade política e militar, o movimento de populações deslocadas internamente para Maputo aumentou à medida que as pessoas buscavam refúgio e segurança. Além disso, a ocorrência de calamidades cíclicas, como secas e inundações ao longo da década de 1980, também forçou mais pessoas a migrarem para Maputo. O fluxo de deslocados internos levou a rápidas mudanças culturais e demográficas na cidade.

Por outro lado, sem capacidade institucional e recursos financeiros para lidar com o rápido crescimento demográfico (também motivado pela elevada fecundidade), a cidade viu sua capacidade de atender adequadamente seus cidadãos em declínio (Araújo, 2003). Como resultado, a prestação e o acesso a serviços básicos como habitação, água, eletricidade, transporte público, educação e saúde tornaram-se problemáticos para a grande maioria das pessoas. Assim, o recurso a práticas auto-regulamentadas geralmente designadas por práticas informais e, em certos casos contrárias a legislação, tornaram-se a única alternativa para ter acesso aos bens e serviços básicos (JENKINS, 2013).

Se após a independência, em 1975, Moçambique adoptou a ideologia socialista, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o país adoptou políticas radicalmente opostas, isto é, neoliberais (COSTA, 2011). Para Pitcher, (2002) isso incluiu a adoção de políticas que pudessem promover e facilitar o papel das entidades privadas na prestação de bens e serviços públicos, incluindo a educação. Para entender o impacto das políticas de promoção e facilitação da iniciativa privada no setor educacional é preciso examinar o contexto em que as escolas privadas emergiram e evoluíram. Varghese, (2004) mostra que, no contexto africano, uma das primeiras coisas que resultou da criação de instituições privadas dedicadas à educação foi o agravamento da estratificação social. Apesar de diferentes formatos da educação privada, a exclusão e a estratificação social tornaram-se mais visíveis.

No entanto, como discutido por Härmä (2016), em Maputo a educação privada nem sempre é equivalente ao acesso a uma escola de elite e cara. Pelo contrário, predominam instituições privadas baratas e precárias. Na grande maioria das escolas particulares, as condições podem ser piores do que nas escolas públicas. Mas

invariavelmente, sempre que os custos para frequentar uma instituição privada de ensino são extremamente altos, tais custos são percebidos como um sinal de melhor qualidade de ensino. Outro participante do estudo expressou sua percepção dessas mudanças em Maputo nos seguintes termos:

> No passado, não havia muito nas prateleiras das lojas. Nem havia supermercados por aqui. Você ia para a escola e voltava para casa sem muitos problemas. Subitamente, tudo mudou. Hoje há um monte de produtos que você pode ter acesso, especialmente no centro da cidade. As crianças se distraem com esses produtos. Não sei se posso chamar de desenvolvimento ou a mudança que o país sofreu. É a abertura para o mundo (Entrevistado Nº.6_M_41).

Este entrevistado introduz um aspecto importante em suas descrições sobre a vida urbana em Maputo. Especificamente, ele fala sobre a ligação entre a mudança nos padrões de consumo e os estilos de vida urbanos. Ele diz que durante sua infância, não havia muito para consumir, então as crianças tinham menos distração. Em contraste, hoje as prateleiras estão cheias de produtos que estão inclinados a causar distração. A visão é que o consumo em massa é uma dimensão integral dos estilos de vida atuais em Maputo contrastando com estilos de vida antes de 1992.

Esses trechos parecem sugestivos em relação à forma como as pessoas vivenciam e caracterizam como os estilos de vida urbanos em Maputo mudaram na história recente da cidade. A experiência de mudança nos estilos de vida é articulada claramente em termos de antes e depois de 1992. Essas mudanças podem estar ligadas a alguns dos principais eventos históricos, econômicos e políticos em Moçambique, e como esses eventos moldaram a sociedade como um todo e, eventualmente, a cidade.

No entanto, é de extrema importância lembrar que os trechos descritos são narrativas. Ou seja, são socialmente construídas como interpretações das pessoas sobre suas experiências. As narrativas apresentadas visam mostrar como as pessoas descrevem e interpretam as suas experiências e como se pode situar as experiências descritas dentro de contextos históricos mais amplos para entender o seu significado enquanto quadro te orientação da acção e interacção social.

SEGREGAÇÃO SOCIO-ESPACIAL EM MAPUTO: A *CIDADE* VERSUS OS *BAIRROS*

A citação abaixo é uma descrição da vida urbana.

> A vida em Maputo não é boa. A cidade tornou-se um grande centro comercial. No futuro, será uma cidade muito cara. Mais pessoas fugirão e só pessoas com dinheiro ficarão lá. A vida não é fácil lá. Até os estrangeiros sentem isso. Dizem que a cidade é mais cara que a Europa, é como a Noruega. Acho que Maputo perdeu algo como... [frase não finalizada pelo participante]. Olha, eu conhecia Maputo de uma maneira diferente. Eu tinha muitos amigos e tudo mais, e íamos lá para conversar, nos encontrar e organizar nossas ideias. Mas hoje, ninguém está lá. Nos lugares que nos encontrávamos, ninguém está lá. Os lugares estão lá, mas mesmo quando você vai lá, parece que você tem que sair imediatamente porque ninguém quer você lá. Não sei se estou dizendo isso corretamente. Algo como, depois de quatro minutos você se encontra dizendo: "Isso não tem nada a ver comigo. Não tenho dinheiro para mostrar a toda a gente a todo o momento". Então, deste ponto de vista, não estou convencido de que Maputo é um bom lugar para se viver. Eu prefiro a vida aqui nos bairros. Aqui o pouco que cada um tem é valorizado e partilhado (Entrevistado Nº.1_M_38).

O respondente é um homem de 38 anos, casado e pai de 3 filhos. Ele é músico de profissão. É preciso situarmos esta narrativa no contexto dos processos, mas também das consequências da adesão do país à economia de mercado livre. É plausível que a concorrência e o acesso aos recursos financeiros se tornassem ou fossem considerados importantes quando o socialismo foi abandonado. O entrevistado acredita que apenas os ricos vivem na cidade, não os pobres. Esta descrição é importante e podemos perguntar como se avalia quem era ou é rico na cidade? A narrativa oferece pistas importantes ao falar do consumo e dos espaços de convivência.

Ele sugere que as demonstrações pessoais de posse de recursos econômicos são fundamentais para caracterizar não apenas disparidades em nível pessoal, mas também as disparidades urbanas na cidade. Essa questão de ser ou parecer rico merece mais consideração. O próprio entrevistado mora na cidade de Maputo, porém sua narrativa parece situá-lo fora da cidade. Ele continua se referindo à cidade como “lá” e usa “aqui” para se referir ao local em que vive. Essas escolhas de palavras e como são

empregues para caracterizar disparidades socioeconômicas e espaciais urbanas merecem atenção. Essa escolha é consistente com a publicação "Há diferença: Ali é cidade, aqui é subúrbio: Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo" por Raposo & Salvador (2007).

Esta publicação usa “ali” e “aqui” como marcas discursivas para descrever a desigualdade urbana a partir das narrativas e das experiências dos residentes. Os contrastes urbanos são interpretados com recurso a expressões verbais que destacam a distância social do sujeito em relação ao espaço. A noção da cidade como é apresentada pelo entrevistado é, por isso, uma contestação social e também uma interpelação conceptual. A cidade não é somente o que é descrito como contraste face ao bairro, mas também em relação ao sentido científico de urbano que é a essência da noção de cidade, portanto, como contraste de rural. A cidade-território como formação espacial, social e administrativa urbana governada pelo município com os seus 1 milhão de habitantes parece somente existir para os académicos, gestores do município e burocratas.

A experiência descrita de estar na cidade é percebida como possível apenas em certos contextos urbanos e não em todo o território administrativamente estabelecido como cidade. É somente na cidade percebida como o arquétipo do urbano, que se "perdeu alguma coisa" moralmente positiva. Tanto a cidade quanto o bairro, no sentido proferido pelos participantes do estudo, são espaços simbólicos. Bourdieu (1989, p. 20) conceitua espaços simbólicos como aqueles em que grupos de estatutos distintos são caracterizados por diferentes estilos de vida. Em vez de uma mera entidade territorial e geográfica, o espaço simbólico também dá e transmite significados sobre os objetos e ações dentro dele, como classe ou *habitus*, bem como padrões de consumo.

Nesse sentido, os bairros descritos pelos participantes são consistentes com a análise de Richardson e Skott-Myhre (2012) sobre a vida nos espaços periféricos urbanos. Eles argumentam que o gueto não é apenas um local de moradia, é também uma prática vivida marcada pela privação socioeconômica, maiores índices de criminalidade, forte coesão social e redes locais. Isso torna as experiências de seus moradores muito diferentes da dos moradores de outros bairros da cidade. Algumas entidades e práticas do bairro (gueto) são incompreensíveis para quem não vive neles. A distinção entre a cidade e o

bairro é também uma distinção que molda e é moldada pelas escolhas comportamentais incluindo as reprodutivas.

ESTILOS DE VIDA URBANOS E ESCOLHAS REPRODUTIVAS EM MAPUTO

Recentemente, demógrafos evolucionários sugeriram que, nas áreas urbanas contemporâneas, a concorrência por um melhor estatuto socioeconômico vem empurrando para baixo a fecundidade (SEAR et al., 2016; SHENK at al., 2016). Nesse sentido, a concorrência pela ascensão social vem impactando as escolhas reprodutivas nas áreas urbanas. Em África, isso tende a ser particularmente verdadeiro considerando a redução observada nas taxas de fecundidade claramente mais notável em áreas urbanas que rurais (GARENNE & JOSEPH, 2002). Quanto menor o tamanho familiar dentro desses contextos urbanos, melhores são as oportunidades para a ascensão social. Isso significa que se pode alcançar objetivos socialmente simbólicos, como maior estatuto social, através do gerenciamento de escolhas reprodutivas.

A razão é que, nesses contextos, os indivíduos competem pela ascensão social com base nas habilidades intelectuais adquiridas através da acumulação de capitais simbólicos como a educação formal. Progenitores com menos filhos tem melhores probabilidades de investir mais na educação de seus filhos, permitindo que eles superem seus pares. Apesar das crenças e desejos associados à menor fecundidade como estratégia para acelerar a mobilidade social individual e familiar, as oportunidades de escolhas para limitar o tamanho da família dependem do estatuto socioeconômico e do contexto urbano imediato. A citação a seguir pode elucidar esta interpretação:

> Eu sou uma jovem da cidade. Hoje, eu entendo melhor isso. Minha maneira de pensar é diferente. Não estou dizendo que aquelas jovens dos bairros não são... Não estou me achando melhor que as demais, mas vejo as coisas de forma diferente. Talvez porque eu viajei para países no exterior algumas vezes. Eu não faço as coisas da mesma forma que aquelas meninas do interior ou as do bairro do Jardim e Luís Cabral e Zona-Verde. Não é a mesma coisa. Nos bairros, as coisas são diferentes. Por exemplo, eu tenho dois filhos e eu os tive recentemente. As pessoas lá talvez já tenham um filho logo aos 15 anos. É diferente. Veja, porque eu cresci na cidade (Entrevistada Nº.10_F_39).

A citação pertence a uma mãe de dois filhos e casada. Ela tem curso superior e trabalha como assistente cultural e por vezes como educadora de infância para parte da comunidade de estrangeiros que vivem em Maputo. A crença na existência de diferenças entre os estilos de vida urbanos, isto é, da cidade em relação aos bairros é articulada para se referir às diferenças nas escolhas reprodutivas. Ela acredita que há diferenças psicossociológicas em relação à forma como os indivíduos pensam sobre a reprodução na *cidade* e nos *bairros.* Em sua narrativa, ela sugere que os estilos de vida urbano são diferentes, não apenas porque as pessoas têm práticas diferentes das dos bairros, mas também porque as pessoas têm crenças e possivelmente desejos diferentes das pessoas no bairro.

As diferenças psicossociais e as práticas sociais são interpretadas pela entrevistada como um produto de diferenças entre a vida da cidade e do bairro. No entanto, trata-se, mais uma vez, de uma referência não apenas aos distintos estilos de vida urbanos, mas também às diferenças no estatuto socioeconômico e também na existência de desigualdades espaciais. Essas desigualdades sociais, espaciais e econômicas, especialmente as aspirações à ascensão social, desempenham um papel fundamental no tipo de alternativas de ação que as pessoas podem aceder para alcançar seus objetivos reprodutivos.

O desejo de expressar a distância social, que é uma afirmação do estatuto social é articulado em termos de quando ter filhos. Ela argumenta que só teve filhos recentemente em contraste com as jovens moradoras nos bairros que, supostamente, tiveram filhos mais cedo. Esses contrastes não devem ser tomados como reflexo de meras decisões e escolhas pessoais. O que não é interpretado de forma aberta pelas pessoas que participaram no estudo é que os estilos de vida urbanos contemporâneos (na *cidade* ou no *bairro*) são favoráveis, permissíveis e incentivam a limitação de nascimentos.

Mais importante, a urbanidade contemporânea recompensa as pessoas por escolherem limitar os nascimentos, portanto por ter uma família menor. Nesses contextos, mulheres e homens estão cientes do "prêmio" reprodutivo que resulta da limitação do tamanho familiar. Com ou sem acesso adequado aos contraceptivos, a crença e o desejo de limitar o tamanho da família está atrelado às aspirações de mobilidade social. Em geral

nos espaços urbanos as pessoas tendem a acreditam no valor económico e social de uma família menor e, acima de tudo, desejam reduzir o tamanho da família, mesmo no contexto dos bairros. É esta tendência que pode explicar a baixa fecundidade urbana em relação a rural.

Recentemente, demógrafos evolucionários propuseram que a escolha para ter um tamanho de família menor em áreas urbanas está relacionada às expectativas em relação à mobilidade social (SHENK, et al., 2016). Sear et al. (2016), explicam que o nexo entre fecundidade e mobilidade social é fundamental para entender e explicar por que as pessoas residentes nas cidades tendem a ser caracterizadas por taxas de fecundidade mais baixas do que a sua contraparte rural. A linha de raciocínio aqui sugere o seguinte: quando os indivíduos acreditam que estão competindo por um estatuto socioeconômico mais elevado, ter menos filhos é visto como uma escolha estratégica para melhorar as oportunidades de mobilidade social.

É interessante notar que Lesthaeghe, (1989) já teria constatado que entre as famílias que buscavam limitar o numero de nascimentos em África, sobretudo no contexto urbano a razão invocada era de assegurar que pudessem concentrar seus gastos e atenção em apenas poucas crianças. Limitar nascimentos era e é visto como fundamental para acumular diferentes formas de capital simbólico. Uma vez que a mobilidade social nos contextos urbanos modernos também está atrelada às conquistas educacionais, o investimento em poucos filhos permite que estes adquiram melhores habilidades intelectuais e aumentem seu potencial de mobilidade socioeconômica. Como então explicar que existam diferenças significativas no número de filhos por mulher em idade reprodutiva em Maputo, enquanto espaço urbano, tal como mostram os censos 1997 e 2007?

DISPARIDADES DE ESCOLHAS REPRODUTIVAS EM MAPUTO

Para entender por que a taxa de fecundidade varia dentro de uma subpopulação teoricamente homogênea como os moradores da cidade de Maputo deve-se olhar o que está além dos motivos das escolhas reprodutivas. A partir desta leitura o desejo ou a crença no benefício da pequena família são motivações convincentes para

reduzir o tamanho da família. Mas o que produz diferentes tamanhos de família são os limites no acesso às oportunidades para agir. A autonomia pessoal e factores institucionais condicionam que oportunidades de escolha são possíveis.

A autonomia das pessoas (agência) e fatores institucionais influenciam quais ações alternativas, ou seja, o número de oportunidades para agir que estão disponíveis para um ator social. Embora a autonomia pessoal seja em grande parte moldada pela posição social e pelo estatuto económico, os fatores institucionais estão incorporados no contexto social. Consequentemente, as disparidades de fecundidade intraurbana em Maputo são geradas por um mecanismo baseado em oportunidades.

Em termos analíticos o que está a ser dito é que todos os seres humanos são compelidos a fazer escolhas. A combinação de desejos e crenças associadas a ascensão social e sua relação com o tamanho da família compele os indivíduos a escolher uma família reduzida. Este fenómeno não é necessariamente novo. Foi observado na aristocracia francesa do século XIX (Bejin, 1989), na China comunista do final do século XX (Greenhalgh, 1988) e também em África, sobretudo nas grandes cidades (GURMU & MACE, 2008). É praticamente um fenómeno observado nas cidades contemporâneas em todo o mundo (MACE, 2008).

Entretanto como discutido por Willekens et al., (2017) toda a escolha é feita em função de um numero limitado de alternativas; e as oportunidades para escolher entre as diferentes alternativas não dependem das crenças e dos desejos do actor social. As oportunidades variam de pessoa para pessoa consoante o estatuto económico e de lugar para lugar em função da estrutura socio-espacial. É por isso que se afirma que as desigualdades no comportamento reprodutivo na cidade de Maputo são geradas pelas disparidades no acesso as oportunidades para agir.

A análise empírica mostra que é entre as pessoas que vivem na *cidade* onde existem mais alternativas de escolha seja para ter o tamanho de família menor ou maior. As escolhas reprodutivas dos moradores das cidades são muito mais próximas as suas crenças e desejos que os moradores dos bairros. Nos bairros a possibilidade de efectuar escolhas reprodutivas que estejam muitos mais próximas das crenças e dos desejos dos actores sociais é limitada. É importante lembrar que as escolhas reprodutivas implicam

identificar as alternativas de acções possíveis e selecionar aquelas que o ator social tem a possibilidade de executar consoante o seu estatuto e o contexto onde vive. Por isso, entre as pessoas com estatuto social e económico mais baixo particularmente mulheres, e sobretudo no contexto espacial e social dos bairros, onde há poucas oportunidades institucionais, as escolhas alternativas são limitadas.

Estas evidências podem ser discutidas a luz da noção dos determinantes próximos de fecundidade (veja Bongaarts, 1978, 2015; Kingsley & Blake, 1956). A noção de que o comportamento humano é, a par dos factores biológicos, um dos determinantes próximos da fecundidade é consistente com a noção de que o acesso limitado as oportunidades de agir socialmente determina o nível de fecundidade. O comportamento humano, incluindo o reprodutivo é feito de escolhas. Se são verificados limites em termos oportunidades das alternativas face as escolhas reprodutivas, então não se pode falar de determinantes da fecundidade sem falar da noção de oportunidades para agir como o mecanismo social que regula a fecundidade humana.

CONCLUSÃO

Na capital moçambicana, Maputo, em 1997, o distrito municipal de Kampfumo teve a menor taxa de fecundidade estimada em 2,7 filhos por mulher, enquanto as mais altas foram observadas em Kamubukwana e Nlhamankulo com 3,4 filhos por mulher. Curiosamente, em 2007, Kampfumo permaneceu o distrito municipal com a menor taxa de fecundidade, ou seja, 2,1 filhos por mulher, enquanto Kamavota e Katembe, foram os municípios com as maiores taxas de fecundidade, de 3,5 filhos por mulher. Essas disparidades contradizem a ideia de que nos contextos urbanos contemporâneos a fecundidade é homogênea.

A atenção de quem faz pesquisa sobre a fecundidade em África, não deve ser apenas dedicada a examinar, empregando quase sempre os métodos quantitativos, a questão sobre por que a população urbana é mais propensa a ter menos filhos e por isso a ter menor tamanho familiar do que a população rural. Este tem sido um dos principais eixos de pesquisa a par de estudos quantitativos de disparidades reprodutivas entre países

e regiões em África. Como explicado por Strulik e Vollmer (2010), as associações estatísticas entre urbanidade e escolhas reprodutivas são um ponto de partida frágil para interpretar as variações dos níveis de fecundidade no mundo contemporâneo.

Uma das razões para isso é que a transição da elevada para baixa fecundidade vem ocorrendo tanto entre a população urbana e rural, bem como entre indivíduos ricos e pobres. Como mostrado por Knodel et al., (1984) na Tailândia, os pobres podem e conseguem limitar o tamanho das suas famílias sem necessariamente experimentarem mudanças significativas na sua qualidade de vida. Este artigo argumenta que o uso do estatuto socioeconômico para prever escolhas reprodutivas é enganoso.

Acontece que diferentes alternativas reprodutivas estão disponíveis para diferentes indivíduos. Quando os dados demográficos em Maputo mostram que um grupo de indivíduos tem uma taxa de natalidade menor, isso não significa que haja apenas um único processo através do qual esse resultado semelhante tenha sido produzido em todos os grupos sociais com taxa de natalidade menor. Taxas de natalidade mais altas ou menores em Maputo são resultado de diferentes processos. O aspecto comum nesses processos é sobre as restrições na realização de escolhas. Enquanto alguns indivíduos desfrutam de um grau mais amplo de escolha, seja para alcançar um tamanho familiar menor ou maior, outros têm acesso a alternativas limitadas para materializar as suas escolhas reprodutivas de acordo com suas crenças e desejos.

O principal argumento aqui é que o mecanismo social que produz as disparidades observadas é o acesso desigual às oportunidades de agir. O que se quer dizer é que há um acesso desigual a alternativas de ação no que diz respeito às escolhas sobre a procriação. A reprodução humana também é um acto social é nem sempre isto é óbvio. Tal afirmação implica entendê-la dentro do contexto social mais amplo em que as pessoas agem como seres sociais; o que motiva suas ações e os caminhos e possibilidades para agir no sentido sociológico. Este artigo, portanto, é uma contribuição para um melhor entendimento da reprodução no contexto pós-colonial urbano em África.

REFERÊNCIAS

AGADJANIAN, V. **Fertility and society in Maputo Mozambique**. Doctoral Thesis. University of Southern California. Los Angeles, California, 1995a.

AGADJANIAN, V. **Fertility Patterns and Urban Lifestyles:** Maputo, Mozambique, 1990's. Paper presented at the 1995 Annual Meeting of the Population Association of America (PAA), April 6-8, 1995, San Francis-co, California. Washington, DC, 1995b.

AGADJANIAN, V. **Religion, social milieu, and the contraceptive revolution**. Population Studies, 55(2), 135–148, 2001.

ARNALDO, C. **Regional fertility trends in Mozambique**. Journal of Population Research 21(2), 177-197, 2004.

ARNALDO, C. Fecundidade em Moçambique nos últimos 50 anos: Alguma Mudança? In C. Arnaldo & B. Cau (Eds.) **Dinâmicas de População e Saúde em Moçambique** (pp. 37–60). Maputo: CEPSA, 2013.

BEJIN, A. **Arsene Dumont and social capillarity**. Population, 44(6), 1009–1028. 1989. Disponível em:< https://www.popline.org/node/369541>. Acesso em 03 de mai. de 2021.

BOHNSACK, R. **Documentary method and group discussions**. Qualitative analysis and documentary method in international educational re-search. Eds Bohnsack, R; Pfaff, N; Weller, W, 2010.

BOHNSACK, R. **Documentary Method**. The SAGE handbook of qualitative data analysis, 2014.

BONGAARTS, J. **A Framework for Analyzing the Proximate Determinants of Fertility**. Population and Development Review, 4(1), 105. 1978. Disponível em: < https://doi.org/10.2307/1972149>. Acesso em 03 de mai. de 2021.

BONGAARTS, J. **Modeling the fertility impact of the proximate determinants: Time for a tune-up**. Demographic Research, 33(1), 535–560. 2015. Disponível em:<https://doi.org/10.4054/DemRes.2015.33.19>. Acesso em 03 de mai. de 2021.

BONGAARTS, J. **Africa's Unique Fertility Transition**. Population and Development Review, 43, 39–58, 2017.

BONGAARTS, J.; & FEENEY, G. **On the Quantum and Tempo of Fertility**. Population and Development Review, 24(2), 271, 1998.

BONGAARTS, J.; FRANK, O.; & LESTHAEGHE, R. **The Proximate Determinants of Fertility in Sub-Saharan Africa**. Population and Development Review, 10(3), 511–537, 1984.

BOURDIEU, P; & WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. University of Chicago press, 1992.

BOURDIEU, P. **Social space and symbolic power**. Sociological Theory, 7(1), 14–25, 1989.

CALDWELL, J. C. **Toward a restatement of demographic transition theory**. Population and Development Review, 2 (3/4), 231-366, 1976.

CALDWELL, J. C.; & CALDWELL, P. **The Cultural Context of High Fertility in sub-Saharan Africa**. Population and Development Review, 13(3), 409–437, 1987.

COHEN, B. **Urbanization in developing countries:** Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. Technology in Society, 28(1–2), 63–80, 2006.

COSTA, A. B. **Famílias de Maputo:** processos de mobilidade e transformações urbanas. Revista Internacional Em Língua Portuguesa-RILP, 177–192, 2011.

DEMENY, P. **Social science and population policy**. The Population and Development Review, 451–479, 1988.

FUKUYAMA, F. **The "End of History" 20 Years Later**. New Perspectives Quarterly, 30(4), 31–39, 2013.

GARENNE, M.; & JOSEPH, V. **The Timing of the Fertility Transition in Sub-Saharan Africa**. World Development, 30(10), 1835–1843, 2002.

GREENHALGH, S. **Fertility As Mobility:** Sinic Transitions. Population and Development Review, 14(4), 629–674. 1988. Disponível em:< https://doi.org/10.2307/1973627>. Acesso em 03 de mai. de 2021.

GREENHALGH, S. **The social construction of population science:** An intellectual, institutional, and political history of twentieth-century demography. Comparative Studies in Society and History, 38(1), 26–66, 1996.

GURMU, E. & MACE, R. **Fertility decline driven by poverty:** the case of Addis Ababa, Ethiopia. Journal of Biosocial Science 40(3), 339-358, 2008.

HAFERBURG, C. & ROTHFUSS, E. **Relational Urbanity** – Perspectives on a global urban society beyond universalism and localism. Geographische Zeitschrift 107(3), 166-187, 2019.

HÄRMÄ, J. **Is there a private schooling market in poor neighbour-hoods in Maputo, Mozambique?** Exploring the role of the non-state education sector. Oxford Review of Education, 42(5), 511–527, 2016.

HEDSTRÖM, P; & SWEDBERG, R. **Social mechanisms:** An analytical approach to social theory. Cambridge University Press, 1998.

HEDSTRÖM, P. **Dissecting the social:** On the principles of analytical sociology. Cambridge University Press, 2005.

HEDSTRÖM, P. **Explaining social change:** An analytical approach. Papers: Revista de Sociologia, 80, 73–95, 2006.

INE [Instituto Nacional de Estatística]. **Moçambique:** II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997: Resultados Definitivos - Cidade de Maputo. Maputo, 1999.

INE [Instituto Nacional de Estatística]. **Moçambique:** III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Resultados Definitivos - Cidade de Maputo. Maputo, 2009.

INE [Instituto Nacional de Estatística]. **Moçambique:** III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007: Apresentação dos Resultados preliminares. Maputo, 2019.

JENKINS, P. (2013). **Urbanization, urbanism, and urbanity in an African city:** home spaces and house cultures. Springer.

KINGSLEY, D.; & BLAKE, J. **Social Structure and Fertility:** An Analytic Framework. Economic Development and Cultural Change, 4(3), 211–235, 1956. Disponível em:< https://doi.org/10.1086/449714>. Acesso em 03 de mai. de 2021.

KNODEL, J.; HAVANON, N.; & PRAMUALRATANA, A. **Fertility transition in Thailand:** A qualitative analysis. Population and Development Review, 10(2), 297-328, 1984.

LESTHAEGHE, R. **Reproduction and social organization in sub-Saharan Africa** (Vol. 4). University of California Press, 1989.

LESTHAEGHE, R.; & SURKYN, J. **Cultural dynamics and economic theories of fertility change**. Population and Development Review 14(1), 1-45, 1988.

MACAMO, E. **The Taming of Fate:** Approaching Risk from a Social Action Perspective Case Studies from Southern Mozambique. CODESRIA, 2017.

MACE, R. **Reproducing in cities**. Science, 319(5864), 764-766, 2008.

MAZIVE, E. **Fecundidade diferencial intraurbana**. O caso de Maputo Cidade. Master Thesis. Chile, 1999.

MBACKE, C. **Family Planning Programs and Fertility Transition in sub-Saharan Africa**. Population and Development Review, 20(1), 188–193, 1994.

MELO, V. de P. **Urbanismo português na cidade de Maputo:** passado, presente e futuro. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana 5(1), 71-88, 2013.

RAPOSO, I. & SALVADOR, C. Há diferença: Ali é cidade, aqui é subúrbio: Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. In: **Subúrbios Luanda e Maputo** (pp. 105–138). Lisboa: Edições Colibri, 2007.

RICHARDSON, C. & SKOTT-MYHRE, H. A. Introduction. In C. Richardson & H. A. Skott-Myhre (Eds.), **Habitus of the Hood**. Intellect Books, 2012.

SEAR, R.; LAWSON, D. W.; KAPLAN, H.; & SHENK, M. K. **Under-standing variation in human fertility:** what can we learn from evolutionary demography? Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences, 371(1692), 20150144, 2016.

SHENK, M. K.; KAPLAN, H. S.; & HOOPER, P. L. **Status competition, inequality, and fertility: implications for the demographic transition**. Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Series B, Biological Sciences, 371(1692), 20150150, 2016.

STRULIK, H.; & VOLLMER, S. The Fertility Transition Around the World-1950-2005. In: **Proceedings of the German Development Economics Conference**, Hannover 2010. Verein für Socialpolitik, Research Committee Development Economics, 2010.

VARGHESE, N. V. **Growth and expansion of private higher education in Africa**. Paris, 2004.

VIANA, D. **African City:** towards a new paradigm–"chameleonic" urbanism for hybrid cities". International Conference on African Perspectives: The African Inner City. Pretoria: University of Pretoria, 2009.

WILLEKENS, F.; BIJAK, J.; KLABUNDE, A.; & PRSKAWETZ, A. **The science of choice:** an introduction. Population Studies, 71(sup1), 1–13, 2017.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

PESQUISA EMPÍRICA: NARRATIVA DE UMA EXPERIÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

EMPIRICAL RESEARCH: NARRATIVE OF AN EXPERIENCE IN MOZAMBIQUE

INVESTIGACIÓN EMPÍRICA: NARRATIVA DE UNA EXPERIENCIA EN MOZAMBIQUE

Guilherme Magon Whitacker

Pós- Doutorando, UNESP, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Bolsista FAPESP.

E-mail: gwhitacker@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio narra a dificuldade e a importância da pesquisa empírica na Geografia em países de instabilidade econômica, política e social, o que leva a tensões e conflitos. A partir da experiência em Moçambique, onde percorri os territórios do neoextrativismo da multinacional Vale S.A., cruzando o Malawi, relato a problemática da realização da pesquisa empírica para a produção de informações, o compromisso do pesquisador com seu objeto de estudo e a importância da função social do geógrafo. Seu objetivo é convidar o leitor para uma reflexão sobre os impactos territoriais de multinacionais neoextrativistas e as dificuldades e importância da pesquisa empírica na Geografia em territórios, às vezes, não tão receptivos a olhares externos.

Palavras-chave: Moçambique. Pesquisa Empírica. Neoextrativismo.

ABSTRACT

The present essay narrates the difficulty and the importance of empirical research in Geography in countries of economic, political and social instability, which leads to tensions and conflicts. Based on the experience in Mozambique, where I toured the territories of the neoextraction of the multinational Vale SA, crossing Malawi, I report the problem of carrying out empirical research for the production of information, the researcher's commitment to his object of study and the importance of the social function of the geographer. Their objective is to invite the reader to reflect on the territorial impacts of neoextractive multinationals and the difficulties and importance of empirical research in Geography in territories, sometimes, not so receptive to external perspectives.

Keywords: Mozambique. Empirical Research. Neoextractivism.

RESUMEN

El presente ensayo narra la dificultad y la importancia de la investigación empirica en Geografía en países de inestabilidad económica, política y social, lo que genera tensiones y conflictos. Desde la experiencia en Mozambique, donde recorrí los territorios de la neoextracción de la multinacional Vale SA, cruzando Malawi, informo sobre el problema de llevar a cabo una investigación empírica para la producción de información, el compromiso del investigador con su objeto de estudio y la importancia de la función. del geógrafo. Su objetivo es invitar al lector a reflexionar sobre los impactos territoriales de las multinacionales neo-extractivas y las dificultades e importancia de la investigación empirica en Geografía en territorios, a veces no tan receptivos a las perspectivas externas.

Palabras- Clave: Mozambique. Investigación empírica. Neoextractivismo

INTRODUÇÃO

A pesquisa empírica é um tema importante na Geografia e estudado por inúmeros autores, sobre tudo, em relação a metodologias, mas não é esse o objetivo. Sendo assim, cabe alertar, de início, que, no que tange ao tema aqui apresentado, seria por demais relacionar a importância de trabalhos como "*Quadros da Natureza*", de Alexandre Von Humboldt, ou, "*O Brasil"*, de Elisée Reclus, desse modo, me restrinjo e considero imprescindíveis de análise textos clássicos reunidos em dois números especiais da revista Heródote "*l`enquête et le terrain*", de 1977 e 1978 que reúne textos de Yves Lacoste, Jean Tricart, Bernard Kaiser, Claude Raffestin, Beatrice Gibbin, Milton Santos e outros; também, mas contemporâneo, o número 84 do Boletim Paulista de Geografia publicado pela seção local de São Paulo da Associação dos Geógrafos do Brasil em 2006, com trabalhos de Ângelo Serpa, Paulo Roberto Alentejano, Valéria de Marcos, e outros. Além desses, estudos de folego como os de Josué de Castro (1954), Leo Waibel, (1958) Yves Lacoste (1973[1]), Pierre Monbeig (1984, 1985), Orlando Valverde (ver, ADAS, 2006), Azis Ab´Saber (2007), Manuel Correia de Andrade

[1] Para acesso a tradução desse artigo ver: WHITACKER, Guilherme Magon. Uma ilustração geográfica sobre a guerra: bombardeando os diques no rio Vermelho, Vietnã do Norte. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/26001.

(1973, 1995), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1985) e Dirce Maria Antunes Suertegaray (2002) merecem atenção, pois trazem, de diversos ângulos, o sentido da pesquisa de campo para o geógrafo.

Escrever sobre as dificuldades da pesquisa de campo para a produção do conhecimento geográfico não é desnecessário. Acredito que aqueles que se dedicam a Geografia concordem com o fato de que a pesquisa empírica seja indispensável tanto para a prática didática quanto a pesquisa em si para a produção de informações, pois, é o momento em que a teoria se materializa, daí a importância de planejá-lo o máximo possível – ainda que imprevistos aconteçam –, de modo que a mesma não se transforme em passeio recreativo ou pesadelo, e seja, sim, um momento a mais no processo de produção de conhecimento.

Foi assim que passei a considerar a pesquisa de campo como realidade não externa ao pesquisador. Considerando que o campo é a extensão do pesquisador, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre aquele que pesquisa, o objeto de estudo, os fatos, e processos que o envolvem em um movimento dinâmico. Resulta daí a *práxis* e a compreensão de que podemos estar no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar, em Geografia, pressupõe conhecer para intervir, é o conhecimento produzido por meio da vivência em transformação. Na pesquisa empírica, a Geografia, em particular, exerce uma ação de grafar o território, é preciso conhecê-lo, para nele atuar.

Constitui para o geógrafo, portanto, um dos momentos de percepção da realidade do outro, interpretada por sua lente e intelectualmente refletida. A interpretação resulta do engajamento do pesquisador no próprio objeto de pesquisa. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as aparências e revela sua essência, criando, assim, nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento epistemológico da geografia crítica.

É, portanto, a partir desse pensamento que apresento minha narrativa sobre a pesquisa de campo realizada em Moçambique visando compreender a produção do território neoextravista pela multinacional Vale S.A. Percorrendo todo a rede logística produzida, me desloquei de Moatize – província de Tete, em Moçambique –, onde se localiza a mina de

extração de carvão mineral, até o porto de exportação, em Nacala-a-velha, cruzando o país vizinho, Malawi.

A narrativa difere de textos clássicos de publicação acadêmica. Não apresento citações ou reflexões teóricas fundamentadas por outros autores, as únicas referências são depoimentos que transcrevo, ora de viajantes que me acompanhavam, ora de moradores das comunidades por onde passei. Trata-se da minha experiência como pesquisador, e ser humano, ao me deparar com as dificuldades de cruzar dois países economicamente subdesenvolvidos da África Austral. Por esse motivo, escrevo aqui em primeira pessoa. Desse modo, a narrativa tem início com o relato do trajeto de Maputo até Moatize, posteriormente, a travessia por Malawi e, por fim, a chegada em Mandimba e o deslocamento até o porto em Nacala-a-velha. Ao mesmo tempo, apresento um convite para se inserirem na leitura sobre os processos territoriais promovidos pela Vale S.A., e outras multinacionais, nesse maravilhoso país, de cultura exuberante, paisagens encantadoras, e povo guerreiro.

DE MAPUTO A TETE: O INÍCIO DA PESQUISA EMPÍRICA

Saí de Maputo por volta das 05:00 da manhã do dia 08 de agosto de 2018. Cheguei na província de Tete no dia 09 de agosto de 2018 após percorrer cerca de 1600 Km de machimbombo[2]. As estradas moçambicanas representam uma dificuldade de transporte, seja de carga ou passageiros, saindo de Maputo, em direção ao Centro e Norte do país pelo interior, as estradas vão, gradativamente, perdendo condições de tráfego. Não existem postos de abastecimentos por onde passei, as empresas colocam em risco seus carros, funcionários e passageiros. Transportam galões de combustíveis e as condições dos ônibus são precárias, não existe banheiro, características essas que não devem ser estranhadas, pois, de acordo com

[2] Palavra vinda «do ing[lês] machine pump, "bomba mecânica"». Machimbombo é «ascensor mecânico; qualquer veículo pesado e ronceiro» e, em Angola e Moçambique, «autocarro de transporte público».

in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-palavra-machimbombo/24503 . Acesso em: 18 de jun de 2021.

a Organização das Nações Unidas (ONU) e seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Moçambique é um dos dez países menos desenvolvidos do mundo.

Apesar desses contrastes, durante a viagem pude perceber um pouco da paisagem moçambicana, dos vilarejos e das formas de sobrevivência econômica. Em Cumbana, na Província de Inhambane, aonde a agricultura é mais desenvolvida, pude observar plantações de milho, coco, bananas e legumes (Foto 1).

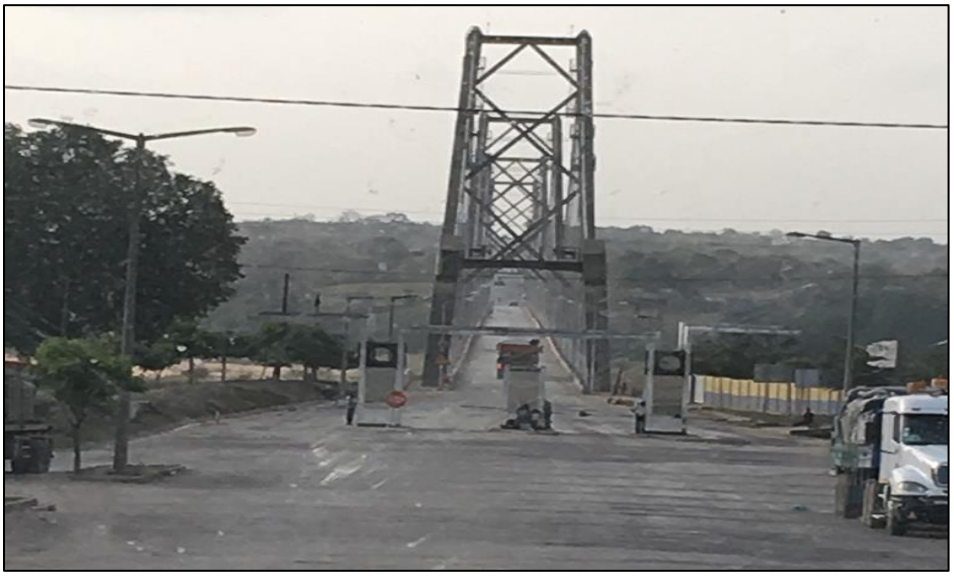
Foto 1: Na província de Inhambane



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker

Ainda na Província de Inhambane, cruzei o rio Save. O rio nasce no Zimbabwe onde é conhecido como Sabi, em direção ao Sul, atravessa Moçambique de Oeste para Leste, desaguando no Oceano índico (Foto 2).

Foto 2: Ponte sobre o rio Save



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

O rio Save divide Moçambique em regiões políticas, administrativas e étnicas. Do ponto de vista político, é uma das regiões com maior apoio a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO); em relação ao administrativo, é limite entre as fronteiras das Províncias de Gaza, a Sul, e as de Manica e Sofala, a norte; em relação as divisões étnicas, o Sul é a região aonde é falado os idiomas Chope e Tswa-Rona, enquanto que ao Norte, os dialetos utilizados são o Chona e o Sena.

Por volta das 22:00 horas o motorista parou em Chimoio, capital da Província de Manica para dormirmos, encontrei uma hospedagem e dormi algumas horas, outros dormiram dentro do machimbombo, retornamos a estrada as 04:00 da manhã do dia 09 de agosto. Seguindo pela Província de Manica, próximos a Changara, pude perceber uma quantidade de crianças e adolescentes as margens da rodovia vendendo alguns produtos, principalmente carvão vegetal e frutos do Embondeiro (Foto 3). A presença de crianças é constante:

> Aqui as crianças dificilmente vão a escola. Elas ficam aqui o dia todo tentando vender suas coisas, os país ficam trabalhando nas machamba, cortando lenha... as vezes elas ficam aqui sozinhas, dormem nas palhoças e pegam água lá embaixo, aonde têm algum rio e dependendo a época, como agora, na seca, é perigoso porque

têm animais que vão no rio também beber água (Depoimento de um viajante, trabalho de campo, agosto de 2018, Província de Sofala).

Foto 3: passageiros do machimbombo comprando carvão vegetal de crianças



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Na Província de Tete, cruzei o rio Luenha (Foto 4) em direção ao Distrito de Tete.

Foto 4: rio Luenha, em período de estiagem



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Naquela região ocorreu um dos maiores confrontos entre membros da FRELIMO e RENAMO – em 2016 – desde que terminou a guerra civil moçambicana em 2009, este fato resultou no deslocamento de refugiados para o país vizinho, Malawi e, ainda é uma das mais perigosas de Moçambique. Devido as difíceis condições de tráfego – praticamente não existe estradas asfaltadas no interior do país, por onde passei –, a Savana e a própria formação do relevo, que permite esconderijos dentre as montanhas somada a dificuldade de comunicação, incluindo a falta de sinal de internet, favorece a ação de grupos armados. A informação sobre o conflito trás o clima de insegurança. Por volta das 16:00 o motorista parou o machimbombo a beira da estrada para que as pessoas pudessem fazer suas necessidades, desceu e disse: "*Os homens vão ali e as mulheres daquele lado da estrada*". Depois de alguns minutos, parados no meio da Savana moçambicana, um homem se aproximou de mim e perguntou de onde eu era, após algumas palavras ele me olhou e disse: "*Sabia que estamos em um bom lugar para sequestros*?" Isso me causou uma estranha sensação e voltei para dentro. Pouco depois, conversando com o mecânico que viaja acompanhando o motorista, fui informado que aquele mesmo machimbombo havia sido atacado três meses atrás por um grupo armado que chegou atirando pela frente:

> Eram uns cinco, eles chegaram atirando, o vidro da frente foi estilhaçado, tinha uma mulher ali que levou um tiro na perna, teve sorte ela. Eles vieram e roubaram tudo... se tem um gajo como você dentro... ah, eu não sei, eles iam querer saber quem é... e podiam fazer qualquer coisa. Você não está mais em Maputo, quando chegar em Tete, não fique a andar sozinho (Depoimento voluntário do mecânico, Savana moçambicana, a caminho de Tete, agosto de 2018).

Aí pude perceber que minhas dificuldades aumentariam. A insegurança provocada pela tensão política é acirrada devido a novos grupos armados que atuam no país. Além da presença desses no interior das montanhas de algumas províncias, como se não bastassem as tensões de uma guerra civil ainda não resolvida, durante minha permanência em Moçambique ocorreram, também, ataques na Província de Cabo Delgado – próximo ao distrito de Nacala, meu último ponto de pesquisa – atribuídos a um grupo extremista islâmico, o Al-Shabaab, original do Sul da Somália, uma derivação do grupo Boko Haram, ligado à Al-Qaeda.

Cheguei em Tete as 10:00 da manhã do dia 09 de agosto. Uma viagem de aproximadamente 1600 Km que, se não fossem as péssimas condições da malha rodoviária no país, além da própria condição do transporte, sem banheiro e com problemas mecânicos, poderia ser feita em menos tempo. Me dirigi ao hotel que havia reservado e procurei descansar, ainda pensando nos momentos anteriores. Em Tete, meu objetivo foi realizar entrevistas com representantes das organizações da sociedade civil, funcionários de órgãos públicos e, principalmente, conhecer os reassentamentos e entrevistar reassentados, além disso, me organizei para visitar o bairro Bagamoyo, que faz divisa com a área de exploração de carvão mineral da Vale Moçambique.

Entre os dias 09 e 20 de agosto de 2018 realizei 3 reuniões com membros da Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC); 5 entrevistas entre membros da sociedade civil; 2 visitas ao reassentamento 25 de setembro, com 7 entrevistas; 1 visita ao reassentamento Cateme, com 5 entrevistas; 1 visita ao bairro Bagamoyo, com 3 entrevistas; 3 entrevistas com representantes de órgãos públicos nas seguintes Direções distritais de Tete: Direção Provincial dos Recursos Minerais e Energia; Direção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Direção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar.

No dia 10 de agosto iniciei os trabalhos. De chopela cruzei o rio Zambeze (Foto 4) pela ponte Samora Machel, um dos mais importantes da África Austral, com margens cultivadas por moradores e habitada por crocodilos, e fui ao encontro dos membros da AAAJC, meu porto seguro em Moatize.

Foto 4: rio Zambeze, em Tete



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Na primeira reunião que tivemos fui questionado sobre minhas intenções. Mesmo estando com as credenciais necessárias, houve certa desconfiança, pois essa é uma das associações mais atuantes na questão dos reassentados[3] pela Vale Moçambique. Quando informei minhas intenções, da mesma maneira que havia realizado com as associações que tive contato em Maputo, me foi dito o seguinte:

> Senhor Guilherme, como pretende demonstrar a nós que que o Senhor vai nos honrar pela ajuda? Veja cá, o Senhor não é o primeiro que vêm a nós pedir ajuda e sempre ajudamos estrangeiros, mas nosso trabalho não é reconhecido. Você esteve com o pessoal da Justiça Ambiental e ADECRU, não foi? Você tem credenciais assinadas pelo João Mosca, isso é bom, mas eu não sei quem é você e o que você vai fazer com nossas informações. Está vendo aquela rapariga? A família dela é de Nampula, mora em palhoça, e ela está aqui porque sua família foi afetada pela Vale. Antes da Vale passar a levar o carvão em seu comboio eles iam e voltavam de Nacala quase todos os dias para vender seus produtos no mercado, agora, a Vale só deixa o comboio transportar as pessoas uma vez por semana. Lá em Nampula, o Senhor vai ver... as pessoas estão a passar fome...em outros lugares também, minha família é de Chiponde, são camponeses, o Senhor diretor já sofreu muito lutando contra as mineradoras, eu, ela, o Senhor diretor, todos aqui tem motivos pra estar aqui conosco... nosso amigo que vai te acompanhar tem duas casas porque

[3] Os reassentamentos foram construídos pela Vale Moçambique em 2008 como forma de compensação pela desterritorialização das populações tradicionais, para mais informações, ver, Whitacker (2019).

> é sempre ameaçado, já foi expulso de onde morava por homens de AK na mão... sabe o que é isso... sentimos sempre o cheiro da morte aqui... e o Senhor, qual seu motivo? (Depoimento, membro da sociedade civil, Moatize, agosto de 2018).

Fui obrigado a abandonar o perfil de pesquisador e o rigor da apresentação formal e me apresentei como ser humano, sensível a toda e qualquer forma de injustiça, mais acostumado com a rigidez pelos dias anteriores em Maputo, respondi:

> Não posso garantir nada... o que quero fazer é expor a Vale. Recentemente, no Brasil, teve um acidente que inundou uma cidade inteira com lama contaminada em Minas Gerais. Eu não sou de lá, não conheço ninguém de lá, mas faço o que posso para poder enfrentar essa e qualquer outra multinacional. Tenho quarenta e três anos, sou casado, pai de três meninas... você acha que eu estou aqui á turismo? Estou aqui a mais de um mês e não sei o que é comer uma lagosta naqueles restaurantes chiques das praias de Maputo... Quer que eu prove alguma coisa a vocês? Eu não tenho nenhum projeto de desenvolvimento para eles, sei que muitos se apresentam com essa proposta para se aproximar e eu não vou fazer isso, também não tenho como ajudar vocês, o que eu quero é que me ajudem a mostrar o que está acontecendo no Brasil, se puderem agradeço, fui informado que isso aconteceria.... a única coisa que posso falar, em relação a honrar vocês é que serei muito grato e se algum dia precisarem de minha ajuda, podem me procurar. (Depoimento próprio, Trabalho de campo, Moatize, agosto de 2018).

Após mais alguns minutos de conversa, acalmados os ânimos e entendidas minhas pretensões, pude dar início as atividades nos reassentamentos. A partir desse momento ficou claro meu perfil como pessoa e pesquisador e contava com suas colaborações. Apesar de alguns empecilhos me assumiram como uma pessoa que podiam confiar, e de algum modo, pude me sentir como se estivesse em um fogo cruzado, pois seria difícil realizar as entrevistas se o governo local soubesse do objetivo real de minha pesquisa, ou seja, o megaprojeto neoextrativista da Vale Moçambique, isso porque o governo apoia a empresa, então, sempre me apresentava nas repartições públicas e para outras pessoas fora da AAAJC como pesquisador sobre as condições de desenvolvimento rural no Norte de Moçambique, e era isso o que constava em meus documentos, o que justificava minha viagem até a província de Tete, o trânsito pelo país vizinho, Malawi, e o deslocamento até a cidade de Nacala.

Foto 5: com membros da AAAJC, em Moatize



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: membro da AAAJC.

A partir daí me dediquei a entender, *in loco*, a conflitualidade territorial em Moatize. Nesse território a conflitualidade é determinada pelas alterações no *uso dos territórios* camponeses e está marcado por uma espécie de pecado original produzido pela Vale Moçambique, vinculado ao modo como o processo de desterritorialização foi conduzido desde o início. A terra, para os moçambicanos que vivem no interior e no campo, é um local sagrado, ali eles depositam seus antepassados e cultivam a mesma para sua sobrevivência acreditando na força dos antepassados, e, a Vale, rompeu isso tudo. Quando questionei membros da sociedade civil sobre o processo de implementação da Vale Moçambique, fui informado que terminado o processo de licitação já existia desconfiança por parte das comunidades locais sobre sua permanência em seus territórios de origem:

> Eles não acreditavam nas promessas das pessoas da Vale. “Eles estão a vir e nos tirar daqui mas não sabemos pra onde vamos”, era o que ouvíamos deles... não teve nenhuma participação do governo nisso... “eles estão a nos enganar” diziam os mais velhos, as lideranças... mas muitos não queriam saber e entregavam tudo por alguns poucos Meticais, os que quiseram ficar foram tirados a força pela polícia... isso mesmo, a polícia ia sempre junto com a pessoal da Vale e quando eles iam com seus tratores para derrubar as moradias a polícia entrava e tirava lá de dentro quem quer que fosse (Depoimento, membro de associação da sociedade civil, Tete, agosto de 2018).

Assim, me desloquei acompanhado por dois membros da AAAJC ao bairro Bagamoyo (Foto 6) que, com o limite das habitações a poucos metros da mina de carvão, sofre com todos os tipos de impactos. Considerando que a forma de extração de carvão em Moatize é a céu aberto, a suspensão do pó do carvão mineral ocorre de distintas formas, seja apenas com o deslocamento de ar, movimento de maquinário ou explosões por dinamite.

Foto 6: bairro Bagamoyo, ao fundo, a segunda maior mina de exploração de carvão mineral a céu aberto do mundo, propriedade da Vale S.A.



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: membro da AAAJC.

A situação da suspensão do pó de carvão mineral se torna crítica quando da realização de explosões para expansão da área de mineração. A Vale Moçambique comunica os moradores dos bairros próximos quando irão acontecer as explosões, porém, além de problemas nas estruturas das casas, os moradores reclamam principalmente da poeira que chega em todos os cantos *"*[...] *você olha para o céu e não enxerga nada, fica tudo coberto de pó... dentro de casa também, não adianta fechar a janela, se tiver roupa limpa você guarda dentro da mala e depois vai ver, está suja* [...]" (Depoimento, morador do bairro

Bagamoyo, trabalho de campo, Moatize, agosto de 2018). "*A água aqui não se pode beber, está contaminada com carvão, a carne dos animais também, o carvão fica nas plantas que eles comem* [...] (Depoimento, morador do bairro Bagamoyo, trabalho de campo, Moatize, agosto de 2018).

Foto 7: bairro Bagamoyo, no momento de uma explosão na mina de Moatize



Fonte: imagem retirada da internet, jornal Deutsche Wille, 2018.

Em Bagamoyo, fui chamado para uma caminhada de alguns quilômetros ao redor da mina da Vale Moçambique para ter uma impressão de sua dimensão (33.324 hectares, época da pesquisa empírica). Meus acompanhantes levavam uma catana e um saco para apanhar cascas de uma árvore medicinal, em determinado momento uma viatura da segurança privada da Vale Moçambique passou a nos seguir e observar, com receio de algo, perguntei: "*Eles podem vir aqui e fazer alguma coisa? E se eles chamaram a polícia*? " A pessoa que me acompanhava respondeu: "*Eles não podem fazer nada, aqui a terra ainda é nossa, se perguntarem por que estamos aqui respondemos: porque nos tiraram dali"*. (Depoimento, Bairro Bagamoyo, trabalho de campo, 2018).

A percepção dos impactos da Vale Moçambique aumenta ao caminhar por um dos pontos mais altos de Bagamoyo, a extensão da mina e a movimentação das máquinas impressionam, em meio a todo esse poderio técnico, famílias procuram formas de sobrevivência, o território do carvão é marcado pelo contraste entre o poder e a impotência das famílias na proximidade ao megaprojeto neoextrativista, quando encontramos crianças que respiram, desde o dia em que nasceram, o pó de carvão levantado da mina, a razão e a emoção se misturam, em momentos, sobressai a emoção: [...] *veja os miúdos aqui... eles nasceram no meio da mineração... aqui os dias são cinzas... a vida vai mal, muito mal aqui*". (Depoimento, morador do bairro Bagamoyo, trabalho de campo, Moatize, agosto de 2018).

No quarto dia em Tete, após reuniões com os membros da AAAJC, consegui ir aos reassentamentos[4]. Aluguei uma caminhonete e fomos acompanhados de um motorista para nos encontrarmos com o contato que seria o interlocutor com os reassentados caso esses não quisessem falar em Português – uma estratégia utilizada pelos reassentados quando esses não sentem à vontade com quem os entrevista – e fui alertado que, ao chegarmos lá, eu deveria me apresentar e falar sobre quem sou e o que estava fazendo.

No reassentamento 25 de setembro o objetivo foi realizar entrevistas. Assim se deu o grande desafio, me posicionar e estabelecer uma forma de interação com os camponeses desterritorializadas, estabelecer vínculos e lealdade, me posicionar como pessoa e pesquisador e obter relatos no interior de seus territórios de contestação no meio de tanta carga e desânimo que suas experiências como resistentes traziam.

Me apresentei em meio a uma roda de poucas famílias, incluindo algumas crianças, e procurei falar com naturalidade. Depois de alguns minutos, com a ajuda do interlocutor, as poucas palavras que eram pronunciadas entre eles nos dialetos Nhúngue ou Xona, começaram a soar em Português. Assim, fui convidado por dois senhores, lideranças no reassentamento 25 de setembro, a ir até a casa de um deles para conversarmos. Ao iniciarmos a conversa, um deles se apresentou e explicou os motivos da desconfiança:

[4] Por limitações, apresento aqui apenas informações sobre o reassentamento 25 de setembro, existe também o reassentamento Cateme, onde também estive.

> Senhor, nos desculpe pela forma como o recebemos... mas nós já sofremos muito... fomos perseguidos e presos por pessoas que pensávamos que estavam a vir nos ajudar, por isso já não sabemos a quem confiar... não sabemos quem vem por bem ou mal, mesmo o Senhor estando com nossos amigos, precisamos tomar cuidado com as torturas e mortes quando se fala mal da Vale (Depoimento de reassentado, reassentamento 25 de setembro, trabalho de campo, 2018).

Com isso percebi por que alguns eram reservados e limitados no contato, outros eram extrovertidos e, já com os dessabores da vida abriam seus corações, partilhavam suas vidas de experiências, alegrias, dor e desesperos desde que a multinacional se territorializou em Moatize (Foto 8).

Foto 8: entrevista no reassentamento 25 de setembro, Moatize - Moçambique



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: membro da AAAJC.

Apesar deste ser um embate supostamente dividido entre a Vale S.A. e distintos segmentos sociais afetados por ela, o embate se tornou meu também, pois as metamorfoses da conflitualidade, seus sujeitos, a multiplicidade de manifestações e seus desdobramentos, constituíram parte inseparável de meu objeto de estudo maior, os camponeses na minha frente representavam a experiência viva, aqueles que enfrentaram a gigante mineradora. Iniciando

a conversa perguntei sobre as condições básicas de vida dos reassentados e fui informado:

> Os dias estão cinzas, estamos mal, estamos a sofrer muito aqui... desde que começou a exploração mineira da Vale, até vir aqui nessa mina, nenhuma coisa que se fez foi boa para nós. Nenhum indivíduo que vive aqui tem condições de dizer que a Vale está a cooperar... desde 8 anos que estamos a esperar por algo Senhor... isso não é vida (Depoimento, reassentado, reassentamento 25 de setembro, Moatize).

Então perguntei ao mesmo: "*8 anos... então muitas pessoas já nasceram... e... morreram aqui?*

> Sim... já nasceram muitos miúdos, esses aí mesmo nasceram aqui... algumas no posto de saúde e outras em casa mesmo, com a ajuda das parideiras, porque no começo o centro de saúde ia bem, agora está mal, muito mal, tem uma enfermeira que trabalha das 08:00 as 16:00... e o senhor repara que não estão a brincar? Percebe o por que? Eles não têm força... sim... é isso... porque não temos o que dar de comer a eles. A pouca farinha que temos fazemos uma chima e todos comemos juntos. Eu tenho que vender tijolos em Moatize pra conseguir algum dinheiro pra comprar um frango de vez em quando, amendoim e mais alguma coisa, sabe como faço? O Senhor viu aquelas pilhas de tijolos na beira da estrada lá embaixo? Passando a ponte? Cada pilha daquelas tem um dono, são todas de moradores daqui, mas como nós vamos levar para vender? Não conseguimos transportar nem para o outro lado da ponte. As vezes vêm alguém pra comprar e aí temos que reduzir o preço pois eles é que estão a transportar... Estás a perceber Senhor? São essas nossas condições de vida. Não temos mais força pra lutar... olha em volta e veja o que temos aqui, estamos a mais de 15 quilômetros da cidade e não temos dinheiro nem pra condução... como vamos conseguir dinheiro? Tiraram nossa machamba... não tem nem como ir ao rio pescar... sabe o que eu faço aqui todos os dias? Acordo, sento, e espero morrer... (Depoimentos, reassentado, reassentamento 25 de setembro, Moatize, trabalho de campo, agosto de 2018).

Essa é a genealogia da acumulação por espoliação e da conflitualidade em Moatize. Foi nesse ambiente de incertezas, de circunstâncias e de estabelecimento de confiança e desconfiança, que ocorreu a pesquisa empírica em Moatize, os dois importantes conceitos citados no início desse parágrafo, em instantes, se tornaram materialidade; portanto, nesta pesquisa, mais do que nos preocuparmos com a elaboração de perguntas, nos atentamos a observar e escutar para descrever, a partir da materialidade por eles vivenciada, o que está acontecendo, assim, me despedi e preparei para a próxima etapa, cruzar o Malawi, para produzir informações sobre os impactos socioterritoriais além do território do carvão, o neoextrativismo é uma atividade que possui impactos em distintas escalas, desde a local, regional, até mesmo global.

ZÓBUE, FRONTEIRA COM MALAWI

Fui acompanhado por membros da AAAJC até Zóbue, distrtito que faz divisa com o país Malawi, minha intenção era seguir de comboio até Chiponde, a outra fronteira, assim seguiria o trecho da linha férrea restaurado pela Vale S.A. no país vizinho aumentando sua rede logística e facilitando o escoamento da produção de carvão mineral em Moatize, porém, eu não havia conseguido informações sobre dias, horários, ou ao menos se o comboio transportava passageiros, eu só sabia que havia diminuído muito o transporte pela intensificação da movimentação carvoeira.

Somente quando cruzo a fronteira é que descubro que o trecho da linha férrea saindo de Mwanza (Malawi) para Nampula (Moçambique) não transporta passageiros, sendo assim, a intenção era chegar até Blantyre e, de lá tentar seguir o comboio pela linha férrea do Projeto Corredor de Nacala (PCN), utilizada para escoar a produção de carvão mineral de Moatize. Pela dificuldade com as informações, somente no posto aduaneiro soube que os comboios também não partem com passageiros de Blantyre, então tive que encontrar outra forma de transporte para cruzar o território malawiano e voltar a Moçambique em direção a Chiponde.

No posto aduaneiro já senti as dificuldades, Malawi também figura entre os países mais pobres do mundo e as pessoas fazem de tudo para conseguir algum dinheiro, o que torna o ambiente tenso para um pesquisador em viagem, pois todos se aproximam oferecendo objetos como celulares, máquinas fotográficas, frutas e até garotas. A aproximação, as vezes, se torna intensa, e é necessário um certo estado de atenção e até mesmo rigidez nas respostas.

Para fazer uma rápida comparação, 1 Real, em Moçambique valia aproximadamente 17 Meticais (moeda local, a taxa de câmbio da época do trabalho de campo), no Malawi, 1 Metical valia aproximadamente 11 Kwachas (moeda local, a taxa de câmbio da época do trabalho de campo), nessas condições, me sentia como um alvo potencial para roubo ou sequestro.

Fui informado que não existiam ônibus ali, teria que ir até a cidade mais próxima

– Mwanza – e pedir informações lá. Ao sair caminhando, procurando alguma forma de transporte, fui abordado várias vezes por soldados que se aproximavam e pediam minha documentação: "*Stop, passport, passport...!!*", era o que eu ouvia de cada militar que se aproximava, mesmo já tendo passado pelo posto aduaneiro, eu havia tirado visto de trânsito pelo Malawi ainda em Maputo, mas mesmo assim, pediam explicações. A comunicação foi difícil em alguns momentos, o idioma local – Chewa – se misturava ao inglês.

Em determinado momento um militar de patente me abordou, pediu o passaporte e pediu para me identificar: "*Sou geógrafo, pesquisador, e estou realizando uma pesquisa sobre o desenvolvimento rural no Norte de Moçambique. Estou indo de Zobue até a outra fronteira, apenas de passagem, preciso de transporte até lá. O Senhor pode me ajudar*? " (Depoimento próprio, Malawi, agosto de 2018).

Eu possuía em minha bolsa um pequeno mapa, feito anteriormente com o Google Maps demonstrando o caminho, o que ajudou na comunicação, ele pediu para olhar e, como oficial do exército, entendeu o mapa, meu destino e disse: "*É um bom mapa, o Senhor deve ser um bom professor, estou vendo aqui os grandes lagos, as reservas...*" (Militar do Exército malawiano, Malawi, agosto de 2018). Nesse momento me falou que existiam ali alguns carros que faziam o transporte de passageiros como táxi. Me acompanhou, paramos, ele se afastou e conversou com dois malawianos, me chamou e disse que eles me levariam até a fronteira por 30.000,00 Kwachas, algo em torno de R$150,00 e, o oficial, pela informação e ajuda prestada me pediu 5.000,00 Kwachas, sem outra opção e com pressa em sair dali, aceitei a proposta.

Ele me acompanhou até o carro e entrou comigo e outros dois malawianos que iam a frente. Fiquei com muito medo e estranhei a situação, eles pararam o carro em um posto de combustível, o oficial pegou o dinheiro e pediu o número do meu telefone, disse que ligaria para acompanhar a viagem e que eu podia confiar nos dois que estavam comigo. A essa altura, eu não tinha como voltar, fui obrigado a acreditar e continuei no carro com os dois malawianos e começamos a viagem por volta das 08:00 horas.

Com o celular o tempo todo ligado acompanhando pelo mapa o trajeto ia perguntando de onde eles eram, o que faziam, como eram as condições de vida no Malawi e

eles também perguntavam sobre o Brasil, fui perguntando qual o caminho íamos seguir e observava o mapa, estava com receio de algo errado, mas seguia conversando, elogiando a paisagem e buscando formas de interação, assim, fui acompanhando a direção e conversando com eles, desse modo fui me tranquilizando (Fotos 9 e 10).

Foto 9: cruzando o Malawi



Fonte: Malawi, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Foto 10: paisagem no Malawi



Fonte: Malawi, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Após cerca de duas horas de viagem o oficial realmente me ligou, perguntou se estava tudo bem e se eu sabia aonde estava, confirmei as duas respostas: "[...] *sim, está tudo bem, estamos próximos de Balaka* [...]", me senti bem com a ligação, um certo ar de confiança

de que tudo ia dar certo. Porém, depois de algum tempo, ocorreu um dos momentos mais tensos da viagem. Um bloqueio do exército na estrada nos mandou parar. Eram uns quinze soldados, dois veículos de transporte, rolos de arame farpado e uma caminhonete armada com uma metralhadora ponto 50 faziam o bloqueio da estrada. Quando o motorista parou o carro, um soldado armou a metralhadora ponto 50 e apontou em minha direção, pude ver que eu era o alvo, estávamos a cerca de 5 metros do bloqueio. Três soldados armados com fuzil automático se aproximaram do carro, um foi em direção ao motorista e o outro ficou ao meu lado. Eles começaram a conversar em inglês e mudaram para o dialeto, o soldado pediu documentos dos dois e do veículo, percebi que o motorista me olhava e fazia gestos com as mãos ao soldado, este se dirigiu a mim, em inglês, pediu meus documentos e informações sobre o que estava fazendo. Enquanto verificava minha documentação insistentemente, perguntei ao soldado se tinha algum problema, ele disse que não, mas queria um drink.

Percebi que se tratava de extorsão, cansado de passar por essa situação, fingi que não estava entendendo: "*Senhor, me desculpe, meu inglês não é muito bom, não tenho drink, só água. O Senhor aceita? Caso tenha algum problema, posso ligar agora para a embaixada do Brasil aqui no Malawi e resolvemos isso, eles sabem que estou aqui*". (Depoimento próprio, Malawi, agosto de 2018). Mostrei o celular já chamando a embaixada, o soldado se afastou e começou a falar novamente no dialeto com o motorista até que outro militar, aparentemente superior, interferiu, pediu meus documentos, verificou, e nos liberou.

Quando saímos os dois malawianos que me acompanhavam ficaram nervosos, começaram a falar alto em dialeto dentro do carro, pedi que falassem em inglês comigo e o motorista me disse: "*O Senhor não devia ter feito isso, se não fosse a ligação para a embaixada, eles podiam nos tirar do carro e nos matar, íamos ficar no meio do mato, os leões podiam nos comer e ninguém ia saber o que tinha acontecido*". (Fala espontânea, motorista malawiano, Mali, agosto de 2018).

Realmente foi uma atitude precipitada, principalmente por ser um sábado, acredito que ninguém na embaixada iria atender o telefone, mas estava cansado de ter que dar dinheiro a todos pensei rápido e foi a única maneira que encontrei, ou talvez devesse ter dado o dinheiro, mas com isso corria o risco de ser levado a alguma cidade e ir ao banco, de

certa maneira irresponsável, foi o que fiz. Depois pensei e relacionei esse fato ao oficial que me extorquiu dinheiro na fronteira, fiquei em dúvida se eles não conversaram por telefone e o primeiro disse que eu viajava com dinheiro. Seguimos a viagem sem mais conversas e fui pensando no que poderia ter acontecido e o porquê daquilo ter acontecido. A primeira impressão foi de que o oficial malawiano informou alguém que eu viajava por ali com dinheiro; a segunda, foi a possiblidade do exército ter realizado a barreira tendo em vistas a fuga de grupos extremistas de Moçambique para o interior do Malawi e tentaram se aproveitar da minha presença, eu estava em sentido inverso da fuga dos grupos armados, de Oeste para Leste, ou seja, não estava vindo de Moçambique, mas sim indo para lá, até hoje não posso afirmar.

Foram aproximadamente quatro horas de viagem, cheguei na fronteira com Moçambique – Chiponde – as 13:00 horas, ali, novamente a tensão se instaurou. Quanto mais ao Norte do país piores são as condições econômicas, o que o torna o território, ao menos foi a impressão que tive, tenso, pois todos estão à procura de algo para sobreviverem. Pensei em como poderia sair dali o mais rápido possível.

As pessoas se aproximavam falando em inglês e oferecendo de tudo. Cansado e nervoso, falei alto com as pessoas que não queria nada, que se afastassem e me deixassem em paz. Entrei no posto da fronteira, apresentei meus documentos e informei para aonde estava indo, ao pedir informações sobre transporte o militar me disse que ali não tinha machimbombo, algumas pessoas levavam as outras de moto ou de carro até Mandimba (cidade mais próxima) e lá eu deveria buscar informações para o trajeto até Cuamba, após fazer o registro em um grande livro de assinaturas, me liberou. Saí do posto fiscal, do lado moçambicano, chamei um rapaz de moto, negociamos o valor e fui até Mandimba por um caminho que não pode ser chamado de estrada.

DE CHIPONDE A NACALA-A-VELA

Por volta das 15:00, em Mandimba, descobri que também não havia

machimbombo. Tive que esperar todo o final da tarde por um chapa[5]. Nesse percurso de tempo, inúmeros problemas ocorreram e eu me tornava centro de olhares de algumas pessoas que consumiam bebidas alcoólicas nas tendas ao redor do ponto. Tinha algumas frutas a venda, carne de frango e outas coisas para comer, eu estava faminto, sem banho, cansado, porém, com receio de tirar dinheiro de dentro da bolsa e ser abordado de alguma forma, tive que me contentar com a última porção de barra de cereal que eu levava.

Ali, mais um fato me marcou. Quando o chapa se aproximou descobrimos que, devido ao aumento de combustível no mesmo dia, o valor cobrado pelo transporte de Mandimba a Cuamba, que era de 250,00 Meticais, subiu para 300,00, e, o motorista, me olhando disse: "[...] *e o branco paga 400,00. Se não for assim, ninguém viaja*". Isso causou uma revolta geral e eu passei a questionar o motorista sobre a atitude dele, o que acirrou os ânimos entre todos que estavam ali. Uma senhora, funcionária da administração local se posicionou ao meu lado e a polícia foi chamada, mas devido a corrupção do grupo de motoristas que negociava a liberação do chapa e repassava valores para os policiais, nada resolveu.

Eu chamei outros dois passageiros para conversar e resolvi dar parte do dinheiro a mais que o motorista pediu, as pessoas não tinham o valor a mais cobrado, e eu, com medo da situação piorar e ter que passar a noite em Mandimba a espera de outra forma de transporte, tomei a decisão de pagar por todos aqueles que não podiam. Assim segui viagem, agora em direção a Cuamba, com a esperança de conseguir pegar o comboio e seguir pela linha do PCN até Nacala-a-velha.

Seguindo viagem, cheguei em Cuamba por volta das 22:00 horas, durante o trajeto uma pessoa me indicou um hotel para ficar. Quando cheguei, ele me levou até o hotel, na verdade era uma pousada. Ali fui informado que não teria comboio saindo da Cuamba naquele dia, teria que ficar por três dias. Cansado e tenso, com receio de sofrer novas formas de extorsão ou qualquer outro problema, resolvi partir naquela mesma madrugada, sem condições de banho ou alimentação, somente com água, dormi um pouco.

[5] Chapa é um transporte comum, feito em uma Van, onde a lotação é levada ao extremo e o transporte de cargas é permitido.

Levantei as 04:00 da manhã e fui até o local aonde me indicaram, novamente, a confusão tomou conta do lugar. Devido as alterações no transporte de passageiros pelos trens, que passou a valorizar o transporte de carvão em detrimento das pessoas, a quantidade de pessoas querendo embarcar nos chapas é enorme, com isso, os donos dos carros aproveitam, exploram os preços, viajam superlotados e os carros, em sua maioria, não apresentam nenhum tipo de segurança, por volta das 08:00, saímos de Cuamba. A melhor dica que recebi foi: "[...] *tente entrar rápido e sente sempre atrás.*" (Depoimento, viajante, trabalho de campo, Cuamba, agosto de 2018), logo entendi o porque, em caso de acidente, geralmente, os que estão na parte de trás do carro sofrem menor impacto, assim, novamente, viajei de chapa.

Foto 11: ponto de chapa em Cuamba



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Cheguei em Nampula por volta das 15:00 h do mesmo dia, após percorrer um trecho de pouco mais de 300 Km, em estradas de terra, com péssimas condições de rodagem, sem banho a dias, e com a reserva de barra de cereais e água no fim. Em Nampula, exausto, consegui ir até o bairro de Natikiri, um dos bairros impactados pela passagem dos trilhos da Vale S.A. Nesse território foram articuladas as etapas logísticas do megaprojeto de Moatize tendo em vistas escoar o carvão para os mercados internacionais. Além da desterritorialização

camponesa em Moatize, o megaprojeto neoextrativista, em sua conexão logística na forma do PCN, provocou alterações nos usos dos territórios nos distritos de Mecanhelas e Cuamba, na província de Niassa; e, na província de Nampula, os distritos de Malema, Ribaue, Mecuburi, Nampula, Meconta, Monapo, Mossuril e Nacala-a-Velha, além das vilas de Monapo e Ribaue e da própria cidade de Nampula. Para a realização das obras necessárias, assim como para o funcionamento do complexo logístico, foi necessária a desterritorialização de uma faixa de segurança ao redor da linha férrea e também para a instalação de canteiros de obra e estruturas de apoio.

Peguei uma chopela e fui para o bairro Natikiri, conversando com alguns moradores, fui informado da ocorrência de vários acidentes. Desde choques provocados entre carros e o comboio, até crianças que entraram em vagões e não conseguiram sair quando os mesmos se deslocavam, sendo encontrados em Nacala-a-Velha. Ouve relatos sobre pessoas que morreram soterradas por carvão tentando ir até Nacala-a-Velha escondida no vagão, porém, não encontramos informações que comprovem a veracidade desse fato. Uma coisa ficou clara, as pessoas tiveram suas vidas significativamente afetadas, seja pelo recorte territorial provocado pela passagem da linha férrea, seja pela diminuição no transporte de pessoas de uma cidade a outra. A linha férrea dividiu o bairro e a cidade, com isso, as relações socioterritoriais que ali se mantinham foram alteradas.

Não fiquei muito tempo no bairro, me dirigi rapidamente a rodovia e procurei por um táxi para ir, finalmente, a Nacala-A-Velha, nosso ponto final do trabalho de campo, para conhecermos as instalações do porto de exportação de carvão da Vale Moçambique, peça da intrincada rede de logística que caracteriza o megaprojeto neoextrativista da Vale Moçambique, e produzir informações sobre os processos de desterritorialização.

EM NACALA-A-VELHA

Percorri de carro o trajeto de Nampula até Nacala-a-Velha, dessa vez, sem infortúnios, a rodovia era bem pavimentada. Devido a instalação do porto, a movimentação de mercadorias cria um fluxo econômico que movimenta a região, as belas praias alimentam

também o potencial turístico da cidade que recebe estrangeiros de várias partes do mundo.

Fui ao hotel que havia conseguido reservar durante a viagem até Nampula e, após fazer o *check in*, pude tomar banho e jantar. Aproveitando o final de tarde sob o horário de verão moçambicano, fui a uma tenda na esquina do hotel para me familiarizar com os locais e pedir informações. No momento em que estava tomando uma cerveja, conversando com dois moradores de Nacala, um grupo de crianças se aproximou vendendo algumas balas e ficaram me olhando. Perguntei o nome deles, eles riram, mas não responderam. Perguntei ao rapaz que estava conversando comigo qual era o problema e ele me disse: "*Eles não falam português, nunca foram a escola, estão o dia todo na rua a vender doces pra ajudar em casa*". (Depoimento espontâneo, morador de Nacala, Nacala-a-Velha, trabalho de campo, agosto de 2018). Mesmo Nacala-a-Velha sendo um local de fluxos econômicos, ficou nítida que a diferenciação de classes sociais, e todos seus impactos, ocorre por todo o país.

No dia seguinte, a partir do contato anterior, um rapaz me esperava no hotel para me levar para conhecer o porto. Por ser um porto privado, não pude entrar para conhecer as instalações, mas, mesmo a distância, a magnitude impressiona e faz jus ao contexto do megaprojeto.

Foto 12: porto da Vale S.A. em Nacala-a-velha



Fonte: Extraída da internet – Vale S.A.

A componente portuária é o ultimo fixo territorial do megaprojeto neoextrativista

da Vale Moçambique, sua estrutura e localização estratégica permite que a Vale Moçambique embarque, em média, 2.400.000 toneladas de carvão mineral por ano e um terminal de 25 contentores com capacidade de manuseamento de 45.000 TEUs. É o porto de águas mais profundas de Moçambique e, apesar de ser menor (em área) do que os portos de Maputo e Beira, permite uma melhor movimentação de cargueiros, além de ser o mais próximo aos maiores compradores do carvão mineral de Moatize, China e índia.

Localizado na província de Nampula, distrito de Nacala na zona norte de Moçambique, a sul da Baía do Bengo, possui 60m de profundidade e 800m de largura à entrada, apresenta condições excepcionais de navegabilidade, permitindo o movimento de navios 24h por dia sem restrições de calado ou tamanho (exceto ao longo do cais). É o único porto de águas profundas de Moçambique e o maior em toda a costa oriental de África. As operações funcionam 24h por dia, 7 dias por semana, encerrando apenas no dia 1 de janeiro. Possui um terminal de carga geral com quatro cais, oito armazéns numa área coberta de 21.000m2 e descoberta de 800.000 m2, um terminal de granéis líquidos ligado a um depósito de combustíveis através de um pipeline com 3.5 km e dois depósitos de óleos vegetais.

Com toda essa magnitude, demonstrada em todas as fases do megaprojeto neoextrativista da Vale Moçambique, em Nacala-a-velha, a multinacional não agiu de maneira diferente. Para exportar o carvão, dezenas de famílias também foram expulsas e reassentadas por conta dos projetos da implantação do terminal portuário. Nesse processo, as famílias perderam suas terras e, com elas, suas machambas. Algumas foram reassentadas porque viram suas casas destruídas. Aquelas que tinham machambas foram indenizadas devido a perca de suas culturas. Na região de Nacala, o processo de desterritorialização forçada das famílias desenvolveu-se entre 2014 e 2015. Em Nacala-a-Velha, por conta da construção da malha viária da seção 8, da nova ferrovia e do novo terminal portuário, a Vale Moçambique reassentou 55 famílias de quatro comunidades: Mucaia, Muriaco, Naxiropa e Muanona situadas em no Nacala-a-Velha.

Ainda em Maputo busquei informações junto a membros da sociedade civil organizada sobre os impactos negativos do porto de Nacala. Assim, em Nacala-a-Velha, o conflito pela posse, uso e aproveitamento da terra se estende também pelo uso e

aproveitamento dos recursos hídricos do distrito, dado que com a implantação do porto para a exportação do carvão mineral, dezenas de pescadores artesanais que tinham na pesca sua principal fonte de rendimento e sobrevivência, foram compulsivamente expulsos das suas tradicionais áreas de pesca em favor da implantação do referido terminal portuário

> Antes da Vale começar o reassentamento, as famílias deslocadas para as comunidades de Mucaia viviam próximo a Barragem de Massingirine... eram pescadores e plantavam algumas coisas para comer... isso está... não sei, 40 km do novo território que lhes foi concedido pela Vale. Isso é um absurdo! A principal atividade deles era a agricultura de autoconsumo e a pesca artesanal. Com seu deslocamento, essas atividades ficaram comprometidas... pois as famílias não podem mais exerce-las devido a longa distância que precisam caminhar para as antigas áreas de cultivo e de pesca. É o que a Vale fez aqui também... Estás a perceber? A Vale não distribuiu nenhuma machamba para os reassentados em Nacala-a-Velha... e lá não distribuiu energia elétrica também... por onde a Vale passa, Senhor Guilherme, ela deixa sua marca (Depoimento, membro da sociedade civil, trabalho de campo, Maputo, julho de 2018).

Quando fui visitar o porto, caminhando pelas ruas com o motorista que havia contratado para me levar, ele me indicou um local, do outro lado do porto (Foto 13), onde as pessoas costumavam se reunir para conversar, resolvi ir até lá e encontrei um Senhor que se prontificou a conversar comigo.

> Nós, desde muito tempo, tempo dos nossos avôs, dos nossos pais sempre pescamos ali onde é que o porto da Vale está. Agora... a Vale chegou e fomos tirados dali onde nós pescávamos... por causa dos barcos da Vale que vão estar a passar naquela zona. Assim já não temos maneira. Temos que andar muito para ir pescar em outros sítios. Não só é longe..., mas não tem peixe, mas aqui onde é que estávamos é que tinha muito peixe (Depoimento, antigo pescador, trabalho de campo, Nacala-a-velha, agosto de 2018).

Foto 13: praia em Nacala-a-velha, ao fundo, o porto da Vale S.A.



Fonte: Moçambique, 2018.
Foto: Guilherme Magon Whitacker.

Foram nestes termos, com semblante e rosto angustiado que um pescador desterritorializado, forçado a abandonar o seu território tradicional de trabalho e de vida, de onde conseguia pescado para alimentar sua família e, também, para a venda no mercado local, deixou transparecer sua frustação. A condição econômica e social das famílias se degrada cada vez mais nos reassentamentos, seja em Cateme, seja em Nachirope. As famílias perdem seus territórios e, com eles, todo um conjunto de outras percas: a dessacralização de lugares sagrados, da terra para produção, o acesso aos mercados e às infraestruturas sociais, as fontes de renda.

> Não temos o que fazer. Antigamente pelo menos conseguíamos peixe para comer e vender. Não existe nenhum relacionamento com a Vale. Não existe cursos de capacitação para formação da vida nova. Não existe apoio às crianças, mulheres e homens... seria melhor o futuro no reassentamento se as condições fossem melhores... Vivemos de qualquer maneira. Nossas mulheres saem dias antes para dar parto na Vila. A população tem certeza que o destino é incerto. Nós estamos a viver apenas. Não sabemos como... Perdemos nossas árvores de frutas e machambas. E não temos mais alternativas... Nós não temos nenhum benefício com os projetos da Vale (Depoimentos com reassentados da Vale Moçambique, trabalho de campo, Nacala- a-Velha, agosto de 2018).

Foram muitos dias ouvindo, vendo e presenciando os impactos socioterritoriais da Vale Moçambique. Do cenário até agora apresentado, pude constatar que o megaprojeto

neoextrativista da Vale Moçambique têm impactado negativamente, de forma material e imaterial, as famílias por onde passa.

As promessas de desenvolvimento se transformam ao longo dos 931 quilômetros que percorri de Moatize à Nacala-a-Velha, a pobreza extrema é uma presença no cotidiano, a fome, a desolação, o medo e o sentimento de terror, foram as maiores impressões que tive durante essa etapa de minha pesquisa empírica, onde, a razão e a emoção, por vezes, se confundiram. Cansado e também abatido pelas imagens, pelas crianças, homens e mulheres que encontrei e conversei desde que saí de Maputo, resolvi voltar ao hotel, descansar, e voltar para Maputo.

Hoje por conta dos megaprojetos de mineração que anunciam o desenvolvimento sustentável, centenas de chefes de famílias não têm emprego, não têm negócios, são apenas cidadãos ociosos que ficam sentados nas suas casas à espera da generosidade das empresas, que oferecem limitadas oportunidades de negócio através de pequenos projetos de geração de renda. Em Moçambique e no Malawi, para além do distrito de Moatize, na província de Tete, o megaprojeto da Vale Moçambique atravessa territórios e desterritorializa comunidades inteiras: Chikhwawa, Mwanza, Neno, Balaka e Machinga, situados na região sul daquele país; Mecanhelas e Cuamba, na província de Niassa e Meconta, Monapo, Mossuril, Ribáuè, Nacala- a-Velha, bem como o distrito da cidade de Nampula, todos na província de Nampula em Moçambique são os territórios da materialização da acumulação por espoliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não apresento, aqui, uma conclusão, pois se trata de uma narrativa pessoal. O que ofereço, aqueles que se interessam pela Geografia, é que se dediquem a definições. A vida de um pesquisador é um estar constante mergulhado em incertezas, o medo, o desafio de buscar o novo, tudo isso passa pela definição de um objeto de estudo e seu recorte espacial. O estudo de um determinado ponto, ou lugar, de um centro urbano como São Paulo, por exemplo a conhecida cracolândia, pode oferecer riscos e dificuldades próximos aos que aqui relatei; os trâmites burocráticos, para aqueles que se dedicam a estudar uma Unidade de

Conservação, serve também como exemplo; são igualmente desafios, o mergulho interminável em leituras de teses para se produzir conhecimento na área do pensamento geográfico, reflete horas exaustivas. A definição de um objeto de estudo determina a pesquisa empírica.

De minha parte, a partir da definição do objeto de estudo, interpreto os fatos por meio da geopolítica dos recursos naturais, uma linha de pesquisa em construção no Brasil e que, em minhas pesquisas, permite o estudo dos fixos e fluxos territoriais nacionais e internacionais, possibilita entender a multiescalaridade de megaprojetos como o de Moatize e o poder que os mesmos representam sobre as elites políticas e econômicas daquele país.

Yves Lacoste, em 1976, escreveu que a geopolítica se preocupa com as relações de poder entre os diferentes atores que desempenham um determinado papel num espaço mais ou menos bem definido; Manuel Correia de Andrade, em 1988 geograficizou as formas de colonialismo e imperialismo e a fragmentação do espaço envolvendo interesses por recursos naturais; David Harvey, em 2005, propôs o estudo sobre o novo imperialismo e a acumulação por espoliação. Atualmente com base nesses autores, e outros, podemos escrever que às disputas de poder ou de influência sobre os territórios e sobre as populações que neles vivem exigem a compreensão das dinâmicas de conflito num determinado território e obriga à identificação das motivações estratégicas, políticas, económicas e naturais subjacentes a essas dinâmicas de conflito e, a geopolítica dos recursos naturais e aos pesquisadores que dela se aproximam, incumbe a árdua tarefa da realização de pesquisas empíricas para verificação dos fatos e processos.

O que quero dizer é, independente da área optada, os riscos ocorrem. Minha opção pela geopolítica como campo da Geografia preocupado em responder a questões concretas, no que se refere às relações entre espaço, território e poder, abrange diferentes escalas geográficas – do local ao global – e diferentes temáticas específicas – como energia, recursos naturais e logística – e, nesse sentido, o espaço geográfico tem que ser pensado enquanto produto das relações sociais e isso exige um estar imerso na concretização da pesquisa empírica.

A pesquisa empírica é parte da constante superação que envolve qualquer

pesquisador e não deve priorizar nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos. Essa, deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado e, ao mesmo tempo, articulado. A pesquisa empírica em Geografia deve perseguir, portanto, a ideia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a perspectiva da singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões.

Enfim, a pesquisa empírica reflete a opção e definição de espaços de conceituação adequados aos fatos, dinâmicas e processos que se deseja estudar. É necessário recortar adequadamente os espaços de conceituação para que seja revelado e tornado visível o que se deseja pesquisar e analisar na realidade, é necessário também reafirmar a necessidade de superação das dicotomias e ambiguidades características da Geografia. Foi essa a pretensão ao organizar esse breve relato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB´SABER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo?** Rio de Janeiro: Record, 2007.

ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde.** Tese. Universidade de São Paulo. FFLCH. Departamento de Geografia. 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-152940/publico/TESE_SERGIO_ADAS_VOLUME_1.pdf. Acesso em 15/05/202.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Antares Achia-mé; 1980.

LACOSTE, Yves. **An illustration of geographical warfare: bombing of the dikes on the Red River, North Vietnam.** USA: *Antipode, nº* 5, 1973. Disponível em: https://atrium2.lib.uoguelph.ca/xmlui/bitstream/handle/10214/1826/32-Lacoste.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 14/05/2020.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

MONBEIG, Pierre. **O Brasil.** São Paulo: Difel, 1985.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, POlis, 1984.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de campo em geografia.** Rio de Janeiro: Geographia, V. 4, nº 2. 2007. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13423/0. Acesso em 15/05/2020.

WEIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia: 1958.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Geopolítica dos recursos naturais estratégicos e questão agrária em Moçambique: a Vale S.A. e o extrativismo epidêmico.** Caderno de Geografia. PUC Minas. Edição especial. V. 29, nº 2. 2019. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20719. Acesso em: 15/05/2020.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

.

A MIGRAÇÃO SENEGALESA PARA O BRASIL

MIGRATION SENEGALAISE AU BRESIL

THE SENEGALESE MIGRATION TO BRAZIL

Alfa Oumar Diallo

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC-RS. Doutor em Direito pela UFRGS. Pós-Doutorado na Universidade Católica de Louvain-La-Neuve, Bélgica. Docente e pesquisador da FADIR-UFGD.

E-mail: alfadiallo@ufgd.edu.br

"O Brasil tem dimensões continentais e condições de receber os migrantes. Se os brasileiros têm dificuldade de acessar serviços básicos, isso é anterior à chegada dessas pessoas. Devem-se aprimorar serviços, para que o atendimento a ninguém, migrante ou brasileiro, seja prejudicado por gestão ineficiente. Isso de maneira alguma deve servir de justificativa para criticar a chegada de migrantes" (**Camila Asano**, Coordenadora da ONG Conectas).

RESUMO

As migrações internacionais, que fazem já parte da globalização, afetam todas as regiões do mundo e todas as categorias sociais, remodelando as sociedades contemporâneas, cada vez mais pluralistas, com importantes processos de socialização. Manifestam-se em todos os sentidos: Sul-Norte, Norte-Sul e Sul-Sul. O Senegal tem uma relação muito particular com a migração, pois é um país de emigração e de imigração. O país está no cenário mundial por causa das imigrações clandestinas que partem do Senegal em barcos sem a mínima segurança para alcançar a Europa. A migração de senegaleses para o Brasil constitui fenômeno recente, tendo-se intensificado a partir de 2013.

Palavras-chave: Migração. Senegal. Brasil.

RESUME

Les migrations internationales, font partie de la mondialisation, et affectent toutes les régions du monde et toutes les catégories sociales, remodelant les sociétés contemporaines, de plus en plus pluralistes, avec des processus de socialisation importants. Ils se manifestent dans toutes les directions: Sud-Nord, Nord-Sud et Sud-Sud.

Le Sénégal a une relation très particulière avec la migration, car c'est un pays d'émigration et d'immigration. Le pays est sur la scène mondiale en raison de l'immigration illégale qui quitte du Sénégal dans des bateaux sans la moindre sécurité pour rejoindre l'Europe. La migration des Sénégalais vers le Brésil est un phénomène récent, qui s'est intensifié depuis 2013.

Mots-clés: Migration. Sénégal. Brésil.

ABSTRACT

International migrations, which are already part of globalization, affect all regions of the world and all social categories, reshaping contemporary societies, increasingly pluralistic, with important socialization processes. They are manifested in all directions: South-North, North-South and South-South. Senegal has a very particular relationship with migration, as it is a country of emigration and immigration. The country is on the world stage because of illegal immigration from Senegal in boats without the slightest security to reach Europe. The migration of Senegalese to Brazil is a recent phenomenon, having intensified since 2013.

Keywords: Migration. Senegal. Brazil.

INTRODUÇÃO

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos constitui o legado maior da chamada "Era dos Direitos", que tem permitido a internacionalização dos direitos humanos e a humanização dos Direito Internacional contemporâneo, como atenta Thomas Buergenthal[1].

Os países africanos estão conscientes da importância da migração pois ela é um fator de desenvolvimento, sobretudo a migração para o trabalho que é positiva tanto para os países de origem quanto para os países de destino. Mas é preciso estar atento a fuga de cérebro que é um problema sério.

[1] Thomas Buergenthal, prólogo do livro de Antônio Augusto Cançado Trindade, A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos, São Paulo, Saraiva, 19991, p.XXXI. No mesmo sentido, afirma Louis Henkin: "O Direito Internacional pode ser classificado como o Direito anterior à Segunda Guerra Mundial e o Direito posterior a ela. Em 1945, a vitória dos aliados introduziu uma nova ordem com importantes transformações no Direito Internacional." (Louis Henkin et al, International Law: Cases and materials, 3a edição, Minnesota, West Publishing, 1993, p.03).

O pertencimento para todo ser humano é de suma importância e símbolo de segurança ou melhor de proteção, sobretudo nas sociedades tradicionais, como as africanas. Os senegaleses como assíduos migrantes procuram sempre se agruparem, razão pela qual a última leva se concentrou no sul do Brasil. Esse agrupamento representa uma forma de viver e vencer juntos os desafios.

O presente artigo abordará os diplomas legais nacionais e internacionais sobre migrações, a inserção dos migrantes senegaleses na sociedade brasileira e por fim, a atual política migratória brasileira e seu impacto para a diáspora brasileira no exterior.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE DIREITOS DO HOMEM

A partir da Declaração de 1948, legitimada pela Organização das Nações Unidas (ONU), começa a se desenvolver o Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção. A Declaração de 1948 confere lastro axiológico e unidade valorativa a este campo do Direito, com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção destes direitos. Este sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, na busca da salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos - do "mínimo ético irredutível"[2].

[2] (Flávia Piovesan, Caderno de Direito Constitucional – 2006. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44254385/1030802_PIVESAN__Flavia._Direitos_humanos_-_desafios_da_ordem_internacional_contemporanea.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDIREITOS_HUMANOS_DESAFIOS_DA_ORDEM_INTER.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190808%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190808T185914Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=cbb0da26037b4ae418d2a0ce186d68d297cdb96b2b9fac4532324c450e4e19be> Acesso em: 08 de ago. de 2019.

Enquanto reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Como realça Norberto Bobbio (1988), os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt (1995), os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Compõe um construído axiológico, fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Joaquim Herrera Flores (2009), os direitos humanos compõem a nossa racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Realçam, sobretudo, a esperança de um horizonte moral, pautada pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória de nosso tempo[3].

Vale dizer, no âmbito do Direito Internacional, começa a ser delineado o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos. É como projetasse a vertente de um constitucionalismo global, vocacionado a proteger direitos fundamentais e limitar o poder do Estado, mediante a criação de um aparato internacional de proteção de direitos.

Daí a primazia ao valor da dignidade humana, como paradigma e referencial ético, verdadeiro super princípio a orientar o constitucionalismo contemporâneo, nas esferas local, regional e global, dotando-lhes especial racionalidade, unidade e sentido.

A Declaração de 1948 inova a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral,

---

[3] (Flávia Piovesan, Caderno de Direito Constitucional – 2006. Disponível em:< https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44254385/1030802_PIVESAN__Flavia._Direitos_humanos_-_desafios_da_ordem_internacional_contemporanea.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDIREITOS_HUMANOS_DESAFIOS_DA_ORDEM_INTER.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190808%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190808T185914Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=cbb0da26037b4ae418d2a0ce186d68d297cdb96b2b9fac4532324c450e4e19be>. Acesso em 08 de ago. de 2019.

dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais.

Ressalte-se que a Declaração de Direitos Humanos de Viena, de 1993, reitera a concepção da Declaração de 1948, quando, em seu parágrafo 5º , afirma: "Todos os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase". A Declaração de Viena afirma ainda a interdependência entre os valores dos Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento.

Já o direito ao desenvolvimento demanda uma globalização ética e solidária. No entender de Mohammed Bedjaqui: "Na realidade, a dimensão internacional do direito ao desenvolvimento é nada mais que o direito a uma repartição equitativa concernente ao bem estar social e econômico mundial. Reflete uma demanda crucial de nosso tempo, na medida em que os quatro quintos da população mundial não mais aceitam o fato de um quinto da população mundial continuar a construir sua riqueza com base em sua pobreza".[4]

Na década de 1990 as políticas neoliberais, fundadas no livre mercado, nos programas de privatização e na austeridade econômica, permitiram que, hoje, sejam antes os Estados que se achem incorporados aos mercados e não a economia política às fronteiras estatais, como salienta Jurgen Habermas.[5] A globalização econômica tem agravado ainda mais as desigualdades sociais, aprofundando-se as marcas da pobreza absoluta e da exclusão social. Lembre-se que o próprio então diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, em

[4] Mohammed Bedjaqui, The Right to Development, in M. Bedjaoui ed., International Law: Achievements and Prospects, 1991, p. 1182.
[5] Jurgen Habermas, Nos Limites do Estado, Folha de São Paulo, Caderno Mais, p.5, 18 de julho de 1999.

seu último discurso oficial, afirmou que "desmantelar sistematicamente o Estado não é o caminho para responder aos problemas das economias modernas. (…) A pobreza é a ameaça sistêmica fundamental à estabilidade em um mundo que se globaliza"[6].

O processo de violação dos direitos humanos alcança prioritariamente os grupos sociais vulneráveis, como as mulheres e a população afrodescendentes (daí os fenômenos da "feminização" e "etnicização" da pobreza).

À luz deste cenário, marcado pelo poderio de uma única superpotência mundial, o equilíbrio da ordem internacional exigirá o avivamento do multilateralismo e o fortalecimento da sociedade civil internacional, a partir de um solidarismo cosmopolita. Quanto ao multilateralismo, ressalte-se o processo e justicialização do Direito Internacional. Para Norberto Bobbio, a garantia dos direitos humanos no plano internacional só será implementada quando uma "jurisdição internacional se impuser concretamente sobre as jurisdições nacionais, deixando de operar dentro dos Estados, mas contra os Estados e em defesa dos cidadãos"[7].

DECLARAÇÃO DE NOVA YORK SOBRE REFUGIADOS E MIGRANTES

A migração não é um fenômeno recente, e pode-se dizer que é de fundamental importância para a configuração atual dos países, tendo em vista que os primeiros povos migraram da África para sua localização atual no mundo. Migração pode ser definida como "o movimento de pessoas de um lugar no mundo para outro a fim de ter residência permanente ou semipermanente, geralmente atravessando uma fronteira política"[8].

As pessoas se movem por uma variedade de razões. Podem desejar emigrar, ou seja, deixar um lugar em virtude de alguma dificuldade, como por exemplo a escassez de alimentos, guerra, inundações, etc.; de outro lado podem mover-se por algo desejável, como um clima mais agradável, melhor abastecimento de alimentos, liberdade, etc.

[6] Camdessus crítica desmonte do Estado", Folha de São Paulo, 14.02.2000.
[7] Norberto Bobbio, Era dos Direitos, trad. Carlos Nelson Coutinho, p. 25-47, Rio de Janeiro, Campus, 1988.
[8] Marli Marlene Moraes da Costa e Patrícia Thomas Reusch, Migrações internacionais (Soberania, Direitos Humanos e Cidadania), *in* Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 8, no .2, maio-agosto, 2016, p. 275-292.

Uma das principais características do direito internacional tradicional é a autonomia dos Estados no que se refere às migrações. Os estados se relacionam entre si internacionalmente, ou seja, o indivíduo não existe, é um não-sujeito; não existe uma relação entre sujeitos de uma nacionalidade e Estados de outra. [9]

Reis (2004) esclarece que o fato de ser reconhecida a importância do Estado no que se refere as migrações, não significa que ele é o fator mais influente na formação e manutenção dos fluxos. Os movimentos de migração internacional não são exclusivamente causados pelos Estados, porém, "ele, por meio de políticas de imigração e cidadania, é um importante fator explicativo no processo de formação dos fluxos e ajuda a moldar a forma que esses fluxos adquirem".

A Convenção de Genebra[10] e o Protocolo de Nova York não se inserem na lógica que garante a soberania estatal no controle dos movimentos migratórios, estes documentos representam uma limitação à autonomia dos Estados no controle de suas fronteiras.

Em 28 de julho de 1951, já sob a égide da Organização das Nações Unidas, também de inspiração Idealista, materializou-se o esforço empreendido desde o começo do século XX, a partir da Liga das Nações, para a consolidação de um efetivo Direito Internacional dos Refugiados: restava elaborada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados.

A importância da Convenção de 1951 é inegável. O referido documento é um marco no Direito Internacional, pois se trata do primeiro acordo multilateral e de âmbito universal a dispor acerca de aspectos essenciais que dizem respeito aos refugiados.[11] Marca, portanto, o comprometimento da sociedade internacional com a devida responsabilidade para com este grupo social tão vulnerável.

---

[9] Reis, Rossana Rocha (jun. 2004). "Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais". In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 5, p. 150.

[10] "As Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais constituem o núcleo do Direito Internacional Humanitário (DIH), o qual regula a condução dos conflitos armados e busca limitar os seus efeitos. Protegem as pessoas que não participam e as que deixaram de participar das hostilidades". Comitê Internacional da Cruz Vermelha. "Convenções de Genebra". Organização das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos.

[11] (UNHCR. La Convention de 1951 relative au statut des réfugiés : questions et réponses. p. 6.).

É de se observar que a Convenção reconhece a dimensão mundial da questão dos refugiados e a necessidade da difusão de uma solidariedade internacional no trato da problemática, advogando notadamente a partilha da responsabilidade entre os Estados.

A importância deste diploma de Direito Internacional é marcante ainda no que diz respeito ao fato de ele conferir verdadeiros direitos subjetivos fundamentais aos refugiados, como o direito à educação, à saúde, à integralidade do núcleo familiar, entre outros.

O protocolo de Nova York de 1967 é um diploma legal de suma importância para o Direito Internacional dos Refugiados hodierno, haja vista que veio a complementar a Convenção de 1951, retirando reservas presentes nesta última.

Havia, assim, duas limitações na Convenção mencionada, uma de ordem geográfica e outra de ordem temporal. A primeira referia-se à exigência de que o indivíduo que buscasse refúgio o fizesse em razão de perseguições ocorridas no interior do continente europeu. A segunda, por sua vez, dizia respeito à necessidade de tais perseguições se darem antes de 1º de janeiro de 1951.[12]

PACTO GLOBAL PARA UMA MIGRAÇÃO SEGURA, ORDENADA E REGULAR

Inspirado na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Global para Migração foi assinado por 164 países, entre eles o Brasil, em dezembro de 2018, em conferência que ocorreu em Marraquexe, no Marrocos.

Trata-se de um documento abrangente para melhor gerenciar a migração internacional, enfrentar seus desafios e fortalecer os direitos dos migrantes, contribuindo

[12] CUNHA, Ana Paula da. O Direito Internacional dos Refugiados em Xeque: Refugiados Ambientais e Econômicos. Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.8, n.8, jul/dez.2008.

para o desenvolvimento sustentável e expressa o compromisso coletivo dos Estados-membros de melhorar a cooperação na migração internacional.

O Pacto "reconhece que nenhum Estado pode abordar a migração sozinho e defende sua soberania e suas obrigações sob a lei internacional". O documento apresenta uma estrutura cooperativa não juridicamente vinculante que se baseia nos compromissos acordados pelos próprios Estados há dois anos na Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes.

De acordo com a ONU, atualmente duzentos e cinquenta e oito milhões de pessoas estão deslocadas ou são migrantes, o que representa 3,4% da população mundial. O documento destaca 23 objetivos para a cooperação internacional em relação à imigração. Sem vinculação jurídica, o Pacto incentiva para a cooperação internacional como facilitar a regularização migratória, fornecer serviços básicos para migrantes e eliminar todas as formas de discriminação.

O "Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares" forneceu o primeiro quadro de cooperação internacional, juridicamente não vinculativo, em matéria de migração. É o resultado de um amplo processo de discussão e negociação entre todos os Estados-membros das Nações Unidas.

Percebe-se que as migrações atingiram um patamar em que os países isoladamente não possuem condições de enfrentar, visto tratar-se de um fenômeno complexo e com diversas implicações para os países, e que exige soluções globais e a partilha de responsabilidades a nível mundial, com base na cooperação internacional.

O Pacto Global para a Migração visa promover a cooperação internacional, definindo princípios orientadores e prevendo um quadro político multilateral. Aborda a natureza complexa da migração internacional ao apresentar questões relacionadas com a migração, tais como a gestão das fronteiras, a introdução clandestina e o contrabando de migrantes, a documentação dos migrantes. A aplicação do Pacto Global Para Migração é guiada por dez princípios, como a universalidade dos direitos humanos, a soberania nacional e o caráter juridicamente não vinculativo do documento, bem como define os objetivos concretos para uma migração segura, ordenada e regular como ponto de referência para os Estados que aplicam as suas políticas nacionais de migração.

Em que pese o Pacto Global para Migrações conter objetivos capazes de interligar os comportamentos dos Estados na regulação dos seus fluxos migratórios, em prol da defesa dos direitos inalienáveis daqueles que se deslocam, assim como da responsabilidade de acolhimento e integração nos países de destino, nota-se a fragilização desse mecanismo antes mesmo de ser posto em prática. Tal fragilização, no meu ponto de vista, decorre de duas razões.

A primeira diz respeito a não adesão ao pacto pela Eslováquia, Hungria, Polônia, República Tcheca, Austrália, Áustria, Chile e República Dominicana, todos considerados Estados com forte influência de partidas nacionalistas e governos de direita ou extrema direita, além de terem questões migratórias a lidar. A deserção desses países enfraquecerá a abrangência geográfica e política do Pacto no contexto internacional.
Do mesmo modo, observamos na Europa discussões acirradas na esfera doméstica dos Estados sobre a adesão ou não ao acordo.

Na Eslováquia, por exemplo, o ministro de Exterior Miroslav Lajcak ameaçou demitir-se, caso o governo decidisse pelo boicote ao Pacto, contudo a sua indignação não obstaculizou a decisão tomada pelo premiê Peter Pellegrini, que declarou a retirada do país do acordo. Na Bélgica, o governo sofreu uma ruptura após a decisão do partido nacionalista Nova Aliança Flamenga (N-VA) de deixar a coalizão, por ser contra o Pacto, assinado pelo primeiro-ministro, Charles Michel.

A segunda razão, por sua vez, está no fato das diretrizes do Pacto não possuírem caráter vinculante, isto é, não se trata de um Tratado Internacional que criará obrigações jurídicas a serem obedecidas pelos Estados, pelo contrário, trata-se apenas de recomendações para colaboração de forma voluntária. A ONU, juntamente com a Organização Internacional da Migração (OIM), será a responsável por coordenar os esforços no tocante à cooperação internacional entre os países-membros que aderiram ao Pacto. Porém, não nos esqueçamos da crise de credibilidade da ONU, enquanto organização internacional e dos limites do multilateralismo. Além disso, os Estados-membros da ONU debaterão e partilharão os progressos através do Fórum Internacional de Revisão da Migração, que terá lugar de quatro em quatro anos, com início em 2022.

Mas em 2019 o novo governo brasileiro oficializou a ONU a sua saída do Pacto. Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro divulgou pelo Twitter mensagem em que criticava o documento. “O Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes. Quem por ventura vier para cá deverá estar sujeito às nossas leis, regras, e costumes, bem como deverá cantar nosso hino e respeitar nossa cultura. Não é qualquer um que entra e nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros”, afirmou[13].

De acordo com Camila Asano (CONECTAS, 2019), coordenadora de programas da Conectas Direitos Humanos, a declaração do presidente está em desencontro com o conteúdo do Pacto Global para Migração e das próprias leis brasileiras sobre a matéria, que não colocam em risco a soberania nacional, mas que trata a questão do ponto de vista de direitos humanos.

> “Ao anunciar a saída do Pacto, o governo Bolsonaro adota uma gramática antiquada e equivocada de considerar o migrante como ameaça à soberania nacional. Ao mesmo tempo, esquece-se que a decisão tem impacto significativo sobre os brasileiros que atualmente vivem no exterior. Hoje temos mais brasileiros vivendo fora do que pessoas de outras nacionalidades aqui no Brasil”, declarou Asano. (STABILE e POFFO, 2019).
>
> “O Brasil vai minando uma das suas principais credenciais internacionais: ser um país formado por migrantes e com uma política migratória vista como referência, o que vinha dando voz potente ao Brasil nas discussões internacionais sobre o tema”, lamentou (CONECTAS. 2019).

[13] GOVERNO BOLSONARO DEIXA PACTO GLOBAL PARA MIGRAÇÃO - Decisão pode ter impacto nos cerca de 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior. Disponível em:<https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao>. Acesso em: 17 de out. de 2019.

> "O trato do governo Bolsonaro ao Pacto Global para Migração contradiz recomendação do Grupo de Lima, do qual o Brasil faz parte, sobre a crise migratória venezuelana e a importância dos órgãos multilaterais nas soluções de questões de política externa. Durante a estreia de Ernesto Araújo no cargo de chanceler brasileiro, em janeiro de 2019, o Grupo de Lima divulgou uma declaração na qual os países "renovam seu compromisso (…) de prestar assistência aos migrantes procedentes da Venezuela, assim como de promover e desenvolver iniciativas de coordenação regional em resposta a essa crise". A declaração renova a importância dada também a foros e esforços multilaterais, citando a ONU" (FELLET, 2019).

> "O governo Bolsonaro vem mandando sinais muito contraditórios a respeito do espaço do multilateralismo em seu governo, ameaçando longa tradição brasileira de ser um ator de destaque na política internacional" analisa Asano (CONECTAS. 2019).

> "De qualquer modo, a participação do Brasil na Declaração de Lima abre espaço para cobrar do governo Bolsonaro um compromisso com a continuidade e aprofundamento das políticas de acolhimento, interiorização e integração de venezuelanos que buscam refúgio no Brasil, sem entraves para a entrada segura dos migrantes, tampouco com medidas extremas como possíveis campos de refugiados", finaliza (CONECTAS. 2019).

A UNIÃO AFRICANA E SUAS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

A migração faz parte dos direitos fundamentais, por ser um movimento natural. Todavia é um dos direitos mais controvertidos e menos respeitado. A população africana migra mais dentro do continente ao contrário do que pode parecer. Os africanos da parte ocidental são os que mais migram no mundo.

A questão migratória é muito importante na escala continental e precisa ser levada em consideração pela União Africana (UA). Na teoria a União Africana tem uma política migratória, mas a prática está aquém do ideal. Em 2006 dois projetos foram elaborados, refletindo a visão da União Africana sobre a migração continental: o quadro de orientação para as migrações e a posição comum sobre as migrações e o

desenvolvimento[14].

A organização continental sempre deu uma posição de destaque para a sua diáspora. Em 2003 ela acrescentou um artigo na sua carta constitutiva encorajando a participação da diáspora para a integração continental. Ato continuo, um plano de ação foi elaborado para o período 2004-2007, tendo como objetivo o programa "Cidadãos da África". Em 2010 foi criado o Instituto Africano para a Remessa de Fundos, em conjunto com o Banco Mundial, que permitiria aos Estados membros de desenvolver estratégias de desenvolvimento e de redução da pobreza. Foi, também, organizado um encontro da diáspora africana em 2012 em Johanesburgo[15].

Um fator novo, é o crescente número de mulheres que migram na busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. As causas da migração são numerosas e complexas. Na África as condições socioeconômicas tais como os baixos salários, a alta taxa de desemprego, a pobreza, a instabilidade política são um convite para a migração[16]. Tendo em vista o crescente número de migrantes no mundo, sobretudo dos africanos, a gestão da migração é fundamental para os países.

POLÍTICA NACIONAL DA MIGRAÇÃO DO SENEGAL

O Senegal tem uma relação muito particular com a migração, pois é um país de emigração e de imigração. O país está no cenário mundial por causa das imigrações clandestinas que partem do Senegal em barcos sem a mínima segurança para alcançar a Europa.

---

[14] Document publié par l'Union Africaine, « Position africaine commune sur la migration et le développement », disponible à l'adresse suivante: Disponível em : <http://www.processusderabat.net/web/uploads/document_category/African_policies_on _migration/FR_Position%20africaine%20commune%20sur%20le%20migration%20et%20le%20 developpement.pdf>. Acesso em 25 de abr. de 2021.

[15] Tiphaine G. escreveu paper importante para a compreensão da política migratória da união africana.

[16] Disponível em :<https://www.un.org/fr/africa/osaa/pdf/au/cap_migrationanddev_2006f.pdf. Acesso em 19 de out. de 2019. Position Africaine Commune Sur La Migration et le Developpement.

Podemos mencionar alguns exemplos tais como as tragédias de Lampedusa[17] de Ceuta e Melilla[18], onde muitos migrantes perderam a vida. A imigração clandestina senegalesa é um fenômeno muito atual, o que me leva a perguntar se o país tem politicas reais para erradicar este mal?

Emmanuelle Bouilly e Nina Marx (2008) definem a migração como uma "questão de política internacional" »[19]. Esta definição não é suficiente para qualificar o caso do Senegal, onde a migração é um fato social total.[20] A migração no Senegal é ao mesmo tempo uma questão política, demográfica, jurídica, sanitária, econômica, cultural, religiosa, e envolve um grande número de senegaleses.

Será que existe uma política migratória no Senegal? Precisa para tanto definir de forma mais ampla a noção de política pública. "As políticas públicas são o Estado em ação" [21] . A noção de política pública é polissêmica, conforme explicação dos pesquisadores Dominique Darbon e Ivan Crouzel[22] pelo fato de estar relacionada ás diferentes colonizações africanas. Os dois pesquisadores insistem sobre o fato de que existem administrações públicas africanas e políticas públicas das Áfricas. Pelo simples fato da multiplicidade dos sistemas coloniais que existiram na África e que continuam tendo um impacto sobre os sistemas administrativos.

Se por um lado é quase inexistente e de difícil acesso as leis senegalesas sobre a gestão das migrações, acordos bilaterais proliferem. Tendo em vista o aumento dos

[17] Lampedusa é uma pequena ilha italiana situada nas proximidades da Tunísia e da Líbia.
[18] Ceuta e Melilla são territórios espanholas no Marrocos.
[19] BOUILLY Emmanuelle, MARX Nina (sous la direction de), Introduction « Migrations et Sénégal : pratiques, discours et politiques », dossier « Migrations et Sénégal », Asylon, mars 2008. Para uma boa compreensão da política migratória senegalêsa faz-se necessária uma leitura e um diálogo com as ideias destes autores.
[20] Num primeiro momento designado pela expressão "fenômeno de totalidade", Marcel Mauss define o conceito de "fato social total" em 1925 num Ensaio sobre a doação escrevendo que se trata "de um fato social que coloca em movimento toda a sociedade e suas instituições (...) e em outros casos, somente um grande número de instituições (...). Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e até estéticos e morfológico."
[21] MULHER Pierre, 2011. Conceito singelo, mas bem explicativo, sobretudo para entender a inércia do governo senegalês quanto á política migratória.
[22] CROUZEL Ivan, GARBON Dominique, 2009. Para compreender as diferentes óticas de políticas públicas, principalmente quando envolve países que foram no passado colonizados

candidatos clandestinos a migração para a Europa, os países europeus se viram na obrigação de cooperarem com o Senegal para tentar diminuir o fluxo migratório.[23]

Mas o Estado senegalês não procura reter seus cidadãos, pelo simples fato da ausência de perspectiva para seus jovens diplomados. Inclusive o discurso nacional incentiva estes jovens para irem se qualificar no exterior com o objetivo de retornarem ao país com uma boa expertise.

Todavia o atual presidente senegalês chamou para si a questão da migração, que alguns veem nisso uma manobra política. O Senegal é muito ligado as suas diferentes etnias e a dimensão étnica tem um papel fundamental na política. Macky Sall, o atual presidente é da etnia "peulh", onde ele teve um grande número de votos na eleição de 2019, inclusive com a sua diáspora. Os peulhs são migrantes por essência, é a razão pela qual o presidente reserva um lugar de destaque a migração na sua política.[24]

Neste diapasão, um dos principais objetivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Senegalês do Exterior é valorizar os efeitos positivos da migração senegalesa em proveito do desenvolvimento socio econômico local e nacional. Os migrantes senegaleses são tidos como parceiros financeiros do Estado, podendo trazer recursos econômicos necessários para a realização de projetos essenciais para a população, projetos ou programas que são obrigações normalmente do Estado (Escolas, postos de saúde, acesso a água etc.).

Os dados estatísticos da migração não são bem explorados para uma boa análise. Os dados coletados pelas missões diplomáticas não refletem a realidade do número de senegaleses que vivem no exterior, pois não são coletados os dados dos migrantes irregulares.

---

[23] Tous les accords bilatéraux passés entre la France et le Sénégal sont consultables sur http://basedoc.diplomatie.gouv.fr

[24] Disponível em :<https://dumas.ccsd.cnrs.fr/dumas-00958175/document>. Acesso em 19 de out. de 2019. Sénégal et migrations. Vers l'élaboration d'une politique migratoire sénégalaise?

A DIÁSPORA SENEGALESA NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XX

Na década de 2000 o Brasil se reinsere no cenário mundial da migração internacional, no qual não há mais rótulos que possam identificar um ou outro movimento. Em síntese, o Brasil vivenciou várias fases da migração internacional que avançaram de uma posição de imigração para outra de preponderância da emigração e, finalmente, a integração no sistema. O Brasil se insere no mercado mundial e alcança uma expressão econômica nunca vislumbrada anteriormente, galgando uma posição econômica de "país emergente" e alcançando a posição de sexta maior economia mundial no ano de 2011. Isso contribuiu para alterar o cenário da imigração no Brasil, iniciando um novo processo de um país receptor de migrantes[25].

A África é ao mesmo tempo distante e perto dos brasileiros. Apesar de uma cultura que tem marcas africanas como o prato nacional, a feijoada, e o samba dos afrodescendentes, poucos brasileiros têm contatos com os africanos e a África. A imigração recente não traz problemas como na Europa pois ela é quase invisível: são outros negros que vêm se misturar ao monte de negros brasileiros. De fato, o país é o segundo no mundo com o maior contingente de negros, ficando somente atrás da Nigéria.

A migração africana para estudar no Brasil não é um fenômeno recente. Conforme Mungoi (2006)[26], "este movimento teve início muitos anos antes do processo de descolonização que começou no final dos anos 50". Esta migração acadêmica está sob o amparo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação. (PEC-G) que foi criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948/2013.

Cumpriu um papel importante na formação das elites intelectuais africanas, bem como, na carreira de intelectuais que lutaram nos processos de descolonização.

---

[25] Filipe Rezende Silva, Cassio Francisco Lima, Duval Magalhães Fernandes. Um panorama geral dos imigrantes: Haitianos, Congoleses, Senegaleses E Ganeses – Da Origem Ao Destino. Disponível em :< http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em 19 de out. de 2019. A contribuição do pensamento destes autores foi de suma importância para entendermos a política migratória brasileira.

[26] Este autor traz a baila a migração acadêmica no Brasil e sua contribuição para a internacionalização do ensino superior brasileiro.

Apesar de assumir um novo caráter, a migração continua sendo um investimento fundamental na trajetória de muitas famílias africanas.

A migração internacional qualificada não envolve um fenômeno social recente, mas adquire novas roupagens em um contexto de internacionalização do capital (CHESNAIS, 1996), de mudanças nas tecnologias da informação, comunicação e transporte (PELLEGRINO, 2003) e de transformações na configuração geopolítica internacional em favor de avanços nas relações entre "países do Sul"[27]. Atualmente existem em torno de 12 senegaleses, professores/pesquisadores, nas universidades brasileiras, todos com titulação de doutor. Além do ensino outros atuam na indústria, com grande especialização nas suas áreas; todos ex-alunos PEC-G ou PEC-PG. A migração não acadêmica de senegaleses para o Brasil constitui fenômeno recente, tendo se intensificado a partir de 2013, na esteira do crescimento explosivo do ingresso irregular de haitianos no Brasil pela fronteira terrestre do Acre com o Peru e a Bolívia.

Ao chegar à fronteira com o Brasil, na localidade de Assis Brasil (AC), usam o subterfúgio da solicitação de refúgio para lograr ingressar e permanecer no território nacional. Na cidade de Rio Branco, no Acre, os migrantes senegaleses são acolhidos em abrigo, onde, juntamente com migrantes de nacionalidade haitiana e dominicana, recebem apoio humanitário de órgãos do Governo Federal e estadual. Segundo dados recentes fornecidos pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Acre, já teriam ingressado no Brasil, desde 2010, 2.392 senegaleses. A maioria dos solicitantes senegaleses pede refúgio por razões econômicas, segundo a Acnur**.** A maioria deles são muçulmanos e da confraria muride.[28]

Um dos maiores desafios para os imigrantes senegaleses é o aprendizado da

---

[27] Jóice Domeniconi. Migração Internacional Qualificada No Século XXI: A Circulação De Trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva Sul-Sul. Disponível em :< http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em: 19 de out. de 2019. Para uma boa compreensão da migração da mão de obra qualificada, sistema adotado por alguns países desenvolvidos, faz-se necessário trazer aqui o entendimento deste autor.

[28] Filipe Rezende Silva, Cassio Francisco Lima, Duval Magalhães Fernandes. Um Panorama Geral dos Imigrantes: Haitianos, Congoleses, Senegaleses e Ganeses – Da Origem Ao Destino. Disponível em:< http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>. Acesso em 20 de out. de 2019. A contribuição do pensamento destes autores foi de suma importância para entendermos a política migratória brasileira.

língua portuguesa, assim como ficar longe dos familiares, pois os custos da vinda de todos são muito altos, a saudade e a distância causam relativa indecisão quanto ao futuro. Tirando a falta que sentem da família, os senegaleses são só elogios ao Brasil. Precisa ir para o Sul do Brasil e constatar que a população desta região é essencialmente branca. É aí que os senegaleses se instalaram; eles são uma mão de obra muito procurada pois a maioria deles é muçulmana. Muitos frigoríficos das cidades do sul exportam carne para os países muçulmanos e praticam o abate halaal[29].

A primeira coisa que os estrangeiros fazem, após conseguir serviço, é mandar dinheiro aos seus familiares que ficaram no país. Na região sul povoada majoritariamente por brasileiros de origem italiana e alemã, constatou-se alguns casos de discriminação racial. Apesar de que os africanos que aqui chegam pensam que estão numa democracia racial enquanto isso não é verídico.

Contudo a cooperação técnica entre os dois países já abarcou diversas áreas. Podem ser citados o apoio do Brasil ao desenvolvimento do setor rizicultor senegalês, bem como o empréstimo de mais de 20 mil PDAs (computadores de mão), a fim de que o Senegal realizasse seu censo nacional, em 2013.

O advento da nova lei migratória teve um longo percurso e o envolvimento de vários atores, sobretudo a sociedade civil, que não mediu esforço para a concretização do seu ideal e sobretudo a inclusão do estrangeiro no tecido social brasileiro.

A regulamentação do processo de migração no Brasil – por meio da edição da Lei 13.445/2017, por si só, não leva à conclusão de que a segurança nacional está em xeque. Isto porque o novo instrumento normativo cuida da fiscalização marítima, aeroportuária e de fronteira, sendo exercidas pela Polícia Federal. Nesse sentido, artigo polêmico que garantia aos povos indígenas direito à livre circulação entre fronteiras em

[29] Halal é uma palavra árabe que significa legal, permitido. A técnica de abate Halal deve seguir os seguintes passos: 1- O animal deve ser abatido por um muçulmano que tenha atingido a puberdade. Ele deve pronunciar o nome de Alá ou recitar uma oração que contenha o nome de Alá durante o abate, com a face do animal voltada para Meca. 2- O animal não deve estar com sede no momento do abate. 3- A faca deve estar bem afiada e ela não deve ser afiada na frente do animal. O corte deve ser no pescoço em um movimento de meia-lua. 4- Deve-se cortar os três principais vasos (jugular, traquéia e esôfago) do pescoço. 5- A morte deve ser rápida para evitar sofrimentos para o animal. 6- O sangue deve ser totalmente retirado da carcaça.

terras tradicionalmente ocupadas por eles foi vetado, justamente para garantir maior segurança nacional.[30]

Por outro lado, a lei de migração preocupou-se em dar tratamento igualitário entre os povos que aqui vivem, numa convergência com os direitos humanos e fundamentais insculpidos pela Carta Republicana de 1.988. Nesse diapasão, a nova lei garante a participação em protestos e sindicatos, repele a xenofobia e o racismo, proíbe a criminalização do imigrante pelo simples fato de estar em situação irregular, estabelece o princípio do contraditório e ampla defesa, bem como a assistência judiciária.

Aos estrangeiros são garantidos os direitos fundamentais conforme disciplinado nos artigos 5º Caput combinado com o artigo 6º ambos da Constituição Federal. Esta garantia não é lhes dado em detrimento dos direitos dos nacionais. Além do mais os migrantes contribuem também para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Nesse caminhar, cumpre destacar que: "Reconhecer a abertura, a troca e o emaranhamento das identidades dos lugares em dinâmicas socioespaciais complexas que neles se cruzam, os envolvem e os ultrapassam não significa, no entanto, negar a especificidade ou a particularidade dos lugares"[31].

Cabe salientar que a nova lei do migrante trouxe um nova paradigma em relação ao estrangeiro, dando um maior olhar sobre dos direitos humanos do que sobre a segurança, ou melhor considerar o estrangeiro como uma ameaça à segurança nacional. Agora cabe tornar mais eficaz o diploma legal com a participação e a conscientização de toda a sociedade.

[30] Simone Batista, Luci Mendes de Melo Bonini. Para entender que alguns artigos controvertidos do projeto de lei foram vetados em nome da segurança nacional, guardando ainda alguns resquícios do estatuto do estrangeiro (Lei nº 6815/80).
[31] BOSSÉ, 1999. Para entender os aspectos sociológicos da convivência em sociedade.

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO E SEU IMPACTO PARA OS MIGRANTES BRASILEIROS

Dos sete bilhões de habitantes humanos no planeta, mais de sessenta e oito milhões e quinhentos mil são pessoas em trânsito, fugindo dos conflitos armados, das guerras e da fome. O adjetivo que une todas estas pessoas é refugiados". Vistos como ameaças por governos autoritários e, via de regra, conservadores, os refugiados são pessoas em situação de fragilidade política e com recursos econômicos limitados.

> "É preciso que haja o reconhecimento de que a integração tem maior chance de obter sucesso em um ambiente em que os recém-chegados possam manter sua cultura, religião, integridade étnica e sua identidade cultural, enquanto, ao mesmo tempo, sejam encorajados a participar e tenham acesso à cultura da sociedade que os recebe", destaca a professora e pesquisadora Joseane Schuck Pinto .[32]

Quando se trata de política externa, as ideias controversas do presidente Jair Bolsonaro e de seus conselheiros mais próximos, como os riscos do "globalismo", o ceticismo em relação a instituições multilaterais como as Nações Unidas e a convicção de que o aquecimento global não passa de um complô marxista, já deixavam apreensivos muitos diplomatas da região.

O que mais preocupa os diplomatas da América do Sul, no entanto, não são as ideias de Bolsonaro em si, mas o fato de que a política externa brasileira — e a diplomacia presidencial em particular — se tornou imprevisível. Há um consenso crescente, de Bogotá a Santiago, de que as decisões de Brasília são produto de disputas internas de poder em vez de cálculos estratégicos — uma situação preocupante para os latino-americanos, tendo em vista que a participação ativa do Brasil é crucial para o avanço de qualquer iniciativa na região.

Negociado desde 2017, o pacto de migração da ONU estabeleceu diretrizes para o acolhimento de imigrantes. Entre os pontos definidos estão a noção de que países

[32]Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/586878-migracao-a-ultima-busca-do-direito-humano-a-vida-entrevista-especial-com-joseane-schuck-pinto. Consultado em 18/10/2019.

devem dar uma resposta coordenada aos fluxos migratórios, de que a garantia de direitos humanos não deve estar atrelada a nacionalidades e de que restrições à imigração devem ser adotadas como um último recurso.

O documento foi chancelado por cerca de dois terços dos 193 países membros da ONU. Algumas nações poderosas - caso dos EUA, Itália, Austrália e Israel, entre outros - ficaram de fora por avaliar que o pacto violava a soberania dos Estados.

Para Camila Asano, coordenadora de Política Externa da ONG Conectas, o abandono do acordo pelo Brasil é "extremamente lamentável". "Mostra que o governo não está olhando para a totalidade das pessoas que precisam de proteção", ela afirmou, assinalando que há mais migrantes brasileiros vivendo no exterior do que estrangeiros no Brasil.

Segundo Asano (CONECTAS, 2019), ao deixar o acordo, o governo brasileiro não considera os "muitos brasileiros que vivem em outros países e sofrem pela negação de direitos básicos". Ela diz que o pacto exprime um "consenso muito mínimo, mas ainda assim muito valioso, sobre quais seriam boas práticas para o acolhimento dos fluxos". "O Brasil vai minando uma das suas principais credenciais internacionais: ser um país formado por migrantes e com uma política migratória vista como referência, o que vinha dando voz potente ao Brasil nas discussões internacionais sobre o tema", lamentou[33].

Apesar de o Brasil ter assumido o papel humanitário e ser signatário dos Tratados Internacionais que versam sobre direitos humanos e migrações, o governo de Jair Bolsonaro tomou a decisão de abandonar o Pacto Global para Migrações, sendo que o governo anterior havia se comprometido com a adesão do país ao acordo. O atual governo, segundo palavras do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmou que o país buscará um “marco regulatório compatível com a realidade nacional”, pois “tem de haver critérios para garantir a segurança tanto dos migrantes quanto dos cidadãos no país de destino”.

Além disso, refere que “o pacto é “um instrumento inadequado para lidar com o problema. “A imigração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo

[33] Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258>. Acesso em 18 de out. de 2019.

com a realidade e a soberania de cada país". No mesmo sentido, Jair Bolsonaro alega que a decisão de abandonar o Pacto foi motivada para a preservação de valores nacionais, e completa afirmando que "o Brasil é soberano para decidir se aceita ou não migrantes"[34].

No que diz respeito ao argumento disposto pelo ministro das Relações Exteriores, cumpre destacar que o país é considerado um precursor em matéria de refúgio e vem se consolidando em matéria migratória. O Brasil é signatário dos principais tratados internacionais de Direitos Humanos e parte na Convenção das Nações Unidas de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, do Protocolo de 1967, além de outras normativas internacionais e regionais.

Na década de 1990, período de redemocratização, tanto no âmbito doméstico quanto na política externa, o governo de Fernando Henrique Cardoso elaborou uma agenda em torno das questões pertinentes aos direitos humanos, razão pela qual solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados uma pauta para servir de incentivo à elaboração de legislação específica que trate da questão dos refugiados e solicitantes de refúgio no país.

Com o projeto de lei definido e submetido à tramitação junto ao Congresso Nacional, com posterior aprovação, surge a Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que define os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, determina outras providências e institui o Comitê Nacional para Refugiados, órgão vinculado ao Ministério da Justiça que cuida do processo de solicitações de refúgio. O processo de elaboração da Lei de Refúgio, sobretudo no que se refere ao conceito de refugiado, foi pensada para além daquele conceito internacional disposto no Estatuto de 1951, na medida em que se utilizou do conceito disposto na Declaração de Cartagena de 1984, que é uma normativa regional preocupada em fomentar a proteção daqueles que se deslocam forçadamente.

Além disso, outro marco regulatório importante é a Nova Lei de Migrações 13.445de 2017, que derroga o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 de 1980 – que priorizava as questões em torno da segurança nacional, onde não se mencionava proteção a direitos

[34] Disponível em:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258 >. Acesso em 18 de out. de 2019.

humanos. A Nova Lei Migratória foi sedimentada sob os pilares de princípios e diretrizes como a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a não criminalização da migração; a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional; a promoção de entrada regular e de regularização documental; a acolhida humanitária; o repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas. Vindo ao encontro a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante e das pessoas brasileiras no exterior, além do reconhecimento da migração como direito inalienável a todas as pessoas.

A Lei torna mais acessível os procedimentos de regularização migratória, independentemente da situação do estrangeiro. Além disso, atualiza e desburocratiza procedimentos de naturalização em geral. Outro ponto importante está na criação de dois mecanismos de proteção: o acolhimento humanitário mediante expedição de visto ou residência específica para situações não previstas anteriormente e a proteção às pessoas apátridas.

Desta feita, não merecem prosperar as alegações do chanceler Ernesto Araújo, uma vez que o Brasil possui um marco regulatório avançado em matéria de migrações e deve, portanto, aprimorá-las, por meio da implementação de políticas públicas efetivas e eficazes de acolhimento e integração. Nota-se que o Pacto Global para Migrações não é um novo marco regulatório, tampouco "um instrumento inadequado para lidar com o problema", como afirmou o ministro, mas, sim é um mecanismo de cooperação entre países, a fim de prevenir e enfrentar um deslocamento indocumentado, através da rede de contrabandistas de migrantes.

Por fim, em relação ao posicionamento de Jair Bolsonaro de que o Pacto se sobreporá à soberania do país, ressalta-se que o texto do Pacto Global é muito claro ao referir que irá respeitar dez importantes princípios – entre eles o da "soberania nacional" de cada Estado-membro, deixando a cada um deles a decisão de como colocá-las em prática.

As suas diretrizes, de forma alguma, possuem caráter vinculante, ou seja, não

se trata de um Tratado Internacional em que o Brasil fará a sua ratificação e, por conseguinte, criará obrigações jurídicas a serem obedecidas; pelo contrário, trata-se apenas de recomendação para colaboração de forma voluntária.

A adoção de bases políticas e jurídicas pelo Brasil voltadas à prevenção e ao enfrentamento do contrabando transnacional de migrantes, bem como a sua cooperação com outros países, no intuito de enfraquecer a atuação da rede criminosa dos coiotes, possibilitará um possível fortalecimento de mecanismos de prevenção e proteção daqueles que migram de forma indocumentada, e que são os principais atores sociais no cenário desolador do maior problema migratório contemporâneo.

Aos demais, a motivação global para a migração excede em muito as possibilidades limitadas de migrantes em atravessarem as fronteiras rumo ao Brasil, pois é considerado um país que recebe baixo fluxo migratório. Ela atingirá, sobretudo, a nós brasileiros em situação de emigração, visto a Lei de Migração alcançar e assegurar proteção a nós brasileiros, no momento em que adentrarmos em territórios estrangeiros, tendo em vista que para cada migrante internacional no Brasil, há dois brasileiros no exterior.

Atualmente, segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores, de 2016, mais de três milhões de brasileiros vivem em outros países e essas pessoas correm o risco de não ter os seus direitos respeitados com a saída do Brasil do Pacto, podendo sofrer inclusive discriminação e xenofobia. Do mesmo modo, brasileiro com destino ao exterior, seja como turista, a trabalho ou a estudo, também seria beneficiado com o Pacto que objetiva proteger qualquer pessoa em situação de migração, resguardando-a de atos discriminatórios. Não há nada que justifique a saída do Brasil do Pacto Global para Migração.

Apesar de o número de estrangeiros ter voltado a crescer nos últimos anos, o Brasil, com 0,4% da população formada por estrangeiros, não está apenas longe do patamar de países ricos quanto à imigração, mas também está abaixo do que se vê nos países vizinhos. "A migração incrementa a diversidade cultural de um país e já há vários estudos que mostram como o fluxo migratório também contribui para a diversificação e dinamização de economias locais", diz Camila Asano, da organização Conectas, que atua

junto à ONU em questões relativas a direitos humanos. A ONU estima que 258 milhões de pessoas morem fora de seu país de origem - o que representa 3,4% da população mundial.

Quase um quinto dos imigrantes do mundo mora nos Estados Unidos. Com quase 50 milhões de imigrantes, legais ou não, os EUA têm 15% da população formada por estrangeiros. Em seguida, estão Arábia Saudita e Alemanha, com 12,2 milhões de estrangeiros cada - o que representa 37% da população em território saudita e 15% no país de Angela Merkel. A concentração de estrangeiros aqui está abaixo também da vista em outros países com mais de cem milhões de habitantes, como Rússia (8,1%), Japão (1,8%) e Paquistão (1,7%). Na região, a Argentina (4,9%) tem, proporcionalmente, dez vezes o volume de estrangeiros visto no Brasil. No Chile (2,7%) e no Paraguai (2,4%), a concentração também é maior.[35]

A pesquisadora da USP Elissa Fortunato lembra também que, no saldo migratório, o Brasil exporta mais gente do que recebe. De acordo com o Itamaraty, mais de 3 milhões de brasileiros vivem fora do país - quatro vezes o número de estrangeiros aqui. Nesse sentido, um país mais 'equilibrado' é a Rússia - as quantidades de gente entrando e saindo do país são equivalentes. Quase a metade dos emigrantes brasileiros estão nos Estados Unidos. Também é grande a presença de brasileiros no Paraguai (332 mil), no Japão (170 mil) e em Portugal (entre 85 mil e 120 mil). Também há os brasileiros em situação de refúgio. A ONU estima que mais de 7 mil brasileiros se dizem perseguidos e pediram asilo em diferentes países do globo. Destes, apenas 355 têm a situação de refúgio reconhecida[36].

O alerta da professora é, antes, um contraponto à perspectiva migratória que vem sendo adotada pelo atual governo, que a descrição da política externa do Itamaraty. Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Bolsonaro foi a retirada do Brasil do Pacto Global das Migrações, sob a justificativa de que o país deveria buscar um marco

[35]Disponível em: <(https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#menos-imigrantes-do-que-argentina-e-paraguai) Acesso em 18 de out. de 2019.
[36] Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/imigrantes-brasil-venezuelanos-refugiados-media-mundial.htm#3-milhoes-de-brasileiros-sao-emigrantes>. Acesso em 18 de out. de 2019.

regulatório adequado à nossa realidade. A pesquisadora, entretanto, contrapõe as alegações do chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, "uma vez que o Brasil possui um marco regulatório avançado em matéria de migrações e deve, portanto, aprimorá-las, por meio da implementação de políticas públicas efetivas e eficazes de acolhimento e integração".

A retórica protecionista sobre a política migratória é contrária à realidade nacional. Basicamente porque a proporção de brasileiros no exterior para cada migrante no território nacional é de dois para um. "Atualmente, segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores, de 2016, mais de três milhões de brasileiros vivem em outros países e essas pessoas correm o risco de não ter os seus direitos respeitados com a saída do Brasil do Pacto, podendo sofrer inclusive discriminação e xenofobia", alerta a entrevistada. "Migrar é um direito humano, como bem reconhecem os instrumentos internacionais de proteção humana, entretanto perpetuam as contradições impostas entre a lei e a vida humana", complementa[37].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vínculos entre o Brasil e o Senegal são antigos e foram fundamentais nas suas relações com o continente africano. A presença de representação brasileira no Senegal remonta ao século XIX. Em 1854 já havia um Consulado do Brasil no território senegalês. Ali foi instalada a primeira Embaixada brasileira na África, em abril de 1961, logo após a independência do Senegal.

Face ao estrangeiro que recusamos e com o qual nos identificamos sem o saber, perdem-se os limites entre o real e o imaginário de forma que o conflito se estabeleça entre a necessidade de identificação com o outro (para que não permaneça desconhecido e ameaçador) e o medo de consegui-la (e perder-se na alteridade).

Por fim, direcionar o olhar para perspectivas em nível regional poderá contribuir com a abertura de novos horizontes em prol da revisitação de uma verdadeira

[37] Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/586878-migracao-a-ultima-busca-do-direito-humano-a-vida-entrevista-especial-com-joseane-schuck-pinto. Acesso em:18 de out. de 2018.

cooperação que de fato se debruce sobre o complexo fenômeno que é a migração contemporânea. Migrar é um direito humano, como bem reconhecem os instrumentos internacionais de proteção humana, entretanto perpetuam as contradições impostas entre a lei e a vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIDARA, Anaïs. **Sénégal et migrations**. Vers l'élaboration d'une politique migratoire sénégalaise ?. Science politique. 2013. ffdumas-00958175f

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. SP/RJ: Forense Universitária, 7. ed. Revista, 1995.

BATISTA, Simone, BONINI, Luci Mendes de Melo**. Lei de migração no Brasil à luz da crise humanitária no mundo**. Disponível em:< http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19851&revista_caderno=29>. Acesso em 14 de jan. de 2021.

BEDJAQUI, Mohammed. **The Right to Development, in M**. Bedjaoui ed., International Law: Achievements and Prospects, 1991, p. 1182.

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, p. 25-47, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. ROSENVALHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Logato (Orgs). **Geografia Cultural:** Uma Antologia – Volume II. 1.999.

CAMDESSUS, Michel. **Crítica ao desmonte do Estado**. Folha de São Paulo, 14.02.2000.

CONECTAS. **Governo Bolsonaro Deixa Pacto Global Para Migração** - Decisão pode ter impacto nos cerca de 3 milhões de brasileiros que vivem no exterior. Disponível em:< https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixa-pacto-global-para-migracao>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

CUNHA, Ana Paula da. **O Direito Internacional dos Refugiados em Xeque:** Refugiados Ambientais e Econômicos. Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.8, n.8, jul/dez.2008.

CROUZEL Ivan ; GARBON Dominique. **Administrations publiques et politiques publiques des Afriques**. In Le politique en Afrique, Paris, Karthala, 2009.

DA COSTA, Marli Marlene Moraes e REUSCH, Patrícia Thomas. **Migrações internacionais** (Soberania, Direitos Humanos e Cidadania), *in* Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica Rio de Janeiro: vol. 8, no .2, maio-agosto, 2016, p. 275-292.

DA CUNHA, Ana Paula. **O direito internacional dos refugiados em xeque:** refugiados ambientais e econômicos, Revista Brasileira de Direito Internacional, Curitiba, v.8, n.8, jul/dez.2008.

DOMENICONI, Jóice. **Migração internacional qualificada no século XXI**: a circulação de trabalhadores do conhecimento desde uma perspectiva sul-sul. Disponível em :<http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf >. Acesso em 25 de abr. de 2021.

FELLET, João. **Em comunicado a diplomatas, governo Bolsonaro confirma saída de pacto de migração da ONU**, https://www.bbc.com/, 2019.

FLORES, Joaquin Herrera. **A (Re) invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

HABERMAS, Jurgen. **Nos Limites do Estado**. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, p.5, 1999.

MULHER, Pierre**. Les politiques publiques**, Paris, PUF, 2011.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale João. **O Mito Atlântico:** relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas. (Dissertação de Mestrado) UFRGS: PortoAlegre, 2006.

PIOVESAN, Flávia**.**, **Caderno de Direito Constitucional** – 2006. Disponível em:< https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44254385/1030802_PIVESAN__Flavia._Direitos_humanos__desafios_da_ordem_internacional_contemporanea.pdf?response-content disposition=inline%3B%20filename%3DDIREITOS_HUMANOS_DESAFIOS_DA_RDEM_INTER.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190808%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190808T185914Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=cbb0da26037b4ae418d2a0ce186d68d297cdb96b2b9fac4532324c450e4e19be. Acesso em 20 de abr. de 2021.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 5, p. 150.

SILVA, Filipe Rezende, LIMA, Cassio Francisco, DUVAL Magalhães Fernandes. **Um panorama geral dos imigrantes:** haitianos, congoleses,senegaleses e ganeses – da origem ao destino. Disponível em :< http://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf >. Acesso em 19 de jan. de 2021.

TIPHAINE G. **L'Union Africaine et ses politiques migratoires**, Disponível em : <http://mitrajectoires.org/wp-content/uploads/2016/03/L%E2%80%99Union-Africaine-et-ses-politiques-migratoires.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

UNHCR. **La Convention de 1951 relative au statut des réfugiés:** questions et réponses. p. 6.)

UNION AFRICAINE. **Position africaine commune sur la migration et le développement.** Disponível em:<http://www.processusderabat.net/web/uploads/document_category/African_policies_on_migration/FR_Position%20africaine%20commune%20sur%20le%20migration%20et%20le%20 developpement.pdf>. Acesso em 23 de abr. de 2021.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

GEODIVERSIDADE E GEOTURISMO: UM OLHAR SOBRE AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DO DISTRITO DE MOATIZE EM MOÇAMBIQUE

GEODIVERSITY AND GEOTURISM: A LOOK AT THE TOURIST POTENTIAL OF THE MOATIZE DISTRIT IN MOZAMBIQUE

GEODIVERSIDAD Y GEOTURISMO: UNA MIRADA AL POTENCIAL TURÍSTICO DEL DISTRITO DE MOATIZE EN MOZAMBIQUE

Ringo Benjamim Victor

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. Docente da Faculdade de Geociências e Ambiente na Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique. Licenciado em Ensino de Geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique.

Email: mgauptete@gmail.com/ribeviva@gmail.com

Jenato Alberto Quehá

Licenciado em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique.

Email: genatoqueha@gmail.com

Mateus José Andir

Licenciando em Ensino de Geografia na Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique.
Email: mateusjoseandir@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa objectivou evidenciar a importância da Geodiversidade para o desenvolvimento do Geoturismo, bem como inventariar e avaliar os atractivos turísticos naturais do Distrito de Moatize, de modo a perceber suas potencialidades. Os procedimentos metodológicos aplicados para a realização deste estudo, assentam na pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas semi-estruturadas e informais; e trabalho de gabinete. De igual modo, com um receptor GPS foram colectados pontos (atractivos turísticos) e, posteriormente inseridos em ambiente de SIG- Sistema de Informação Geográfica (*software* ArCGIS 10, versão *ARCMap* 10.3) permitindo a espacialização dos atractivos em um mapa. Na mesma perspectiva, aplicou-se a Metodologia de Hierarquização de Atractivos Turísticos exposta pela OMT e adaptada pelo CICATUR. Para a caracterização dos potenciais atrativos, efetuou-se uma seleção através da pesquisa de campo, o que possibilitou uma breve inventariação turística do local, utilizando os formulários de inventariação da proposta metodológica do

Ministério do Turismo (Brasil, 2006). Da pesquisa efetuada, os resultados evidenciam a existência de vários atractivos naturais com elevada potencialidade para a prática da actividade geoturísitica. Contudo, apesar da inestimável potencialidade, percebe-se que os atractivos são praticamente desconhecidos pelo público, embora apresentem elevada sigularidade. Os atractivos turísticos inventariados na região estudada estão extritamente ligados aos elementos da geodiversidade, nomeadamente: Nascentes hidrotermais de Nhaondue e Mawhira 1 e 2, respectivamente; Cavernas de Nhaondue e Phiriganga, Paisagem do Mirante da comunidade de Nhaondue, cascatas do rio Moatize, Monte Zobue, Rocha Cogumelo e Pinturas Rupestres de Nakalata. Com uma boa estruturação destes atractivos, Moatize poderá registar ganhos significativos no sector turístico resultante da demanda pelos seus serviços e/ou produtos turísticos, podendo contribuir assim, na melhoria das condições de vida das comunidades locais e quiçá no desenvolvimento da província e do país de modo geral.

Palavras-chave: Diversidade geológica. Geoconservação. Turismo geológico. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This research aimed to highlight the importance of Geodiversity for the development of Geotourism, as well as to inventory and evaluate the natural tourist attractions of the Moatize District, in order to realize its potential. The methodological procedures applied to carry out this study are based on bibliographic research, fieldwork, semi-structured and informal interviews; and office work. Likewise, points (tourist attractions) were collected with a GPS receiver and subsequently inserted in an environment of GIS - Geographic Information System (software ArCGIS 10, version ARCMap 10.3) allowing the spatialization of attractions on a map. In the same perspective, the Hierarchical Methodology for Tourist Attractions, exposed by the OMT and adapted by CICATUR, was applied. For the characterization of the potential attractions, a selection was made through field research, which allowed a brief tourist inventory of the place, using the inventory forms of the methodological proposal of the Ministry of Tourism (Brazil, 2006). From the research carried out, the results show the existence of several natural attractions with high potential for the practice of geotourism. However, despite the inestimable potential, it is clear that the attractions are practically unknown to the public, although they are highly confidential. The tourist attractions inventoried in the studied region are strictly linked to the elements of geodiversity, namely: Hydrothermal vents of Nhaondue and Mawhira 1 and 2, respectively; Caves of Nhaondue and Phiriganga, Landscape of the Lookout of the community of Nhaondue, waterfalls of the Moatize River, Monte Zobue, Mushroom Rock and Rock Paintings of Nakalata. With a good structure of these attractions, Moatize will be able to register significant gains in the tourism sector resulting from the demand for its services and/ or tourism products, thus being able to contribute, in the improvement of the living conditions of the local communities and perhaps in the development of the province and the country of general way.

Keywords: Geological diversity. Geoconservation. Geological tourism. Local development.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo resaltar la importancia de la geodiversidad para el desarrollo del geoturismo, así como para inventariar y evaluar las atracciones turísticas naturales del distrito de Moatize, a fin de realizar su potencial. Los procedimientos metodológicos aplicados para llevar a cabo este estudio se basan en investigación bibliográfica, trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas e informales; y trabajo de oficina. Asimismo, los puntos (atracciones turísticas) se recolectaron con un receptor GPS y posteriormente se insertaron en un entorno de SIG - Sistema de Información Geográfica (software ArCGIS 10, versión ARCMap 10.3) que permite la espacialización de las atracciones en un mapa. En la misma perspectiva, se aplicó la Metodología Jerárquica para Atracciones Turísticas, expuesta por la OMT y adaptada por CICATUR. Para la caracterización de las atracciones potenciales, se realizó una selección a través de una investigación de campo, que permitió un breve inventario turístico del lugar, utilizando los formularios de inventario de la propuesta metodológica del Ministerio de Turismo (Brasil, 2006). A partir de la investigación realizada, los resultados muestran la existencia de varias atracciones naturales con alto potencial para la práctica del geoturismo. Sin embargo, a pesar del potencial inestimable, está claro que las atracciones son prácticamente desconocidas para el público, aunque son altamente confidenciales. Las atracciones turísticas inventariadas en la región estudiada están estrictamente vinculadas a los elementos de la geodiversidad, a saber: respiraderos hidrotermales de Nhaondue y Mawhira 1 y 2, respectivamente; Cuevas de Nhaondue y Phiriganga, Paisaje del Mirador de la comunidad de Nhaondue, cascadas del río Moatize, Monte Zobue, Roca de hongos y pinturas rupestres de Nakalata. Con una buena estructura de estas atracciones, Moatize podrá registrar ganancias significativas en el sector turístico como resultado de la demanda de sus servicios y / o productos turísticos, pudiendo así contribuir, en la mejora de las condiciones de vida de las comunidades locales y quizás en el desarrollo de la provincia y el país de forma general.

Palabras-clave: Diversidad geológica. Geoconservación. Turismo geológico. Desarrollo local.

INTRODUÇÃO

Para que os operadores turísticos possam criar, adaptar, orientar e planear as suas ofertas, é necessário conhecer o que o turista procura e onde, para, desta forma, transmitir informações que sejam efectivamente necessárias e bem orientadas. Percebendo-se quais as necessidades dos turistas e quais os meios e vias de comunicação mais adequados para os contactar, os destinos turísticos terão uma vantagem competitiva face à concorrência. Para isso, a existência de uma base de dados que faça alusão sobre os recursos turísticos[1] ou seja,

[1] Um recurso turístico é aquele componente do meio ambiente (físico ou social) que atrai o turista e/ou fornece a infra-estrutura necessária para a experiência do turista (Hall, 2007:34). Recursos turísticos podem ser categorizados como escassos (por exemplo, capital, trabalho, terra) ou gratuitos (por exemplo, clima, cultura). No entanto, os recursos são um conceito inteiramente subjectivo, relativo e funcional. O que na verdade constitui

os principais atractivos de uma localidade é de extrema importância para o sucesso dessa actividade.

Na área estudada, a geodiversidade representa-se no recurso turístico expressivo. A geodiversidade é um recursco turístico de capital relevância ao desenvolvimento da actividade geoturística, afigurando-se como *conditio sene qua non* para o geoturismo, além de se representar num elemento imprescindível ao desenvolvimento social, económico e tecnológico das sociedades.

Pelo acima exposto, o artigo intitulado: **"***Geodiversidade e Geoturismo: Um olhar sobre as potencialidades turísticas do Distrito de Moatize em Moçambique"*, visa discutir os conceitos de geodiversidade, sua importância e relação com o geoturismo, bem como, realizar a inventariação e avaliação dos atractivos turísticas da área estudada, extimando assim suas potencialidades.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a inventariação turística foi feita a identificação e caracterização dos atractivos em campo, utilizando-se de formulários de inventariação e observação directa conforme a proposta metodológica do Ministério do Turismo (Brasil, 2006). Vale destacar que os critérios utilizados para o efeito foram: grau de uso atual, singularidade, apoio local e comunitário, estado de conservação da paisagem circundante, existência de infraestruturas turísticas e facilidade de acesso, informações essas indispensáveis ao estabelecimento e desenvolvimento da actividade turística.

De seguida, as informações coletadas em campo foram utilizadas para subsidiar o processo de análise e hierarquização dos atractivos. Para o efeito, baseamo-nos na sugestão de Metodologia de Hierarquização dos Atrativos Turísticos proposta pelo Ministério do Turismo e adaptada a partir da proposta da Organização Mundial do Turismo - OMT e pelo

um recurso turístico depende das motivações, desejos e interesses do consumidor, e do contexto cultural, social, económico e tecnológico em que essas motivações ocorrem. Um recurso turístico, portanto, se torna um recurso somente se for visto como tendo valor utilitário, e diferentes culturas e nacionalidades podem ter diferentes percepções do valor turístico do mesmo objecto. O que pode ser um recurso em uma cultura pode ser "matéria neutra" em outra. Ou, em outras palavras, o que pode ser uma atracção turística em uma cultura ou em uma localidade pode não ser reconhecida como atracão em outra.
Recursos podem abranger uma vasta gama de ambientes associados a diferentes características físicas, topográficas e climáticas.

Centro Interamericano de Capacitação Turística - CICATUR . Segundo o próprio Ministério do Turismo (Brasil, 2004), "o intuito da aplicação dessa metodologia é auxiliar na avaliação do grau de importância dos atrativos identificados para inclusão no roteiro turístico". Assim, o primeiro passo consistiu em avaliar o Potencial de Atratividade dos atractivos turísticos investigados, com base nas características apresentadas no Quadro 1, englobando as características de peculiaridade e o interesse que este pode despertar nos turistas, para então de seguida estabelecer uma ordem quantitativa que informou o nível de desenvolvimento turístico desse potencial, atribuindo-lhe um valor quantitativo às suas características. Posteriormente, avaliaram-se os critérios para definição do processo de hierarquização, os quais são apresentados no Quadro 2.

Quadro 1- Critérios quantitativos para priorização de atractivos no desenvolvimento da actividade turística

Hierarquia	Caracterísiticas
3 (Alto)	É todo o atrativo turístico excepcional e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.
2 (Médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiro, em conjunto com outros atrativos próximo a este.
1 (Baixo)	Atrativos com nenhum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de lugares do próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos regionais e locais (atuais e potenciais).
0 (Nenhum)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que formam parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular demanda de recreação popular.

Fonte: Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2005).

Quadro 2-Critérios para hierarquização dos atrativos turísticos

	Critérios	Valores			
		0	1	2	3
Hierarquia	Potencialidade da atractividade	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
	Grau de uso	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade de fluxo	Grande fluxo
	Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
	Apoio Local e Comunitário	Nenhum	Apoiado por uma pequena parte da comunidade	Apoio razoável	Apoiado por grande parte da comunidade
	Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
	Infraestrutura	Inexistente	Existe, porém em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/ melhorias	Existente e em ótimas condições
	Acesso	Inexistente	Em estado Precário	Necessitando de intervenções/ melhorias	Em ótimas condições

Fonte: Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2005).

Para o estabelecimento do processo de hierarquização dos atractivos turísticos, os critérios supracitados são definidos da seguinte forma:

- Grau de uso atual: visando analisar o atual volume de fluxo turístico efetivo e a importância que adquire frente ao distrito.
- Representatividade: diz respeito à singularidade ou raridade do atrativo, quanto mais semelhante a outros atrativos, menos interessante ou prioritário.
- Apoio local e comunitário: com o intuito de analisar o grau de interesse da comunidade local para o desenvolvimento e disponibilidade ao público.
- Estado de conservação da paisagem circundante: verificar, através do estudo de campo o estado de conservação da paisagem que circunda o atrativo.
- Infra-estrutura: através do estudo *in locu*, verificar se existe infra-estrutura disponível no atrativo e o seu estado.

- Acesso: verificar as vias de acesso existentes e as condições de uso destas (BRASIL, 2005).

Após o conhecimento desses critérios foi preenchida uma ficha (Quadro 3), na qual se realizou uma análise quantitativa, buscando estabelecer a hierarquização dos atrativos. É importante ressaltar que os itens Potencial de Atractividade do elemento e Representatividade (singularidade), recebem a pontuação em dobro porque, pela metodologia, estes critérios são mais representativos que os demais. Por último, somaram-se os pontos obtidos e a partir daí definiu-se o *ranking* de atractivos. É importante destacar que, quanto mais pontos um atractivo apresentar, maior sua importância e necessidade de ser incluído nos roteiros turísticos.

Quadro 3- Modelo para preenchimento no processo de estabelecimento de hierarquização de atractivos

	Potencial do atractivo do elemento		
	Atractivos	Características	Hierarquia
Naturais			

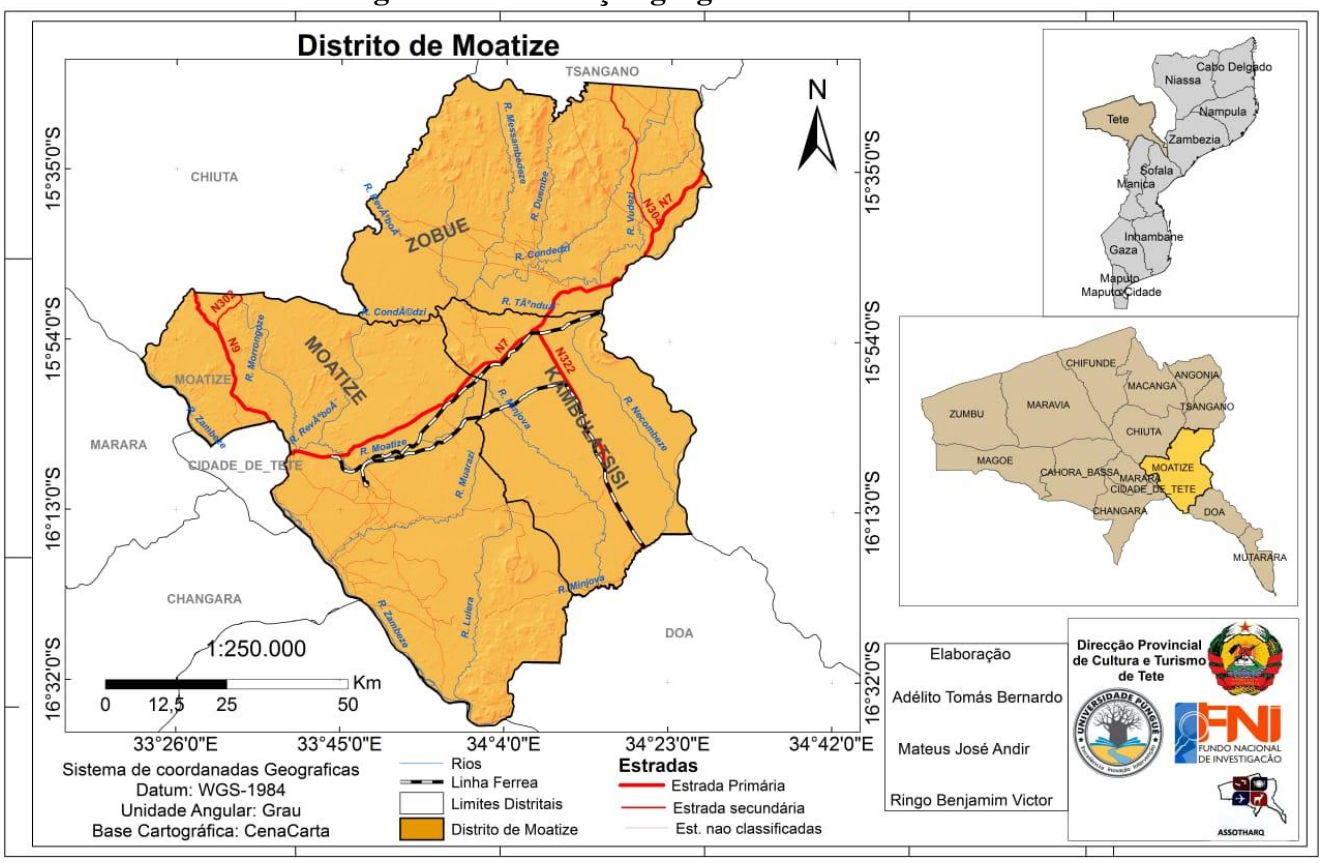
Fonte: Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2005).

Com base no levantamento das informações em campo, conjungado com o trabalho de gabinete e revisão bibliográfica foi possível identificar, analisar, avaliar e hierarquizar na área de estudo diversos atractivos turísticos de ordem natural, os quais serão tratados doravante no desenvolvimento das secções deste artigo. Por último, foi possível ainda espacializar a informação apreendida em campo num mapa, através de um dispositivo receptor GPS Garmin modelo *GPS map 62sc* (2011), o qual permitiu a colecta de pontos (atractivos turísticos) e sua inserção em ambiente de SIG - Sistemas de Informação Geográficas (ARCGIS 10, versão *ARCMap* 10.3).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

Com uma superfície de 8399 km², o Distrito de Moatize dista a 20 km da Cidade de Tete, a Capital Provincial. Moatize localiza-se geograficamente na Província de Tete, limitando-se à Norte pelos distritos de Tsangano e Chiúta, a Sul pela Província de Manica e o distrito de Doa; e Oeste pelos distritos de Marara, Cidade de Tete e Changara; e a Este pela República de Malawi. Astronomicamente, situa-se entre os paralelos 15°30´ e 16°30´ de latitude Sul e nos meridianos 33°20´ e 34° 30´ de longitude Este (figura 1).

Figura 1- Localização geográfica da área de estudo



Elaboração: Os autores

GEODIVERSIDADE E GEOTURISMO

Diversos têm sido as definições de geodiversidade. Etimologicamente, o termo Geodiversidade provém de dois vocábulos: do grego *gê* que significa Terra e latim *diversitate*, significando diversidade. Assim, conceitualmente, Kubaliková (2013) conceitua

geodiversidade como a diversidade das feicções da Terra ao nível geológica, geomorfológica, pedológica; e sistemas e processos. A esse respeito, Brilha (2005) sustenta que "A geodiversidade é a variedade, ou diversidade natural de rochas, minerais, fósseis, acidentes geográficos, sedimentos e solos, juntamente com os processos naturais que os formam".

Enquanto que para alguns a geodiversidade se limita ao conjunto de rochas, minerais e fósseis, para outros o conceito é mais alargado integrando mesmo as comunidades de seres vivos. De acordo com a Royal Society for Natural Conservation do Reino Unido, a geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenómenos e processos activos que dão origem a paisagem, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra (Ibid., 2005). Por sua vez, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2006) definiu geodiversidade como:

> "o estudo da natureza abiótica constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos e outros depósitos superficiais, que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico" (CPRM, 2006, s.p.).

A geodiversidade se constitui num recurso fundamental ao desenvolvimento das actividades económicas, especialmente geoturísticas. Através de seus elementos abióticos (substrato geológico, paisagens espectaculares, rochas, minerais, geoformas, fósseis, entre outras) permitem que os visitantes usufruam de uma infinidade de serviços ecossistêmicos (social), em virtude dos valores que a mesma possui, que na perspectiva de Brilha (2005), assentam nos seguintes: intrínseco, cultural, estético, económico, funcional, científico ou educativo. De acordo como a mesma fonte, o valor intrínseco da geodiversidade diz respeito a importância que a mesma possui independentemente da sua utilidade ou seja, da maior ou menor valia para o Homem. Por sua vez, o valor cultural é conferido ao Homem quando se reconhece uma forte interdependência entre o seu desenvolvimento social, cultural e/ou religioso, e o meio físico que o rodeia.

Já o valor estético apersar de subjectivo e intangível, este expressa a beleza cênica que a paisagem geológica e geomorfológica encerra. Ao passo que, o valor económico, é inerente ao carácter utilitário que a geodiversidade possui, ou seja, refere-se ao valor de uso quer directo ou indirecto, o qual assegura o crescimento e desenvolvimento económico das

sociedades. Regra geral, este advém da exploração dos recursos mineirais e energéticos; bem como fósseis pelas actividades humanas.

O valor científico ou educativo se materializa através de estudos e informações fornecidas pelos estudos de solos, rochas, fósseis e minerais, os quais transmitem dados úteis à reconstituição tão fiel quanto possível da História da Terra (Geohistória), permitindo deste modo, a compreensão dos fenómenos ou processos que tem expressão à escala do interior e exterior da Terra, não só como também os processos peritéritos.

Por meio das Ciências da Terra, um leque de conhecimento são transmitidos à novas gerações permitindo, deste modo, a formação científica contínua de técnicos ou profissionais especializados na área de geociências, os quais galvanizam, portanto, a conservação do património geológico (geoconservação) e, por conseguinte, o eficiente desenvolvimento do geoturimo.

Contudo, não há dúvidas em afirmar que a geodiversidade sempre teve e terá um papel fundamental nas atividades dos seres vivos. Esta visão é sustentada por Jorge & Guerra (2016), quando afirmam que "as complexas relações entre geologia, processos naturais, formas de relevo, solos e clima sempre foram condição sine qua non para a distribuição dos hábitats e das espécies".

A geodiversidade sempre exerceu e exercerá papel essencial para o crescimento e desenvolvimento económico das sociedade. Prova disso, talvez sejam as variadas fases de florescimento das civilizações humanas, as quais, historicamente, obedeceram nomenclaturas de minérios e metais oriundos da sua exploração, conhecidas como: Idade de Pedra, de Cobre, de Bronze e de Ferro. Ainda na esteira dessa abordagem, constata-se que um dos grandes marcos já alcançados pela Humanidade foi a Revolução Industrial. Para isso, os elementos da geodiversidade foram determinantes para essa grande conquista, quer através do fornecimento de minérios; quer por meio de combustíveis fósseis, utilizados para fabricação e locomoção de maquinárias com intuito de elevar a produção e produtividade nas esferas agrícola, urbana, sociodemográfica e, de transporte e comunicação, só para citar alguns exemplos.

Atualmente, praticamente a maior parte dos materiais e produtos utilizados que garantem a comodidade e bem-estar das sociedades, provém da geodiversidade[2]. Assim,

[2] Os elementos da geodiversidade representam bens de grande importância ao conforto e bem-estar da humanidade, pois, o estilo de vida que herdamos, praticamos e que certamente passaremos para as futuras gerações é inegavelmente dependente do uso e de aplicações de recursos minerais. São muitos os exemplos de

percebe-se a inestimável importância que a geodiversidade apresenta para o desenvolvimento socio-económico, e especialmente, no lazer e recreação no âmbito do geoturismo.

A definição de geoturismo suscita controversias. Etimologicamente, o termo provém de dois étimos "*geo*" e "*turismo*". O primeiro refere-se ao Planeta Terra, enquanto o segundo traduz-se no gosto pela realização de viagens. Entretanto, vale destacar que nem todas as viagens devem ser consideradas de turismo. Da junção destas palavras resulta em um termo que envolve viagens com o objectivo de compreender a Terra.

Para Hose (2000), geoturismo é "a provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitem aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da Terra), além de mera apreciação estética". Talvez um conceito que seja mais abrangente é o apresentado por Buckley (2003), ao assumir a definição do geoturismo da mesma forma que a National Geographic Society (NGS)[3] entretanto, relacionando-o com o ecoturismo.

Porém, percebe-se que esse segmento está mais directamente relacionado com os aspectos geológicos dos destinos turísticos, como abordado por Dowling & Newsome (2006). Para esses dois autores a parte "geo" da palavra geoturismo pertence a geologia e geomorfologia e aos demais recursos naturais da paisagem, tais como relevo, rochas, minerais, fósseis e solo com uma ênfase no conhecimento dos processos que deram (dão) origem a tais feições. Os mesmos autores ainda consideram que o geoturismo pode ser tratado como parte do ecoturismo, portanto sendo considerado como um subsegmento.

O Geoturismo é, assim um segmento emergente, em que o objectivo do turismo se centra na Geodiversidade. Como se pode constatar, alguns o consideram uma vertente do

situações cotidianas que se viabilizam à base da extracção de recursos minerais. Basta olharmos atentamente ao redor de nosso ambiente de trabalho, em nossa casa, na escola e mesmo no lazer para que identifiquemos equipamentos, aparelhos, móveis, utensílios- uma série de objectos cuja fabricação envolve uma variedade de produtos derivados de bens minerais de todas as classes (metais, não-metalicos, combustíveis fósseis, metais preciosos, gemas, etc.

As actividades industriais modernas em diferentes áreas de metalurgia, química, fertilizante, cimento, construção civil, electrica, etc. usam e transformam bens minerais, gerando produtos manufacturados, inimagináveis pelos nossos antepassados, que permitem a execução de nossas actividades com eficiência e certo conforto. Se analisarmos os usos que a humanidade faz dos diversos bens minerais, percebemos a dependência que temos deles e, se somarmos as quantidades utilizadas, poderemos chegar a números no mínimo curiosos em termos do consumo per capita desses bens, em particular nos países altamente industrializado (TOLEDO, et al., 2000).

[3] O turismo que matém ou reforça as principais caracteristícas geográficas de um lugar- seu ambiente, cultura, estética, património e bem-estar dos seus residentes (2001).

ecoturismo, outros, um segmento próprio e desvinculado. Segundo Nascimento et al. (2007), esta divergência está relacionada aos conceitos estabelecidos e utilizados nacionalmente para "ecoturismo" e "patrimônio natural".

Outras diferenças e vantagens do geoturismo em relação ao ecoturismo, apontadas por Brilha (2005), é que ele não está condicionado às estações do ano para acontecer, não depende dos hábitos de fauna ou flora e pode incentivar a economia local, através do artesanato com motivos ligados à geodiversidade; em muitos casos, o geoturismo pode ser desenvolvido em lugares onde outras segmentações do turismo já são desenvolvidas, complementando a oferta turística. Para Nascimento et al. (2008), o geoturismo vem preencher uma lacuna do ecoturismo, ao se pautar na visitação de áreas naturais, onde os principais atrativos associam-se ao patrimônio geológico, buscando a protecção desse patrimônio por meio da sensibilização do público leigo. Esta sensibilização é alcançada através da interpretação ambiental, agregando valor ao conhecimento do público e, ao mesmo tempo, despertando seu interesse, possibilitando o surgimento de atitudes de respeito e protecção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Atractivos Turísticos Naturais**

O Distrito de Moatize dispõe de um privilégio enorme, por possuir uma diversidade de elementos abióticos (geodiversidade) que constituem a paisagem, alavanca para a revitalização do sector turístico. Deste modo, os atractivos identificados nessa categoria são os seguintes: nascentes termais de Nhaondue e Mawhira 1 e 2, respectivamente; cavernas de Nhaondue e Phiriganga, paisagem do mirante da comunidade de Nhaondue, cascatas do rio Moatize, Monte Zobue; rocha cogumelo e pinturas rupestres de Nakalata.

- **Nascentes termais de Nhaonde e Mawhira I e II**

Uma nascente termal, também designada comummente de fonte hidrotermal é uma fissura na crosta terrestre a partir da qual emerge um fluido geotermal ou hidrotermal. A água penetra na crosta em altas profundidades e reage com os minerais presentes, sofrendo

alterações fisico-químicas ao longo do seu percurso. Nisso, o aquecimento pelo gradiente geotermico[4] faz com que a água retorne à superficie devido ao aumento de pressão.

As nascentes hidrotermais representam manifestações secundárias de vulcões do tipo não eruptivo. Seu surgimento está estritamente ligado aos agentes da geodinâmica interna: sismo, tectonismo e vulcanismo. Dependendo da natureza das águas ou melhor, da composição mineralógica (físico-química) e bacteriológica, as fontes hidrotermais podem apresentar propriedades medicinais ou terapêuticas e, assim, aplicar-se no curativo de doenças variadas, a exemplo de: reumatismo, doenças cutâneas, dores estomacais, entre outras. Paralelamente, as nascentes hidrotermais representam uma fonte de gerção de uma modalidade de energia inesgotável, "a geotérmica" e que a partir dela, também é possível produzir energia eléctrica.

O uso directo da Energia Geotérmica pelo ser humano tem antecedentes milenares. Evidências de que os japoneses usavam fontes têrmicas para tomar banho e cozinhar datam de 11000 a.C. Cerca de 3000 anos depois, os Índios Nativos Americanos acampavam perto de fontes térmicas na América do Norte e utilizavam estas fontes para a sua higiene e com fins medicinais. Segundo a mesma fonte, grandes banhos romanos utilizando água quente natural foram construídos durante o Império Romano (509 a.C – 27 a.C.). A água era usada com fins para aspectos medicinais, assim como, para aquecimento. A mesma fonte ainda cita:

> "Já no século IX d.C; na Islândia, as pessoas cultivavam em terrenos naturalmente aquecidos e, consequentemente, isso trouxe melhoria a mesma produção agrícola. Tempos depois, na Nova Zelândia, o povo Maori começou a utilizar o solo aquecido para a cozedura à vapor" (Energia Geotérmica, 2010 *citado por* ROCHA, 2011, s. p.).

As nascentes hidrotermais em Moatize possuem três ocorrências. A primeira, designada por Fontes Hidrotermais de Nhaonde ou águas quentes de Nhaondue tem sua expressão na Comunidade de Nhaondue. Suas águas fluem ininterruptamente de mais de 10 fontes, e a segunda e terceira, respectivamente na povoação de Mawhira. Classificadas como as mais importantes nascentes de águas quentes do distrito, e quiçá da província, intriga a todos os visitantes pelas suas manifestações, pois, por um lado, além da elevada temperatura,

[4] É a taxa de variação da temperatura do interior da Terra com a profundidade.

ao longo do seu perfil longitudinal, numa distância de até aproximadamente 1km, determinado a partir do olho de água, sua temperatura mantém-se quase constante, para além dos tapetes coloridos visíveis ao olho nú de marcas de vida fixas no substrato rochosos do leito.

Contudo, é diante deste cenário que lhe atribui o nome de "Rio de águas quentes[5]" (Foto 1 e 2 na pagína seguinte). Por outro lado, a elevada concentração de sais, embora não tenham sido realizadas análises laboratoriais físico-químicas, é notória a vista desarmada o processo de eflorescência, isto é, a presença de sais de sódio (Na) na superfície do solo e, encrostado nas rochas, detetado pela observação directa e pelo paladar.

Foto 1- Nascente Hidrotermal de Nhaondue



Foto 2- Aferição da temperatura da nasce



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

Tendo em conta o fluxo, a velocidade e caudal, estas nascentes representam uma oportunidade ímpar para atracção de investimentos *in loco* bem como, no seu entorno, pois, além dos usos que anteriormente destacamos, a contemplação, a construção de estâncias e complexos hidrotermais se constituem num desafio que deve ser materializado, atraindo, deste modo, turistas potenciais, nacionais e estrangeiros.

Para além do valor turístico[6] que as nascentes possuem, as fontes hidrotermais detêm também de um valor científico e académico/educativo, pois, veiculam informações

[5] Das aferições feitas com termómetro, registaram-se valores médios de temperatura na ordem de 80 ºC. Vale referir que um dia anterior a determinação da temperatura *in-situ*, no local havia registado queda pluviométrica, o que, provavelmente, terá influenciado no decrescimo da temperatura das águas.

[6] Existe um segmento de actividade turística designado de Turismo de Águas Termais. Este segmento já vem desde os banhos Romanos na Antiguidade, onde diversas pessoas se deslocavam de toda Europa para usufruir desses serviços.

importantíssimas que permitem a compreensão de diversos e complexos processos adstritos ao desenvolvimento da vida bem como entendimento da história da Terra (GeoHistória).

Aguiar (2011) considera que as nascentes termais são ecossistemas únicos que nos permitem ter contacto com comunidades ou "florestas" de microorganismos que se desenvolvem em condições inóspitas para o Homem. Para muitos, estes são jardins de um passado longiquo da Terra de quando a Vida ainda dava os primeiros passos. A mesma fonte considera que:

> Sem sombra de dúvida que na altura em que a água no estado líquido surgiu na Terra, um pré-requsito para a vida, o planeta era quente, anóxico e sob bombardeamento de meteoros. Em suma, uma casa atrativa para termofilo amantes de calor e os seus parentes próximos, os extremófilos capazes de produzir o seu próprio alimento. Nesse sentido as nascentes termais apresentam condições próximas do que terá sido a Terra ancestral servindo como ecossistemas modernos analogos para estudo dos primeiros modos de vida na Terra. Apesar de considerarmos os *habitats* termais locais adversos para o Homem podemos encontrar nestes uma grande variedade de seres vivos pertencente aos três (3) domínios taxonómicos reconhecidos (PNSS77: 5088; PNAS 87: 4576): *Archaea, Bacteria e Eucarya*[7].

A segunda e terceira são designadas por nascentes termais de Mawhira 1 e 2, respectivamente. Ambas possuem uma localização contígua e, sua temperatura estima-se em torno dos 45º a 50º C[8] (Foto 3 e 4).

Foto 3- Nascente Hidrotermal de Mawhira I



Foto 4- Nascente Hidrotermal de Mawhira II



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

[7] Para aprofundamento deste assunto, veja-se o artigo intitulado: Microorganismos das fontes Hidrotermais Terrestres, disponível no site: *http://siaram.azores.gov.pt.*

[8] Um dia anterior a colecta de dados em campo registou-se precipitado, a qual que eventualmente terá reduzido valores de temperatura das águas das nascentes.

Vale ainda referir que as áreas de ocorrência destas nascentes, circunscrevem-se em paisagem de relevo plano, contrastando, assim, as de Nhaonde que florescem em meio ao relevo suave-ondulado a montanhoso. De qualquer modo, as três fontes hidrotermais se constituem em locais fascinantes e indicam, provavelmente, potencial de ocorrência de energia geotérmica em seu domínio, devendo-se, para isso, realizar estudos de viabilidade e/ou prospecção para a ciência das potencialidades energéticas para sua respectiva exploração.

- **Cavernas do monte Nhaondue e Phiriganga**

Uma caverna define-se em termos legais como cavidade natural subterrânea. De acordo com Travassos et al., (2015) a caverna corresponde a abertura ou reentrâncias na rocha, capazes de permitir a entrada do ser humano. Geologicamente, compreende a reentrância na rocha provocadas pela dissolução. As cavernas são cavidades naturais rochosas que possuem um conduto de circulação de água entre a entrada (sumidouro) e a saida (fonte ou exutório). Assim, sua origem está ligada a processos da geodinâmica externa a exemplo de corrosão, erosão e colapso. A abertura inicial dos condutos também pode ser atribuida à acidez do ambiente. Já a erosão acontece principalmente nas caversas atravessadas por rios alogênicos, factor que modifica os condutos subterrâneos:

> As cavernas são ambientes frágeis, em que verifica-se interações entre os factores abioticos (ar, água, rocha e nutrientes) e bióticos (organismos vivos e suas corelações). Deste modo, sua exploração pelo Homem deve ser feita com cuidado, visando o funcionamento equilibrado destes ecossistemas, com o intuito de garantir sua sustentabilidade, sem no entanto perder de vista a satisfação das necessidades humanas do presente e das gerações vindouras (TRAVASSOS, 2019, p. 25).

Constituídas por um sistema de canais horizontais e verticais, com fraturas e estruturas geológicas de variações irregulares, as cavernas formam um complexo sistema de condutos[9] de excepcional beleza cênica, onde a acção da água, em algum momento do tempo geológico e por meio de diferentes processos, dissolveu a rocha matriz.

O processo de formação se dá quando parte do dióxido de carbono na atmosfera é carregado para a superfície da terra pelas águas das chuvas. Através do processo de dissolução

[9] Vasios subterrâneos que são gradativamente alargados pela dissolução (Travassos et al., 2015).

da rocha matriz, surgem reacções químicas que exercem importante papel na formação das geoformas. Os espaços, condutos e/ou vasios na rocha vão sendo lentamente modelados pela acção do soluto. Alguns dos factores que influenciam na transformação de cavernas são os planos de estratificações, as dilacerações, as corrosões, as dissoluções químicas e abrasões mecânicas. Todo o processo de formação gera um tipo diferente de caverna, sendo as mais comuns de rochas carbonáticas, vulcânicas ou marinhas.

Nhaondue é sempre uma referência turística para quem queira conhecer a beleza espeleológica escondida no seio da sua exuberante floresta, descrita por cavernas, vales, nascentes, paredões verticais, furnas e lapiés sob rochas dispostas paralelamente nas ombreiras e ladeiras dos montes Nhaondue e Phiriganga. Sua paisagem repleta de vegetação quase intacta decorada por gazelas¸ macacos¸ pássaros, cágados e serpentes com especial menção à jibóias¸ vislumbram uma rara beleza cénica tipicamente da savana africana. Este biótopo estrutura ecossistemas de intensa complexidade, de grande fragilidade ambiental, com elevado grau de endemismo faunístico e florístico, imensa geodiversidade, deposição de minerais e estratégicos reservatório de mananciais de água imprescindíveis a recarga de aquíferos.

A localização dessas cavernas e/ou grutas em áreas de elevada altitude possibilita mirantes panorâmicos da paisagem natural ao nível regional, com especial menção o rio Zambeze, a Missão Boroma e até algumas comunidades circunvizinhas especialmente o local de implantação do projecto Barragem de Boroma.

As cavernas revestem-se de uma importância fundamental em se tratando do turismo de aventura, científico e geoturismo. Elas fornecem informações e/ou dados-chave para a compreensão de processos peritéritos e atuais. Com base nelas pode-se ainda inferir quais processos tiveram lugar no passado geológico motivados pela combinação dos agentes da geodinâmica interna (sismo, tectonismo e vulcanismo) e externa (agentes atmosféricos, a exemplo de rio, precipitação, organismos vivos, ventos, umidade, radiação solar, entre outros). Assim, no interior destas feições, podem ser observados geoformas que possibilitam a compreensão do processo de formação geológica local e regional e vestígios arqueológicos, paleontológicos e paleopedoclimáticos fundamentais para a ciência da nossa pré-história.

Apesar disso, constata-se que no local, as intervenções humanas têm impactado significativamente esses ecossistemas através da sucessão agropecuária, desflorestamento,

assentamentos humanos, mineração artesanal (garimpo) sem o devido planeamento, o que representa uma negação a sustentabilidade deste património geológico, bem como da actividade geoturística, haja vista que o património espeleológico representa inquestionavelmente matéria-prima para o desenvolvimento do sector turístico, com especial menção ao geoturismo.

Seja qual for o abrigo escolhido das cavernas identificadas, há muito o que se pode ver e dizer do lado de fora e dentro. Na área existem feições de dimensões impressionantes. De acordo com o depoimento de um dos nossos entrevistados, acerca da importância que as cavernas representam, refereriu-se nas seguintes palavras: "Nesta caverna uma senhora viveu durante sete anos, protegendo-se de animais ferozes, do sol e da chuva. Como pode-se observar, essas cinzas evidenciam sua presença neste lugar" (Draive, Cp. Dezembro, 2019).

Além do seu valor turístico, as cavernas possuem uma importância científica, pois a partir delas fornecem informações sobre o processo de esculturação da paisagem, para além de representar autêntico laboratório natural para estudos de diversas ciências, tais como: a ecologia, biologia, arqueologia, antropologia, paleontologia e geociências, dentre outras, outorgando, assim, subsídios ao desenvolvimento social e económico por meio da exploração deste frágil ambiente.

Contudo, depreende-se ainda que as cavernas das comunidades de Nhaondue e Phiriganga (figuras 5 e 6) podem funcionar como alternativas de lazer (recreação, esporte, contemplação e santuário), além do turismo geológico desde que sejam respeitadas regras mínimas de protecção e conservação ambiental, possibilitando, a geração de fonte de rendimentos e seus beneficios associados em toda cadeia turística, primaziando, portanto, a melhoria das condições de vida das comunidades anfitriãs.

Foto 5- Panorama das Cavernas do monte Phiriganga



Foto 6- Paisagem ruiniforme no monte Nhaondue



Fonte: Os autores, Novembro de 2019.

Vale ainda lembrar que as cavernas desempenham um papel de estocagem de água, alimentando assim os aquiferos, para além de registarem informações relativas aos processos geológicos, possibilitando investigar sua gênese e alterações do embasamento rochoso e dos paleoclimas da região. As cavernas protegem minerais raros ou formações geológicas inegualáveis, conservam interessantes informações da vida pretérita em seus sítios fossilíferros e arqueológicos. Por meio delas nos é possível identificar, catalogar e pesquisar espécies de animais e vegetais fósseis raras, bem como o estudo cultural dos povos do passado, onde documentos, monumentos e objectos compõem importantes registos dos hábitos vividos de uma determinada sociedade.

Na mesma perspectiva, desempenham funções de abrigo de espécies endémicas e ameaçadas de extinção, tanto da fauna como da flora e; permitem a compreensão da relação entre os factores ecológicos dos cavernícolas com o seu biótopo, e os processos evolutivos das espécies sejam animais ou vegetais ao longo dos tempos. Por último, não em ordem de importância, as cavernas desempenham locais por excelência destinados a manifestações sócioculturais (práticas rituais, religiosas e demonstrações mitológicas), o que conferem o valor cultural da geodiversidade, segundo Brilha (2005).

- **Mirante e Paisagem Natural do Rio Zambeze na Comunidade de Nhaondue**

O entendimento da paisagem como factor primordial para a actividade geoturística ainda é pouco expressivo, talvez pelo desconhecimento da sua importância. Para o turismo, a interpretação e valoração da paisagem é algo que deveria se tornar quase obrigatório. Mas o que é a paisagem?

Segundo Bertrand (1971) a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, uma determinada porção do espaço, resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antropológicos que, reagindo dialecticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. Portanto a paisagem resulta da combinação dos elementos físico-naturais e humanos da superfície terrestre obtidos a partir da apreensão dos órgãos sensoriais (visão, olfacto, tacto, audição e paladar).

A paisagem, sem dúvida, é um elemento imprescindível e responsável pelo desenvolvimento e impulso da actividade (geo)turística. Nos dias actuais, é fácil depreender a crescente demanda por lugares que ofereçam às pessoas sensações de bem-estar físico e espiritual. A curiosidade e a vontade de vivenciar novas emoções leva milhares de turistas a movimentarem essa actividade que hoje é considerada uma das maiores do mundo.

Ao ver uma imagem de uma paisagem, o turista já se predispõe a imaginar como será suas férias, final de semana, feriado antes do mesmo viajar. A imagem tem esse poder de fazer com que as pessoas sonhem mais alto. Essa inquietude do ser humano em se deslocar e conhecer novos lugares se deve a diversos factores, talvez a rotina seja o principal. O quotidiano cansa, pois, a rotina não acontece apenas nos hábitos, mas também nas relações e principalmente nas repetições de contemplação das paisagens do dia-a-dia. As paisagens possuem um caracter dinâmico, pois, nunca são as mesmas, são muito variadas e sofrem mutações. Em virtude disso, cada uma delas atrai um tipo de turista.

Se uma pessoa mora em uma região onde o clima é muito frio como Lichinga ou Chimoio em Moçambique, durante 6 meses do ano, uma paisagem que ilustra o sol escaldante, intenso calor e um horizonte preenchido por extensas massas líquidas como as do Rio Zambeze em Tete, esta será muito mais atractiva do que uma que oferece as mesmas condições climáticas de sua residência fixa (frio), ou vice-versa.

As culturas e o modo como elas podem moldar as paisagens também são factores de atracão. O turista na verdade é um coleccionador de paisagens. Segundo Meneses (2002) "a paisagem, portanto, deve ser considerada como objecto de apropriação estética, sensorial".

O primeiro contacto do turista com o local visitado acontece através da visão da paisagem. Durante um *tour* o viajante se depara com uma diversidade enorme de paisagens, sejam naturais, culturais ou construídas. Essas imagens é que permanecem no seu inconsciente e ao voltar para casa o turista se recorda dos lugares, das pessoas e das paisagens visitadas. Isso gera uma sensação de nostalgia, além de acrescentar conhecimentos, também leva as pessoas a cada vez mais buscarem o novo.

Conforme Boullón (2002) por mais diferente que seja, o resultado de uma viagem é o acúmulo de experiência e lembranças dos lugares por onde passou. Diante dessa realidade, as paisagens da comunidade de Nhaondue não fogem a regra, pois, elas evidenciam uma beleza cénica extraordinária. A partir do mirante (foto 7) é possível alcançar um horizonte geográfico cada vez mais amplo sobre as regiões do seu entorno e das bem distantes, individualizadas pelos corpos hídricos, vegetação exuberante, montanhas, céu vislumbrante, além dos cantos agradáveis dos pássaros. Nhaondue é, portanto, uma referência em termos de geoturismo.

Foto 7- Paisagem do Mirante do Nhaonde



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

- **Cascatas Tchinche e Carbomoc no Rio Moatize**

As Cascatas comummente conhecidas por cataratas, cachoeiras ou quedas d´aguas são algumas fisionomias naturais resultante de uma formação geomorfológica na qual um curso

de água corre por cima de uma rocha de composição resistente à erosão, formando degraus com desnível acentuado impelidas pela acção fluvial. Elas evidenciam uma paisagem que encerra uma beleza fascinante.

Em virtude da disposição do relevo desde a nascente à jusante o Rio Moatize apresenta no seu percurso cascatas, formas essas que se afiguram em autênticos atractivos turísticos. Estas cascatas inserem-se numa zona de beleza natural extraordinária, traduzindo-se num enquadramento paisagístico agradável e repousante, que se encontram próximo de comunidades, cujo património natural, histórico-cultural e gastronómico, depois de devidamente estruturado, levaria a uma fruição genuína e marcante. Estas formas de relevos apresentam uma visão deslumbrante como pode-se observar nas fotos 8 e 9.

Foto 8- Cascata Tchinche no Rio Moatize



Foto 9- Cascata de Rio Moatize no Bairro Carbomoc



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

A Cascata de Tchinche Rio Moatize no Bairro Malabue é um local com grande potencial para actividades didácticas e científicas, pois, *in situ* observa-se diversas formações rochosas, jazidas de carvão mineral aflorando à superfície. É em virtude disso que este local por excelencia é útil para aulas de campo nas áreas de Engenharia de Mina, Geologia, Geografia e Geomorfologia. Portanto, é um autêntico laboratório natural que permite conciliar a teoria e prática do ambiente escolar. Assim, os estudantes poderão observar processos e fenómenos inerentes a geociências e apreender o mais fácil possível para nunca e jamais se esquecerem, haja vista a oportunidade de contacto directo com tais processos e ou fenómenos. Por outro lado, o potencial que este local apresenta no que concernente à contemplação, lazer, recreação, mergulho e natação fazem-no um local propício para o desenvolvimento turístico, podendo, por tanto, influenciar os turistas ao nível local e regional.

- **Monte Zobue**

As montanhas são espaços culturais, naturais, sociais e físicos. Constituem locais socialmente construídos, formados por ideias e percepções que existem na mente dos indivíduos. As montahas representam lugares de escape e refúgio das pressões, do caos e dos rítmos das áreas urbanas, e locais de evasão, pelo menos temporários, dos climas quentes, húmidos, e por vezes desconfortáveis, das zonas costeiras e das regiões tropicais (McCool, 2002). A esse respeito, Beeddie & Hudson (2003) referem que as montanhas constituem lugares de refúgio que oferecem estímulos, sentimentos de excitação e sensações de aventura. Estas fisionomias são destinos particularmente atractivos por razões ambientais, inclusivamente pelos risos que proporcionam e pela experiência do medo que provocam.

A montana está vinculada desde as origens ao fenómeno turístico, face à sua dimensão como espaço de recreio e lazer e à sua expressão natural. Estas características tem fortalecido a sua vocação recreativa, afirmando-se, cada vez mais, como alternativa ao turismo rural, geoturismo e ecoturismo. A montanha tem-se tornado alvo de múltiplos interesses, que vão da contemplação ao uso com distintos graus de intensidade. Neste sentido, converte-se num espaço de consumo. O monte Zobue é por excelência um local geoturístico. Este atractivo possui um ecossistema rico em diversidade biológica floro-faunística, com elevado grau de endemismo. Além disso, é um local que reúne condições para acolher o turismo cultural, de aventura e científico.

Do pico do monte é possivel alcançar amplo horizonte em virtude do maior ângulo de visão panorâmica ao nível regional (foto 10). Ademais, possui também um valor místico por estar associado a ocorrência de rituais e práticas religiosas, predominando assim nesses locais um forte valor simbólico do sagrado, além de se constituir num santuário de altura, local misterioso e fonte de inspiração espiritual.

Foto 10- Visão panorâmica do Monte Zobue



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

As montanhas constituem espaços naturais marcados pela beleza das suas paisagens e recursos naturais que assumem um forte significado simbólico e as diferencia de outros espaços. As montanhas representam um autêntico santuário ecológico e paisagístico, capaz de satisfazer necessidades emocionais e de procura de calma e descanso. Elas são os *hotspot* da biodiversidade contêm recursos naturais importantíssimos para o desenvolvimento das comunidades locais, principalmente. Portanto, elas são descritas como espaços serenos de água e ar puro e, também, por isso, como tendo ambientes despoluidos e preservados.

Apesar da sua complexa funcionalidade, são ambientes frágeis dai a necessidade de sua protecção, preservação e conservação. As montanhas fornecem ainda valiosos produtos alimentalares, medicinais que se traduzem numa gastronomia e fonte medicinal tradicional, assumindo um valor cultural simbólico. Ademais, são locais por excelência de lazer, desporto, aventura e recreação.

Diante do acima exposto, permite-nos depreender que as funções e/ou valores ineretnes as montanhas são os mesmos apresentados pelo Monte Zobue, orografia esta que representa uma das linhas divisórias que estabelece o limite fronteriço entre a República de Moçambique e a República do Malawi. Sua visão panorâmica a partir do cume do monte intriga bastante a quem possa contemplar, pois, encerra uma beleza extraordinária e fascinante.

- **Rocha cogumelo e Pinturas Rupestres Nhakalata**

As pinturas rupestres compreendem representações gráficas por meio de pigmentos ou outra forma sobre uma rocha, ilustrando um acontecimento ocorrido com uma comunidade

pré-histórica, em que uma ou grupo de pessoas manifestam os seus sentimentos de felicidades ou dor através de pinturas em uma tela, neste caso em vertentes litológicas. As pinturas rupestres de Nhakalata representam um grande legado deixado pelos antepassados em Moatize, que deve ser preservado (foto 11 e 12).

Foto 11- Visão panorâmica da rocha cogumelo



Foto 12 Pinturas rupestres em Nhakalata



Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

Embora não saibamos a exacta interpretação dessas inscrições, o certo é que as mesmas foram feitas numa rocha com formato encantador, assemelhando-se a uma autêntica obra de escultura humana.

Porém, esta fisionomia que retrata um formato de cogumelo (rocha cogumelo) ou até mesmo uma palhota, resulta das forças naturais dos agentes da geodinâmica externa, a exemplo de precipitações, ventos e até mesmo a acção da radiação solar sobre o embasamento rochoso ao longo dos tempos geológicos.

Vale ainda destacar que a fisionomia da rocha permite a conservação das pinturas rupestres, evitando que as mesma sejam degradadas pela intempérie. Apesar disso, percebe-se que aos poucos a rocha vai sendo corroida e deteriorando-se a pintura rupestre devido a acção da meteorização. Diante desta situação, urge a necessidade urgente de uma intervenção por parte das instituições de tutela, com vista a adopção de medidas de geoconservação.

Com a perspectiva de perceber sua génese, um dos entrevistados prestou o seguinte depoimento: "As pinturas rupestres já estavam lá, antes da introdução do ensino em 1943. Provavelmente, um grupo de comunidades nómadas que se dedicava a caça, de origem Mazimba oriundos de Malawi fossem os responsáveis pelas pinturas" (Kudikiza & Chataica,

Cp., Fevereiro, 2020). Importa referir que o local além de ser histórico, também é sagrado. E, por ser um lugar sagrado a comunidade detém de respeito pelo lugar, contribuindo assim para sua conservação. Os alunos da escola primária local contribuem positivamente na limpeza da rocha que conservam as pinturas.

As pinturas rupestres na área estudada constituem-se em um grande potencial para o geoturismo, o turismo de aventura e cultural. A existência de uma exuberante vegetação ao seu entorno representa uma atractividade aos amantes do ecoturismo, além do turismo científico para exploração de temas das áreas de história, antropologia e arqueologia, só para citar alguns exemplo. Apesar deste privilégio, há profunda necessidade de interpretação da mensagem dessas pinturas, para se conhecer melhor o significado dos sentimentos ali manifestos. No entanto, novos estudos devem ser desenvolvido em prol deste desafio.

- **Análise da potencialidade turística natural do Distrito de Moatize**

Com base nos atractivos que foram seleccionados durante o trabalho de campo conforme viu-se anteriormente, e conjugando a classificação e os critérios propostos pelo Ministério do Turismo (2004), foi preenchido o Quadro 4, no qual procurou-se avaliar o potencial de atractividade dos pontos turísticos de ordem físico/natural, levando em consideração as características de peculiaridade e o interesse que este pode despertar nos turistas, estabelecendo uma ordem quantitativa que busca definir as prioridades para o desenvolvimento de cada atractivo do turismo.

Quadro 4: Avaliação e Hierarquização de Atrativos

Potencial de atractividade do Elemento			
	Atractivo	**Características**	**Hierar-quia**
Naturais	Nascentes Termais de Nhaondue	Águas muito quentes com grande fluxo contínuo em média velocidade, razão pela qual atribuímos o nome de rio de águas quentes. Presença de tapetes coloridos visíveis constituídos por termófilos (musgos, líquenes e algas) encrostadas no substrato do leito rochoso. Presença de salinidade (eflorescência), ou seja acúmulo de sais de sódio (Na) à superfície. Atractivo intrigante e sem igual, com elevada raridade, potencial para instalação de empreendimentos termais, exemplo de balneário termal, geração e/ou exploração de energia geotérmica, aguas medicinais entre outros. Temperaturas médias de água na ordem dos 70 a 80º C. Seu entorno é circundado por formação florestal exuberante. Local ideal para aulas de campo e pesquisas no âmbito de geologia, biologia, medicina, geografia, geofísica, etc.	3
	Nascentes Termais de Mawhira 1 e 2	Atractivo turístico com elevada beleza paisagística colonizada por palmeiras que evocam os oásis do deserto de Sahara e, concomitantemente presença de espécies termófilos. Fontes termais com temperatura na ordem dos 45 a 50º C.	1

	Cavernas de Nhaondue e Piriganga	Pontos turísticos com interesse espeleológico, por apresentarem diversidade geomorfológica (geoformas) quais sejam: cavernas, furnas, relevo ruiniforme, lápies, vales de extrema beleza e complexidade que fazem-nas um sítio de elevado valor ao nível científico, académico/didáctico, ecológico, sócio-cultural e económico. Localizadas em meio à floresta densa com espécies diversificadas e, aliadas aos factores anteriormente referenciados tornam o sítio propício para a prática de ecoturismo, geoturismo e turismo de aventura, além de turismo científico e sobretudo para pesquisa de ecologia, botânica, zoologia e história.	2
	Monte Zobue	Orografia com paisagem espectacular propícia ao turismo de aventura, alpinismo e geoturismo. A partir do cume do monte é possível ter uma miragem e ou ampliar o horizonte geográfico do Posto Administrativo de Zobue. Presença de vegetação alto Montana e ou vegetação rupestre com elevado grau de endemismo, mas com importância inestimável na obtenção de produtos alimentares, ervas medicinais, produtos para cosméticos e, autêntico laboratório de pesquisa.	2
	Rocha Cogumelho e Pinturas Rupestres de Nakalata	Local com grande potencial para estudos na área de geociências, antropologia e arqueologia. Pode-se observar e compreender de forma mais efectiva o processo de formação de esculturacao das paisagens (intemperismos físico-químico). Ademais é um local propício a estudos arqueológicos e culturais, além de se constituir em uma destinaçào fascinantes para aqueles que amam as artes.	3
	Paisagem do Mirante de Nhaondue	Vista deslumbrante da paisagem Natural e Humanizada local e regional. Beleza cénica extraordinária, evidenciando um amplo horizonte da Povoação de Nhaonde e o curso do Rio Zambeze.	2
	Cascatas de Moatize e Carbomoc	Propício ao lazer, mergulho e contemplação. Local ideal para natação, e repouso. Pela sua beleza natural, proporciona um ambiente paisagístico agradável levando a uma fruição genuína e marcante de qualidade ambiental e uma visão deslumbrante. Na cascata de rio Moatize é possível observar jazidas de carvão mineral a céu descoberto o que pode auxiliar o a interpretação dos processos associados a sua génese e ocorrência por parte dos estudantes.	1

Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

Analisando o quadro supracitado, pode-se perceber que o potencial de atratividade dos atrativos turísticos do Distrito de Moatize varia, em sua maioria, entre os níveis dois (2) e três (3), indicação esta de elementos ou atractivos de elevado grau de importância para a atividade turística, especialmente, no segmento de geoturismo, pois, os atractivos estudados possuem maior expressividade de elementos de geodiversidade, o que se constitui num *in put* ao desenvolvimento da actividade geoturísitica na região objecto de estudo.

Tomando por base os atrativos que alcançaram pontuação três e dois pode-se inferir que, se forem implementadas políticas públicas voltadas a melhoria e estruturação de cada elemento, eles seriam capazes de integrarem os roteiros turísticos do distrito, e por conseguinte, virem a se constituir a impulsionar maior demanda nos visitantes em virtude dos serviços e/ou produtos prestados por estes atractivos, garantindo dessa forma, a satisfação dos turistas, melhoria das condições de vida das comunidades e desenvolvimento local em virtude do seu efeito multiplicador. Em contrapartida, os atractivos de menor potencialidade turística elencados adquirem uma posição de complemento, acrescentando, assim, valor aos atractivos principais.

HIERARQUIZAÇÃO DOS ATRACTIVOS TURÍSTICOS DE MOATIZE

Após a obtenção da avaliação do potencial de atractividade dos elementos, realizou-se uma avaliação dos outros aspectos necessários à hierarquização dos atrativos, descritos no item dos Procedimentos Metodológicos (Materiais e Métodos). Cada atrativo, exposto na tabela 1, a partir deste momento, foi classificado de acordo com uma escala numérica e qualitativa, estabelecida em 2005 pelo MTur, anteriormente exposta durante a metodologia. Assim, pôde-se desenvolver uma diferenciação prática das características e do grau de importância de cada um.

Tabela 1: Avaliação e Hierarquização de Atrativos

N°.	Atractivo	Potencial de atratividade (Valor x 2)	Grau de uso atual	Representatividade (Valor x 2)	Apoio local e comunitário	Estado de conservação da paisagem circundante	Infra-estrutura	Acesso	Total
1.	Nascentes Termais de Nhaondue	3 x 2=6	3	3 x 2=6	3	2	0	3	23
2.	Nascentes Termais de Mawhira 1 e 2	1 x 2=2	1	1 x 2=2	1	2	0	2	10
3.	Cavernas de Nhaondue e Piriganga	2 x 2=4	3	3 x 2=6	3	3	0	2	21
4.	Monte Zobue	2 x 2=4	3	2 x 2=4	3	3	0	3	20
5.	Paisagem Mirante de Nhaondue	2 x 2=4	3	3 x 2=6	3	3	0	2	21
6.	Cascatas de Moatize e Carbomoc	2 x 2=4	3	2 x 2=4	1	0	0	2	14
7.	Rocha Cogumelo e Pinturas Rupestres de Nhacalata	3 x 2=6	2	3 x 2=6	3	3	0	2	22

Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

É preciso ainda realçar que são encontrados também, diversos atractivos naturais no Distrito de Moatize, que poderiam ser utilizadas para o geoturismo, porém estes receberam pontuação baixa devido ao grande índice de degradação e poluição, por parte das comunidades e iniciativa privada[10]. A destruição acontece paulatinamente e ameaça a rara beleza cênica

[10] Vale destacar que as cascatas do rio Moatize localizam-se integralmente da área de concessão mineira da empresa Vale Moçambique. Deste modo, assiste-se uma tendência de sobreposição de usos das terras, pois, as cascatas estão sendo degradadas pela actividade mineira.

proporcionadas pelas cachoeiras, formações geológicas, hidrografia e a flora *in situ*. Assim, para desenvolver o geoturismo, e outros segmentos seria necessário implementar acções que visam maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos sobre o ambiente nestes locais. No entanto, o advento do geoturismo poderia proporcionar a conscientização das comunidades locais, o sector produtivo, bem como as autoridades governamentais sobre a importância de preservar esses elementos da geodiversidade.

A partir dessa análise quali-quantitativa estabeleceu-se o *ranking* dos atrativos do Distrito, buscando definir a prioridade para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o planejamento e desenvolvimento de cada um. É preciso ter em conta que além disso, a hierarquização tem como objetivo priorizar os atrativos para o estabelecimento de roteiros turísticos que, depois de selecionados, possibilitam uma conscientização sobre a importância de programar ações que protejam os atrativos considerados prioritários (Dantas & Melo, 2011). Deste modo, convém situar uma ordem numérica de acordo com o grau de prioridade de cada atrativo, anteriormente descrita na metodologia do MTur (2005). Deste modo, após tomar por base os seguintes dados especificados no quadro supracitado, instituiu-se uma sequência que visa a sua classificação em termos de posição, conforme o Quadro 5.

Quadro 5: *Ranking* dos Activos Turísticos do Distrito de Moatize

Atractivos	Total	Raking
Nascentes Termais de Nhaondue	23	1ª
Rocha Cogumelo e Pinturas Rupestres de Nhacalata	22	2ª
Paisagem Mirante de Nhaondue	21	3ª
Cavernas de Nhaondue e Phiriganga	21	3ª
Monte Zobue	20	4ª
Cascatas de Moatize e Carbomoc	14	4ª
Nascentes Termais de Mawhira 1 e 2	10	5ª

Fonte: Os autores, Dezembro, 2019.

A partir da definição do *ranking* dos atrativos, percebe-se os atractivos e/ou setores prioritários para a implementação de ações e políticas públicas que visam melhorias e estruturação para atividade turística. Além disso, proporcionou uma análise prévia dos atractivos do distrito considerados turísticos, possibilitando sua roteirização, bem como a definição de prioridades para o desenvolvimento turístico (figura 2, na página seguinte).

Figura 13- Mapa de Atractivos Turísticos Naturais da área de estudo



Elaboração: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo esfectuado, depreende-se que:

1. Moatize possui maior expressividade de elementos de geodiversidade a saber: nascentes termais de Nhaondue e Mawhira 1 e 2, respectivamente; cavernas de Nhaondue e Phiriganga, paisagem do Mirante da comunidade de Nhaondue, cascatas do rio Moatize, monte Zobue, rocha Cogumelo e pinturas rupestres de Nakalata, atractivos estes considerados indispensáveis ao desenvolvimento do geoturismo.

2. Os atractivos turísticos do distrito de Moatize possuem elevada potencialidade, pois, seus valores variaram na sua globalidade de alto (3) a médio (2), correspondendo, portanto, à elementos de geodiversidade excepcionais, de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional e nacional, capaz de por si só, influenciar e/ou motivar importantes correntes de visitantes nestes pontos. Apesar disso, registaram-se também valores baixos (1) evidenciando, menor potencialidade de atractivos, em virtude destes não terem apresentado algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes oriundos de outros locais do país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas, ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais.

3. As informações levantadas permitem compreender a existência de recursos e/ou produtos turísticos relevantes à demanda dos vistiantes nos distintos segmentos turísticos, com especial menção ao geoturismo, revitalizando, assim, o sector no distrito.

4. A avaliação e hierarquização dos atractivos turísticos na área estudada permitiu afirmar que o conhecimento sobre os atractivos turísticos naturais é pertinente e, se constitui numa importante ferramenta auxiliar que, agregada as políticas públicas permite um planejamento do sector turístico mais eficiente e, por conseguinte, o sucesso da actividade geoturistica nesta parcela do país.

5. O estudo reveste-se de capital importância pois, a partir dele proporcionará melhor aproveitamento destes atractivos, com intuito de divulgar suas potencialidades para o segmento do geoturismo, assim como, contribuir para a protecção de áreas vulneráveis, que possam vir a sofrer degradação ambiental.

6. O geoturismo utiliza geoformas e outros elementos da geodiversidade como atractivo turístico, e constitui-se em uma ferramenta imprescindível para assegurar a geoconservação do lugar visitado, por meio da educação e da interpretação ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Fundo Nacional de Investigação (FNI) pelo suporte financeiro a esta pesquisa. Aos nosso parceiros o nosso muito obrigado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paula. **Microorganismos das fontes Hidrotermais Terrestres**. 2011. Disponível em: http://siaram.azores.gov.pt. Acesso em: 3 jun. 2020.

BRILHA, José. **Património Geológico e Geoconservação:** a conservação da Natureza na sua vertente geológica. Editora Palimagem, Lisboa, 2005.

BEEDDIE, P. & HUDSON, S. **Emergence of Mountain-based adventure tourism**. Annals of Tourism Research, 30 (3), 625-643, 2003.

BERTRAND, G. Cadernos da Terra. **Paisagem e Geografia Física Global**. USP, São Paulo, 1971.

BOULLÒN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Rio de Janeiro. Editora UERJ, 2001.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Ministério do Turismo: Produtos Turísticos. Brasília: 2004.

BRASIL.. **Programa de Regionalização do Turismo**. Roteirização Turística – Módulo Operacional 07. Ministério do Turismo. Brasília: 2005.

BRASIL. **Projeto Inventário da Oferta Turística**. Ministério do Turismo: Brasília, 2006.

BUCKLEY, R. **Environmental inputs and outputs in ecoturism:** geoturism with a positive triple *botoom line? 2003*. In: Jornal of Ecoturism, 2: 76-82.

CPRM. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Geodiversidade**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade-162>. Acesso em: 3 jun. 2014.

DANTAS, N. G.; MELO, R. S. Análise da metodologia de hierarquização de atrativos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB). Caderno Virtual de Turismo, p. 147–163, 2011.

DOWLING, R. & NEWSOME, D. Geoturism: Sustainability, impacts and management. Elsilver, 2006, 352p.

HALL, C. M. Introdution to turism in Australia: Development, Issues and Change, 5th edn. South Melbourne: Pearson Education Austrália, 2007.

HOSE, T. A. European Geoturism- geological interpretation and geoconservation promotion for tourism. In: Barettino D.; Wimbledon W. A. P.; Gallego E. (eds) Geological Heritage: Its Conservation and Management. Madrid, Sociedad Geologica de Espana/Instituto Technologico GeoMineiro de Espana/ProGeo, 2000, 127-146.

JORGE, Maria do Carmo Oliveira & GUERRA, Antônio José Teixeira. Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos. In: Revista Espaço Aberto, UFRJ, V. 6, N.1, P151-174, 2016.

KUBALIKOVÁ, L. Geomorphosite assessment for geotourism purposes. Czech Journal of Tourism, v. 2, n. 2, p. 80-104, 2013.

MC COOL, S. Mountains and turism: Meeting the chakkenges of sustainability in a messy word. Celebrating Mountains: Proceedings of an International Year of Mountain Conference. Jindabyne, Australia, 2002.

MCT. Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique. v. I, n.

PEDT II, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: Turismo e Paisagem. USP, São Paulo, Contexto Editora, 2002.

NASCIMENTO, M. A. L. et al. Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil. Global Tourism, v. 3, n. 2, p. 41-64, 2007. Disponível em:<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Geoturismo_um%20novo%20segmento%20do%20turismo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 26 de Abril 2020

ROCHA, Sara Sousa Pedro Goulart. Caracterização de Sistemas Hidrotermais de Baixa Entalpia na Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores. Dissertacao de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciência e Tecnologicas, Lisboa, 2011.

TOLEDO, M. Cristina Motta et al. Decifrando a Terra. São Paulo, Oficina de textos, USP, 2000.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset. Glossário conciso e ilustrado de termos cársticos e espeleológicos. Belo Horizonte, PUC Minas, 2015.

TRAVASSOS, Luiz Eduardo Panisset et al. Principios de Carstologia e Geomorfologia Cárstica. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio, 2019.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

O PODER DO CAPITAL TURÍSTICO EM TERRITÓRIOS CAMPESTRES NA PROVÍNCIA DE INHAMBANE-MOÇAMBIQUE

THE POWER OF TOURIST CAPITAL IN CAMPING TERRITORIES IN THE PROVINCE OF INHAMBANE-MOZAMBIQUE

EL PODER DEL CAPITAL TURÍSTICO EN TERRITORIOS DE CAMPING EN LA PROVINCIA DE INHAMBANE-MOZAMBIQUE

Ernesto Jorge Macaringue

Docente e pesquisador da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique – África

Email: jorgitomapilele@gmail.com

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás

Email: eguimar@hotmail.com

RESUMO

Como entender os impactos das políticas neoliberais, em particular, as que dão corpo à concretização de iniciativas privadas, e que se traduzem em imposições do capital em territórios dos campesinos – *Comunidades Locais*, na província de Inhambane? A partir desta questão, nos propomos a lançar um debate sobre os processos de territorialização do capital turístico, no contexto da implementação das políticas de desenvolvimento local no Município de Inhambane, província de Inhambane, em Moçambique. Nosso objetivo neste artigo é interpretar as transformações em curso no campo (espaço agrário). O debate parte do pressuposto de que, o turismo é um fenómeno social, que uns acham ser possível, através dele, se angariar ganhos económicos. Essa ideia valida, que no processo de promoção do turismo, se difunda e crie imaginários daquilo que se considere benefícios advindos do turismo: receitas tributárias para os governos; postos de emprego; parcerias entre os operadores turísticos com os produtores locais, fazedores de cultura, etc. O que estimula o imaginário desses benefícios económicos, e a ideia de que o turismo é o segmento económico que movimenta mais dinheiro, o setor socioeconómico que cria

mais postos de trabalho, quando se compara com outros ramos de atividades económicas. O material aqui tratado foi obtido através da pesquisa bibliográfica, revisão documental e observações de campo.

Palavras-chave: Capital estrangeiro. Espaço rural. Poder. Território campestre.

ABSTRACT

How to understand the impacts of neoliberal policies, in particular, those that embody the implementation of private initiatives, and which translate into impositions of capital in the territories of the peasants - Local Communities, in the province of Inhambane? Based on this issue, we propose to launch a debate on the processes of territorialization of tourist capital, in the context of the implementation of local development policies in the municipality of Inhambane, province of Inhambane, in Mozambique. Our aim in this article is to interpret the transformations taking place in the field (agrarian space). The debate starts from the assumption that tourism is a social phenomenon, which some think is possible, through it, to generate economic gains. This idea validates that in the process of promoting tourism, it spreads and creates imaginary of what are considered benefits from tourism: tax revenues for governments; job posts; partnerships between tour operators with local producers, culture makers, etc. What stimulates the imaginary of these economic benefits, and the idea that tourism is the economic segment that moves more money, the socioeconomic sector that creates more jobs, when compared to other branches of economic activities. The material treated here was obtained through bibliographic research, document review and field observations.

Keywords: Foreign capital. Rural space. Power. Country territory.

RESUMEN

¿Cómo entender los impactos de las políticas neoliberales, en particular, aquellas que encarnan la implementación de iniciativas privadas, y que se traducen en imposiciones de capital en los territorios de los campesinos - Comunidades Locales, en la provincia de Inhambane? Con base en este tema, proponemos lanzar un debate sobre los procesos de territorialización del capital turístico, en el contexto de la implementación de políticas de desarrollo local en el municipio de Inhambane, provincia de Inhambane, en Mozambique. Nuestro objetivo en este artículo es interpretar las transformaciones que se están produciendo en el campo (espacio agrario). El debate parte del supuesto de que el turismo es un fenómeno social, que algunos piensan que es posible, a través de él, generar ganancias económicas. Esta idea valida que en el proceso de promoción del turismo, se difunde y crea imaginarios de lo que se consideran beneficios del turismo: ingresos fiscales para los gobiernos; puestos de trabajo; asociaciones entre operadores turísticos con productores locales, creadores de cultura, etc. Lo que estimula el imaginario de estos beneficios económicos, y la idea de que el turismo es el segmento económico que mueve más dinero, el sector socioeconómico que genera más empleos, en comparación con otras ramas de actividades económicas. El material aquí tratado se obtuvo mediante investigación bibliográfica, revisión de documentos y observaciones de campo.

Palabras-clave: Capital extranjero. Espacio rural. Poder. Territorio del país.

INTRODUÇÃO

A região que abarca as autarquias[1] de Inhambane, de Maxixe e as *Comunidades*[2] *Locais* fundadas na zona costeira do distrito de Jangamo, são hoje conhecidas como *destinos turísticos*, mais procurados por turistas nacionais e estrangeiros. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2017, Maputo Cidade com 33.7%, província de Inhambane com 11.2%, e Tete 8.1% são as que têm o maior número de quartos. Dados da Direção Provincial da Cultura e Turismo (DPCT) indicam que em 2015 estavam registrados um total de 653 estabelecimentos turísticos. Destes estabelecimentos, só a autarquia de Inhambane, onde se localizam os núcleos turísticos considerados já consolidados, nomeadamente, Barra, Tofo, Tofinho Rocha, concentra 123, que correspondem a 18.8% dos estabelecimentos turísticos de toda a província.

Tal como se pode subentender, os núcleos turísticos considerados já consolidados, nomeadamente, Barra, Tofo, Tofinho Rocha, são os que reúnem melhores condições para atender aos *visitantes*. Em função do que a literatura revela, as condições para atender os turistas incluem, estradas ou vias de acesso, equipamentos para oferta de atividades de lazer e recreação, no caso específico da autarquia de Inhambane, pode-se citar a contemplação da paisagem na praia, nas dunas, nas discotecas, bares, no meio social local, a pratica de mergulho é considerado, o principal segmento turístico da provincia de Inhambane (DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO, 2014).

O processo de criação de condições nesses núcleos, que inclui o zoneamento turístico, o licenciamento de empresas especializadas, não apenas para lazer, restauração, hospedagem, envolve ainda, a criação de locais para uso pela população local, para venda de bens de artesanato, bens alimentares, souvenirs, animação, guias de turismo, etc. Em

[1] De acordo com, o n° 2 do art. 272 da Constituição da República, as autarquias são "pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações das respetivas zonas de jurisdição".

[2] O nº 1 do artigo 1 da Lei de Terras nº 19/97 refere que a *Comunidade Local* é um agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através de protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão.

função disso pode-se observar que em alguns pontos, por exemplo, na linha de preia-mar, como nas dunas, a forma como o mercado popular está estruturado no núcleo de Tofo, permitindo que se interprete esse processo nos seguintes termos: não tem havido o cuidado de observância da lei de terra 19/97, e muito menos as condições frágeis em que o ambiente costeiro se apresenta.

Por outro lado, pode-se dizer que, o processo de criação de condições para atendimento aos turistas, como parte da operacionalização das políticas neoliberais, na autarquia de Inhambane decorre a partir de uma combinação de ações que incluem, facilitação para concretização de negócios turísticos.

No entanto, entre outras condições para emergência de forças produtivas no turismo, pressupõe também, o domínio desse segmento e existência de capacidades financeiras. Ora, a partir da analise da história de Moçambique, pode-se dizer que os negócios turísticos, são até então, abraçados pelos Sujeitos estrangeiros; execução de planos de construção de empreendimentos turísticos; melhoramento e abertura de vias de acesso e; realização de campanhas de fomento e de promoção do turismo.

Há que se referir que, tanto a emergência das forças produtivas no turismo, como o processo de fomento e de promoção do turismo insere-se naquilo que KNAFOU (1999) chama de criação de *lugares turísticos*, que por um lado, envolve a "colocação de produtos turísticos" – *sol e praia*, e o por outro, a promoção de investimentos turísticos privados.

Na autarquia de Inhambane os locais procurados pelos investidores turísticos, fazem parte dos territórios camponeses, pelo que, os processos de criação dos lugares turísticos geram conflitos e ou contradições criadas pelas políticas neoliberais. Nesse contexto, o artigo faz uma análise das políticas neoliberais que concretizam as iniciativas turísticas privadas na autarquia de Inhambane, onde há indícios de imposições em espaços que sustentam a existência dos camponeses, pescadores na província de Inhambane, daí a razão do termo *territórios campesinos.*

A análise desenvolvida, se enquadra nas correntes teóricas, que centram seu foco na interpretação dos desdobramentos dos programas públicos, que se encaixam nos discursos vinculados ao desenvolvimento local em Moçambique, como são os casos de

planos e políticas avulsas, que incluem, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo[3]; Política Nacional de Terras.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo, o que sustenta a ideia de se promover o turismo como segmento sócio-económico são as possibilidades que se considera existirem para coleta receitas, para geração de emprego, para gestão sustentável dos bens naturais. A condição básica para concretização do turismo, para realização de negócios turísticos e para o desfrute da experiência turística, através de viagens reside na existência dentro da sociedade, de classes sociais com capacidades de mobilização de recursos financeiros acima das suas necessidades básicas.

O documento está organizado em três parte: a primeira trata-se de procedimentos metodológicos que foram constituidos na pesquisa – e neste trabalho; a segunda faz-se apresentação da autarquia de Inhambane e na terceira procedeu-s a contextualização do turismo em Moçambique.

CONSIDERAÇÃO SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho seguido para compreender os contornos do poder do capital turístico em territórios campestres na autarquia de Inhambane, província de Inhambane, privilegiou a combinação de revisão bibliográfica, da consulta documental e de interação com os diferentes segmentos sociais, em particular, profissionais do turismo, alguns membros das comunidades visitadas, técnicos públicos, lideres de confissões religiosas, educadores de campo, etc.

Os dados analisados neste artigo, compreendem dados estatísticos, discursos, posições de dirigentes e dos promotores de desenvolvimento, fatos observados no campo e informações obtidas em conversas e ou diálogos com a população.

Quanto à abrangência, os dados discutidos aqui neste artigo cobrem apenas a área da autarquia de Inhambane, que se apresenta em três formas espaciais: zona de

[3] Desde que Moçambique passou a se beneficiar de assistência técnica do FMI, o Governo central através dos ministérios tem elaborado planos, que resultam de um amplo debate, pelo menos no seio dos burocratas nacionais e internacionais. Alguns planos são de ciclo curto - Planos Económicos e Sociais, outros de médio – Planos de Acção para Redução da Pobreza, e outros ainda, de longo prazo – Planos Estratégicos. Em 2015 foi lançado o Segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique.

edifícios construídos na base de material convencional; zona de edifícios construídos por materiais convencionais e não convencionais, com ou sem arruamentos, o que denota ser uma zona em processo de urbanização e; a zona de edifícios construídos na base de materiais convencionais e não convencionais, muito dispersos, intercalados por espaços cobertos de vegetação natural e campos de cultivo, o que revela ser zona de expansão urbana.

A AUTARQUIA DE INHAMBANE E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

Nesta seção faz-se uma breve apresentação da organização socio-econômica da autarquia de Inhambane e dos traços gerais das transformações socio-espaciais ocorridas.

A autarquia de Inhambane tem uma extensão territorial de 195 km^2, que representa apenas 0.3% de toda extensão territorial da província de Inhambane (INE, 2013). Faz limite através da Baia de Inhambane, a Norte e a Oeste, com a autarquia de Maxixe, e nos extremos Este e Sul, faz fronteira com o distrito de Jangamo. No que diz respeito à localização, dista a cerca de 480 km em relação à capital moçambicana, cidade de Maputo.

De acordo com dados do Conselho Municipal da cidade de Inhambane (2013), a divisão administrativa, está subdividida em 23 unidades administravas Dessas unidades, 22 são classificadas como *bairros* e, uma é classificada como *localidade*. Bairro e Localidade são unidades administrativas (categoria espacial) mais pequenas no quadro da divisão administrativa constitucionalmente estabelecida.

Define-se *localidade*, "a unidade territorial base da organização da administração local do Estado na qual se estabelecem os primeiros contatos dos Órgãos Locais do Estado com as comunidades locais e as respetivas autoridades" (Lei dos órgãos locais do Estado). As localidades incorporam as povoações, aldeias e outros aglomerados populacionais localizados no respetivo território. E o termo bairro refere-se a uma categoria espacial urbana.

A toponímia atribuída aos bairros autárquicos de Inhambane combina nomes históricos e de identidade cultural. Os bairros com nomes que evocam identidade cultural são *Muele-1, Muele-2, Muele-3, Balane-1, Balane-2, Balane-3, Chalambe-1, Chalambe-2, Chalambe-3, Conguiana, Malembuane, Machavenga, Guitambatuno, Marrambone, Mucucune, Nhamúa, Chamane*, *Salela e Siquiriva,* e os bairros com nomes históricos são *Liberdade-1, Liberdade-2, Liberdade-3 e Josina Machel.* O nome da localidade, Ilha de Inhambane expressa a forma físico-natural (CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE INHAMBANE, 2013).

Quanto aos habitantes, a autarquia de Inhambane, segundo dados estatísticos de Instituto Nacional de Estatística, conta com um total de 79.724 mil habitantes, que correspondem a 5,1% de toda a população da província de Inhambne, e, uma densidade de 379 hab/km^2 (INE, 2015).

As gravuras espaciais[4] que diferenciam as faces espaciais aqui listadas são os edifícios de utilidade pública (escritórios, lojas), as casas, as vias de transito (estradas, linhas férreas), os sistemas de distribuição dos sinais de telefonia móvel (o meio técnico atual) e da corrente elétrica. Assim, com base no critério usado pelo Instituto Nacional de Estatística - INE (2017) na categorização das habitações, que sugere cinco tipos de habitações particulares: i) casa convencional com cozinha e casa de banho dentro de casa; ii) casa convencional sem casa de banho ou cozinha dentro de casa; iii) flat/apartamento; iv) palhota; v) casa improvisada, pode-se dizer que a primeira face espacial do município de Inhambane está refletida nas casas convencionais com cozinha e casa de banho e nas flats/apartamentos; a segunda face contempla casa convencionais com ou sem cozinha e casa de banho no interior da casa e a terceira face é formada por casas sem cozinha e casa de banho no interior de casa, por palhotas, e casas improvisadas.

Além de construções, os outros elementos que determinam as feições observáveis são as plantas, em particular, as espécies cultivadas nativas e não nativas. Das espécies nativas a mafurreira é uma das poucas espécies cultivadas, na região sul de Moçambique, que resiste aos processos de substituição pelo coqueiro, cajueiro, citrinos

[4] Disponível em:<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/gestao.html >. Acesso em: 20 de out. de 2020.

entre outras espécies que conquistaram os corações dos povos africanos, devido ao seu valor socioeconómico e à sua fácil adaptação ao meio ambiente costeiro desta região.

Desde que este espaço foi alcançado pelos mercadores asiáticos, e mais tarde, sob domínio da administração colonial portuguesa, como até na atualidade em que se luta pela autodeterminação dos povos africanos a população local nunca conseguiu viver fora do circuito da agricultura itinerante, pesca baseada em tecnologia artesanal, alguma que compromete a vitalidade da vida aquática.

Neste local, historicamente as culturas praticadas incluem, cereais, leguminosas, hortaliças, tubérculos e fruteiras, muitas delas não nativas, como são os casos de abacateiro, os citrinos, mandioqueiras, hortaliças, etc. A mafurreira é das poucas espécies que é oriunda da região *Meridional de Moçambique*, que está vinculada na cadeia das culturas de rendimento. Nestes termos, pode-se dizer que a agricultura de pequena escala, desenvolvida em solos muito pobres e dependente da chuva é a atividade mais desenvolvida.

A atividade comercial informal, que é praticada, em todos os bairros suburbanos, periurbanos e no centro da cidade, em mercados populares, e nas ruas, esquinas onde circulam muitas pessoas, corresponde um setor econômico complementar na economia doméstica, que concentra grupos populacionais mais jovens, como ainda, mulheres. Há que se referir que o comércio informal não tem sido bem acolhido pelos gestores municipais, que o acusam de ser o segmento econômico mais responsável pelos problemas ambientais.

A literatura atenta aos processos de transformação social em Moçambique pós-independência pode ser agrupada em três períodos: o primeiro grupo diz respeito, aos estudos e pesquisas que analisam as decisões políticas e as ideologias que as sustentaram para sua adoção, que vigoraram entre os anos de 1975 a 1987. De acordo com Mosca (2010), o modelo de planificação centralizada, coadjuvado com as políticas e estratégias agrárias inspiradas em postulados do Marxismo-Leninismo foram uma parte dos fatores que ditaram o colapso da economia Moçambicana (MOSCA, 2010).

No entanto, há que se dizer que, o modelo produtivo que foi equacionado nesse período, por razões óbvias conferiu prioridade à transformação da estrutura social, caracterizada pela agricultura camponesa, mão-de-obra braçal, rede de comercialização

agrária baseada em partir de *grandes empresas estatais*, cuja sua função seria o produzir intensivamente, bens para consumo local e para exportação. Essas grandes empresas tinham ainda, a responsabilidade de empregar a mão-de-obra local, como ainda, de absorver toda a produção excedente gerada nas *pequenas e médias machambas,* exploradas pelo campesinato, tanto na forma singular, como, na forma coletiva – cooperativas.

Nessa estrutura projetada, a organização espacial da populacional deveria ser baseada em aldeias comunais, que gradualmente deveriam substituir as povoações dispersas. As aldeias comunais constituíam, uma *forma racional de ocupação do espaço*, enquanto, as povoações dispersas ou agrupadas, como uma forma irracional de ocupação do espaço, que estabeleceriam a continuidade de *tribalismo*.

Neste artigo discutimos, na perspectiva descritiva, as dinâmicas espaciais na Autarquia de Inhambane, na província de Inhambane, em Moçambique, que resulta de um conjunto de iniciativas privadas e públicas, no âmbito da concretização dos programas do governo, desde os meados da década de 1990.

A costa Moçambicana na totalidade, incluindo todas as áreas de conservação declaradas e não só, é alvo de processos de territorialização do capital turístico. No caso particular, o litoral do Município da Cidade de Inhambane – objeto deste artigo, o processo de territorialização do capital turístico, se traduz pela ocupação e aquisição de terra[5]; edificação de instâncias turísticas; abertura de ruas/construção de estradas; etc. No entanto, esses processos se dão em territórios que albergam sistemas que sustentam a vida dos camponeses. Será que esse processo concorre para consolidação do espaço turístico, como produto de "imposições do capital" aplicado no turismo, que não apenas sujeita os trabalhadores simples aos ditames do capital, como também, impõe-se sobre as instituições do Estado, em particular, aos que órgãos cuja sua missão é promover um ambiente socioeconómico cada vez mais saudável, como ainda, garantir a manutenção da soberania nacional?

[5] A terra é propriedade do Estado. Os cidadãos apenas adquirem o direito de uso e aproveitamento. Esse direito é adquirido através de ocupação de boa-fé, herança e concessão feita por órgãos de soberania e de representação do Estado. Cf. MOÇAMBIQUE. Constituição da Republica. Maputo, 2004; Moçambique. Lei nº 19/97 de 1 de Outubro. Maputo, 1997.

Os processos de territorialização do capital turístico em Moçambique, tendo em conta, o período em que foram retomados - da década de 1990 para cá – pode-se dizer que ocorrem no quadro das reformas de reajustamento estrutural impostas pelas instituições de *Bretton Woods*, pelo que são parte do *modus operandi* dos governos e, dos agentes econômicos no âmbito da implementação das políticas públicas neoliberais.

No nosso entender, as dinâmicas espaciais em curso resultam dos processos de "territorialização" do capital turístico que, se mescla desarmonicamente, nos sistemas que sustentam a vida dos camponeses. Moçambique tem registado grandes transformações espaciais caracterizadas pelo surgimento de "objetos espaciais" destinados para reprodução do capital[6]. Pode-se citar o caso das tores das redes de telefonias móveis, que acrescentam o número- ; os postes de distribuição da corrente elétrica; as estradas de ferro/linhas férreas - na sua maior extensão, destinadas para escoamento das matérias-primas; os complexos turísticos que ocupam extensões de terra, etc. Esses objetos espaciais de reprodução do capital, edificados para atender os "desejos" de sujeitos das classes média e rica, disputam o espaço com os barracões de madeira e zinco, com casas de alvenaria, casas feitas na base de combinação de caniço, adobe, folhas de coqueiro, capim, com cemitérios familiares, curais, capoeiras, machambas objetos necessários para concretização da vida dos camponeses.

Em Moçambique o debate em curso, nos últimos anos, no domínio de economia gira em torno de "desenvolvimento rural", da promoção do emprego, do investimento direto estrangeiro, da industrialização (PEDSA, 2011; EDR, 2007; MOSCA, 2014; MUCAVELE, 2015; CASTEL-BRANCO, 2010; DE BRITO, 2017).

A documentação do governo, nomeadamente, Plano Estratégico para Desenvolvimento do Setor Agrário (PEDSA), Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), Estratégia Nacional de Desenvolvimento (END), Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) apresentam o país como sendo abundante em recursos naturais, a produção e produtividade no setor agrário registra níveis baixos, as fontes de rendimento da população de um modo geral são limitadas. Os mesmos documentos colocam como caminhos de saída a necessidade de atração de mais investimentos privados estrangeiros.

[6] O sentido de capital neste ensaio teórico é o mesmo que é concebido por Thomas Piketty, na obra *O Capital no século XXI*. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1ª ed,. Intrínseca. Rio de Janeiro. 2014

Pode-se dizer que o governo está a procura de uma espécie de "terapia para as enfermidades históricas" do país. O país está debilitado em função de alguns fatos. Entre esses fatos que explicam a debilitação do país pode-se enumerar: Moçambique não conseguiu manter a cadeia de infraestruturas de produção edificadas pelo sistema colonial; o sistema de educação abarca ainda pouca fração da população; o desemprego e a informalidade são gritantes; há a baixa produção e produtividade; vê-se a ausência de tecnologias modernas; a pobreza continua estendida em todas as regiões do país e junto a ela, a fome. Esse quadro de problemas implica na ação turística.

A entrada do capital turístico, do capital aplicado no agronegócio, do capital financeiro aplicado no negócio de bens florestais enquadra-se no contexto de resposta para os desafios identificados pelo governo: de um total de 36 milhões de terra arável apenas 15% é que está sendo aproveitada; os níveis de produção agrícola estão muito abaixo do que outros países conseguem alcançar, por exemplo, os rendimentos médios atuais de milho situa-se em 0.9 ton/ha, da mapira em 0.6 ton/ha, do arroz está fixado em 1.0 ton/há. Essas cifras representam menos da metade dos padrões de produção regional.

A sociedade Moçambicana em termos do perfil sócio-econômico pode-se dizer que é agrária. Estima-se que 66.6% da população está fixada no campo (INE, 2017). Os setores econômicos que concentram mais a população são agricultura, silvicultura, pesca e extração mineira. Ambos agregam 66.8% da população economicamente ativa. Como se pode ver nos dois indicadores da força de trabalho, o quadro económico-ocupacional é desconfortável, pelo que, há que revertê-lo!

A resposta do setor privado estrangeiro até aqui mostra escolha aos setores do turismo, extração mineral, agronegócio e mercado financeiro. O setor do turismo é o que tem recebido maior número de propostas de projetos de investimentos em comparação com os outros. A ideia de que o país é abundante em recursos naturais, em particular, possui terra disponível, lugares avaliados como paisagens bonitas, praias atrativas, rico em biodiversidade. A região costeira da província de Inhambane é classificada como sendo rica em atrativos turísticos, pelo que é alvo de concessões de terra para investimentos turísticos. Uma das perguntas que se pode colocar é a seguinte: até que ponto o governo de Moçambique tem negociado com os detentores do capital turístico estrangeiro, de tal forma que, sejam salvaguardados os interesses dos sujeitos

territorializados em locais vistos como ricos em potencialidades para desenvolvimento do turístico?

Consideramos esta pergunta como fio condutor para perceção das dinâmicas espaciais na província de Inhambane, que quanto a nós, são produto de imposições do capital estrangeiro aplicado no turismo. Há um reconhecimento de que a compreensão das relações dos atores de atores de territorialização é uma tarefa gigantesca, dado que exige não apenas análise daquilo que é dado de bandeja, como também, há que se procurar o que de forma premeditada se esconde, pelo que, neste artigo – de imersão aos conteúdos das relações dos atores de territorialização na região costeira de Inhambane, o nosso objetivo é descrever as transformações espaciais, em que nos propomos a destacar o avanço das ocupações de empreendimentos turísticos, os problemas ambientais gerados pelo turismo.

Os materiais analisados neste artigo são basicamente dados secundários que estão disponíveis em órgãos públicos, dados primários recolhidos esporadicamente pelos alunos de graduação dos cursos de turismo na Escola Superior de Hotelaria e Turismo, como também, dados recolhidos no âmbito das visitas de estudos individuais ou em equipes de trabalho. Em termos de cobertura do espaço temporal, os dados primários abarcam o período compreendido entre 2006 a 2020. Por sua vez, os dados secundários cobrem os anos em que os portugueses chegaram a baía de Inhambane.

Observa-se que os camponeses perdem as suas parcelas de vida, isto é, há desintegração dos territórios campestres e sua substituição emergem novos territórios de diluição do substrato humano. As facilidades para as ocupações em curso pelo capital turístico e estrangeiro em Moçambique estão nas "alegadas oportunidades" que são vistas no turismo: alternativa para diversificação das fontes de rendimento, fonte estratégica para financiamento de programas de conservação de bens naturais, etc.

A estrutura económica de Moçambique é fortemente dominada pelo setor agrário de pequena escala, a indústria não está conectada com a agricultura, as infraestruturas existentes nomeadamente, as estradas, linhas férreas e pontes - não permitem uma conexão entre os centros de produção com os centros urbanos, as redes de abastecimento de corrente elétrica, de abastecimento de água potável, dos sistemas de rega e drenagem, etc. – não alcançam onde a maioria da população está fixada.

O país é descrito em termos da rede de infraestruturas para provisão de serviços essenciais (escolas e unidades sanitárias) e facilidades de produção – o país não dispõe de cadeia de mercado de insumos e fatores de produção - como deficitário.

Nessas condições nas opções colocadas, enfrenta problemas estruturais que não favorecem a promoção de agroindústria, como também, é incapaz de produzir bens em quantidades para satisfação das necessidades internas. Ver empregos, sem capacidade a maior parte dos bens que gera são transacionados como matérias-primas enfrenta dificuldades para angariação de receitas, para estimular formas de trabalho assalariados têm favorecido a abertura de país para aceitação de investimentos turísticos estrangeiros.

Não pretendemos discutir a veracidade dos tais benefícios, ou a pertinência da abertura das fronteiras do país para investimentos estrangeiros. A nossa proposta do debate é lançar um olhar em alguns aspectos inerentes às relações entre o capital turístico estrangeiro com o governo.

Observando os dados disponíveis sobre a territorialização do capital turístico, sobressai a ideia de o turismo se instala em ecossistemas frágeis e em locais de domínio público. O processo de concessão de terra é muito contestado dos camponeses.

Não há dúvidas dos benefícios sócio-econômicos do turismo, porém, considerando o lado oposto desses prováveis benefícios há uma tendência de se negligenciar a violência simbólica que acompanha a territorialização do capital turístico em territórios campestres em Moçambique. Territórios campestres constituem uma das categorias espaciais da formação socioeconómica Moçambicana.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS IDEIAS QUE SUSTENTAM O TURISMO EM MOÇAMBIQUE

O turismo, como um segmento económico em Moçambique, não é recente. Existe evidencias no espaço que revelam que foi também introduzido pelo sistema colonial. A história do surgimento das áreas declaradas como de proteção e de conservação (Gorongosa, Reserva Especial de Maputo, demonstra a sua relação intrínseca, com as atividades de aventura, de caça cinegética, que são meramente formas

de satisfação turística. Outra evidência, é nos proporcionada pelo estudo conduzido pela Sociedade de Estudos de Moçambique, em 1963, que revela como o negócio do turismo cinegético foi introduzido em Moçambique, antes da década de 1960.

De acordo com esse estudo, percebe-se que nas áreas naturais praticavam-se negócios que se enquadram no turismo cinegético, como também, a administração colonial concedia porções de terra para o turismo cinegético e outras atividades. As expressões *herdades de caça*, *reservas de floresta de caça e coutadas,* evidenciam as concessões de pedaços de terra, enquanto, a expressão *parques naturais*, indica a adoção de ideias de delimitação de áreas com bens considerados de maior valor ecológico, económico por parte da administração geral (SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE, 1963). Outrossim, as unidades turísticas implantadas nos principais centros urbanos, os destinos turísticos mais dinâmicos, que estão situados na região Sul, e afastados do perímetro de Grande Maputo, nomeadamente, praia de Ponta de Ouro, praia de Bilene, praia de Xai-Xai, praia de Tofo, praia de Vilankulo e praia de Inhassoro, fazem parte das *heranças coloniais* inscritas como *espaços turísticos*.

Todos os espaços turísticos aqui listados, que hoje são bandeiras no domínio, daquilo que o país tem para oferecer aos que fogem a vida urbana, aos amantes de atividades de aventura e de apreciação das maravilhas costeiras tropicais *turísticos*, em função da sua história, somos impelidos a afirmar que são parte integrante do conjunto de lugares de reprodução do *capital colonial* ou associado ao sistema colonial português. O aspecto mais marcante desses espaços turísticos, é que o seu nascimento decorreu num contexto em que, uma das características das relações sociais, é a exclusão com base na raça da pele, do status social dos sujeitos africanos.

Ocorreu que, por razões associadas ao processo revolucionário, os negócios que se esquadram no turismo, à semelhança de outras atividades económicos associadas ao capital privado colonial, que floresciam em Moçambique, na sua maioria ficaram paralisadas[7]. Obviamente, numa primeira fase, a estagnação dos negócios turísticos abrangeu apenas as formas de turismo baseado em atrativos naturais, isso, entre o ano de 1975 até início da década os primeiros anos da década de 1980, e mais tarde, com a

[7] Cf. Mosca (1996). Evolução da Agricultura Moçambicana no período pós-independência.

intensificação dos ataques militares, o problema afetou também áreas urbanas, na década de 1990. A conjuntura política interna, que culminou com a adesão de Moçambique às instituições de *Bretton Woods*, permitiu a retomada das atividades paralisadas, incluindo, os negócios turísticos (alojamento, restauração, etc.).

A retomada de negócios turísticos em Moçambique, nos meados da década de 1990, ocorre no quadro das *reformas de reajustamento estrutural*[8] e, num contexto em que, as ideias mais dominantes, no âmbito das políticas públicas, são as que estão alinhadas aos princípios neoliberais[9]. Vale apena aqui resgatar a critica de Milton Santos (2005) sobre globalização designa, de globalização de informação e comunicação, são esteios que tem dinamizado a circulação do capital e das pessoas, desde os políticos, empresários, trabalhadores, pastores em todo o mundo. David Harvey (2011) define o capital como o "sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades capitalistas, espalhando-se, às vezes como filete e ouras como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado" (HARVEY, 2011).

O turismo é espetacularmente introduzido no tecido sócio-econômico moçambicano, na logica neoliberal – livre-mercado, livre-comércio. Os cenários que se registram noutros países mais desenvolvidos, incluído, a vizinha Africa do Sul, no domínio dos dinheiros movimentados pelos negócios turísticos, postos de emprego gerados pelo turismo, receitas fiscais que os governos coletam sob várias formas, são usados como referências para Moçambique lutar por alcançá-las. Os decisores políticos de Moçambique embalam-se nesses sonhos. Há um velho ditado que diz, "sonhar não é proibido".

No entanto, olhando o rumo dos acontecimentos, tudo nos leva a dizer que, os processos de integração do turismo, por meio de espacialização dos empreendimentos, produto de demarcação da terra com condições naturais e ou adaptadas pela técnica para o lazer, recreação entre outras atividades, pode-se dizer que, há uma tendência de se

[8] Cf. Abdul Magid Osman e Nelson Saúte. *Moçambique no mundo: a competição subtil*. In: Desafios para Moçambique 2010, trazem elementos para compreensão dos fatores que ditaram a adoção de programas de reajustamento estrutural.

[9] Harvey (2011), define neoliberalismo como um projeto de classe que surgiu na crise dos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

negligenciar os direitos das pessoas fixadas nos espaços escolhidos para acolher negócios turísticos.

A partir da descrição de João Mosca (1996) sobre a penetração do capital colonial em Moçambique, permite-nos afirmar que a prática do turismo, e consequentemente, a realização dos negócios turísticos demarca a transição de economia primitiva para outros graus: comercial, capitalista.

No contexto atual, a maioria dos moçambicanos, mal se sustenta, a introdução dos negócios turísticos é vista na melhor das intenções, como complemento das forças produtivas existentes. Mas há que se pensar também, que o processo de integração do turismo faz para da *desativação agrária na África Subsaariana* (PLOEG, 2008), como parte integrante de uma estratégia das forças externas, que estão em oposição das vontades das forças produtivas locais. Nesse caso, se não houver capacidades para desmantelar a lógica do capital colonial instituída, que tem seus pilares na exploração da mão-de-obra barata, apropriação dos bens naturais, e tendo como, seu fim, a satisfação dos desejos das classes sociais privilegiadas – funcionários da administração colonial, empresários, assimilados, etc.

A análise dos processos de restruturação do turismo em Moçambique aqui desenvolvida, equaciona a existência de tensões sociais, como produto histórico que resulta de processos revolucionários violentos, implementação de políticas neoliberais hostis ao campesinato. Esses processos não afetaram negativamente apenas o campesinato, como também, as classes privilegiadas. No caso específico dos camponeses, as políticas de socialização do campo, entre outras decisões políticas, ignoraram as lógicas da sua reprodução social. A compreensão e interpretação das iniciativas dos processos que concretizam a fixação de negócios turísticos no Município de Inhambane, província de Inhambane, em Moçambique é o interesse deste trabalho. Neste artigo não se pretende negar e nem propor linhas de concretização de iniciativas 'desenvolvimento local', como tal, mas, participar num debate de um tema tão complexo e polémico, como é o caso do turismo na contemporaneidade.

O turismo nos países como Moçambique, que se debate com formas de trabalho precárias, altos índices de analfabetismo, com défice cobertura dos serviços básicos, se instala em zonas onde as pessoas mal conseguem obter o mínimo para sua

sustentação, e pior ainda, é que sob pretexto da necessidade de conservação bens naturais, comunidades inteiras são desintegradas das suas terras. Os defensores do Turismo, em particular, a Organização Mundial do Turismo (OMT), no relatório de 2015 fala de biliões de oportunidades providenciadas pelo turismo em todo o mundo. Na realidade, o turismo é um segmento socioeconómico que gera benefícios para as elites económicas, tal como referem FERNANDES e COELHO (2002).

A imagem que se tem do turismo, no seio do governo em Moçambique, é de um segmento económico com largas oportunidades para geração de postos de emprego direto e indireto, como também, para incremento de receitas tributárias e suporte de agendas (iniciativas ou programas) de conservação da biodiversidade, etc. Essa imagem está refletida na Política do Turismo na secção 3, que diz que caracteriza apresenta os fundamentos de turismo como motor de crescimento, nos seguintes termos, a tendência de crescimento de negócios turísticos e a consequente sua contribuição no PIB.

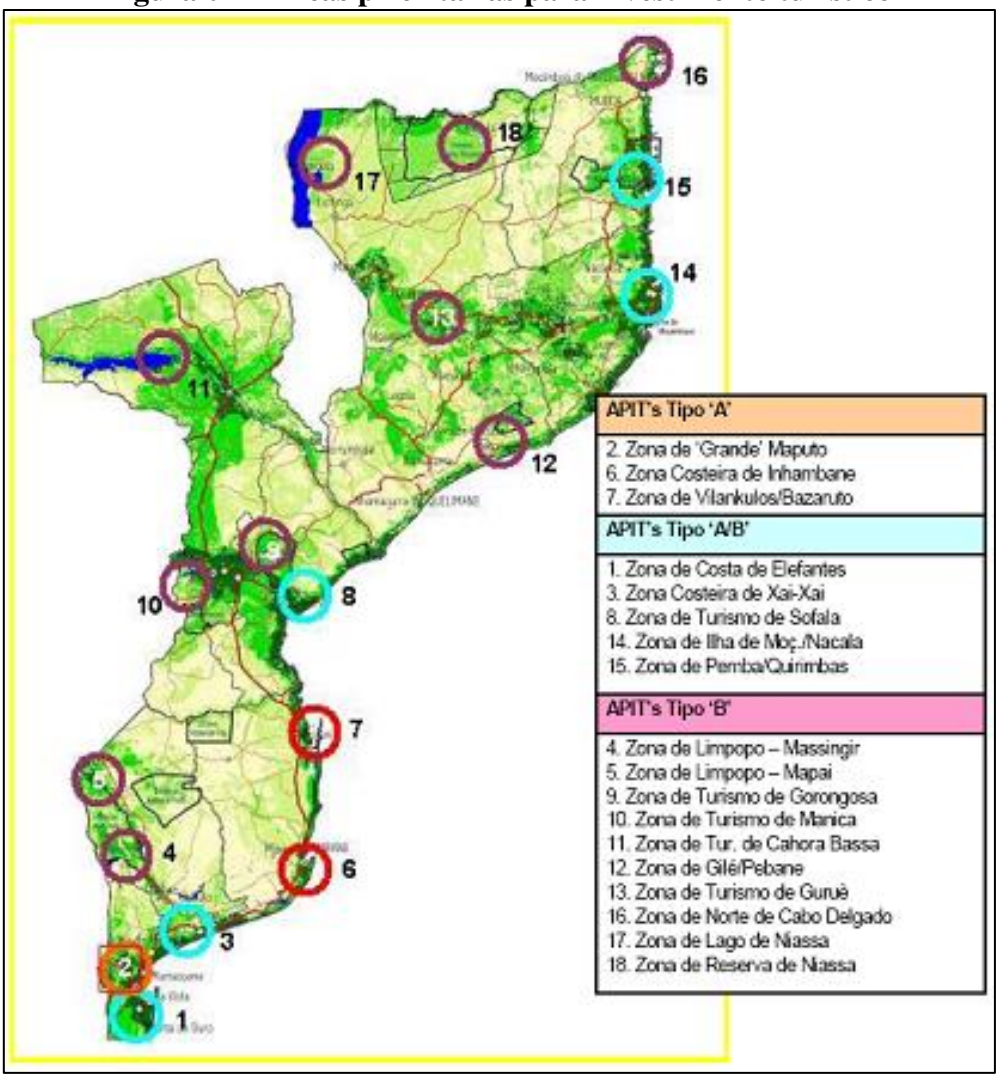
> Em todo o mundo, o turismo é o sector que revela uma crescente importância económica. É uma indústria que em 2001 contribuiu com 4,2 por cento para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial global e emprega cerca de 8,2 da população mundial economicamente activa. Como um sector económico, o turismo é um dos que pode trazer crescimento e emprego na escala necessária para fazer a diferença em Moçambique, bastando para o efeito que o desenvolvimento de Moçambique como destino turístico seja gerido de forma estratégico e sustentável (MOÇAMBIQUE, 2003, p.77).

Por sua vez, no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013) no subcapítulo 2.3.1 citando o Plano de Ação do Governo para a Redução da Pobreza Absoluta – (PARPA), que diz:

> O turismo é visto como um "setor complementar" por se encontrar intrinsecamente ligado a muitas das prioridades primárias, o que lhe confere um papel significativo no desenvolvimento económico do país. Referência particular é feita no PARPA no papel do turismo no estímulo da procura para bens localmente produzidos, contribuindo então para a criação de mais oportunidades de emprego e para importância da criação de uma cultura do "turismo doméstico" como estratégia do aumento das receitas globais do turismo (PEDTM 2004 – 2013, 2004, p.16).

A reconfiguração do espaço nacional, tal como ilustram as figuras 1 e 2, áreas declaradas como de proteção, como ainda, toda a extensão da linha costeira, estimada em 2500 km, para serem adaptadas para servir os interesses de capital, como lugares turísticos tem em vista, ampliar o espaço de reprodução do capital privados, e não geração dos ganhos indicados nos instrumentos de planificação do governo.

Figura 01 – Áreas prioritárias para investimento turístico



Fonte: PEDTM 2004-2013 (2004, p. 27).

No entanto, o processo de concretização de empreendimentos turísticos não ocorre em harmonia com o macrozoneamento de TBT (Fofo, Barra, Tofinho e Praia de Rocha), que culminou com a criação de sete zonas:

i) Zona de desenvolvimento agrícola;

ii) Zona de proteção comunitária;

iii) Zona de reflorestamento comunitário;

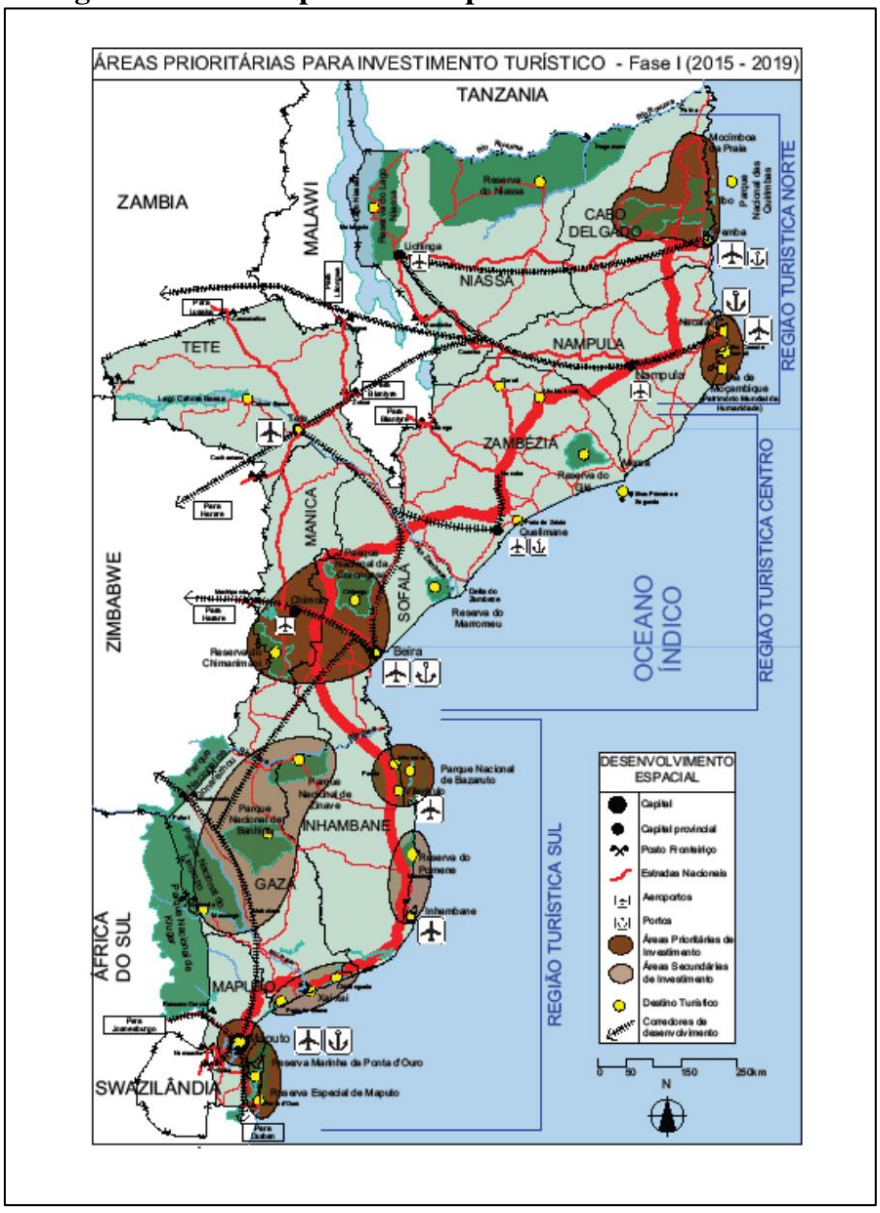
iv) Zona de turismo de alta qualidade;

v) Zona de turismo de media qualidade;

vi) Zona de pesca à linha e de rede;

vii) Zona de desenvolvimento pecuário.

Figura 02 – Áreas prioritárias para investimento turístico



Fonte: PEDTM (2015, p.43).

O macrozoneamento de TBT (Fofo, Barra, Tofinho e Praia de Rocha) resultou de um trabalho realizado pelo MICOA (CDS-ZC/DPCA-Inhambane/Equipe Tecnica Provincial (Governo Provincial de Inhambane) e Conselho Municipal da Cidade de Inhambane.

Figura 3 – Empreendimentos turísticos edificados nas dunas na Zona Turística de Barra



Fonte: Base de dados do Projecto Sistemas de Gestão de Terra no Município de Inhambane, 2012.

A desarmonia que foi referida, diz respeito aos seguintes aspetos: tipo ou categoria de empreendimento turístico, não inferior a três estrelas; não construção em pontos elevados das dunas e, não obstrução da visão e acesso ao mar. Dos 67 empreendimentos edificados, 48 não se enquadram no requisito de categorias exigida, como ainda, observações no terreno constataram empreendimentos em pontos altos.

Figura 4 – Recorte espacial da Zona Turística da Barra



Fonte: Imagem Google Earth Pro (2020).

A nossa interpretação em relação aos processos de criação de lugares turísticos, é de que os modelos de planificação *top-down*, isto é, concebidos de cima para baixo, que tem sido pratica seguida em Moçambique, tende a negligenciar os interesses dos camponeses, que não se configuram na logica das visões do mercado.

O que sustenta a nossa afirmação é que, os locais onde bifurcam os empreendimentos turísticos, antes da chegada dos negócios turísticos eram pontos de praticas culturais, de atracagem das embarcações dos pescadores locais, etc. Com a chegada do turismo, as praticas populares e da economia locais, com as concessões de terra nas dunas, como na costa são obrigados a se deslocarem para novos pontos.

Assim, o processo de ocupação da terra, e a consequente edificação de empreendimentos turísticos, em áreas definidas como prioritárias para desenvolvimento do turismo, é promovido a partir dos impulsos de que, o turismo em função dos fluxos de dinheiro e das receitas globais, dos postos de emprego em escala mundial, já que na atualidade o turismo nas receitas e postos de emprego, diz-se que está em melhor posição,

quando comparado com os setores tradicionais, em particular, agricultura, pecuária, pesca, incluindo atividades do setor industrial.

A faixa costeira na autarquia de Inhambane, que é parte integrante das áreas definidas como prioritárias para o turismo, está inserida dentro dos territórios comunitários – Comunidades Locais. Na realidade essas áreas consideradas prioritárias, os usos humanos são menos intensos, e como corolário, ainda preservam traços típicos e endémicos da savana tropical.

As práticas atuais de gestão do turismo colocam em perigo os ecossistemas costeiros frágeis, desmantelam as territorialidades rurais.

Olhando os dados do turismo mundial, facilmente se percebe que quem tira mais proveitos pelo turismo são os mesmos países mais ricos do mundo. O continente africano, diante dos vários problemas: conflitos militares, miséria, fome cíclicas, tanto os governos, como os investidores econômicos não tem concentrado sua atenção ao turismo. Quem investe no turismo em Moçambique é o capital estrangeiro. As transformações espaciais em curso no Município de Inhambane, em grande medida, revelam o desafeto que existe entre os investidores com os lugares onde operam – não existe o compromisso com a preservação dos recursos que atraem turistas.

Ora, ao fazer-se menção no título do *poder do capital turístico impondo-se em 'territórios campesinos*, a ideia era de refletir sobre as decisões que são tomadas para concretização do turismo. A *integração do turismo em comunidades locais, ou em territórios campesinos* em Moçambique, tal como foi evidenciado, é difundida, a partir de um prossuposto de que, o turismo que compreende a "oferta e procura", pode ser instrumento económico para alavancar a economia das comunidades locais, pois, a oferta turística pode gerar trabalho direto (emprego) e indireto (auto-emprego). Por outro lado, há uma crença de a procura turística está assegurada. Tendo em conta o poder de compra na sociedade Moçambique, está claro que os consumidores de produtos turísticos são estrangeiros, pelo que, cada vez mais, o turismo submete a economia nacional na dependência estrangeira.

O processo de integração do turismo, na autarquia de Inhambane, não decorre com o objetivo de diversificação das fontes de renda nas forças produtivas internas, mas está associado às tentativas de realocação do capital a um segmento económico que já

demonstrou ser mais rentável, e em menos tempo. A fraca aderência das forças produtivas ao turismo, em parte tem a ver com a falta de dinheiro para realizar investimentos à dimensão do que os turistas exigem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região costeira na autarquia de Inhambane é alvo de processos de territorialização do capital turístico, sem observância das fragilidades dos ecossistemas, dos modos de vida da população local e dos seus diversos problemas sociais. O processo de territorialização do capital turístico decorre a partir da expropriação da terra dos camponeses por espoliação. Observa-se ainda que quando se aprova um projeto turístico, os sujeitos fixados nas parcelas abrangidas são alijados da discussão do encaminhamento dos projetos. Em seguida à edificação de empreendimentos turísticos, das infraestruturas, os trabalhadores continuam alijados. Por isso, pode-se dizer que as dinâmicas espaciais na autarquia de Inhambane, isto é, a "territorialização" do capital turístico se mescla desarmonicamente, aos sistemas que sustentam a vida dos camponeses.

Convém interpretar que as transformações internas motivadas por projetos turísticos estão inseridas no contexto global de submissão de Moçambique aos caprichos do capital internacional. Isso ocorre também com a infra-estrutura, em que se vê que os postes de distribuição da corrente elétrica e as estradas de ferro/linhas férreas, na sua maior extensão, são destinadas ao escoamento das matérias-primas

Esses objetos espaciais de reprodução do capital, edificados para atender os "desejos" de sujeitos das classes média e rica, disputam o espaço com os barracões de madeira e zinco; com casas de alvenaria; com casas feitas na base de combinação de caniço, adobe, folhas de coqueiro, capim, com cemitérios familiares, curais, capoeiras, machambas objetos necessários para concretização da vida dos camponeses. De tal modo, que o contraste verificado na paisagem, de fato, é uma fotografia do distanciamento entre os projetos turísticos e a realidade social dos trabalhadores moçambicanos.

REFERÊNCIAS

CISTAC, Gilles e CHIZIANE, Eduardo. **Turismo e Desenvolvimento Local**. Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Direito. Maputo, 2007.

CONSELHO MUNICIPAL DE INHAMBANE. **Plano Municipal de Gestão Ambiental do Município de Inhambane**, 2009

DIRECÇÃO PROVINCIAL DO TURISMO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Província de Inhambane (2014 – 2020)**. Inhambane, 2014

HANLON, Joseph. **Paz sem beneficios:** como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Tradução de Maria de Lurdes Torcato. Centro de Estudos Africanos. Imprensa Universitária – UEM, 1997.

JAMAL, Saíde. **Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública:** Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais. In: XII CONLAB 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2015

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Distrito Cidade de Inhambane**. Maputo, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017:** Resultados Definitivos. Moçambique: Maputo, 2019.
KNAFOU, Remy. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: ADYR A. B. Rodrigues (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2.ed. Hucitec, São Paulo, 1999.

ROVICENE, Samuel João; MASSUANGANHANE, Israel Jacob. **A terra**. DINAGECA: Maputo, 2001.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. Editora da Universidade de São Paulo, 2005
PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. 1ª ed,. Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.

SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. **Protecção e Exploração dos Recursos Naturais de Moçambique**. Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1963.

SOCIEDADE DE ESTUDOS DE MOÇAMBIQUE. **Exploração dos Recursos Naturais. Instituto de Investigação Agronómica**, 1963.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e imperios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução de Rita Pereira. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2008.

Recebido em janeiro 2021.

Revisão realizada em junho de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

GLOBALIZAÇÃO, TURISMO E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM MARRACUENE/MOÇAMBIQUE

GLOBALIZATION, TOURISM AND APPROPRIATION OF NATURE: A GEOGRAPHIC VIEW ON THE PRODUCTION OF TOURIST SPACE IN MARRACUENE / MOZAMBIQUE

GLOBALIZACIÓN, TURISMO Y APROPIACIÓN DE LA NATURALEZA: UNA VISIÓN GEOGRÁFICA SOBRE LA PRODUCCIÓN DE ESPACIO TURÍSTICO EN MARRACUENO / MOZAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa
Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados –Brasil. Docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè – Chimoio, Moçambique. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA.

E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

Karoline Batista Gonçalves
Doutora em Geografia pela Universidade da Grande Dourados. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA.

E-mail: estiloartesc@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa o processo de produção do espaço turístico no distrito de Marracuene em Moçambique. Foi possível constatar que as relações estabelecidas no processo de produção do espaço turístico em Marracuene são múltiplas e algumas delas, estão inseridas nas dinâmicas da globalização, e inclusive, na sociedade de consumo. O espaço turístico de Marracuene está sendo produzido com a finalidade de proporcionar momentos de lazer aos turistas estrangeiros. Posto isso, identificamos que o turismo praticado em Marracuene, está inserido na dinâmica global de acumulação do capital, pois notamos a presença de uma infinidade de referenciais culturais e características próprias que se tornam evidentes na relação com o *Outro*. No que tange a metodologia

utilizada para o levantamento de dados está pautada na oralidade e na observação de uma pequena vivência em Marracuene, que nos proporcionou identificar os múltiplos referenciais presentes nas atividades que são desenvolvidas no distrito, pois a todo momento, a população local se depara com a figura do outro, ou seja, com os turistas estrangeiros que possuem referenciais identitários distintos. Neste local, nota-se, igualmente, a negação do território aos povos nativos pelo capital turístico em expansão. O turismo praticado em Marracuene, pouco beneficia as populações locais, pois além de serem inibidas a usufruir a beleza natural aí existente, são igualmente, excluídas pela economia gerada por esta atividade.

Palavras-Chave: Turismo. Apropriação da natureza. Marracuene. Praia de Macaneta.

ABSTRACT

This article analyzes the production process of the tourist space in the Marracuene district in Mozambique. It was possible to verify that the relations established in the production process of the tourist space in Marracuene are multiple and some of them are inserted in the dynamics of globalization, and even in the consumer society. Marracuene's tourist space is being produced with the purpose of providing leisure time for foreign tourists. That said, we identified that tourism practiced in Marracuene, is inserted in the global dynamics of capital accumulation, as we note the presence of an infinity of cultural references and characteristics that become evident in the relationship with the other. Regarding the methodology used for data collection, it is based on orality and observation of a small experience in Marracuene, which allowed us to identify the multiple references present in the activities that are developed in the district, because at all times, the local population it faces the figure of the other, that is, foreign tourists who have distinct identity references. In this place, there is also a denial of the territory to native peoples by the expanding tourist capital. This type of tourism practiced in Marracuene, does little to benefit the local populations, because besides being inhibited from enjoying the natural beauty that exists there, they are also excluded by the economy generated by this activity.

Keywords: Tourism. Appropriation of nature. Marracuene. Macaneta beach.

RESUMEN

Este artículo analiza el proceso de producción del espacio turístico en el distrito de Marracuene en Mozambique. Fue posible verificar que las relaciones establecidas en el proceso de producción del espacio turístico en Marracuene son múltiples y algunas de ellas están insertadas en la dinámica de la globalización, e incluso en la sociedad de consumo. El espacio turístico de Marracuene se está produciendo con el propósito de proporcionar tiempo de ocio para turistas extranjeros. Dicho esto, identificamos que el turismo practicado en Marracuene, se inserta en la dinámica global de la acumulación de capital, ya que notamos la presencia de una infinidad de referencias culturales y

características que se hacen evidentes en la relación con el Otro. En cuanto a la metodología utilizada para la recolección de datos, se basa en la oralidad y la observación de una pequeña experiencia en Marracuene, lo que nos permitió identificar las múltiples referencias presentes en las actividades que se desarrollan en el distrito, porque en todo momento, la población local se enfrenta a la figura del otro, es decir, turistas extranjeros que tienen referencias de identidad distintas. En este lugar, la capital turística en expansión también niega el territorio a los pueblos nativos. Este tipo de turismo practicado en Marracuene, hace poco para beneficiar a las poblaciones locales, porque además de ser inhibido de disfrutar de la belleza natural que existe allí, también están excluidos por la economía generada por esta actividad.

Palabras-Clave: Turismo. Apropiación de la naturaleza. Marracuene. Playa Macaneta.

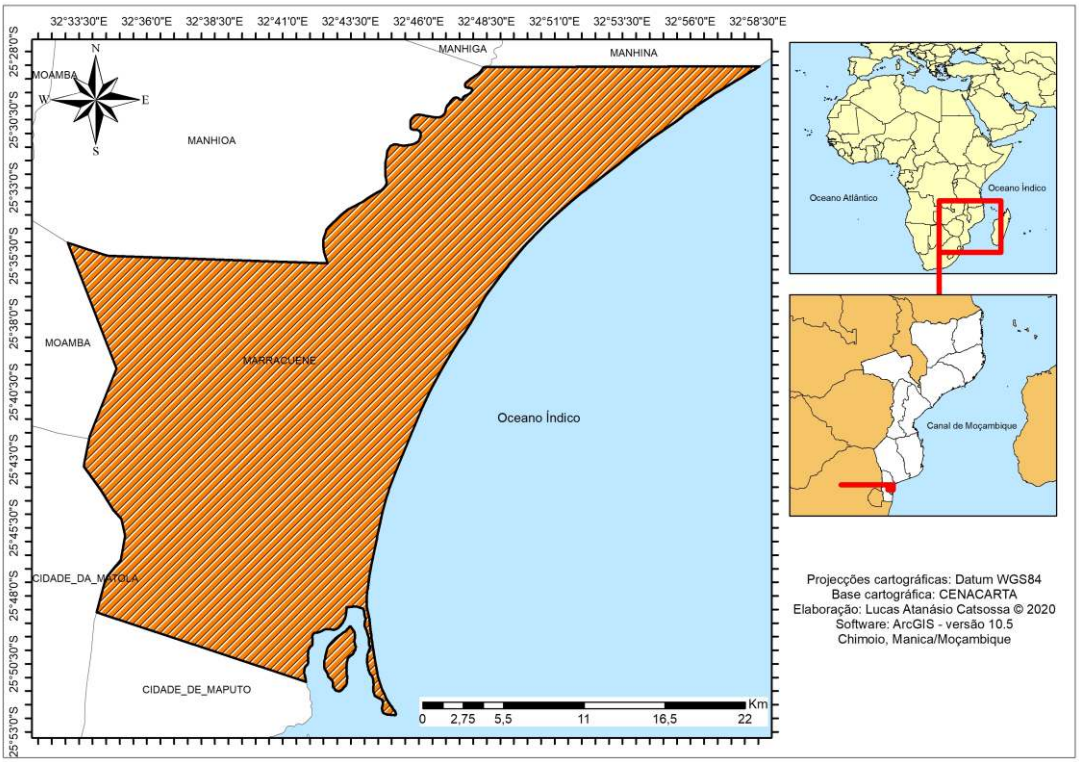
INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de algumas idas e vindas ao distrito de Marracuene durante a realização do Projeto intitulado "Práticas sociais e saberes de mulheres e homens e a produção do território rural no Distrito de Marracuene em Moçambique: viabilidade das alternativas produtivas no mundo da sustentabilidade", sendo este financiado pela CAPES e desenvolvido pela Universidade Federal da Grande Dourados, através do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique. Por sermos integrantes do grupo de pesquisa tivemos a oportunidade de participar do projeto e coletar algumas informações importantes que culminaram com esta reflexão que consideramos ser importante para o debate geográfico. Durante a estadia em Maputo-Moçambique os principais objetivos eram: analisar as dinâmicas territoriais moçambicanas e observar a organização e a influência das atividades turísticas sobre o distrito de Marracuene, mais precisamente a praia de Macaneta.

Como a análise das atividades turísticas no distrito de Marracuene era o principal foco de nossa análise, nos pautamos em conhecer algumas práticas de artesãos que se estendeu para além dessa localidade, ou seja, acabamos conhecendo alguns de Maputo. Nesse sentido, devemos considerar que foram muito importantes as visitas nas feiras de artesanatos e de pequenos produtores (em sua maioria mulheres) que vendiam

os produtos oriundos de suas Machambas[1]. Sendo assim, esse artigo apresenta-se como uma possibilidade de abordar algumas reflexões acerca da produção do espaço turístico em Marracuene, mais precisamente na Praia de Macaneta. Limita-se, a Norte com o distrito de Manhiça, a Oeste com o distrito de Moamba e Município da Matola e a Leste com o Oceano Índico e a Sul, com a cidade de Maputo, conforme mostra o mapa 1.

Mapa 1: Localização do distrito de Marracuene, província de Maputo



Organização: Os autores

É a partir da Praia de Macaneta que Marracuene se insere no mercado mundial de consumo, pois os turistas procuram este espaço turístico para satisfazerem os seus desejos, desfrutando da beleza natural aí presente. Como forma de atrair os turistas de outros quadrantes do mundo, foram sendo criados cenários alienantes e fascinantes, os quais atraem as pessoas a irem para este lugar. Tais cenários são criados

[1] Machambas são unidades de produção camponesa. É pela abertura de machambas que o campesinato moçambicano se territorializa. Para dizer que a machamba não é apenas a unidade de produção, mas também de existência e resistência camponesa. Para mais detalhes consulte: Catsossa (2020).

tanto por parte dos donos das instâncias turistas, quanto o governo. No caso dos donos das instâncias turísticas, cabe a eles criarem condições ótimas para garantir a hospedagem e segurança dos turistas. É por esta via que a Praia de Macaneta enquanto mercadoria é vendida aos turistas. Já no caso do governo, de referir que é o ator que cria condições para a dinamização da atividade turística em Moçambique, concessionando algumas áreas importantes para a prática do turismo, inclusive.

A metodologia utilizada para o levantamento de dados que serão apresentadas a seguir está pautada na oralidade, pois foram realizadas entrevistas semiestruturadas para que algumas informações fossem obtidas, além de visitas em alguns locais onde fotografamos e realizamos alguns pequenos vídeos de forma a observar como o território moçambicano está passando por algumas transformações.

Por meio das entrevistas e conversas identificamos as condições sociais, os olhares e muitas vezes informações que em uma pesquisa bibliográfica seriam dificilmente encontradas. Portanto, os discursos orais obtidos através das entrevistas foram direcionados para obter alguns dados que eram importantes para o projeto, e que consequentemente serão apresentados neste artigo.

GLOBALIZAÇÃO E TURISMO: ALGUNS SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

A globalização, embora com as suas ambivalências, perversidades, desigualdades e contradições passou a exercer um papel chave para a dinamização da atividade turística no mundo. De forma ambivalente, perversa, desigual e contraditória uniu os lugares e com eles, quase toda a sociedade. Ao conectar as pessoas, ela criou, igualmente, condições necessárias para que as mesmas se deslocassem para estes lugares em curto espaço de tempo a fim de desfrutar o que lá tem de melhor sob ponto de vista do consumo. A distância passou a não importar tanto.

A globalização conseguiu conectar as pessoas ao mundo das coisas, fazendo com que as mesmas se desloquem para vários lugares. Com a globalização, passou a ser normal para as pessoas da classe média/alta ou as elites/burguesias trabalharem num determinado lugar (cidade e/ou país) e depois irem jantar e dormir em outro. Os aviões e

jatos de luxo, às vezes, particulares, passaram, portanto, a desempenhar a função de garantir a locomoção das pessoas que pretendem alcançar diversos lugares num curto espaço de tempo. Ao escrever sobre "*turistas e vagabundos"* no quarto capítulo do seu livro "*Globalização: as consequências humanas"*, Bauman (1999) a firma que:

> No mundo em que habitamos, a distância não parece importar muito. Às vezes parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado. O espaço deixou de ser um obstáculo – basta uma fração de segundo para conquistá-lo. Não há mais "fronteiras naturais" nem lugares óbvios a ocupar. Onde quer que estejamos em determinado momento, não podemos evitar de saber que poderíamos estar em outra parte, de modo que há cada vez menos razão para ficar em algum lugar específico (e por isso muitas vezes uma ânsia premente de encontrar – inventar – uma razão) (BAUMAN, 1999, p. 85).

Ademais, ao surgir, a globalização fez algo interessante, mas preocupante ao mesmo tempo, na medida em que criou desejos/sensações, às vezes, incontroláveis nas pessoas. Igualmente, de forma combinada, perversa e ambivalente, ela gerou a *sociedade de consumo* indissociável a este processo. Para Bauman (2007, p. 20) a característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta – é a transformação dos consumidores em mercadorias. Com a globalização, o *turismo de consumo* ganha espaço. Nesse sentido, o *turismo de consumo* é entendido aqui como aquele que uma determinada pessoa decide ir consumir algo que lhe apetece num lugar específico em um curto espaço de tempo.

Por exemplo, os finais de semana passaram a serem usados para a prática do *turismo de consumo*, tendo em conta que as condições estavam criadas para tal propósito. Por sua vez, a globalização conseguiu conectar as pessoas ao mundo das coisas sem precisar retirar as mesmas dos seus lugares. As pessoas passaram a viajar de um lugar para o outro sem sair de onde estão. A afirmação de Bauman (1999, p. 86), segundo a qual, "pelo menos espiritualmente, somos viajantes", faz sentido. O autor afirma ainda, que muitas pessoas no mundo inteiro passaram a mudar:

> […] de lugar – de casa ou viajando entre locais que não são o da residência. Alguns não precisam sair para viajar: podem se atirar à Web, percorrê-la, inserindo e mesclando na tela do computador

> mensagens provenientes de todos os cantos do globo. Mas, a maioria está em movimento mesmo fisicamente parada – quando, como é hábito, estamos grudados a poltrona e passando na tela os canais de TV via satélite ou a cabo, saltando para dentro e para fora dos espaços estrangeiros com uma velocidade muito superior à dos jatos supersônicos e foguetes interplanetários, sem ficar em lugar algum tempo suficiente para ser mais do que visitantes, para nos sentirmos em casa. […] Mas, estamos também nos movendo em outro sentido mais profundo, seja com pé na estrada ou saltando entre canais e quer que gostemos ou não disso. A ideia do "estado de repouso", da imobilidade, só faz sentido num mundo que fica parado ou assim que fosse percebido: num lugar com paredes sólidas, estradas fixas e placas de sinalização bastante firmes para enferrujar o tempo. Não se pode "ficar parado" em areia movediça (BAUMAN, 1999, p. 85-86).

O acesso e difusão de informações importantes sob ponto de vista turístico por meios virtuais, sobretudo, através de dispositivos digitais como celulares, computador, tablete, televisão, aumentaram significativamente no mundo com o aparecimento da globalização. A internet passou a ser usada como um veículo pelos consumidores da sociedade de consumo para satisfazer as suas sensações e/ou os seus prazeres/desejos. As reservas aos espaços turísticos e instâncias hoteleiras, passaram a serem feitas via internet, mediante o registro e o pagamento, sem que os consumidores da sociedade do consumo estejam no lugar. O turismo de consumo passou também a ser praticado a partir da internet, na medida em que as pessoas em busca de satisfação das suas sensações ou desejos/prazeres, começaram a "invadir" determinados *sites* de agências turísticas, buscando informações sobre o que de melhor tem sob ponto de vista do consumo.

Com o advento das redes sociais (*Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram*, etc.) que também são frutos dessa globalização, transformaram ainda mais a sociedade, hiperconetando-a ao mundo das coisas (i)materialmente. As pessoas passaram a estar isoladas fisicamente, mas conectadas imaterialmente através das redes sociais. As publicidades dos espaços turísticos tanto pelos *outdoors* espalhados pelas avenidas e ruas de algumas cidades no mundo inteiro quanto pelos *sites* das empresas turísticas e pelas páginas das redes sociais, sobretudo, *Facebook*, são exemplos clássicos que explicam a forma como a natureza socialmente produzida, passou a ser mercantilizada

com vista a garantir a acumulação ampliada do capital em escala global para determinados grupos.

Ao analisar a sociedade contemporânea identificamos que esta tem vivenciado diversos problemas ligados ao modo como o sujeito se relaciona com a natureza, e a concepção desta deve estar ligada ao modo de vida da sociedade, as ações, pensamentos. Nesse sentido, De Oliveira (2002, p. 02) acentua que pensar a natureza hoje e a forma como os sujeitos se relacionam com ela dentro do modo de produção capitalista, nos remete às mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza.

As publicidades passaram a funcionar como elementos alienantes, cuja função é jogar as pessoas para o mundo do consumo e no caso do turismo, para visitarem os espaços turísticos. A hiperconexão das pessoas ao mundo das coisas no contexto da globalização, é acompanhada por aquilo que Debord (2003) vai chamar de sociedade do espetáculo. É a sociedade do espetáculo que vai trabalhar a *ferro e fogo* com vista a criar um cenário cada vez mais sedutor, tudo no sentido de jogar as pessoas ao mundo do consumo. Para Debord (2003, p. 26) o espetáculo na sociedade representa concretamente uma fabricação da alienação.

As empresas turísticas globais, fazem de tudo para garantir a acumulação e circulação do capital no mundo, fabricando objetos de desejo capazes de seduzir as pessoas ao consumo. Como salienta Harvey (2018, p. 92) a circulação de capital implica a circulação de formas alienadas em escala global. Em uma situação de concorrência na luta pela acumulação privada do capital em escala global, se quiserem sobreviver, as empresas turísticas globais (tanto grandes, médias e/ou pequenas) devem:

> […] despertar desejo e, para isso, devem seduzir os possíveis consumidores e afastar competidores. Mas, assim que o conseguirem, devem abrir espaço rapidamente para outros objetos de desejo, do contrário à caça global de lucros (rebatizada de "crescimento econômico") irá parar (BAUMAN, 1999, p. 86).

As imagens (fotografias) passaram, igualmente, a serem trabalhadas, isto é, editadas, às vezes, criando um cenário atrativo (às vezes, inexistente) nos espaços

turísticos socialmente produzidos. Trata-se, portanto, da produção de *imaginários* por meio de imagens (fotografias). Em resposta a essa necessidade de criar cada vez mais espaços imaginários para atrair as pessoas ao consumo, foram sendo contratados/as melhores fotógrafos/as e editores/as de fotografias com vista a criar tal cenário, às vezes, acompanhado por montagem:

> A indústria atual funciona cada vez mais para a produção de atrações e sensações. E é da natureza das atrações tentar e seduzir apenas quando acenam daquela distância que chamamos de futuro, uma vez que a tentação não pode sobreviver muito tempo à rendição de tentado, assim como o desejo nunca sobrevive a sua satisfação. Não há linha de chegada óbvia para essa corrida atrás de novos desejos, muito menos da sua satisfação. A própria noção de limite precisa de dimensões espaciotemporais. O efeito tirar a espera do desejo é tirar o desejo da espera (BAUMAN, 1999, p. 86-87).

Nesta mesma perspectiva, Debord (2003) afirma que:

> O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por excelência. O mundo ao mesmo tempo presente e ausente que o espetáculo apresenta é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido. O mundo da mercadoria é mostrado como ele é, com seu movimento idêntico ao afastamento dos homens entre si, diante de seu produto global (DEBORD, 2003, p. 29).

Posto isso, surge a seguinte indagação: porque o mundo vive o que Santos (1992) vai chamar acertadamente de "meio técnico-científico informacional"? A produção e difusão dos espaços imaginários com vista a atrair e jogar os turistas ao consumo tornou-se ainda mais fácil. Tal fato revolucionou não apenas a produção e difusão massiva dos espaços imaginários, mas também, uma infinidade de sensações e curiosidades nas pessoas. Por meio das imagens (fotografias) surgiu a ideia do belo, em que apenas se mostra a beleza dos lugares com a finalidade de seduzir as pessoas a visitar determinados lugares em benefício do capital. A partir de então, passa a ser fabricada uma paisagem artificial e imaginária capaz de seduzir as pessoas a irem para

estes lugares. As cores adicionadas as imagens (fotografias) no âmbito da fabricação da paisagem, criam uma curiosidade e sensação as pessoas para visitar tais lugares.

Essa adição de "cores vivas" em representação da paisagem imaginária com forma de atrair pessoas a visitar tais lugares, como se verá mais em diante, é recorrente em Moçambique, sobretudo, em cartazes de promoção de eventos (conferências) internacionais sobre o turismo no país. Igualmente, essa adição das cores vivas em representação da paisagem imaginária, é recorrente em cartazes de publicitação de lugares turísticos por parte das agências turísticas que operam em Moçambique. Mas, vale ressalvar que nem sempre a paisagem fabricada reporta a realidade dos lugares e, na maioria das vezes, tal fato cria frustração de quem visita os espaços turísticos.

A fabricação da paisagem por meio de imagens (fotografias) está inserida no processo de espetacularização das coisas, enfim, dos objetos com vista a alienar os consumidores da sociedade de consumo. A partir então, cabe ao turista ir a esses lugares desfrutar-se da beleza artificial criada pela sociedade capitalista e exibida a partir das imagens (fotografias) em *ortdoors* e postadas em *sites* da *internet* e em páginas das redes sociais – *Facebook*. No entanto,

> Além do espetáculo em si, a globalização criou a sociedade do espetáculo, indissociáveis deste processo. Esse espetáculo, diga-se de passagem, causa "hipnose" nos sujeitos ao ponto de alienarem-se pelas imagens, que são criados na sociedade do espetáculo, visível nas mercadorias oferecidas pelas publicidades (BARROS & CATSOSSA, 2019, s/p).

A partir de então, não são apenas as coisas mundanas que vão se espetacularizar, mas também a mercadoria é contemplada ao espetáculo. A natureza socialmente produzida pelos capitalistas (apropriada durante o processo de produção do espaço turístico), é a tal mercadoria que é contemplada ao espetáculo. É a partir da natureza socialmente produzida que o turista tira ou não a sua satisfação. É o consumismo que passou a forçar as pessoas a se locomoverem de um lugar para outro a busca da satisfação e de desfrutarem do que a vida tem de melhor. Para Bauman (1999, p. 91) "os consumidores são, primeiro e acima de tudo, acumuladores de sensações, são colecionadores de coisas apenas no sentido secundário derivativo". Mas, vale ressalvar

que os consumidores da sociedade de consumo se deslocam aos lugares do consumo depois de "atingir um certo ponto de alienação que se confunde com a hipnotização capitalista" (BARROS & CATSOSSA, 2019, s/p).

Para acelerar o processo de *sedução capitalista*, a globalização, passou, igualmente, a fabricar elementos alienantes, próprios do capitalismo, tudo no sentido de jogar os consumidores ao mundo do consumo. A esse respeito, Bauman (1999) afirma, no entanto, que:

> Para os consumidores da sociedade de consumo, estar em movimento – procurar, buscar, não encontrar ou, mais precisamente, não encontrar ainda – não é sinônimo de mal-estar, mas promessa de bem-aventurança, talvez a própria bem-aventurança. [...]. Para aumentar sua capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta insatisfação [...]. Mas, para fazê-lo ele precisa de consumidores que queiram ser seduzidos [...]. Numa sociedade de consumo que funcione de forma adequada, os consumidores buscam com todo empenho ser seduzidos. [...]. Eles próprios, para virar, vivem de atração em atração, de tentação em tentação, do farejamento de um petisco para a busca do outro, da mordida numa isca à pesca da outra – sendo cada atração, tentação, petisco ou isca à pesca nova, diferente e mais atraente que a anterior (BAUMAN, 1999, p. 90-91).

Por causa desta inacabada acumulação de sensações/prazeres, os consumidores da sociedade de consumo passaram a não medirem as consequências pelo fato desta querer, por exemplo, consumir quase (um pouco de) tudo que encontra em sua frente. Essa luta pela acumulação de sensações/desejos faz com que os consumidores da sociedade de consumo entre para o mundo da aventura. Começa a fazer aventuras, às vezes, em lugares mais perigosos sob ponto de vista de segurança. A entrada em grutas subterrâneos tanto a pé e/ou usando cordas, pulando de paraquedas, dentre outros cenários, são apenas uma das sensações/prazeres acumuladas pelos consumidores da sociedade de consumo. A isto, adiciona-se os passeios a pé, às vezes, de carro em (e/ou dentro das) áreas onde são conservados os animais selvagens.

A sociedade de consumo equipara-se aquela que Beck (2010) considerou acertadamente de "sociedade do risco" por ser inclusive, catastrófica e perversa. Na sociedade do risco, ameaça converte-se em normalidade (*cf*. BECK, 2010), enfim, em realizador de sensações/prazeres. Se consumir determinados produtos disponibilizados pela sociedade do consumo, é uma ameaça a existência da humanada, igualmente, tal fato passou a ser normalizada. Esta normalização do consumo de quase todos os produtos desmobilizados pela sociedade do consumo tem trazido consequências graves, pois transformaram-se em uma ameaça aos próprios consumidores (como também aqueles que não consome diretamente tais produtos). O Coronavírus – ou, simplesmente, COVID-19 considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma nova pandemia, uma ameaça a humanidade nesta primeira metade do século XXI, pode ser visto dentro do paradigma sociedade de consumo.

A cidade chinesa de Wuhan, onde inicialmente, começou o Coronavírus, pode ser considerada como sendo um lugar em que era praticado o *turismo de consumo*. Nesta cidade comercializavam todo o tipo de animais selvagens vindos de vários quadrantes do mundo. Igualmente, preparava-se vários sabores de comida (sopa) na base destes mesmos animais. Esses sabores criaram prazeres/sensações nas pessoas de tal maneira que passaram a viajar para provarem/consumir. Muitas pessoas de diversos lugares da China e do mundo em geral, passaram a frequentar a cidade chinesa para consumir tais produtos como forma de se satisfazer. A hipótese dominante que tenta explicar a origem do Coronavírus no mundo, aponta na possibilidade das pessoas que frequentavam a cidade de Wuhan terem consumido algum animal selvagem e/ou produto alimentar produzidos na base deste que terá sido contaminado pelo vírus de um morcego (*cf*. DAVIS, 2020).

Tal hipótese pode ser válida, uma vez que é recorrente em algumas cidades chinesas, sobretudo, a cidade de Wuham, a comercialização de animais selvagens empilhadas, umas das outras em mercados com elevado grau de imundice. Se a hipótese segundo a qual o Coronavírus tem origem natural prevalecer, significa que os chineses da cidade de Wuhan (e de outras cidades chinesas) e cidadãos de outros países do mundo em geral que praticavam o *turismo de consumo* neste país asiático, são em parte,

vítimas da globalização. Os chineses de Wuhan e tantos outros são vítimas da globalização porque a sociedade de consumo que vive colecionando as sensações e/ou prazeres, é um dos seus produtos emblemáticos.

Essa luta em querer colecionar sensações/prazeres por parte da sociedade do consumo, hoje coloca a humanidade quase em risco de sucumbir da face da terra. Tanto as pessoas que consumiram os animais selvagens e/ou a famosa sopa feita por estes na cidade de Wuhan como aquelas que não consumiram diretamente, ambas se encontram em eminente risco de sucumbir, pois estão a ser infectadas e a morrer por Coronavírus no mundo inteiro. As pessoas que não consumiram os animais selvagens e/ou a sopa feita por estes em Wuhan na China, passaram a serem infectadas por aquelas que consumiram.

A contaminação das pessoas que não consumiram, possivelmente, começa quando as que consumiram iniciaram a regressar para as suas casas e/ou a viajar para outros lugares do mundo, e foi assim que o Coronavírus se espalhou pelo mundo inteiro, infectando e matando milhares de pessoas, algumas delas, sem terem consumido os animais selvagens e/ou a sopa feita por estes em Wuhan. Esta é a única razão da expansão do Coronavírus no mundo e de forma particular, em Moçambique. Os países mais globalizados (que são igualmente desenvolvidos) por estarem super conectados, em pouco tempo, tornaram-se epicentros do Coronavírus no mundo depois da China. O exemplo clássico disto é a Itália, um dos maiores destinos turísticos mundiais e, mais tarde, os Estados Unidos.

Já no continente africano, a África do Sul também acabou se tornando um dos principais epicentros do Coronavírus por ser um dos países africanos altamente conectado ao mundo exterior, além de ser um dos principais destinos turísticos. Talvez, a África seja pouco castigada pelo Coronavírus por não ser um continente super conectado, enfim, menos globalizado (a diferença do que acontece nas Américas, na Europa, na Ásia e na Austrália, só para citar alguns exemplos), pois não são todos os países africanos que desenvolvem atividades turísticas. Em países como Moçambique, por exemplo, o que contribuiu inicialmente para a entrada do Coronavírus, são as viagens de trabalho ao exterior por parte dos membros do governo e também a entrada

dos investidores, como aconteceu na cidade de Maputo e na província de Cabo Delgado, respectivamente.

Podemos dizer que, de alguma forma a globalização contribuiu significativamente para a expansão do Coronavírus no mundo, pois a mesma não conseguiu limitar a tempo o fluxo das pessoas que viajavam como forma de conter a expansão e a propagação desta pandemia para outros países. Este pode ser considerado um dos impactos negativos da atual globalização e não é por acaso que Santos (2013, p. 23) afirma que a globalização "funciona como uma fábrica de perversidades" no mundo. Em relação a expansão do Coronavírus, Harvey (2020) afirma que:

> Não me surpreende que o *COVID – 19* tenha sido encontrado inicialmente em *Wuhan* (embora não sabíamos se teve sua origem lá). Os efeitos locais seriam subsistências e dado que este era um centro de produção importante, provavelmente, haveria repercussões econômicas globais (embora eu não tivesse essa magnitude). A grande questão era como o contágio e a difusão poderiam ocorrer e quanto tempo duraria (até que uma vacina pudesse ser encontrada). A experiência anterior tinha mostrado que uma das desvantagens da globalização consiste no fato de ser impossível deter uma rápida difusão internacional de novas doenças. Vivemos em mundo altamente conectado, onde quase todos viajam. As redes humanas de difusão potencial são vastas e abertas (HARVEY, 2020, p. 16).

Com o advento do Coronavírus, inicialmente, na cidade chinesa de Wuham que mais tarde gerou uma crise sanitária global, as fronteiras nacionais (terrestres, marítimas e aéreas), se fecharam inibindo a deslocação e circulação de pessoas (e mercadorias) de um lugar e/ou país para outro. O turismo é neste caso, um dos setores mais afetados pela propagação do Coronavírus e a situação é trágica para os países que dependem da atividade turística como uma das principais fontes de entrada de divisa, no caso de Cuba, por exemplo. Moçambique como se verá a seguir, o turismo é um dos setores da economia mais afetado pelo Coronavírus.

APROXIMANDO-NOS DA REALIDADE: TURISMO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, o turismo é considerado como sendo um dos setores catalizadores da economia nacional. No entanto, parte-se do pressuposto de que a entrada de estrangeiros no país, é diretamente proporcional a entrada de divisas para os cofres do Estado. Em parte, foi por meio destas alegações que o Coronavírus entrou em Moçambique. Em relação ao turismo, as estatísticas nacionais têm revelado uma oscilação das divisas no país de ano para ano (*cf*. INE, 2017). Coronavírus veio ainda agravar a situação no país, sobretudo, para o ano de 2020, embora houvesse euforia nas projeções do governo. Numa situação em que se decretou Estado de Emergência Nacional que limita a circulação de pessoas e o encerramento das fronteiras nacionais e todos os lugares de lazeres do país, a atividade turística foi a mais afetada.

Por causa do Coronavírus, algumas redes hoteleiras e agências de turismo fecharam as suas portas por falta de visitantes, demitindo vários trabalhadores assalariados, situação que gerou desemprego. Tanto os turistas estrangeiros como nacionais, embora estes últimos frequentes pouco os espaços turísticos (*cf*. INE, 2017), numa situação de propagação do Coronavírus e de Estado de Emergência Nacional não poderiam visitar as instâncias turísticas do país. Significa, igualmente, que as divisas poderão diminuir. Em Moçambique, por exemplo, este aspecto é partilhado tanto pelo governo quanto pelo setor privado representado pela Confederação das Associações Econômicas de Moçambique (CTA), cujo presidente é Agostinho Vuma. Da parte da CTA, há um entendimento segundo o qual o Coronavírus afetará negativamente a atividade turística do país, situação que está a criar instabilidade econômica no seio dos empresários.

As instâncias turísticas só voltaram a reabrir quando o governo decidiu relaxar algumas medidas de prevenção a partir do mês de Agosto. Com o relaxamento de algumas medidas de prevenção decretadas pelo governo, as quais permitiam a reabertura das instâncias turísticas, viu-se propagandas a se espalharem pelas redes sociais, sobretudo, *Fecebook*, publicitando mercadorias que possivelmente podem ser consumidos pelos turistas, nacionais e estrangeiros que forem a visitar estes espaços

turísticos. Mesmo assim, havia receio por parte das pessoas em frequentar os espaços turísticos, com o medo de serem infectadas pelo Coronavírus. A fraca afluência das pessoas em espaços turísticos significa que o Estado não vai conseguir arrecadar divisas suficientes a partir do turismo. Aliás, o governo já avançava que o Coronavírus está reduzindo o investimento para o setor do turismo. Além disso, o Coronavírus está a reduzir a entrada de divisas para o país.

Por exemplo, antes do Coronavírus alcançar Moçambique, o governo no seu Plano Quinquenal (2020-2024) estimava a entrada de cerca de 13 milhões de turistas, um número superior ao de 2019 que foi de cerca de 1.8 milhão. Perspectivava o crescimento de 1.1 milhão em 2020 de turistas nacionais a visitar as instâncias turísticas contra os cerca de 800 mil de 2019. Neste contexto, o Gás Natural Liquefeito (GNL) a ser explorado na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado, era visto como sendo um dos atrativos, daí que havia previsão de construção de alojamentos para receber turistas (*cf.* O PAÍS, 2020). Por parte do governo havia uma estimativa de criação de cerca de 426.3 mil empregos ao nível do país.

Algumas das ações governamentais para a promoção do turismo no país apontavam o seguinte (i) tornar fácil e acessível viajar dentro do país, através de uma maior interconectividade dos transportes aéreo, terrestres e marítimos; (ii) atrair mais investimentos de qualidade para o setor (do turismo), desenvolvendo ações de promoção da imagem do turismo de Moçambique e; (iii) incentivar o turismo doméstico através de adoção e promoção de pacotes turísticos atrativos (*cf.* O PAÍS, 2020). Para o governo, essas metas seriam alcançadas de várias maneiras: (i) capitalização da parceria público-privado, sobretudo, no âmbito de desenvolvimento de infraestruturas; (ii) na consolidação da Feira Internacional do Turismo e; (iii) na criação de hotéis-escola para garantir a formação e prestação de serviços de qualidade aos turistas (*cf.* O PAIS, 2020). Com a eclosão da pandemia de Coronavírus no mundo e a sua propagação em Moçambique, frustrou o sonho do governo, o que significa que os números previstos para 2020 devem ser revistos.

Em Moçambique, o turismo contribui pouco para a economia do país porque grande parte das reservas e pagamentos dos turistas as instâncias hoteleiras e

turísticas, são feitas no exterior via *internet*, não permitindo assim a coleta ao nível local e a entrada direta das divisas nos cofres do Estado. O que acontece é que o turista entra no país com quase tudo para permanecer os dias que reservou junto as instâncias turistas hoteleiras. Por exemplo, há casos em que os turistas vêm com os seus próprios produtos de consumo (alimentação, água, refrigerantes, cerveja, etc.) dos seus países de origem e isto, tem inibido a participação das comunidades locais sobre a economia gerada pelas atividades turísticas no país. Na maioria das vezes, alguns turistas voltam para os seus países deixando lixo, e como se verá mais em diante, essa situação é recorrente na praia de Macaneta em Marracuene.

O turismo em Moçambique é dominado e praticado por estrangeiros porque o governo tem alegado a falta de capacidade de gestão por parte do setor público, daí que as áreas de conservação devem ser concessionadas e entregues e geridos por quem pode e tem capacidade e/ou condições. A capacidade na gestão de parques e reservas nacionais e atribuída ao setor privado. Por exemplo, algumas praias e áreas de conservação da biodiversidade, como, por exemplo, parques e reservas nacionais, à exceção do Parque Nacional de Magoé, recentemente criado pelo Estado (*cf.* CATSOSSA, 2019), estão sendo geridos pelas empresas estrangeiras, sendo elas de origem sul-africanas e norte-americanas, só para citar alguns exemplos. Somado a sua suposta incapacidade na gestão das áreas de conservação da biodiversidade existentes no país, o governo em representação do Estado tem avançado em concessionar determinadas áreas, entregando-as ao setor privado.

Para dizer que o setor privado é que tem se beneficiado com as políticas governamentais ligadas a conservação da biodiversidade. Algumas praias também foram entregues a gestão privada, outras, estão em via de privatização, pois as mesmas têm sido fragmentadas e mais tarde, são ocupadas pelas empresas turísticas, num esquema pouco conhecido. Igualmente, esse cenário tem acontecido com áreas de conservação da biodiversidade, boa parte destas estão sendo entregues a gestão privada, com exceção do Parque Nacional de Magoé, na província de Tete, estudado por Catsossa (2019). Vale ressaltar que, o discurso político diz, por exemplo, que a gestão privada é mais eficiente se comparada a gestão pública, existem fortes indícios

que o Parque Nacional de Magóe poderá ser também tomado pelo setor privado como acontece com outras áreas de conservação distribuídos pelo país.

Este processo tem culminado com a apropriação e privatização dos espaços naturais pelo capital, isso porque depois que as empresas capitalistas receberem concessões do Estado, criam leis e condições próprias do capitalismo neoliberal, as quais passam a serem usadas na gestão das áreas de conservação da biodiversidade em sua posse. Ao serem apropriados e privatizados, os espaços naturais são transformados no que podemos chamar "territórios da conservação", dentre eles, os parques e reservas nacionais, no caso de Moçambique. Esses *territórios da conservação* estão inseridos no chamado paradigma da "crise socioambiental". Nota-se, portanto, o que Santos (2013) chama de "compartimentação e fragmentação do espaço geográfico" o que para Fernandes (2008) seria o surgimento dos "territórios do território", os quais passam a ser governados e/ou geridos pelos "dinheiros globalizados" (SANTOS, 2011), mas, mascarado pelo discurso conservacionista e/ou preservacionista.

É o chamado "*green grabbing*" que é nada mais, nada menos que o processo de apropriação e privatização dos espaços naturais por meio de discursos *conservacionistas e/ou preservacionistas*. Além de ser uma farsa, a preocupação ambiental em relação ao paradigma conservacionista e/ou preservacionista, trouxe outro elemento importante à temática sobre o meio ambiente. Para Gonçalves (2019, p. 98) durante o debate em torno da questão ambiental ocorreu "a agregação do interesse econômico frente as políticas de conservação ambiental" no mundo. Convém realçar que, por de trás do discurso *conservacionista e/ou preservacionista*, está a ideologia do "desenvolvimento sustentável" ("*sustentable development*") e a ideologia da "economia verde" ("*green economy*").

Tanto a ideologia do "desenvolvimento sustentável" quanto a ideologia da "economia verde", ambas são recriações do capital e o discurso *conservacionista/preservacionista* presente nelas, esconde o sentido primitivo do processo de acumulação ampliada do capital em escala global. Mesmo as praias que antes eram de uso comum e de acesso livre, verificam-se apropriação e a privatização

das mesmas pelo capitalismo global. A partir de então, a exclusão das populações locais passa a ser recorrente, pois para a sua entrada, é colocada uma taxa paga em forma de renda ao capitalista que detém o controle desta área. É o que aconteceu com a praia de Macaneta no distrito de Marracuene que será analisada mais em diante.

Moçambique conta com características e elementos muito particulares e singulares, capazes de fascinar qualquer pessoa que se dispõe a viver uma experiência e/ou aventura neste país africano. O país tem uma paisagem deslumbrante, composta por praias, parques nacionais e reservas, que são, portanto, atrativos turísticos do país. Estimativas atuais dão conta que Moçambique:

> […] abarca mais de 5.500 plantas, 220 mamíferos e 690 espécies de aves, muitas das quais endêmicas. As principais atrações estão ao longo da linha costeira de Moçambique com 2.700 Km com praias de palmeiras, lagoas e ilhas, incluindo os arquipélagos de Bazaruto e das Quirimbas, extensos recifes de coral, parques nacionais e reservas que estão sendo repovoados com uma variedade de fauna. De uma área total de 780.000 km², 87.000 km² de áreas protegidas (11,1%), o País é povoado, com grandes áreas de terra não exploradas. A mistura de influências Africana, Árabe e Portuguesa do País é evidente na vibrante vida noturna e na gastronomia (MOÇAMBIQUE, 2015, p. 5).

Por sua vez, Moçambique tem uma extensa linha costeira, mas sob ponto de vista turístico, é pouco explorada pelo Estado. A falta de exploração da linha costeira moçambicana pelo setor turístico, em parte, está relacionada a falta de políticas estratégicas sob ponto de vista de governação. Igualmente, deve-se à forte dependência do Estado ao investimento externo. Além das lindas praias que se encontram em quase toda a zona costeira moçambicana, o país tem uma paisagem deslumbrante e fascinante, que é propícia para a prática do turismo de natureza ou ecoturismo. Em Moçambique, o turismo que mais movimenta turista no país, é turismo de natureza.

Nos últimos anos, o Estado tem promovido ações para a prática do turismo de natureza. Por causa da bela paisagem, o governo tem organizado eventos internacionais com vista a promoção de "Turismo de Natureza". O objetivo destes eventos internacionais tem sido apresentar as potencialidades que o país possui para a

prática do turismo de natureza. Em 2017, o governo organizou a primeira Conferência Internacional sob lema Turismo baseado na Natureza, conforme figura 1:

Figura 1: Conferência Internacional "Turismo baseado na natureza", Maputo/Moçambique



Fonte:https://www.google.com.br/search?q=turismo+de+natureza+em+mo%C3%A7ambique&sxsrf=ALeKk03Lr4jx1M7Sroq297f8pdpFrsttQ Acesso em: 23 de fev. de 2020.

Além do setor privado nacional e estrangeiro, nesta conferência participaram várias entidades nacionais e estrangeiras, entre elas, chefes e ex-chefes de Estado, instituições multilaterais –, com destaque para o Banco Mundial. Além de ter se configurado em um espaço para a troca de experiências, para alguns participantes, sobretudo, o setor privado nacional e estrangeiro, esta conferência foi uma oportunidade para a materialização dos seus negócios.

Além disso, contou com diversas personalidades, entre políticos, empresários, acadêmicos e especialistas de 25 países visando debater a importância da conservação da biodiversidade, enquanto um atrativo turístico no mundo. Fazendo referência a esta conferência, o governo por via do extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER –, atualmente, Ministério da Terra e Ambiente) responsável pelas áreas de conservação no país, afirmou o seguinte:

> A nível global, os governos nacionais, ONGs e os gestores de áreas de conservação enfrentam desafios para conseguir financiar a proteção

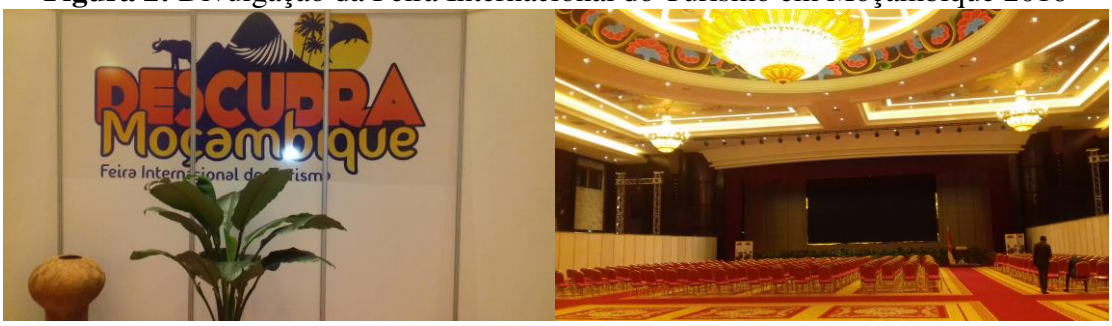
> dos habitats e espécies e, ao mesmo tempo, garantir que as comunidades locais se beneficiem das áreas de conservação. O turismo baseado na natureza, surge como uma das soluções para resolver o dilema. Ao promover a fauna bravia e os espaços naturais como atrações, os países podem preservar os ecossistemas e gerar empregos para as populações que vivem mais próximo de animais selvagens. Esta conferência internacional pretende explorar mecanismos de desenvolvimento do turismo baseado na natureza nas áreas de conservação, de forma a fornecer resultados para as pessoas e a vida selvagem. O turismo é uma indústria prioritária para o Governo de Moçambique e o Estado está empenhado em criar oportunidades que explorem e enalteçam o poder do desenvolvimento. Para este efeito, o Governo estabeleceu as condições necessárias para que as áreas de conservação implementem as parcerias público-privadas. As parcerias público-privadas são indispensáveis para oferecer um turismo de primeira classe nas áreas de conservação e também garantir que essas áreas selvagens sejam protegidas para o futuro. A cogestão das áreas de conservação é uma forma inovadora de aceder aos recursos técnicos, profissionais e financeiros necessários[2].

Vale ressaltar que, não é apenas o turismo de natureza que o governo tem procurado promover em Moçambique. Pelo contrário, verifica-se também a promoção do turismo cultural. Nos últimos anos, turismo e a cultura tem andado de "mãos dadas", enquanto atrativos turísticos. O próprio ministério se chama "Ministério da Cultura e Turismo", uma clara confirmação de que o turismo e a cultura andam de "mãos dadas" em Moçambique. Por exemplo, antes da fusão, os Ministério da Cultura e Turismo funcionavam de forma autônomas. Mais tarde, compreende-se que havia uma necessidade de juntar cultura e o turismo no mesmo ministério e esta, foi uma ideia bem pensada.

O governo entende que de mão dadas, a natureza e o turismo podem trazer ganhos para o país sob o ponto de vista de divisas para os cofres do Estado. Nos últimos anos, o governo tem organizado eventos internacionais para a promoção da natureza e a cultura no país. Em consonância com isso organizou em 2016 a Feira Internacional do Turismo, onde publicitava as potencialidades turísticas do país, sob o *slogan* "*Descubra Moçambique"* conforme ilustra a figura 2:

[2] Disponível em: https://www.mitader.gov.mz/conferencia-internacional-do-turismo-baseado-na-natureza/. Acesso em 23 de fev. de 2020.

Figura 2: Divulgação da Feira Internacional do Turismo em Moçambique 2016



Autora: Gonçalves, Karoline Batista (2016).

O governo moçambicano voltou a organizar mais um evento em 2019, entre os dias 31 de Outubro a 03 de Novembro, a "*FIKANI – Feira Internacional de Turismo de Moçambique*" e subordinou-se ao tema "*Turismo e Cultura: promovendo o emprego e o bem-estar*" e ocorreu na cidade de Maputo [vide figura 3].

Figura 3: Feira Internacional de Turismo de Moçambique/Maputo



Fonte: http://www.micultur.gov.mz/index.php/turismo/556-vii-edicao-da-feira-internacional-de-turismo-abre-hoje-em-maputo. Acesso em: 22 de fev. de 2020.

As feiras internacionais do Turismo de Moçambique têm sido usadas pelo governo para atrair investimento como também para publicitar as belas, maravilhosas e fascinantes paisagens que o país apresenta enquanto atrativo turístico. É a partir da apresentação dessas paisagens que o governo consegue atrair investimentos bem como os turistas para visitarem tais lugares. Em uma tentativa de fazer da cultura um atrativo turístico em Moçambique, o governo tem organizado festivais culturais que acontecem de forma rotativa em todas as províncias do país. Por exemplo, cada província envia seus representantes, os quais apresentam o que têm de melhor em termos culturais a ser explorado pelo turismo. A figura 4, mostra a publicidade da *IX Festival Nacional da Cultura*, ocorrido entre os dias 24 a 29 de Agosto de 2016, na província central de Sofala.

Figura 4: IX Festival Nacional da Cultura, Sofala/Moçambique



Fonte: http://www.micultur.gov.mz/index.php/ix-festival-nacional-da-cultura/348-beira-acolhe-a-cerimonia-central-de-lancamento-do-ix-festival. Acesso em: 24 de fev. de 2020.

A organização de festivais nacionais está dentro do paradigma de promoção do turismo doméstico. Nos festivais nacionais da cultura, cada província apresenta dança e cânticos, pratos (comida), artesanato típicos dos lugares. Esses aspectos funcionam como atrativos turísticos passíveis de serem vendidos aos turistas. Aqui, se está diante da espetacularização das coisas enquanto a base de sedução dos sujeitos para jogá-los no mundo do consumo. Para dizer que o turismo moçambicano, não difere

tanto do turismo de outros países do mundo, pois visa garantir acumulação privada do capital entre os grupos sociais envolvidos.

Mas, vale ressalvar que a forma como o espaço turístico moçambicano vem sendo construído/produzido e organizado, além de evidenciar uma "seletividade espacial" ("elitização dos lugares turísticos"), é marcado também por conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais. De um lado, estão as empresas que operam no ramo da conservação/preservação da biodiversidade querendo ampliar e/ou anexar outras áreas e, do outro, os camponeses e as comunidades rurais, lutando e resistindo para permanecer em suas terras. Mulhaisse (2020) em sua tese de doutorado, revela a emergência dos conflitos sociais resultantes da produção do espaço turístico no Parque Nacional de Gorongosa, localizado na província de Sofala.

Este autor faz saber, por exemplo, que a ampliação da área do parque, levou a expropriação dos camponeses. Este processo é relatado também por Catsossa (2019), mas a partir do Parque Nacional de Magoè, na província de Tete. Com a ampliação e anexação de outras áreas, os camponeses foram inibidos de realizar determinadas atividades, como, por exemplo, a casa, a pastagem de gado, corte de estacas, lenha, fabricação de carvão vegetal, etc. Este autor faz saber que, como estratégia de sobrevivência, algumas pessoas dentro das comunidades, tem facilitado algumas empresas o corte de madeira dentro da área do Parque Nacional de Magoé.

Por sua vez, este processo é relatado também por Bruna (2020) e faz destaque do Parque Nacional do Limpopo, um parque transfronteiriço em que a gestão é compartilhada entre a República de Moçambique e a República da África do Sul. Esta autora, aponta, por exemplo, que o processo de implantação do parque levou a transferência e, consequentemente, o reassentamento de centenas de famílias camponesas que viviam dentro da área do parque e os que viviam na zona de Tampão. Para esta autora, o processo de reassentamento foi conflituoso, uma vez que não decorreu dentro das normas previstas na lei e como consequência disto, assiste-se à deterioração das condições de vida das famílias camponesas reassentadas.

Em relação a "seletividade espacial", de realçar que ela inibe o acesso livre as pessoas de baixa renda aos lugares turísticos, passando assim, a serem frequentados

por uma classe social que detém poder, neste caso, financeiro na sua maioria, sul-africanos, chineses, portugueses e entre outras nacionalidades. Trata-se, portanto, de um processo contraditório e desigual de produção do espaço turístico, na medida em que o mesmo é orientado para o mercado global, cujo objetivo é gerar lucro. Significa que os nativos são excluídos em detrimento dos turistas estrangeiros e é o que se verifica no distrito de Marracuene conforme será analisado a seguir.

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM MARRACUENE: DO ESPAÇO DE USO COMUM AO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO PRIVADA DO CAPITAL

A expressão *produção do espaço*, inicialmente empregue por Henri Lefebvre, tem sido alvo de um intenso debate na ciência geográfica. O turismo por ser uma atividade econômica que se materializa no espaço geográfico, diversos estudiosos dessa área do conhecimento passaram também a analisá-lo sob viés socioespacial. Para dizer que espaço e turismo são categorias analíticas que se intercambiam mutuamente. Produzir um espaço turístico, significa acima de tudo, apropriá-lo para um determinado uso. Essa apropriação do espaço, faz emergir relações de poder. Entretanto, enquanto "prática social moderna", o turismo "depende, indubitavelmente, da *valorização do espaço* e da *organização estratégica dos territórios*" (COSTA, 2010, p. 19 grifo do autor). A valorização do espaço para fins turísticos, significa acima de tudo, a sua transformação.

O fim, é criar elementos que vão alienar quem pretende e/ou tem interesse em visitar estes espaços. Este processo leva a apropriação e privatização da natureza, na medida em que a mesma, é transformada de *valor de uso* para *valor de troca*. Ao ser transformada em um valor de troca, a partir deste momento, a natureza passa a configurar-se como um meio de acumulação ampliada do capital em escala global para quem a apropria e a privatiza. A esse respeito, Moretti (2012) afirma:

> A transformação do valor de uso para valor de troca nas relações da sociedade com a natureza faz parte do processo de produzir a natureza para atingir o objetivo definido pelo modo de produção, ou seja, a reprodução ampliada do capital em escala ampliada (MORETTI, 2012, p. 17).

Essa transformação do valor de uso para o valor de troca, ocorreu no distrito de Marracuene, na província de Maputo. A transformação do distrito de Marracuene se dá quando uma empresa turística sul-africana se territorializa na praia de Macaneta, um dos principais atrativos turísticos deste lugar. Em relação ao turismo no distrito de Marracuene, o mesmo tem como principal alvo a Praia de Macaneta, ou seja, o "turismo de praia e sol", que em sua maioria é voltado para os turistas estrangeiros. No relato a seguir é possível observar como se encontra estruturado o turismo na região da Praia de Macaneta:

> O nosso turismo é um turismo de praia e sol, em nível de distrito temos 147 estabelecimentos comerciais, em que se destaca as estâncias turísticas, hotéis, lojas e pousadas. Na praia de Macaneta temos registrado 37 estabelecimentos comerciais. Temos diversas atividades como, por exemplo, a prática do hipismo onde temos 14 cavalos a disposição dos turistas, além de atividades de canoagem e caiaque. Nas estâncias turísticas temos algumas na forma matriarcal, feito de caniço e palha, como também temos construção de quartos definitivos. A maior parte dos empresários que estão instalados aqui são estrangeiros, e muitos da África do Sul. O nosso turismo vive uma fase embrionária eu penso que com a ponte que foi construída vai revolucionar a praia de Macaneta. Em termos de comodidade até o momento o máximo que temos é um hotel quatro estrelas. Estamos em crescimento com a reestruturação de alguns aspectos. Por exemplo, nós não tivemos o cuidado de deixar espaços públicos para as pessoas locais terem acesso à praia, então hoje os acessos estão cheios de cancelas, não existem caminhos abertos. Já temos definido abrir caminhos públicos para que todos tenham acesso à praia, ou seja, um caminho com a largura de três metros para não haver transtornos. A limpeza da praia é de responsabilidade de cada estância turística, mas também vão esporadicamente pessoas do governo fazerem a limpeza. A capitânia da polícia está presente na praia (Entrevistada I, Serviço Distrital de Atividades Econômicas de Marracuene, 17/10/2016).

O turismo que vem sendo desenvolvido em Marracuene tem como propulsor a Praia de Macaneta, que embora esteja em fase embrionária possui uma característica peculiar, ou seja, as atividades desenvolvidas ali estão voltadas para um público global,

e não local. Tanto que os caminhos que dão acesso à praia começaram a serem controlados por meio de cancelas, que de certa maneira limita a população local desprovida de recursos terem acesso à área. Por exemplo, antes da colocação das cancelas pelos caminhos que dão acesso à praia de Macaneta, a população local tinha acesso livre a este lugar turístico.

O cenário altera após a construção da Estrada Circular de Maputo e da ponte que foi colocada na estrada que dá acesso à praia de Macaneta, no distrito de Marracuene. A partir de então, quem quisesse entrar e usufruir das águas cristalinas que a praia de Macaneta proporciona, teria que pagar uma taxa. Tendo em conta que grande parte da população local é pobre, identificamos que a taxa cobrada pela empresa gestora da praia de Macaneta, passou a ser um limitante para que a população local fosse a praia. Podemos dizer que a taxa atualmente cobrada pela empresa gestora da praia de Macaneta contribui para a exclusão da população local.

A comunidade de Marracuene, sobretudo, a que vive nas proximidades da praia de Macaneta, que tem a natureza como um bem de uso comum, passou a ser inibida de usufrui-la, pois a mesma, foi apropriada e privatizada com vista a atender os interesses meramente capitalistas, os de acumulação privada da riqueza. Neste caso, quem se beneficia com a instalação de cancelas no acesso à praia são as empresas turísticas e não as populações circunvizinhas. O que fica na praia de Macaneta, é apenas o lixo trazido por turistas sul-africanos e alguns moçambicanos que vivem nas cidades de Maputo e Matola, respectivamente. Para a remoção deste lixo, tem havido algumas iniciativas lançadas por alguns ambientalistas como é o caso do jurista e ambientalista Carlos Serra.

Através do "*Operação Caco*", ele tem mobilizado pessoas para a remoção de lixo nas praias sendo a de Macaneta uma delas. Carlos Serra tem aproveitado este momento para conscientizar as pessoas sobre a importância de não sujar as praias. Nesse sentido, podemos perceber que esse turismo acaba influenciando a organização territorial do distrito, que antes tinha o acesso livre a área e, no entanto, passaram a serem controladas, e produziram uma nova dinâmica para o turismo da região. No entanto, essas mudanças de certa maneira ainda não trazem tantos benefícios para ao

distrito como inicialmente planejava, pois grande parte das divisas não ficam no distrito como é possível observar no relato abaixo:

> **O que representa o Turismo para o Distrito de Marracuene?** A maioria de nossos clientes e empresários são sul-africanos e chineses. O ruim é que todos esses turistas pagam os gastos no país de origem e vem pouca coisa para o distrito. O distrito não realiza cobranças fiscais. A atividade tributária está sendo criada ainda. E os empresários de nossa região pagam os tributos em outras províncias porque nós aqui não temos como cobrar. Sobre o licenciamento para abertura dos estabelecimentos até duas estrelas e 10 camas vai para responsabilidades da província e depois já é de responsabilidade da nação. E para a execução da atividade turística eles fazem uma contribuição que pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual dependendo do valor. As empresas de turismo que temos aqui a maioria dos proprietários são estrangeiros, mas os funcionários de Marracuene. E quando essas empresas vão requerer o licenciamento eles devem dizer quantos empregados terão, quantos são homens, mulheres e estrangeiros (Entrevistada I, Serviço Distrital de Atividades Econômicas de Marracuene, 17/10/2016).

Ao longo de nossas visitas ao distrito observamos que as práticas turísticas ainda se encontram em uma fase inicial, pois o distrito apresenta um grande potencial que pode ser aproveitado tanto pela população local quanto pelo Estado, que antes de tudo, deve ter uma política voltada para o desenvolvimento dessa atividade. As relações que são estabelecidas no processo de produção do espaço turístico no distrito de Marracuene são múltiplas e isto, se deve a uma infinidade de referenciais culturais e características próprias que se tornam evidentes na relação com o outro. Mas, nisso tudo, há um aspecto que chama atenção.

Nota-se, portanto, a apropriação da praia de Macaneta pelo capital monopolista de origem sul-africano. Por sua vez, o acesso à praia por meio de veículos motorizados estava limitado, pois para ingressar nos caminhos de acesso era cobrado uma taxa, justificada pelo fato de serem veículos motorizados. Antes da territorialização do capital turístico sul-africano, o acesso à praia de Macaneta era livre. Mas, com a chegada dos capitalistas sul-africanos, e posteriormente, a apropriação da praia de Macaneta, tudo neste local mudou de forma repentina, pois as relações sociais aí estabelecidas, passaram a ser medidas por meio de uma moeda, o metical, rand ou dolar.

Significa que para o indivíduo ter acesso à praia de Macaneta, deveria pagar uma taxa, o equivalente a *renda* (da terra). Por sua vez, nas proximidades do local de acesso à praia, há outro aspecto que chama atenção. Neste local foi constatado que uma parte considerável dos lotes estavam demarcados e cercados. Estes lotes demarcados e cercados, possivelmente, são de grupos sociais que pretendem se integrar na economia gerada pelo turismo através de oferecimento de serviços de hospedagem. Mas, vale ressalvar que a possibilidade destes lotes serem das elites políticas e econômicas moçambicanas, é maior.

Boa parte destes lotes foram adquiridos a muito tempo pelos seus "donos", esperando apenas a valorização de Marracuene pela atividade turística para depois, entrarem na órbita da acumulação privada do capital. Significa que os supostos "donos" se bem entenderem, podem construir casas para hospedarem turistas como também podem vender tais lotes, às vezes, especulando a quem precisa deles para o uso capitalistas dos mesmos. Essa prática é recorrente em Moçambique e bem demonstrada por Catsossa (2020), pois é desta forma que o capital circula. O turismo em Marracuene tem se beneficiado grandemente pela infraestrutura chamada "Circular de Maputo" que é uma estrada, diga-se de passagem, "moderna" pela sua planta conforme ilustra a figura 5.

Figura 5: Estrada Circular de Maputo/Moçambique



Fonte: https://realestate.co.mz/2019/03/19/ministro-pede-manutencao-imediata-da-estrada-circular-de-maputo/ . Acesso em: 20 de fev. de 2020.

A "Estrada Circular de Maputo" permite a circulação de turistas para diferentes pontos da cidade de Maputo como, por exemplo, a praia da Costa do Sol, sítios culturais dentre outros. Esta infraestrutura facilita o acesso ao distrito de Marracuene, enquanto espaço turísticos por parte dos cidadãos nacionais e dos turistas estrangeiros, que procuram deliciarem-se da paisagem exorbitante aí existente. Quando não havia a circular, o acesso era a travessia era feita por meio de balsas. Foi um grande investimento feito em sua maioria por capital chinês, conforme figura 6:

Figura 6: Construção da Ponte chamada Circular (à esquerda) e Margens da Circular (à direita)



Autora: GONÇALVES, K. B. (2016).

Ainda a caminho da praia de Macaneta, passando pelo perímetro urbano de Marracuene, é possível visitar a feira de pequenos agricultores, caracterizado pelo comércio informal, em sua maioria mulheres, que comercializam os produtos de suas machambas (pequenas parcelas de terras onde se desenvolve práticas agrícolas). É importante ressaltar que em Moçambique, diferente do Brasil, não existe a propriedade privada da terra, ou seja, obtém-se o direito de uso de uma parcela de terra:

> Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. Como meio universal de criação da riqueza e do bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é direito de todo povo

> moçambicano. As condições de uso e aproveitamento da terra são determinadas pelo Estado. O direito de uso e aproveitamento da terra é conferido às pessoas singulares ou coletivas tendo em conta o seu fim social (MOÇAMBIQUE, 2016, p. 01).

Dentro da sociedade moçambicana, há, portanto, um entendimento segundo o qual, em Moçambique está em curso um processo de privatização e mercantilização da terra, isto num contexto de propriedade da terra. De fato, os títulos de terras têm sido comercializados a preços exorbitantes e isto ocorre com frequência nas cidades. Verifica-se, portanto, uma especulação e para obterem maiores lucros, os seus detentores dividem em pequenas parcelas e depois, vendem aos que precisam da terra. O mercado de terras em Moçambique é mais ativo nas cidades sendo, contudo, elevado em áreas de interesse turístico.

Com isso, não significa que o campo está imune a este fenômeno pois, o mercado de terras em Moçambique vem crescendo também nessa área, e deve-se a recente expansão do agronegócio. Como consequência disto, muitas famílias camponesas são expropriadas e expulsas das suas terras, situação que desemboca em conflitos sociais caracterizadas por disputas territoriais. Muitos camponeses (homens e mulheres) desenvolvem atividades agrícolas, ocupam espaços reduzidos. Pelo fato dos espaços que ocupam serem reduzidos, nem sempre produzem alimentos suficientes para o consumo, daí que caem ciclicamente na fome e na miséria (*cf*. CATSOSSA, 2020).

Os poucos produtos que os camponeses retiram de suas machambas (espaço de produção camponesa) enquanto mecanismo de territorialização do modo camponês de fazer agricultura no campo (*cf*. CATSOSSA, 2020), comercializam em mercados locais e pequenas feiras ou em alguns espaços da cidade, muitas vezes nas esquinas das ruas. Esse cenário foi constatado em Marracuene. Em relação à infraestrutura do local que abriga a feira de Marracuene que ocorre aos sábados, podemos observar que ainda é precário, pois a maioria das mulheres comercializam seus produtos no chão, conforme podemos visualizar na figura 7.

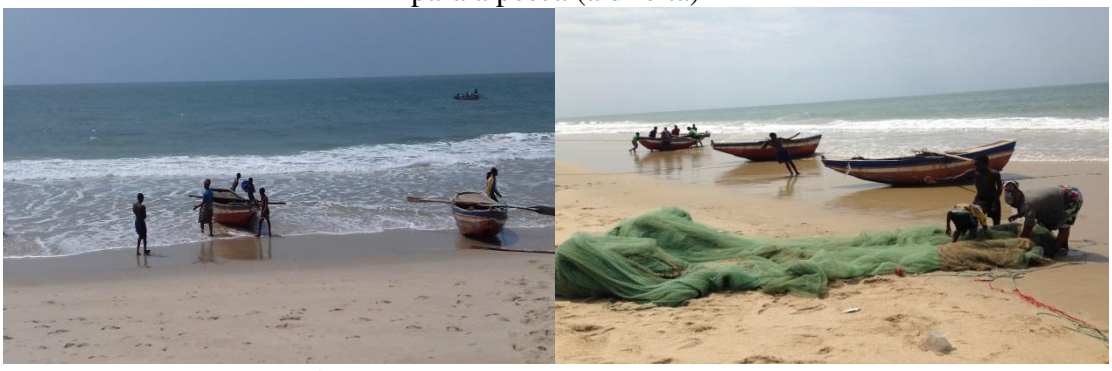
Figura 7: Feira de Marracuene (à esquerda) e maneira de comercializar os produtos (à direita)



Autora: GONÇALVES, K. B. (2016).

Logo após visita a feira de mulheres, seguiu-se para a praia de Macaneta, com o intuito de identificar como as atividades turísticas tem crescido na região, além de observar as práticas dos pescadores locais. Quando nos aproximamos do local grande parte dos pescadores já estavam no mar com suas redes apostas, ficamos na praia até o retorno dos mesmos, e presenciamos a chegada dos outros integrantes de suas famílias que auxiliam na puxada da rede de pesca. Vale salientar que a pesca artesanal tem um destaque no país sendo caracterizada pela utilização de técnicas rudimentares e o uso de pequenas embarcações, uma realidade que pode ser identificada na figura 8.

Figura 8: Pescadores da praia de Macaneta (à esquerda) rede utilizada para a pesca (à direita)



Autora: GONÇALVES, K. B. (2016).

Depois que os pescadores terminaram de puxar suas redes, conversamos com alguns no intuito de saber como estavam às atividades de pesca da região, e grande parte nos relatou que nos últimos dias havia diminuído a quantidade de peixes, mas que havia épocas em que a pesca era farta. Os peixes são vendidos por quilo para o comércio local, para os turistas que vem na praia, e quando eles têm pescas abundantes, as mulheres acabam comercializando no distrito de Marracuene na feira. Após observar as atividades dos pescadores recorremos à praia de Macaneta para observar de que maneira está ocorrendo o crescimento do número de estabelecimentos comerciais nessa área. Foi possível perceber que houve um grande crescimento no número de hotéis e pousadas na região, e grande parte dos donos são estrangeiros, em sua maioria de nacionalidade sul-africana. Na figura 9 é possível visualizar alguns dos estabelecimentos que estão instalados em áreas próximas a praia:

Figura 9: Comércios Praia de Macaneta (à esquerda) e Quiosques comerciais (à direita)



Autora: GONÇALVES, K. B. (2016).

Em relação a dinâmica e a organização territorial do distrito, muitos artesãos que vivem no distrito dependem da venda de seus produtos para garantir seu sustento, o que acaba contribuindo para que eles negociem uma peça com um valor mais baixo do que aquele encontrado nos grandes comércios, pois em determinados casos toda a família depende dos recursos que o artesanato propicia, e a família está involucrada na produção. A pesca é uma atividade importante para o distrito, além de ser uma fonte de alimentação, gera empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo foi possível perceber que o território moçambicano é um produto e condição da vida em sociedade e em natureza, onde ocorrem constantes mudanças e transformações, continuidades e descontinuidades que podem ser materiais desde as grandes construções e obras de infraestrutura, imateriais como a expansão do Coronavírus e até simbólicas, como a influência na identidade, e a relação com o outro. Desta forma todos esses elementos influenciam de maneira direta ou indireta na estruturação das atividades turísticas em Marracuene. O turismo em Marracuene tem sido desenvolvido sem levar em consideração as especificidades locais, pois o que se nota é que toda a estrutura que está sendo criada/produzida para o desenvolvimento das atividades turísticas.

Significa que o turismo praticado em Marracuene, está voltado para os interesses de empresários e turistas estrangeiros sendo a maioria, sul-africanos, estadunidenses e chineses, chegando em alguns momentos a limitar o acesso da população local que tem sua identidade e seus referenciais pautados nesse território. O que limita o acesso a população local são os escandalosos preços que têm sido cobrados pelas instâncias turísticas. É um turismo que atende os interesses/desejos dos "de fora" que os "do lugar". Trata-se, no entanto, de um turismo, cujo objetivo principal é empreender a acumulação privada do capital com base na e apropriação monopolização da natureza.

Ao ser apropriada e monopolizada, segue a produção de uma outra natureza, neste caso, artificial, visando agregar um novo conteúdo, com o objetivo de satisfazer os desejos dos consumidores. Contudo, nem sempre o Estado está presente para fiscalizar as instâncias turísticas e, como resultado disso, os capitalistas ligados ao turismo determinam quais preços colocar. Embora, o governo esteja investindo no turismo visando alcançar o desenvolvimento local, as evidências mostram ao contrário. Falar do desenvolvimento local por meio do turismo em Moçambique, ainda é uma utopia, pois

as populações locais são excluídas dos processos e o caso de Marracuene, é apenas um exemplo clássico disto.

A instituição de cancelas no acesso à praia de Macaneta, a instalação de redes hoteleiras e agências de turismo estrangeiras nos revelam as transformações que estão em curso em Marracuene, acabam sendo uma apropriação do espaço natural pelo capital estrangeiro para a sua acumulação ampliada em escala global, sem levar em consideração as particularidades e necessidades da população local. Posto isso, entendemos que grande parte das transformações que estão ocorrendo no distrito são direcionadas para atrair mais turistas, pois para que o turismo possa crescer e se estruturar no país ele tem que atender aos requisitos do turista atual, que procura exuberância, conforto e praticidade.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Editora: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.

BARROS, Maria Cristina Lanza de & CATSOSSA, Lucas Atanásio**. A fronteira Brasil (Foz de Iguaçu –PR) – Paraguai (Ciudad de Leste):** em foco o espetáculo e o consumo "na" e "da" fronteira. In: Anais do XVII Congresso Internacional FoMerco (Fórum Universitário Mercosul): América Latina: Resgatar a Democracia, Repensa a Integração. Foz de Iguaçú/PR, 25 a 27 de Setembro de 2019.

BECK, Ulrick. **Sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. 1ª edição; Editora: 34, São Paulo, 2010.

BRUNA, Natacha. **Ambiente como novo veículo de usurpação de recursos em Moçambique: enfoque nos reassentamentos**. In: Destaque Rural N° 83. Observatório do Meio Rural – OMR, Maputo, 2020.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese (Doutorado em Geografia), UFGD, Dourados-MS, 2020.

CATSOSSA, Mavuto Atanásio. **Exploração Florestal na Zona Tampão do Parque Nacional de Mágoè: Estudo de Caso localidade de Nhabando, Distrito de Cahora Bassa**. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental), UniPúnguè, Tete, 2019.

COSTA, Everaldo Batista da. **A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadorias: uma abordagem geográfica**. Editora: Livre Expresso, Rio de Janeiro, 2010.

DAVIS, Mike. **A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo**. In: DAVIS, Mike *et al* (Orgs). Coronavírus e a luta de classes. Editora: Terra sem Amos, p. 5-12. Brasil, 2020.

DEDORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Editora: Contraposto, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *E*ntrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputas**, 1ª edição, Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, K. B. **Pantanal Transfronteiriço (Bolívia- Brasil- Paraguai) e as Áreas Protegidas: Da produção de territórios as iniciativas de conservação**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia), UFGD, Dourados- MS, 2019.

HARVEY. **A loucura da razão econômica:** Marx e o capital no século XXI. Tradução: Artur Renzo. 1ª edição; Editora: Boitempo, São Paulo, 2018.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike *et al.,* (Orgs). **Coronavírus e a luta de classes**. Editora: Terra sem Amos, p. 13-23, Brasil, 2020.

INE. **Estatísticas do turismo 2016-2018**. Maputo, 2018.

MITADER. **Conferência Internacional do Turismo baseado na natureza**. Disponível em: https://www.mitader.gov.mz/conferencia-internacional-do-turismo-baseado-na-natureza/. Acesso em 23 de fev. de 2020.

MOÇAMBIQUE. **Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique** *(2016-2025).* Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Direito do Uso e Aproveitamento de Terra**. 2016. Portal do Governo de Moçambique. Disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e Aproveitamento-de-Terra. Acesso em: 11 de nov. de 2016 às 18h24min.

MORETTI, Edvaldo César. Turismo em assentamentos rurais e unidades de conservação: desobedecer, desordenar e desinventar as geografias em movimento. In: THOMAZ, Rosangêla Custódio Cortez; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto & MORETTI, Edvaldo César (Orgs). **O Turismo rural e as territorialidades do campo e da cidade**. Editora: UFMS, p. 11-31; Campo Grande, MS, 2012.

MULHAÍSSE, Raimundo Alberto. **Sobreposição territorial:** área de conservação total e terras comunitárias na Serra da Gorongosa em Moçambique. In: Revista Geouerj - Dossiê: Olhares Geográficos sobre Moçambique, n. 37, p. 1-33, 2020.

O PAÍS. **Receitas no turismo reduziram mais de 90% devido à COVID-19**. 2020. Disponível em: http://opais.sapo.mz/receitas-no-turismo-reduziram-mais-de-90-devido-a-covid19. Acesso: 19/09/2020.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação Homem/ Natureza no modo de produção capitalista**. Scripta Nova Revista Eletrónica de Geografía y Ciências Sociales. Universidade de Barcelona. Vol. VI, nº 119 (18), 1 de agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-18.htm#1>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012. 176 p. (Coleção Milton Santos, 11).

SANTOS, Milton. O dinheiro e território. In: SANTOS, Milton & BECKER, Bertha. K. (Orgs). **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª edição, Editora Lamparina, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 23ª edição; Editora: Record, São Paulo, 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Da feitchização dos lugares a produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (Orgs). **Turismo, Modernidade e Globalização**. Editora: Hucitec, p. 36-45, Sao Paulo, 1997.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

GLOBALIZAÇÃO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURAIS E O NEOCOLONIALISMO NA ÁFRICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA MOÇAMBIQUE

GLOBALIZATION OF EXTRATIVIST CAPITALISM, NATURAL RESOURCES AND NEOCOLONIALISM IN AFRICA: CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR MOZAMBIQUE

GLOBALIZACIÓN DEL CAPITALISMO EXTRATIVISTA, RECURSOS NATURALES Y EL NEOCOLONIALISMO EN ÁFRICA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA MOZAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados –Brasil. Docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè –Chimoio, Moçambique. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA.

E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

«A geografia mundial sofrerá importantes mudanças, mantendo, entretanto, a estrutura moderno-colonial».

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006)

«A África é uma ilustração perfeita do neocolonialismo, suas terras são ricas, mas sua gente é pobre. Sua riqueza beneficia não as pessoas, mas um grupo de indivíduos tanto interna (colaboradores) quanto internas (colonialistas)».

Nkwame Nkrumah

«[...] nos colonizaram por causa dos nossos recursos [naturais]. Enquanto colonizadores, descobriram que não poderiam viver sem eles. É por isso que fazem todos os esforços para não permitir que e fetivamente nos libertemos».

Armando Guebuza, ex-presidente de Moçambique

«Vieram nos aldrabar para ficar com aquilo que é nosso [...]. O que vi, é que o povo moçambicano vai entregando [...] os seus recursos [naturais] para ir ao céu que não existe. [...]. Ficam-te com a terra e tu vais para o céu?»

Paulina Chiziane, escritora moçambicana

«Nós vimos essa gente desde o princípio. Primeiro partilharam a África na Conferência de Berlim. Vocês sempre foram inimigos da nossa Independência. Sempre quiseram os nossos recursos e nunca pediram por bem. Vêm aqui, pilham os nossos recursos e depois dizem que nós é que não somos civilizados».

Extrato da música do rapper moçambicano, **Azagaia** intitulada *Emboscada* (*ft* Namaacha Special Choir).

RESUMO

O presente texto analisa o processo de expansão do capital extrativista na África e as contradições deste processo. Argumenta que a corrida por terras na África e por recursos naturais está a ocasionar a concentração de terras nas mãos do capital corporativo global. Como resultado deste processo, nota-se a expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras. Por traz do discurso desenvolvimentista e produtivista usado pelo capital corporativo no âmbito da sua territorialização na África, esconde as suas raízes coloniais. Critica a passividade das elites africanas perante a violência que os seus povos têm sofrido em seus próprios territórios em nome do progresso. Constata que a atual onda de recolonização da África pelo capitalismo global, em parte, é produto das ações das elites africanas e dos processos de governação desencadeados por elas. As disparidades das datas referentes aos períodos de proclamação das independências africanas, não significaram a quebra das amarras coloniais. Não significou, nem para um, nem para outro país africano, a ruptura definitiva com as práticas coloniais. Os povos africanos continuam a sofrer opressão em seus territórios e na maioria das vezes, as suas terras são concessionadas e entregues ao capital corporativo sem a sua autodeterminação. Mesmo diante de situações adversas a sua reprodução social, unidos pela causa da liberdade e autonomia, os povos africanos têm contestado a onda de saque da terra e dos recursos naturais e tal cenário, é notório em Moçambique.

Palavras-Chave: Neocolonialismo. Apropriação da terra e da natureza. Conflitos socioambientais. África; Moçambique.

ABSTRACT

This text analyzes the process of expansion of extrativist capital in Africa and the contradictions of this process. He argues that the race for land in Africa and for natural resources is causing the concentration of land in the hands of global corporate capital. As result of this process, there is the expropriation and expulsion of native peoples from their lands. Behind the developmental and productivist discourse used by corporate capital in the context of its territorialization in Africa, corporate capital hides its colonial roots. It criticizes the passivity of African elites in the face of the violence that their peoples have suffered in their own territories in the name of progress. Notes that the current wave of recolonization of Africa by global capitalism, in part, is a product of the actions of African elites and the governance processes triggered by them. The disparities in the dates referring to the periods of proclamation of African independence did not mean the breaking of colonial ties. It did not mean, for one or for another African country, the definitive break with colonial practices. African peoples continue to suffer oppression in their territories and most of the time their lands are concessioned and handed over to corporate capital without their self-determination. Even in the face of adverse situations to their social reproduction, united by the cause of freedom and autonomy, African peoples have contested the wave of plundering of land and natural resources and such a scenario is notorious in Mozambique.

Keywords: Neocolonialism. Appropriation of land and nature. Socio-environmental conflicts. Africa; Mozambique.

RESUMEN

El presente texto analiza el proceso de expansión del capital estrativista en África y las contradicciones de este proceso. Argumenta que la carrera por la tierra en África y por los recursos naturales está causando la concentración de la tierra en manos del capital corporativo global. Como resultado de este proceso, se produce la expropiación y expulsión de los pueblos nativos de sus tierras. Detrás del discurso de desarrollo y productivista utilizado por el capital corporativo en el contexto de su territorialización en África, el capital corporativo esconde sus raíces coloniales. Critica la pasividad de las élites africanas frente a la violencia que sus pueblos han sufrido en sus propios territorios en nombre del progreso. Constata que la ola actual de recolonización de África por el capitalismo global, en parte, es el producto de las acciones de las "élites" africanas y los procesos de gobernanza activados por ellas. Las disparidades en las fechas que se refieren a los períodos de proclamación de la independencia africana no significaron la ruptura de los lazos coloniales. No significó, ni para uno ni otro país africano, la ruptura definitiva con las prácticas coloniales. Los pueblos africanos continúan sufriendo la opresión en sus territorios y, la mayoría de las veces, sus tierras son concesionadas y entregadas al capital corporativo sin su autodeterminación. Mismo ante situaciones adversas para su reproducción social, unidas por la causa de la libertad y la autonomía, los pueblos africanos han impugnado la ola de saqueo de la tierra y los recursos naturales y este escenario es notorio en Mozambique.

Palabras-Clave: Neocolonialismo. Apropiación de la tierra y la naturaleza. Conflictos socioambientales. África; Mozambique.

INTRODUÇÃO

O continente africano está a passar um momento histórico da sua transformação sócio-espacial, em resultado da expansão do capital financeiro corporativo que vai em busca dos recursos naturais e da terra para a sua exploração capitalista, e por esta via, garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. A África sempre esteve na onda do saque/roubo e pilhagem dos recursos naturais, e este processo data desde os primórdios da colonização europeia. Com a globalização (do capitalismo) neoliberal, o cenário tornou-se mais intenso, e ganha um novo ímpeto partir da primeira década do século XXI. Mesmo com este novo ímpeto, o saque/roubo dos recursos naturais na África foi sendo caracterizado pelo advento deconteúdostípicos da era colonial, sendo que alguns eles, apenas foram simplesmente recuperados, reeditados e modernizados pelo capital, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global.

Antes, considerado como um continente pobre e menos globalizado, a África passou a ser disputada pelos grupos corporativos globais, visando inseri-la na órbita da acumulação ampliada do capital. Além de possuir terras férteis para a produção agrícola, a África, é um dos continentes com grandes reservas de recursos naturais ainda por serem explorados, daí que o capital financeiro global vê a oportunidade para a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. em-se falado que a *África é a última fronteira do capitalismo*, pois, há um entendimento segundo o qual, existem ainda muitos recursos naturais por extrair, sejam eles do solo, subsolo e das águas interiores. Por causa da existência de enormes reservas de recursos naturais e quantidades de terras férteis, em pouco tempo, notou-se a emergência de uma nova (des)ordem territorial na África resultante do avanço massivo do capital financeiro corporativo.

De realçar que tal disputa, acontece num contexto em que mesmo surgem alertas feitas pela comunidade acadêmica e científica apontando que os combustíveis fósseis são os responsáveis pelas alterações climáticas no mundo. A partir de então, novos *arranjos espaço-temporais* foram sendo realizados, e em decorrência deste processo, verificou-se ao nível do continente africano, a emergência de *recortes espaciais*, os quais passaram a ser dominados e controlados pelo capital financeiro globalizado. Contraditoriamente, tais *recortes espaciais*, foram sendo realizados em territórios habitados pelos povos nativos, na sua maior parte, tradicionais e camponeses.

Tal processo, tem estado na origem da destruição das relações sociais e práticas preexistentes, do modo de vida geracional, e consequentemente, e desestruturação do tecido social na África, na medida em que emergem *espaços incompletos* caracterizados pela *territorialização precária* dos sujeitos, sobretudo, quando são expropriados e expulsos dos seus territórios pelo capital monopolista que busca a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. Para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global, e temendo uma possível "rebelião das massas", os capitalistas estrangeiros, passaram a vender ideários na África, cuja legitimação só se tornou possível graças a conivência das elites africanas, atualmente no poder, algumas delas, com mentes coloniais e/ou escravocratas. Certas elites africanas passaram a trabalhar de mãos dadas com o imperialismo global, reproduzindo os ideários dos capitalistas que querem tramar o saque/roubo das riquezas africanas.

De mãos dadas com o imperialismo global que grande parte das elites africanas se insere na órbita da acumulação privada da riqueza, extraindo renda, mas de forma subordinada. Tais ideários apontam que em caso dos capitalistas estrangeiros verem os seus interesses efetivados, automaticamente, o bem-estar dos povos africanos está garantido. Segundo a ideologia desenvolvimentista, os povos africanos só poderão mudar da sua condição de vida caso deixem que os recursos naturais do solo, subsolo e das águas territoriais, presentes em seus territórios, sejam explorados e exportados para fora pelas corporações capitalistas globais. Outrossim, a ideologia desenvolvimentista aponta que se os capitalistas estrangeiros forem permitidos a entrar para explorarem as terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado global, estes poderão acabar com a fome e desnutrição.

Por meio destes ideários, os governantes africanos, vendo-se fracassados em garantir a dignidade aos seus povos, avançam em concessionar extensas áreas de terras, sendo que depois, são entregues aos capitalistas estrangeiros. Neste processo, grandes reservas de recursos naturais do solo (florestais), do subsolo (carvão mineral, areias pesadas, grafite, ouro, diamante, minério de ferro, rubi, turmalinas, etc.) e das águas territoriais (gás e petróleo), são simplesmente entregues aos capitalistas estrangeiros para a sua exploração capitalista. Ambos os recursos naturais são concessionados pelas elites africanas e entregues também ao capital financeiro corporativo, a preço mais barato, sendo que tal processo não garante o bem estar dos povos nativos e muito menos, o desenvolvimento nacional, pois, em áreas onde as práticas (neo)extrativistas ocorrem, além da pilhagem e saque/roubo das riquezas africanas, nota-se, igualmente, o empobrecimento estrutural dos territórios.

Além de ser um processo caracterizado por corrupção, falta de transparência e inclusão de outros atores sociais, grande parte destas concessões de terras e recursos naturais, é feita sem autodeterminação dos povos nativos. Tal cenário, inevitavelmente, tem desembocado em fortes e violentos conflitos sociais, caracterizado por disputas territoriais. As promessas feitas pelo capital financeiro corporativo têm desembocado em desilusões para os povos de vários países africanos. Esse paradoxo, é notório em Moçambique, onde a maior parte da sua população, sobretudo, residente em áreas de ocorrência de recursos naturais, vive desesperadamente na miséria, infelizmente. O presente artigo[1], procura, pois, contribuir

[1] O autor expressa um profundo agradecimento ao António Gaveta e a Karoline Batista Gonçalves pela tradução do resumo em línguas inglesa e espanhola, respectivamente.

para o debate em torno do avanço das práticas (neo)extrativistas na África de forma particular em Moçambique, tendo em conta os dilemas e traumas, ambivalências, contradições, tensões, violência e conflitos socioterritoriais gerados/as no âmbito da sua territorialização.

ÁFRICA: O LABORATÓRIO DAS PRÁTICAS EXTRATIVISTAS NA ERA DE GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

> «*Anteriormente, as grandes nações mandavam seus exércitos para conquista territórios e o nome disto era colonização. Hoje, as grandes nações mandam suas multinacionais conquistar mercados e o nome disto é globalização*»
> **Milton Santos**.

> «*Quando os missionários chegaram [à África], os africanos tinham aterra e os missionários a bíblia. Ensinaram-nos a orar com olhos fechados. Quando os abrimos eles [os missionários] tinham a terra e nós [os africanos] a bíblia*».
> **Provérbio Africano**.

As práticas extractivistas sempre levaram grupos interessadas na exploração dos recursos naturais a se moverem para outros lugares. Destas práticas, incluem a exploração dos recursos naturais do solo (florestas e faunísticos [animais diversos]), do subsolo (carvão mineral, ouro, rubi, areias pesadas, grafite, minério de ferro, turmalinas, águas marinhas, ágata, diamante, etc.), hidrocarbonetos (gás natural liquefeito e petróleo), pesqueiros dentre outros de maior valor de troca no mercado global.

Adiciona-se também o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio, o qual demanda a ocupação de vastas extensões de terras, e consequentemente, a pilhagem e destruição dos recursos naturais do solo (florestas) no processo de abertura de campos para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Para dizer que "o extrativismo não se limita apenas aos minerais ou (gás e) petróleo", pois, "há também extrativismo agrário (no caso do agronegócio), florestal (corte de madeira) e, inclusive, pesqueiro" (ACOSTA, 2016, p. 50).

Na África, as práticas extrativistas, visando garantir acumulação ampliada do capital em escala global, estiveram na origem do que mais tarde chamou *Partilha da África* entre as potências imperialistas ocorrida durante a *Conferência de Berlim* entre 1884 e 1885. Depois que a África foi partilhada pelos potências imperialistas europeias, sendo Portugal, o mais pobre de todas, viu-se, de seguida, a emergência de uma nova (des)ordem territorial, caracterizada pelo saque e/ou roubo dos recursos naturais, expropriação, opressão, violência, conversão dos povos nativos escravizados e a sua colocação em "cativeiros" por onde só

saiam para trabalhar como mão-de-obra escrava a serviço do colono dentre outras tragédias socioambietais.

Embora oficialmente se tenha declarado o "fim" dos regimes coloniais após a proclamação das independências africanas, a colonização e o colonialismo enquanto práticas violentas, opressoras, expropriatórias e exploradoras, ou seja, de degradação e banalização da condição humana, nunca cessaram no continente africano, sendo que estão cada vez mais presentes e com novos conteúdos nos dias atuais. Sobre a atual onda de recolonização da África pelos países economicamente poderosos que buscam por recursos naturais para a sua exploração capitalista, em uma entrevista concedida a televisão MEDIA MAIS TV, alusiva a comemoração do dia da África em 2020, o antigo presidente de Moçambique (2005-2015), Armando Emílio Guebuza, foi categórico na sua abordagem ao afirmar que:

> Uma coisa é a independência e outra coisa é a liberdade. Eles diziam, fiquem independentes, mas não ficam livres. É essa situação que nos encontramos hoje. Conseguimos pela via armada ou pela via de negociação (pacífica) alcançar a nossa independência, mas não querem nos ver livres. E porque? Exatamente porque nos colonizaram por causa dos nossos recursos [naturais]. Enquanto colonizadores, descobriram que não poderiam viver sem eles. É por isso que fazem todos os esforços para não permitir que efetivamente nos libertemos. Temos a nossa independência, temos a nossa bandeira, temos o nosso hino, mas não querem [nos] dar a nossa soberania. Há um problema de agendas, O ocidente tenta forçar a África a seguir a sua agenda. Parte do princípio de que os africanos não são capazes, mas isso sempre foi assim. […]. Nós temos os nossos interesses como também acreditamos que eles também têm os interesses deles. Por isso, a nossa batalha, é seguirmos uma agenda nossa, que é difícil. É difícil porque muitas pessoas das nossas elites não reagiram criticamente aquilo que aprenderam dos livros coloniais, acreditam que tudo aquilo que aprenderam está correto.

Embora com um tom crítico a atual onda de recolonização em África, Armando Guebuza, faz parte das elites africanas que de certa forma, contribuíram para a perpetuação destes fenómeno, e Moçambique governado por ele (2005-2015), é penas um exemplo clássico. No depoimento acima, é possível perceber que as independências dos países africanos não significaram a sua liberdade das amarras coloniais. Neste depoimento fica claro que os recursos naturais, estão por de traz da recolonização dos países africanos nos dias atuais, sendo que em parte, tal fenômeno é resultado da passividade das elites africanas, atualmente no poder.

Fica claro ainda que após as independências, as elites africanas não reagiram criticamente a este fenômeno violento, ao se tornarem coniventes, parceiros ou mesmo colaboradores dos antigos colonizadores, enfim, do imperialismo global. Os aspectos levantados por Armando Emílio Guebuza nesta entrevista, abrem espaço para o debate sobre o futuro da África na atual conjuntura caracterizada pelo avanço do capital monopolista em busca de novos territórios para garantir a sua acumulação e reprodução ampliada.

Vale ressalvar que esta nova conjuntura vai no sentido de recolonização da África pelo capital monopolista, não se verifica apenas pela apropriação e privatização dos recursos naturais de maior valor de troca no mercado internacional, mas também da terra, a qual depois é transformada em *terra de negócio* para a produção de *commodities*. O presidente norte-americano, Donald Trump é citado como aquele que terá afirmado durante a sua campanha eleitoral em 2016 que a África deveria ser recolonizada, uma situação que dividiu opiniões no Continente Africano e de forma especial em Moçambique.

Uns diziam que Dolnad Trump foi infeliz ao fazer tais afirmações, pois, isso levaria a emergência de fortes e violentos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais; outros diziam que ele tinha razão por conta do comportamento das elites africanas, que de tudo fazem, até alterar a constituição de seus países para perpetuarem no poder e, por via disto, continuarem junto dos seus parceiros estrangeiros, enfim, do imperialismo global, a saquear/roubar as riquezas em seu benefício (e de seus parentes), mesmo que isso implique a emergência de novas guerras civis.

Após açambarcarem as riquezas, os dinheiros são depositados em contas bancárias do exterior e em paraísos fiscais (*offshores*) e, não necessariamente para o bem-estar dos seus povos que vivem desesperadamente na miséria estrutural e a míngua de um prato de comida. Outros diziam ainda que na África não havia espaço para uma nova colonização, destacando que os tempos eram outros e que as sociedades estavam evoluídas. Mas, contra todos os argumentos, a verdade é que causa da suposta abundância dos recursos naturais e terras férteis, a África vive hoje um fenômeno não muito novo, mas sim, um complexo e violento para os sujeitos diretamente implicados, pois, às vezes, não os têm dado tempo suficiente para preverem o seu futuro por causa das incertezas que (neo)estrativismo gera por onde ocorre. Trata-se, portanto, de um fenômeno com traços coloniais, sendo que apenas foram recuperados, reeditados e modernizados.

Tal fenômeno, recorda os povos africanos o tempo em que os europeus invadiram os seus territórios, apropriando-se monopolisticamente dos recursos naturais e das extensas áreas de terras férteis, as quais mais tarde, foram transformadas em campos de produção de mercadorias do seu interesse. O processo de invasão da África pelas potências imperialistas europeias, culminou com a generalização da violência, caracterizada pela espoliação, expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras e, consequentemente, a sua conversão em mão-de-obra escrava a serviço do colono. No atual contexto de globalização neoliberal, o avanço do capitalismo extrativista sobre os territórios dos povos africanos, sobretudo, tradicionais e camponeses, continua a reproduzir práticas tipicamente coloniais, às vezes, de forma mais violenta e brutal para os seres humanos.

Lênin (2012) já havia afirmado que "o capitalismo é a fase superior do imperialismo", que usando mecanismos próprios, procura sempre que possível, capturar e dominar os territórios junto dos seus povos, apropriando-se dos recursos naturais e extensas áreas de terras férteis, violentando-os, inclusive. Os territórios dos povos tradicionais e dos camponeses, continuam a ser invadidos pelas corporações capitalistas, sendo que mais tarde, são transformados em campos de exploração dos recursos naturais e de produção de *commodities* agrícolas para a exportação. Neste processo, os povos nativos são expropriados e expulsos das suas terras e mais tarde, são transformados em força de trabalho assalariada a serviço do capital monopolista, o mesmo que os expropriou no âmbito da sua territorialização.

A atual globalização neoliberal passou a desempenhar um papel de destaque na reprodução das colonialidades. Tendo em conta que a globalização é o "ápice do processo de internalização do mundo capitalista" (SANTOS, 2013, p. 23), o capital passou a mundializar-se em escala global, alcançando assim novos territórios, ricos em recursos naturais e com terras férteis, mas pobres economicamente, produzindo uma nova geografia, inclusive. A esse respeito, Oliveira (2014) afirma, no entanto, que:

> A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital em escala criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem passou a ser "produzir em qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso a patamar tecnológico vigente sejam possíveis (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

O continente africano passou a ser visto como sendo o lugar onde o capital poderia se reproduzir de forma ampliada, pois, destacava-se que era o único que não estava globalizado. Neste sentido, este patamar tecnológico poderia ter sucesso na África do que em qualquer outro continente. Com a globalização neoliberal, verificou-se a emergência de uma nova (des)ordem global, caracterizada pela "constituição de um sistema-mundo moderno-colonial" (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). Em seguida, emergiram as ideologias modernista, produtivista e desenvolvimentista, enquanto mecanismos de alienação e dominação, não apenas da natureza, mas também das mentes dos sujeitos.

A partir de então, ser globalizado e/ou estar inserido no "mundo da globalização", passou a ser visto como sinônimo de ser desenvolvido e/ou de estar na órbita do desenvolvimento. Não estar globalizado e/ou inserido no "mundo da globalização", passou a significar estar fora dos processos de desenvolvimento. O "moderno" passou a ser visto como sinônimo de "novo". Não estar modernizado, passou a ser sinônimo de "velho". Não estar inserido na modernidade, passou a ser considerado como sendo portador do "atraso". Um dos motivos pelas quais a África supostamente não é um continente desenvolvido, segundo a ideologia desenvolvimentista e modernista, é porque não está globalizada e/ou não está inserida (completamente) no "mundo da globalização".

Tem-se afirmado ainda que o suposto atraso da África e dos seus povos deve-se pelo fato de não estar inserida no "mundo moderno". Segundo a ideologia desenvolvimentista e modernista, para a África se desenvolver precisa globalizar-se e modernizar-se. É por esta razão que "o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade" (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13). Mesmo com provas de que a globalização neoliberal fracassou de forma retumbante em muitos países do mundo (a começar do Ocidente indo para o Oriente) em muitas vertentes, e que os efeitos das mudanças climáticas estão atreladas a este modelo de organização da sociedade que se tem mostrado perverso (*cf.* ACOSTA, 2016), as corporações globais têm insistido em vender ideários, com os quais iludem e alienam os povos africanos, segundo as quais, a sua entrada na África visa promover o desenvolvimento.

Tal fato passa supostamente por criar melhores condições de vida, acabar com a miséria, a fome e o desemprego em países africanos. Na maioria das vezes, os povos nativos,

sobretudo, tradicionais e camponesas, acabam por aceitar, entregando as suas terras na esperança de verem as suas condições de vida melhoradas, mas nem sempre conseguem tirar benefícios da presença das corporações capitalistas que exploram os seus territórios.

Na África, tanto a ideologia desenvolvimentista quanto a modernista, ocultam as suas raízes coloniais. Se no período colonial, o "evangelho" era utilizado como *trampolim* para os processos colonizatórios e civilizatórios, caracterizadas pela apropriação, dominação, expropriação e expulsão das suas terras, e consequentemente, a conversão destes em força de trabalho escrava, nos dias atuais, as ideologias desenvolvimentista, produtuvista e modernista, passaram a ser usadas para a recolonização da África, mantendo a estrutura opressora ativa e constante. Tal como no período colonial, nos dias atuais os conhecimentos dos povos africanos continuam sendo inferiorizados e ignorados pelas ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista.

Os povos nativos, sobretudo, tradicionais e camponeses são considerados pelas ideologias desenvolvimentista e modernista como sendo portadores de práticas "arcaicas" ou "atrasadas". Por meio da "ciência moderna", os defensores das ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista, afirmam que o progresso da África passa por "despir" os povos africanos o suposto "atraso" que caracteriza as suas relações sociais e produtivas, a sua forma de organização, enfim, o seu "modo de vida", modernizando-o, inclusive.

> Os discursos em torno do desenvolvimento constituem, então, uma nova fonte de legitimação para a instalação de obras de infraestruturas, de monocultivos e de projetos industriais, além de uma série de alteração de legislações dos países (vítimas da ideologia desenvolvimentista e modernista), reordenamento de espaços territoriais e marítimos, reorganização da exploração da natureza, programas de capacitação dos agricultores e trabalhadores urbanos, revelando a materialização da política (neocolonial) em curso (ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p. 17).

Isso apenas mostra que na África, a dita *sociedade moderna* continua a operar nos mesmos moldes coloniais, inferiorizando os saberes locais, inclusive. Mostra que a mente dessa sociedade é escravocrata, mas que se oculta por de trás do discurso desenvolvimentista e produtivista. Atualmente, as ideologias desenvolvimentista, produtivista e modernista têm ocasionado a recolonização da África pelos países que outrora

estiveram no século passado na qualidade de colonizadores, saqueando/roubando, violentando e espoliando os povos nativos. Mas, estes países que colonizaram o continente africano, após o "fim" dos regimes coloniais, alguns deles, passaram a ser chamados de "parceiros de cooperação de desenvolvimento". Ao se intitularem "parceiros de cooperação para o desenvolvimento" na sua entrada no continente africano, estes países passaram igualmente, a ocultar os traços coloniais que caracterizaram as suas práticas no período anterior as independências africanas.

Os capitalistas destes países passaram igualmente, a ser chamados de "investidores". Ao se intitularem "investidores", estes capitalistas também passaram a ocultar as ações perversas que caracterizaram a sua atuação na África. Os projetos que levaram a ocupação, dominação, apropriação e monopolização dos territórios, e consequentemente, a espoliação, expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras no período colonial, neste seu regresso a África como "parceiros de desenvolvimento" ou "investidores", passaram a ser chamados de "Megaprojetos" –, ou seja, "Projetos de Desenvolvimentos". Com estes "novos" nomes, mas "velhos" no seu *modus operandi*, estes projetos passaram a ocultar o seu caráter desigual, contraditório e perverso.

Os "Megaprojetos" ou "Projetos de Desenvolvimento" são a expressão mais avançada do capitalismo neoliberal, e portanto, uma via não declarada de reocupação da África, mas desta vez, usando "discursos desenvolvimentistas e salvacionistas". As palavras "Megaprojetos" ou "Projetos de Desenvolvimento" são uma recriação do próprio capital corporativo na sua fase monopolista, com objetivo de monopolizar os territórios, viando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global, sem no entanto, despir-se das suas raízes coloniais.

Por de trás dos discursos desenvolvimentistas, produtivistas e modernistas, está o plano imperial dos países economicamente poderosos e das corporações capitalistas vindos destes países, o de querer aliciar mais uma vez, os povos africanos para entregar-lhes as suas riquezas e terras, a sua base de existência material e simbólica, enfim, o seu único meio de reprodução social, e por essa via, servir como instrumento de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Nesta fase de globalização neoliberal, estas empresas monopolistas passaram a ser chamadas de multinacionais enquanto "a expressão mais avançada do capitalismo (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Tais multinacionais globais, ao se deslocar para os países africanos, passaram a realizar atividades em diversos setores de atividades econômica, a saber: mineiro-energético (mineração, exploração de gás e petróleo), turismo, conservação da biodiversidade, pesqueiro, agricultura, corte de madeira, etc. É por isso que Mbembe (2018, s/p) considera que a "África é a última fronteira do capitalismo" nesta primeira metade do século XXI, dada a intensa disputa, não só por recursos naturais, mas também por terras para a produção de *commodities*. Para este autor, a África:

> É a última fronteira do capitalismo, no sentido em que o regime capitalista se universalizou e não há hoje praticamente nenhuma sociedade que lhe escape, mesmo as sociedades nominalmente comunistas, com a excepção da Correia do Norte. É um regime, cujo fim é o de não ter limites. Ora, é em África que encontramos as jazidas de quase todos os recursos de que precisa o capitalismo para funcionar no futuro. E também os recursos demográficos, na medida em que até ao final do século uma pessoa virá da África. E os recursos mineiros, botânicos, os recursos das espécies vivas, orgânicas e vegetais. É a única parte do mundo que não foi ainda completamente capturada pela lógica de exploração infinita. É por isso que digo que [a África] é a última fronteira do capitalismo (MBEMBE, 2018, s/p).

A presença das multinacionais na África se deu de forma paradoxal, desigual e contraditória. Em nome de desenvolvimento, milhares de povos africanos passaram a serem expropriados e expulsos das suas terras pelas corporações capitalistas, às vezes, abandonados à sua sorte. Na maioria das vezes, quando expropriados e expulsos das suas terras, as populações são reassentadas em novos espaços, mas sem condições necessárias para garantir a sua reprodução social. Nos locais de reassentamentos populacionais resultantes da expansão do capital no campo, as populações ora expropriadas e expulsas das suas terras, são forçadas a recriarem mecanismos próprios para garantir a sua reprodução social, caso as mesmas não queiram "sucumbir" da fase da terra pela fome.

Os reassentamentos acabam também por se transformar numa espécie de reservatórios de mão-de-obra barata (novos "cativos") passível de ser explorada pelas mesmas empresas multinacionais que protagonizaram a expropriação e sua expulsão das suas terras no âmbito da sua territorialização. Tal como no passado, nos dias atuais, as relações de trabalho e de produção não capitalistas têm integradas e instituídas de forma perversa à lógica do modo de produção capitalista, com a qual o capital garante a sua acumulação e da reprodução ampliada em escala global. Para dizer que no atual contexto, as relações de

trabalho e as relações de produção não-capitalistas passaram a garantir a "construção das bases do capitalismo e, consequentemente, como componentes da modernidade" (ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016, p. 13-14).

A grande diferença com o período colonial em que predominava o trabalho forçado dentre outras formas de *exploração do homem pelo homem*, no atual contexto, a força de trabalho assalariada africana é livre e paga pelo trabalho que esta presta as corporações capitalistas, mas mediante um contrato formal e na maioria das vezes, informal. Mas, vale ressalvar que as condições pelas quais os povos africanos são submetidos durante a sua jornada de trabalho, são análogas a escravatura e, esse fenômeno, tem sido reportado e denunciado em muitos países africanos pelos estudiosos, movimentos sociais e pela mídia independente.

Neste regresso a África das "velhas" práticas por meio dos chamados "Megaprojetos" ou Projetos de Desenvolvimento", nota-se, igualmente, a emergência de outras potências que também entraram na órbita do imperialismo econômico. A riqueza da África não está apenas nos seus recursos naturais do solo (florestas, fauna e bravia, etc.) do subsolo (minerais diversos), das águas territoriais (gás e petróleo), etc. Pelo contrário, a terra faz parte das riquezas que a África detém. Por serem férteis, tais terras passaram igualmente, a estar na "mira" de governos de países poderosos economicamente e corporações capitalistas globais. Essas terras passaram, igualmente, a serem disputadas, apropriadas e controladas pelos países ricos e corporações globais vindos destes mesmos países, às vezes, financiadas pelos governos locais.

Em pouco tempo, o continente africano passou a ser palco de experiência de modelos de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no *agronegócio*, em que extensas áreas de terras são apropriadas para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Na realidade, trata-se da mundialização da agricultura capitalista caracterizada pelo deslocamento de fronteiras agrícolas outrora implementadas em outros lugares do mundo para África com alegações de que as terras são mais acessíveis e baratas. Muitos países do mundo, sobretudo, desenvolvidos e integrantes das chamadas «*economias emergentes*» (os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), passaram a exportar seus modelos agrários/agrícolas e com eles, suas tecnologias para experimentar no continente africano. O Japão, a Indonésia, Filipinas, Portugal, Noruega, estão entre os países com interesses em terras africanas.

A África Subsaariana de forma particular, é que passou alvo das corporações capitalistas que buscavam terras para a produção de *commodities* para o mercado internacional. A suposta existência de "terras livres e subutilizadas" fez dos países da África Subsaariana serem alvos do capital corporativo. Foi assim que as terras africanas na posse dos camponeses passaram a ser ocupadas para por empresas monopolistas e alguns programas de cooperação internacional para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. Torna-se importante referenciar que as terras que vêm sendo apropriadas pelo capital monopolista, não são necessariamente "livres e/ou subutilizadas" como tem apontado o discurso dominante, na maioria das vezes apadrinhado pelas elites africanas.

As terras que têm sido invadidas pelo capital corporativo, consuetudinariamente, pertencentes aos povos nativos. Mas, porque o seu "modo de vida" é visto como sendo um "atraso" pela "sociedade moderna" europeizada e pelas elites africanas com mentes colonizadas, os povos nativos, são simplesmente, expropriados e expulsos das suas terras para darem lugar a "modernidade". Neste processo, alguns povos africanos são integrados de forma perversa ao "sistema-mundo moderno-colonial", tanto como produtores de mercadorias de interesse do mercado global, assim como força de trabalho assalariada ao serviço das mesmas corporações capitalistas que lhes expropriaram.

Desde a primeira década do século XXI, o setor da agricultura é que tem demandado interesses do capital corporativo para a apropriação da terra na África para a produção de *commodities*. Embora a corrida por terra agrícolas tenha ganhado novo ímpeto com a crise de preços de alimentos de 2007/8, Sassen (2015) adverte, no entanto, que este fenômeno é mais antigo em boa parte do mundo, sendo os países pobres, as vítimas. Para este autor:

> Uma mudança importante aconteceu em 2006, marcado por um rápido aumento do volume e difusão geográfica das aquisições estrangeiras, assim como pela diversidade dos compradores. Segundo estimativas, entre 2006 e 2011, governos e empresas adquiriram mais de 200 milhões de hectares em outros países. Boa parte das terras compradas está em África […] (SASSAN, 2015).

A mundialização do capital em escala global permitiu que governos e as multinacionais de diversos países passassem a adquirir enormes áreas de terras na África para a produção de mercadorias do seu interesse e não dos povos africanos. A apropriação

de terras no continente se dá por meio de duas formas distintas, mas ambas garante a reprodução ampliada do capital, sendo que os beneficiários são as multinacionais e os governos que as financiam durante as suas operações. Trata-se, portanto, da venda e do arrendamento de terras. Dito de outro modo, os países africanos estão vendendo e arrendando terras a outros para a sua exploração capitalista.

Tais terras são vendidas e arrendadas aos governos de países economicamente poderosos. É através destas duas vias que o capitalismo corporativo garante a sua reprodução ampliada em escala global a partir das terras africanas. O que está acontecer em África nos dias atuais, já aconteceu em outros continentes, sobretudo, na América Latina. Os estudos de Fernandes (2008) ajudam a compreender este fenômeno na América Latina, e segundo este autor, a compra de terras pelo capital monopolista, além de expropriar e expulsar os camponeses e povos indígenas das suas terras, colocou em *cheque* a soberania das "nações".

Este processo relatado por Fernandes (2008) culmina também com a privatização de outros recursos naturais, sobretudo, a água e florestas, importantes para a reprodução social dos povos nativos. O deslocamento do capital corporativo e de fronteiras agrícolas para o continente africano nesta onda de procura de terras para a produção de *commodities* de interesse global, ameaça sobremaneira, a soberania dos povos africanos e com ela, todos os seus saberes e valores seculares transmitidos de geração em geração. Mas, vale ressalvar que nem sempre tais terras são exploradas na sua plenitude pelas corporações capitalistas que as compra e/ou as aluga. Parte das terras, são deixadas por muito tempo sem serem exploradas.

Isto permite os proprietários de tais terras, entrarem na órbita da especulação em caso de venda para outros capitalistas que precisam delas para implementarem seus projetos, e, é desta forma que extraem a renda da terra (*cf.* CATSOSSA, 2020a). Para dizer que tanto os recursos naturais quanto a terra africana, estão sendo usados como ativos pelos governos de países poderoso e multinacionais estrangeiras presentes na África. Por causa do comprometimento das elites africanas ao imperialismo global, tais empreendimentos econômicos, têm-se beneficiado de isenções fiscais. A situação torna-se mais gritante, pois, se nota a falta de fiscalização dos empreendimentos econômicos e dos processos extrativos em muitos países africanos (*cf.* ANJOS, JÚNIOR & BRUSTOLIN, 2016). Essa ação dos governos africanos, apenas coloca em *cheque* a reprodução social dos povos tradicionais

com base no seu "modo de vida" secular. Igualmente, tem contribuído para a eclosão de conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais em muitos países africanos.

Por sua vez, tem contribuído para a eternização da pilhagem e destruição da natureza, e, como resultado, nota-se o aprofundamento da degradação ambiental em os locais alvos do capital extractivista. Os ideários desenvolvimentistas e modernistas das corporações capitalistas encontram espaço fértil na África por vários motivos. O primeiro motivo está relacionado com a dependência econômica dos países africanos em relação ao mundo exterior, sobretudo, o Ocidente e o Oriente. As independências dos países africanos, infelizmente, não se traduziram na independência econômica destes.

Grande parte dos orçamentos dos governos africanos é coberta pelo apoio externo aliada a sua incapacidade financeira. Para construírem determinadas infraestruturas, os governos africanos têm solicitado apoio dos países economicamente poderosos. Igualmente, várias ações sociais ("solidárias") são realizadas pelos países estrangeiros. A incapacidade financeira verificou-se no âmbito da propagação do Coronavírus, pois, a maioria dos países africanos não tinham condições financeiras para comprar vacinas de forma a imunizar os seus povos. Foi daí que as "doações" de vacinas começaram, encabeçadas por grupos de países economicamente poderosos, sendo ocidentais (EUA e alguns países europeus) e orientais (China e Índia), num cenário que vislumbrava uma disputa territorial.

Mas, valer ressalvar que o dinheiro que tem sido alocado aos governos africanos como parte do apoio aos orçamentos e investidos em programas sociais, não pode ser vista como "doação". O mesmo se pode dizer das vacinas que os governos africanos estão recebendo dos países ocidentais e orientais, pois, por de trás da suposta "doação", está também o plano imperial. Cedo ou tarde, este dinheiro em "doações" volta novamente para os países que ajudam os governos africanos, às vezes, com altos custos. O apoio direto ao orçamento do Estado e as ações "solidárias" dos "parceiros de cooperação para o desenvolvimento", chaga a transformar-se em dívidas a serem pagas pelos governos africanos. Não tendo possibilidade de pagar tais dívidas, alguns governos africanos, optam por entregar a terra e os recursos naturais através de mecanismo de concessões com isenções aduaneiras, cujo período de exploração é de aproximadamente 50 anos renováveis por igual

período. Por esta via, os recursos naturais são saqueados/roubados e exportados em bruto para os países que apoiam os orçamentos dos Estados africanos.

De realçar que nem sempre o processo de concessões dos recursos das terras e dos naturais é transparente. A falta de inclusão de outros grupos sociais interessados, como, por exemplo, os povos nativos, camponeses, organizações da sociedade civil que lutam pela justiça social e ambiental, a corrupção e o clientelismo (troca de favores), estão entre as práticas que têm caracterizado o processo de concessões de terras e recursos naturais em alguns países africanos. Nalguns casos, os países que financiam as atividades dos governos africanos optam por confiscar os ativos, sobretudo, as infra-estruturas construídas por meio do seu dinheiro.

A China, por exemplo, é um dos países que tem atuado desta forma na África, e tal cenário aconteceu na Zâmbia. No continente africano, Moçambique é um dos países que conta com o maior financiamento chinês em infra-estruturas, com destaque para a *Estrada Circular de Maputo* e a *Ponte Maputo-Catembe*. Algumas organizações da sociedade civil, no caso do Centro de Integridade Pública (CIP), tem alertado que caso o governo moçambicano não consiga pagar, é possível que, o que aconteceu na Zâmbia venha se repetir em Moçambique. A atuação da China por meio de confisco de ativos construídos pelo seu dinheiro tem sido vista por vários segmentos sociais como sendo uma nova forma de recolonização.

O segundo motivo está relacionado com a incapacidade dos governos africanos em proporcionar uma vida condigna aos seus povos. O fato dos países africanos não conseguir dar dignidade ao seu povo, tem culminado com a recolonização destes pelos países economicamente poderosos através das suas corporações capitalistas. Com a proclamação das independências africanas, os líderes africanos produzidos vários ideários, os quais passaram a ser um verdadeiro "pão de cada dia" para os seus povos. Os povos africanos passaram a nutrir-se de tais ideários de tal modo que se confundia com alienação destes, pois, passaram a acreditar que sairiam das condições miseráveis que viviam no período anterior as independências nacionais. Os líderes africanos após a proclamação das independências, em um tom revolucionário, passaram a vender aos seus povos a ideia de que estavam livres da opressão e que jamais voltariam a ser expropriados e expulsos das suas terras e explorados, inclusive.

A criação da Organização da União Africana (OUA), a 25 de Maio de 1963 (atualmente, União Africana [UA], desde 9 de Julho de 2002), nos seus objetivos, preconizava, além de dar dignidade os povos africanos, pretendia também acabar com o neocolonialismo e todas as formas opressivas, entre elas, a *expropriação* e a *exploraçãodo homem pelo homem* dentre outras brutalidades. Em vez de concentrar-se em trabalhar para alcançar os objetivos que levaram a sua criação, a UA é altualmente, palco de luta de classes, onde diferentes atores disputam o poder, não necessariamente para o bem-estar dos povos africanos, mas sim, para satisfação das necessidades das próprias elites, enfim, os interesses de toda a classe burguesa africana.

A maior vergonha verificou-se na última eleição dos membros constitutivos do Parlamento da UA, realizado na África do Sul, ao verificar-se uma situação de pancadaria. Esse cenário apenas evidencia que a UA está sendo tomada (para não dizer sequestrada) por grupos visando satisfazer seus interesses e não para resolver os problemas pontuais, como, por exemplo, as desigualdades sociais, a miséria, a fome, as guerras, o terrorismo dentre outras tragédias sociais no continente africano. Em muitos países africanos (a exemplo de Moçambique como se verá mais em diante), passado mais de quatro décadas após a proclamação das independências nacionais, milhares de africanos, infelizmente, continuam a viver de forma desesperada na miséria, sendo que vivem dependentes de ajuda externa. De acordo com Conrado (2020):

> […] entre os intelectuais, pesquisadores e acadêmicos [africanos] se construiu um consenso à volta segundo o qual depois dos 60 anos de independência, o continente africano e os povos […] ainda vive numa dependência estrutural que mina de forma encovada a possibilidade de liberdade (CONRADO, 2020, s/p).

Não é uma verdade absoluta que a África é pobre, ela é rica. A verdade é que a África continua sendo saqueada/roubada e os povos africanos, são empobrecidos nos moldes coloniais. Além do capital corporativo, os povos africanos são, igualmente, empobrecidos pelas próprias suas elites –, aquelas que outrora lutaram contra a opressão colonial, sob alegações de que queriam criar condições para o "progresso" das suas nações. Atualmente, as promessas das elites africanas configuram-se em pesadelos para os seus povos, pois, os próprios "libertadores", além de se apropriarem da história da luta de libertação nacional (*cf.* MATSIMBE, 2017), passaram igualmente, a estabelecer alianças com o capital

multinacional para a apropriação da terra e com ela, os recursos naturais, alguns deles, vitais para a sua reprodução social.

Na África, os Estados Nacionais passaram a ser expropriados pelas elites nacionais, colocando-os a serviço dos seus interesses e do imperialismo global. Essas elites passaram igualmente, a se inserir desta forma nas dinâmicas da acumulação privada da riqueza, formando redes com o capital à escala global (*cf.* MARQUES, 2011; CASTEL-BRANCO, 2017; CATSOSSA, 2020a). há casos em que as elites africanas não se aliam diretamente ao imperialismo global, apenas concessionam terras e depois, entrega-as nas mãos das multinacionais para a sua exploração capitalizada.

É desta forma que as elites africanas retiram a renda da terra, a qual garante a sua reprodução social, mas de forma subordinada ao capital multinacional. Para dizer que a maior parte dos governos africanos passaram a funcionar nos moldes descritos por Marx e Engels (1998, p. 43), isto é, como um "comité de gestão dos negócios comuns de toda a classe burguesa". A luta de classes na África pela acumulação privada da riqueza envolvendo as elites africanas, atualmente no poder, é tanta que o povo passou a ser colocado em segundo plano em termos de governação. Nesta luta pela acumulação privada da riqueza, as elites africanas usam tudo o que está a sua disposição, a violência, a repressão, a tortura e em casos graves, matanças (*cf.* MATSIMBE, 2017) como forma de legitimar o seu poder na sociedade.

As forças policiais "republicanas" de muitos países africanos, passaram igualmente, a ser usadas em defesa dos seus interesses e do capital corporativo, enfim, de toda a classe burguesa. Em áreas de ocorrência de minerais de maior valor de troca no mercado global, no caso de diamantes, ouro, rubi, turmalina, águas marinha dentre outros minerais preciosos, a violência, a brutalidade, banalização da condição humana dentre outras tragédias, tem sido práticas recorrentes. Em muitos países africanos, os relatos e as denúncias apontam que a apropriação violenta da terra e dos recursos naturais, liga as elites políticas nacionais, as quais passam a encobrir as ilegalidades e ilicitudes dentre outras tragédias socioambientais geradas pelo capital, em troca de algumas benesses e tal cenário, são visíveis em Angola (*cf.* MARQUES, 2011) e, em Moçambique (*cf.* CASTEL-BRANCO, 2017; MATSIMBE, 2017; CATSOSSA, 2020a).

Mesmo com tanta riqueza natural, em muitos países africanos, a pobreza é gritante, sendo que milhares de famílias vivem na pior das penúrias. Em consonância com

isso, em muitos países africanos ricos em recursos naturais, mas pobres economicamente, assiste-se a emergência de conflitos violentos, caracterizados pela expansão de grupos terroristas ("*radicalização islâmica*"), em uma luta acirrada pela dominação e controle do território e com ele, os recursos naturais. Nesses países, verifica-se a degradação e banalização da condição humana, onde além de milhares de populações serem massacradas – mortas, às vezes, decaptadas por grupos terroristas; algumas acabaram por serem forçadas a refugiarem-se para outros lugares, criando uma situação de insegurança e crise humanitária, e Moçambique é apenas um exemplo.

No âmbito da sua territorialização em diversos países africanos, esses grupos terroristas, têm-se beneficiado inclusive do apoio de alguns jovens nativos, mas frustrados pelos seus governos por alegadamente não lhes proverem melhores condições de vida. Na maioria das vezes, tais jovens são aliciados com "altas" somas de dinheiro para a sua integração ao movimento terrorista com vista a combater a ordem preexistente, neste caso, o Estado, e Moçambique e exemplo clássico disto. Por parte de alguns segmentos sociais, sobretudo, estudiosos progressistas e algumas organizações da sociedade civil, há um entendimento que as ações terroristas em curso em muitos países africanos, estão relacionados com a "abundância" dos recursos naturais.

Avança-se ainda com a hipótese segundo a qual os países interessados nos recursos naturais têm potenciado o conflito armado e a violência, ao militarizar as áreas da sua ocorrência, visando proteger os seus interesses, e que Moçambique vai neste sentido. Alertam ainda que os elevados índices de pobreza que se verificam em países africanos ricos em recursos naturais, possivelmente, poderão ser um "ingredientes" para a instrumentalização dos povos nativos pelos "de fora" para lutarem contra os seus governos.

OS ÔNUS DO "DESENVOLVIMENTO" CAPITALISTA EM MOÇAMBIQUE: DA TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA À VIOLÊNCIA E OUTRAS TRAGÉDIAS SOCIOAMBIENTAIS NO CAMPO

«Quando nós tiramos o colonialismo, não foi para todos estarmos na cadeira (sentados/as). Foi para criar condições que haja uma estabilidade, que as pessoas não voltem a ver [outras] pessoas a serem mortas, que as pessoas não sejam tiradas as suas riquezas […] uma série de coisas que quando eu abracei

> *a causa, foi nesta perspectiva. Ora, o que estamos a ver agora, é que as pessoas que estão no poder, pegaram neste poder, atrás delas, está o colono que esteve aqui, que até não fazia a pior coisa, porque tu durante o colonialismo estava a espera de alguém que te libertasse, que esse colono fosse embora. Agora tens alguém que te está a vender a sua pátria, […] estão a dilapidar o país, estão a roubar no país, não para o bem-estar social das pessoas. Quando eu disse que não quero o colono para retirar as minhas riquezas […], para tu mandares dinheiro para Portugal para ir educar um filho, tu dançavas e hoje tiram os dinheiros para fora […] e nós estamos a sofrer. Hoje, temos o chinês que nem sequer sabe falar a língua, nem sequer entende. […]. Porque é que agente não diz que o nosso colono é chinês agora?».*
>
> **Alice Mabote**, ex-presidente da Liga dos Direitos Humanos (LDH).

Eu sou o preto da senzala a morar numa favela,
Sou dono da terra sem ter mandado nela,
Com os amigos quero paz,
Com os irmãos faço guerra,
Por isso sou explorado na minha própria terra,
Eu sou único rico que vivo na miséria,
Vivo da pena que sente de mim,
Vivo da miséria,
Enteado do mundo civilizado filho da miséria,
Sonho para ver se acordo livre da miséria,
Expulsei colonos e nunca o colonialismo [...].

Extrato da letra da música intitulada *Cães de Raça* do rapper moçambicano, **Azagaia**.

Moçambique alcançou a sua independência, a 25 de Junho de 1975, depois de uma guerra sangrenta travada pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, partido atualmente no poder) sob a liderança de Samora Machel contra o colonialismo português que teve a duração de dez (10) anos (1964-1974). Sob o slogana "*libertação dos homens e da terra*" e o "*fim da exploração do homem pelo homem*" (e de tantas outras *barbáreis*) os moçambicanos decidiram travar guerra contra o Estado colonial em busca da sua independência.

Durante a sua permanência em Moçambique, os portugueses haviam ocupado extensas áreas de terras antes usadas pelos povos nativos, as quais foram mais tarde transformadas em campos de produção de mercadorias do seu interesse. Além disso, todas as riquezas do solo, subsolo e das águas, foram igualmente, apropriadas por Portugal, as quais estavam sendo exploradas em seu benefício na qualidade de colonizador. Este processo, além de ter ocasionado a expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras,

sua base de existência material e simbólica e a destruição do seu "modo de vida", inibia-os também de usufruir os recursos naturais aí presentes.

Com o alcance da independência, seguiu-se o processo da nacionalização da terra e de todos outros recursos naturais à favor do Estado no contexto na implantação do *socialismo*, enquanto um novo sistema de organização social e econômica. A nacionalização da terra e de todos outros recursos naturais ocorrida em Julho de 1975, fazia parte das ações revolucionárias da FRELIMO, visando "escangalhar" o aparelho do Estado colonial. Ao pretender destruir por completo o aparelho do Estado colonial, a FRELIMO não queria saber mais nada de práticas que recordassem os moçambicanos o passado violento e cruel, o qual foram forçados a passar durante a colonização portuguesa.

A partir de então, tanto a terra quanto os recursos naturais (do solo, subsolo e das águas territoriais), ambos passaram a responder os interesses legítimos dos moçambicanos e não mais do colono. Tal fato trouxe euforia entre os moçambicanos, pois, a nacionalização da terra e dos recursos naturais, era vista como uma via para saírem da penúria, mas, mais tarde, a realidade mostrou que foi apenas uma ilusão, pois, as terras que outrora estavam nas mãos do colono, foram entregues a gestão das empresas estatais (*cf.* MOSCA, 1999; BRITOS, 2019).

Significa que estes sujeitos foram expropriados pela segunda vez, mas nesta última pelo próprio Estado. Ao nacionalizar a terra à favor do Estado, este passou a ter quase um poder absoluto, de tal forma que mais tarde, acabou por se tornar um monopólio (*cf.* CATSOSSA, 2020). Os camponeses passaram a ser subalternos a hegemonia do Estado, por estes não terem o poder suficiente sobre as terras que estavam em sua posse e tal cenário, continua a verificar-se nos dias atuais. Teoricamente se diz que os camponeses são os donos *consuetudinários* das terras, mas a realidade mostra que não é bem assim, pois, na maioria das vezes, são expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica, às vezes, sem a sua autodeterminação.

Às vezes, é o próprio Estado que promove a expropriação dos camponeses ao concessionar grandes extensões de terras e, em outros casos, são as corporações capitalistas, mas chanceladas por este primeiro, e tal processo, é recorrente em áreas de ocorrência de recursos naturais (*cf.* SELEMANE, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2011; MATOS, 2016; CASTEL-BRANCO, 2017; FREI, 2019; CATSOSSA, 2020a), de expansão do agronegócio

(*cf.* MOSCA, 2015; MUIANGA, 2015; MANDAMULE, 2017; MANDAMULE & BRUNA, 2017; BRUNA, 2017; CATSOSSA, 2020b) e também em áreas de conservação da biodiversidade, as quais funcionam como lugares (e/ou atrativos) turísticos (*cf*. CATSOSSA, 2019; MULHAÍSSE, 2020; BRUNA, 2020).

Constitucionalmente, está estabelecido que em Moçambique, "*o Estado determina as condições de uso e aproveitamento da terra*", significa que todos aqueles que pretendem fazer o uso capitalista da terra e explorar os recursos naturais, devem pedir autorização ao Estado. O simples fato do Estado determinar as condições de uso e aproveitamento da terra em Moçambique, dá-lhe o poder de negociação com aqueles que desejam explorar a terra e os recursos naturais. De seguida, os grupos com interesse na terra e nos recursos naturais apresentam o plano de exploração, seguido do investimento a ser alocado nas atividades produtivas. Depois de serem analisados, os planos de exploração junto do investimento proposto pelos capitalistas estrangeiros, são aprovados ou reprovados.

Em caso de aprovação, o Estado avança com o processo de concessão de terras ou das áreas onde ocorrem os recursos naturais pretendidos. Depois disso, grandes extensões de terras são entregues nas mãos dos capitalistas estrangeiros em forma de DUAT – Direito e Aproveitamento de Terra. Tal DUAT é entregue em regime de concessão com validade de 50 anos renováveis por igual período, conforme a Lei de Terras 19/97 de 1 de Outubro de 1997, atualmente, em debate para a sua revisão, mas que está sendo contestado pelas organizações da sociedade civil, pois, consideram que o processo é excludente e que visa criar espaço para a acumulação capitalista, sendo os maiores beneficiários, os investidores estrangeiros e alguma elite nacional. Além de ser moroso, tal processo é burocrático, e, às vezes, desemboca em fortes esquemas de corrupção.

A corrupção é antes de outras coisas, um meio pelo qual o capital usa para a sua reprodução ampliada em escala global. Sempre que encontra um obstáculo para a sua reprodução ampliada, o capital procura corromper os governos, aliciando-os com altos valores monetários ou mesmo contrapartidas caso o projeto passe. Na maioria das vezes, tal ato acaba sendo um sucesso para o capital, sobretudo, quando na sua frente encontra governos compostos por governantes corruptos. Tendo em conta que Moçambique é considerado como sendo um dos países africanos mais corruptos do mundo, o capital tem

logrado com sucesso os seus intentos na sua busca por territórios para garantir a sua reprodução ampliada.

Em caso de resistência em aprovar determinados projetos de interesse do capitalismo corporativo global, de seguida, as estruturas governamentais moçambicanas ao mais alto nível na "Nação", já que são elas quem tomam decisões sobre os grandes investimentos que entram no país, são corrompidas. Neste processo, as autoridades governamentais, aprovam os projetos sobre os quais são concessionadas grandes extensões de terras e com elas, os recursos naturais e recebem em troca dinheiro, o qual é divido mais tarde entre os grupos sociais envolvidos no processo negocial e não só.

Em Moçambique, a corrupção tem feito com que determinados grupos sociais com interesses na terra e nos recursos naturais, tenham acesso fácil e rápido ao DUAT. Mas, vale ressalvar que é no quadro das negociações que surgem as parcerias e/ou alianças entre os capitalistas nacionais e estrangeiros para a exploração capitalista da terra e dos recursos naturais. Após o estabelecimento de alianças, os capitalistas moçambicanos majoritariamente compostas pelas elites políticas "libertadoras na nação", por ser descapitalizados e por não ter cultura de trabalho, estes entram no negócio com a terra e com recursos naturais, e os capitalistas estrangeiros, com o capital, tecnologia, conhecimento, etc. É por meio destas alianças com os capitalistas estrangeiros que as elites políticas nacionais se inserem nas dinâmicas da acumulação privada do capital, extraindo a renda da terra, mas de forma subordinada aos capitalistas estrangeiros.

Às vezes, as elites moçambicanas predadoras dos recursos naturais, concessionam terras em benefício próprio ou ainda de seus parentes, às quais deixam por algum tempo sem explorá-las, a espera de oportunidades para entrarem na órbita da acumulação privada. A concessão de tais terras é acompanhada pela criação de empresas familiares e, para não criarem desconfianças, estas elites, deixam tais empresas na gestão de outros grupos para darem dinamismo. Esse *mudus operandi* das elites moçambicanas, foi denunciado num artigo publicado no jornal Savana.

Na manchete deste jornal, sobretudo, a edição do dia 20 de Novembro de 2020, lê-se: «*Corrida desenfreada pelo ouro em Manica: negócios de Nyusi e Guebuza colidem*», dando entender que nesta província se está diante de luta de classes, onde as elites nacionais estão numa disputa acirrada pela apropriação privada e controle dos recursos naturais. Além

de denunciar, este artigo revela os bastidores do poder na luta pela apropriação privada e controle das riquezas naturais na província de Manica, rica em ouro e turmalinas, cujas licenças de concessão beneficiam grandemente famílias poderosas da "velha" política moçambicana. Num artigo intitulado «*Predadores da Frelimo arrasam recursos* de forma contundente, Senda (2020, p. 2), afirma que:

> "de liberradores a colonizadores é assim que se pode classificar a ambição e a ganância das elites predadoras da Frelimo, partido no poder desde 1975. [...]. A lista é enorme e nela se destaca a família do atual chefe do Estado, Filipe Nyusi, antigo Presidente da República, Armando Guebuza, filho (Fortunato Enzo Gorlome) do secretário-geral da Associação dos Combatentes de Luta de Libertação Nacional (ACCLIN), Fernando Faustino e outros deputados da Assembleia da República pela bancada da Frelimo (SENDA, 2020, p. 2).

É desta forma que Moçambique tem sido delapidado e saqueado/roubado, num processo eminentemente predador, o qual envolve as elites políticas nacionais e seus parentes, mas sempre de mãos dadas com o imperialismo global. Moçambique é um dos países africanos que tem sido alvo do capital corporativo, tanto em busca de terra de "negócio", como para a exploração dos recursos naturais, graças a conivência do Estado.

Tabela 1. Distribuição de aquisições de terras por fator em Moçambique no período compreendido entre 2004 a 2013

Fatores	Área adquirida (ha)	Número de projetos
Biocombustíveis	125.335	15
Sequestro de carbono/REDD	-	1
Conservação	200.000	1
Culturas alimentares	92.100	18
Pecuária	71.500	5
Commodities agrícolas não alimentarem	7.806	3
Turismo	210.000	4
Madeira e fibra	699.937	9
Biocombustíveis, culturas alimentares	196.800	6
Biocombustíveis, *commodities* agrícolas não alimentares	35.293	2
Sequestro de carbono/REDD, madeira e fibra	9.875	1
Conservação, sequestro de carbono/REDD	126.000	1
Conservação, madeira e fibra	210.000	1
Madeira e fibra	182.886	1

Fonte: Muianga (2015). **Org.** O autor.

Tanto o sequestro de carbono/REDD, a conservação da biodiversidade como o turismo (produção do espaço turístico), ambas atividades estão a ocasionar *green grabbing* (a apropriação da natureza) em Moçambique. As populações são inibidas de usufruir os bens da natureza após as multinacionais adquirirem as concessões por meio do Estado. Essas áreas, passam a ser geridos e controlados pelas multinacionais, e mais tarde, são convertidos em espaços de acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Durante o processo, milhares de famílias, na sua maioria camponesas, são removidas compulsivamente para outras áreas (*cf.* CATSOSSA, 2019; BRUNA, 2020; MULHAÍSSE, 2020).

Mesmo com alertas sobre o risco de Moçambique ser novamente palco dos eleitos das mudanças climáticas, se calhar mais severos que levaram a ocorrência dos ciclones IDAI e Kenneth que devastaram o país em 2019, entre os meses de março e abril, respectivamente, e as tempestades tropicais Chalane, Eloise e Guambe, em 2020, as autoridades governamentais usando o Estado, continuam a chancelar o derrube e pilhagem das florestas pelas empresas madeireiras, majoritariamente chinesas. O estudo de Catsossa (2019) mostra o avanço do corte desenfreado de madeira pelas empresas chinesas no Parque Nacional de Magoé, na província de Tete.

Este autor revela igualmente que algum tipo de madeira cortado pelas empresas madeirarias naquele ponto do país havia sido proibido pelo Estado. A "*Operação Tronco*", implementada pelo governo através do extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) para fiscalizar o corte de madeira no país, mesmo com as suas contradições, apenas veio revelar o escândalo que milhares de moçambicanos/as já denunciavam estar em curso no setor de florestas. Além de revelar o corte de maneira não autorizada pelo Estado, a "*Operação Tronco*", destapou o escândalo de corrupção que era encoberto pelas autoridades governantes com interesses no negócio de madeira.

A "*Operação Tronco*" revelou o envolvimento de altos funcionários do Estado, desde os ministérios até aos governos provinciais e distritais, ligados ao partido FRELIMO no negócio de madeira. Esta classe social chegou até a constituir suas próprias empresas para avançar com o próprio negócio no ramo de madeiras. Nalguns casos, tais funcionários/quadros do Estado, formavam *Joint venture* com os capitalistas chineses para a exploração da madeira. Para não se expor a opinião pública, as empresas ficavam na responsabilidade dos capitalistas chineses e estes altos funcionários/quadros do Estado

ficavam a comandar a parte burocrática dos locais onde a madeira era cortada até ao porto, sobretudo, da Beira.

Figura 1. Corte de madeira no Parque Nacional de Magoé (à esquerda) e caminhões transportando tronco de madeira (à direita)



Fonte: Acervo particular de Mavuto A. Catsossa (à esquerda) e pesquisa de campo (2019 à direita).

Mas, vale ressalvar que essa madeira é cortada e exportada pelas empresas madeireiras numa situação que milhares de crianças estudam sentadas no chão por falta de carteira nas escolas. A maior parte da riqueza gerada pela indústria madeireira, era apropriada pelas empresas chinesas e outra, ia para os bolsos de alguns dirigentes que exercem cargos públicos no Estado. As próprias comunidades locais, pouco se beneficiaram com o corte de madeira. Parte da madeira apreendida pelo Estado no âmbito da "*Operação Tronco*" foi utilizada para a produção de carteiras escolares, mas não foram capazes de responder a demanda.

A mineração é outra atividade que tem demanda a entrada de muitas multinacionais interessadas nos recursos naturais em Moçambique para abastecer o mercado global de *commodities*. As semelhanças de outros setores de atividades econômicas, as multinacionais ligadas à atividade mineira, têm-se beneficiado de extensas áreas de terras para a exploração de diversos recursos naturais. Em nome do "desenvolvimento", verifica-se a expropriação dos povos nativos em áreas de ocorrência dos recursos naturais em favor das multinacionais. Tal processo tem culminado com o deslocamento compulsivo de milhares de famílias camponesas.

Este deslocamento compulsivo das famílias camponesas das suas áreas de origem para os locais de reassentamento, tem contribuído para a destruição dos traços tradicionais seculares, transferidos das gerações mais velhas para as gerações mais novas. Os cemitérios e os lugares sagrados, usados pelos povos nativos como espaços de sacralização com os seus antepassados, são, igualmente, destruídos pelas mineradoras no âmbito da exploração dos recursos naturais. As campas onde *jazem* os seus *ente-queridos* são destruídas, e, às vezes, as ossadas são removidas sem nenhuma consulta popular.

Tal fato foi confirmado e reportada pelas populações afetadas pela mineração na província de Tete, sobretudo, em Cassoca, no distrito de Marara por onde opera a mineradora indiana – *Jindal África* e na vila de Moatize onde, igualmente, opera a mineradora brasileira *Vale Moçambique*. Essa destruição das tradições locais foi constatada também em Chibuto, na província de Gaza, onde opera a mineradora chinesa – *AFECC*. Essa foi constatada na província de Cabo Delgado, sobretudo, onde opera a mineradora *Montepuez Rubi Mining (MRM)*, em Ancuabe onde opera a mineradora *GK Ancuabe Graphite Mine, S.A*; em Balama onde opera a mineradora *Twigg Exploration & Mining Lda – Projeto Balama.*

Um cenário igual a este se verifica também em outros lugares do país, sobretudo, na província de Nampula (*cf.* SELEMANE, 2010; FREI, 2019). Para dizer que verifica-se o desrespeito pelas tradições africanas no processo de expansão do capital extrativo em áreas comunitárias em Moçambique. Trata-se, de uma violência simbólica, pois o avanço da mineração destrói a ligação entre os povos nativos com os seus antepassados.

É da terra e das florestas que os povos nativos mantêm a ligação com os seus antepassados. Tal ligação é interrompida quando as terras comunitárias passam a ser apropriadas e integradas a lógica do modo capitalista de produção, em que tudo se faz para garantir a acumulação e reprodução ampliada do capital em escala global. Em áreas de mineração, muitas famílias perderam os seus meios de subsistência familiar, e tal fato, contribuiu para a reprodução ampliada da miséria. Há casos em que as multinacionais colocam uma vedação em torno da área de concessão mineira, e isto, acontece depois destas se territorializarem em territórios comunitários.

Após implantarem a vedação, as multinacionais contratam uma segurança privada altamente equipada e armada para monitorar e controlar as "suas" propriedades. Desta forma, o capital multinacional implanta a sua ditadura, onde para além de desregulamentar o território, criar uma nova (des)ordem socioterritorial. Em Moçambique, tal desordem socioterritorial acontece sob chancela do Estado. Por via disto, os povos nativos são inibidos de usufruir outros recursos naturais aí existentes; em retirar lenha para uso doméstico, estacas para a construção das suas *palhotas*, plantas medicinas dentre outros recursos inerentes a sua reprodução social. Igualmente, os povos nativos são inibidos de abrir suas machambas (unidades de produção camponesa) e de pastar os seus gados. Esse aspecto desigual e contraditório do desenvolvimento capitalista verifica-se na vila de Moatize, território tramado pela mineradora brasileira Vale Moçambique.

Foto 1. Cerca implantada pela mineradora brasileira Vale Moçambique na vila de Moatize/Tete



Fonte: Pesquisa de campo (2019) .

No caso de Moatize, é importa realçar que neste território tramado pela Vale Moçambique, verifica-se a degradação e banalização da condição humana dentre

outras tragédias socioambientais (*cf*. CATSOSSA, 2020a). Um fenómeno igual a este, verifica-se no distrito de Montepuez em Cano Delgado, onde opera a mineradora *Montepuez Ruby Mining Lda* (MRM). Nesta área, as famílias camponesas abriam as suas machambas, praticavam a caça, pastavam o gado, extraíam plantas medicinais, lenha para o uso doméstico, estacas para a construção de casas, mas, com a entrada da MRM, foram proibidas conforme ilustra a foto 2.

Foto 2. Proibição de acesso às florestas as famílias camponesas nativas pela MRM em Montepuez/Cabo Delgado



Fonte: pesquisa de campo (2017).

Os povos nativos pouco podem fazer para evitar o cercamento das áreas usadas por estes para vários fins. Cada tentativa, são respondidos com violência física e, nalgumas vezes, culmina em tragédia – morte por baleamento. O exemplo clássico desta barbárie, é o episódio macabro de Moatize quando as populações locais se revoltaram com a mineradora brasileira Vale Moçambique. Durante as revoltas, a polícia de República de Moçambique (PRM) disparou tiros verdadeiros como forma de dispersar os manifestantes e como

resultado disto, um cidadão que estava em sua casa foi atingida tendo perdido a vida momentos depois.

Tal violência se reproduz na província da Zambézia e no distrito de Montepuez, na província de Cabo Delgado, onde opera a *Montepuez Rubi Mining* (MRM). No caso de Montepuez, dezenas de garimpeiros que procuravam o minério de rubi, foram torturados pelas Forças Armadas de Defesas de Moçambique (FADM). Tal tortura dos garimpeiros pelos FADM simbolizava em grande medida, a reprodução das velhas práticas coloniais. Além de terem sido forçados a baterem palmas e a cantarem com cabeça encostadas no chão e de joelhos, estes garimpeiros foram igualmente, violentados com chamboco (o que no período colonial era palmatória, igual a um chicote).

Tal *barbárie* foi reportada pela mídia independente de muitos países do mundo. Igualmente, foi considerada como um atentado aos direitos humanos. Ainda em relação a violência em Montepuez, Castel-Branco (2017) faz saber que alguns garimpeiros encontrados a procurar rubi na área de concessão mineira da MRM foram enterrados vivos. Numa outra área pretendida pela mineradora *Megaruman Rubi*, os camponeses foram reprimidos e forçados a deixar de praticar atividade agrícola, sua base de subsistência familiar até que terminasse pesquisa e prospecção. Para dizer que em muitas áreas de mineração, a violência é estrutural.

As evidências locais permitem afirmar que as riquezas do sobsolo moçambicano estão sendo saqueadas e apropriadas privadamente por cima do sangue de alguns moçambicanos. Por causa desta violência, muitas vidas já foram sacrificadas em nome de um desenvolvimento duvidoso, mas que tem significado a reprodução ampliada do capital em escala global, cujos beneficiários são as corporações capitalistas estrangeiras e as elites políticas e econômicas nacionais. Na maioria das vezes, as famílias camponesas são reassentadas em locais distantes dos seus lugares de origem, às vezes, sem condições básicas para garantir a sua reprodução social. O dinheiro que muitas famílias recebem das multinacionais não tem sido suficiente para recomeçar a sua vida no novo "espaço social". A seguir a isto, as multinacionais constroem "novas" casas para as famílias camponesas afetadas diretamente pela atividade mineira, mas não garantem outros aspectos inerentes a reprodução social destas nos reassentamentos.

Grande parte das terras alocadas as famílias camponesas em jeito de compensação, tem sido improdutivas e tal situação tem contribuído para a insegurança alimentar e miséria nos reassentamentos. Em Moçambique, os recursos naturais transformaram-se em "maldição" para as populações que vivem em áreas da sua ocorrência, e a província de Cabo Delgado, é exemplo clássico disto. A existência dos recursos naturais, tanto minerais diversos com destaque para rubi, como também grandes reservas de gás e petróleo, geraram outro problema mais complexo para os "*cabo-delgadenses*". Mais tarde, viu-se a emergir um novo fenômeno, desta vez violento para o ser humano diretamente implicado, a *radicalização islâmica*, demandado por um grupo que se intitula pertencer ao "*Al Shabbab*", o qual tem protagonizado brutalidades e outras tragédias.

Desde o final de 2017 que este grupo iniciou com as suas incursões bárbaras, centenas de pessoas, civis e militares foram mortas, algumas delas, por decapitação. Além de ter deslocado milhares de pessoas, gerando uma situação de crise humanitária em Cabo Delgado, várias instituições do Estado e privadas, foram destruídas e queimadas. Vários estudos (*cf.* MANKENZI & FEIJÓ, 2019; HABIBE, FORQUILHA & PEREIRA, 2020: MACALANE & JAFAR, 2021) associam a *radicalização islâmica* em Cabo Delgado com a abundância dos recursos naturais e a miséria estrutural nesta província.

O setor da agricultura é outro que chama atenção no que tange a procura de terras por estrangeiros para a implantação de atividades produtivas. A presença do capital corporativo global para aquisição de terras em Moçambique para a produção de *commodities* para a exportação, começa a intensificar com a crise de preços de alimentos de 2007/8. Foi nessa altura que muitos governos e corporações capitalistas globais começaram a vasculhar a África, e Moçambique de forma particular com o interesse de adquirir terra para a implantação dos seus projetos. Moçambique acabou por se tornar um território fértil para o capitalismo corporativo global, e segundo Mosca (2915, p. 54) "no contexto africano, ocupa uma posição vantajosa, o que justifica ser o terceiro pais, após a Etiópia e o Sudão, na procura de terras em África".

Em Moçambique, há grupos sociais dentro do governo, na sua maioria tecnocratas, que são favoráveis a (re)colonização do país pela "agricultura moderna" feita em grande escala. A maior parte das terras tomadas por estas empresas, pertencem os camponeses locais, os quais foram simplesmente expropriados e expulsos para dar lugar a

"modernidade", gerando conflitos sociais, inclusive. É importante destacar que essas corporações agrícolas produzem o que não se come, o seja, aquilo não vai diretamente na mesa do cidadão, e, é por esta razão que a fome continua sendo um problema estrutural em Moçambique. Trata-se de corporações agrícolas que produzem eucaliptos, algodão, gergelim, cana-de-açúcar, soja e milho transgénico (para a produção de ração para alimentar as galinhas), gergelim, girassol, sisal, chá, macadâmias, algodão, etc.

LUTAS ANTI-GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL NA ÁFRICA E SEUS MEANDROS EM MOÇAMBIQUE

> «*A luta pela liberdade dos povos africanos é ainda uma possibilidade […]. A causa ainda não está perdida […] é sempre uma utopia, uma aspiração demasiadamente humana. […]. A luta pela liberdade dos povos africanos é e continuará a ser o projeto de todos os povos africanos […]. Enquanto a história não for lugar de fechamentos a possibilidade de liberdade dos povos africanos ainda é possível*» (**CONRADO, 2020, s/p).**
>
> *«A libertação dos camponeses moçambicanos neste século XXI parece bastante complicada, mas é o mesmo desafio de procurar e cumprir os direitos de resistir ao que eles consideram inaceitável e determinar a sua vida, meios de subsistência e futuro como soberanos»* (**FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 70).**

Historicamente, os povos africanos foram expropriados e expulsos das suas terras, sua base de existência material e simbólica. A expropriação e expulsão dos povos nativos das suas terras que começa com a colonização europeia, além de destruir o seu "modo de vida" secular que vem sendo transmitido de geração em geração, levou também a emergência de fortes e violentos conflitos sociais caracterizados por disputas territoriais ao nível do continente. Na contramão, os povos africanos contestaram com variadíssimas formas de lutas e resistências contra tais práticas. Nos últimos anos e baseando-se na *utopia da libertação*, os povos africanos têm procurado se impor perante a onda de apropriação e monopolização dos territórios, caracterizado pelo saque/roubo das riquezas do solo, do subsolo, das águas territoriais dentre outras tragédias socioambientais.

Com o avanço intensivo do capital extrativista no campo, verifica-se a emergência de protestos populares organizados ao nível do continente africano contra a investida neoliberal que vai no sentido de apropriar-se das riquezas africanas. Tais protestos

populares são cada vez mais recorrentes em muitos países africanos e, estes sujeitos em movimento têm questionado a forma violenta pelo qual o capital se expande em territórios comunitários. Esses sujeitos em movimento, têm lutado contra a privatização da terra, da água, das florestas por entenderem que são recursos naturais importantes para a reprodução social dos povos africanos residentes no campo. Em muitos países africanos, pelo fato dos governos nacionais não proverem melhores condições de vida as suas populações, estas últimas para não morreram à fome, passaram a procurar suas próprias estratégias de sobrevivência.

É na (e da) terra, na (e da) água e na (e da) floresta que conseguem obter a base para a sua reprodução social. Da terra, além de erguer as suas palhotas, os povos africanos produzem a sua alimentação; da água, além de usar para o consumo doméstico, praticam a atividade pesqueira; e das florestas, além de extraírem frutos silvestres, lenha, estacas para a construção de suas palhotas, plantas medicinais, etc., praticam a caça. Mas, com a entrada do capital em seus territórios, seja para o setor minério-energético, pesqueiro, agrário e de conservação da biodiversidade, os povos africanos têm sido inibidos de usufruir estes recursos naturais, e como resultado, em muitos países verifica-se a reprodução da miséria até ao extremo. No âmbito da expansão da capital, sobretudo, no setor minério, de florestas e agrário (agronegócio), verifica-se a devastação de enormes áreas de florestas nativas, cenário que vem contribuído para o desflorestamento, cujos impactos ambientais são cada vez mais elevados em muitos países africanos.

A expansão destas práticas tem ocasionado a destruição do "modo de vida" dos povos nativos, na medida em que, são forçados a saírem das suas terras para dar lugar a acumulação ampliada do capital. Ao serem tomados pelo capital, os seus territórios são destruídos. Em áreas de expansão do agronegócio, os povos nativos são forçados a seguir os padrões estrangeiros por meio do uso de "técnicas modernas" nos processos produtivos em detrimento dos seus saberes. Temendo a reprodução ampliada da *barbárie* e outras tragédias socioambientais até ao extremo, e vendo as suas pautas a serem ignoradas pelos seus governos, as organizações da sociedade civil de diferentes países do continente africano, decidiram juntar-se para formar uma frente que pudesse travar a batalha contra a investida neoliberal no campo.

Tal frente, passou também a articular internamente para influenciar na elaboração de políticas públicas cada vez mais inclusivas sob ponto de vista social e ambientalmente sustentável, numa clara contestação aos programas de matrizes neoliberais em expansão. Por sua vez, tal frente passou a questionar também a passividade dos governos africanos perante a onda de saque/roubo das riquezas naturais, que apenas tem beneficiado as corporações estrangeiras e uma minoria local, sobretudo, as elites políticas nacionais e seus parentes.

Trata-se, portanto, de uma frente que visa reverter o atual cenário de recolonização da África pelo discurso produtivistas e desenvolvimentista, mas que esconde suas contradições, ambivalências, conflitualidades, tensões dentre outras tragédias socioambientais. Foi neste quadro que nasce o *Movimento Pan-africanismo Hoje*, sendo que anualmente, tem organizado encontros para discutir o futuro de África perante a investida neoliberal que tem se apropriado privadamente dos recursos naturais e das terras, gerando desigualdades e contradições, inclusive. O *Movimento Pan-africanismo Hoje* foi fundado em Abril de 2016 com o objetivo de:

> [...] lutar pela construção de uma aliança anti-imperialista e anticapitalista baseada nos ideais pan-africanistas compostas por trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais progressistas entre outros atores dos movimentos sociais e ativistas (ADECRU, 2017, s/p).

Dito em outras palavras, o objetivo que levou a criação do *Movimento PanAfricanismo Hoje*, era de "discutir as lutas de classes e agendas imperiais e neoliberais impostas, as quais ao invés de promover o desenvolvimento, tendem a aumentar o fosso entre os riscos e os pobres, exploradores e explorados" (ADECRU, 2016, s/p). Ao criar-se este movimento, a ideia era "resgatar o Estado socialista onde tudo seria compartilhado por igual" (ADECRU, 2016, s/p) e não apenas servir interesse de pequenos grupos, sendo a maioria as corporações capitalistas e uma minoria local, sobretudo, as elites políticas nacionais, as quais detém o controle da máquina estatal.

Neste entendimento, o *Movimento Pan-Africanismo Hoje*, seria um espaço de diálogo, de debate de ideias comuns, de procura de alternativas de modelos de desenvolvimento, de fortalecimento dos sujeitos e de criação de novas estratégias de lutas e resistências coletivas contra o *neocolonialismo* na África. Cada organização da sociedade

civil apresenta neste fórum os principais problemas que apoquentam os povos do seu país e de forma conjunta são discutidos, numa tentativa de procurar soluções que visam defender e proteger os direitos das comunidades rurais e dos camponeses.

No contexto dessas lutas e resistências capitalistas, ao surgir em 2016, o *Movimento Panafricanismo Hoje* tinha em vista também "aprofundar o entendimento coletivo das complexidades do capitalismo globalizado e necessária resposta para a consolidação e fortalecimento da luta de classes a nível internacional" (ADRCRU, 2017, s/p). A segunda Conferência Internacional do Movimento Pan-africanista Hoje realizou a 2 de Julho de 2017, na Tunísia e juntou cerca de 200 participantes em representação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil de países como a Venezuela, Brasil, Argentina, Filipinas, Quénia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Cabo Verde, África do Sul, Lesotho, Burquina Faso, Senegal, Nigéria e Moçambique (*cf.* ADECRU, 2017).

Em 2018, na cidade de Winneba, em Gana realizouse a III Conferência Internacional do *Movimento Pan-africanismo Hoje* e juntou mais de 400 participantes entre ativistas dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e partidos políticos de diferentes países africanos. Este evento, subordinado ao lema *Unificando as lutas das massas contra o capitalismo e imperialismo*, contou com a presença dos povos dos países, como, por exemplo, Congo, África do Sul, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Marrocos, Tunísia, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Madagáscar, S. Tomé e Príncipe, Egipto, Nepal, Canadá, Estados Unidos da América, Venezuela, Brasil, Índia, Colômbia, Equador, Trindade e Tobago, Ilhas Seychelles, Costa de Marfim e Moçambique (*cf.* ADECRU, 2018).

Como se pode ver, além do engajamento dos povos de diversos países africanos em combater o capitalismo e o imperialismo, nota-se também a solidariedade de povos de outros países, sobretudo, latino-americanos e asiáticos. Neste evento discutiu, por exemplo:

> […] questões ligadas às novas formas de lutas e resistências em África (massificação), lutas de sindicatos, dos camponeses e soberania alimentar, lutas feministas (combatendo estruturas patriarcas) e ideias (religião, educação e consciência de classe para o avanço do projeto pan-africanista) (ADECRU, 2018, s/p).

Nas suas lutas e resistências anti-capitalistas, estes sujeitos em movimento têm procurado defender a ideia segundo a qual os povos africanos precisam levar a sua vida como eles quiserem sem nenhuma interferência externa. Isso passa, por exemplo, pelas próprias comunidades rurais e os camponeses manterem toda a sua estrutura existencial, em que os seus valores, saberes e sabores são respeitados, valorizados, defendidos e protegidos. Comentando sobre as ações de lutas e resistência dos povos africanos contra a invasão dominação estrangeira que vem acontecendo no continente africano, Conrado (2020) afirma que:

> Muitas iniciativas estão em curso nas artes, na moda, na culinária, na literatura, na música, nas ciências naturais e sociais, na forma de viver […], cujo sentido último é contruir um continente onde os povos são livre de ser o que acham ser o melhor para si (CONRADO, 2020, s/p).

A luta e resistência para produzir um novo continente, onde os povos nativos são livres de ser o que quiserem, não tem sido simples, pois, na contramão, nota-se a emergência de práticas anti-democráricas, contra os grupos sociais que questionam e criticam a atual onda de apropriação, privatização e monopolização dos territórios e com eles, os recursos naturais. Em muitos países africanos verifica-se a perseguição, intimidação, ameaça, prisões, raptos, tortura, morte dentre outras formas de violência, visando calar a boca dos críticos.

Para Matsimbe (2017, p. 71) em muitos países africanos, "a intolerância dos partidos libertadores manifesta-se também através da instalação de uma cultura de medo, intimidação e silenciamento dos oponentes". Além de Angola, Costa de Marfim, Etiópia, Guiné, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zimbabwe, onde a violência contra às vozes críticas aos regimes predadores dos recursos naturais é estrutural, em Moçambique a situação é mais dramática. No caso moçambicano, criticar as "elites libertadoras da nação", saqueadoras dos recursos naturais, expropriadoras e exploradoras do povo, é, em si, um ato revolucionário, pois, é preciso ter coragem por conta do política do medo que foi criado. Para Matsimbe (2017):

> Moçambique é um dos países [africanos] em que o libertador [a FRELIMO] herdou um vazio em termos democráticos". No caso de Moçambique, o silenciamento de vozes contrárias vem desde a luta armada, em que muitos combatentes foram fuzilados ou desapareceram inexplicavelmente por expressar ideias contrárias às da liderança na luta.

> Depois da independência, pessoas com ideais diferentes foram mandadas para os campos de reeducação ou fuziladas (MATSIMBE, 2017, p. 71-72).

Isso mostra apenas que a herança colonial está cada vez mais presente em Moçambique, e não obstante, ao nível do continente africano. Conrado (2020, s/p) lembra que "a liberdade é sempre produto de longos processos de luta, de derramamento de sangue ou ainda de muita angústia existencial". Mesmo diante de situações adversas, os oprimidos mantém-se firmes, lutando e resistindo, questionando e criticando a *barbáries*, inclusive. No caso moçambicano, a sociedade civil tem participado ativamente nesta luta anti-globalização neoliberal ao nível do continente africano, mesmo sabendo que se encontram em situação de risco. A Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), é uma das organizações sociais moçambicanas de defesa dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses mais envolvida na luta anti-globalizaão neoliberal e esteve quase presente em todos os eventos organizados pelo *Movimento Panafricanismo Hoje*, contestando ativa e abertamente a expansão do capital em territórios comunitátios em África, e de forma particular, em Moçambique.

A ADECRU tem lavado as suas pautas de lutas e resistências para o debate no *Movimento Pan-africanismo Hoje*, onde procura socializar com outros povos oprimidos. Por sua vez, a ADECRU tem estabelecido contato com os povos oprimidos da região da África Austral, sobretudo, da África do Sul e da Zâmbia, denunciando a apropriação e privatização da terra e dos recursos naturais, e também da expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras pela mineração e o agronegócio dentre outras tragédias socioambientais. A Justiça Ambiental é outra organização que tem travado batalhas contra a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, o saque, pilhagem dos recursos naturais e expansão do agronegócio no campo moçambicano por considerar que estas práticas (neo)extrativistas tem altos custos socioambientais.

A Livaningo é outra organização que também contesta as práticas extractivistas no país, em uma luta acirrada pela defesa dos interesses das comunidades rurais e dos camponeses, como também do meio ambiente. Nesta defesa pelos interesses dos camponeses e das comunidades rurais, destaca-se também o papel desempenhado pela Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) e o Fórum Mulher, este último, o maior movimento feminista

moçambicano. A União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino do país, é dos que mais contesta o avanço das práticas (neo)extrativistas no campo, por entender que prejudicam a classe camponesa. E porque a expansão do capital extrativista no campo está a dar-se de forma violenta, de tal maneira que os sujeitos diretamente implicados não têm tido condições para preverem o seu futuro, a Liga dos Direitos Humanos, tem entrado em ação, denunciando várias atrocidades.

Estas organizações, de forma unida e com o apoio de povos de outros países do mundo, conseguem vencer batalhas importantes contra o neoliberalismo, mascarado pelo discurso produtivista e desenvolvimentista. O ProSAVANA, um programa agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio que estava sendo implementado no Corredor de Nacala, numa área aproximadamente de 14,5 milhões de hectares, fracassou de forma retumbante, e terminou em Junho de 2020, depois de quase uma década de protestos populares. Isso mostra que mesmo diante de situações adversas, unidos pela causa da libertação os povos africanos nesta primeira metade do século XXI, é possível obterem vitórias importantes contra o neoliberalismo, livrando-se de certas práticas nocivas não apenas ao seu "modo de vida", mas também ao meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A África está a sofrer profundas transformações na sua morfologia espacial decorrente da territorialização do capital monopolista de base extrativista. Nos territórios tramados pelo capital, emergem novas configurações, significações e novos usos, mas, estranhos aos povos nativos, na medida em que procuram destruir o seu "modo de vida" secular. Nestes territórios, verifica-se a emergência de novos *ajustes espaço-temporais*, típicas das relações capitalistas de produção. Trata-se, portanto, da espacialidade do capitalismo financeiro, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global. O cenário no continente africano é muito complexo, e isto, deve-se pela multiplicidade dos atores envolvidos e dos interesses a sua volta.

Atualmente, o continente africano configura-se num território em disputa, pois, além dos capitalistas estrangeiros, as elites africanas no poder, mesmo aquelas que se

encontram aposentadas, estão também envolvidas no saque dos recursos naturais do solo, subsolo e das águas territoriais. As elites africanas, apropriando-se da "história de libertação", continuam a cooperar com o imperialismo global, açambarcando terras comunitárias, estabelecendo alianças para extrair a renda da terra. Nalguns casos, as elites africanas chegam a alterar a constituição dos seus países para perpetuarem no poder e por esta via, saquear as riquezas, mas sempre de mãos dadas com o imperialismo global.

Um caso clássico de alteração da constituição da república, visando permanecer no poder por muitos anos, aconteceu em Ruanda, onde o presidente Paul Kagame, permanecerá no poder até 2034. Em Moçambique, sempre pisca-se para uma alteração na constituição da república, nas nunca se materializou, pois, geraria tensões sociais no país. Tais tensões, primeiro emergiriam dentro do próprio partido FRELIMO, pois, nota-se a sua divisão em alas distintas que lutam pelo acesso ao poder e as riquezas, e segundo, os partidos da oposição e a sociedade civil contestariam tal ato.

As elites moçambicanas, pela ganância, sempre quiseram aumentar mais anos para permanecer no poder, primeiro aconteceu com Armando Guebuza, e segundo a os órgãos de comunicação social independentes, tal pretensão foi manifestada por alguma ala do atual Presidente da República, Filipe Nyusi durante a IV Sessão do Comité Central do partido FRELIMO.

As elites africanas fazem de tudo para extraírem a renda por a forma a garantir o seu enriquecimento, mesmo que isso custe sangue e vida do povo que lhes "elegeu". Quem ousar a questioná-las, criticá-las ou denunciá-las, é perseguido, ameaçado, intimidado, e em casos extremos, é violentado e preso, sendo que, às vezes, é acusado de crime contra a segurança do Estado, mesmo que a denúncia tenha sido direcionada para um dirigente que ocupa cargo público. Em muitos países africanos, são recorrentes as denúncias de perseguição, ameaça, intimidação, violência e prisões arbitrárias de ativistas dos direitos humanos, jornalistas, lideranças de partidos progressistas e militantes dos movimentos sociais.

Moçambique, Angola, Ghana, Ruanda, Zimbabwe e Senegal, Tanzânia, por exemplo, são alguns dos países onde os denunciantes e críticos aos regimes são perseguidos, ameaçados, intimidados, presos, às vezes, violentados. Nalgumas vezes, os críticos e os denunciantes, são forçados a abandonar os seus países em busca de asilo político noutros

contextos geográficos, sendo que mais tarde são perseguidos pelas suas elites com vista a silenciá-los.

Em áreas de ocorrência de recursos naturais, para mostrar o seu poderio, as elites africanas usam as forças policiais, aquelas que deveriam defender os interesses da "Nação" em seu favor e das empresas capitalistas. Nesses países, por exemplo, as elites africanas trabalham de mãos dada com milícia digital, a qual tem garantido a sua perpetuação no poder, saqueando/roubando riquezas. Essa milícia digital tem trabalhado no sentido de identificar, perseguir, ameaçar e intimidar aqueles que pensam diferente, sobretudo, quem ousa a questionar, criticar ou denunciar a barbárie perpetrada pelo capital multinacional e pelas elites africanas no poder.

Na maioria das vezes, essa milícia digital, tem fomentado o "ódio de classe" e outras formas de violência. Além de extrair renda a partir de fomentar o ódio de classes, perseguindo quem pensa diferente, as milícias digitais de diferentes países africanos têm ocupado cargos políticos nos governos, como compensação do trabalho por estes realizados. Significa que os pressupostos fundantes dos Estados democráticos têm sido violados pelas elites africanas por causa da sua ganância e apetência pelo poder e pela acumulação privada da riqueza. Os recursos naturais tornaram-se numa autêntica *maldição* para os povos africanos. Os estudiosos africanos têm alertado sobre a possibilidade da intensificação dos confrontos violentos e sangrentos, sendo que estes, seriam movidos pela disputa pelo controle da terra e dos recursos naturais.

Olhando pela forma violenta e turbulenta como os processos e as dinâmicas socioespaciais estão a ocorrer na África, é possível afirmar que até ao final do século XXI, milhares de vidas serão sacrificadas e muito sangue será derramado no processo de controle e saque dos recursos naturais em muitos países africanos. Por exemplo, além de serem expropriados e expulsos das suas terras pelas corporações capitalistas e por suas elites, em muitos países, as populações são forçadas a fugirem dos seus territórios por grupos terroristas que procuram impor uma nova (des)ordem socioterritorial. Em Moçambique, milhares moçambicanos, vivem essa "maldição" dos recursos naturais, e o exemplo clássico disto, é o cenário violento que acontece na província nortenha de Cabo Delgado, onde desde 2017, os *cabo-delgadenses* vêm sendo massacrados (mortos por decapitação) pelos terroristas que dizem pertencer ao grupo "*Al Shabbab*".

A violência em Cabo Delgado perpetrada por grupos terroristas, já atingiu a dimensão global, sendo que acções estão em curso para o seu combate, e há países, tanto dentro do continente africano, como também noutros continentes (Europa, América e Ásia) que se mostraram disponíveis para ajudar o governo moçambicano a "estancar" esse fenómeno violento. No contexto da expansão do capital extrativo, milhares de camponeses são expropriados e expulsos das suas terras para dar lugar a implementação de projetos de exploração dos recursos naturais e de produção de *commodities* agrícolas de interesse do mercado internacional. Na maioria das vezes, esse processo se dá por causa da conivência daqueles que antes lutaram contra tais práticas, neste caso, as elites nacionalistas moçambicanas, algumas no poder e outras em reforma, mas com forte influência sobre a máquina estatal.

A violência, degradação e banalização da condição humana dentre outras tragédias socioambientais em áreas de ocorrência de recursos naturais e de expansão do agronegócio, tornaram-se recorrente, e nalgumas vezes, acontece sob o olhar (das instituições) do Estado. Há caso em que, por exemplo, em vez de repor ordem e defender os interesses dos moçambicanos, o próprio Estado através dos seus agentes, aparece para dar "cobertura" as multinacionais, reprimindo e violentando os manifestantes através das forças policiais.

Mesmo diante de situações adversas, os povos africanos, e de Moçambique, de forma particular, na contramão, insurgem-se contra as práticas que colocam em causa a sua reprodução social. Baseando-se na *utopia da libertação,* estes sujeitos oprimidos têm-se unido de modo a entrar em cena, lutando e resistindo contra a investida neoliberal que continua invadindo os territórios comunitários, visando tramá-los e transformá-los em campos de extração de minérios e produção de *commodities*, visando garantir a sua acumulação e reprodução ampliada em escala global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. Editora: Autonomia Literária; Elefante, São Paulo, 2016.

ADECRU. ADECRU **participa na conferência do movimento Pani-Africanismo Hoje na Tunísia**, *2017.* Disponível em: https://adecru.wordpress.com/2017/07/02/adecruparticipa-na-conferencia-do-movimento-pani-africanismo-hoje-na-tunisia. Acesso em: 25 de set. de 2020.

ADECRU. **ADECRU participa da III Conferência sobre Pani-Africanismo em Gana**. Disponível. https://adecru.wordpress.com/2018/09/21/adecru-partipava-na-terceiraconferencia-sobre-pani-africanismo-hoje-no-gana.Acesso em: 25 de set. de 2020.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant´Ana & BRUSTOLIN, Cindia. Projetos de desenvolvimentos locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil. In: RPOCS; ISSN:1983-4527, EDFUMA, v. 13, n. 26, p. 13-29, SL, 2026. BRITO, Luís. **A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional**. Editor: IESE,Maputo, 2019.

BRUNA, Natacha. **Ambiente como novo veículo de usurpação de recursos emMoçambique: enfoque nos reassentamentos**. In: DR n° 83. OMR, Maputo, 2020.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Lógica histórica de acumulação primitiva de capital em Moçambique. In:BRITO, Luís de *et al.* (Orgs). **Desafios para Moçambique 2017**. Editor: IESE, p. 257-302, Maputo, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Extrativismo, territórios comunitários e violência em areas de mineraçao em Moatize, Tete – Moçambique**. In: RIET, Ano 1, Vol. 1, N. 1, 2020a.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese [Doutorado em Geografia], UFGD, MS, 2020b.

CATSOSSA, Mavuto Atanásio. **Exploração Florestal na Zona Tampão do Parque Nacional deMágoè:** Estudo de Caso Localidade de Nhabando, Distrito de Cahora Bassa**.** Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental), UniPúnguè, Tete, 2019.

CONRADO, Régio. **A liberdade dos povos africanos é ainda uma liberdade**. In: Entrevista ao Pensar África – por Jessemusse Cacida. Maio de 2020. Disponível em: http://literatasmz.org/post-detail/5403#disqus_thread. Acesso: 22/08/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano.Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi &FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputas**, 1ª edição,Editora Expressão Popular, p. 273-301, São Paulo, 2008.

FUNADA-CLASSEN. **Ascensão e queda do ProSAVANA:** da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. In: OMR, n° 82, Maputo, 2019.

FREI, V. V. Marcelino. **Mega-projetos de mineração e o ônus do "desenvolvimento" nas comunidades locais na província de Nampula – Moçambique: o caso de Topuito**. In: Revista Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. V. 8, n2, p. 60-92. 2019.

HABIE, Saide; FORQUILHA, Salvador & PEREIRA, João. **Radicalização islâmica no norte de Cabo Delgado**. In: Carderno IESE nº. 17, Maputo, 2020.

HAESBAERT, Rogério & PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des ordem mundial**. Editora: UNESP, São Paulo, 2006.

LENIN. Vladmir I. **Imperialismo:** o estágio superior do capitalismo. 1ª edição; Editora: Expressão popular, São Paulo, 2012.

MBEMBE, Achille. **África é a última fronteira do capitalismo**. In: Entrevista jornal Público. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/18/12/20/africa-e-a-ultimafronteira-do-capitalismo-ntrevista-a-achille-mbembe. Acesso em: 12 de jul. de 2020.

MACALANE, Geraldo Luís & JAFAR, Silvestre Jafar (Coord). **Ataques terroristasem Cabo Delgado (2017-2020):** as causas pelas bocas da população de Mocímboa da praia. Universidade Rovuma (UniRovuma) – Extensão de Cabo Delgado, Pemba, 2021.

MANDAMULE, Uacitissa. Tipologia de conflitos sobre a ocupação de terras em Moçambique. In: MANDAMULE, Uacitissa (Coord). **Terra, poder e desenvolvimento em Moçambique**. Editora: Escolar Editora, p. 201-238, Maputo, 2017.

MAQUENZI, Henry & FEIJÓ, João. **Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Moçambique**. In: Observador Rural nº 76, OMR, Maputo, 2019.

MARQUES, Rafael. **Diamante de sangue:** corrupção e tortura em Angola. 1ª edição, Lisboa, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Editora Biotempo, SP, 1998.

MATSIMBE, Zefanias. **Partidos libertadores na África Austral: reflexão sobre os desafos para Moçambique**. In: BRITOS, Luís (Orgs). Desafios para Moçambique 2017. Editor: IESE, p. 61-79, Maputo, 2017.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. In: MOSCA, João (Coord). **Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique**. Escolar Editora, p. 51-98, Maputo, 2015.

MOSCA& BRUNA, Natacha. **ProSAVANA***: Discursos, práticas e realidades*. Documento de Trabalho, Observador Rural, OMR, Maputo, 2015.

MOSCA& SELEMANE, Tomás. **El Dourado Tete: os megaprojetos de mineração**. CIP, Maputo, 2011.

MUIANGA, C. **Dinâmicas atuais de aquisição de terras para investimento em Moçambique: Tendências, escalas, fatores, atores e questões para análises**. In: BRITO, Luís de *et al*. (Orgs). Desafios para Moçambique 2015. IESE, p. 201-221, Maputo, 2015.

MULHAÍSSE, Raimundo Alberto. **Sobreposição territorial: área de conservação total e terras comunitárias na Serra da Gorongosa em Moçambique**. In: Revista Geouerj - Dossiê: Olhares Geográficos sobre Moçambique, n. 37, p. 1-33, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Mundialização da agricultura brasileira**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de *et al*., (Orgs). Território em conflito, terra e poder. Editora Kelps, p. 17-103, Goiânia/GO, 2014.

SANDA, Raul. **Predadores da Frelimo arrasam recursos**. In: Savana. Edição nº. 1403, Ano XXVII, p. 2-4, Maputo, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal**.** 23ª Edição, Editora Record, Rio de Janeiro/São Paulo, 2013.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones:** brutalidad y complejidad em la economía global. Tradução: Stella Mastrangelo. 1ª edición, Katz Editores, Madrid, 2015.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da Mineração em Moçambique** - Relatório de Monitoria das: Atividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga, 2010.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

MINERAÇÃO E FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO MOÇAMBIQUE COLONIAL

MINING AND SOCIO-TERRITORIAL FORMATION OF COLONIAL MOZAMBIQUE

EXPLOITATION MINIÈRE ET FORMATION SOCIO-TERRITORIALE DU MOZAMBIQUE COLONIAL

Vanito Viriato Marcelino Frei
Pesquisador da Universidade Rovuma, Nampula, Moçambique.

E-mail: vfrei@unirovuma.ac.mz

RESUMO

Este artigo tem por objectivo examinar como a actividade mineira enquanto factor das primeiras presenças portuguesas efetivas e continuadas no território, participou do processo de formação socioterritorial de Moçambique. Especificamente, o estudo pretende analisar o desenvolvimento da mineração e suas implicações sobre a organização do território e as relações de trabalho durante a vigência do regime colonial no país. O ponto de partida dessa análise considera a categoria território na sua dimensão de totalidade. Para o seu entendimento, privilegiou-se uma abordagem centrada na dialética espaço-tempo a fim de apreender as contradições que envolveram o processo de formação socioterritorial de Moçambique durante esse período. Essa análise foi possível por meio da realização de pesquisas bibliográfica e documental as quais possibilitaram demonstrar como ao longo do processo histórico, o território moçambicano foi sempre re-configurado para atender os interesses da lógica de produção e expansão capitalista face à exploração dos recursos territoriais do país.

Palavras-chave: Mineração. Território e trabalho. Formação socioterritorial. Moçambique.

ABSTRACT

This article aims to examine how mining activity as a factor and as the first effective and continued Portuguese presence in territory participated in the process of socio-territorial formation in Mozambique. Specifically, the study aims to analyse the development of mining activity and its implications on the organisation process of the territory and labour relations during the colonial regime in the country. The starting point of this analysis

considers the category territory in its entirety. For its understanding, a space-time dialectic approach was favoured in order to learn about the contradictions that involved Mozambique's socio-territorial formation process during that period. This analysis was made possible through bibliographic and documental research that made it possible to demonstrate how throughout the historical process, the Mozambican territory was always re-configured to meet the interests of the logic of production and capitalist expansion due to the exploitation of the country's territorial resources.

Keywords: Mining. Territory and labour. Socio-territorial formation. Mozambique.

RÉSUMÉ

Cet article a pour but d'examiner comment l'activité minière, en tant que facteur de la première présence portugaise effective et continue sur le territoire, a participé au processus de formation socio-territoriale du Mozambique. L'étude vise, plus précisément, à analyser le développement de l'exploitation minière et ses implications pour l'organisation du territoire et les relations de travail pendant la colonisation du pays. Le point de départ de cette analyse considère la catégorie de territoire dans sa dimension de totalité. Pour sa compréhension, on a privilégiée une approche centrée sur la dialectique espace-temps afin d'appréhender les contradictions qu'impliquaient le processus de formation socio-territoriale du Mozambique durant cette période. Cette analyse a été rendue possible par des recherches bibliographiques et documentaires qui ont permis de montrer comment, tout au long du processus historique, le territoire mozambicain a toujours été reconfiguré pour répondre aux intérêts de la logique de production et d'expansion capitaliste face à l'exploitation des ressources territoriales du pays.

Mots-clés : Exploitation minière. Territoire et travail. Formation socio-territoriale. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país situado na costa sudeste do continente africano, defronte da Ilha de Madagáscar, da qual se separa por meio do Canal de Moçambique. O país se caracteriza por possuir um potencial geológico com grande variedade de recursos minerais e energéticos como o carvão, pedras preciosas e semi-preciosas incluindo ouro, petróleo e gás natural, respectivamente.

O país foi um dos primeiros territórios a ser colonizado por um país europeu, no caso Portugal, e um dos últimos a ganhar sua independência política, isto em 1975. Como território, Moçambique passou a fazer parte de Goa, um território português na

Índia até o ano de 1752 quando o território de Moçambique teve a sua própria administração colonial (UEM, 1988). Com uma superfície de 786.380 km² de terra firme (MUCHANGOS, 1999), o país conta com uma população recenseada em 2017 de cerca de 27 milhões de habitantes, sendo que mais da metade (67%), reside no meio rural (INE, 2019).

Em Moçambique, considera-se que a exploração de minérios remonta ao período pré-colonial. Ao lado da agricultura, a atividade mineira foi decisiva para a fixação dos primeiros povos de origem *Bantu* na região e mais tarde, para a prosperidade comercial dos primeiros impérios e posteriormente, pela fixação dos portugueses e o início do processo de colonização, bem assim da acumulação primitiva do capital e, consequentemente, o prelúdio dos processos violentos de expropriação dos territórios dos povos autóctones.

Por via disso, pretendemos neste estudo elaborar uma análise no sentido de compreender como a atividade mineira foi decisiva no processo de formação socioterritorial de Moçambique durante o longo processo de colonização a que o país esteve submetido. Essa análise recai sobre o entendimento de como a mineração proporcionou diferentes formas de dominação do capital sobre o território, bem assim sobre o trabalho e os modos de vida dos nativos, encetando uma nova forma de organização e de gestão do território para atender os propósitos da acumulação capitalista.

Além desta secção, a estrutura proposta considera uma discussão inicial sobre as questões metodológicas envolvidas no estudo para logo a seguir analisar o desenvolvimento da mineração nas origens da acumulação primitiva do capital em Moçambique. Posteriormente, apresenta-se um debate sobre os dilemas da dominação e apropriação territorial em Moçambique tendo em conta os desdobramentos assumidos pela mineração na fase das companhias majestáticas que vigoraram no país. A análise prossegue, igualmente, com uma discussão sobre as relações de trabalho desencadeadas pelo regime colonial em Moçambique, e encerra com a indicação das principais ilações consideradas no estudo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo se orienta na categoria território enquanto totalidade e produto de uma construção social e historicamente instituída (HAESBAERT, 2009). A ênfase que se dá à análise territorial se faz necessária para compreender as relações de poder e de conflito que envolvem os processos de apropriação e expropriação desencadeados pelos atores hegemônicos. Considerando que os territórios e os processos de territorialização são historicamente instituídos, o tempo histórico, além de conceito, é aqui entendido como processo, isto é, como uma categoria fundamental. (SAQUET, CANDIOTTO, ALVES, 2010). Desse modo, privilegiou-se um exercício de reflexão teórica que permitisse a análise histórico-dialética das relações sociais, mais especificamente das relações de poder e de conflito que envolveram as diferentes estratégias de apropriação do território durante a vigência do regime colonial em Moçambique, a partir da compreensão de que o tempo está no território e este, por sua vez, no tempo (SAQUET, 2007).

Para o entendimento de como a mineração participou no processo de formação socioterritorial de Moçambique no período da colonização, foi realizada a pesquisa bibliográfica, que constituiu a base para a reflexão teórica do estudo e possibilitou desenvolver a abordagem territorial sobre os recursos minerais em Moçambique aqui apresentada. Concomitantemente, foi também desenvolvida a pesquisa documental, que consistiu na análise crítica do quadro institucional e jurídico-legal sobre recursos minerais, terra e trabalho no Moçambique colonial. A análise documental, conforme referem Saquet, Candiotto e Alves (2010) é importante para a apreensão dos processos históricos e relacionais, com os detalhamentos necessários para uma explicação coerente do objeto de estudo. Com efeito, a leitura desses instrumentos permitiu compreender como o poder político instituído pelo Estado colonial permeou o uso e a apropriação desaguais dos territórios dos povos autótenes em Moçambique.

MINERAÇÃO NO CONTEXTO DO PRELÚDIO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Os portugueses chegaram a este território da África Oriental a partir de meados do século XV precisamente por volta de 1453, quando o colonizador estabeleceu bases semi-efetivas na zona costeira (FERRÃO, 2002). Na história de Moçambique, o ouro foi um elemento importante ao ter contribuído para que os portugueses, na rota da Índia, tivessem pensando em procurar formas de conseguir tê-lo. O ouro era, nessa altura, a mercadoria mais aceite para trocas na costa oriental africana e na Ásia. Segundo aponta o Departamento de História da UEM:

> Foi fundamentalmente o ouro que trouxe os portugueses a Moçambique. O ouro permitia-lhes comprar, entre outras coisas, as especiarias asiáticas com as quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos exóticos. Moçambique passou a constituir uma espécie de reserva de meios de pagamento das especiarias e essa foi a razão porque os portugueses se fixaram no país, primeiro como mercadores, e só mais tarde, como colonizadores efetivos (UEM, 1988, p. 55).

A fixação fez-se inicialmente por meio da construção de fortes, particularmente no litoral, sendo primeiro em Sofala em 1505 e depois na Ilha de Moçambique em 1507. Com a fixação em Sofala esperavam os portugueses controlar as vias de escoamento de ouro do interior e em menor escala, de marfim, as quais tinham em Sofala o seu término. Só mais tarde, por meio de processos de conquistas militares apoiadas pelas atividades missionárias e de comerciantes, conseguiram os portugueses adentrar para algumas regiões do interior onde estabeleceram algumas feitorias como a de Sena na província de Tete em 1530, e Quelimane na província da Zambézia em 1544 (GoM, 2015). Até esse momento, a expansão portuguesa na região tinha como objetivo central a criação de pontos de apoio para o crescente comércio marítimo entre a Europa e a Ásia. A África Oriental e particularmente Moçambique, contribuía para este comércio especialmente com ouro e marfim.

Os povos árabo-swahili que já muito antes da chegada dos mercadores portugueses comerciavam e controlavam o ouro vindo do antigo Império do

Monomutapa, ao mesmo tempo em que trabalhavam também o cobre e o ferro, geralmente utilizado para o fabrico de instrumentos agrícolas e de uso doméstico, foram gradualmente substituídos como intermediários comerciais, não sem intensa luta. O processo teria culminado aparentemente em 1629, quando os portugueses deram ao Monomutapa o prazo de um ano para a expulsão definitiva dos mercadores árabo-swahili (UEM, 1988).

O propósito, já não era o simples controle do escoamento do ouro, mas de dominar o acesso às zonas produtoras do ouro. Esta fase da penetração mercantil ficou conhecida como a fase de ouro, na medida em que os produtos mais procurados pelo mercantilismo eram exatamente os recursos minerais do país, com destaque para o ouro. Nessa altura, conforme aponta o GoM (2015), o controle das rotas de comércio do ouro estava nas mãos dos *prazos da coroa*[1].

Por causa do comércio do ouro de Monomutapa, muitos *prazeiros* disputaram o controle das principais rotas que garantissem o acesso à costa ao interior, principalmente ao longo das regiões centro e norte de Moçambique. Na fase da corrida colonial, as informações sobre a existência de ouro nessa região teriam atiçado as ambições expansionistas dos europeus. No entanto, o período da penetração mercantil portuguesa em Moçambique, representou no quadro da divisão internacional do trabalho e do comércio mundial, o início do processo de acumulação primitiva do capital em território moçambicano e, consequentemente, o prelúdio dos processos violentos de expropriação das comunidades nativas.

A esse respeito, Marx (2000, p. 95) é bastante elucidativo ao afirmar que "o que há no fundo da acumulação primitiva do capital, no fundo de sua gênese histórica, é a

[1] Os *prazos* foram uma das formas que tomou a colonização portuguesa em Moçambique, quando após princípios do século XVI, Portugal tentou ocupar o território por meio do sistema de *prazos da coroa* que se instalaram praticamente em territórios das atuais províncias da Zambézia, Sofala e Tete, e vigoraram até a década de 1930, quando se procedeu a sua abolição formal. Os *prazos* eram do ponto de vista legal, constituídos por doações ou aforamentos régios de grandes propriedades de terras, exclusivamente à mulheres portuguesas brancas, por um período de três gerações. A detentora estava legalmente obrigada a casar-se com português nascido na metrópole. A sucessão se dava pela linha feminina e, somente no caso da ausência de filhas, podiam os filhos homens herdar por uma geração. Ao impor a transmissão dos prazos por via materna, Portugal procurava obter um fluxo constante de mulheres europeias para manter a integridade racial da comunidade ultramarina. O sistema de aforamentos era distinto do sistema donatarial praticado no Brasil, Açores, Madeira ou do Oriente. Em Moçambique, o sistema veio enquadrar juridicamente a propriedade que, de fato, já era exercida pelo colono branco e possuída pelos nativos, transformando os primeiros em enfiteutas (NEWITT, 1997; ZAMPARONI, 1998).

expropriação do produtor imediato, é a dissolução da propriedade, fundada sobre o trabalho pessoal de seu possuidor". De fato, considerando que a acumulação capitalista supõe a existência da mais-valia e, esta, a da produção capitalista que, por sua vez, não se pode realizar enquanto não se encontram acumuladas nas mãos dos produtores-vendedores, massas consideráveis de capitais e de forças operárias, Marx entende que "todo este movimento está encerrado em um círculo vicioso do qual não se pode sair sem admitir uma acumulação primitiva anterior à acumulação capitalista, em lugar de ser por ela originada" (MARX, 2000, p. 11). Desse modo, Marx considera que:

> Na história da acumulação primitiva, faz época toda revolução que serve de alavanca ao avanço da classe capitalista em vias de formação, sobretudo, aquelas que, despojando as grandes massas de seus meios de produção e de existência tradicionais, as lançam de improviso no mercado do trabalho. Mas, a base de toda está evolução é a expropriação dos cultivadores [...] (MARX, 2000, p. 15-16).

Na senda desse processo, e com a chegada dos portugueses em território moçambicano, mudaram-se as práticas, e fundamentalmente as relações de poder. Os recursos não mais eram *propriedade* de seus antigos detentores, muito menos satisfaziam seus interesses. Novos atores surgiram (os colonizadores portugueses) e, com eles, os recursos mudaram de sua função passando a responder as necessidades da metrópole (Portugal). O território foi, assim, organizado de forma a responder as necessidades dos colonizadores, sendo reestruturado de acordo com as exigências econômicas de Portugal.

Com efeito, o governo português procedeu a uma divisão econômico-territorial do país transferindo para companhias privadas a administração, pacificação e controle da maior parte de Moçambique. Desse modo, as regiões centro e norte do país - ficaram destinadas a economia de plantações de monoculturas para exportação (algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar, chá, polpa de coco seca, arroz, sisal). A província de Nampula onde também se desenvolveu o cultivo forçado de monoculturas e a região meridional do país, a sul do rio Save (abrangendo as atuais províncias de Maputo, Gaza e Inhambane) - ficaram sob administração direta do Estado português.

Dada a importância que a exploração mineira na fase das companhias representou, sobretudo, no que diz respeito às relações de dominação e apropriação do território, dos homens e do trabalho durante a vigência do regime colonial, propusemo-nos desenvolver a seguir, com o detalhamento necessário uma análise sobre a actividade mineira no contexto das companhias majestáticas.

MINERAÇÃO NA FASE DAS COMPANHIAS MAJESTÁTICAS: OS DILEMAS DA DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO TERRITORIAL EM MOÇAMBIQUE

O processo de constituição de companhias majestáticas e subarrendatárias em Moçambique esteve, de certo modo, relacionado com os pressupostos estabelecidos naquele que viria a ser o maior banquete para a divisão e partilha do continente africano entre as principais potências europeias, a Conferência de Berlim ─ a prosa que virou algema e aprisionou territórios em África. Realizada entre 1884 e 1885, a Conferência de Berlim ocupou-se fundamentalmente da discussão da *questão colonial* e foi um processo para se chegar a um acordo, à mesa das conversações, sobre o delineamento das fronteiras, com o fim de se evitarem, no futuro, contradições entre os próprios colonizadores. A esse respeito, Newitt entende que,

> A disputa de África fora conduzida na sua grande maioria por diplomatas ansiosos com a resolução das contendas africanas antes de conseguirem interferir nos interesses vitais dos Estados do resto do mundo. Consequentemente, as fronteiras de África mostraram muitas vezes mais boa vontade do que conhecimento do terreno africano. As linhas de fronteira seguiam, por vezes, os rios ou bacias hidrográficas, quando se conheciam, mas com maior frequência os desenhadores nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros tinham de recorrer às linhas retas para preencherem as lacunas nos parcos conhecimentos reais (NEWITT, 1997, p. 321).

Seguindo essa análise, a UEM (2000) considera que a partilha de África, aquela que passou a vigorar nos mapas, não se fez efetivamente em Berlim. Ela principiara já, e prosseguiu depois. O que se tentou fazer na Conferência de Berlim foi apenas obter um acordo de princípios entre as diversas potências concorrentes. Nesse

sentido, o estabelecimento das fronteiras de Moçambique não foi, portanto, uma atividade do século XV ou XVI, quando o colonizador estabeleceu bases semi-efetivas no território. Pelo contrário, foi o resultado da *corrida imperialista*, exprimindo tensões e contradições entre as principais potências capitalistas europeias.

Autores como Abrahamsson e Nilsson (1994), Newitt (1997), Hedges (1999) são unânimes ao entender que o traçado das fronteiras de Moçambique não criou por si só um Estado. Ou seja, não deu qualquer indicação do tipo de sociedade, administração ou economia que iria surgir, ou qualquer indício sobre a forma como se desenvolveriam as demais relações e como os próprios moçambicanos iriam reagir à circunstância de serem *divididos*. Ou seja,

> As fronteiras geográficas dos Estados africanos do presente não refletem qualquer desenvolvimento histórico africano. O processo histórico que criou *Estados-nação* em África tem poucas semelhanças com o processo que criou Estados-nação na Europa. Quase todos os Estados africanos são artificiais e o seu aparecimento formal não tomou em atenção as realidades africanas. Isto distingue dos principais dominantes na Europa, no que diz respeito à motivação ideológica dos Estados-nação ─ o nacionalismo [...]. O nacionalismo em África surgiu no âmbito de um sistema existente de Estados que tinham sido criados pelos poderes coloniais. O seu conteúdo político foi que a população originária exigiu dirigir esse Estado (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 249).

Por conseguinte, a expansão para África foi corolária do processo de expansão industrial das grandes potências europeias. Nesse sentido, as colônias tornar-se-iam um complemento de acumulação de capital, ou seja, um dos seus momentos fundamentais, em termos de matérias-primas, de novos mercados, de novos campos de investimento e de mão de obra barata, para minorar os custos de produção e fazer face às organizações da classe operária europeia que, nas suas lutas contra o capital, obtinha melhores níveis salariais e melhores condições de vida.

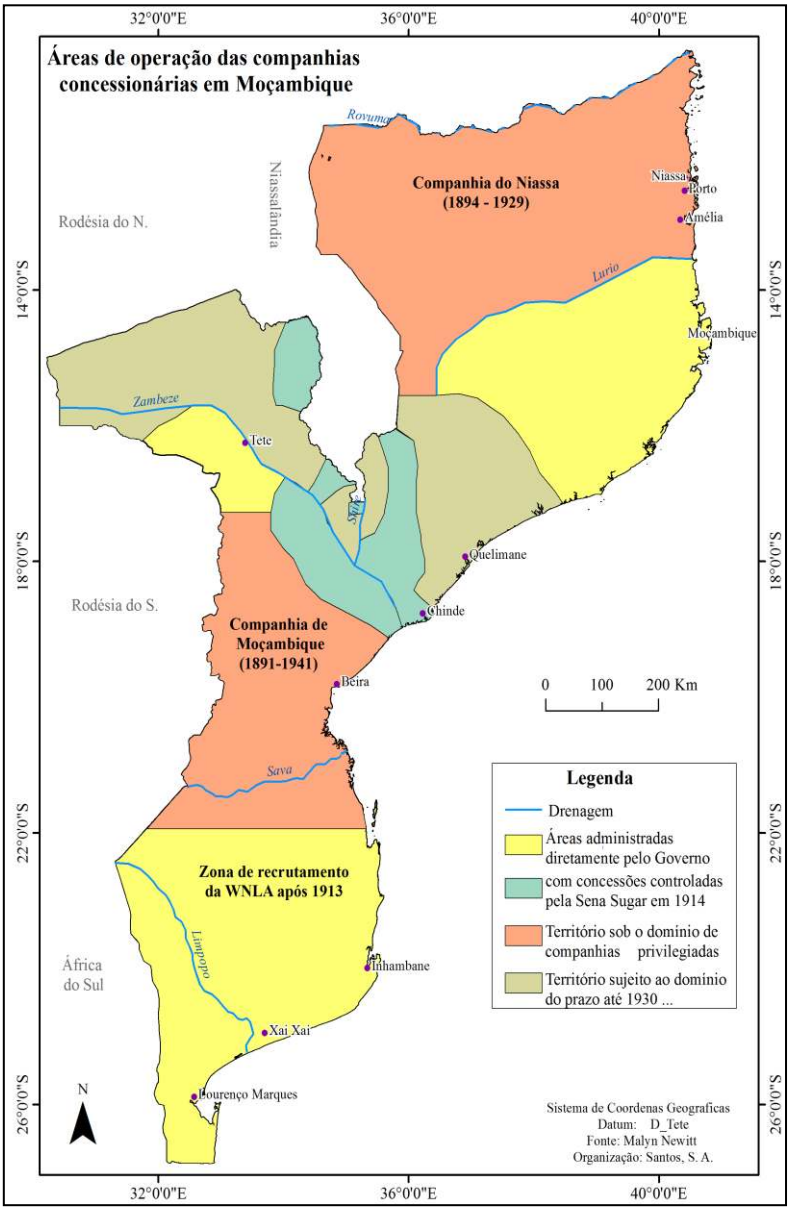
Após a Conferência de Berlim, foram definidas novas formas de relacionamento entre as potências europeias e os territórios colonizados, o que em Moçambique, se traduziu na delimitação de fronteiras e na ocupação militar, administrativa e econômica do território (HEDGES, 1999). Beneficiando das disputas

das principais potências coloniais (Inglaterra e França), Portugal permaneceu com o direito às colônias que então reivindicara como suas e sensivelmente nos limites que reclamara. Moçambique era até então, uma reserva de mão de obra escrava jogando um papel secundário nos fluxos mercantis portugueses e de outras potências, onde as índias e as américas mereciam prioridade (MOSCA, 2005).

Com a Conferência de Berlim, Portugal foi forçado a materializar a ocupação efetiva das suas colônias no continente africano. No entanto, "as limitações financeiras e humanas eram as principais dificuldades portuguesas" (MOSCA, 2005, p. 32). Ou seja, "Portugal não tinha recursos financeiros suficientes para poder fazer uma ocupação e exploração de Moçambique com sucesso" (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1994, p. 23). Para diminuir os custos diretos da ocupação efetiva do território, Portugal, seguindo a experiência britânica e francesa optou pela promoção de investimentos privados sob a forma de companhias majestáticas ou soberanas, que foram garantidas a soberania e poderes de várias extensões territoriais.

É, assim, que a partir do último quartel do século XIX, momento em que Portugal era alvo de uma tremenda pressão para afirmar a sua *ocupação de fato* dos territórios pelos quais reclamava, optou por ceder os territórios das atuais províncias de Manica e Sofala, na região centro à Companhia de Moçambique, e os territórios das atuais províncias de Niassa e Cabo Delgado, na região norte do país à Companhia do Niassa. Além destas companhias, existiam ainda outras, as chamadas companhias subarrendatárias que foram constituídas posteriormente. A Companhia da Zambézia, e as companhias de Boror, Luabo, Sena Sugar States, são exemplos de companhias subarrendatárias que se desenvolveram em Moçambique. Constituído majoritariamente por ações de capital estrangeiro (Inglaterra, França e Alemanha), o sistema de companhias chegou a ocupar cerca de dois terços do território moçambicano, conforme se pode observar na figura 1.

Figura 1 - Áreas de jurisdição das companhias concessionárias em Moçambique



Organização: O autor

A Companhia de Moçambique, fundada em 1891 e que se desenvolveu até 1941, foi atribuída pelo governo português uma área de 134.822 km^2, sendo limitada a Sul, pelo paralelo 22º, a Oeste, pela Rodésia do Sul (actual Zimbábue), a Norte e nordeste, pelo rio Zambeze, e a Leste, pelo oceano Índico (UEM, 2000). Já a Companhia do Niassa, constituída formalmente em 1892, iniciou suas atividades somente em 1894,

momento em que o governo português concedeu o alvará à Companhia para controlar a totalidade dos 160.000 km^2 do território a Norte do rio Lúrio, por um período alargado de 35 anos, ou seja, até 1929 (NEWITT, 1997). O sistema de companhias foi usado, sobretudo, a Norte do rio Save e abrangia praticamente as regiões centro e norte de Moçambique, conforme ilustrado na figura 1).

Mosca (2005, p. 33) refere que "os limites territoriais das companhias não eram fixos na medida em que se iam ajustando, ora por interesses destas ou do governo, ora por disputas com as colônias britânicas". Os acordos celebrados entre o governo colonial e as companhias, sob a forma de Cartas, salvaguardavam os direitos de soberania ao Estado português. Além de salvaguardar o direito de soberania, os termos dos acordos entre o governo e as companhias visavam, por outro lado, proteger os interesses portugueses por meio de medidas administrativas para que o domínio do capital estrangeiro nas companhias não transformasse os territórios sob concessão apenas nominalmente pertencente à Coroa portuguesa (MOSCA, 2005, p. 35).

As referidas companhias dedicavam-se principalmente a uma economia orientada para a extração de recursos minerais e para a produção de monoculturas obrigatórias (algodão, castanha de caju, cana-de-açúcar, chá, coqueiro, arroz, sisal) e um pouco do tráfego de mão de obra para alguns países vizinhos (África do Sul, Zimbábue e Malaui). Embora não tivessem conseguido ter o domínio efetivo da totalidade de seus territórios e tivessem levado anos para sua pacificação total devido, principalmente, ao baixo poder econômico-financeiro de seus acionistas, que sem grandes êxitos, tentavam por meio do terror e da extorsão arrancar dinheiro ou mão de obra aos camponeses africanos que caíam em suas mãos por um lado, e por outro, pelo choque de interesses que as companhias representavam para as classes dominantes locais, bem como as resistências oferecidas pelas populações nativas, estas companhias foram dotadas do direito não apenas de administrar e explorar, do ponto de vista capitalista, as riquezas moçambicanas, mas de controlar política, administrativa e juridicamente os seus habitantes.

Os direitos concedidos às companhias incluíam ainda o monopólio do comércio, o exclusivo das concessões para prospeção mineira, emissão de licenças para

pesca ao longo da costa, o direito de coletar impostos e taxas, o direito de construir e explorar portos e vias de comunicação, o privilégio de concessão a terceiros dos encargos daí derivados, privilégios bancários e postais (incluindo a emissão de moedas e selos para o caso da Companhia de Moçambique), o direito de transferência de terras a pessoas individuais e coletivas e o direito de investimento dos lucros obtidos fora do continente africano.

Em contrapartida, nos termos dos contratos firmados entre as companhias e o governo português, Portugal reservava-se ao direito exclusivo de controlar o capital estrangeiro dentro das companhias, e esse controle devia ser efetivado por meio dos seguintes mecanismos: i) imposição de um corpo administrativo de maioria portuguesa nas companhias; ii) obrigatoriedade de ratificação, pelo governo português, das leis e regulamentos a serem implementados no território; e iii) as companhias comprometiam-se a entregar ao governo português parte dos lucros produzidos.

Inicialmente, a porcentagem era em torno de 5% das receitas produzidas. Posteriormente, essa taxa passou a fixar-se em torno de 7,5% de todas as receitas (NEWITT, 1997; UEM, 2000; MOSCA, 2005). Assim, as vantagens que os portugueses tiravam por meio das companhias eram que as empresas dividiam com Portugal os impostos que a população pagava às companhias, bem como uma parte do lucro anual da empresa,

> Portugal buscou tirar partido através das companhias: concedeu terras, mas cobrou dividendos; deu guarida ao capital internacional, mas exigiu-lhe uma porcentagem das ações; concedeu o direito de cobrar impostos, mas recebeu uma parte desses impostos; exportou mão-de-obra, mas cobrou taxas e exigiu que lhe construíssem portos e linhas-férreas (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEM, 1988, p. 142-143).

Assim, as companhias passaram a ser simultaneamente um forte aliado do governo, ao mesmo tempo em que introduziram elementos de conflito, sobretudo, no relacionamento com a população. O sistema usado pelas companhias para o recrutamento de mão de obra dos nativos consistia em promessas de cumprimento das leis e regulamentos de trabalho, ao tratamento humanizado e cuidados com a alimentação e

alojamento, já que, por lei, os proprietários eram obrigados a garantir o mínimo de condições para os trabalhadores nas minas.

Na prática, essa regulamentação não passava de uma propaganda enganosa. Descapitalizados, os empregadores não conseguiam pagar os salários dos trabalhadores a tempo, eram péssimas a alimentação e as habitações dadas aos trabalhadores. Frequentemente, e de forma deliberada, as companhias não cumpriam a legislação do trabalho, os salários, as horas de jornada. Os residentes das áreas das companhias não estavam dispostos a oferecer sua força de trabalho, quer para as minas como para a agricultura. Por causa disso, as autoridades sentiram-se forçadas, não só a recorrer a mão de obra em outros territórios circunscritos às companhias, como também, em muitos casos, ao uso da violência nos procedimentos de recrutamento de mão de obra e a utilização de métodos coercivos de trabalho.

Mosca (2005) considera que as companhias constituíam uma forma de colonização efetiva em momentos que Portugal demonstrava grandes dificuldades de provar às outras potências coloniais a capacidade de ocupação efetiva dos territórios. A política concessionária desenvolvida pelas companhias baseava-se no direito de posse sobre a terra. De acordo com esse autor, a concessão era inicialmente de 25 anos, prorrogáveis de 10 em 10 anos. A partir de 1897, a concessão passou a ser por períodos de 50 anos, prorrogados de 20 em 20 anos. Todavia, o governo se reservava o direito de dissolver as companhias em qualquer ocasião, em caso de estas se oporem às autoridades do Estado e deixassem de cumprir as estipulações dos termos ora acordos.

Por sua vez, as companhias tinham, também, o direito de arrendar a terra a pessoas jurídicas e singulares interessadas. Entretanto, "não podiam fazer concessão de terrenos contíguos de uma área superior a cinco mil hectares a um mesmo indivíduo ou sociedade sem autorização do governo" (MOSCA, 2005, p. 34). Para as companhias, o arrendamento da terra às empresas subsidiárias ou aos colonos constituía uma atividade especulativa bastante rentável. O direito de posse sobre a terra permitia-lhes, não só o arrendamento da terra às empresas subsidiárias ou aos colonos, como também, a aquisição de benefícios indiretos quer dos lucros provenientes do desenvolvimento das explorações agrícolas e mineiras dos arrendatários, quer das taxas normais de

arrendamento. Esses benefícios podiam ser aumentados grandemente com a compra de parte das ações dessas empresas arrendatárias.

De acordo com a UEM (1988) haviam três tipos principais de concessões de terrenos: i) talhões para construção; ii) concessões agrícolas e; iii) concessões mineiras. As concessões mineiras, isto é, o arrendamento de terra para a exploração de pedras e metais preciosos e de minas em geral, compreendiam campos parcelados em pequenas unidades de dimensões variáveis, consoante a qualidade (*claims* ou quinhões) que se alugavam mediante a renda anual e adiantada de seis libras esterlinas por cada *claim* ou quinhão.

No que se refere à atividade comercial envolvendo minérios, apenas os indivíduos e entidades coletivas munidos de licença especial para o comércio de pedras e metais preciosos (banqueiros, concessionários de *claims* mineiros, proprietários de estabelecimentos metalúrgicos em exploração entre outros), tinham permissão para desenvolver o comércio de minérios. Fora dessas entidades, não era permitido à pessoa alguma, comprar, oferecer para a venda, vender, ceder, receber para a troca ou em penhor, ou por qualquer outra forma, quer por si, quer em nome de outrem, o ouro, pedras e metais preciosos. Segundo Franze (2010), quem não pudesse provar o direito à posse de pedras ou metais preciosos encontrados em seu poder, ficaria sujeito a uma multa não inferior à 1.000 réis e não superior a 6.000 réis, ou pena de prisão não inferior a dez meses e nem superior a cinco anos.

Com o controle da atividade mineira nas mãos das companhias e a consequente institucionalização do regime de impostos no território, marcou-se uma nova fase no processo de transformação da economia rural camponesa em economia virada para o mercado. Quer dizer, a penetração mercantil portuguesa agiu profundamente na vida social e produtiva do campesinato. A antiga renda em gêneros que o estrato dominante exigia aos camponeses foi gradualmente transformada nos territórios com minas de ouro, numa renda em ouro ou em trabalho de prospecção nas minas com ouro. Anteriormente, o tributo e a renda em trabalho eram limitados pelos próprios padrões restritos das classes dominantes e, por consequência, a extração de minérios não era efetuada em escala alargada.

Por essa via, o capital mercantil, submeteu cada vez mais a produção ao valor de troca, numa sociedade onde, antes, predominava a produção de valores de uso. Contudo, não foi o comércio que veio criar a exploração: ele veio antes inscrever-se nas anteriores relações de produção e exploração, intensificando-as e fazendo desviar o campesinato para uma produção que não era interior à estrutura social. Por via disso, a atividade produtiva nas minas a qual, antes da penetração portuguesa se fazia nas épocas mortas, fora do plantio e das colheitas agrícolas, passou a efetuar-se, também, nos períodos produtivos agrícolas.

Esse fato, aliado ao trabalho forçado instituído pelo regime colonial, provocou a fuga de comunidades inteiras, particularmente nas áreas de mineração mais trabalhadas. Mesmo nas áreas não diretamente atingidas pela indústria mineira (ainda que pouco desenvolvida), a economia camponesa não conseguiu resistir a essa transformação qualitativa. Desse ponto de vista, é interessante recordar as análises feitas por Marx, sobre o modo de produção capitalista colonial. Em seu livro "A origem do capital", esse autor considera que:

> Nas colônias o modo de produção e de apropriação capitalista tropeça em toda parte contra a propriedade corolária do trabalho pessoal, contra o produtor que, dispondo das condições exteriores do trabalho, enriquece a si mesmo, em vez de enriquecer o capitalista. A antítese destes dois modos de apropriação, diametralmente opostos, afirma-se aqui, de uma maneira concreta, pela luta. Se o capitalista se sentir apoiado pelo poder da mãe-pátria, ele afastará violentamente a pedra que o atropela de seu caminho (MARX, 2000, p. 102).

De fato, a penetração colonial-capitalista na fase das companhias caracterizou-se pela intervenção direta do capital na esfera produtiva, engendrando no seio da estrutura da economia pré-capitalista existente, novas formas de produção, dominadas pela produção capitalista em articulação com as formas preexistentes. É, pois, esta transformação profunda operada pelo capital na esfera produtiva, apropriando-se e dominando, total ou parcialmente, os meios de produção e de autoconsumo do produtor direto e, deste modo, dominando e explorando os trabalhadores e camponeses, que permite distinguir esta fase do período da dominação mercantil com o desenvolvimento

do capitalismo colonial, à passagem da história pré-imperialista para a era imperialista por excelência.

Devido principalmente ao fato de a maioria dos proprietários com concessões mineiras se encontrar numa situação de pobreza, descapitalizados, por isso, sem meios técnicos e nem recursos humanos e financeiros para efetuar uma exploração mineira do tipo empresarial, Franze (2010) refere que o único recurso para esses proprietários era contar com a experiência e técnicas africanas de exploração. Em muitos casos, a mineração era uma atividade itinerante, não necessariamente devido à escassez do minério, mas tão somente, porque as condições de explorabilidade se tornavam tão difíceis e perigosas. Pelo que, do ponto de vista das técnicas utilizadas na mineração, pode mesmo dizer-se que o período colonial, significou a continuação das técnicas outrora utilizadas pelos reinos e impérios da região, não havendo, por isso, alguma evolução digna de menção.

O sistema de companhias prevaleceu no país até sensivelmente princípios da década de 1940. As intenções do novo regime colonial instituído no contexto do golpe militar de 1926, em Portugal, pretenderam estreitar as relações entre as colônias e a metrópole, corrigindo a fraqueza das relações políticas e econômicas existentes, até então. Em Moçambique, um dos resultados do golpe militar de 1926 foi, exatamente, o reforço das posições dos representantes da burguesia portuguesa, quer no Estado colonial, quer nas companhias majestáticas.

Dessa forma, a partir de 1926, o novo regime instituído em Portugal promulgou leis que visavam impor um controle mais direto e rigoroso sobre os recursos das colônias. Essa pretensão alcançar-se-ia por meio de uma unificação territorial, que significou a abolição do sistema de companhias majestáticas e arrendatárias em Moçambique. Desse modo, os contratos da Companhia do Niassa e da Companhia de Moçambique não foram renovados quando atingiram os seus termos em 1929 e 1941, respectivamente, passando estes territórios, bem como os das companhias subarrendatárias para a administração direta do Estado colonial.

TERRITÓRIO E TRABALHO NO CONTEXTO DA BARBÁRIE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL

Conforme referenciado, o início da ocupação efetiva do território moçambicano que se deu depois da Conferência de Berlim, implicou mudanças no padrão da organização do território e do espaço de reprodução social, material e cultural das famílias camponesas moçambicanas que foram organizados para atenderem os interesses políticos e econômicos do colonizador. Essa estratégia foi reforçada com as mudanças políticas operadas em Portugal no contexto do Golpe Militar de 1926 que implicou, também, novas formas de relacionamento entre a metrópole e as colônias, por meio da introdução e o estabelecimento de um quadro legislativo que a partir de 1928, veio a endurecer as estratégias de dominação e apropriação dos homens e dos recursos, conduzindo a um maior controle do território tanto administrativa como economicamente.

Na esteira desse processo, a maioria das famílias camponesas foi expropriada e "reassentada" ao redor das áreas de produção agrícola constituindo, assim, mão de obra barata para o colonizador. Aliás, uma das características que permite, também, distinguir essa fase da acumulação primitiva em Moçambique foi a crescente necessidade de manutenção das famílias camponesas ligadas a terra, para assim melhor explorar o camponês moçambicano. Araújo (1989) *apud* Matos e Medeiros (2015) considera que essa forma de organização do espaço de reprodução familiar culminou com a produção de um povoamento disperso que até aos dias atuais caracteriza o padrão de residência no meio rural moçambicano.

No campo econômico, a partir de 1930, ano que marca o início do último período da ocupação portuguesa no país, por conta da debilidade econômica que caracterizava a economia portuguesa, a mecanização da agricultura e a proletarização do agricultor tornavam-se cada vez mais difíceis de serem implementadas. Visando contornar essa situação, o governo colonial português incentivou a partir dessa década, o aumento do cultivo de culturas que mantinham altas cotações no mercado mundial, as chamadas culturas obrigatórias em consequência da diminuição dos preços no mercado

internacional de culturas alimentares, decorrente da crise de superprodução de 1929 (HEDGES, 1999).

A produção de monoculturas para exportação era da responsabilidade das companhias e/ou concessionárias e contava com mão de obra das famílias camponesas nativas que permaneciam no campo. No entanto, o sistema de plantações provavelmente não trouxe muitas inovações técnicas no sistema de produção dos africanos, uma vez que essas plantações foram baseadas na utilização de mão de obra intensiva. Só na cultura do algodão é que os portugueses introduziram a utilização de pesticidas para o controle das pragas, principalmente nas regiões norte e sul do país, onde o domínio desta técnica por parte das populações foi obrigatório.

Além da produção de monoculturas obrigatórias para exportação, o sistema agrícola colonial compreendia, também, as pequenas e médias *machambas* [2] dos agricultores colonos individuais, destinadas à produção local de bens alimentares para a população urbana portuguesa. A esses colonos, lhes era distribuída terra em áreas especialmente férteis, ao mesmo tempo em que recebiam apoio estatal em créditos, insumos agrícolas e maquinaria e, por consequência, houve aumento das áreas de cultivo para e dos pequenos agricultores portugueses, aumento dos níveis de exportação das culturas de fomento e o fortalecimento da dominação colonial.

No outro extremo, havia a agricultura familiar da grande maioria da população nativa que, embora não tivesse mecanismos de ampliar sua produção, continuou desempenhando um papel importante no seio das famílias camponesas que, conforme aponta Negrão (1996), não abdicou da prática da agricultura mesmo que fosse introduzida uma nova atividade de rendimento, pois, para ela, é apenas a prática dessa atividade que garante a segurança alimentar do agregado familiar. Essa agricultura era extensiva e baseava-se na utilização de técnicas e instrumentos de trabalho rudimentares, ao mesmo tempo em que se caracterizava por uma produtividade extremamente baixa.

[2] Superfície/porção de terra separada de outras por fronteiras naturais (rios, montes) ou artificiais (estradas, sebes, demarcações com outras machambas) que se destina a produção agrícola (INE, 2011). No Brasil, o significado do termo machamba seria equivalente ao de roça.

Hedges (1999) refere que durante a época colonial, em todos os tipos de produção agrícola (tanto de monoculturas para exportação, como de produção de alimentos), o trabalho era efetuado pela população moçambicana, sendo importante o papel da produção camponesa no fornecimento de alimentos aos trabalhadores das plantações, das indústrias e *machambas* privadas. Estes trabalhadores eram migrantes sazonais, cujas famílias, além de manterem a casa, produziam para o seu autoconsumo e do próprio migrante depois do seu regresso. Desse modo, a família camponesa passou a constituir a base de reprodução social do trabalhador migrante e, assim, a base fundamental de todas as formas de produção que dela dependiam. A figura 2, mostra a forma de trabalho da população nativa moçambicana nas plantações de cana-de-açúcar dos colonos.

Figura 2 - Carregamento de cana-de-açúcar, N'komati, 1944



Fonte: Hedges, 1999.

O trabalho migratório sazonal alterou, não só, a estrutura produtiva e a importância relativa das culturas agrícolas nos sistemas produtivos, como também influenciou os modos de organização social e do trabalho no seio das famílias devido à ausência do homem. A esse respeito, Chilundo (1999) aponta que a saída do homem

devido ao trabalho migratório sazonal forçou a mulher a desempenhar tarefas até então realizadas pelo homem permitindo o controle de alguns produtos e de dinheiro, o que alterou as relações de poder e uma maior autonomia em relação ao homem. O autor argumenta ainda que as mulheres começaram a poder sobreviver sem a dependência do homem devido ao pagamento do imposto e para aquisição de roupa, sal e outros produtos a troco de bens agrícolas produzidos nas parcelas familiares.

Com o sistema de trabalho migratório sazonal, nem plantações, nem indústrias, nem *machambas* privadas tinham que pagar um salário que alimentasse a família do trabalhador, o que era sempre justificativo da atribuição de salários muito baixos. Foi por essa razão que os empreendimentos na nova economia colonial preferiram o trabalho migratório, procurando o Estado colonial evitar, na medida do possível, o crescimento de uma força de trabalho permanente e estável, o que teria exigido salários mais elevados e melhores condições sociais.

Discutindo a natureza das relações capitalistas de produção desencadeadas durante a vigência do regime colonial em Moçambique, Zamparoni (1998) entende que no quadro das colônias portuguesas da África Oriental, até então, não havia condições objetivas que levassem a uma proletarização imediata e voluntária das populações locais, ou seja, não se encontrava uma conjuntura na qual as pessoas fossem se oferecer como braços para o trabalho assalariado, pelo contrário, podiam evitar venderem-se, como força de trabalho, no circuito capitalista, pois mantinham a posse da terra e os instrumentos de produção, ainda que rudimentares.

As formas produtivas não capitalistas, embora comportassem conflitos sociais não negligenciáveis (pois os camponeses nativos não formavam um todo homogêneo e indistinto sem hierarquias em seu seio), conseguiam sustentar suas necessidades de consumo e os excedentes, em geral, convertidos em tributos pagos aos régulos ou autoridades tradicionais [3] e potentados diversos quer africanos,

[3] Para José (2006), as expressões *autoridade/chefe tradicional*; *autoridade gentílica*; *régulo* são construções do Estado colonial, algumas das quais reproduzidas acriticamente pelos governos saídos das independências nacionais. O autor utiliza estes termos para designar os sujeitos políticos (entre a população nativa) em contínua transformação e que assumem características heterogêneas, em função dos contextos em que se inserem e das diferentes fontes de legitimidade de que deriva o seu poder. Florêncio (1998), usa o conceito de autoridades tradicionais no sentido de designar os grupos ou indivíduos investidos de um poder legal institucionalizado, político ou outro aceite pela sociedade. Nesse sentido, o conceito prende-se

afro-portugueses ou afro-islamizados, entravam no circuito de trocas, mas a terra era possuída, de formas e por mecanismos variados, pelos membros da comunidade que dela desfrutavam.

Nos marcos da economia mercantil, a utilização da força de trabalho africana, pelos europeus, em Moçambique, era esporádica e utilizada para cumprir missões específicas. Contudo, as novas características assumidas pelo capitalismo a partir da segunda metade do século XIX, exigiam, a criação, nas colônias, de uma força de trabalho permanentemente integrada à esfera produtiva. Mas como obtê-la? A força e a sujeição pareciam ser o único caminho. Desse modo, visando garantir a necessidade de mão de obra barata e para que a dominação pudesse ser exercida, sem qualquer constrangimento jurídico, a fim de servir à acumulação em benefício dos interesses colonialistas não bastou apenas a dominação militar.

O regime colonial em Moçambique introduziu formalmente medidas coercivas visando ao assalariamento das famílias camponesas. Foram várias as medidas tomadas nesse sentido. Uma delas, era o cultivo obrigatório de monoculturas. À luz desse pressuposto, o agricultor familiar deveria produzir as culturas obrigatórias, tanto nas suas áreas de cultivo como na dos colonos, ao mesmo tempo em que deveria cultivar outras culturas para alimentar aquela população empregada em outros setores de atividade ou que vivia nos centros urbanos (NEGRÃO, 1995; HEDGES, 1999). Esta estratégia permitia que as famílias camponesas estivessem ligadas à produção de culturas essenciais destinadas à economia colonial portuguesa.

Analisando as implicações do sistema de cultivo obrigatório em Moçambique para a maioria das famílias residindo no campo, Mosca (2005) refere que o sistema de cultivo obrigatório também introduziu alterações fundamentais nos sistemas de produção agrícola familiar ao mesmo tempo em que alterou os hábitos alimentares das famílias e

então essencialmente com as instituições de poder pré-coloniais e não tanto com os indivíduos que executam essas funções. Estes podem ter sido substituídos, ou não, pelo sistema colonial e pelos Estados independentes, no entanto, as instituições mantiveram-se, e não perderam legitimidade política. Dinerman (1999) refere que às autoridades tradicionais competia, entre outras tarefas, reforçar o controle e o recrutamento da mão de obra, garantir a cobrança de impostos, gerir as terras comunitárias, resolver conflitos e dirigir as cerimônias mágico-religiosas. Desse modo, as autoridades tradicionais foram, por conseguinte, concebidas como uma extensão do poder colonial, funcionando como um instrumento de controle social.

adicionou elementos de conflito político e social entre a população e o regime colonial e no seio das comunidades locais. Por outro lado, o sistema de plantações de monoculturas para exportação contribuiu para uma diferenciação social do campesinato. Algumas famílias beneficiavam-se economicamente do sistema, fato que acelerou de alguma forma, a estratificação social no meio rural.

Outra medida adotada pelo governo colonial no quadro de sua política laboral, foi a introdução do sistema de pagamento de imposto obrigatório. A cobrança de impostos tinha por objetivo forçar os moçambicanos ao assalariamento para obtenção de moeda que pagaria os impostos assegurando-se, assim, a aquisição de mão de obra barata para as plantações de monoculturas e outros serviços, bem como o aprofundamento da integração do campesinato no mercado. Ou seja, a cobrança de impostos pelo regime colonial em Moçambique não era um simples mecanismo tributário com caráter mais ou menos simbólico, pelo contrário, era a objetivação duma relação social fundamental, concreta e historicamente determinada entre o camponês e o capital – um mecanismo de dominação do capital sobre o trabalho.

A institucionalização do regime de impostos no território marcou, por conseguinte, uma nova fase no processo de transformação da economia camponesa em economia virada para o mercado. Contudo, embora o regime de impostos obrigatórios tenha sido um dos instrumentos fundamentais de compulsão do campesinato para o trabalho assalariado, durante muito tempo teve maior importância como fonte direta de receitas para as companhias então criadas. Todavia, considera-se que o pagamento de impostos não é estranho às sociedades africanas antes da chegada dos colonizadores europeus.

Na região sul do país, por exemplo, os súditos deviam pagar uma série de impostos aos chefes: o imposto sobre a colheita conhecido como *Chihundjo*, partes da caça e pesca efetuada, parte das bebidas fermentadas, a conservação das palhotas do chefe. Tais impostos eram pagos, pois, o chefe, como intermediário entre os ancestrais e os vivos desempenhava determinante papel no equilíbrio comunitário. Era o gestor das cerimônias propiciadoras de chuva, o proprietário simbólico dos bosques e dos animais neles existentes, o guardião da terra e de tudo que nela havia, tanto em seus aspectos

materiais quanto espirituais, tendo, portanto, direitos distintos sobre seus frutos. Recebia ainda taxas diversas por sua atuação como intermediário nas disputas entre súditos. Só que, no final do século XIX, já mergulhados na economia monetária, os chefes passaram a exigir que seus súditos lhes pagassem impostos em dinheiro, sob os mais diversos pretextos.

Na região dos prazos do Vale do Zambeze, o imposto que os portugueses cobravam a população local era denominado por *mussoco*. Entretanto, o *mussoco* também não era uma instituição nova nas relações sociais. Tratava-se de uma instituição inerente às estruturas tradicionais pré-capitalistas que, sob a ação do capital, foi *recuperada* e transformada para servir as necessidades da exploração colonial-capitalista. Os camponeses, por meio do *mussoco*, renda em gêneros, canalizavam parte dos seus excedentes agrícolas para a elite *prazeira*, sendo, muitas vezes, utilizados para a alimentação dos *a-chicunda* [4]. Cobrava-se, também, em produtos exóticos para exportação (marfim, mel de abelha). Com a penetração crescente do capitalismo colonial o *mussoco* passou, também, a ser cobrado em trabalho e, depois, monetarizado, tornando-se um elemento central no processo de acumulação de capital colonial ao agir como um mecanismo extra econômico para a aquisição de trabalho pelo Estado e pelos colonos, o que exprime uma mudança profunda nas relações sociais de produção.

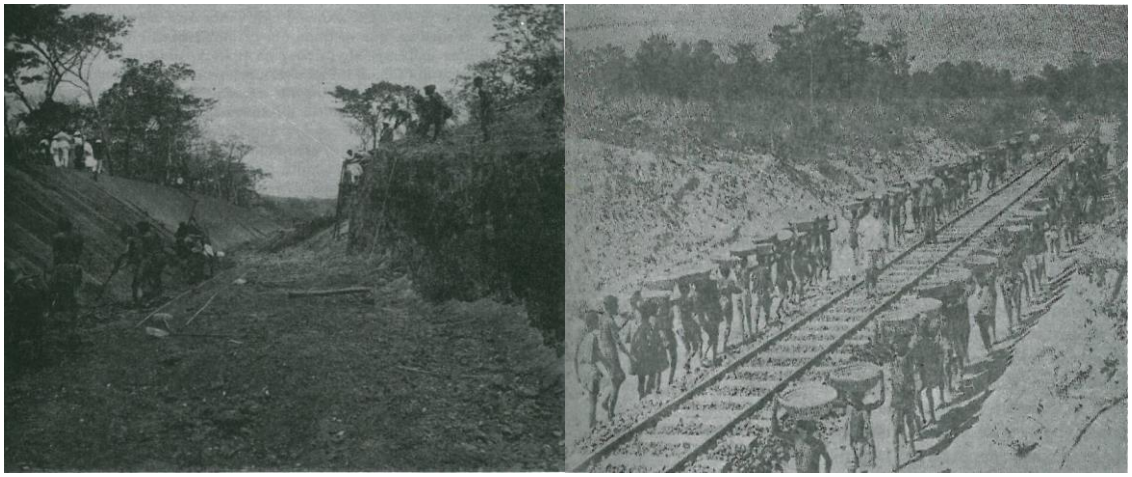
Caso o *mussoco* não fosse pago, os infratores eram compulsivamente integrados no trabalho forçado (*chibalo*). Cardoso (1993, p. 126) argumenta que: "[...] o *mussoco* tinha mais a função de fornecer mão de obra barata aos empreendimentos da economia já mercantilizada do que provocar a introdução dos camponeses nos circuitos monetários". No entanto, os dois objetivos estavam presentes: a integração na economia monetária (porque o pagamento começou a ser obrigatoriamente realizado em moeda) e a obtenção de mão de obra barata (ou escrava), porque na maioria dos casos, as possibilidades de pagamento eram limitadas, sobretudo, até meados do século XX e nas zonas mais interiores de Moçambique (MOSCA, 2005).

[4] Os *a-chicundas* formavam um tipo de exército constituído na sua maioria por escravos que a soldo dos colonos portugueses não apenas defendiam e conquistavam territórios, como participavam na captura de escravos e cobravam o imposto (*mussoco*) aos cidadãos que residiam nos prazos. Os *a-chicundas* privilegiavam-se de alguns benefícios como o não pagamento de tributos e impostos cobrados pelos senhores dos prazos aos demais habitantes.

O imposto de palhota cuja origem remonta à prática de cobrança do *mussoco* e formalmente introduzido na então colônia de Moçambique ao abrigo do Decreto de 9 de julho de 1892, e cobrado à luz do Regulamento do Imposto de Palhota de 30 de julho de 1892, foi uma das estratégias adotadas pela administração colonial visando intensificar a exploração da população nativa, sobretudo, nas zonas rurais. Esse imposto consistia em que os proprietários de palhotas ou cubatas, majoritariamente a população africana, situados no interior, obrigavam-se ao pagamento anual de imposto por cada palhota que empregassem como casa de habitação (UEM, 2000).

Sitoe (2008), Correia (2010) e Zamparoni (1998) apontam que, inicialmente, os visados poderiam pagar o referido imposto anualmente, em gêneros ou dinheiro no valor de 900 réis ou na razão de dois terços do valor que tiver no mercado por palhota ou cubata, utilizada como habitação. A partir de 1894, passou a ser obrigatoriamente recebido em dinheiro. O não cumprimento desta obrigação implicava o recrutamento compulsivo e/ou punição para o *chibalo*, nas obras públicas e plantações de colonos, durante o número exato de dias necessários para que, ao valor do salário oficial local, se fizesse o quantitativo do imposto acrescentado de 50%. Como o salário era fictício, esta medida tornou-se, de fato, um mecanismo de angariação de mão de obra gratuita. A figura 3 ilustra a forma do trabalho forçado nas obras públicas do governo colonial.

Figura 3 - Regime de trabalho compulsivo, pago ou gratuito (*chibalo*) em Moçambique: construção da estrada de ferro de Tete, 1944. À esquerda abertura de caminho e à direita carregamento de brita



Fonte: Hedges, 1999.

Entre 1850 e 1888, verificou-se uma liberalização progressiva das leis laborais coloniais. Em 1858, decretou-se a abolição da escravatura para dali a 20 anos, em 1878. Em 1869, decidiu-se formalmente a abolição da escravatura, sendo substituída pelo estatuto intermédio de *liberto*, em que o ex-escravo era contratado para trabalhar para o seu antigo dono até 1878. Depois, em 1875, visando à promoção do comércio livre e o desenvolvimento comercial, o estatuto de *liberto* acabou também, mas o *liberto* iria manter-se contratado pelo seu antigo empregador até 1878. Assim, o escravo foi substituído pelo *liberto* e o *liberto* pelo operário contratado - na prática, nada mudou (NEWITT, 1997).

Em 1878, chegou oficialmente ao fim, em Moçambique, o trabalho forçado de toda a espécie e reinou um mercado de trabalho livre. O Regulamento Laboral de 21 de novembro de 1878, era bastante elucidativo nesse quesito ao declarar que "ninguém podia ser obrigado a celebrar contrato para a prestação de serviços, exceto aqueles indivíduos que sejam considerados vagabundos". Contudo, essa faculdade de permitir o trabalho forçado para *vagabundos* nos termos da lei, abriu espaço de manobras para que os funcionários coloniais reintroduzissem o trabalho forçado quando fosse necessário.

Por via disso, não tardou para que o *chibalo* fosse, mais uma vez, adotado formalmente na colônia de Moçambique como um instrumento de coerção do capital sobre o trabalho. Segundo Newitt (1997) o que modificou esta atitude liberal foi a percepção de que a agricultura em regime de plantação constituía a única forma realista

de atrair capital para África. E sem mão de obra barata, não haveria motivo para investir em Moçambique. Foi em função disso que passou a se considerar a partir de 1888, que os africanos teriam de pagar com trabalho a sua parte nos impostos, proposta que foi inserida na Lei dos Prazos de 1890. Em 1894, foi reintroduzido o trabalho correcional, por meio do qual os africanos que infringissem qualquer lei seriam obrigados ao cumprimento da pena com trabalho. Esse tipo de trabalho iria manter-se em todos os futuros códigos penais adotados pelos portugueses.

A lei de 1899 abordou diretamente este problema ao afirmar que "todos os indígenas [...] estão sujeitos à obrigação, moral e legal, de tentarem obter, através do trabalho, os meios de que carecem para subsistir e melhorar a sua condição social" (NEWITT, 1997, p. 341). A lei tomava em consideração esta *obrigação moral*, que se aplicava a todos os homens e mulheres entre os 14 e os 60 anos, de se realizarem por meio da posse de capital, exercendo uma profissão, cultivando ou produzindo bens para exportação, mas em relação a estes dois últimos aspetos, caberia as autoridades locais determinar se a condição era preenchida. De outro modo, a obrigação só poderia ser cumprida com trabalho remunerado, e as autoridades locais dispunham de poderes para contratar a força aqueles que por sua iniciativa não procurassem trabalho. Tinham, também, poderes para impor trabalho forçado aos que infringissem a lei, inclusive as leis laborais.

No entanto, as pressões internacionais de que Portugal era alvo sobre as condições de recrutamento e trabalho, forçaram o governo português a rever a sua legislação laboral. Por estas razões, em 1928, foi promulgado o novo *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*, completado para Moçambique, por um conjunto de regulamentos estabelecidos em 1930, como o *Ato Colonial*, a *Carta Orgânica do Império Colonial Português* e o *Regulamento de Trabalho Indígena* (RTI). Esse novo quadro legislativo proibiu, teoricamente, o uso de trabalho forçado nas plantações e *machambas* privadas, cujos proprietários teriam que observar novas regras sobre as condições de trabalho (comida e alojamento adequados, proteção da saúde, entre outras). Todavia, a mesma legislação, baseada nos princípios da descriminação racial entre *indígena* e *não-indígena*, justificou o trabalho forçado para o primeiro, pelo menos

para serviços públicos e de interesse nacional e, no caso de fuga ao imposto, para as plantações e *machambas* privadas. Além disso, os proprietários podiam aproveitar-se facilmente das omissões nos regulamentos para diluir aspectos aparentemente positivos da legislação.

Os diversos artigos legislativos constantes do RTI, por exemplo, permitiam que as autoridades coloniais realizassem recrutamento forçado de pessoas para todo o tipo de serviços ligados as condições de vida dos nativos e a agricultura, sem que, no entanto, pudesse pagar qualquer tipo de salário para o trabalhador. O recrutamento de mão de obra foi, até meados do século XX, compulsivo e da responsabilidade dos administradores coloniais. Os *sipaios* organizavam incursões durante a noite para aprisionar homens que seguiam em caminhões para as zonas produtoras ou de construção de obras públicas (MOSCA, 2005).

Frei (2013) aponta, também, que não obstante aos mecanismos ora analisados, de dominação do trabalho pelo capital, uma das estratégias adotadas pelo capitalismo colonial visando ao assalariamento forçado das famílias camponesas estava ligada ao processo de comercialização dos excedentes agrícolas dos africanos, baseada na adoção do sistema de preços baixos praticados na compra desses excedentes, o que limitava o poder de compra das famílias camponesas ao mesmo tempo em que ficavam impossibilitadas de gerar renda suficiente para a satisfação de suas necessidades básicas. Sem alternativas, a única solução era vender em períodos determinados a sua força de trabalho para os proprietários das plantações, das indústrias e *machambas* privadas, sendo que grande porcentagem do salário pago era mais tarde utilizado para o pagamento de impostos.

Conforme aponta Chambe (2011) estava-se, assim, na presença de práticas hediondas de exploração do território por meio do trabalho forçado, dos impostos, dos castigos corporais, sem contar que a produção da época colonial em latifúndios e grandes complexos agroindustriais mostrava autênticos modos de produção escravagistas, com objetivo único de beneficiar os interesses da coroa portuguesa. Corroborando com essa ideia, Martins (1990) considera que o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de

trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas não entrava também como capital, no sentido restrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada.

Nesse sentido, ainda de acordo com o mesmo autor as relações de produção entre o senhor e o escravo produziam, de um lado, um capitalista muito específico, para quem a sujeição do trabalho ao capital não estava principalmente baseada no monopólio dos meios de produção, mas no monopólio do próprio trabalho, transfigurado em renda capitalizada. De outro lado, essas relações, sendo desiguais, não sendo fator, mas condições do capital produziam um trabalhador igualmente específico, cuja gênese não era mediada por uma relação de troca de equivalentes, mas era mediada pela desigualdade que derivava diretamente da sua condição de renda capitalizada (Martins, 1990).

Assim, considera-se que a escravidão colonial podia definir-se, portanto, como uma modalidade de exploração da força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial. Desse modo, o regime escravagista apoia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção, para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio.

De fato, para ser lançado nas relações sociais da sociedade escravocrata, o trabalhador era despojado de toda e qualquer propriedade, inclusive da propriedade de sua própria força de trabalho. Diversamente do que se dá quando a produção é diretamente organizada pelo capital (e não pela mediação da renda), em que o trabalhador preserva a única propriedade que pode ter, que é a da sua força de trabalho, condição para entrar no mercado como vendedor dessa mercadoria, esse despojamento absoluto é a pré-condição para que o trabalhador apareça na produção, como escravo,

evidenciando-se, assim, o caráter contraditório e desigual que envolve o modo capitalista de produção[5].

Martins (1981, 1990) considera que a produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas, mas de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria, a um só tempo, as condições da sua expansão pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e de produção, e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado.

Por sua vez, Arendt (2006), considera que a estruturação do sistema colonial no continente africano e particularmente em Moçambique, se baseou em três princípios básicos: i) o expansionismo, que além do aspecto econômico comporta o desejo político de permanente expansão e domínio territorial; ii) a burocracia colonial, que cria um poder político nos territórios colonizados, usando da força de polícia e do exército para manter o poder e assegurar a supremacia da metrópole; e iii) o racismo, usado como instrumento ideológico para justificar a dominação colonial, ou seja, a superioridade racial dos brancos permitiria os abusos e as violências cometidas na colonização.

Foi, portanto, neste quadro que até meados do século XX, o RTI, o imposto de palhota, as culturas obrigatórias e a comercialização de excedentes de produção, constituíram os instrumentos fundamentais da política colonial no que respeita aos objetivos de dominação e exploração do território e de integração do campesinato na economia de mercado e no sistema capitalista internacional. Entretanto, não bastaram apenas os instrumentos acima descritos. O processo de integração do campesinato na

[5] É contraditório no sentido de que para seu desenvolvimento ser possível, além da implantação das relações de trabalho assalariado que caracteriza o desenvolvimento capitalista, ele tem que desenvolver aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo, ou seja, a utilização de relações de trabalho não capitalistas como o trabalho familiar camponês, por exemplo. É desigual no sentido de que os resultados econômicos produzidos a partir dessa relação, são profundamente desiguais em que o trabalhador perde e o capitalista ganha.

economia de mercado foi, também, caracterizado pela utilização de mão de obra migratória tanto internamente como para os países vizinhos.

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo da discussão proposta compreender como o meio físico quando associado ao processo de formação socioterritorial se constitui em cenário que influencia a apropriação do território. As características geológicas, por exemplo, são fundamentais, não só, na composição dos elementos bióticos dos ecossistemas, mas para o entendimento de como esses elementos produzem diferentes espacialidades resultantes das suas formas de organização.

O estudo considera que ao analisar os elementos naturais é necessário compreendê-los, simultaneamente, como recursos espaciais portadores de valor de uso e valor de troca, pois incorporam ao longo do tempo, o trabalho humano, agregando valor a eles, como base para as relações que se estabelecem entre os atores territoriais. Aliás, conforme refere Calaça (2013) as condições naturais constituem-se em elementos fundamentais para a análise e para a compreensão do território, pois, no jogo das disputas territoriais, elas são a base viabilizadora do processo.

De facto, ao analisar o processo de formação socioterritorial é importante, também, compreender que as condições naturais participam na organização dos processos produtivos que, por sua vez, influenciam diferentes formas de organização socioespacial dos lugares e, consequentemente das relações envolvidas nos processos territoriais. No entanto, uma análise territorial baseada somente nas condições naturais, só por si, não é suficiente para alcançar a compreensão do problema. Devem-se considerar outros componentes que permitem pensar o território na sua dimensão de totalidade como, por exemplo, a estrutura fundiária, o padrão tecnológico, as relações sociais e de trabalho, a ação dos atores hegemônicos, a ação do Estado e das populações, entre outros.

As relações de trabalho, por exemplo, que constituem a base de toda organização produtiva, marcam como a produção se realiza. Por sua vez, o padrão tecnológico indica, no quadro do processo produtivo, as mediações entre as demais

dimensões, pois estabelecem as relações entre condições da base natural e o uso das relações de trabalho, podendo representar maior intensificação do uso de capital. Portanto, a análise e interpretação dos processos territoriais partem por compreender a forma como esses elementos se compõem e se integram dialeticamente.

A integração dos elementos abióticos e sociais, juntamente com os interesses econômicos e políticos predominantes no curso da história da ocupação do território moçambicano, constituem variáveis que apresentam íntima relação, não só, com as atividades econômicas desenvolvidas como a mineração e a agricultura, por exemplo, mas, sobretudo, com as formas de dominação e apropriação do território. Daí que, buscamos neste estudo relacionar as características abióticas e socioeconômicas, no caso a mineração, com o processo de formação do território moçambicano, tentando romper sempre que foi possível, a dicotomia que encerra a análise geográfica numa explicação meramente física ou exageradamente humana das práticas espaciais e territoriais.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Moçambique em transição**: um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. Trad. Dulce Leiria. Maputo e Gotemburgo: CEEI-ISRI e Padrigu, 1994.

ARAÚJO, Manuel G. M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique:** transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1989**.** 479 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1989.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, Roberto de Souza, et al. (Org.). **Território e diversidade territorial no Cerrado**: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Goiânia: Kelps, 2013.

CARDOSO, Fernando Jorge. **Gestão e desenvolvimento**: Moçambique no contexto da África Subsaariana. Lisboa: Fim de Século Edições, 1993.

CHAMBE, Maria Albertina Gomes Chale. **Sistemas de produção agrícola do caju e o modo de vida dos pequenos produtores familiares de Manjacaze**. 2011. 199 f.

Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, UnB, Brasília, 2011.

CHILUNDO, Arlindo. O impacto da revolução dos transportes nas relações entre homens e mulheres na província nortenha de Nampula, Moçambique (1913-1961). **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 18-22, p. 215-244, 1999.

CORREIA, Milton. **Norte de Moçambique, 1886-1918**: soberania, dominação e administração coloniais. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação/Ensino de História), Universidade Pedagógica de Moçambique, Faculdade de Ciências Sociais, Maputo, 2010.

DINERMAN, Alice. O surgimento dos antigos régulos como "chefes de produção" na província de Nampula (1975-1987). **Estudos Moçambicanos**, nº 17. Maputo: CEA, Universidade Eduardo Mondlane, 1999, p. 94-256.

FERRÃO, Virgílio. **Compreender Moçambique**. Maputo: DINAME, 2002.

FLORÊNCIO, Fernando. **O papel das autoridades tradicionais na transição para a democracia em Moçambique**. Brief Papers no6/98, Lisboa: CesA, 1998

FRANZE, Francisco Daniel. **História de mineração do ouro pela Companhia de Moçambique na antiga circunscrição de Manica, 1892-1942**. 2010. 116 folhas. Dissertação (Mestrado em Educação/Ensino de História) – Universidade Pedagógica, Faculdade de Ciências Sociais, Maputo, 2010.

FREI, Vanito Viriato Marcelino. **A produção de caju e a dinâmica socioespacial no distrito de Angoche, Nampula – Moçambique**. 2013. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás-UFG/Regional Jataí, Jataí-GO, 2013.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE-GOM. **Resumo Histórico**: Resenha histórica do país desde o período colonial até ao período pós – independência, 2015. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique/resHistorico#top> Acesso: 03 jan. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HEDGES, David (coord.). **História de Moçambique, volume 2**: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961. 2. ed., Maputo: Livraria Universitária, 1999.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017**: resultados definitivos - Moçambique. Maputo, 2019.

JOSÉ, André Cristiano. Autoridades ardilosas e democracia em Moçambique. **Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC**,

Lisboa, n. 1, 2006. Disponível em: <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/nl/ensaios.sph> Acesso em: 20 abr. 2015.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **A origem do capital**. São Paulo: Centauro, 2000.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de, MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação. **NERA**, Presidente Prudente, Ano 18, nº. 28, edição especial, p. 106-131, 2015.

MOSCA, João. **Economia de Moçambique século XX**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

MUCHANGOS, Aniceto dos. **Moçambique**: paisagens e regiões naturais. Maputo: Edição do Autor, 1999.

NEGRÃO, José. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. In**: PROJECTO COMRES GTA/MICOA**. A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais: relatório final. Maputo, 1996. p. 5-21.

NEGRÃO, José. **Terra e a economia da família rural no delta do Zambeze**. In: MADER. Seminário da Comissão de Terra. Maputo. 1995.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Trad. Lúcia Rodrigues e Maria Geoorgina Segurado (do original *History of Mozambique*), Lisboa: Publicações Europa-América Lda. 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Zanetti; ALVES, Adilson Francelino. Construíndo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PEREIRA, Sílvia Regina, COSTA, Benhur Pinós da, SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25-35.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SITOE, Tomás Adriano. Evolução dos sistemas agrários no Vale do Infulene, cidade da Matola - província de Maputo: uma abordagem sistêmica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4, 2008, Franca. ***Anais***… Franca: Uni-FACEF, 2008. p. 1-23.

UEM. UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Departamento de História. **História de Moçambique:** primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). vol. 1. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

UEM. UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **História de Moçambique**: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). Vol. 1. Maputo: UEM – Livraria Universitária, 1988.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. **Entre narros & mulungos**: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques c.1890 - c.1940. 1998. 553 f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1998.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

A EXPLORAÇÃO DO CARVÃO MINERAL EM MOÇAMBIQUE, O CICLO DAS COMMODITIES E A CRISE DO TRABALHO

LA EXPLOTACIÓN DEL CARBÓN MINERAL EN MOZAMBIQUE, EL CICLO DE LAS COMMODITIES Y LA CRISIS DEL TRABAJO

THE EXPLOITATION OF MINERAL COAL IN MOZAMBIQUE, THE COMMODITIES CYCLE AND THE LABOR CRISIS

Viviane Alves Vieira

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

E-mail: av.viviane@gmail.com

RESUMO

Esse artigo tem a finalidade de analisar o processo de modernização a partir da exploração de carvão mineral no distrito de Moatize, em Moçambique. A análise apresenta a relação entre Brasil e Moçambique que se estabelece principalmente a partir dos anos 2000 – no contexto do *boom* das *commoditie*s e de expansão do crédito financeiro –, apresenta os principais conglomerados que exploram a mercadoria no país africano e os impactos locais analisados sobretudo pela categoria trabalho. A pesquisa expõe como o desenvolvimento das técnicas produtivas possibilitaram um novo patamar de produtividade, gerando uma superprodução e ao mesmo tempo acentua o processo de expropriação de moradores locais e a crise do trabalho.

Palavras-chave: Mineração. Crise do trabalho. Brasil-Moçambique.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el processo de modernización de la extracción de carbón em el distrito de Moatize, em Mozambique. El análisis presenta la relación entre Brasil y Mozambique que se estableció principalmente después de los años 2000 – em el contexto del bomm de las commodities y la expansión del crédito financeiro – presenta los principales conglomerados que exploran la mercadoria carbón em el país africano y los impactos locales, considerando sobre todo por la categoria de análisis trabajo. La investigación expone como el desarrollo de técnicas productivas permitió um nuevo nível de productividad, generando sobreproducción y al mismo tempo acentua el proceso de expropiación de los residentes locales y la crisis laboral.

Palabras-clave: Minería. Crisis laboral. Brasil-Mozambique

ABSTRACT

This article aims to analyze the modernization process from the mining of coal in the Moatize district in Mozambique. The analysis presentes the relationship between Brazil and Mozambique, established mainly from the 2000x – in the contexto of the commodity boom and the expansion of financial credit -, it presentes the main conglomerates that explore the commodity in the African country and the local impacts thought above all by the labor category. The research exposes how the development of productive techniques enabled a new level of productivy, generating overproduction and at the same time acentuares the processo f expropriation of local residentes and the labor crisis.

Keywords: Mining. Labor crisis. Brasil-Mozambique

INTRODUÇÃO

A expansão dos negócios da mineradora Vale S/A para Moçambique se deu num contexto em que um conjunto de atividades econômicas de empresas brasileiras se estenderam ao continente africano. A Vale S/A é uma das maiores multinacionais que explora minério no mundo e passou a extrair carvão mineral em Moçambique no ano de 2011 de um contrato firmado em 2006, após anos de tentativas de consolidação do negócio. No subsolo do país africano há tanto o carvão metalúrgico, que é utilizado na fabricação de aço, quanto o carvão térmico, utilizado nas termoelétricas.

Ao acompanharmos o histórico da empresa, constatamos um processo de expansão de suas atividades que ultrapassou as fronteiras brasileiras principalmente após sua privatização, ocorrida em 1997, quando houve a venda da estatal Companhia Vale do Rio Doce. Esse processo abriu a composição do capital da empresa e colocou suas ações no mercado internacional e deu início a expansão das fronteiras de atuação do conglomerado, colocando-o numa nova forma na reprodução capitalista que resultou em aumento da produtividade e no controle de fonte de matérias primas em diferentes países.

Em Moçambique, mais precisamente na Província de Tete e distrito de Moatize, está a maior reserva de carvão mineral não explorada do mundo, ainda que

seja uma mercadoria cuja extração vem desde o período colonial, no entanto, sob outra forma de produção. Foi durante o *boom das commodities* no início dos anos 2000 que a atividade econômica ganhou novos contornos com as empresas multinacionais.

Em torno da atividade de mineração se desenvolveram diversos setores econômicos, sobretudo na área da construção civil. Tanto as atividades das empreiteiras quanto da mineradora, tem como base o crédito financeiro sob a forma de investimento realizado por bancos. Com isso podemos afirmar que a expansão das atividades do conglomerado é também a expansão de linhas de crédito tanto para empresas quanto para o Estado moçambicano e consequentemente de dívidas, conforme iremos apresentar no artigo.

Somado a isso, a nova forma de produção com a modernização das técnicas produtivas vem alterando as relações de trabalho local. À medida que a produção requer trabalhadores especializados há uma exclusão de trabalhadores entendidos pelo sistema como não qualificados. Ao mesmo tempo a extração do carvão ocorre a céu aberto numa área em que anteriormente viviam muitas pessoas que dentre suas atividades rentáveis estava a agricultura. Com isso, o desenvolvimento técnico potencializa a expropriação desses sujeitos, ao mesmo tempo em que a modernização no setor os compreende como supérfluos e o resultado é o avanço do desemprego estrutural.

Assim, esse artigo propõe apresentar elementos em torno da concessão de terra para a extração de carvão em Moatize e as transformações nas relações de trabalho no setor de mineração, de modo que possamos analisar criticamente o processo de modernização e crise do trabalho, com base, entre outros autores, nas formulações do autor Robert Kurz.

BREVE HISTÓRICO DA EXPLORAÇÃO DE CARVÃO EM TETE – MOÇAMBIQUE

A exploração do carvão mineral pela mineradora Vale S/A em Moçambique ocorre na Província de Tete, no centro do país. Trata-se de uma área nodal em Moçambique próxima ao Malawi, Zâmbia e Zimbábue, na região do vale do rio

Zambeze. Essa é uma área bastante importante historicamente, com um dinâmico circuito regional de comércio que é registrado desde o período pré-colonial.

Durante o período colonial, a mercadoria carvão já era explorada no distrito de Moatize pela Companhia Carbonífera, empresa que estava sob a administração de Portugal, país que detinha apenas 10% do capital, pois o restante era capital belga da antiga *Societé Miniére et Géologique du Zambéze* (Hedges, 1999:1962). As atividades da Companhia iniciaram em 1947, quando Moçambique atravessava o auge da colonização (1930-1961), período do Estado Novo português. Naquele momento, a extração ocorria de forma subterrânea pelas mãos de sujeitos negros que, muitas das vezes, estavam na condição de trabalho explicitamente forçado, chamado *chibalo*. O trabalho na mineração naquele período é relatado como de grande desgaste físico, imponto memórias de muitos acidentes de trabalho causados por desmoronamentos, explosões nos circuitos de energia ou inundações com a elevação do nível do lençol freático.

Esses trabalhadores da Companhia Carbonífera foram inicialmente mobilizados e impulsionados pela Lei do Indigenato. Essa lei foi imposta pelo regime colonial e é bastante importante para compreendermos como era a coerção ao trabalho para a produção das mercadorias para a metrópole e como a metrópole expropriava esses sujeitos na colônia. A Lei do Indigenato obrigava o trabalho aos homens negros, chamados de indígenas pela colônia, na medida em que estava proibida a vadiagem (Cahen, 2015). Nesse sentido, o trabalho era uma obrigação moral que na prática se efetivava com a obrigação de pagamentos de tributos e a necessidade de comprovar trabalho assalariado. A fiscalização e cobrança dos tributos era feita por lideranças locais que haviam sido cooptadas pela administração colonial.[1]

Caso o tributo não fosse pago em dinheiro, esses sujeitos eram encaminhados a trabalhos forçados que poderiam ser na construção civil, monocultura ou, no caso que analisamos, a mineração. Ou seja, o regime colonial cobrava renda em

[1] Para maior compreensão do sistema de cobrança de tributos e a desestruturação da organização social que precede a Lei do Indigenato recomendamos a leitura de "Histórias de Moçambique, vol.2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961" de David Hedges (1999). Sobre a cooptação de lideranças locais no período colonial, recomendamos fortemente o romance "Rainhas da Noite" de João Paulo Borges Coelho (2013)

dinheiro ou em trabalho[2] e ambas as situações mobilizaram trabalhadores para a Companhia Carbonífera. Há casos de homens que foram levados forçados para as minas com uso de violência extra econômica e há casos em que homens buscaram pelo trabalho assalariado, quando a violência do disciplinamento ao trabalho está obscurecida.

No segundo caso, a aparência é de que havia escolha do trabalho e com isso tanto esses trabalhadores quanto autores que consultamos não identificam necessariamente como essa forma de trabalho como obrigatório. Compreendemos que o processo faz a necessidade parecer um desejo, diferentemente do primeiro caso em que o trabalho é explicitamente forçado, mas os estudos mostram que não era uma escolha, visto que era uma obrigação o pagamento dos tributos, não havia a possibilidade de não trabalhar.

A imposição do trabalho promovida juridicamente fez com que os homens passassem a buscar pelo trabalho assalariado, retirando deles tempo em que anteriormente cumpriam outras atividades inclusive no ambiente doméstico. Constituiu-se assim uma nova organização social e divisão do trabalho, em que coube sobretudo às mulheres a responsabilidade com os cuidados domésticos, dos filhos e também das roças, chamadas em Moçambique de *machambas*, numa importante função de produzir alimentos e garantir a base da subsistência das famílias e da força de trabalho. Sendo assim, o trabalho assalariado e a produção de alimentos nas *machambas* eram complementares para a reprodução da unidade familiar.

Após a Libertação de Moçambique (1975) a Companhia Carbonífera foi nacionalizada e passou a se chamar Empresa Estatal Carbonífera de Moçambique (Carbomoc). Essa medida foi parte da política marxista-leninista que orientou o planejamento estatal para a formação do Estado Nacional do Moçambique independente. Nesse período, a exploração do carvão esteve no plano para a reestruturação do país e o trabalho nas minas subterrâneas continuaram, mas não mais

[2] Além do caso da renda em produto, como algodão, por exemplo. Na região centro e norte de Moçambique muitos eram obrigados a cultivar algodão que era vendido para a indústria têxtil em Portugal. Com o tempo, o regime colonial deixou de receber o produto em si e cobrava em dinheiro, o que fazia com que os trabalhadores devessem vender a mercadoria para então pagar o tributo. Analisamos a relação de cobrança de tributos e o processo de assalariamento a partir das formulações de K. Marx principalmente do capítulo "Gênese da renda fundiária capitalista" (livro 3 – tomo II, cap. XLVII).

realizado apenas por homens negros. Tanto mulheres do distrito quanto homens brancos, migrantes dos países de orientação socialista, também passaram a trabalhar nas minas subterrâneas. No entanto, poucos anos mais tarde as atividades da Carbomoc foram interrompidas em consequência principalmente da guerra que assolava o país, além da crise no contexto mundial.

A desaceleração da economia no fim dos anos 1980 e início da década de 1990 provocaram a diminuição no consumo da mercadoria carvão. Ao mesmo tempo o uso do carvão na produção de energia foi substituído em grande medida pelo petróleo e pelo gás natural. Somado a isso, o colapso da União Soviética e a guerra a qual Moçambique atravessou nas décadas anteriores, levou o Estado moçambicano a abrir-se ao capital externo. Nesse sentido, o país africano que até então seguia uma política marxista-leninista passou a seguir as diretrizes do Banco Mundial que o colocava na relação social do sistema mundial.

A abertura econômica de Moçambique expandiu possibilidades de crédito e deu condição para o retorno de empresas estrangeiras ao país africano. No entanto, as possibilidades de comércio de Moçambique com o mundo eram escassas, dada a pouca produtividade interna. Com isso, os recursos naturais passam a ser centrais nos negócios no país, principalmente a mineração. Dessa maneira, a exploração de carvão, que no período socialista foi compreendida por uma política centralizadora como um dos meios para a modernização do país pós Libertação, continuou a ser promessa de modernização do país pela via capitalista, mas agora com peso maior na economia.

A Vale S/A foi a primeira mineradora multinacional que iniciou a exploração em Moatize nesse novo momento e com o novo padrão de produtividade. O desenvolvimento das técnicas produtivas acelerou a produtividade da mercadoria e isso inclui tanto em termos de produção quanto circulação da mercadoria e com isso o avanço acelerado da área de extração. A empresa, cuja sede está no Brasil, tem a concessão de uma área de 23.780 hectares para extrair carvão mineral a céu aberto. Com isso provocou a remoção de 1365 famílias, consideradas enquanto famílias nucleares, ou seja, pais e filhos, que foram deslocadas para reassentamentos.

A entrada de multinacionais para explorar carvão em Moçambique ocorreu no mesmo período em que o consumo do carvão pelos EUA, China e Índia estavam em

ascensão. No caso desses últimos países é relevante apontarmos o aumento do consumo de carvão mineral com a expansão da indústria e centros urbanos sobretudo no início dos anos 2000. Esse é o período do *boom* das commodities.

RELAÇÃO BRASIL – MOÇAMBIQUE E O *BOOM* DAS COMMODITIES

Na primeira década dos anos 2000, durante o governo brasileiro liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um projeto político de expansão dos negócios brasileiros para o continente africano. Tal projeto é muitas vezes analisado como uma relação de cooperação entre os países do sul global. No relatório publicado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana – Parceria Sul-Sul para o crescimento*, por exemplo, há uma apresentação desse projeto sob a ótica da Teoria da Dependência e, ao mesmo tempo em que aponta o continente africano como nova fronteira para parcerias e mercados, argumenta que a intensão do governo brasileiro em estender relações econômicas ao continente africano estaria no sentido de pagar uma dívida histórica. Tal política teria como fundamento a intenção de colocar uma alternativa para os países do Sul, para que pudessem sair da relação de explorados e dependentes dos países do Norte e com isso abrir uma nova ordem mundial.

Sob a mesma ótica, o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi formado em meio à crise de 2008 e apresentado como uma alternativa diante da hegemonia dos países do norte, pois configurariam como países parceiros na transferência de tecnologia e capital, ou seja, países do sul em cooperação. Assim, romperiam com a relação de dependência dos países do norte e possibilitaria o crescimento econômico dos países do Sul.

Nesse contexto foi realizada a negociação de entrada da mineradora Vale S/A no país africano. Ainda que tenham outros projetos envolvidos no que constitui a relação entre Brasil e Moçambique, esse é, sem dúvida, o negócio de maior impacto daquele momento de aproximação entre os países, com um alto montante de dinheiro envolvido. Diferentemente de outras atividades que foram apontadas como de

"cooperação", os negócios da Vale S/A em Moçambique perduram até os dias atuais, mesmo após a troca de governo de ambos países, de mudança de projeto político no que constitui as relações internacionais brasileiras e ainda que a crise econômica mundial tenha avançado.

O início dos anos 2000 foi marcado como o período dos megaprojetos em Moçambique. Dentre esses megaprojetos estão a mineração no centro do país, o projeto ProSavana com a produção de soja no norte[3] e mais recentemente o projeto de exploração de gás na bacia de Rovuma, também no norte. Além da mineradora Vale S/A, outras mineradoras obtiveram concessão de uso da terra por parte do Estado Moçambicano para exploração do carvão no distrito de Moatize, na província de Tete. A anglo-australiana Riversdale Mining Ltda obteve uma concessão num total de 127.900 hectares (Mosca & Selemane, 2011), numa área bastante próxima da área que a Vale S/A atua. A Riversdale foi comprada pela Rio Tinto em 2011, que por sua vez vendeu a concessão para o grupo indiano International Coal Ventures Private Limited (ICVL) poucos anos depois.

A terceira grande mineradora que explora atualmente em Moatize é a indiana Jindal Steel and Power Limited que iniciou a exploração no distrito em 2012. Além dessas que formam 3 grandes consórcios a explorar no distrito, há outras menos expressivas: Minas Moatize Lda (pertence e é operada pela Beacon Hill Resources), Midwest África Lda (empresa com sede na Índia) e Minas Revuboe (sede em Moçambique, mas tem participação da chinesa Nippon Steel e a Posco Australiana participa como *joint venture* no projeto).

No quadro seguir podemos visualizar esse breve histórico de concessões para as principais mineradoras no distrito de Moatize:

[3] Esse programa tem como objetivo a produção de monocultura para exportação: a soja e está num contexto em que organizações internacionais apontam a necessidade de modernização no setor agrícola no continente africano e apresentam como proposta transformações no setor conforme o modelo da revolução verde dos anos 1970 (Kato, 2019: 240).

Quadro 01 -Histórico de mineradoras em Moatize entre 2006 e 2015

2006	Vale S/A (sede no Brasil) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2009	Riversdale Mining Ltda (anglo-australiana) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2010	Jindal Steel and Power Limited (grupo indiano) obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2011	Vale S/A inicia a extração do carvão mineral em Moatize; Rio Tinto (grupo anglo-australiano) compra ações da Riversdale Mining Ltda.
2012	Jindal Steel and Power Limited inicia a extração do carvão mineral.
2013	Minas Moatize Lda obtém a concessão da área para exploração de carvão; Midwest África Lda obtém a concessão da área para exploração de carvão.
2014	Rio Tinto vende ativos (minas de carvão de Benga) para ICVL (grupo chinês); Vale S/A vende 15% da Vale Moçambique para Mitsui.

Em Moçambique a terra pertence ao Estado, não podendo ser vendida, alienada nem hipotecada. Com isso, o uso da terra para mineração é feito por meio de concessões. Essa é uma herança do período pós colonial em que, sob a política de orientação marxista leninista, além de o governo ter nacionalizado empresas, declarou que a terra pertence ao Estado, legislação vigente até os dias atuais. A lei de terras a que nos referimos é de 1977 e, naquele momento, dava prioridade de acesso à terra ao partido político que liderou a luta pela libertação e está no governo até os dias atuais: a FRELIMO. No entanto, tal legislação foi alterada e, com a Lei de Minas de 2002, a

mineração passou a ser prioridade para o uso do solo[4]. Tais mudanças são bastante significativas, pois estão no contexto de crise e mudança de projeto político. Num primeiro momento, ainda que houvesse a mineração em Tete realizada pela Carbomoc, o projeto de modernização era voltado para o campo com as cooperativas agrícolas em diferentes partes do país, sob gestão do Estado socialista. Após a abertura econômica do país, como dissemos anteriormente, são os recursos naturais entendidos como meio para modernização e a mineração é considerada como um megaprojeto.

Para expor a complexidade das relações em torno da mineração em Moçambique e rompermos definitivamente com a ideia de que tais negócios possam estar relacionados ao que venha a ser cooperação ou qualquer aproximação com a ideia de que essa seja uma relação benevolente entre os países do Sul, gostaríamos de jogar luz às relações que estão em torno da atividade mineira. A entrada das mineradoras em Moçambique foi também a entrada de empresas de diversos setores, cujas atividades estão em torno da mineração e por isso são como empresas satélites (Rossi, 2015). Tais empresas são da área de engenharia e construção civil, além de consultorias ambientais que realizaram estudos de prospecção, impacto ambiental e social, além do plano de reassentamento.

No caso da Vale S/A, muitas dessas empresas satélites tem sede no Brasil. Destacamos as empresas Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez que realizaram a construção e/ou adaptação de infraestrutura para diferentes etapas do processo produtivo, como a construção das minas, expansão da ferrovia, construção do porto e aeroporto em Nacala e a construção dos reassentamentos para onde foram encaminhadas as famílias que viviam na área que o Estado moçambicano concedeu à mineradora.

Com isso, os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) que foram construídos por trabalhadores negros e na condição de trabalho explicitamente forçado durante o período colonial, passaram por um processo de modernização para atender a nova demanda cujo processo de produção é realizado com as máquinas mais modernas

[4] Essa prioridade foi novamente alterada em 2014, quando a mineração deixou de ser prioridade. No entanto, conforme podemos analisar pelo histórico no quadro que apresentamos, os contratos com as mineradoras foram celebrados antes dessa data.

do setor. Assim, a linha férrea foi redirecionada, não mais conectando Moatize ao porto da Beira, mas sim passou a conectar Moatize ao porto de Nacala que está ao norte de Moçambique. Trata-se de um porto de águas profundas, ou seja, com grande porte e adequado para o escoamento da mercadoria carvão nas condições atuais de produção e atende tanto o megaprojeto da mineração no centro do país, quanto os megaprojetos do norte de Moçambique. Esse trecho da nova linha férrea até o porto de Nacala é chamado de corredor de Nacala[5].

A modernização da infraestrutura em Moçambique aparece como necessária para atender a demanda no novo patamar de produtividade no setor mineiro e como parte do projeto de modernização do país. No entanto, chamamos atenção para o fato da expansão dessa infraestrutura ser uma oportunidade de circulação de capital por meio de empréstimos. Com isso, essa infraestrutura que conecta lugares reais para a circulação de mercadorias, está atravessada por relações que não necessariamente aparecem nos contratos firmados com as mineradoras. No caso das empresas que realizaram projetos com e para a Vale S/A, as obras foram financiadas principalmente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Rossi, 2015).

Como resultado em grande medida dessas relações, os pesquisadores moçambicanos Massarongo e Chichava (2018) apontaram o quanto a dívida pública moçambicana cresceu a partir de 2006, intensificada principalmente a partir de 2011 quando atingiu cerca de 76% do PIB. De acordo com os pesquisadores, os empréstimos realizados para o Estado moçambicano foram possíveis após o alívio da dívida pelo FMI (Iniciativa de alívio da dívida multilateral – MDRI) que entrou em vigor em 2006 e liberou crédito ao país africano. Já no caso de empréstimos cuja origem são bancos brasileiros, apontamos que foi necessário reaver uma dívida que o país africano mantinha junto ao Estado brasileiro.

[5] Para a pesquisadora Kato (2019: 232) o corredor de Nacala é um corredor logístico que coloca a fronteira agrícola em movimento, por conectar novos territórios aos mercados globais. Além disso, a pesquisadora apresenta o corredor de Nacala como um Corredor Econômico que centraliza dinâmicas comerciais no norte do país e por isso argumenta que é a "grande força motriz dos processos de *land grabbing"* pela dimensão política e pela capacidade de articulação em investimentos em torno dessa infraestrutura (Kato: 2019: 248). Por vezes esse mesmo fenômeno é chamado de "estrangeirização de terras". No que tange esse debate, nossa tendência volta-se às narrativas de crise em que a expansão da apropriação mundial de terras é pensada pela ideia do ajuste espacial formulada pelo geógrafo David Harvey, no entanto, mais do que ser solução para crise, a expansão da acumulação e reestruturação territorial é causa e aprofunda a crise que é imanente do capital (Boechat, Pitta e Toledo. 2017).

Essa dívida foi contraída nos anos de 1970, quando o Brasil vivia o regime militar e Moçambique regime socialista. Naquele período, o Estado brasileiro planejava aumentar a exportação de mercadorias produzidas no Brasil e com isso concedeu crédito à Moçambique para que comprassem as mercadorias produzidas no Brasil. Moçambique, que estava num processo de reestruturação após a Libertação, não pagou a dívida. Em 2000 o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso propôs o perdão da dívida, mas apenas em 2004, quando Luiz Inácio Lula da Silva era presidente do Brasil e Joaquim Chissano de Moçambique, é que houve a renegociação da dívida (BANCO MUNDIAL & IPEA, 2011; Rossi, 2015: 90). Tal ação possibilitou legalmente que novos empréstimos pudessem ser realizados para Moçambique e assim colocar dinheiro em circulação.

Massarongo e Chichava (2018: 29) atribuem aos países que compõem o BRICS, principalmente ao Brasil, Índia e China, o maior peso da dívida moçambicana. Esses são países credores que levaram ao endividamento de Moçambique, cujos empréstimos tiveram como finalidade movimentar setores da economia principalmente na área de infraestrutura para transportes, energia, portos, comunicação. Considerando o crédito de origem brasileira, o destino foi predominantemente ao Corredor de Nacala e à barragem de Moamba Major (que seria construída pela Andrade Gutierrez), além de negócios na área de transporte urbano.

Não coincidentemente, os países credores são os países de origem das mineradoras que atuam em Moatize anteriormente citadas e além de serem credores e produtores do carvão, são também os principais compradores do carvão mineral produzido em Moçambique.

Sendo assim, ao analisarmos as relações do BRICS com Moçambique, ou seja, os países considerados do sul global, percebemos que estão de fato mais próximos, não necessariamente por meio dos Estados nacionais, mas sim pelas empresas transnacionais e bancos, relação em que a mineração aparece como central, no entanto não constitui todo o processo em si. Argumentamos nesse sentido, pois além da produção do carvão, os negócios que envolvem a atividade são realizados por empréstimos cuja taxa de juro média do crédito foi praticamente o dobro da média da

taxa de juros contraído com outros credores, conforme apontou os pesquisadores Massarongo e Chichava (2018: 28), o que consequentemente colocou o país em dívidas.

Ressaltamos ainda que a expansão das atividades do setor mineiro em Moçambique não se deu de forma linear e não esteve ilesa à própria crise de 2008 que iniciou nos Estados Unidos e atingiu outros países de forma sistemática. Com isso, ao voltarmos ao período que destacamos em Moçambique, percebemos que houve compra e venda de ativos entre as mineradoras após já estarem em Moçambique num processo de transferências de dívidas das mineradoras. Assim, em poucos anos após o início das atividades nesse novo patamar de produtividade, houve também a retomada dos ativos pelos países centrais como Japão e Inglaterra, por exemplo, em detrimento aos países do BRICS o que mostra que em momentos de crise, os países centrais retomam o controle.

De qualquer forma e apesar das dívidas, o carvão mineral é atualmente a mercadoria de maior exportação de Moçambique, isso significa que é a mercadoria que representa a maior fonte de divisas para o Estado moçambicano, o que explica em grande medida a importância desses negócios para o país africano.

A MODERNIZAÇÃO DAS TÉCNICAS PRODUTIVAS E OS SUPÉRFLUOS AO SISTEMA

A concessão do uso da terra para multinacionais é um novo momento de conflito no campo em Moçambique. No caso da mineração, a extração de carvão a céu aberto impossibilita a continuidade de qualquer outra prática no mesmo lugar. Pela legislação moçambicana, o acesso à terra para os moradores é oficialmente regularizado por meio de um Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).

> O direito de uso e aproveitamento da terra é adquirido por: ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a constituição. A comprovação do direito de uso e aproveitamento da terra pode ser feito por prova testemunhal apresentada por membros, homens e mulheres, das comunidades locais (Negrão, 2000, p. 3).

Estamos nos referindo a um país em que os aparelhos do Estado nem sempre estão presentes principalmente fora dos espaços urbanos, onde as instituições estatais e ordem jurídica nem sempre foram instaladas e com isso as relações locais organizam os sujeitos. No entanto, a chegada das multinacionais é também momento de repor a ordem jurídica da forma capitalista, colocada em prática pelo Estado. E a Província de Tete, mais especificamente Moatize tomou novo protagonismo quando a exploração de carvão passou a ser um projeto para modernização.

Com isso moradores da área em que foi concedida à Vale S/A, por exemplo, não reconhecem que tinham essa titularidade, o DUAT, mas afirmam que aquela terra era deles e de seus antepassados, elencando inúmeras práticas realizadas no lugar como testemunho de um histórico, de vínculos e de necessidades que envolvem o acesso à terra. No entanto, mesmo que esses sujeitos tivessem o DUAT, o Estado poderia retirá-lo.

Ao conceder a área para exploração mineral, o Estado moçambicano retirou o uso da terra para centenas de famílias que foram reassentadas. Atualmente a área de concessão da Vale S/A encontra-se cercada e há segurança privada que faz a fiscalização para que moradores não entrem na área. Essas famílias que foram removidas tinham a agricultura como uma atividade importante para o sustento e geração de renda e não apenas a agricultura, como também outras práticas foram interrompidas, dentre elas a fabricação de móveis com madeiras daquela área, atividades de olaria, coleta de água, o uso de ervas medicinais, além de rituais sagrados que fazem parte da cosmovisão daqueles sujeitos.

Da área em que foi concedida à mineradora Vale S/A foram removidas mais de 1500 famílias e encaminhadas para reassentamentos. Essas famílias são contabilizadas pela forma de famílias nucleares, ou seja, em que a família é constituída pelos pais e filhos. Essa é uma definição que se distingue da mais usual em Moçambique, pois na prática cotidiana são considerados outros membros da família, como tios, avós, ou seja, nas práticas tanto simbólicas quanto de reprodução é considerada a família alargada. Com isso os reassentamentos dividiram famílias e não apenas em casas diferentes, como também entre os dois reassentamentos: Cateme e 25 de setembro.

Além de dividir membros de uma mesma família, houve um critério que tinha como base o tipo de trabalho desenvolvido anteriormente. Com isso, aqueles que tinham trabalhos na cidade foram direcionados ao reassentamento 25 de setembro pela maior proximidade com a cidade de Tete e com o centro do distrito de Moatize. Já aqueles que tinham a agricultura como sua atividade predominante, foram encaminhados para o reassentamento Cateme onde teriam área para desenvolver suas roças, ou seja, suas *machambas*.

No entanto, os moradores do reassentamentos 25 de setembro relataram que realizavam trabalhos na cidade bastante esporádicos e informais, pois o trabalho já era escasso e já estavam privados de muitas mercadorias, assim esses sujeitos também necessitavam de área para cultivo e criação de animais, pois essa era uma base da reprodução, ou seja, uma atividade complementar ao trabalho e relações comerciais que realizavam com moradores da cidade ou na própria cidade.

Tais separações geraram inúmeros desdobramentos. A produção e renda que antes era consumida pela família alargada foi desestruturada, a alimentação antes compartilhada, foi limitada à família nuclear. Atividades rentáveis não são mais possíveis de serem realizadas, pois não conseguem mais acessar a matéria prima e, principalmente os moradores de Cateme, estão distantes dos locais em que faziam comércios e onde circula dinheiro. Além disso, com a divisão entre os dois reassentamentos, muitos idosos ficaram distantes dos seus familiares e cuidadores. Entre outras situações e desestruturações.

Durante trabalho de campo nos reassentamentos, inúmeros problemas foram listados pelos moradores. São problemas nas estruturas das casas, falta de água potável, poluição do ar por estarem próximos à área de mineração, solo pedregoso e infértil, falta de alimentos, rupturas em suas dinâmicas sociais. São situações que geram problemas de saúde e retiram perspectivas futuras para esses sujeitos que sentem–se humilhados diante da situação a que foram colocados. Trata-se de uma situação em que não encontram possibilidade de acessar dinheiro e com isso mercadorias. Por isso, reivindicam por trabalho e reclamam pelo fato de a empresa não os contratarem, por mais que sintam-se aptos a trabalhar.

Ainda em pesquisa de campo foi narrado pelos moradores dos reassentamentos um longo histórico com a mineração. Eles são capazes de narrar as transformações nas relações de trabalho provocadas pela modernização das técnicas produtivas em que, num primeiro momento, eram eles que extraíam o carvão nas minas subterrâneas, o trabalho imediato, e por isso conhecem bem aquela área. No atual contexto, impressionam-se com o tamanho das máquinas que abrem o solo para extrair o mineral, numa quantidade bastante superior e mais rápida do que no outro momento.

Com isso esses trabalhadores deixaram de ser necessários no setor da mineração e atualmente estão à margem da produção de carvão, tornando-se não rentáveis, pois o trabalho tornou-se supérfluo com o avanço das técnicas. Assim a modernização das técnicas produtivas possibilita uma maior produção de mercadoria e em menor tempo, mas a produção é realizada cada vez com menos trabalho imediato. No caso analisado, significa dizer que a mercadoria carvão em si foi produzida com menos trabalho humano e com isso gera cada vez menos salário. Na totalidade da relação há, assim, uma desubstancialização do capital (Kurz), visto que a substância do capital é o trabalho.

Ao olharmos para a forma em que a produção de carvão atravessa a história desses sujeitos e as mudanças marcadas no tempo pela diferença geracional, inclusive dentro de uma mesma família, é possível notarmos o caráter histórico da produção de carvão em Moatize, expressa entre a formação da formalização do trabalho e a crise desse trabalho formal . Quando nos referimos à diferença geracional, gostaríamos de chamar atenção para dois momentos distintos de relações de trabalho na mineração no distrito, trabalho realizado principalmente pelos homens. Os homens mais velhos que vivem nos reassentamentos tem memórias do período em que a exploração do carvão era feita de forma subterrânea pela Companhia Carbonífera e pela Carbomoc.

O que eles narram sobre o processo de mobilização para o trabalho nas galerias, é consequência principalmente da Lei do Indigenato que nos referimos anteriormente nesse artigo. Essa forma jurídica racista do período colonial mobilizou homens de outras partes do país para trabalharem em Moatize para cumprirem com o trabalho explicitamente forçado, o *chibalo*, ou ainda trabalhadores que buscavam aquele trabalho para obter o salário e com isso pagar os tributos e não serem encaminhados

para o *chibalo*. O trabalho em si é narrado como árduo e perigoso. Muitos desses trabalhadores viviam em moradias coletivas, os *compounds*, e com o tempo foram estabelecendo relações naquele bairro. Com isso, esses homens mais velhos narram a formação dos bairros Chipanga e Mithethe, os bairros que foram removidos após a concessão para a mineradora Vale S/A.

Já os homens mais novos que vivem nos reassentamentos, contraditoriamente reivindicam por trabalho também na mineração. Dizemos contraditoriamente, pois o trabalho não tem como objetivo mais pagar tributos, mas trata-se da necessidade que o longo processo de expropriação desencadeou. No entanto, o próprio sistema que expropria e coloca o trabalho como necessário por ser a única forma de ter dinheiro e mercadoria, atualmente impõe exigências que na prática tornam-se barreiras que os excluem da própria relação capital-trabalho. Com a concorrência entre os tantos expropriados no mundo, os trabalhadores tornam-se cada vez mais especializados, por isso a empresa atualmente pode selecionar entre os candidatos e exige um mínimo de formação escolar/ técnica. No entanto, os ex trabalhadores e atuais moradores dos reassentamentos não tem. Com isso, ficam impossibilitados de ao menos concorrer às vagas de emprego.

Durante as atividades iniciais, os moradores do próprio distrito foram contratados, pois havia um acordo com o Estado. Eles trabalharam principalmente para a Odebrecht e Seta, empresas que realizaram obras iniciais inclusive a construção dos próprios reassentamentos. Esse período é lembrado como o tempo do dinheiro, pois o salário que obtinham pelo trabalho nas empresas circulava no próprio reassentamento e possibilitava atividades comerciais entre os moradores. No entanto, após 2 anos esses trabalhadores foram dispensados e não mais contratados.

É importante dizer que no período das concessões, além de o Estado moçambicano colocar a prioridade do uso da terra à mineração, flexibilizou a legislação para favorecer a entrada de empresas estrangeiras no país e também de trabalhadores especializados estrangeiros. Dado todo o contexto o que ocorre é que os trabalhadores da empresa são principalmente estrangeiros ou mesmo trabalhadores de origem de centro urbanos de Moçambique, como de Maputo ou Beira.

A memória dos antigos trabalhadores da Companhia Carbonífera e também da Carbomoc, é marcada pelo trabalho degradante a que foram submetidos, mas que a contradição em processo positiva a relação e faz com que seja lembrado como um período em que havia trabalho contrapondo-se ao contexto atual. Além disso, em consequência do vínculo empregatício que tiveram com as empresas, atualmente estão reformados, ou seja, estão aposentados e esse é um importante dinheiro que circula naquele lugar. Com isso, esses senhores que acompanharam as transformações no setor, questionam-se como viverão seus filhos quando forem idosos, pois sem trabalho hoje estarão sem aposentadoria futuramente. E não há trabalho.

Tal preocupação é parte da crise do trabalho que deflagra em Moatize e é intensificada à medida que avançam as concessões de terra para mineração que acentua o processo de expropriação. E diferentemente do contexto anterior, a atividade mineira expropria, mas não forma trabalho para os mesmos expropriados, pois já há o suficiente e ainda há máquinas.

Assim, a expansão da mineração em Moatize explicita a contradição do sistema capitalista, pois ao mesmo tempo em que a modernização das técnicas produtivas aumenta a produção, reduz o trabalho e é pelo trabalho que os sujeitos tem dinheiro para consumir mercadorias. Ou seja, ao mesmo tempo em que aumenta a circulação de dinheiro na totalidade da relação pelos bancos, empresas e dívidas geradas, no nível local não há trabalho, nem salário para sujeitos que dependem do dinheiro cada vez mais para reprodução social e consumo de mercadorias. Assim, a crise da terceira revolução industrial (Kurz, 2015), se expressa em Moatize com desemprego estrutural ao mesmo tempo em que expropria, resultado do desenvolvimento das forças produtivas que transforma o trabalho, que é a substância do capital, supérfluo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto nesse artigo, podemos concluir que por mais que as relações entre Brasil e Moçambique após os anos 2000 tenham sido por vezes

apresentada como uma relação de cooperação, a principal atividade desse período e que permanece até os dias atuais está na área da mineração com a empresa Vale S/A. Trata-se de um setor que compôs o *boom* das commodities e nesse período iniciou um novo momento da exploração de carvão mineral no distrito de Moatize, em Moçambique, com um novo patamar de produtividade.

Diferentes setores estão envolvidos nessa atividade econômica, com isso é difícil analisar a mineração considerando a mercadoria carvão em si, mas há uma estrutura em torno que também compõe a produção como um todo, da área da construção civil, cujas atividades são financiadas por bancos que apostam no pagamento futuro e com juros e o processo de modernização das técnicas produtivas. Ou seja, a totalidade do processo envolve o mercado de terras, trabalho e capital e tem particularidades que, nesse caso, analisamos a partir do histórico de Moatize.

A partir desses negócios, o Estado moçambicano contraiu enorme dívida, no entanto, o carvão é responsável por grande entrada de divisas no país, pois é a mercadoria de maior produção e exportação no país africano.

A relação concorrencial entre os conglomerados do setor, impõe a necessidade do desenvolvimento das técnicas produtivas que acelerou a extração do carvão, pois as máquinas permitem um volume maior de extração num menor tempo, resultando numa super produtividade da mercadoria. Com a extração à céu aberto, a aceleração do processo de expropriação está posta e ao mesmo tempo em que expropria a terra de quem dela depende para fazer roça e obter matéria prima para outras atividades, não considera esses mesmos expropriados como potenciais trabalhadores para a empresa o que expõe a contradição do processo de modernização. As máquinas mais modernas do setor são comandadas por quem detém a técnica de controle e, num mundo de expropriados e em grande concorrência, são muitos sujeitos especializados precisando vender sua força de trabalho.

Essa contradição do sistema pôde ser apresentada pela particularidade dos moradores dos dois reassentamentos provocados pela mineradora Vale S/A e por duas gerações: os homens mais velhos que são ex trabalhadores da Companhia Carbonífera e Carbomoc, que foram mobilizados ao trabalho principalmente em consequência da Lei do Indigenato, do período colonial. Já os mais jovens nos reassentamentos não

encontram o trabalho ao mesmo tempo há necessidade de vender a força de trabalho. Com isso o processo de mineração no distrito envolve tanto a formação do trabalho quanto a expulsão do trabalho na produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte sobre o Atlântico:** Brasil e África Subsaariana - Parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011.

BOECHAT, Cássio A., PITTA, Fábio T. e TOLEDO, Carlos de A. **Land grabbing e crise do capital:** possíveis intersecções dos debates. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, UFF, v.19, nº 40, 2017.

CAHEN, Michel. **Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África**. Revista USP, 2015.

COELHO, João Paulo Borges. **Rainhas da Noite**. Maputo: Ndjira, 2013.

HEDGES, David. **História de Moçambique, vol. 2:** Moçambique no auge do colonialismo, 1930- 1961. Maputo: Livraria Universitária. 1999

KATO, Karina. Yoshie. **Traçando saída para o desenvolvimento:** o caso do corredor de Nacala em Moçambique. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. 2019.

KURZ, Robert. **Poder mundial e dinheiro mundial:** crônicas do capitalismo em declínio. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 3. Tomo II. Cap. XLVII – Gênese da Renda Fundiária Capitalista. São Paulo: Nova Cultural (Série: Os economistas), 1986.

MASSARONGO, Fernanda; CHICHAVA, Sérgio. **Estrutura, Impacto e Significado da Dívida Pública Moçambicana com os BRICS (2006-2015)**. Cadernos de Estudos Africanos, nº 36. Lisboa, 2018.

MOSCA, João, & SELEMANE, Tomás. **El dorado Tete:** os mega projectos de mineração. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2011.

NEGRÃO, José. **Sistemas costumeiros da terra em Moçambique**. In Santos, B. S; Trindade, C. (Coord.). Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. Maputo/ Coimbra: CEA/ CES, 2000, p.1-43.

ROSSI, Amanda. **Moçambique:** o Brasil é aqui - Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. São Paulo: Record, 2015.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

MEGAPROJECTOS DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS: CASO DO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA, PROVÍNCIA DE NAMPULA

MINING MEGAPROJECTS IN MOZAMBIQUE AND THE COMPULSURY RESETTLEMENT: CASE OF NACALA-À-VELHA DISTRICT, NAMPULA PROVINCE

MEGAPROJETS MINIERS AU MOZAMBIQUE ET LES REINSTALLATION FORCE: CAS DU DISTRICT DE NACALA-A-VELHA, PROVINCE DE NAMPULA

Nélio Manuel
Docente de Geografia. Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Rovuma Nampula – Moçambique.

E-mail: neliomanuel052@gmail.com

Vanito Viriato Marcelino Frei
Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Professor Auxiliar na Universidade Rovuma, Nampula-Moçambique.

E-mail: vanitofrei@yahoo.com.br

RESUMO

A (re)estruturação produtiva do capital, que vem sendo implementado em Moçambique, através da territorialização dos megaprojectos de mineração, tem influenciado nos deslocamentos compulsórios das comunidades locais, provocando profundas mudanças no modo de vida social e económico desses comunidades. É dessa preocupação que permeia este estudo, cujo objectivo é de analisar as implicações sócioterritoriais da construção do terminal ferro-portuário nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula. Assim, para a análise do objecto da pesquisa, o estudo privilegiou as pesquisas bibliográfica e documental. O levantamento de dados foi feito através das técnicas da entrevista e questionários, consubstanciadas pelas observações directas realizadas durante o trabalho de campo nas comunidades reassentadas em Nacala-à-Velha. Os resultados obtidos permitem-nos compreender que os programas de reassentamento da Vale no distrito de Nacala-à-Velha inserem-se no contexto da emergência das apropriações transnacionais de terras ou landgrabbing, que prevêem a concessão de vastas porções de terra para investidores estrangeiros, e, por conseguinte, a expropriação das comunidades locais para regiões

longínquas, inférteis, desprovidas de acesso a bens naturais como: a água potável, insumos agrícolas, escolas, hospitais e mercados aumentando assim, o desemprego e a insegurança alimentar dentro das comunidades. Em suma, os reassentamentos forçados causam uma desestruturação territorial das comunidades, que conduz, geralmente, a efeitos negativos difíceis de compensar ou mitigar.

Palavra-chave: Megaprojetos de mineração. Terminal ferro-portuário. Reassentamento. Comunidades Locais. Distrito de Nacala-à-Velha.

ABSTRACT

The productive (re) structuring of capital, which has been implemented in Mozambique, through the territorialization of mining megaprojects, has influenced the compulsory displacement of local communities, causing profound changes in the social and economic way of life of these communities. It is this concern that permeates this study, whose objective is to analyze the socio-territorial implications of the construction of the ferro-port terminal in the resettled communities in the district of Nacala-à-Velha, province of Nampula. Thus, for the analysis of the research object, the study privileged bibliographic and documentary research. Data collection was carried out using interview techniques and questionnaires, based on direct observations made during fieldwork in resettled communities in Nacala-à-Velha. The results obtained allowed us to understand that Vale's resettlement programs in the Nacala-à-Velha district are part of the context of the emergence of transnational appropriations of land or landgrabbing, which provide for the granting of vast portions of land to foreign investors, and, therefore, the expropriation of local communities to remote, infertile regions, lacking access to natural goods such as: drinking water, agricultural inputs, schools, hospitals and markets, thus increasing the lack of employment and food insecurity within the communities. . In short, forced resettlement causes a territorial disruption of communities, which generally leads to negative effects and is difficult to compensate or mitigate.

Keywords: Mining megaprojects. Railway-port terminal. Resettlement. Local Communities. District of Nacala-à-Velha.

RESUME

La (re) structuration productive du capital, qui a été mise en œuvre au Mozambique, à travers de la territorialisation des mégaprojets miniers, a influencé le déplacement forcé des communautés locales, provoquant de profonds changements dans le mode de vie social et économique de ces même communautés. C'est cette préoccupation qui imprègne cette étude, dont l'objectif est d'analyser les implications socio-territoriales de la construction du terminal ferro-portuaire dans les communautés réinstallées du district de Nacala-à-Velha, province de Nampula. Ainsi, pour l'analyse de l'objet de la recherche, l'étude a privilégié la recherche bibliographique et documentaire. L'enquête sur les données a été réalisée à travers des techniques de l'entretien et des questionnaires, étayées par les observations directes faites

pendant le travail du terrain dans les communautés réinstallées à Nacala-à-Velha. Les résultats obtenus nous permet de comprendre que les programmes de réinstallation du Vale au district de Nacala-à-Velha s'encadrent dans le contexte de l'émergence des appropriations transnationales de terres ou d'accaparement de terres, qui prévoient l'octroi de vastes portions de terres à des investisseurs étrangers, et, par conséquent, l'expropriation des communautés locales vers des régions reculées et infertiles, n'ayant pas l'accès à des biens naturels tels que: l'eau potable, les intrants agricoles, les écoles, les hôpitaux et les marchés, en augmentant ainsi le chômage et l'insécurité alimentaire au sein des communautés. . En bref, les réinstallations forcées provoquent des perturbations territoriales des communautés, ce qui entraîne généralement des effets négatifs et il est difficile à compenser ou à atténuer.

Mots-clés: Mégaprojets miniers. Terminal ferroviaire-port. Réinstallation. Communautés locales. District de Nacala-à-Velha.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, devido a crescente valorização do capital em detrimento do social, vive-se momentos emblemáticos gerados pela expansão e reprodução do capital sobre determinados territórios. É neste cenário que emerge a corrida mundial por terras, chamada convencionalmente de *landgrabbing*, compreendido como transacções (trans)nacionais de terra que envolve a alteração da territorialidade para atender as demandas do capital externo e garantir a acumulação do mesmo (BORRAS & FRANCO, 2010).

Chizenga (2016) e Pereira (2019), assinalam que essas tentativas de ajustes sócioterritoriais e demandas econômicas, na sua maioria, traduzem-se em conflitos entre os agentes do capital e de um grupo social menos resiliente, devido a divergência de interesses ao acesso e os usos sociais do território e de seus recursos, o que acaba gerando configurações sociais marcadas por lutas e resistências desses grupos sociais face aos interesses económico-financeiros do capitalismo dominante – global.

Devido a sua configuração geológica, Moçambique apresenta uma ampla diversidade de recursos minerais, entre os quais, assinalam-se o carvão mineral, o ouro, pedras preciosas e semi-preciosas e o gás natural (SELEMANE, 2011). A existência destes recursos valorizados pelo mercado capitalista, impulsionou ao Estado moçambicano a estabelecer contrato com as transnacionais (megaprojectos de mineração) para explorar massivamente tais

recursos, por meio da apropriação da terra, na perspectiva de melhorar o desenvolvimento económico e social do país (CASTELO-BRANCO, 2010).

Na óptica de Pedro (2011), a implantação dos megaprojectos de mineração em Moçambique e a sua respectiva mobilidade socioespacial são reforçados pelo processo de globalização e ampliação reprodutiva do capital, que permite que as empresas se instalem em determinada localidade em busca de vantagens locais e motivações meramente econômicas.

Em Moçambique, a implantação dos megaprojectos de mineração tem sido marcada por antagonismos entre as transnacionais, devido ao uso que fazem ou pretendem fazer do território, ambiente e seus recursos, o que ocorre com fins meramente económicos; o Estado como implementador de políticas de "desenvolvimento" e concessão de benefícios fiscais para atracção de projectos de Investimento Directo; e as comunidades locais afectadas por esses projectos que em gozo do acesso ao território e seus recursos desenvolvem suas actividades (re)produtivas e sustentam sua existência no ambiente circundante (MANUEL, 2019).

Desse modo, os processos de (re)estruturação dos espaços mineiros suscitados pelos megaprojectos, muitas vezes, resultam em conflitos entre as comunidades locais (detentores temporais de ocupação da terra) e os megaprojectos (detentores da licença). Uma das implicações sociais directas da implantação dos empreendimentos mineiros é a apropriação de terra e, por conseguinte, a expropriação do território por meio do deslocamento compulsório das comunidades locais, visando efectivamente explorar o solo e subsolo, na perspectiva de desenvolvimento económico e social (SELEMANE, 2010).

Um dos exemplos emblemáticos conflituoso dos megaprojectos de mineração em Moçambique é o projecto da Vale. Conforme Bata (2018), a implantação do projecto da Vale na mina de Moatize envolveu a deslocação de 1.365 famílias que viviam nas aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe em dois reassentamentos ou o fornecimento de outras formas de compensação. A compensação não inclui terras agrícolas, mas incluiu bombas de água em cada casa, uma promessa de reformar a escola primária e o hospital de Moatize e novas casas.

Em semelhança da ocorrência da expropriação de territórios mineiros em Moatize, ocorreu também a apropriação de terra no distrito de Nacala-à-Velha para a construção do

terminal ferro-portuário. Esse processo, enquanto condição fundamental, suscitou a expropriação das comunidades locais e, por conseguinte, as comunidades foram despojadas das suas terras e retiradas para regiões longínquas, constituídas como zonas de reassentamento. Segundo Wanderley (2008), são comuns os processos em que a territorialização do capital se sobrepõe aos territórios das comunidades locais, desterritorializando-os.

O processo de apropriação dos territórios de mineração em Moçambique e a consequente expropriação das comunidades locais afiguram-se enquanto lógica da reestruturação produtiva e da reprodução ampliada do capital, como duas perspectivas idênticas. Este processo, além de gerar novos agentes de território, também exige novas formas de acesso e controle do território, no qual são utilizadas novas estratégias, embora, não descartando a recriação de antigas, pelos megaprojectos e intensificando um movimento de conflitos sobre a posse e a segurança de terra e demais recursos no meio rural moçambicano que, para a maioria das populações, significa a base de sua reprodução social e (i)material (MATOS, 2016; FREI, 2017).

É nesta discussão que está centrado o objectivo deste artigo, que nos propusemos a analisar as implicações sócioterritoriais da construção do terminal ferro-portuário nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. A ideia – ou necessidade – de redacção deste artigo surgiu a partir do estudo desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em Gestão Ambiental. As relações sociais e os conflitos entre as comunidades e os grandes empreendimentos mineiros precisam de ser compreendidos tanto nos contextos sócioambientais, das injunções econômicas, quanto no dia-a-dia das relações entre as partes envolvidas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o entendimento das implicações sócioterritoriais da pesquisa levou-nos a desenvolver um referencial teórico-metodológico baseado na análise do território, não como um espaço neutro, mas sim, enquanto *lócus* de constante disputa de poder, seja sob uma perspectiva de terra, onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso dos

recursos para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de terror, onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos actores hegemónicos aos actores hegemonizados e, consequentemente, menos influentes (HAESBAERT, 2011).

Assim, a nossa acepção é de compreender o território enquanto totalidade, onde se manifestam as relações sociais, relações políticas, relações econômicas e culturais, ou seja, o território como espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (SAQUET, 2002). Assim, o estudo apropria-se o termo implicação como sinónimo de efeitos ou consequências, ou seja, distintos processos, acções e contradições decorrentes da construção do terminal ferro-portuário no distrito de Nacala-à-Velha.

A pesquisa de campo foi realizada em Junho de 2019, nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. Sendo assim, procurou-se analisar as condições de vida das comunidades reassentadas, bem assim das condições sócioterritoriais e econômicas, numa concepção de território como um conjunto de relações. Como afirma Santos (2008, p. 25), "é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente, conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstracção e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si".

A partir do método materialista histórico e dialéctico buscamos compreender as formas de apropriação dos territórios mineiros em Moçambique e as acções desencadeadas sobre tais espaços, pois entendemos que são reflexos do desenvolvimento capitalista, como produto histórico à luz de suas contradições (LIMA, *et al*, 2014).

A pesquisa é qualitativa, com carácter descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa justifica-se por ser uma forma adequada para entender, por um lado, a natureza de um fenómeno social dos megaprojectos de mineração em Moçambique e suas mudanças sócioterritoriais sobre as comunidades locais, por outro lado, permitir dar sentido as interpretações dadas pelos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa, as suas ideias, valores, significados, tramas e revoltas sobre o processo de expropriação das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha.

Numa primeira fase, para ajudar a construir a problemática de investigação, foi feita uma pesquisa de base bibliográfica e documental e foram realizadas entrevistas exploratórias e questionários. As leituras ajudaram a fazer o balanço dos conhecimentos

relativos ao problema de partida, enquanto as entrevistas contribuíram para identificar novos aspectos a ter em conta e alargar o campo de investigação. Para a recolha e análise bibliográfica e documental não se partiu de um caminho pré-definido, optando-se por uma leitura atenta e crítica de algumas obras de referência, o que permitiu registar pistas e encontrar linhas orientadoras de reflexão.

Numa segunda fase, desenvolveu-se a etapa de observação e recolha de dados, durante dois dias de trabalho de campo nas áreas de reassentamento do distrito de Nacala-à-Velha. Com efeito, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa: recolha de informação documental; grupos focais com 20 agregados familiares; entrevistas aos líderes comunitários, aos técnicos responsáveis pelo projecto de reassentamento e a entidades governamentais envolvidas no processo, observação directa das áreas reassentadas, com registo fotográfico.

RESENHA DO CONTEXTO DA EXPLORAÇÃO MINEIRA EM MOÇAMBIQUE

Nos últimos anos, caracterizados pelo aprofundamento da globalização do modo capitalista de produção, distintas e importantes transformações socioeconômica e sociopolítica têm promovido, por todos os lados, intensa reestruturação territorial, influenciado ainda pela produção do capital do sector mineiro, como um todo. O capital mineiro se torna um elemento chave na promoção e articulação das (re)estruturações territoriais que vem ocorrendo em Moçambique.

Moçambique foi sempre um país com níveis consideráveis de riqueza presentes no solo, sob a forma de carvão, gás, minerais, pedras preciosas e semipreciosas e, possivelmente, petróleo (SELEMANE, 2010). A exploração destes recursos envolve um percurso histórico bastante antigo, seja, no período pré-colonial, colonial, depois da independência (período socialista) até aos nossos dias, caracterizado pelo movimento de globalização e da economia neoliberal.

Conforme Chizenga (2016), desde o período colonial, apesar da prestação de serviços de transporte ferro-portuário e de fornecimento de mão-de-obra barata, Moçambique constituiu sempre como território reservado à exploração dos recursos naturais, seja: bens

agrícolas (sisal, tabaco e cana-de-açúcar), bens minerais (ouro, pedras preciosas, entre outros), que tinham como destino a região metropolitana do colonizador (Portugal).

Portugal impulsionou na (re)estruturação territorial de Moçambique, que se configurava de acordo com os seus interesses sociopolíticos e económicos e, desse modo, implantava de forma progressiva a acumulação primitiva do capital, que segundo Pereira (2012), é aquela que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. Diante deste processo, muitas comunidades foram desterritorializadas – de modo violento para que o capital pudesse exercer o controle sobre o território nacional, pois, na concessão das terras, os nativos eram subjugados de fora, e o seu deslocamento compulsório e forçado era feito sem nenhum pagamento ou compensação (MATSINHE, 2011).

Além da ocupação e exploração do território nacional, Portugal pretendia instalar um sistema que visasse apagar a cultura dos nativos e impor os seus costumes, a sua história e a sua geografia ao povo moçambicano, apelidado *a libertação de indígenas*. Apesar de todas as tentativas, o povo moçambicano conseguiu estabelecer sempre a sua *moçambicanidade*, pois tal movimento não conseguiu apagar de forma efectiva os hábitos dos indígenas e criou uma *crioulização*, um misto entre o antigo, e o novo.

As intensas lutas de libertação travadas pelos nativos contra o colonialismo português implicaram numa manifestação explícita de reivindicação das suas terras e, com elas, a sua história, cultura e identidade. O povo moçambicano esteve sempre ciente de que reconquistando a terra teria a sua vida de volta, pois o acesso à terra significaria para os moçambicanos a sua libertação e a reprodução dos seus modos de vida. Porém, a conquista da terra nem sempre significou a sua emancipação ou a sua autodeterminação, pois os alicerces construídos pelo sistema impediam que a sua conquista total se concretizasse (MATOS & MEDEIROS, 2015).

Após a Independência Nacional, em 1975, o governo da Frelimo que saiu vitorioso da Luta de Libertação Nacional foi obrigado a traçar estratégias, de modo a implantar o desenvolvimento económico nas comunidades que há bastante tempo foram assolados pela opressão colonial. Assim, objectivando materializar essa perspectiva, foi adoptada, pelo governo da Frelimo a socialização do campo e a criação de aldeias comunais (MATSINHE, 2011).

Considerando que, a indústria de extracção mineira em Moçambique durante o regime colonial não foi um dos sectores económicos de maior relevo, com a independência nacional e pelas crises econômicas que o país estava mergulhado, influenciou profundamente no desequilíbrio do sector mineiro que era ainda mais fraco durante o período colonial. Dois aspectos justificam este processo: primeiro estava relacionada com o fraco conhecimento geológico de Moçambique e o segundo aspecto é o fraco domínio económico do colonizador, o que não lhe permitira o investimento do sector mineiro de que o país era detentora (ARAÚJO, 1989).

Nessa senda, o governo moçambicano viu-se na necessidade de recomeçar todos os estudos de prospecção mineral porque, daqueles que haviam sido feitos, nada havia ficado, a nível técnico-científico, permitisse avaliar a possibilidade do seu aproveitamento rentável, pois, no panorama internacional, Moçambique apresentava uma boa imagem sobre a existência dos jazigos de carvão mineral no distrito de Moatize, província de Tete (MANUEL, 2019).

Assim, nessa conjuntura foram elaboradas várias cartas com diferentes escalas cartográficas, com maior destaque para a carta de jazigos e ocorrências minerais elaborada no período de 1986 - 1989 por uma equipa soviética (URSS). Esta carta foi substituída por uma nova carta geológica datada de 2008, com informações mais detalhadas e um conhecimento mais profundo do potencial dos recursos minerais em Moçambique. Rico em recursos, Moçambique ainda apresentava nos anos que seguiram a independência um nível de exploração insuficiente para que se tornasse fundamental no crescimento da economia nacional (MATOS, 2016).

Depois do fracasso de implementação dos projectos socialistas em Moçambique e com a crise econômica em que o país estava mergulhado, Moçambique viu-se obrigado a traçar mecanismos para resolver o problema da fome e as consequências da guerra. Como alternativa, o governo desenvolveu negociações com países ocidentais, que condicionaram a ajuda, o reescalonamento da dívida e novos financiamentos, a assinatura de acordo de paz com a África do Sul e a adesão às Instituições de *Bretton Woods* (IBW´s) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e, assim iniciava-se o estabelecimento do neoliberalismo no país (NAMUHOLOPA, 2016).

A adesão do novo sistema de desenvolvimento, orientado pelas políticas neoliberais, significou uma mudança radical nos fundamentos que norteavam a visão de desenvolvimento moçambicano. As novas políticas impuseram a uma liberalização econômica, a privatização, a desregulamentação, a descentralização e a redução do intervencionismo do Estado como o principal agente do desenvolvimento, e aí começou a crise econômica das comunidades locais (MATOS & MEDEIROS, 2015).

A entrada do neoliberalismo no país significou a abertura para a iniciativa privada. Daí, vários projectos económicos mostraram interesse em explorar os recursos do solo e subsolo do país. O governo, procurando responder a demanda da exploração das empresas estrangeiras, fez alterações significativas na sua legislação de terras e de minas, respectivamente, e foram-se instalando no território nacional vários megaprojectos, sobretudo no sector mineiro.

A EMERGÊNCIA DOS MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Depois da implantação do capitalismo, Moçambique reatou a sua base econômica no sector da agricultura. Apesar desta ser considera a maior actividade econômica do país, praticada por mais de 80% da população moçambicana, ela não tem mostrado resultados satisfatórios, por várias razões: falta de investimento ao sector, falta de incentivo aos agricultores e prevalece ainda o uso de técnicas rudimentares (enxada de cabo curto) e a dependência de ambientes climatéricos.

Desse modo, devido ao fracasso do sector agrícola, o governo moçambicano teve que traçar estratégias que subvalorizam os novos sectores, principalmente ao sector da indústria extractiva, na perspectiva de alcançar o mais rápido possível o desenvolvimento económico e social do país. Obviamente, com a descoberta dos recursos minerais, particularmente relacionados com carvão mineral, Moçambique ficou exposto aos olhos de muitos investidores estrangeiros, que buscaram implantar os seus projectos de exploração mineiro.

Em resposta ao convite estabelecido pelo Governo Moçambicano foram sendo implantados vários megaprojectos em Moçambique, com maior índice no sector da indústria extractiva. Segundo Castel- Branco (2008), a presença de megaprojectos em Moçambique é recente. A partir da primeira década do século XXI, o país assistiu à entrada de projectos de IDE, na forma de megaprojectos centrados, na sua maioria, no sector mineiro-energético e na extracção de matéria-prima de produtos destinados para a exportação.

A instalação dos megaprojectos em Moçambique, é aliada a factores externos e internos. Ao nível externo, verifica-se uma crescente demanda de recursos, principalmente minerais e energéticos. Este factor é motivado pela crescente industrialização de novos países emergentes, em particular os países asiáticos como China, Índia e Japão, o que justifica o enquadramento do território nacional no panorama de produção de capital e de empresas integradas na cadeia global de produção na forma de megaprojectos (NAMUHOLOPA, 2016).

Ao nível interno, Moçambique por ser um estado economicamente dependente da ajuda externa, com a descoberta dos recursos minerais e energéticos, o governo moçambicano decidiu priorizar a exploração desses recursos como estratégia de desenvolvimento económico e social, adoptando políticas e mecanismos de atracção de projectos de investimento no território nacional com repercussões em diferentes esferas sociais. A tabela 1 descreve os principais megaprojectos mineiros e energéticos de Moçambique.

Tabela 1: Principais megaprojectos extractivos em Moçambique

Megaprojecto	Ano	Nº	Operadora	Localização
Gás Natural de Pande e Temane	2004	1	Sasol	Inhambane
Areias pesadas de Moma	2007	1	Kenmare	Nampula
Carvão Mineral de Moatize	2011	1	Vale Moçambique	Tete
Carvão Mineral de Benga	2011	1	Riversdale – Rio Tinto	Tete
Carvão Mineral de Chirodzi	2013	1	Jindal	Tete
Gás Natural de Palma	2015	1	Eni East Africa e Anadarko	Cabo Delgado

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os megaprojectos em Moçambique são caracterizados por apresentarem maior valor de investimento (cerca de 1 milhão de USD), o que se contradiz com a sua alocação no

desenvolvimento económico e social do país, sobretudo, na melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Apesar dos maiores investimentos que os megaprojectos mineiros apresentam, do ponto de vista social da instalação e funcionamento deles têm sido acompanhados por um conjunto de contestações e mobilizações sociais de diferentes grupos sociais e populações afectadas pelos projectos, assim como de integrantes das organizações da sociedade civil no sentido de questionar as repercussões ambientais, econômicas e sociais em diferentes aspectos que a instalação e implementação de projectos de IDE colocam à sociedade moçambicana.

Actualmente, vários pesquisadores têm considerado que a descoberta de recursos minerais em vários países, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, além de serem uma bênção, estes tornam uma maldição para a vida das comunidades locais (DI JOHN, 2011). A ideia de maldição dos recursos[1] minerais já vem sendo desenvolvida deste a década de 1980 pelo economista Adam Smith. Este defende que, os projectos de mineração, ao invés de repor o capital neles empregado, juntamente com os lucros normais do capital, normalmente absorvem tanto o capital como o lucro (CARRIERI, 2005).

Na verdade, vários estudos desenvolvidos sobre a indústria extractiva em Moçambique Castel- Bransco (2008), Selemane (2009, 2010, 2014), Mosca e Selemane (2012), Matos e Medeiros (2015), Chizenga (2016), Frei, (2017), Bata (2018), entre outros, têm apontado que os megaprojectos de mineração no país têm contribuído muito pouco para a economia nacional. Além disso, o processo da apropriação de vastas terras que estas *commodities* desenvolvem têm perpetrado a expropriação das comunidades locais, por meio de deslocamentos compulsórios, para novas áreas de reassentamento, onde os conflitos aumentam ainda mais.

A questão da maldição dos recursos minerais impera-nos reflectir a despeito da realidade actual dos megaprojectos de mineração no país. Estes, na busca frenética de lucros, têm gerado conforme Heasbaert (2010), *amontoado de excluídos*, e somente uma pequena burguesia nacional constituída por empresários nacionais, ou por indivíduos ligados ao poder

[1] A tese da ”maldição dos recursos naturais” sustenta que a abundância de recursos naturais leva a um pobre desempenho ómica e à estagnação, a alto nível de corrupção e à governança precária, como também, para alguns autores, à violência política (DI JOHN, 2011).

político nacional é que mais beneficia desses megaprojectos, através do seu envolvimento em acções de exploração.

Portanto, são essas as contradições do neoliberalismo. De acordo com Bata (2018), no processo de capitalismo, ao socializar-se o trabalho e privatizar os meios de trabalho, produz-se concomitantemente uma pequena elite completamente abastada, e um amontoado de excluídos socialmente que, à custa do seu sangue, suor e dignidade, garantem a reprodução do capital e a expatriação dos superlucros, deixando as comunidades ainda mais carentes, sem água, escolas, hospitais e recursos de sobrevivência.

Contudo, consideramos que a economia extractivista em Moçambique é um desafio para o desenvolvimento económico e social do país. O governo moçambicano deve repensar e renegociar pelos ditos projectos de desenvolvimento, no sentido de que se encontrem meios-termos para ultrapassar esse cenário, de modo que o verdadeiro desenvolvimento das comunidades locais torne prioridade no auge das políticas de apropriação de terras por empreendimentos mineiros em Moçambique. Vários estudos comprovam que a melhor forma de Moçambique se desenvolver com base no carvão mineral passa pela criação de um leque de ligações (*linkages*) entre a indústria do carvão e o resto da economia nacional (CASTEL-BRANCO, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2012; SELEMANE, 2014).

A questão da bênção da abundância dos recursos minerais no país esta estreitamente ligada aos benefícios para a economia local e nacional que este sector poderia acarretar. De acordo com Selemane (2017), para a optimização do desenvolvimento nacional e local é necessário que as indústrias de extracção mineira – *commodities* - estabeleçam cinco principais ligações com o resto da economia: (i) ligações fiscais (impostos directos e indirectos); (ii) ligações espaciais (infra-estruturas e desenvolvimento local), (iii) ligações a montante (equipamentos e maquinaria); (iv) ligações a jusante (processamento e adição de valor) e (v) ligações de conhecimento (formação de recursos humanos).

De acordo com Brynildsen e Nombora (2013) no seu estudo intitulado *Mineração sem desenvolvimento: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique,* alertam que a capacidade do país para angariar fundos suficientes para financiar o seu próprio desenvolvimento depende de conseguir ou não alterar este cenário de fraca tributação dos megaprojectos mineiros. Os autores exortam ainda que o futuro de Moçambique depende de

ser ou não capaz de evitar o escoamento de recursos preciosos através de práticas de minimização dos impostos, desagravamento fiscal unilateral e políticas de investimento negociadas na altura em que o país estava a recuperar de uma guerra civil avassaladora.

Um dos megaprojectos de mineração, obviamente objecto de análise deste estudo, é o projecto de exploração mineira - Vale Moçambique Ltd. (Vale). Esta é uma subsidiária da empresa brasileira Vale, e é a segunda maior empresa de mineração em todo o mundo. Foi em 2004 que, a Vale obteve permissão do governo de Moçambique para explorar carvão, no distrito de Moatize, província de Tete. Em 2007 foi atribuída a concessão mineira de 35 anos para 25 mil hectares. Tendo em conta que toda a actividade econômica realizada sobre o meio pode repercutir em impactos ambientais, o governo moçambicano aprovou o Estudo de Impacto Ambiental da Vale em 2007, que incorporou uma expansão planejada em 2011 (PROJECTO CORREDOR DE NACALA, 2016).

A Vale apostou seus investimentos em áreas complexas em Moçambique, como o complexo mineiro de carvão na bacia de Moatize, a via ferroviária de escoamento de carvão no percurso Tete – Nacala, e o porto de escoamento de Nacala, denominado Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), composto por uma linha férrea de 912 km (Mapa 19).

Mapa 1: Corredor de Nacala.



Fonte: Projecto Corredor de Nacala, 2016.

As operações da empresa ocorrem numa conjuntura de conflitos, não obstante "a dissonância marcante entre as imagens empresariais projectadas pela Vale e as realidades de fato em todas as suas operações mundiais" (MARSHALL, 2014, p. 174). Um dos pressupostos da relação conflituosa surge entre a empresa Vale e as comunidades locais, devido o processo de deslocamentos compulsórios.

O deslocamento compulsório das populações em situação de extracção mineira tem enquadramento legal, embora pela fragilidade de sua aplicação este processo tem tornado fatal, em detrimento de empreendimentos de grande vulto como é o caso do megaprojeto da Vale.

A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL FERRO-PORTUÁRIO E O PROCESSO DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA

O processo de construção do terminal ferro-portuário resultou na apropriação do território e, por conseguinte, a expropriação das comunidades locais, por meios de deslocamentos compulsórios denominados por reassentamentos. Com efeito, o deslocamento das comunidades implica a perda da terra, da sua história, até mesmo, dos seus hábitos e de prazer de vida.

Obviamente, em toda a remoção forçada perde-se tanta coisa, não somente as suas habitações, mas também as relações sociais que se estabelecem durante a sua vida no local de vivência, pois, a saída de um local para outro é constrangedor e difícil. Segundo Matos (2016), a deslocação compulsória das comunidades envolve a perda dos seus referenciais identitários, da sua história, dos seus traços culturais, dos seus modos de vida, de uma significativa parte de si e, até mesmo, da própria vida.

O processo de deslocamento compulsório das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha, principalmente, o que foi por conta da construção da malha ferroviária da secção 8, da nova ferrovia e do novo terminal portuário, desencadeou-se entre 2014 e 2015. Durante

longo processo de lutas, a Vale conseguiu reassentar cerca de 55 famílias de cinco comunidades: Mucaia 1 e 2, Muriaco, Naxiropa e Muanona, situadas no Posto Administrativo-Sede de Nacala-à-Velha, paras as quais construiu igual número de casas, conforme pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2: Número de famílias reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha

Distrito	Zonas de reassentamento		Número de famílias reassentadas	Zonas de origem
Nacala-à-Velha	Nachiropa		19	Napasso,
	Muriaco		17	Mussagirrine
	Mucaia	Mucaia 1	4	
		Mucaia 2	12	Pedreira
	Muanona		3	Mutepua
Total			**55**	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A maior parte das comunidades reassentadas tiveram sua origem no Posto Administrativo de Nacala-à-Velha Sede, enquanto as comunidades reassentadas em Nachiropa foram deslocadas das aldeias de Napasso e Namuaxi, cerca de 10 km do novo bairro onde as famílias foram compelidas a viver. Namuaxi constitui o local onde a Vale implantou o terminal ferro portuário – designadamente as instalações do Corredor Logístico de Nacala. As famílias deslocadas para as comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2 viviam na zona da pedreira, onde a Vale explorava a pedra para a construção do seu terminal. As comunidades de Muriaco viviam próximo da Barragem de Massingirine, cerca de 40 km do seu novo bairro de residência. Como pode-se assinalar, as comunidades reassentadas, com excepção das comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2, estão distantes da Vila-Sede do distrito de Nacala-à-Velha.

IMPLICAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NAS COMUNIDADES REASSENTADAS EM NACALA-À-VELHA

As implicações sócioterritoriais resultantes dos megaprojectos têm sido constantes no espaço moçambicano, principalmente com a entrada dos megaprojectos de mineração que ocupam largas áreas onde as comunidades constroem suas vidas tradicionais. As lutas e disputas por áreas que contêm recursos minerais ou pelo controle de áreas estratégicas, embora em certos casos de forma implícita, sempre estiveram presentes na história das relações sociais do país.

O deslocamento compulsório das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha resulta como consequência da construção do terminal ferro-portuário e, por conseguinte, implica no modo de vida das comunidades reassentadas em Nacala-à-Velha, relacionado aos aspectos de formas de habitação, educação, saúde, mobilidade, segurança, cultura e sacralização.

Antes do deslocamento, as comunidades apresentavam casas, na sua maioria, construídas de pau-a-pique com cobertura de palha, idêntica construção do tipo tradicional. A Vale, na pretensão de deslocar e construir as casas para os deslocados, apresentou uma casa modelo ao Governo Local, do qual foi aprovado e, seguidamente iniciou-se com a construção das casas.

De acordo com Pedro (2011), a habitação, mais do que um abrigo, deverá ser considerada uma janela de cultura, na medida em que a própria concepção arquitectónica e os usos dos espaços domésticos estão bastante ligados a valores e práticas culturais. Os espaços domésticos reflectem o modo como as culturas e os seus membros têm de conviver e se relacionar com dialécticas de oposições comuns, nomeadamente necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações, as exigências e solicitações da sociedade no seu todo. A figura 1 mostra o tipo das casas das comunidades antes e depois do reassentamento.

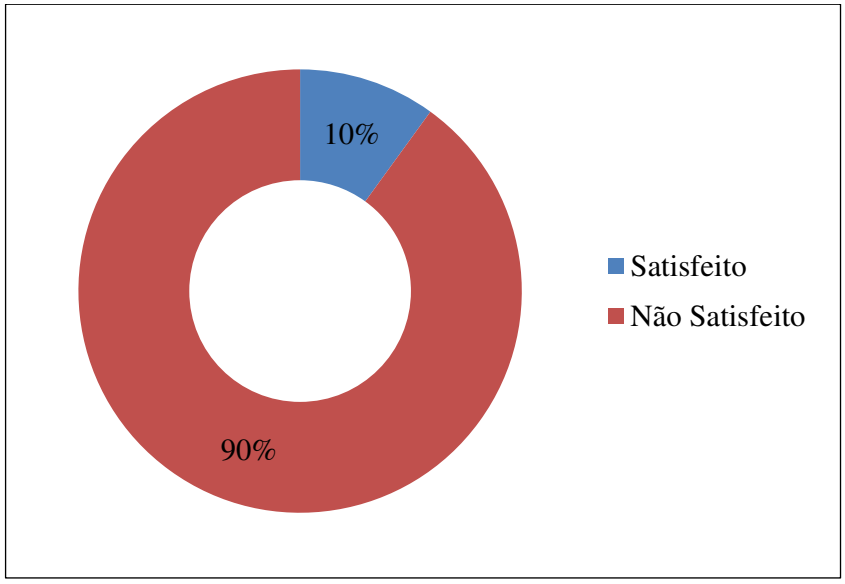
Figura 1: Casas das comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. À esquerda, antes do reassentamento e à direita depois do reassentamento.



Fonte: Captado pelo autor; Trabalho de Campo, Nacala-à-Velha, 2019.

Embora, as novas casas de reassentamento apresentam de forma implícita melhores condições em detrimento das antigas casas dos reassentados, a maior parte da comunidade mostra-se insatisfeito com as novas casas construídas. No trabalho de campo, procuramos obter o nível de satisfação das comunidades sobre as suas habitações. Dos 20 inquiridos, 90% deles consideram estar insatisfeitos e 10% é que estão satisfeitos, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: Nível de satisfação dos inqueridos com as habitações



Fonte: Dados da pesquisa, Trabalho de campo, Nacala-à-Velha, 2019.

A insatisfação das comunidades com as casas pode estar relacionada com a qualidade delas. Durante o trabalho de campo, comprovamos que algumas casas estão em estados de degradação, com pequenas rachaduras, portas e janelas danificados. Devido às condições deploráveis de vida, as comunidades não têm possibilidade de manter em reabilitação. Assim, o processo de reassentamento quebrou com o padrão de vida local, em que, para a família a habitação não era só o local da residência, mas todo um espaço físico e emocional. As pessoas tinham uma razoável área de habitação, com casas, quintal, local para a sua agricultura, animais, com o novo bairro isso deixou de existir, pois foram colocados em locais delimitados.

Não obstante, uma questão que é bastante negligenciada em Moçambique é relacionada com o tamanho dos novos espaços realocados às famílias reassentadas. Salientar ainda que, em Nacala-à-Velha, além do espaço de 20/30 m^2 concebido para a construção das novas casas, não foi alocado às famílias outro espaço onde pudessem desenvolver normalmente suas actividades de sobrevivência. Em relação a educação, a rede escolar do distrito é composta por um total de 61 escolas, sendo 43 escolas do EP1, 15 escolas do EP2, duas escolas do Ensino Secundário Geral e uma escola do Ensino Técnico Profissional. No

entanto, as 5 zonas de reassentamento nenhuma delas apresentam infra-estruturas escolares apesar do Regulamento de reassentamento – Decreto 31/2012 - prever que as famílias reassentadas devem dispor de infra-estruturas escolares. As comunidades são compelidas a percorrer distâncias para ter acesso à educação.

As comunidades somente dispõem de salas anexas, onde as condições das infra-estruturas estão longe de desejar. Sem infra-estrutura escolar as crianças estão obrigadas a sentar-se ao chão ou debaixo de árvores com objectivo de aprender pelo menos os abecedários e números importantes para a convivência de dia-a-dia. Desse modo, as crianças são obrigadas pelo seu Estado a deslocar-se em nome do interesse nacional e a pagar o preço do bem comum, a ser usufruído pelos demais. Na maioria dos casos, são grupos empobrecidos e sem capacidade de influir na agenda governamental, que são obrigados a arcar com os custos do dito "desenvolvimento" económico e social do qual pouco ou nada se beneficiarão. A figura 3 mostra as salas anexas nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha.

Figura 2: Salas anexas das comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha



Fonte: Captado pelo autor; Trabalho de campo, Nacala-à-Velha, 2019.

Paralelamente à educação, encontra-se o sistema de saúde nas zonas de reassentamento. De modo a apurar ilações sobre a existência de infra-estruturas de saúde, foi questionado aos inquiridos se havia alguma unidade sanitária. Em unanimidade, os inquiridos assinalaram que nenhuma das comunidades disponha de um centro de saúde para o atendimento das comunidades.

Devido à carência de unidades sanitárias nas comunidades reassentadas, as comunidades são obrigadas a percorrer longas distâncias para ter acesso a um centro de saúde, sendo isto um problema, principalmente para as mulheres e crianças que são obrigadas a percorrer distâncias para as unidades sanitárias mais próximas para a obtenção dos serviços de atendimento.

> É uma situação complicada para nós porque, às vezes, temos que percorrer distâncias de noite para chegar a um hospital. As nossas mulheres, quando estão prestes ao tempo de parto, levamos nas bicicletas de noite, com medo de duas coisas, marginais ou animais. Mas não temos como, a nossa vida foi destinada assim mesmo (Entrevista, Junho de 2019).

Na verdade, é complicado ser forçado a viver a vida a qual não desejamos. Um sofrimento com o qual parece ninguém importa-se. Onde nos queixamos da sorte de Deus, dos nossos antepassados e da própria nossa história. Nas novas áreas de reassentamento, devido às distâncias, as comunidades estão vivendo num circuito fechado, onde as alternativas de sobrevivência são escassas.

Para fazer-se chegar às zonas reassentadas deve-se percorrer em picadas de terra batida. No período chuvoso, a transitabilidade é deficitária, principalmente nas comunidades de Muriaco e Nachiropa. Sem *chapas*, os motos táxis são os únicos meios para se chegar ao destino. De modo a encurtar as distâncias, as comunidades são forçadas a fazer actividades de ganho-ganho em outras regiões para adquirir uma bicicleta que serve do seu meio de transporte.

As comunidades reassentadas, principalmente a comunidade Muriaco e Nachiropa que são mais distantes da vila, apresentam maiores riscos de segurança. Nenhuma delas apresenta um posto policial, às vezes, os conflitos entre as pessoas da mesma comunidade têm

surgido, que por vezes necessitam de intervenções de alguém de direito. As áreas são propensas aos animais perigos como leões, cobras e outros seres que nas caladas da noite ameaçam as comunidades.

Conforme Xavier e Viera (2017), o processo violento de perda de território por vezes desagua em lesão à própria identidade das comunidades. Desfazem-se laços ancestrais de solidariedade e fraternidade, anula-se o modo de viver dessas comunidades, por estas estarem ligadas à ocupação secular de território em que desenvolviam as suas actividades. Como consequência, percebesse o crescente de um movimento de resistência dentro das comunidades.

O facto de os indivíduos perderem o seu espaço de pertença tem graves implicações. As alterações do espaço transformam-se numa perda de protecção espiritual dos antepassados, perdendo estas pessoas, em simultâneo, a sua entidade enquanto grupo e a ligação à terra enquanto indivíduos. Assim, o processo de reassentamento é encarado como a expressão mais profunda de perda, a partir da qual não é mais possível controlar o espaço físico que, consequentemente, se traduz numa perda de identidade individual, com a mudança para um local novo e estranho.

A vida em novas zonas de reassentamento é difícil, porque essas pessoas não se identificam com os novos bairros, principalmente devido à falta de envolvimento na sua efectiva construção, que leva a que muitos sintam que o bairro não pertence a elas, mas à empresa, como expressa um dos representantes da comunidade de Muanona:

> Vivemos como hóspedes, porque não temos quase nada, não temos onde ir, somente a empresa deveria nos ajudar. Nas nossas comunidades tínhamos onde ir buscar a sobrevivência, a pesca nos ajudava muito, mas aqui, esta terra é nova para nós, tudo sempre é novo, tudo é novo para nós, mas fazer o quê vamos tentando a sorte (Entrevista, Junho de 2019).

Através dessas declarações, nota-se claramente que esta desterritorialização está associada, para a maioria da população, a algo traumático. Desta forma, se por um lado, pode contribuir para uma melhor adaptação às novas formas de vida, por outro lado, ela pode contribuir para o medo e a falta de abertura a esta mudança. Apesar da Vale implantar as infra-estruturas de água como fontenários, as comunidades reclamam pela precioso liquido. A água

consumida nas zonas de reassentamento apresenta maior teor de sal, com uma coloração esbranquiçada de loto. Mas não havendo outras alternativas usa-se a mesma para o consumo. Os reassentamentos estão localizados em zonas áridas identificadas como de escassez de recursos hídricos naturais.

Antes do reassentamento, algumas famílias tinham energia eléctrica em suas habitações, mas hoje, estes assistem as suas vidas nas escuras, um factor que periga a vida destes, dado que na zona reassentada predominam animais como leões, cobras e outros. O distrito de Nacala-à-Velha dista a escassos metros do distrito de Nacala Porto, onde foi implantada a plataforma móvel de energia eléctrica. Mesmo com esta disponibilidade, as comunidades reassentadas não dispõem da corrente eléctrica.

As comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, tal como a maioria da população moçambicana, tem na agricultura familiar a sua fonte de subsistência. Embora essa importância, nas zonas de reassentamento, as comunidades não dispõem de espaços apropriados para a prática da actividade agrícola, pois além do espaço de 20/30 m^2, concebido para a construção das novas casas, não foi alocado, às famílias, outro espaço onde pudessem desenvolver normalmente as suas actividades de sobrevivência.

A SACRALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CEMITÉRIOS NO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA

O mundo dos espíritos é bastante influente nas comunidades moçambicanas, especialmente no meio rural. A causa de todos os azares e doenças é sempre explicável pelo envolvimento dos espíritos e a rotina diária é quebrada esporadicamente por momentos de festa e cerimónia. Um facto de autêntico atentado aos espíritos foi desenvolvido pela Vale no distrito de Nacala-à-Velha. Para a implantação do terminal ferro portuário, a Vale teve que contratar uma empresa especializada para a escavação e deslocamento de caixões para uma área reservada pela empresa, que se localiza nos arredores da comunidade de Muriaco.

Este processo não era novo em Moçambique, o que a Vale fez já havia sido feito pela Kenmare em Topuito, no distrito de Moma, na área de exploração de turmalinas.

Primeiramente, a Vale teve que criar equipas para a sensibilização e conscientização das comunidades sobre esta prática. Foram convidados os líderes comunitários para a realização das cerimónias relacionadas aos defuntos. Um facto ainda mais preocupante é que as comunidades reclamam não saber onde foram sepultados os restos mortais dos seus antepassados.

> A Vale chamou-nos e disse que queria transferir todos os cemitérios que se encontravam nos nossos terrenos, como não tínhamos o que fazer, seguiram com o processo, nós como líderes fomos convidados para a realização da cerimónia. Depois de serem tirados os corpos não soubemos onde os foram enterrados […]. Foi um processo complicado para nós, muitas famílias passaram mal com isso, alguns acabaram ficando doentes devido a maldição dos espíritos (Entrevista, Junho de 2019).

Segundo as informações obtidas no âmbito de estudo de campo, as comunidades não sabem onde foram depositados os restos mortais das suas famílias e hoje não encontram onde podem colocar *makeya* (ritual de homenagem de cariz espiritual que consiste em apresentar uma mensagem a uma entidade sobrenatural nas comunidades macuas) porque os seus embondeiros foram destruídos.

Em África, caso específico de Moçambique, o culto aos antepassados constitui uma prática transmitida de geração em geração, pois acredita-se que, depois da morte, existe uma segunda vida, daí que, as comunidades comunicam com seus antepassados através de cerimônias tradicionais, pedindo qualquer coisa para a melhoria de suas condições de vida.

De acordo com o represente do Planejamento e Infra-estruturas, em nossa entrevista[2], explicou que, durante o processo de deslocamento das comunidades, os cadáveres sepultados nos locais da construção do terminal ferro-portuário foram exumados, segundo a vontade das famílias. Estas exumações foram feitas respeitando todas as cerimônias e costumes necessários e, depois, a Vale foi depositar em colectivo dentro do distrito.

A maioria das pessoas no meio rural moçambicano têm cemitérios familiares e é hábito visitar-se os locais onde as pessoas são enterradas, principalmente para a limpeza das campas. As pessoas são enterradas em campas ou algo semelhante e só se volta ao local ou

[2] Entrevista realizada no distrito de Nacala-à-Velha, em Junho de 2019.

para novos enterros ou noutras situações específicas. Os cemitérios, são todavia, lugares sagrados, que correspondem às terras onde estão enterrados os antepassados e, por isso, têm uma grande importância simbólica.

Assim, a criação de novos cemitérios colectivos leva com que as pessoas criem novas relações com os mortos, diferentes das que as tinham, o que na opinião de Selemane (2010, p.15) "criou uma ferida no imaginário colectivo da população". Já para o representante das Actividades Econômicas, "a relação com os mortos, não se tendo perdido, teve que se adaptar a esta nova forma de estar"[3]. No entanto, esta adaptação não deverá ser tão fácil, pois, são crenças de muitas gerações que terão agora que se modificar e será preciso sarar esta ferida no imaginário colectivo e só depois começará a real adaptação.

Com o reassentamento, as pessoas foram obrigadas a alterar o seu espaço físico e, por conseguinte, todas as expressões culturais se alteraram, observando-se um duplo fenômeno ao nível das práticas culturais tradicionais. Por um lado, algumas práticas deixaram de ter lugar, devido à sua ligação com a Natureza; e por outro lado, certas cerimônias foram adaptadas à nova realidade. Harvey (2016) explica que, apesar da terra não ser uma mercadoria produzida pelo trabalho social, foi cercada, dividida, privatizada e transformada "em mercadorias para que o mercado de terras pudesse se tornar o campo primário da acumulação do capital e da extracção de riquezas para uma classe rentista cada vez mais poderosa" (HARVEY, 2016, p. 64).

É essa lógica seguida pelo megaprojecto da Vale, que legitimados pelo Estado encontra espaço para a implantação das suas actividades, deteriorando as condições de vida das comunidades locais. Contudo, das constatações analisadas nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, permite-nos afirmar que a exploração mineira dos megaprojectos em Moçambique tem deteorizado as condições de vidas das comunidades onde estes projectos estão sendo desenvolvidos. A precarização das condições de vidas da população evidencia-se pela escassez de água, alimentos, espaços para o cultivo, hospitais,

[3] Entrevista, Nacala-à-Velha, Junho de 2019.

escolas entre outros recursos, tornado, assim, estas comunidades cada vez mais vulneráveis propalados pelo desenvolvimento económico capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações político-econômicas atravessadas por Moçambique desde o alcance da independência forçaram o país a tornar-se em um território aberto aos incursos do capital internacional. Rico em recursos minerais, o país passou por um período de relativo fechamento às razias do capital internacional devido à estratégia de desenvolvimento alicerçada na socialização do campo, em que o Estado era o principal e único responsável pelos destinos do país. O intervencionismo e a nacionalização das empresas abandonadas pelos colonos, logo após a independência, e a estatização da economia jogaram um papel importante na marginalização da iniciativa privada.

Com a introdução do investimento estrangeiro na exploração mineira em Moçambique, em 2011, acreditava-se que a concretização dos projectos em curso na área de carvão mineral, minerais industriais, para além da potencial descoberta de mais reservas de hidrocarbonetos, iriam impulsionar o sector mineiro e, ao mesmo tempo, ter impactos positivos na economia nacional, melhorando as condições de vida das comunidades, um facto contraditório à realidade, em que a população viu sendo expulsa dos seus territórios. Um facto notório, é a expropriação das comunidades locais no distrito de Nacala-à-Velha, que resultou da construção do terminal ferro portuário, um projecto da Vale que objectiva escoar o carvão mineral da fonte de exploração através de uma linha férrea que liga os distritos de Moatize, província de Tete a Nacala-à-Velha, em Nampula.

Este escoamento resultou do plano de ampliar a reprodução do capital estrangeiro. Deste modo, a implantação do megaprojeto da Vale, no distrito de Nacala-à-Velha, impulsionou a expropriação das comunidades locais e, por conseguinte, as comunidades foram despojadas para regiões longínquas, inférteis, desprovidas de acesso a bens naturais como a água potável, insumos agrícolas, escolas, hospitais, mercados, aumentando, assim, o subemprego e a insegurança alimentar dentro dessas comunidades. O estudo comprovou que a implantação do megaprojecto da Vale e as implicações por ele deflagrados dão maior

visibilidade aos problemas e às demandas sociais em área de mineração, atraindo órgãos públicos, instituições privadas e não-governamentais, para resolvê-los. Assim, a implantação dos megaprojectos mineiros resultam em acções e mobilizações dos grupos sociais atingidos, que são desenvolvidos em deslocamentos compulsórios e que também adquirem outra notoriedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel G. M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1989. 479 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1989.

BATA, Eduardo Jaime. **Entre Estatais e Transnacionais, "quantos AIS"***:* efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiánia, 2018.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. **Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab:** rethinking land issues, reframing resistance. ICAS Working Paper Series, The Hague, 2010.

BRYNILDSEN, Øygunn Sundsbø; NOMBORA, Dionísio. **Mineração sem desenvolvimento**: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique. [S.l.]: CIP e Eurodad, 2013.

CARRIERI, Alexamdre de Pádua.; PEREIRA, Denise de Castro. **Movimentos de desterritorialização e reterritorilização na transformação das organizações**. RAE-eletrônica, v. 4, 2005.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique.** Maputo: Cadernos IESE, n. 1., 2010.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Os megaprojetos em Moçambique**: que contributo para a economia nacional? (Apresentação oral). In: Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência Indústria Extrativa (ITIE). Maputo: s/e, 2008.

CHIZENGA, Anselmo P. **Mineração e Conflito Ambiental**: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2016.

DI JOHN, J. Is there really a resource curse? A critical survey of theory and evidence. **GLOBAL GOVERNANCE,** n. 17, p. 167-184, 2011.

FREI, Vanito Viriato M. **No país do mano muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 2017. 419f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Sócioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização***:* Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Francisco Denílson Santos; RESENDE, Aiumy Cruz; ARRUDA, Tainá Rodrigues; SANTOS, Amanda Torres dos. O método dialéctico e sua utilização na compreensão da violência no espaço urbano brasileiro. In: **I SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA***,* IX, 2014. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2014.

MANUEL, Nélio. A exploração mineira e o processo de reassentamento em moçambique: uma análise das comunidades expropriadas pela vale no distrito de Nacala-à-Velha. In: **MOVIMENTOS SOCIAIS E DINAMICAS ESPACIAIS**. Volume 8, Número 1 (2019), 2019. p. 235 – 252.

MARSHALL, Judith. **Guerra, Dívida e Ajustamento Estrutural em Moçambique**: O Impacto Social. Instituto Norte-Sul, Otawa, 2014.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de, MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo. *In*: **NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 38, edição especial, 2015. p. 280-375.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de, MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. 296 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATSINHE, Leví Salomão. **Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?** Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza**: o caso de Tete. Desafios para Moçambique, Maputo, 2011.

NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *In*: **REVISTA SAPIÊNCIA**: sociedade, saberes e práticas educacionais. Universidade Estadual de Goiás, Campus Iporá, 2016, v.5, n.2, p. 40-59, 2016.

PEDRO, Joana de Jesus Colaço. **Reassentamentos forçados**: dos impactos às oportunidades. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.

PEREIRA, Lonera Izá. A acumulação por despossessão na análise do Landgrabbing. In: **CADERNO PRUDENTINO DE GEOGRAFIA.** Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2019.

PROJETO CORREDOR NACALA. **Boletim Informativo**. Edição Especial, set., 2016. Disponíve l em: <http://valeinformar.valeglobal.net/MZ/Documents/boletim_especial_dig.pdf> Acesso: Maio de 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 5 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST, 2002.

SELEMANE, Tomás. **A economia política do Corredor de Nacala**: consolidação do padrão de economia extrovertida em moçambique. Documento de Trabalho, Observador Rural, Nº 56, Maputo, 2017.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da mineração em Moçambique**: relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo: CIP, 2010.

XAVIER, Juliana Benício; VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. A resistência de comunidades na luta pelo território em ambientes de extracção mineraria. *In*: **REVICE** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.2, 2017, p. 189-208.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

VARIAÇÕES ESPACIAIS E SAZONAIS DE MATERIAL PARTICULADO NO AR EM ÁREAS RESIDENCIAIS ADJACENTES ÀS MINAS DE CARVÃO EM MOATIZE, MOÇAMBIQUE

SPATIAL AND SEASONAL VARIATIONS OF PARTICULATE MATTER IN THE AIR IN RESIDENTIAL AREAS ADJACENT TO THE COAL MINES IN MOATIZE, MOZAMBIQUE

VARIACIONES ESPACIALES Y ESTACIONALES DE MATERIAL PARTICULADO EN EL AIRE EN ÁREAS RESIDENCIALES ADYACENTES A LAS MINAS DE CARBÓN DE MOATIZE, MOZAMBIQUE

Isaías Mutombo Mafavisse

Pesquisador da Universidade Rovuma, Nampula.

E-mail: imafavisse@unirovuma.ac.mz

Valquíria de Campos

Pesquidadora da Universidade Estadual Paulista.

E-mail: v.campos@unesp.br

RESUMO

O ar é componente ambiental natural vital para a existência de seres humanos e outros organismos vivos. O objetivo do trabalho foi determinar espacialmente os níveis de concentrações do material particulado gerado pela atividade de mineração do carvão em Moatize. Para saber o quanto de partículas totais em suspensão (PTS), amostras de poeira foram coletadas a partir de 5 diferentes locais residenciais em torno das áreas de mineração do carvão. O estudo abrangeu duas estações do ano, a seca e a chuvosa de 2015 possibilitando observar a sazonalidade no local de estudo. As PTS foram amostradas através de uma membrana de PVC (filtro) por impactação inerte e analisadas por meio da técnica gravimétrica. Os resultados obtidos indicaram que as concentrações médias anuais de PTS foram maiores para 25 de setembro, 154,24 µg/m^3 em comparação aos bairros Minas Moatize, Liberdade, Carbomoc e Comunidade Cateme, 126,66 µg/m^3, 132,40 µg/m^3, 133,91 µg/m^3 e 4,93 µg/m^3, respetivamente. O valor médio da concentração para o período seco foi maior em relação ao período chuvoso. No geral a intensidade da poluição por concentração de poeira é expressiva em locais próximos da área de mineração de carvão e localizadas na faixa preferencial dos ventos do sudeste.

Palavras-chave: Poluição do ar. Material particulado. Mineração do carvão. Áreas impactadas. Concentração.

ABSTRACT

Air is a vital natural environmental component for the existence of human beings and other living organisms. The objective of this study was to spatially determine the concentration levels of the particulate matter generated by the coal mining activity in Moatize. To find out how much of the total suspended particles (TSP) matter was available, dust samples were collected from 5 different residential locations around the coal mining areas. The study covered two seasons of the year, the dry and the rainy of 2015, thus making it possible to observe the seasonality in the study area. The TSP matters were sampled through a PVC membrane (filter) by inert impaction and analyzed using a gravimetric technique. The results obtained indicated that the average annual concentrations of TSP were higher for 25 de Setembro, 154.24 µg/m^3 in comparison to the remaining residential locations, such as Minas Moatize, Liberdade, Carbomoc and Comunidade Cateme, 126,66 µg/m^3, 132,40 µg/m^3, 133,91 µg/m3 and 4,93 µg/m^3, respectively. The average concentration value for the dry period was higher compared to the rainy period. In general, the intensity of pollution caused by dust concentration is significant in sites close to the coal mining area and located in the preferential range of southeastern winds.

Keywords: Air pollution. Particulate matter. Coal mining. Impacted sites. Concentration.

RESUMEN

El aire es un componente ambiental natural vital para la existencia de los seres humanos y otros organismos vivos. El objetivo del trabajo fue determinar espacialmente los niveles de concentración del material particulado generado por la actividad minera del carbón en Moatize. Para averiguar la cantidad total de partículas suspendidas (PTS), se recolectaron muestras de polvo de 5 diferentes locales residenciales alrededor de las áreas mineras de carbón. El estudio abarcó dos estaciones del año, la seca y la lluviosa 2015, lo que permitió observar la estacionalidad en el lugar de estudio. Los PTS se muestrearon a través de una membrana de PVC (filtro) mediante impactación inerte y se analizaron mediante la técnica gravimétrica. Los resultados obtenidos indicaron que las concentraciones medias anuales de PTS fueron superiores para el 25 de septiembre, 154,24 µg/m^3 en comparación con los barrios Minas Moatize, Liberdade, Carbomoc y Comunidade Cateme, 126,66 µg/m^3, 132,40 µg/m^3, 133,91 µg/m^3 y 4,93 µg/m^3, respectivamente. El valor de concentración promedio para el período seco fue mayor en comparación con el período lluvioso. En general, la intensidad de la contaminación causada por la concentración de polvo es significativa en lugares cercanos al área minera del carbón y ubicados en el rango preferencial de los vientos del sureste.

Palabras-clave: Contaminación del aire. Material particulado. Minería de carbón. Áreas impactadas. Consentración.

INTRODUÇÃO

O carvão fornece 30% das necessidades globais de energia primária e gera cerca de 42% da eletricidade do mundo. Também é utilizado na produção de mais de 70%

do aço do mundo. A produção total mundial de carvão atingiu um nível recorde de mais de 7212 milhões de toneladas (WORLD COAL ASSOCIATION, 2017). Moçambique possui quantidades consideráveis de recursos naturais dos quais a maior parte ainda não foi efetivamente explorada. "E em função dessa constatação, o Governo está determinado em facilitar a extração e exportação dos recursos naturais o mais rapidamente possível, supondo que estes irão contribuir positivamente para o crescimento econômico e na redução da pobreza" (BUCUANE e MUELDER, 2007).

Moatize apresenta enormes quantidades de reservas de carvão mineral, atraindo grandes conglomerados indústrias de mineração de carvão para esta região. Nos últimos anos, tem-se verificado a intensificação do processo de lavra de carvão na Zona Franca Industrial de Moatize. A mineração de carvão a céu aberto é a principal atividade extrativa em Moatize e desempenha um papel importante na economia local e do país. Contudo, estas atividades de mineração contribuem direta ou indiretamente para a poluição do ar.

A área de estudo foi escolhida devido ao conhecimento prévio da sua importância econômica, por ostentar bastante carvão mineral e pela existência de uma gama de empresas transnacionais instaladas que desenvolvem atividades de exploração do carvão. Dentre as várias companhia mineradoras instaladas em Moatize destaque vão para Vale Moçambique, *International Coal Venture Limited*, *Beacon Hill Resources Company*, Rio Tinto Zabeze, Minas de Rovubué, *Eta Star*, *Coal IndianAfrican* e *Capitol Resoureces* e conta com maior concentração do Investimento Direto Estrangeiro destinado aos recursos minerais do país, bem como pela degradação do ar gerada por estas atividades de mineração.

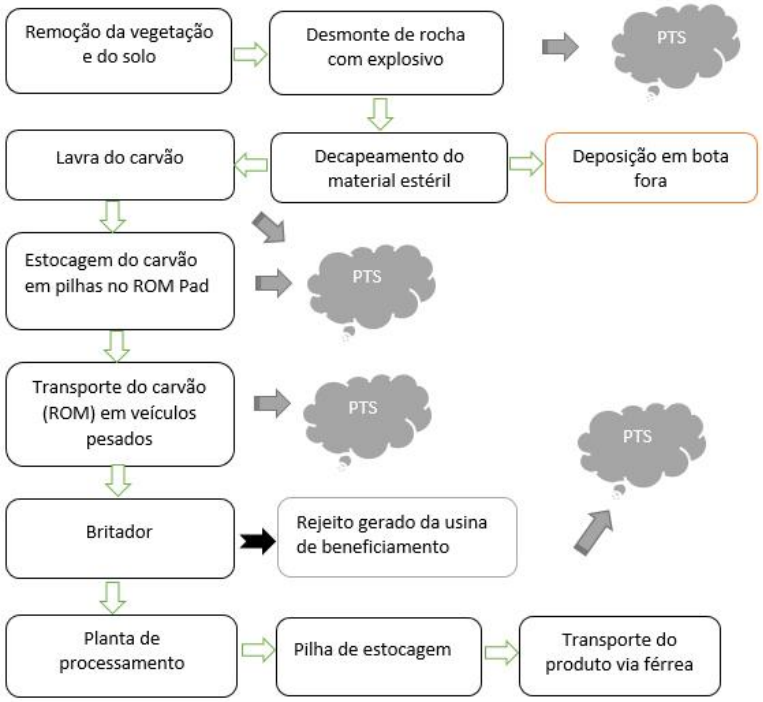
Os residentes no entorno dessas minerações reclamam da poeira decorrente da emissão difusa gerada pela atividade minerária do carvão. Diante disto, o objetivo do trabalho foi determinar espacialmente e sazonalmente os níveis de concentrações do material particulado gerados pela mineração do carvão em Moatize. Dentre as várias fontes de poluição do ar, a mineração do carvão é uma das importantes por emissão difusa de poeira. A degradação da qualidade do ar representa um importante fator de ameaça à saúde humana e meio ambiente. Segundo Saldiva et al. (2013), se não houver implementação de novas medidas para reverter o cenário atual de poluição atmosférica por material

particulado, a qualidade do ar continuará a se deteriorar globalmente e por volta de 2050 a poluição por material particulado será a principal causa ambiental de mortalidade prematura mundial.

De acordo com as últimas estimativas disponíveis pelo Banco Mundial (THE WORLD BANK, 2016), em 2013, 5,5 milhões de mortes prematuras em todo o mundo, 1 em cada 10 mortes totais, foram atribuídas à poluição do ar. As fontes de poluição do ar nas áreas de mineração de carvão geralmente incluem todas as etapas do processo, desde a perfuração, explosão, jateamento, trituração, transporte do carvão, plantas de manuseio de carvão, fachadas expostas e oficinas (CMRI, 1998).

Podemos representar a emissão de material particulado gerado pela mineração, conforme a figura ilustrativa a seguir.

Figura 1 – Fontes de emissão de material particulado em mineração de carvão



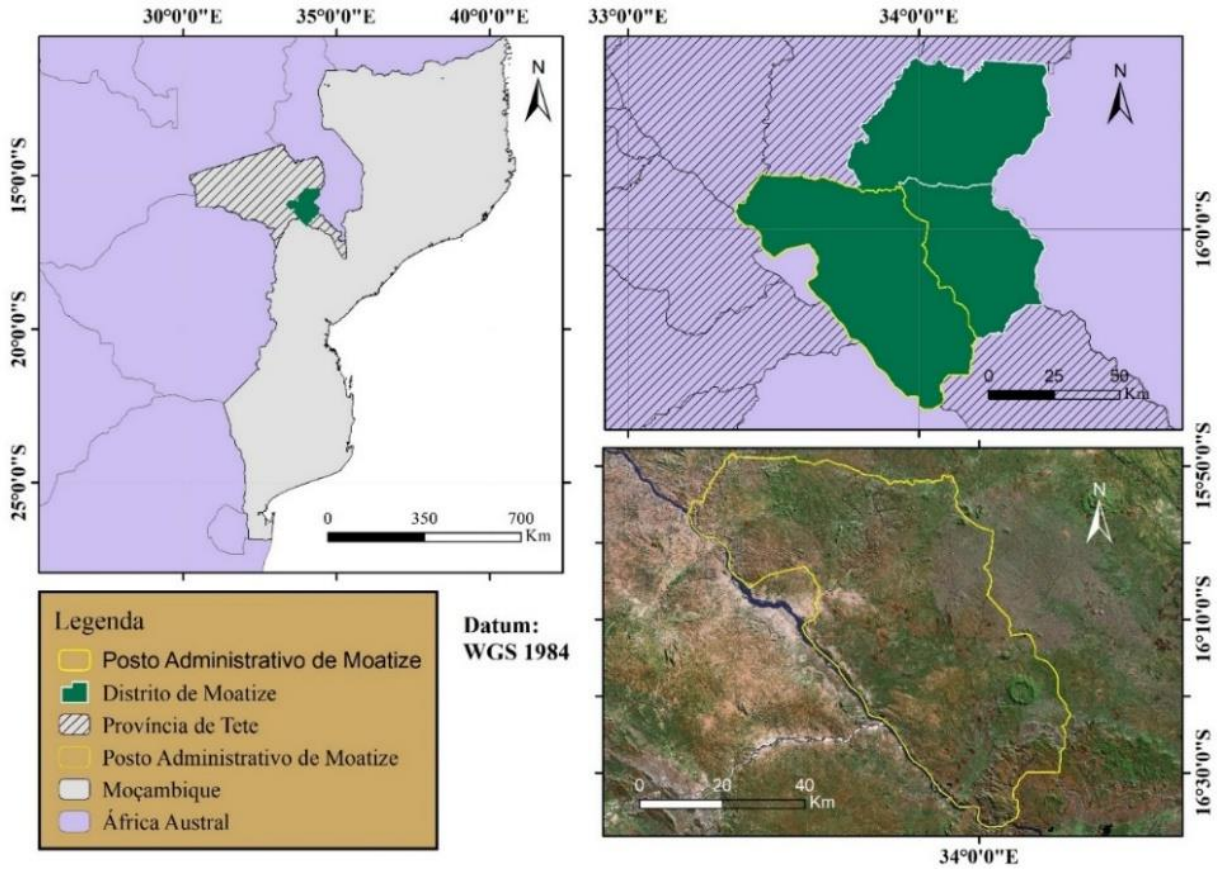
Fonte: MAFAVISSE, 2017.

Os principais poluentes atmosféricos devidos à mineração a céu aberto são partículas totais suspensas (PTS) e materiais em partículas respiráveis (MP_{10}) (SINHA e BANERJEE, 1997; CMRI, 1998).

ÁREA DE ESTUDO

O presente estudo foi realizado no Distrito de Moatize localizado na Província de Tete em Moçambique e dista 20 km do Município de Tete, situando-se a nordeste deste, entre os paralelos 15˚37´ e 16˚38´de latitude Sul e entre os meridianos 33˚22´ e 34˚28´ de longitude Leste, com área de 8.455 km^2 (Figura 2). É limitado a Norte pelos distritos de Chiúta e Tsangano; a Leste pela República do Malawi; a Sul pelos distritos de Tambara, Guro, Changara e Município de Tete e a Oeste pelos distritos de Chiúta e Changara (MAE, 2005).

Figura 2 – Local de estudo

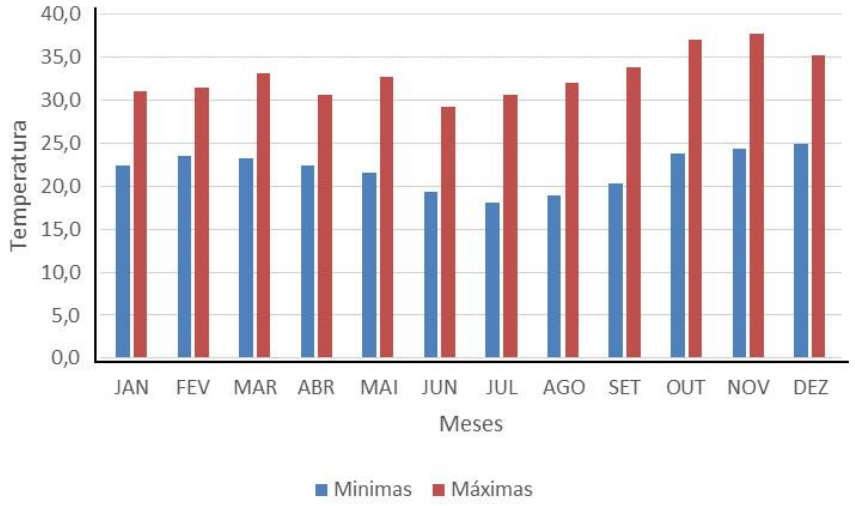


Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2016.

A região apresenta, segundo o modelo de Köppen clima tropical com dois tipos: o do tipo BSw, ou seja, seco de estepe com inverno seco na parte sul, e o do tipo AW, Tropical Chuvoso de Savana no norte do distrito (MOÇAMBIQUE, 2005). A temperatura média está na ordem dos 26,5˚C. As médias anuais máximas e mínimas são de

32,5 e 20,5˚C, nos meses de Novembro e Julho, respectivamente, conforme a figura 3 (INAM, 2016).

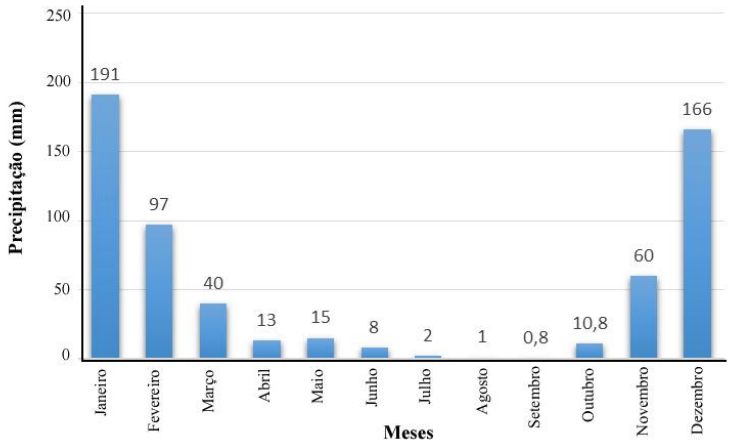
Figura 3 – Temperaturas médias mensais 2015



Fonte: INAM, 2016.
Org.: MAFAVISSE, Isaías, 2016.

A precipitação média mensal no verão gira em torno de 191 mm e 166 mm, índices registrados nos meses de janeiro e dezembro. A precipitação média mensal máxima e mínima em Moatize é de aproximadamente 191 mm no verão e 0,8 mm no inverno (Figura 4).

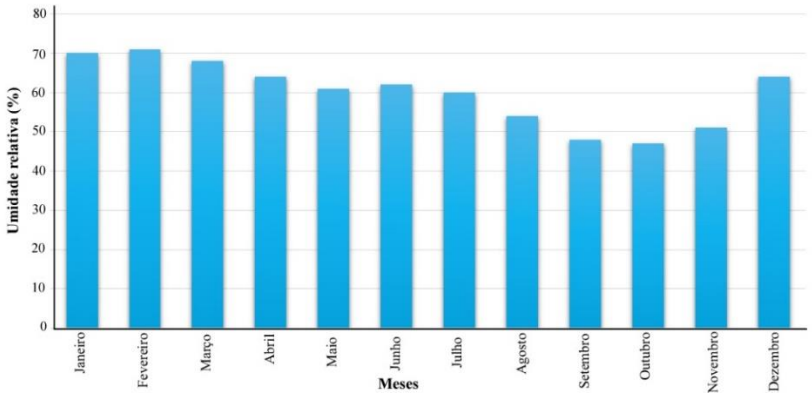
Figura 4 - Valores de precipitação média mensal, 1985-2015 – Estação meteorológica de Tete



Fonte: INAM, 2016.
Org.: MAFAVISSE, Isaías, 2016.

O valor máximo de umidade relativa do ar, 71%, é verificado no mês de Fevereiro, e o valor mínimo, 47% no mês de Outubro. O mês de outubro se apresenta como a época mais seca do ano (Figura 5). A umidade relativa do ar é de 60%, média anual, um indicador característico de regiões de clima seco (INAM, 2016).

Figura 5 - Umidade relativa média mensal do ar, 1985-2015 – Estação Meteorológica de Tete



Fonte: INAM, 2016.

Org.: MAFAVISSE, Isaías, 2016.

LOCAL DE AMOSTRAGEM

As coletas de amostras de material particulado para a determinação da concentração mássica de PTS foram realizadas no Posto Administrativo de Moatize, em cinco pontos, previamente definidos: bairro Liberdade, bairro Carbomoc, bairro 25 de Setembro, comunidade Cateme e bairro Minas Moatize. As amostragens dos materiais particulados foram realizadas no ano 2015 de Janeiro à dezembro, abrangendo as duas estações do ano, verão e inverno. As coordenadas geográficas dos pontos amostrais são apresentadas na Tabela 1.

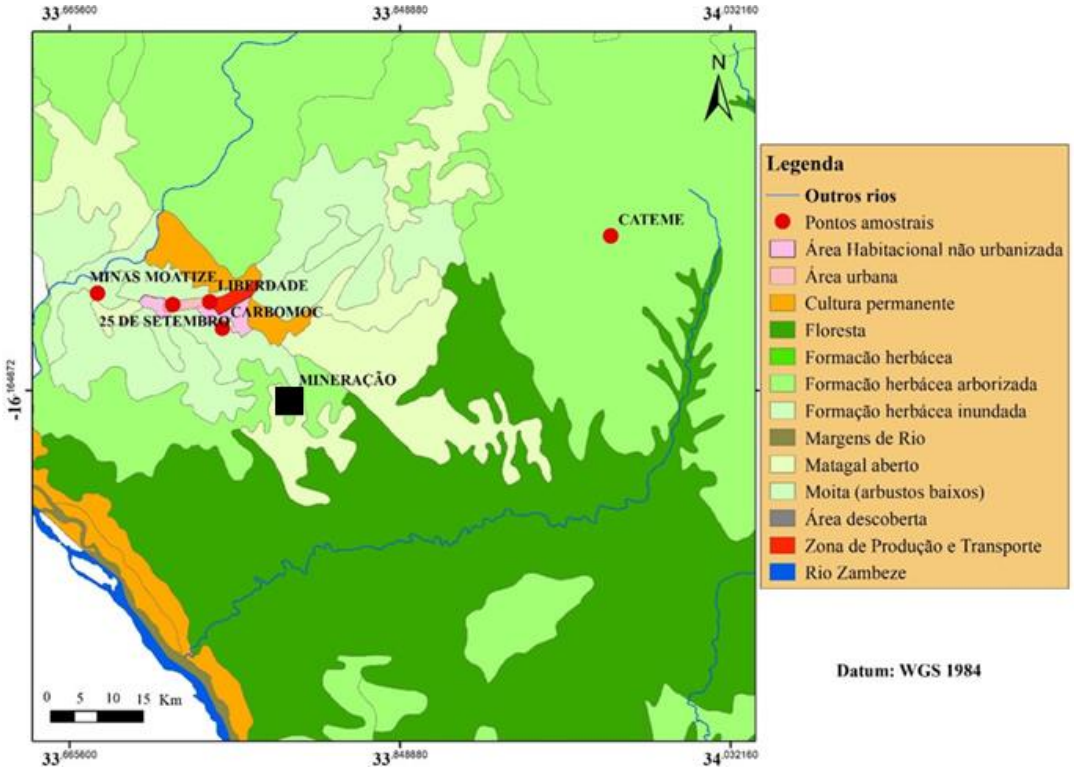
Tabela 1– Coordenadas dos pontos amostrais

Ponto	Local	Coordenadas	
		Lat. S	Long. E
1	Minas Moatize	8218656	0572825
2	Bairro 25 de setembro	8208933	0518645
3	Bairro Liberdade	8218100	0579479
4	Bairro Carbomoc	8216762	0579849
5	Comunidade Cateme	8222051	0603266

Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Após identificação das áreas potencialmente poluídas por material particulado, foi feita a marcação dos pontos amostrais localizados em quintais de residências com base em acordo alcançado entre as partes para a instalação dos amostradores de material particulado nos pontos amostrais, como é ilustrado na Figura 6.

Figura 6 – Localização dos pontos amostrais



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Os dados utilizados para o mapeamento foram obtidos de duas fontes de informações: dados primários (relacionadas à informações em campo) e secundários (provenientes de imagens satélite) e foi utilizado o software ArcGis 10.3 para gerar os mapas. Para a geração de mapa de relevo foram utilizadas curvas de nível com equidistância de 10 m. As curvas passaram por um processo de interpolação a fim de gerar um Modelo Digital de Elevação (MDE), utilizando o algoritmo de interpolação TOPO TO RASTER, disponível no módulo ArcToolbox do aplicativo computacional ArcGIS 10.3.

Com base nos pontos de amostragem foi realizada a delimitação das áreas de influência no entorno das mineradoras por meio do comando "*buffer*", disponível no módulo Arc Toolbox do programa ArcGIS 10.3, delimitando-se um raio de influência direta das minas de 10 quilômetros, a partir de cada mina em operação, foram gerados raios "buffer" de dois em dois quilômetros até alcançar o raio dos pontos impactados por material particulado. Para melhor descrever e representar a direção e velocidade do vento da área de estudo, foi utilizado o *software* WRPLOT View (http://www.weblakes.com/) para gerar rosas de vento com base nos dados meteorológicos fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique.

EQUIPAMENTO DE AMOSTRAGEM

Para a coleta de PTS foi utilizado amostrador composto por uma bomba de vácuo tipo pistão, da marca Biomec, modelo BCP 16/SC; gasômetro tipo fole ACTARIS, modelo G1.6, amostradores ambientais, para medir o volume de ar coletado em cada amostra. As PTS foram retidas em filtros de PVC de 37 mm de diâmetro, com poro de 5,0 µm de diâmetro da marca SKC Inc. Cada filtro foi pesado três vezes para a obtenção do valor médio. Este foi realizado no laboratório da INTERTEK cedido pela Vale Moçambique, sob autorização do gestor do meio ambiente da mineradora (Figura 7).

Figura 7 - Determinação da concentração mássica de partículas totais em suspensão



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

A concentração de material particulado é calculada em mg m^{-3}, dividindo-se a massa das partículas pelo volume de ar amostrado, corrigido para as condições padrão de temperatura e pressão (25ºC, 760 mmHg), conforme o Art. 4º, 3º da Resolução CONAMA n°. 3/1990 (BRASIL, 1990).

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Na avaliação dos dados de PTS foi aplicada estatística descritiva, utilizando-se do programa IBM SPSS *Statistics* versão 22, com a obtenção de média, desvio-padrão e correlações das variáveis que determinaram a variabilidade na concentração de PTS e qualidade do ar no Posto Administrativo de Moatize. Elaborou-se matriz de correlação para encontrar a covariância de cada par de variáveis medidas. Neste caso, o coeficiente de correlação amostral representou a covariância dos valores amostrais padronizados, assumindo valores no intervalo [-1;1], onde o valor positivo ou negativo indica geralmente a direção da associação. Para esta pesquisa levou-se em consideração ambos os valores das correlações e as correlações encontradas foram classificadas de acordo com a escala descrita na Tabela 2.

Tabela 2 - Categorias de avaliação da correlação de Pearson

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO	CORRELAÇÃO
p = 1	Perfeita positiva
0,8 ≤ p< 1	Forte positiva
0,5 ≤p < 0,8	Moderada positiva
0,1 ≤p < 0,5	Fraca positiva
0 < p< 0,1	Ínfima positiva
0	Nula
-0,1 < p< 0	Ínfima negativa
-0,5 < p≤ - 0,1	Fraca negativa
-0,8 < p≤ - 0,5	Moderada negativa
-1 < p≤ - 0,8	Forte negativa
P = -1	Perfeita negativa

Fonte: Adaptado de Santos (2007).

De acordo com Santos (2007), quando o coeficiente for menor de 0.50 a correlação não chega a algum valor significativo, já que não é uma correlação que carrega alguma informação considerável. Os dados de parâmetros meteorológicos (vento, umidade relativa do ar, precipitação e temperatura) usados como variáveis na análise de correlações, com as concentrações de PTS, na área de estudo foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique e são referentes à série de dados do período de 2003 a 2016. Os valores de concentração de PTS obtidos foram comparados e analisados com padrões de qualidade do ar nacionais de acordo com a legislação moçambicana e brasileira (Tabela 3).

Tabela 3 – Padrões de qualidade do ar Moçambique e Brasil

Poluente	**Tempo médio de amostragem**	**Concentração (violação aceitas por ano)**	
		Padrão Primário	**Padrão secundário**
Legislação moçambicana (decreto n.˚67/2010)			
PTS (µg/m3)	24h	150	Igual ao padrão primário
	Anual (média aritmética)	60	
Legislação brasileira (CONAMA)			
PTS (µg/m3)	24h	240	150
	Anual (média geométrica)	80	60
Partículas inaláveis MP_{10} (µg/m3)	24h	150	Igual ao padrão primário
	Anual	50	

Fonte: MOÇAMBIQUE, 2010; CONAMA 1990.

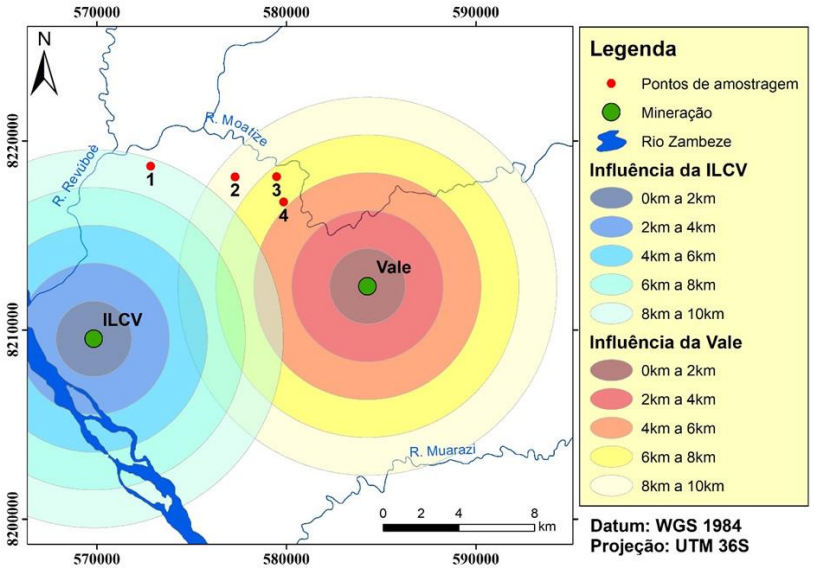
RESULTADOS E DISCUSSÃO

- **Partículas Totais em Suspensão (PTS) em Moatize**

Cinco pontos foram amostrados para o estudo os quais representam áreas residenciais contíguas as áreas de mineração, onde foram registradas as concentrações mássicas de partículas totais em suspensão, parte delas estão localizados dentro do perímetro da área de concessão mineira da Vale Moçambique e ILCV. Os pontos Minas Moatize (1), Bairro 25 de Setembro (2), Bairro da Liberdade (3) e Bairro Carbomoc (4) são as mais próximas destas áreas de mineração, sendo a comunidade Cateme (5) o único ponto afastado das fontes de emissão de PTS.

A poluição por PTS nestes pontos pode ser resultado da contribuição conjunta das emissões atmosférica das mineradoras em operação no Posto Administrativo de Moatize devido à proximidade das comunidades às áreas da mineração. Os impactos negativos por PTS nos pontos amostrais são evidenciados através de registros efetuados em campo ao longo dos meses de janeiro à dezembro de 2015, abrangendo os pontos Minas Moatize (1), Bairro 25 de Setembro (2), Bairro da Liberdade (3) e Bairro Carbomoc (4) situados em média 8 a 10 km de distância em relação as áreas de mineração de Moatize, área de influência direta da mina, excetuando Cateme, ponto 5 localizada fora da área de influência direta, não representado neste mapa (Figura 8).

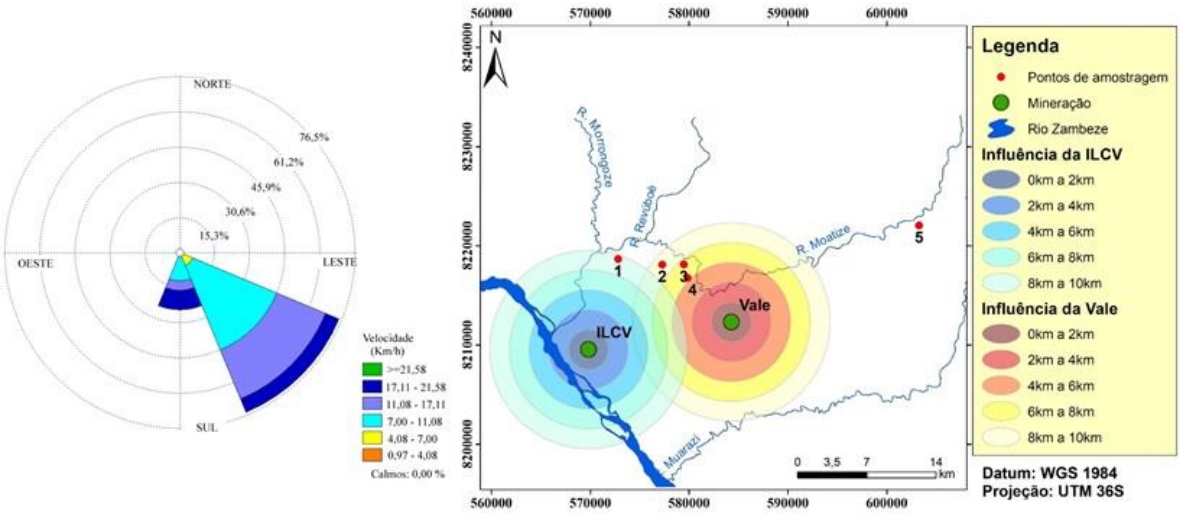
Figura 8 - Áreas de influência direta da mineração



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

A Figura 8 apresenta as áreas impactadas por material particulado: Minas Moatize (1), Bairro 25 de Setembro (2), Bairro da Liberdade (3) e Bairro Carbomoc (4) contendo altas concentrações médias anuais de PTS para os pontos 1 – 126,66 µg/m3, 2 – 154,24 µg/m3, 3 – 132,40 µg/m3, e 4 – 133,91 µg/m3, decorrente da aproximação destes pontos em relação as áreas de mineração. A Comunidade Cateme registrou em 2015 concentração baixa, 4,93 µg/m3. Este ponto 5, situa-se mais afastado das principais fontes de emissão de material particulado, a nordeste das minerações de carvão. A comunidade Cateme encontra-se fora do alcance da faixa dos ventos do sul e de sudeste com cargas de material particulado procedentes das fontes de emissões, fora da área de influência das minerações, pois, a concentração da imissão deve ser tanto menor quanto mais distante estiver o local da fonte de emissão e quanto maiores forem as possibilidades de diluição (fatores meteorológicos), conforme a Figura 9.

Figura 9 - Área de influência da mineração



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Na Figura 9 estão representadas as áreas de influência da mineração do carvão e as áreas impactadas por material particulado: Minas Moatize (1), Bairro 25 de Setembro (2), Bairro da Liberdade (3) e Bairro Carbomoc (4) registraram altas concentrações médias anuais de PTS para os pontos 1 – 126,66 µg/m3, 2 – 154,24 µg/m3, 3 – 132,40 µg/m3, e 4 – 133,91 µg/m3, decorrente da aproximação destes pontos em relação as áreas de mineração e abrangidas pelas faixas preferenciais dos ventos, conforme a rosa dos ventos.

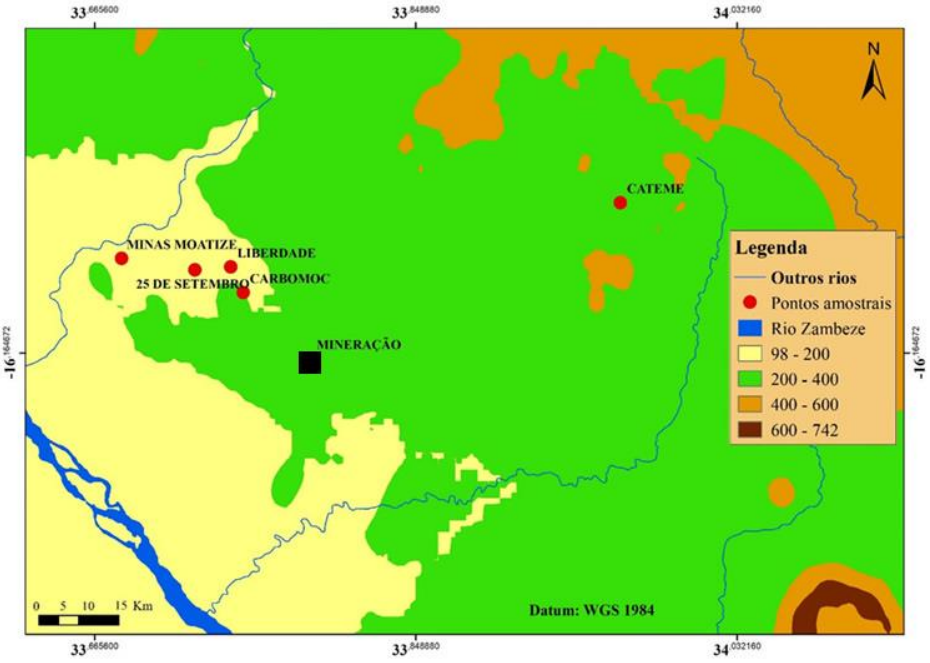
A Figura 9 mostra a rosa-dos-ventos para o local, onde se verifica a predominância de ventos do sudeste (76%), seguida da direção sul (24%). Isso significa que o lado noroeste/norte deve ser mais impactado pelos empreendimentos mineiros, conforme será visto adiante. Foi verificado neste estudo que o comportamento do vento em Moatize varia sazonalmente, sendo que essa variação na velocidade e na frequência das classes dos ventos é mais acentuada na estação de verão, fenômeno relacionado a influência das perturbações tropicais associadas a CIT.

Os ventos de verão em Moatize são preferencialmente de sudeste e sul, com velocidades que variam de 7 a 11 km h^{-1}. Este comportamento se dá em decorrência de centros de baixas pressões no continente e de altas pressões localizadas no Oceano Índico, durante a estação de verão. Os meses de verão são os que têm ventos mais intensos, conforme o regime anual de intensidade do vento.

No inverno, a estação seca do ano em Moatize, é caracterizada pelas direções predominantes dos ventos de sudeste. Neste período do ano, ocorre com frequência a dispersão e transporte dos materiais particulados das áreas de mineração para as áreas residenciais devido à secura que caracteriza a estação do inverno, gerando concentrações de PTS nas áreas residenciais que se apresentam altas em comparação com as registradas no verão.

Os fatores meteorológicos estão em consonância com as características da superfície (topografia), interferindo no campo de vento, pois, o relevo da área de estudo também exerce influência, haja visto que as áreas de mineração estarem localizadas em cotas que variam entre 200 a 400 metros. Os ventos do sul e sudeste dispersam e transportam os materiais particulados das minas de carvão depositando-os nos pontos localizados em áreas com cotas que variam entre 98 a 200 metros (Figura 10).

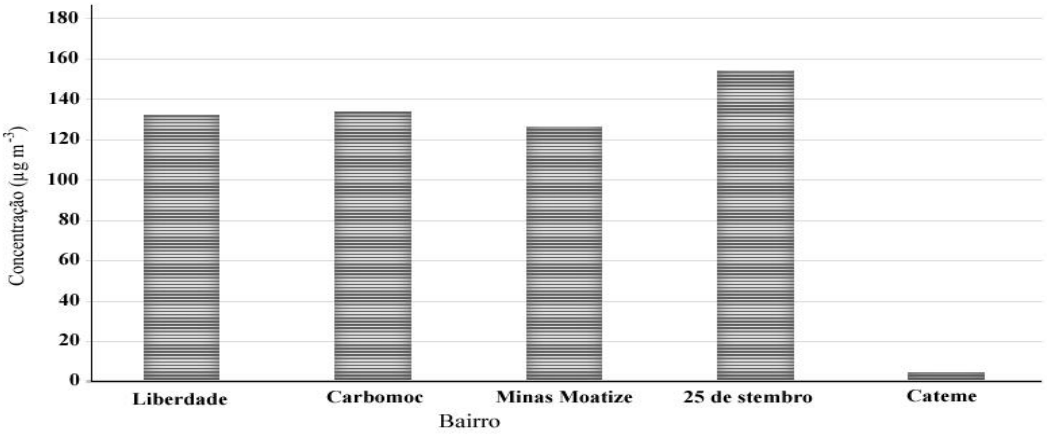
Figura 10 – Relevo da área de influência da mineração



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2017.

Realizando uma análise comparativa das concentrações mássicas de partículas totais em suspensão, concluiu-se que o bairro 25 de setembro, ponto 2 se apresenta como o ponto mais impactado pelas emissões de material particulado procedente da mineração de carvão de Moatize em 2015 (Figura 11).

Figura 11 – Concentração de PTS no Posto Administrativo de Moatize



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Para esta análise foi tomada em consideração os limites de concentração de material particulado permitidos pela legislação moçambicana, Decreto de Emissão de Efluentes n° 67/2010, Padrão primário de qualidade do ar fixado por lei em 60 µg/m3 para PTS anual (média aritmética).

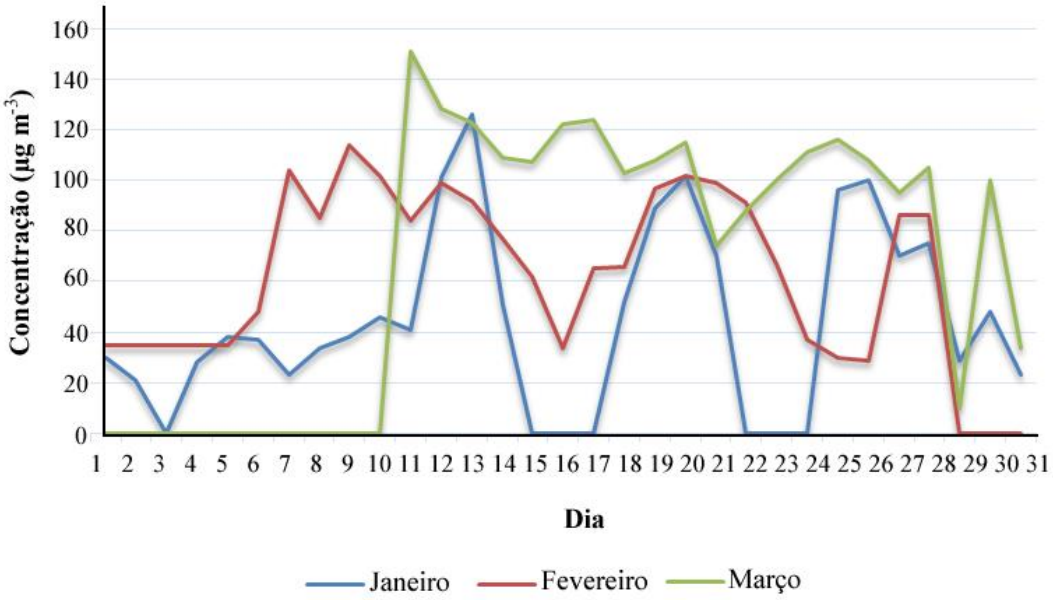
- **Cargas PTS no bairro 25 de setembro**

Pelo facto de o estudo mostrar que o bairro 25 de setembro se apresentou como o ponto mais impactado pelas emissões de material particulado procedente da mineração de carvão analisamos sazonalmente e de forma aprofundada o comportamento da PTS, isto é, apresentamos as variações das concentrações das PTS nos quatro trimestres no ano e os fatores correlatos das amplitudes.

No bairro 25 de setembro as concentrações de PTS em 2015 apresentaram variações significativas nas estações do ano, verão e inverno. No primeiro trimestre de 2015, registrou-se leve aumento das concentrações de PTS nos primeiros dias de janeiro, apresentando grandes variações até ao final do mês; o mês de março teve um aumento repentino das concentrações no final da primeira quinzena, apresentando um pico de aproximadamente 150µg/m3, próximo ao limite estabelecido na legislação moçambicana

Decreto de Emissão de Efluentes n° 67/2010 que fixa para o padrão primário e secundário, concentração de PTS diário em 150 µg/m3. Portanto, neste trimestre, os valores não violaram os padrões de referência, se mantendo relativamente no mesmo nível, com pequena queda no final do trimestre (Figura 12).

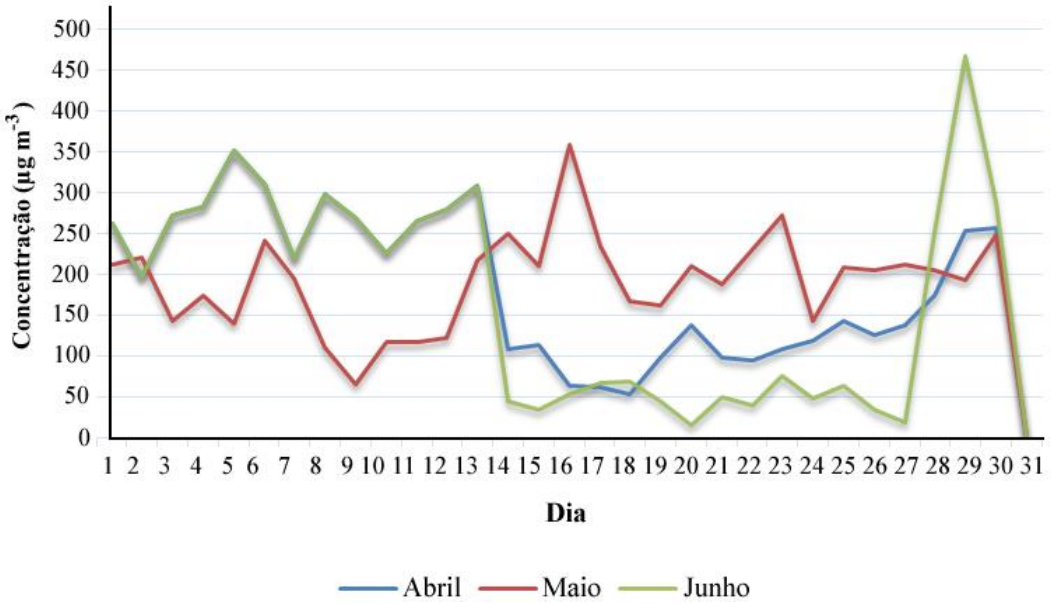
Figura 12 - Concentração diária de PTS no primeiro trimestre, Bairro 25 de setembro– 2015



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Este comportamento pode ser atribuído às condições meteorológicas, caracterizada por precipitação pluviométrica que se registra em Moatize nos meses de janeiro e fevereiro, iniciando-se sua diminuição em março. Para o segundo trimestre, o cenário de poluição atmosférica por material particulado se altera bastante, se elevando os níveis de concentração de PTS no Posto Administrativo de Moatize, apresentando picos maiores nos dias 17 de maio e 29 de junho, contudo, de forma geral se apresenta como um trimestre bastante poluído por cargas de material particulado (Figura 13).

Figura 13 - Concentração diária de PTS no segundo trimestre, Bairro 25 de setembro – 2015

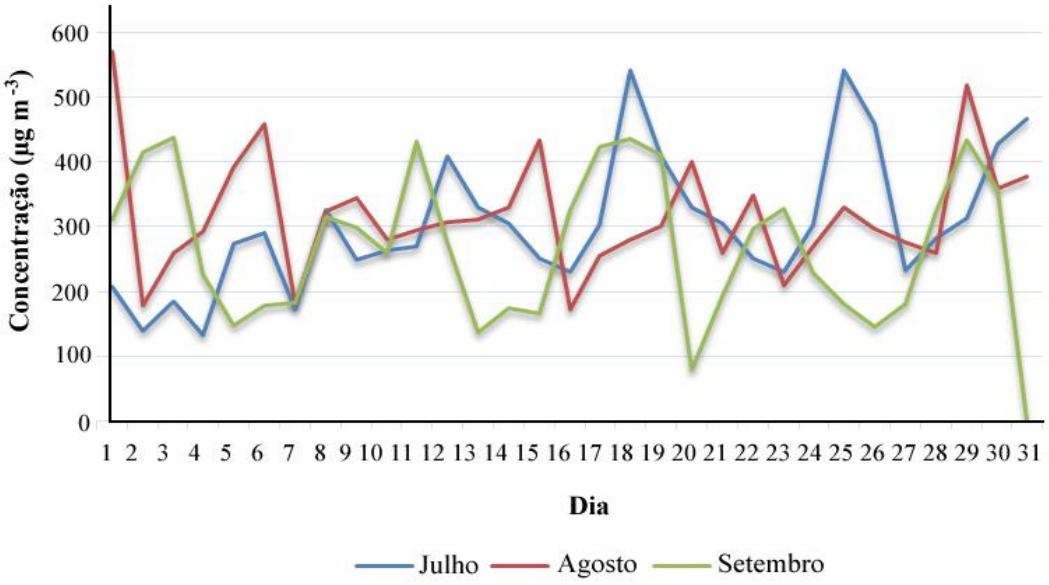


Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Na figura 13 se observa que a concentração de PTS ultrapassa o limite no padrão primário diário de acordo com a Legislação Ambiental moçambicana nos três meses (150 µg/m3). O pico de concentração de PTS no final do mês (29 de junho) pode ser atribuído à falta de precipitação (8 mm), período seco, aliado aos ventos, o que favorece o transporte de material particulado das áreas de mineração para as áreas circunvizinhas, afetando a qualidade do ar da região.

Na figura 14 são apresentados os meses em que a qualidade do ar em Moatize pode ser descrito como má. A título de exemplo, estes níveis de concentrações coincidem com os resultados obtidos em estudo no Morro da Fumaça, no sul da Santa Catarina entre os anos 1993 e 2009. Quando comparados os valores de concentração de PTS nos dois estudos são bastante próximos. Neste período no Morro da Fumaça foram registrados para cada mês os seguintes valores em µg/m^3: junho 243,7, agosto 372,08, setembro 595,66 e outubro 287,54 (SOUZA, 2011).

Figura 14 - Concentração diária de PTS no terceiro trimestre, Bairro 25 de setembro – 2015



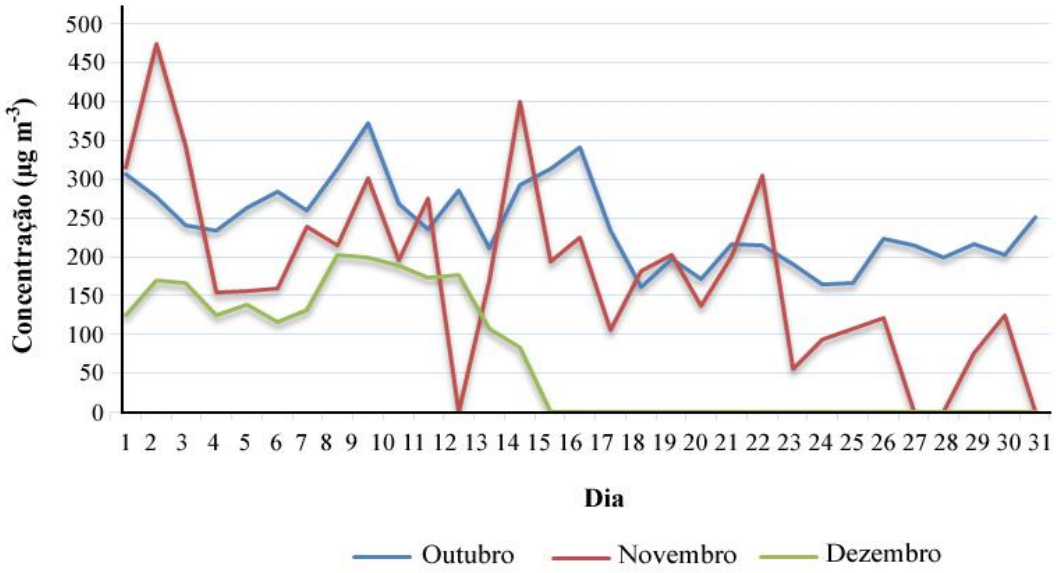
Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Na figura 14, observa-se as concentrações de PTS nos meses de julho, agosto e setembro ultrapassando o limite no Padrão Primário Diário de acordo com a Legislação Ambiental moçambicana (150 µg/m3). De acordo com o Decreto Estadual nº 59.113 de 23/04/2013 (CETESB, 2014), analisado sob ponto de vista de critérios para episódios agudos de poluição do ar, se estaria em estado de emergência, dado que o limite padrão (250 µg/m3) em 24 horas é de longe ultrapassado nos meses em referência. No que concerne aos Padrões Nacionais de Qualidade do ar (PQAr) e os critérios para episódios agudos de poluição do ar definidos na Resolução CONAMA nº 3 de 28/06/90, se está no estado de atenção (375 µg/m3) e próximo a alcançar o estado de alerta (625 µg/m3).

Este cenário pode ser atribuído às condições meteorológicas caracterizadas por déficit de precipitação no período em análise, dado que as condições meteorológicas, nesta estação, são mais desfavoráveis à dispersão dos poluentes (estabilidade atmosférica). A interação entre as condições atmosféricas e as fontes de poluição define o nível de qualidade do ar, e por conseguinte vai determinar o surgimento de efeitos adversos da poluição do ar sobre os receptores. Para os meses de outubro, novembro e dezembro (Figura 15), verificou-se uma tendência de queda nos níveis de concentração de PTS, com ligeiras variações nos meses de outubro e novembro e, para dezembro registrou queda dos valores alcançando nível zero na segunda quinzena.

Tais resultados são atribuídos à queda pluviométrica, 166 mm registrados neste mês (INAM, 2016), que desempenha ação importante na redução da dispersão e transporte de material particulado para atmosfera. Importante ressaltar que a precipitação pluviométrica passa a ser o único mecanismo capaz de remover os poluentes do ar, uma vez que sob tais circunstâncias estes não sofrem a ação dos ventos. Outrossim, importa ressaltar que com a lavagem da atmosfera pela chuva, há a transposição dos poluentes para o solo e águas superficiais (CAVALCANTI, 2010).

Figura 15 - Concentração diária de PTS no quarto trimestre, Bairro 25 de setembro – 2015

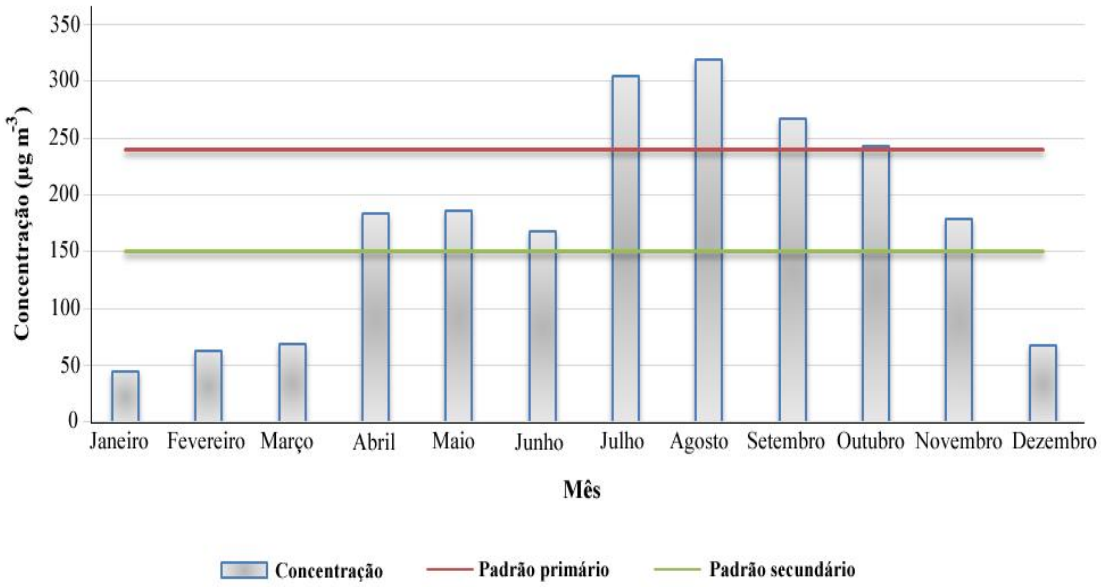


Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

A figura 15 ilustra as concentrações de PTS acima dos padrões estabelecidos pela Legislação Ambiental moçambicana a qual estabelece o padrão primário fixado em 240 µg/m3 e Padrão Secundário em 150 µg/m3, neste sentido, os valores continuaram altos neste trimestre com exceção da segunda quinzena de dezembro, mês que se regista maior precipitação na região. Analisados estes resultados, se constata que de forma geral no último trimestre de 2015 os níveis de concentrações de PTS no Posto Administrativo de Moatize mantiveram-se altos, não estando, portanto, em conformidade com a legislação vigente em Moçambique.

Já fazendo análise sobre os meses com maiores níveis de concentração registrados no ano de 2015, evidenciam-se os meses de junho, agosto e setembro, com destaque para agosto (Figura 16). Pode-se concluir que o comportamento sazonal das concentrações de PTS, os picos acontecem, na sua maioria, nos meses do inverno, principalmente em agosto. Tal fato pode ser atribuído aos meses frios, pois, a dispersão e remoção dos poluentes na atmosfera são prejudicadas pelas temperaturas muito baixas e menores volume de chuva.

Figura 16 – Concentração mensais de PTS em 2015



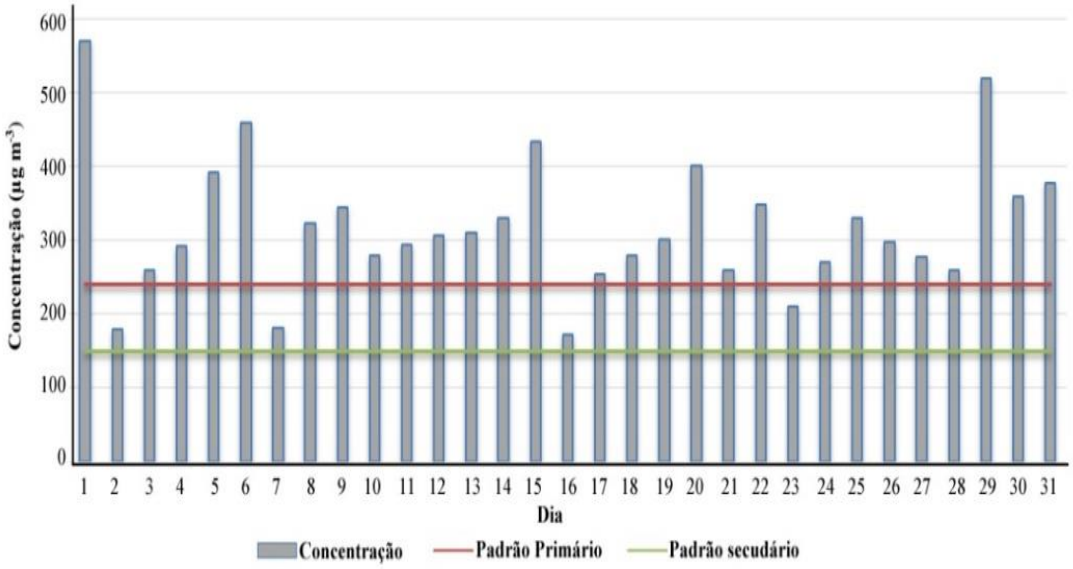
Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Na figura 16 pode se observar aumento dos níveis de poluição do ar, concentração das PTS, ultrapassando o limite dos padrões secundário e primário. Este agravamento da presença de PTS, principalmente, entre julho a setembro, podem ser atribuídas as condições meteorológicas dominantes na região de Moatize na estação seca, que vai de abril a setembro. Neste período, essa região já não está sob influência da Zona de Convergência Intertropical (CIT), se traduzindo em bom tempo, seco, com céu limpo e ventos fracos.

Estas condições meteorológicas anteriormente descritas, contribuem de forma expressiva para o cenário do acúmulo dos poluentes na atmosfera, pois estas condições atmosféricas, não são favoráveis ao transporte de partículas, transformação e dispersão dos

poluentes nas áreas residenciais, o que contribui para as possíveis ocorrências de situações críticas de poluição do ar. Dentre todos os meses analisados, o mês de agosto foi o que apresentou maior número de dias com concentração de PTS, inclusive alguns deles com valores acima dos limites estabelecidos pela legislação ambiental (Figura 17).

Figura 17 – Concentrações diárias de PTS no mês de Agosto, 2015



Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

Análise Estatística

Os resultados das análises de concentração dos materiais particulados e parâmetros meteorológicos e correlação são apresentadas a seguir. A correlação entre as variáveis pode ser evidenciada com a análise de valores de concentração de material particulado e dos comportamentos dos parâmetros meteorológicos em cada ponto amostrais (Tabela 4).

Tabela 4 – Matriz de correlação envolvendo materiais particulados e parâmetros meteorológicos

	25 Setembro	Carbomo	Liberdade	Minas Moatize	Cateme	Precipitação	Umidade Relativa	Temperatura	Vento
25 Setembro	1,000								
Carbomoc	-0,286	1,000							
Liberdade	0,772	-0,293	1,000						
Minas Moatize	0,978	-0,314	0,761	1,000					
Cateme	-0,475	-0,084	-0,412	-0,372	1,000				
Precipitação	-0,774	0,107	-0,558	-0,800	0,071	1,000			
Umid. Relat.	-0,835	0,221	-0,696	-0,862	0,268	0,925	1,000		
Temperatura	-0,574	0,117	-0,446	-0,571	0,429	0,570	0,697	1,000	
Vento	0,761	-0,117	0,528	0,674	-0,694	-0,580	-0,738	-0,671	1,000
a. Determinante = 2,00E-006									

Fonte: MAFAVISSE, Isaías, 2015.

A Tabela 4, mostra correlação significativa entre as variáveis 25 de setembro (r=0,761), Liberdade (r=0,528), Minas Moatize (r=0,674) e variável vento; Liberdade e 25 de Setembro (r=0,772), Minas Moatize e 25 de Setembro (r=0,978), precipitação e umidade relativa (r=0,925), precipitação e temperatura (r=0,570). Estas correlações moderadas positivas entre as concentrações de PTS nos pontos 25 de Setembro, Liberdade e Minas Moatize com o vento mostram que as concentrações de partículas totais em suspensão procedentes das minerações são transportadas pelos ventos e, portanto, quanto maior for a velocidade do vento na direção preferencial sudeste, maior será a concentração do material nestas áreas.

Ainda pode se observar as correlações moderadas negativas entre a umidade relativa do ar, precipitação e as concentrações de PTS nos pontos 25 de setembro (r=-0,835), (r=-0,774); Liberdade (r=-0,696), (r=-0,558) e Minas Moatize (r=-0,862), (r=-0,800), respetivamente, explicando uma relação inversa entre as concentrações de PTS e a umidade. Portanto, a umidade relativa do ar contribui para a redução da dispersão das PTS, ou seja, quanto maior for a umidade relativa do ar menor será a concentração das PTS.

As correlações entre Liberdade, Minas Moatize e 25 de Setembro mostra que a concentração do material particulado entre elas é decorrente da proximidade dos pontos e se influenciam mutuamente dada as direções dos ventos predominantemente sul sudeste, o que é evidenciado com os valores das concentrações nos pontos serem mais próximo comparativamente aos restantes pontos amostrados. Analisando a estatística descritiva, baseada nas categorias para a correlação por Santos (2007), verificou-se a correlação simples entre as variáveis estudadas, de acordo com os coeficientes de correlação de Pearson obtidos. A Tabela 3 expõe que os resultados da pesquisa evidenciaram que as correlações entre os pontos de alta concentração de material particulado e o vento são todas moderadas positivas, conforme a caracterização proposta por Santos (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados de campo revelaram alta concentração de PTS nas áreas residenciais mais afetadas em Moatize, com níveis muito acima dos limites estabelecidos no Regulamento de Normas de Qualidade Ambiental e Decreto de Emissão de Efluentes n°

67/2010 vigente em Moçambique em que o limite de concentração de material particulado no ar atmosférico durante 24 horas é 150 μg/m^3. Neste caso, as concentrações de PTS nos pontos analisados neste estudo atingiram 569 μg/m^3 no mês mais crítico do ano 2015. Estas concentrações altas de material particulado em Moatize são decorrentes da atividade de mineração do carvão, pois os pontos analisados no estudo estão localizadas dentro das faixas das direções preferencias dos ventos do Sudeste, pois contribuem significativamente na difusão das poeiras na mina, transporte e deposição das mesmas em áreas residências dos bairros estudados.

É de salientar que dentre os cinco pontos amostrados com PTS, a comunidade Cateme é a única em que registrou baixa concentração, dado afastamento desta comunidade em relação as fontes de emissão de material particulado aproximadamente 30 km a norte destas, e pelo fato de não ser abrangida pelas faixas das direções preferenciais do vento de sudeste. A qualidade do ar e as variações sazonais em Moatize são descritas revelando um elevado potencial de poluição devido às partículas totais em suspensão. Um dos principais desafios consiste em minimizar estas emissões para atmosfera causadas pelas atividades minerárias do carvão. Portanto, a prevenção dos efeitos deletérios da poluição atmosférica em Moatize passa por identificar os materiais particulados, os níveis expressos em termos de valores de sua concentração no ar, áreas críticas e propor estratégia para manter níveis de concentração minimamente seguros de proteção das condições de saúde da população e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BUCUANE, Aurélio, MULDER, Peter. **Exploring natural resources in Mozambique, will it be a blessing or a curse?** IESE, 2007.

CAVALCANTI, P. M. P. S. **Modelo de gestão da qualidade do ar: abordagem preventiva e corretiva**. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação em Pesquisa de Engenharia. Rio de Janeiro, 2010.

CMRI. **Determinationofemissionfactor for variousopencast mining activities.** Report GAP/9/EMG/MOEF/97, Central Mining Research Institute, Environmental Management Group, Dhanbad, 1998.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução Conama**, 1993.

CONAMA. Resolução CONAMA N^{O} 03, **Dispõe sobre padrões de qualidade ar, previstos no PRONAR – DE 28/0690**: Publicação DOU, 1990.

MAE. **Perfil do Distrito de Moatize**: Província de Tete. Ministério da Administração Estatal. Série Perfis Distritais. Maputo, Moçambique, 2005.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**. Decreto n.˚67/2010. Maputo, 2010.

UNITED NATIONS MOZAMBIQUE. **Um documento síntese de políticas das Nações Unidas**: O papel das Nações Unidas no que diz respeito à gestão de recursos naturais e indústrias extrativas, em Moçambique, 2013.

HENDRYX, M., ZULLIG, K. **Highercoronaryheartdiseaseandheartattackmorbidity in Appalachiancoal mining regions.** Prev. Med., 49 (2009), pp. 355-359

HENDRYX, Michael. **The public health impacts of surface coal mining**. The Extractive Industries andSociety, 2017.

HIGGINBOTHAM, N., FREEMAN S., CONNER, L., ALBRECHT, G. **Environmental in justice and air pollution in coal affected communities, Hunter Valley, Australia**. Health &Place. 16 (2) , 2010.

HOFFMANN, B., *et al.***Chronic Residential Exposure to Particulate Matter Air Pollution and Systemic Inflammatory Markers.** Environ. health Perspect., 117 (8) 2009, pp. 1302-1308 http://dx.doi.org/10.1289/ehp.0800362

HOWEL, D., PLESS-MULLOLI, T., DARNELL, R. **Consultations of Children Living Near Open-CastCoal Mines.** Environ. health Perspect., 109 (6), 2001.

HUTTUNEN, K., *et al.* **Low-level exposure to ambient particulate matter is associated with systemic inflammation in is chemic heart disease patients. Environ**. Res., 116, 2012, pp. 44-51 http://dx.doi.org/10.1016/j.envres.2012.04.004.

INAM. Instituto Nacional de Meteorologia. **Produtos & Serviços**. 2016. Disponível em: <http://www.inam.gov.mz/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

LAKES Environmental Softwere. Disponível em: <http://www.weblakes.com/>. Acesso em 19 de Jun. de 2015.

SALDIVA Paulo H. N. et al. **Avaliação do impacto da poluição atmosférica no Estado de São Paulo sob a visão da saúde**. Instituto de saúde e sustentabilidade. São Paulo, 2013.

SANTOS, C. **Estatística descritiva**: manual de auto-aprendizage. Lisboa, Ed. Silabo, 2007.

SINHA, S., BANERJEE, S.P., 1997. **Characterisation of haul road in Indian open cast iron ore mine**. *Atmospheric Environment*, 31, 2809–2814.

SOUZA, Natan Felipe. **A qualidade do ar em Morro da Fumaça e seus efeitos sobre a saúde da população.** 2011. 80f. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Florianópoles, (SC). 2011.

THE WORLD BANK & IHME, Institute for Health MetricsandEvaluation. **The Costof Air Pollution**. StrengtheningtheEconomic Case for Action. Universityof Washington, Seattle. 2016. Disponível em: < http://documents.worldbank.org/curated/pt/781521473177013155/pdf/108141-REVISED-Cost-of-PollutionWebCORRECTEDfile.pdf>. Acesso em 25 març. 2018.

WORLD COAL ASSOCIATION. **Coalfacts 2015**. Disponível em: <http://www.worldcoal.org/resources>. Acesso em: 06 set. 2017.

Recebido em janeiro 2021.

Revisão realizada em junho de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.

ENTRELUGAR

ENTREVISTA

V. 12, n.23, 2021 - ISSN 2176-9559
DOI 10.30612/el.v12i23.14894

ENTREVISTA

Elmer Agostinho Carlos Matos

Presidente da GAM - Associação Moçambicana dos Geógrafos

INTERLOCUTORES

Lucas Atanásio Catsossa/Moçambique

Edvaldo Cesar Moretti/Brasil

1. RELATE SUA TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO EM GEOGRAFIA, GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Fazer Geografia não era o meu sonho. A paixão por esta área de conhecimento inicia enquanto frequantava o curso. O primeiro ano foi preponderante para me decidir se continuaria a fazer Geografia ou se mudava para o Curso de Economia. O papel dos professores do Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) foi importante, estou a falar do Prof. Manuel G. M. de Araújo, da Profª. Inês Raimundo. Esses dois professores influenciaram bastante nas escolhas que fiz durante a graduação. O Prof. Araújo ofereceu-me a oportunidade de iniciação científica no Centro de Estudos de População da Universidade Eduardo Mondlane, participando em vários trabalhos de pesquisa. Como também me preparou para o mundo da docência.

Ingressei no Curso de Licenciatura em Geografia no ano de 2001, na altura o ano académico iniciava em Agosto. Éramos os pioneiros daquele currículo, já que o Curso de Geografia acabava de passar por uma reforma curricular. A revisão curricular oferecia uma outra imagem ao curso, que não era "apenas ser Geógrafo", pois existia e ainda existe um preconceito em se formar em Geografia. A reforma oferecia quatro opções de término do curso, sendo que uma era em Ensino de Geografia, a segunda em População, Ambiente e Desenvolvimento; a terceira Desenvolvimento Regional; e a quarta em Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica. Ou seja, a reforma curricular havia dado uma nova roupagem ao Curso de Geografia e atraiu muitos candidatos, pois as opções iam de

encontro com o debate atual na sociedade moçambicana e no mundo. Interessante a notar é que quase nenhum estudante optou por frequentar a opção de Ensino de Geografia o que conduziu ao seu encerramento.

Optei pela opção de População, Desenvolvimento e Ambiente, pois ambicionava um trabalho em organizações não governamentais ou nas Nações Unidas. Mas penso que o destino tinha outros planos. Quando terminei o 3º ano, o Prof. Araújo abriu duas vagas para a contratação de monitores que trabalhariam com ele. No princípio não me interessei, pois não queria ser docente. No último dia de submissão das candidaturas, os meus colegas me aconselharam a submeter a candidatura porque eu era um dos poucos que reunia as condições para ser monitor nas disciplinas que ele trabalhava e poderia receber algum valor (monetário), já que não me beneficiava de uma bolsa de estudos. Submeti e fui contratado. Penso que essa foi a fase que definiu o meu caminho como docente e pesquisador.

Trabalhar com o Prof. Araújo era o mesmo que frequentar uma outra escola. Estava sempre a aprender e cada vez mais a me apaixonar pela pesquisa e docência. Trabalhei como monitor por um ano, isto é, como estudante do 4º ano. Quando terminei o curso, dentro do tempo regulamentar, já não podia ser contratado como monitor, porque já era licenciado. Então o Prof. Araújo me convidou para ingressar como Assistente Estagiário no Departamento de Geografia. Contudo, só poderia iniciar as atividades no ano seguinte, em 2006, pois o curso terminou ao meio do ano, tendo a minha defesa decorrido em agosto de 2005. Trabalhei com o Prof. Araújo como assistente dele, mas sem remuneração.

Mas isso não era importante, pois o prazer de trabalhar com ele era maior e, ele me envolvia em quase todas as pesquisas que decorriam no Centro de Estudos de População, hoje Centro de Análises de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane. O contato com o Prof. Araújo permitiu crescer profissionalmente e trabalhar na área da Geografia Urbana, como área de concentração. O meu mestrado só iniciou em 2009, no Brasil. Os três anos como Assistente Estagiário foram muito importantes para beber da "Escola de Araújo". A minha pós-graduação foi uma outra escola, uma virada completa daquilo que era o meu foco de pesquisa. Em 2008 o Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique e o CNPq ofereceram oportunidades de bolsas de estudos para frequentar o

mestrado e doutoramento no Brasil. Para concorrer os candidatos deveriam ter uma carta de aceitação da universidade onde frequentaria o curso.

Na altura submeti quatro cartas (e os respectivos projetos de pesquisa), duas na área de Geografia do Turismo e duas na área de Geografia Urbano, em quatro universidades. Tive aceite em todas as quatro universidades. O primeiro desafio foi escolher a área de formação. A decisão foi optar por uma área que não tinha docentes no Departamento, que era a área de turismo. Não optei por continuar a trabalhar com a Geografia Urbana porque éramos dois assistentes Estagiários do Prof. Araújo e a minha colega já tinha iniciado o mestrado nessa área na França. Então, optei por trabalhar com a Geografia do Turismo. Depois tive que optar entre a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que aceitaram o meu projeto na área de Geografia do Turismo. A opção foi pela UFRGS, pois era considerada uma das melhores universidades brasileiras. Penso que a abertura que tive ao nível do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS foi o principal motivo por ter ido parar lá. Gostaria de destacar o apoio incondicional que tive da Zélia e da Profª Rosa Medeiros.

Considero que este segundo momento passou a ser uma segunda escola. O meu primeiro contato com a Profª Rosa foi excelente e ela trabalhava com a Geografia Rural. Então iniciei os estudos em Geografia Rural, sob sua orientação. Passei a participar em todos os eventos de Geografia Agrária e foi apenas uma questão de associar o turismo aos espaços rurais. A forma de orientação da Profª Rosa permitiu que eu trabalhasse com os autores que eu achava serem os ideais para compreender as transformações do espaço rural. Ela observava as minhas inclinações de leitura e de reflexões e propunha algumas leituras e sugeria disciplinas a frequentar. Penso que ela sabia que a mudança deveria ser gradual e, para que isso pudesse ser realizada com sucesso, era preciso ir sugerindo algumas leituras e algumas disciplinas a frequentar, deixando que a apropriação fosse gradual e assim ingressasse na sua forma de ver e ler as dinâmicas no espaço rural.

A nossa primeira experiência no mestrado foi trabalhar as implicações da transformação de territórios comunitários em território de conservação. No doutoramento, que iniciei meses depois do término do mestrado, decidimos dar continuidade às reflexões que vínhamos fazendo no mestrado, mas desta vez olhando para as implicações da exploração mineira nos territórios das comunidades locais. Penso que a Profª Rosa já sabia

onde eu queria chegar e, foi precisamente por isso que ela me pressionou a continuar os estudos ao nível do doutoramento. Diria que esses dois pesquisadores marcaram a minha carreira profundamente. Tudo o que tenho escrito nas minhas reflexões estão carregadas da escola que eles me ofereceram ao longo desses anos. E não foi só como pesquisador e docente, mas também como ser um profissional mais humano. Neste momento estou com dois projetos de pesquisa em andamento, que no fundo são uma forma de homenagear esses dois grandes pesquisadores que marcaram a minha vida.

2. COMO FOI SUA FORMAÇÃO BÁSICA ESCOLAR, SERÁ QUE FOI ESSA FORMAÇÃO QUE DIRECIONOU SUA ESCOLHA PELO ESTUDO DA GEOGRAFIA?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Não tive a oportunidade de estudar numa escola da capital provincial, que geralmente se apresenta melhor, quer em termos de profissionais com qualidade e quantidade, como também pelas condições necessárias para ter uma formação de qualidade. Os meus pais sempre apostaram na educação dos seus filhos como o pilar para um futuro melhor. A minha mãe era professora primária e sempre fez questão de ser a professora dos seus filhos no primeiro ano de ingresso e no último do nível primário, para garantir que os seus filhos tivessem as competências necessárias. O meu pai era enfermeiro e sabia que era preciso apostar forte na educação. Sempre esteve presente, ao longo do meu percurso, incentivando e oferecendo as condições necessárias para dar continuidade aos estudos. Nunca se contentou com a formação do nível de graduação. Sempre pensou mais do que esse nível. Creio que as circunstâncias que determinaram a escolha do local a frequentar o nível pré-universitário, que é a 11ª e 12ª classe, tiveram um papel decisivo na escolha do curso a frequentar na graduação.

Sempre tive boas notas em todas as disciplinas, o que me permitia optar por qualquer variante no nível pré-universitário. Mas, como na altura apenas existia uma única escola do nível pré-universitário, localizada na cidade capital da província da Zambézia (cidade de Quelimane), para atender a todos os alunos provenientes dos 17 distritos, isso limitava a possibilidade de frequentar a orientação pretendida. Quando me desloco à cidade de Quelimane, a ideia era frequentar a Variante C, que permitia concorrer aos cursos de Engenharia Civil, Mecânica, Arquitetura, etc. Mas, a minha inscrição foi efetivada no

grupo A, onde poderia concorrer aos cursos de Economia, Direito, Sociologia, Geografia, etc. No mesmo ano em que iniciaria a frequentar a Variante A em Quelimane, a Direção Provincial de Educação decidiu abrir a mesma variante na cidade de Mocuba, onde eu havia frequentado todos os níveis. Para evitar custos com o alojamento e outros relacionados às despesas de educação, os meus pais decidiram que como a minha matrícula em Quelimane havia sido concretizada na variante A, então o melhor seria continuar em Mocuba.

Foi um grande desafio frequentar o nível Pré-universitário na cidade de Mocuba. Éramos os pioneiros e as condições ainda não estavam criadas. Não tínhamos docentes qualificados, um mesmo docente lecionava duas disciplinas e a biblioteca era de baixa qualidade. Mas, tínhamos docentes motivados e com vontade de fazer a diferença. E fizeram. Lutaram para ultrapassar as barreiras e ofereceram tudo o que podiam. E por que Geografia e não Economia, Direito ou Sociologia que eram cursos mais conhecidos e muito procurados por estudantes da Variante A? Na verdade, a Geografia foi secundária. O curso escolhido foi Economia. No ano em que realizei os exames de admissão à Universidade Eduardo Mondlane a instituição acabava de incluir a possibilidade dos candidatos optarem por uma segunda opção. Chegado ao lugar de realização da inscrição, solicitei a inscrição no curso de Economia e depois o funcionário me disse que tinha de indicar uma segunda opção. Simplesmente perguntei qual outro curso incluía a realização do exame de matemática.

O funcionário me disse Geografia. Para concorrer ao curso de Geografia poderia fazê-lo a partir das disciplinas de Geografia e História ou Geografia e Matemática. Então decide Geografia e Matemática. Quando os resultados de apuramento foram publicados, o meu nome aparecia na lista dos admitidos ao Curso de Geografia. Era o único estudante admitido que tinha tido a formação de nível pré-universitário fora da escola da capital provincial. Lembro-me que quando o meu colega me informou que havia admitido ao Curso de Geografia e contei ao meu pai ele me disse:

> “queres mesmo fazer esse curso? Eu não tenho dinheiro para pagar o curso de Economia numa universidade privada neste ano, mas posso fazer os esforços para pagar no próximo ano e, neste ano fazes alguns cursinhos”.

Eu respondi ao meu pai: “Vou para a Universidade Eduardo Mondlane, não me importa o curso”. Estar na UEM era top e ser o primeiro da escola da minha cidade era algo

motivante e que poderia ser um exemplo para os outros. Sabia que estando lá poderia ter a possibilidade de troca de cursos. Mas não aconteceu, porque eu não escolhi a Geografia, mas a Geografia me escolheu e me mostrou que era a melhor opção a seguir.

3. EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELATE SUA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE GEOGRAFIA.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Bom, começo como Assistente Estagiário em 2006, ainda muito jovem. Assistente Estagiário é a primeira categoria quando se ingressa como docente na UEM. Era um desafio enorme, pois iria estar à frente dos estudantes, alguns deles com idades superiores à minha. Penso que a experiência como monitor ajudou muito, mesmo sabendo que o papel de monitor era muito mais simples, nada comparado à de um docente. Também era um desafio porque seria colega de todos aqueles profissionais que haviam sido meus docentes durante a minha formação. Como encará-los? O Prof. Araújo foi um verdadeiro mestre. Lembro que não me deixava desamparado. Tínhamos reuniões frequentes de preparação de aulas, discussão dos assuntos a serem tratados nas aulas e nos trabalhos práticos. As aulas teóricas eram da responsabilidade do Prof. Araújo.

Aos Assistentes Estagiários (éramos dois assistentes), apenas as aulas práticas que, antes de serem lecionadas eram muito bem coordenadas pelo regente da disciplina. Durante a elaboração dos Planos Analíticos, o Prof. Araújo nos oferecia a possibilidade de escolher um tema para lecionar. Então nós tínhamos tempo suficiente para preparar a aula. Dias antes da aula ele marcava uma reunião para avaliar o nível de preparação e perguntava-nos se sentiríamos confortáveis com a sua presença na sala de aulas. Sempre optei por ter a presença dele, mesmo sabendo que era um desafio pois estava a ser avaliado.

Mas era importante para mim, porque no final tinha a possibilidade de receber dicas de melhoria. Penso que essa estratégia evitava me colocar, sem preparação, à exposição aos alunos. Ele precisava de ter a certeza que eu estava preparado para enfrentar os "leões", como ele dizia. A forma de organização da disciplina e das aulas, a necessidade de sempre ir atualizando as aulas são ensinamentos que levo comigo e venho executando. Posso dizer que tive o melhor mestre para aprender a ser docente.

Como também a saber compreender os estudantes e a ser exigente quando se deve ser. Me lembro dos momentos em que tínhamos de calcular as médias dos alunos. E, quando nos reuníamos o Prof. Araújo nos disponibilizava duas máquinas de calcular (para nós os assistentes). Algo que o Excel poderia fazer. Mas ele precisava que todos fizéssemos as contas individuais e apresentássemos os resultados. Se os resultados não fossem idênticos, tínhamos que repetir a operação. Esse exercício permitia que nós conhecêssemos mais os alunos, pois para cada estudante ele nos perguntava se conhecíamos o desempenho do aluno na sala de aulas. Ou seja, era um trabalho cansativo, mas mais humano do que pensar que os estudantes são apenas números que a folha de cálculo do Excel informa quem passa e quem reprova. Penso que ele queria nos transmitir a dimensão humana desse processo.

Como pesquisador a minha experiência começa muito antes de ser Assistente Estagiário. Aqui o papel da Profª Inês foi importante. Quando estudantes, a Profª Inês apadrinhou o nosso projeto de pesquisa (éramos 8 estudantes) que foi aprovado, num concurso nacional, pela UICN. Fizemos um trabalho de campo em toda a província de Manica, sob orientação da Profª. Inês. Depois tive menos contato com ela porque se afastou do Departamento para concluir a sua formação e, nesse espaço de tempo, passei a trabalhar com o Prof. Araújo. Com Araújo mergulho em pesquisas, sempre orientadas pela sua sábia forma de compreender os fenômenos no espaço.

O meu relacionamento com ele permitiu-me fazer parte do grupo de pesquisadores que se encontravam a trabalhar no Centro de Estudos de População. É com ele que continuo a aprender a fazer pesquisa e começo a me especializar mais na área de pesquisa quantitativa. A forma inteligente de ler e de identificar aspectos importantes dos dados quantitativos é uma herança dos seus ensinamentos. Sempre fui um questionador dos processos e da situação, principalmente quando envolvia questões ligadas às comunidades.

Me lembro que quando estávamos a fazer o trabalho de campo para o projeto financiado pela UICN, ficamos hospedados na Coutada 9, explorada por um privado e que tentava nos mostrar que estava a fazer tudo para ajudar as comunidades locais a melhorarem as suas condições de vida. Quando lhe perguntava sobre aspectos ligados às culturas e hábitos das comunidades, o gestor da Coutada ficava furioso e os meus colegas me pediam para parar de questionar, pois estávamos naquele espaço de favor.

O espírito crítico aos processos já caminhava comigo desde a graduação e se intensifica com a pós-graduação. Na pós-graduação tive contato com bibliografia mais específica, principalmente a recomendada pela Profª Rosa, que penso que ela se apercebeu dessa tendência a partir do meu primeiro projeto de pesquisa de mestrado. Acho que é na pós-graduação que se dá uma grande revolução na forma de abordar os estudos geográficos. Eu vinha duma escola fortemente influenciada pela forma de fazer Geografia do Araújo, que trabalhava muito com os números, uma geografia mais quantitativa e dos modelos.

Lembro que precisava de fazer inquéritos, analisá-los e ver como se enquadravam nos modelos já existentes ou como se ajustavam ou fugiam ao modelo. Penso que as minhas primeiras pesquisas são reflexo dessa forma de fazer Geografia, como também ela aparece nas propostas de projetos submetidos para iniciar os estudos de mestrado. Na pós-graduação, o cenário toma outro caminho, claro influenciado pela Profª Rosa, passo a trabalhar sob o viés de uma abordagem qualitativas. Penso que as produções seguintes também são reflexos dessa mudança, que foi significativa.

Abandonei os questionários e optei por outras formas de fazer pesquisa. Os trabalhos de campo em que participei com a Profª Rosa, as nossas sessões de diálogos em volta do meu projeto, tanto de mestrado assim como de doutoramento, permitiram fazer essa transição, sem ser muito violenta. É importante referir que essa veia do uso dos questionários como o instrumento central para as pesquisas está relacionada com os tipos de projetos que eram desenvolvidos no Centro de Estudos de População (CEP). Essa experiência permitiu-me especializar em desenho de amostras e tratamento de dados quantitativos, chegando a ser responsável desta componente em vários estudos realizados pelo CEP.

4. POR FAVOR, DETALHE UM POUCO DE SUA ATUAÇÃO COMO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DOS GEÓGRAFOS (GAM).

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Como presidente tenho a minha atuação limitada aos dois anos que o nosso estatuto impõe. Quando assumi a responsabilidade de ser o presidente desta agremiação, estive, sempre, amparado dos outros colegas que compõem a Direção e em conjunto decidimos traçar dois principais objetivos, nomeadamente: arrumar a casa e empreender

ações de divulgação e exposição das atividades da Associação. Quanto ao primeiro objetivo, arrumar a casa significava que precisávamos de nos organizar como Associação, sabermos quem faz parte desta associação, quais as suas áreas de interesse, ou seja, precisávamos de criar um cadastro atualizado de todos os membros, assim como convidar novos.

Essa ação foi acompanhada de uma revisão da Ficha de Inscrição, enquanto solicitávamos os nossos colegas para prepararem a base de dados, que fosse funcional e capaz de atender ao que pretendíamos. Instamos a todos os membros para preencherem as novas fichas de inscrição. Tivemos uma aderência significativa, juntando-se aos novos inscritos, o que nos permitiu ter essa informação digitalizada. Temos esse registo ainda não organizado, o que significa que precisamos de ter uma base de dados funcional que satisfaça os nossos interesses. Para o segundo objetivo foram desenhadas as seguintes ações: (i) reativar da 6aGEO; (ii) incluir, em todas as nossas atividades, geógrafos de outras instituições e localizados fora da cidade de Maputo; e (iii) Realizar eventos que promovessem o debate e a divulgação do papel do geógrafo.

Em relação à primeira ação, elaboramos a proposta de reativação da 6aGEO, resgatando o seu papel na união dos geógrafos e fortalecemos a promoção de inclusão de geógrafos que não estão relacionados com as instituições de ensino e pesquisa. Infelizmente ainda não realizamos os encontros (que devem ser mensais) porque entramos numa situação de pandemia. Mas o projeto já está desenhado e a sua implementação aguarda a aceitação de "uma outra normalidade".

A segunda ação foi dar a oportunidade de mais geógrafos, principalmente os de fora da cidade de Maputo e fora das instituições mais tradicionais na GAM (UEM e Universidade Pedagógica de Maputo - UPM) de participarem nas ações de divulgação do papel da Geografia na sociedade. Para materializar essa ação ficou definido que em todos os eventos iríamos convidar geógrafos ou simpatizantes da Geografia para terem um papel mais ativo nas atividades da GAM. Esta ação começou com a composição dos membros dos órgãos sociais da atual Direção e se estendeu para os eventos organizados pela GAM, que privilegiou a inclusão de geógrafos localizados fora da cidade de Maputo.

A terceira ação foi a realização de eventos de debates, com destaque para os eventos que assinalaram os 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique.

Penso que este foi um marco importante na história, ainda recente, da GAM. Contamos com a participação de geógrafos das mais diversas gerações. Os debates foram interessantes e procuravam resgatar um pouco do percurso da Geografia em Moçambique, da história de criação da Associação e dos desafios que enfrentaremos. Para além das mesas redondas, foi organizada uma exposição de produtos dos geógrafos.

Também, fruto da comemoração dos 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique, a GAM resolveu criar uma revista científica, que neste momento ainda está sendo finalizada. A conclusão dos trabalhos desta revista é muito importante para a GAM, pois é uma produção que teve início com a Profª Stela Duarte, uma das mais antigas geógrafas do país e que tanto contribuiu para o crescimento da Associação. Queremos aproveitar o lançamento dessa revista para homenageá-la. Infelizmente perdemos a Profª Stela neste ano, mas deixou-nos um legado que precisa ser seguido. Algumas das atividades agendadas para o ano de 2020 ficaram comprometidas com o avanço da Covid-19. Estavam previstas três principais atividades: (i) realização das jornadas estudantis, com o propósito de incluir os estudantes finalistas de Geografia e os recém-formados a participarem ativamente em atividades da Associação; (ii) abertura de um espaço de debate, denominado *Diálogos Geográficos*, onde se define um tema e se convida um pesquisador, com créditos firmados, para ser entrevistado sobre o assunto.

Este evento decorreu, pois foi possível recorrer às plataformas online para a sua realização; e (iii) Definição do Dia do Geógrafo Moçambicano. Decidimos abrir um espaço para refletir qual seria a melhor data para comemorar o dia do geógrafo moçambicano, pois a data que comumente se adotou é herança da influência brasileira. Estão na mesa duas possíveis datas para serem discutidas, nomeadamente: o dia em que se realizou a primeira reunião para discutir-se a ideia de criação de uma Associação de Geógrafos de Moçambique e a data de publicação dos estatutos no Boletim da República. Infelizmente esse debate ainda não aconteceu, porque o momento foi substituído por um debate para analisar-se o estágio de envolvimento e comprometimento dos membros na Associação. Creio que importa referir que ainda não foi alcançado o primeiro objetivo da nossa Direção, que era a organização da casa.

Mas penso que os primeiros passos foram dados e agora é dar continuidade. Em relação ao segundo objetivo acho que foi alcançado. Penso que na história da GAM é

a primeira vez que num mandato se realizam muitos e diversos eventos, inclusivos e com uma participação significativa e ativa dos seus membros. Abrimos as portas ao diálogo, às iniciativas dos membros e mostramos que é possível fazer muito mais. Esta Direção continuará a pensar que a organização interna, assim como o seu fortalecimento é fundamental para que a nossa exposição, na sociedade, seja mais robusta e consistente.

5. CONTE-NOS UM POUCO SOBRE A CRIAÇÃO DA GAM E O SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO EM MOÇAMBIQUE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Penso que a GAM é fruto de um movimento ativo de estudantes de Geografia do início do milénio. É claro que vou me centrar no percurso histórico do movimento dos recém-formados em Geografia que trabalharam, afincadamente, para a criação da Associação de Geógrafos de Moçambique. O início desse movimento parece estar associado às dinâmicas que iam acontecendo nos estudantes da época 2001/02 do curso de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane. Em inícios de 2004 surgem dois grandes movimentos na Geografia da UEM. Um que elaborou um projeto de pesquisa financiado pela UICN e outro que fundou uma organização ambientalista (Núcleo de Estudantes Pró-Ambiente - NEPA).

Alguns desses estudantes resolveram se juntar para refletir um pouco sobre o papel da Geografia e do Geógrafo em Moçambique. A criação da GAM está estritamente relacionada aos encontros de socialização denominados de 6aGEO, que era um evento realizado nas últimas sexta-feira de todos os meses. Nesse evento os geógrafos se reuniam para partilharem as suas experiências pós-formação, apresentar possíveis oportunidades de trabalho e manter os vínculos de amizades construídos ao longo da formação. No encontro do mês de Agosto de 2006 surgiu a ideia de criação de uma associação que pudesse valorizar o papel do Geógrafo e da Geografia. Desse encontro ficou definido que no sábado seguinte o grupo iria se reunir para dar início ao projeto GAM.

E para que a GAM refletisse os interesses e anseios de todos os geógrafos, era preciso chamar mais geógrafos, de outras instituições e de outros anos de ingresso nas tradicionais universidades (UEM e UPM). Acreditávamos que só assim a GAM seria una, forte e de todos. O primeiro encontro decorreu no Campus Principal da UEM, no dia 2 de

Setembro. Estavam presentes sete geógrafos (Amida Mussa, Carmen Paula, Manuel Tangune, Mussagy Mahomed, Ronaldo Inguane, Stélio Araújo e eu). No encontro foram acordados os seguintes objetivos: (i) definir os objetivos da Associação; (ii) definir a estrutura administrativa; (iii) definir a periodicidade das reuniões; e (iv) definir a agenda de trabalho para o mês.

Do encontro ficou deliberado que Mussagy e eu faríamos parte do secretariado. Ronaldo Inguane desempenharia a função de moderador dos encontros e Stélio Araújo seria o redator. Esta foi a primeira estrutura organizativa da Associação. A designação de GAM veio muito mais tarde. Na altura chamava-se AGEMO (Associação de Geógrafos de Moçambique). Com o andar dos debates e, quando já nos preparávamos para iniciar o processo de oficialização percebemos que já existia uma organização com essa sigla. Então desencadeou-se um movimento forte de debate da sigla a ser adotada e, finalmente a sigla GAM venceu dentre muitas que haviam sido elencadas. Geralmente os nossos encontros aconteciam em todos os sábados e eram encontros de debates muito intenso e quase que ocupavam o dia todo.

Uma das nossas grandes preocupações era encontrar um espaço físico, já que o jardim do Campus da UEM não era o espaço adequado. O apoio de Emílio Almoço foi substancial, conseguindo um espaço físico, em que decorriam aulas de alguns cursinhos e ele conseguiu garantir uma sala. O problema era o tempo limitado, já que os nossos debates pareciam não ter fim. Foram muitos encontros, muitos debates e todos cientes que a finalidade era criar uma Associação, principalmente democrática. E conseguimos. É claro que durante esse período muitos dos nossos colegas se distanciaram do projeto, principalmente porque passaram a ter outras ocupações, o que tornava difícil a sua presença nos encontros e consequentemente o seu contributo direto.

Lembro que procuramos compreender um pouco do histórico das tentativas de criação de uma associação de geógrafos. Tínhamos consciência que essa informação seria importante para evitarmos os erros cometidos no passado. À propósito dessas consultas que fomos fazendo, não só para colher informações das tentativas passadas, mas também para mostrarmos aos geógrafos mais experientes que estávamos engajados nessa empreitada e que queríamos o apoio deles. Houve vozes que defendiam a criação de uma Ordem e não de uma associação, dadas as limitações que uma associação apresenta. Profa

Ximena Andrade era defensora da criação de uma Ordem, provavelmente por não termos seguido esse caminho ela se distanciou do nosso percurso.

O diálogo que tivemos com os geógrafos mais experientes permitiu-nos identificar os principais motivos que terão influenciado no fracasso das várias tentativas. Conseguimos identificar: (i) a continuação dos estudos; (ii) início do primeiro emprego; e (iii) construção de famílias. Então decidimos que era preciso incluirmos cada vez mais jovens recém-formados, desde que mostrassem comprometimento e vontade de continuar com a causa. Assim evitaríamos que esta tentativa fracassasse. Resolvemos aproveitar aquele momento em que ainda tínhamos alguns membros ativos para discutir e aprovar os estatutos.

Em 2009 viajo ao Brasil para fazer o mestrado e deixo de me envolver ativamente. Mas isso não impediu que os trabalhos internos continuassem a ser desenvolvidos pelos colegas e conseguiu-se formalizar a Associação, com a publicação dos estatutos no Boletim da República em 2010. Foram realizadas as primeiras eleições e indicados os primeiros órgãos sociais. A GAM foi crescendo, realizando algumas atividades importantes, como a 1ª Conferência realizada em 2011, que resultou num livro organizado pelas professoras Stela Duarte e Inês Raimundo.

Importa realçar que mesmo antes de ser formalizada, a GAM já vinha realizando trabalhos de divulgação do papel da Geografia. O primeiro evento foi realizado em 2007 para a comemoração do dia do geógrafo que se assinala no dia 29 de Maio. O evento contou com a participação de dois grandes geógrafos, nomeadamente o Professor Manuel G. M. de Araújo e a Professora Raquel Thompson. Em Setembro do mesmo ano realizou-se mais um evento de divulgação, com impacto significativo, que foi a palestra ministrada por Xavier Chavana, na Escola Secundária Francisco Manyanga e contou com a presença de cerca de 100 alunos da 11ª e 12ª classe.

Foi uma tentativa de divulgar as vantagens de se fazer um curso de Geografia. Muitos outros eventos foram realizados nos anos seguintes, como palestras de comemoração do dia do geógrafo, acompanhados por excursões e de ações de divulgação em escolas do nível pré-universitário. O percurso da GAM foi sempre difícil, desde os primeiros encontros. Sempre passou por grandes dificuldades, mas sempre contou com o suporte daquilo que eu chamo de núcleo duro. Me lembro que em 2007 quando

completamos um ano de existência escrevi um texto em que mostrava o carácter resiliente da Associação, pois as dificuldades eram enormes, mas havíamos conseguido passar a barreira do primeiro ano, o que significava que podíamos conseguir continuar a lutar na materialização do nosso sonho.

Os anos seguintes até a sua oficialização foram ainda mais difíceis, mas o núcleo duro conseguiu encontrar formas de ir mobilizando os outros membros a se engajarem na causa. Considero ser importante destacar que esse núcleo nunca chegou a abandonar por completo. Poderia acontecer de alguns membros se distanciarem, por qualquer motivo, mas sempre deram a sua contribuição, mesmo distante. Penso que esse foi um grande suporte, o apoio recebido por esse núcleo e, claro dos membros que se mostravam disponíveis para conduzir o barco. Creio que o convite que recebi no ano de 2018, dois anos depois do meu regresso definitivo à Moçambique, está relacionado ao facto do núcleo ter achado que chegou a hora de um dos seus membros assumir a direção.

Quando desenhamos os estatutos sempre primamos pela qualidade, por isso a nossa preferência foi sempre a GAM ser presidida por um Doutor. É claro que o núcleo não tinha esse nível e não ambicionava em ser presidente, mas em ver a GAM crescer. Se for a analisar todas as Direções que passaram pela GAM irá perceber que houve sempre um equilíbrio entre colocar como "rosto" da Associação um/a geógrafo/a, com prestígio reconhecido no país, mas sempre acompanhado de um geógrafo ainda jovem e muitas vezes membro do chamado núcleo duro. Por que essa estratégia? Porque era preciso ter "operários" disponíveis para sacrificar tempo para as atividades da Associação, ao mesmo tempo que se precisava de ter um "rosto" que oferecesse experiência, prestígio e sabedoria para colocar a GAM no caminho certo.

Acho que essa estratégia permitiu manter a GAM viva. A quebra desta tradição vem com a minha eleição, pois não tinha experiência e nem prestígio que os meus antecessores ofereceram à GAM. Mas penso que tinha o título requerido e ainda podia desempenhar o papel de "operário". Então a minha eleição abre uma nova fase na história da GAM. E a minha gestão teve em conta essa abertura, tentando mostrar que há geógrafos jovens que podem ser o "rosto" da Associação. Se analisar os eventos que esta Direção desenvolveu vai perceber um início de transição, ou seja, a responsabilização dos jovens geógrafos a debater os mais diversos assuntos importantes da sociedade e, claro sempre

com o apoio dos geógrafos mais experientes que penso que estão a acompanhar essa transição com expectativas, pois têm participado nos eventos e entabulando debates muito interessantes. Claro que tenho consciência que ainda estamos a aprender e ainda precisamos do apoio dos mais experientes.

6. A GEOGRAFIA MOÇAMBICANA TEM SIDO CRITICADA POR ESTUDIOSOS DE OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO POR CAUSA DO SEU SUPOSTO SILÊNCIO NO DEBATE NACIONAL. QUAL SEU OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS/AS GEÓGRAFOS/AS EM MOÇAMBIQUE NO PROCESSO DE SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS E AMBIENTAIS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Creio que a crítica que é feita à participação dos geógrafos no processo de superação dos problemas sociais e ambientais provém de dentro da GAM e não de fora. Porque penso que temos muitos geógrafos a participarem, ativamente, em vários debates e assuntos de importância nacional. O principal problema é como esses geógrafos se identificam fora. Penso que aí está o grande ponto de reflexão e o principal desafio da Associação. E, é justamente por esse motivo que surge a GAM para resgatar esse grupo de geógrafos para que se unam e fortaleçam a Associação e assim a GAM passará a ter uma voz mais interventiva e mais viva.

Muitos geógrafos se identificam como ambientalistas, especialistas em estudos populacionais, especialistas em GIS ou Teledetenção, em Desenvolvimento Rural ou Comunitário, Desenvolvimento Urbano, etc. Ou seja, nunca se identificam como geógrafos, mas sim com as especialidades adquiridas e com as especialidades que o mercado está à procura. É preciso que esses geógrafos passem a mostrar que são geógrafos com os mais diversos níveis de especialidades, mas claro com a veia da Geografia. É preciso que esses geógrafos se juntem à Associação e, numa única voz, decidamos mostrar a sociedade que sim, a Geografia tem voz e sempre esteve envolvido nos debates e assuntos de importância nacional.

Veja esse exemplo, este ano uma instituição pública, com geógrafos a trabalhar na área de GIS, resolveu organizar as comemorações do Dia do GIS. Mas, a organização do evento foi entregue a uma empresa e a gestão do evento à uma área de formação diferente de Geografia, mas que recorre ao GIS. No meio da organização do evento, um

dos membros da GAM teve a oportunidade de conversar com o organizador e questionou por que a GAM não havia sido incluída no evento? E por que os Departamentos de Geografia também não estavam envolvidos? Foi quando a organização apercebeu-se que existia uma associação de Geógrafos e que era preciso dar um papel mais ativo.

Mas, se for verificar atentamente, o setor que financiou o evento é constituído por um número significativo de geógrafos e alguns deles fazem parte da Associação e ocupam posições importantes nos órgãos sociais da GAM. O que quero mostrar é que ninguém fará por nós, se não nós mesmos. É preciso trazer esses profissionais competentes para GAM, como também é preciso que esses profissionais se identifiquem com a causa da GAM. Ou seja, é preciso que todos os geógrafos que ainda pensam que a Geografia é uma ciência secundária, se consciencializem como aquele grupo dos recém-formados em Geografia que decidiu lutar pela valorização da Geografia, culminando com a criação da GAM.

7. QUAIS SERIAM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA GEOGRAFIA MOÇAMBICANA NA ATUALIDADE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Numa das mesas redondas organizadas pela GAM para assinalar os 50 anos de institucionalização da Geografia em Moçambique tinha como tema "Para onde vai a Geografia Moçambicana". A mesa também discutiu os desafios da Geografia em Moçambique. É uma pergunta pertinente porque nos leva a refletir um pouco sobre o que queremos, como Associação, para o futuro desta ciência. Eu vejo o caminhar da Geografia de uma forma promissora. E, temos um legado deixado pelos grandes geógrafos, como o Professor Araújo que se notabilizou em estudos da Geografia Humana, os professores Aniceto do Muchangos e Zacarias Ombe com trabalhos no campo da Geografia Física e Ambiental e as contribuições das professoras Raquel Thompson e Stela Duarte no campo do Ensino da Geografia. Esses geógrafos e, claro os seus discípulos diretos, permitiram dar continuidade a sobrevivência desta área de conhecimento no país.

Nos últimos anos temos tido um número bastante significativo de recém-doutores com vontade de dar o seu contributo na Geografia e sem embaraço de se identificarem como geógrafos. Penso que esse é o caminho que temos de seguir. A

produção de conhecimentos no campo da Geografia cresceu significativamente nos últimos anos e, isso tem sido um dos pilares para o fortalecimento da Associação, principalmente com a organização de debates bastante interessantes. Para mim o principal desafio para a Geografia moçambicana é trazer esse conhecimento para as aulas. Já existem trabalhos com muita qualidade e em quantidade.

O que falta é trazer esses trabalhos para o conhecimento dos nossos estudantes. É discutir essa produção nas nossas aulas e não ficarmos presos à produção brasileira, portuguesa ou francesa. É preciso incluir as novas reflexões moçambicanas na academia nacional e resgatar as reflexões passadas que parecem andar esquecidas. Esta Direção da GAM percebeu esse grande salto, em termos de produção académica, por isso desenhou o projeto *Diálogos Geográficos*. Na essência, esse projeto pretende mostrar que existem, em Moçambique, geógrafos que discutem assuntos importantes para a sociedade e para a academia e que é preciso mostrar quem são eles, o que têm produzido e como pode ser aproveitado para ser discutido em salas de aulas.

Também acho que o futuro da Geografia em Moçambique passa pelo papel mais interventivo da GAM. A Associação precisa ser mais interventiva na academia. A ligação entre a GAM e a academia deve ser fortalecida, mais presente e com a capacidade de se posicionar com mais vigor. Creio que uma aliança entre a GAM e todos os Departamentos que oferecem os Cursos de Geografia ou ligados ao conhecimento da Geografia precisa ser materializada, onde a GAM pode impor alguns condicionalismos nos cursos, como a participação mais frequentes dos docentes e alunos em eventos científicos organizados por esta, ou mesmo, incluir nas fichas de avaliação de desempenho dos docentes a sua participação em eventos.

Penso que há uma janela para que isso aconteça que é o Conselho Nacional Avaliação da Qualidade de Ensino (CNAQ), que solicita um parecer da GAM sobre os cursos de Geografia ministrados no país. Penso que é uma oportunidade a ser explorada. Acrescenta-se a ótima relação que a GAM tem com todos os Departamentos de Geografia das diferentes Universidades do país. Muitos dos que estão a ocupar a chefia dos Departamentos são jovens e com vontade de ver crescer a Associação, por isso que penso que esse é o caminho a ser seguido. Quero deixar claro que não estou a defender que a GAM precisa apenas estar mais próxima da academia. Não é isso, mas penso que o debate

provém da academia, é a academia que alimenta os outros setores com profissionais; é a academia que geralmente tem estado a produzir publicações.

Por isso acho que é preciso que exista uma relação mais próxima com a academia. Mas, claro, sem deixar de contar com a contribuição de outros setores. Aliás, em vários dos eventos organizados por esta Direção, sempre estiveram presentes geógrafos de fora da academia. A ideia da reestruturação do projeto 6aGEO é precisamente ser um espaço que inclua a apresentação de trabalhos realizados por colegas que não estão na academia. Ou seja, para além de ser um espaço de convívio descontraído, o mesmo pretende trazer para o debate as reflexões que estão a ser desenvolvidas fora da academia.

8. COMO AVALIA A SUA RELAÇÃO COM OS/AS GEÓGRAFOS/AS BRASILEIROS/AS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

A relação entre a Geografia moçambicana e a brasileira é bastante antiga. Exemplos disso são as parcerias que existem, desde muito, entre os Departamentos de Geografia da UPM e UEM com as universidades brasileiras. Então é uma relação já consolidada e nos últimos tempos tem crescido muito, porque um número significativo de geógrafos tem estado a frequentar os cursos de pós-graduação em instituições brasileiras. Temos docentes brasileiros a lecionarem em Moçambique, como também docentes moçambicanos a lecionarem no Brasil. Se a pergunta for mais no âmbito pessoal, então diria que me aproximei da Geografia brasileira em 2009, quando iniciei os meus estudos de mestrado. Foi ótima a relação que mantive com os geógrafos brasileiros, o que me permitiu continuar os estudos no nível de doutoramento.

Tive apoio, não só dos docentes de Geografia da UFRGS, mas também de outras universidades, como da USP. No Brasil fui convidado a participar em vários eventos organizados por diferentes instituições de nível superior. A participação em eventos académicos, como os diversos encontros dos geógrafos agrários, permitiu estabelecer contato com grandes geógrafos brasileiros, como também tive a oportunidade de "beber da fonte" de muitos autores que cito em minhas reflexões. Eu diria que, como pesquisador mais maduro, sou fruto da escola brasileira. Aprendi muito, principalmente a fortalecer o meu lado crítico.

A minha relação com os geógrafos brasileiros é saudável e muito promissora. Ainda faço parte do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) e tenho um projeto em curso em que conto com a parceria desse núcleo, pois o trabalho que estão a fazer junto dos reassentados da reforma agrária é muito interessante e penso que pode ser uma janela de oportunidade para os processos de reassentados em curso em Moçambique. Já fui convidado para participar em bancas de qualificação no Brasil, como a publicar em livros organizados por pesquisadores brasileiros. Creio que esta relação apenas está no início e mais parcerias estão a caminho.

9. O SENHOR ATUA COMO DOCENTE DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, QUAL É SUA EXPECTATIVA COM A FORMAÇÃO CIENTIFICA DE NOVOS QUADROS, ENTRE ELES GEÓGRAFOS/AS, EM MOÇAMBIQUE?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

O número de instituições de ensino superior cresceu significativamente nos últimos anos. Hoje já não precisa se deslocar à Maputo para frequentar um curso de nível superior. As instituições de ensino superior estão em todas as províncias. Isso é bom, mas ao mesmo tempo coloca um desafio relacionado com a qualidade dos cursos oferecidos, principalmente em termos de recursos humanos e condições oferecidas para se garantir uma formação com a qualidade necessária. É também verdade que o número de docentes que está a formar-se com os níveis de pós-graduação está a crescer substancialmente. Penso que a cooperação com o Brasil, em parte, é responsável por esse crescimento e, claro por exportar a sua "escola" para Moçambique.

Como as instituições cresceram significativamente, penso que é por esse motivo que foi criado o Conselho Nacional para a Avaliação da Qualidade do Ensino (CNAQ) para fazer a acreditação dos cursos, tanto dos cursos já criados e em funcionamento, como dos que pretendem abrir. Acredito que essa instituição irá definir um padrão mínimo de qualidade para qualquer curso, como também disponibilizar essa informação para os candidatos tomarem a melhor decisão na escolha do curso e onde o frequentar. Na Geografia o trabalho do CNAQ já se faz sentir. Neste momento tenho informações que os cursos de Geografia da UPM e UEM já passaram por essa avaliação.

Mais instituições que oferecem esses cursos passarão por esse processo. A Geografia na UEM foi acreditado plenamente, isto é, sem nenhuma reserva, o que significa que reuniu todas as exigências necessárias para garantir a formação com a qualidade necessária. Na análise que o CNAQ faz, os indicadores como o percentual de doutores e as publicações dos docentes são importantes para que se garanta um desempenho bom na avaliação. Mas é bom salientar que esses indicadores não são suficientes, é preciso que os docentes trabalhem mais, exijam um pouco mais de si e dos estudantes. Creio que deveria se potenciar mais a participação em eventos académicos. Os cursos devem organizar mais eventos que envolvam não só estudantes, mas também os docentes.

E a GAM deve ter um papel importante nesse caminho, pois não bastam as aulas oferecidas durante o curso, é preciso criar nos estudantes a cultura de participar em eventos, participar em projetos de iniciação científica. Acho que ainda estão a faltar esses aspetos que penso serem cruciais para a melhoria da qualidade dos nossos formandos. Avançamos muito na questão de potencializar a formação dos docentes, oferecer bibliotecas mais apetrechadas ou mesmo disponibilizando sites contendo acesso à livros e artigos aos formandos, disponibilizar laboratórios com equipamento necessário, mas precisamos de incluir o diálogo, a troca de experiência, a participação em projetos de pesquisa. E isso só é possível com a organização de eventos acadêmicos, espaços de debates e o financiamento de projetos de pesquisa que incluam bolsas de iniciação científica. Esse é o caminho que penso que estamos timidamente a seguir.

10. SEUS ESTUDOS, INCLUSIVE SUA TESE, APONTAM QUESTÕES IMPORTANTES PARA PENSARMOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB VIÉS CAPITALISTA, SOBRETUDO, EM ÁREAS TRAMADAS PELA MINERAÇÃO. NESTA TESE, FALA DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO COMO RESULTADO DA EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO DISTRITO DE MOATIZE, NA PROVÍNCIA DE TETE. CONTUDO, GOSTARÍAMOS QUE EXPLICASSE (DE FORMA DETALHADA) COMO TAIS PROCESSOS SE DÃO ESPACIALMENTE.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

O processo de desterritorialização e reterritorialização aparece, primeiro, na minha dissertação de mestrado. Penso que naquele momento dou os primeiros passos para compreender o movimento de construção, destruição e reconstrução dos territórios. Naquela pesquisa procurei compreender como a construção de um território, o de

conservação, colocava em causa os territórios das comunidades. A ideia de trabalhar com as escalas e os atores foi um recurso que me permitiu apreender como os processos de des-e-reterritorialização estavam a manifestar-se no país. Na minha pesquisa de doutoramento trago comigo esse recurso teórico-metodológico para entender as transformações provocadas pela implantação de uma mina de exploração de carvão mineral.

Trabalhar com as escalas geográficas, que não são necessariamente as escalas cartográficas, e as ações dos atores permitiu entender como o território uno impunha os seus interesses nos territórios comunitários. E, esses interesses vinham de escalas superiores que a do Estado, neste caso das multinacionais, para o contexto de Moatize e do Banco Mundial e das Agências Internacionais de Conservação, para o caso da Reserva de Chimanimani. Se quisermos entender esse processo na prática, poderíamos olhar para o seguinte exemplo: as comunidades afetadas pela implantação da mina de Moatize construíram a sua história, a sua vida naquele espaço, que, por ser rico em recursos procurados pelo capital internacional, foram forçadas a abdicar da sua extensão.

Chamo de extensão porque a terra é parte daquelas comunidades e perde-la carrega consigo várias implicações, porque não se trata apenas de um espaço físico, mas de um espaço condensado de história, de vida e de recursos alternativos de sobrevivência. Geralmente olhamos para os processos de reassentamento como uma mera mudança de terra, de espaço físico, como se pudéssemos substituir um território da comunidade a partir da entrega de um espaço.

Isso não é verdade, pois aquele espaço é produto de gerações, é a história daquele grupo social, é o processo histórico de familiarização do homem com a terra. E essa relação com esse espaço transcende a ideia de terra, alcançando o estágio de um produto, que é o território daquele grupo. Na minha tese tento discutir e diferenciar terra de território, porque terra pode ser substituída, mas território, na concepção que trabalho, não pode. Justamente por existir essa diferenciação que estou trabalhando na ideia de defender o Direito ao território e não o direito à terra, como é garantido pela legislação moçambicana.

Fazer essa diferença é muito importante porque conseguiremos compreender porque determinadas famílias recusam abandonar os seus espaços, considerados primitivos e precários, se comparados com as casas modernas que lhes são oferecidas. Essas casas

modernas não carregam consigo a história, a cultura, os hábitos e costumes e os mais diversos recursos naturais e culturais que se encontram depositados no território. Então, a desterritorialização se manifesta na entrada de um tipo de uso ou de função num espaço, que altera os antigos usos e funções que o território tinha. Mas como a reterritorialização é a outra face da desterritorialização, ou seja, essas famílias terão de construir um novo território, pois o atual torna-se incompatível aos seus interesses, já que o território foi tomado por uma nova atividade.

Como também pode significar a adequação dos nativos às novas funções e isso implicar uma reterritorialização no mesmo espaço, mas claro com outras condições. E, nessa nova reterritorialização a organização do espaço é também alterado porque a nova função assim o exige. Creio que a ideia de movimento (des-e-re) é parte do ser humano. Estamos sempre destruindo e reconstruindo, quer seja totalmente ou parcialmente. Até porque não podemos pensar as comunidades rurais como se fossem estáticas. Não, elas são dinâmicas, mas a grande diferença é que elas conseguem controlar essa dinâmica, o que não acontece com os processos engendrados pelo capitalismo. Essa possibilidade esvazia-se, os movimentos são impostos, violentamente, e decorrem num curto espaço de tempo. Penso que está aí a grande diferença das implicações dos processos que causam esses movimentos.

11. COMO O SENHOR AVALIA A INSERÇÃO DOS POVOS QUE COMPÕEM O PAÍS, NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CONSTRUÍDA NOS PAÍSES CENTRAIS DO MUNDO CAPITALISTA.

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

Gosto de pensar a construção da sustentabilidade socioambiental como a reafirmação de uma sociedade que está em crise. Uma sociedade que está inventando formas de manter a sua cultura (a de consumo), os seus valores, as suas ações que, na verdade, são responsáveis pelo caos socioambiental em que vivemos. Todas as propostas de sustentabilidade socioambiental que estão sendo apresentadas, carregam consigo formas de sustentar o modelo de vida ocidental. São soluções parciais, já que não estamos dispostos a mudar, radicalmente, a nossa forma de pensar, de agir, de perceber e de valorar as relações e os objetos. A ideia de discutirmos a sustentabilidade ao nível global, incluindo as sociedades precariamente inseridas ao modo de vida ocidental, se deve ao fato das ações

desenvolvidas por essa sociedade estarem a alcançar os mais diversos e distantes espaços do globo.

Sendo assim, o medo do caos se instala já que povos com culturas diferentes e, claro com formas de produção do espaço distintas, se inserem, a partir da globalização, aos circuitos de produção e consumo que caracterizam as sociedades ocidentais. É claro que essa inserção não é total, mas sim precária, como um pêndulo para a satisfação das necessidades do capital. É nesse contexto que se pensa numa construção de sustentabilidade socioambiental que deve ser global, abrangente, já que o medo do caos se generaliza, mesmo para aqueles grupos considerados precariamente incluídos.

Se olharmos para as formas de produção do espaço, aqui prefiro recorrer a este conceito como forma de melhor compreender a ideia da nossa relação com o meio, que na verdade é resultado de como nós estamos produzindo o espaço. É essa forma de produção do espaço, principalmente o espaço do capital, que é responsável por gerar as maiores barbaridades sociais e ambientais. Olhando para a forma como alguns grupos sociais do meu país produzem o seu espaço, é possível verificar a preocupação com a forma como se reproduzem socialmente. É essa reprodução social que assenta na ideia de construção de território. Por isso o território é a extensão desses grupos sociais. É o espaço da inclusão social, é o espaço da preocupação com a degradação ambiental.

Como eles entendem o território como parte de si, então eles compreendem que quem faz parte desse território deve ser parte integrante da família. Veja que se estamos a falar da produção do espaço, neste caso, o território das comunidades rurais moçambicanas, vamos entender que a ideia de sustentabilidade socioambiental se dilui nas ações, na percepção, no pensamento e valoração que os membros de uma comunidade depositam no seu território. Ou seja, pensar em defender o seu território é pensar numa ideia de sustentabilidade socioambiental para esses grupos sociais que ainda (re)existem aos ditames do vetor da globalização.

É por esta razão que estou desenvolvendo um projeto de pesquisa que pretende discutir a ideia de Direito ao território como uma proposta de desenvolvimento sustentável para os atingidos pela exploração dos recursos minerais. Por que trabalhar nessa vertente? Justamente porque a invasão do capital nos territórios comunitários tem sido responsável pela geração dos problemas de desigualdades sociais, destruição do ambiente e

consequentemente a deterioração da qualidade de vida desses grupos. Se nós pensarmos o território como um direito para qualquer povo, estamos a oferecer a oportunidade desse povo produzir as mais diversas formas de felicidade, e não apenas aquela que é uniformizada pelo padrão de vida ocidental. Estamos a pensar numa forma de sustentabilidade socioambiental mais local, de baixo, carregando consigo a manutenção de outras formas de construir uma sociedade. Voltando para a minha tese, é possível resgatar o debate entre terra e território.

Com esse debate tentava mostrar que o território é mais do que terra, é vida. A ideia de pensar no território como direito é porque as comunidades pensam na terra, não só como parte para a sua sobrevivência, mas também como um espaço que deve ser reservado para o benefício dos seus descendentes. Os seus descendentes irão aprender como trabalhar a terra sem prejudicar ao vizinho e muito menos aos seus antepassados. É precisamente por isso que a terra deve ser o suficiente para atender as necessidades futuras, daí que a delimitação de terras comunitárias deve, não só olhar para a terra que está sendo usada agora para as necessidades presentes, mas também como aquela que deverá responder às necessidades dos seus filhos e netos.

É precisamente essa terra, que contém os mais diversos recursos, que deve ser utilizada com a responsabilidade e segundo as regras locais, como formas de responder aos mais diversos desafios que a vida impõe. É essa terra que congrega as mais diversas formas de solidariedade comunitária, de integração, de não exclusão, dos laços de comunidade. Essas são as ideias que estão latentes no conceito de sustentabilidade socioambiental. Mas então por que pensamos que é preciso transportar essa preocupação que parece não figurar nesses povos? É preciso, sim, trazer esta preocupação, pois o mundo está cada vez mais se achatando e dominado por forças geradoras de uma única visão do mundo.

Então, é preciso debater a questão da sustentabilidade, porque o capital se encarrega de uniformizar os processos produtivos e de consumo, ou seja, de impor uma única cultura de consumo. Mas será que precisamos trazer as soluções ocidentais? Se sim, então isso deveria significar uma mudança da cultura de consumo. Se não, então precisamos de resgatar o conhecimento desses povos e não achar que o conhecimento acumulado deles não ajudará a responder os desafios da sustentabilidade socioambiental.

O que pretendo defender é que precisamos de dar a esses grupos socioterritoriais o direito ao território.

12. RECENTEMENTE, SOBRETUDO, EM 2019, PARTE DO PAÍS SOFREU COM UMA CATÁSTROFE SOCIOAMBIENTAL, QUE PROVOCOU A DESTRUIÇÃO DE PARTE DE ALGUMAS CIDADES MOÇAMBICANAS. ESTAMOS FALANDO DO CICLONE TROPICAL IDAI, POR EXEMPLO, E GOSTARÍAMOS QUE EXPLICASSE, COMO A GEOGRAFIA MOÇAMBICANA PODE CONTRIBUIR COM A AVALIAÇÃO DESSES FENÔMENOS E APRESENTAR PROPOSTAS?

RESPOSTA / ELMER AGOSTINHO CARLOS MATOS

A Geografia como qualquer outra área de conhecimento tem subsídios que pode oferecer para a avaliação desses fenômenos, assim como apresentar algumas propostas. A Geografia estuda o espaço geográfico, como nos ensina o grande Milton Santos. E, para o autor, o espaço geográfico é o sistema de objeto e de ações que se inter-relacionam. O que se pretende colocar é como estamos a produzir o nosso espaço? Como estamos lidando com o avanço da tecnologia para responder, com relativa antecedência, a ocorrência desses fenômenos? Como estamos identificando as áreas de ocupação vulnerável e que tipo de estratégias e apoio estão a ser esboçados? Penso que são algumas das questões que podem ser refletidas por um geógrafo. Moçambique é um país que está exposto aos eventos extremos, com alguma frequência.

O que se pode levantar é como estamos a nos preparar para enfrentar esses eventos? Que grupos populacionais são os mais afetados? Onde se localizam? Que conhecimentos locais são do domínio desse grupo e que podem ser úteis para enfrentar essas situações? Que políticas públicas estão sendo desenhadas? Como elas aproveitam o conhecimento da Geografia para melhor responderem às necessidades? Há trabalhos de geógrafos moçambicanos refletindo um pouco sobre os desastres naturais ou mesmo sobre as mudanças climáticas, e já discutem um pouco sobre como estamos preparados para lidar com essas situações. Vale a pena trazer essas reflexões para junto do poder público, para que se possa aproveitar desse conhecimento que os colegas têm apresentado para a tomada de decisões mais acertadas.

Falou do ciclone IDAI que foi bastante midiatizado e os seus impactos foram catastróficos. Mas também poderíamos falar da seca na região Sul do país. Parece ser um

problema pouco midiatizado, talvez pela forma como o processo decorre, mas tem implicações bastante significativas para as populações dessas regiões. E, temos geógrafos a estudarem esse fenômeno para que se proponham ações mais práticas ou se influenciem na definição de políticas públicas. O que quero dizer é que a Geografia pode contribuir e está a fazer. Mas, é preciso que se financiem pesquisas, que se envolva a Associação em trabalhos de pesquisa para que primeiro possamos compreender melhor o fenômeno e depois se façam as propostas de melhoria. E não seria apenas a Geografia.

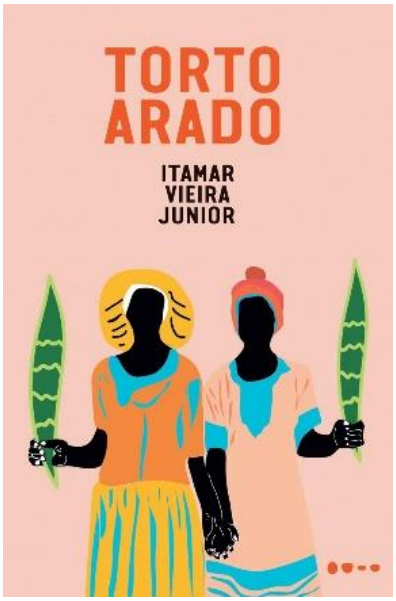
O mais importante é incentivar que se realizem mais pesquisas que só assim poderão ser encontrados os caminhos adequados para que se encontrem soluções mais próximas da realidade. É o mesmo que está acontecendo com a exploração mineira no país, em que o número de trabalhos de geógrafos refletindo sobre o assunto aumentou significativamente e já se está esboçando possíveis alternativas. O mesmo deve acontecer para os exemplos que propões que façamos uma reflexão sobre o papel da Geografia. O mais importante é que primeiro precisamos entender melhor o fenômeno, compreendendo as estratégias que estão sendo desenhadas, quais as lacunas para depois esboçarmos as possíveis soluções ou intervenções.

Um diálogo realizado em um ponto entre Dourados (MS), Brasil, e Moçambique, África. Em um tempo entre 2019 e 2021.

RESENHA

V. 12, n.23, 2021 - ISSN 2176-9559
DOI 10.30612/el.v12i23.14894

JUNIOR, Itamar Vieira. Torto Arado. 1ª. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2019.



Anderson Luiz Rodrigues de Oliveira
Acadêmico do PETGeografia da UFGD
Graduando do Curso de Geografia - Licenciatura
andersonluizparanorte2012@gmail.com

"Essa terra que cresce mato, que cresce a caatinga, o buriti, o dendê, não é nada sem trabalho. Não vale nada. Pode valer até para essa gente que não trabalha. Que não abre uma cova, que não sabe semear e colher. Mas para gente como a gente a terra só tem valor se tem trabalho. Sem ele a terra é nada."

A obra "Torto Arado" é um romance escrito por Itamar Vieira Junior, um geógrafo e Doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Além da carreira acadêmica, o autor possui uma trajetória no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no qual atua no Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

O livro teve sua primeira edição publicada em Portugal pela Editora *LeYa*, no ano de 2018, tendo recebido o Prêmio LeYa no mesmo ano. Em 2019, foi publicado no Brasil pela Editora Todavia, sendo premiado em 2020 pelo Oceanos e Jabuti de Melhor Romance Literário.

Em 1850, o Estado abolia o tráfico de escravos para no mesmo ano, não por coincidência, decretar a Lei de terras. A Lei de Terras definia que novas terras só poderiam ser adquiridas através da compra, substituindo o regime de concessão de Sesmarias e garantindo que o poder sobre a terra permanecesse sob o mando da mesma elite agrária dos tempos de colônia. Deste modo, a terra ficou inacessível à grande maioria da população, principalmente para os escravos libertos, aos quais restou entrar no mesmo regime de

servidão, no sistema de agregados e moradores das fazendas, sob o mando dos mesmos senhores de antes, passando pelo chamado coronelismo (Primeira República) e posteriores reestruturações do espaço que se estruturava para dar início à economia capitalista, mas mantendo suas bases sociais praticamente inalteradas. Nas palavras de Ruy Moreira, "mudando para manter exatamente igual". É esse o espaço sobre o qual "Torto Arado" se desenvolve.

O romance está dividido em três partes, sendo: "Fio de Corte", "Torto Arado" e "Rio de Sangue". A história acompanha uma comunidade de descendentes de escravizados que continuam sendo explorados em uma fazenda, praticamente como acontecia com seus antepassados. A narrativa acontece principalmente a partir do olhar das irmãs Belonísia e Bibiana, que passam a enxergar e compreender o sistema de exploração em que estão inseridas, recuperando sua ancestralidade à medida em que crescem.

O primeiro capítulo intitulado "Fio de Corte" é narrado por Bibiana. Neste capítulo, temos um contato com as paisagens da fazenda "Água Negra" através de um olhar inicialmente inocente da personagem. Trata-se de uma comunidade que trabalha na fazenda "Água Negra", no sertão da Bahia, lutando para sobreviver em meio às secas e exploração por parte dos donos, uma vez que trabalham apenas para "morar". Não recebem salário nem podem construir uma casa que não seja de barro, para não demonstrar permanência nas terras, caracterizando o regime de "agregados" e de servidão. Aqui, temos a narrativa de uma criança/adolescente que vive as condições de miserabilidade, os conflitos do campo e as manifestações religiosas das rodas de Jarê (Religião de matriz africana). Seu olhar inocente vai se transformando à medida em que entra em contato com seu primo, Severo, com o qual sai da fazenda em busca de uma vida melhor.

Durante os anos em que Bibiana passa fora da fazenda se inicia a narrativa de Belonísia, no segundo capítulo, intitulado "Torto Arado". Neste, somos apresentados a um contexto de machismo e violência doméstica presentes na comunidade, através do olhar de uma Belonísia adulta e que imbuída da mesma valentia das mulheres de sua família, não tolera as situações de opressão vividas pelas mulheres da comunidade. Além disso, entramos em contato com o passado de seu pai, Zéca Chapéu Grande e sua avó, Donana, que viveram e foram marcados pela escravidão. Ao refletir sobre seus antepassados,

Belonísia compreende como as mulheres eram "preparadas desde cedo para gerar novos trabalhadores para os senhores, fosse para as nossas terras de morada ou qualquer outro lugar onde precisassem".

Com o retorno de Bibiana e Severo à fazenda, ainda no segundo capítulo, os conflitos com o dono da fazenda se intensificam. No tempo em que estiveram fora, Severo teve experiências com sindicatos e Bibiana se formou como professora. Trazendo novas leituras à comunidade de "Água Negra", fica cada vez mais claro para os trabalhadores o quanto estes estão presos em um ciclo de exploração, no qual as pessoas morrem trabalhando e outras nascem para dar continuidade ao mesmo sistema. À medida em que o tempo passa, o contato com outras comunidades e experiências de conflitos internos fazem com que as pessoas comecem a adquirir uma consciência política e se enxergar como uma comunidade quilombola, acirrando ainda mais os conflitos com os exploradores, os "donos da terra".

Os conflitos evidenciam uma comunidade que tem seu território constantemente ameaçado e, portanto, é também ameaçada uma vez que o território é uma parte constituinte fundamental para sua existência. Para os moradores de "Água Negra", perder sua terra seria deixar de existir. A relação de ancestralidade com o território é muito bem expressa através da relação entre a comunidade e o cemitério no qual há muito enterram seus familiares. No capítulo final da obra, Salomão, o dono da fazenda, tenta bloquear o acesso ao cemitério na tentativa de desvincular a comunidade de seu território ancestral.

Se nos dois primeiros capítulos temos uma narrativa mais marcada pelo realismo, em "Rio de Sangue" a narrativa é tomada por um caráter fantástico/ místico. O terceiro e último capítulo é narrado pela encantada Santa Rita Pescadeira, que passa a contar toda a trajetória de sofrimento de seu povo até o presente da obra, em Água Negra, quando a encantada "toma" o corpo de Belonísia já no final da narrativa. Nesse final, é como se a encantada representasse toda a carga da ancestralidade que culmina em Belonísia, para colocar fim à exploração causada pelo dono da fazenda, quase como um chamado à revolução.

O autor consegue dar uma voz muito realista às personagens, o que vem de seu longo período de pesquisas e vivências com os trabalhadores do campo. Logo ao iniciar a leitura, fui rapidamente envolvido pela trama que apresenta um Brasil desigual que perdura até hoje. Um livro carregado de ancestralidade e resistência; de luta pelo direito à terra, moradia e emancipação dos trabalhadores.

Vale ressaltar o momento político em que o livro foi publicado, momento no qual ocorreram diversos ataques às comunidades quilombolas e indígenas, o que acaba reforçando a importância e potência da obra. Nesse sentido, olhar para o romance nos permite pensar não só as representações espaciais da própria linguagem, mas também de seus significados no momento em que foi produzido.

Se a linguagem nos permite acessar diferentes contextos no espaço-tempo, a Geografia nos permite lê-los – é assim que Torto Arado torna-se uma obra geográfica. É nas tensões e relações territoriais, nas relações das personagens com a terra e significados atribuídos à mesma; nas descrições das paisagens e nas dinâmicas sociais que a Geografia se faz presente. São essas relações geográficas que construímos através do romance, o que nos permite traçar paralelos com a realidade e imaginar outros mundos possíveis. É nesse exercício de imaginar, que construímos através do olhar para obras romanescas como "Torto Arado", novas Geografias.

Encerro com um convite à leitura de uma obra que já considero muito importante para a minha formação. Uma ótima leitura, especialmente para tempos de políticas e discursos retrógrados.

Recebido em fevereiro de 2021.

Revisado em março de 2021.

Aceito para publicação em abril de 2021.